

GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 43 n. 3

ANÁLISE DO TEXTO E DO DISCURSO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 43 (3): p. 980-1513, set-dez 2014

REVISTA ESTUDOS LINGUÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Rua Sérgio Buarque de Hollanda, 571
CEP 13083-859 - Cidade Universitária
Barão Geraldo - Campinas - SP
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/estudoslinguisticos@gel.org.br>

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Oto Araujo Vale
Vandersí S. Ana Castro
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Marcelo Módolo

Revisão e normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Camila Maria Camargo de Oliveira
Daniel Peres de Oliveira
Júlia Nejelschi
Luciano Vieira Cardoso
Maria de Fátima de Almeida Baia
Rhamyra Toledo Peixoto

Revisão de língua estrangeira

Cláudia Schilling (espanhol)
Maria de Fátima de Almeida Baia (inglês)
Raphael Maureau (francês)
Walter T. Sano (inglês)
Viamundi Idioma e Traduções Ltda. (inglês, francês e espanhol)

Diagramação

Editora Paulistana

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôsco Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cançado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.

Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.

Quadrimestral

ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

Reconhecimento

O presente volume da Revista *Estudos Linguísticos* contou com a colaboração dos pareceristas abaixo listados. Alguns são membros do Conselho Editorial e os demais atuaram como pareceristas *ad hoc*. A Comissão Editorial agradece o empenho de todos no sentido de tornar melhor nossa publicação.

Adail Ubirajara Sobral, Adriana Zavaglia, Adriane Teresinha Sartori, Alcides Cardoso dos Santos, Aldir Santos de Paula, Alessandra Del Re, Alvaro Luiz Hattnher, Ana Maria Costa de Araujo Lima, Angel H. Corbera Mori, Anna Flora Brunelli, Aparecida Negri Isquerdo, Ariani Di Felippo, Ataliba Teixeira de Castilho, Augusto Buchweitz, Beatriz Protti Christino, Carla Alexandra Ferreira, Carlos Alexandre V. Gonçalves, Carlos Piovezani, Carmi Ferraz Santos, Carola Rapp, Cilaine Alves Cunha, Claudia Maria Xatara, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Claudia Zavaglia, Claudio Aquati, Cláudia Regina Brescancini, Cleudemar Alves Fernandes, Cloris Porto Torquato, Cristiane Carneiro Capristano, Cristina dos Santos Carvalho, Cristine Gorski Severo, Dilson Ferreira da Cruz Júnior, Dirceu Cleber Conde, Eduardo Penhavel, Edvaldo A. Bergamo, Edvania Gomes da Silva, Edwiges Maria Morato, Elaine Cristina Cintra, Elaine Cristina de Oliveira, Elias Alves de Andrade, Elizabeth Harkot-De-La-Taille, Elzimar Goettenauer de Marins Costa, Emerson de Pietri, Erica Lima, Erica Reviglio Iliovitz, Erotilde Goreti Pezatti, Ester Mirian Scarpa, Fabiana Cristina Komesu, Fabio Akcelrud Durão, Fábio César Montanheiro, Fernanda Correa Silveira Galli, Flaviane Romani Fernandes Svartman, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Francisco Alves Filho, Frantome Bezerra Pacheco, Giovana Ferreira Gonçalves, Gisela Collischonn, Gisele Cássia de Sousa, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Gladis Massini-Cagliari, Gláucia Vieira Cândido, Graziela Zanin Kronka, Isadora Valencise Gregolin, Ivã Carlos Lopes, João Bôsko Cabral dos Santos, José Borges Neto, José Sueli de Magalhães, Juliano Desiderato Antonio, Júlio César Rosa de Araújo, Larissa Cristina Berti, Lauro José Siqueira Baldini, Lilian Cristine Scherer, Lígia Negri, Lucia Rottava, Luciana Pereira da Silva, Luciana Salazar Salgado, Luciane Correa Ferreira, Luciani Ester Tenani, Luiz Carlos Cagliari, Luiz Carlos da Silva Schwindt, Luzia Aparecida Oliva dos Santos, Luzmara Curcino Ferreira, Marcello Modesto dos Santos, Marcelo Módolo, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Célia Cortez Passetti, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria da Conceição Fonseca-Silva, Maria Eduarda Giering, Maria Ester Vieira de Sousa, Maria José Bocorny Finatto, Maria José Cardoso Lemos, Maria Margarida Martins Salomão, Mariângela de Araújo, Marilia Blundi Onofre, Mario Luiz Frungillo, Marisa Corrêa Silva, Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, Mauricio Mendonça Cardozo, Mayumi Denise Senoi Ilari, Márcia Maria Caçado Lima, Monica Filomena Caron, Mônica Veloso Borges, Nelson Viana, Norma Discini, Pedro Luis Navarro Barbosa, Raquel Meister Ko Freitag, Raquel Salek Fiad, Renata Coelho Marchezan, Roberta Pires de Oliveira, Roberto Gomes Camacho, Roberto Leiser Baronas, Ronald Taveira da Cruz, Ronaldo Teixeira Martins, Rosana do Carmo Novaes Pinto, Rosana Mara Koerner, Rosane de Andrade Berlinck, Rosane Rocha Pessoa, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sandra Denise Gasparini Bastos, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sebastião Elias Milani, Sheila Elias de Oliveira, Simone Azevedo Floripi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Soraya Maria Romano Pacífico, Sônia Bastos Borba Costa, Taísa Peres de Oliveira, Tony Berber Sardinha, Valéria Faria Cardoso, Vanice Maria Oliveira Sargentini, Vânia Cristina Casseb Galvão, Vânia Maria Lescano Guerra, Wilmar da Rocha D'Angelis, Wilton José Marques.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	987
ANÁLISE DO DISCURSO	
Vestígios do sujeito: um percurso por discursos da rebornagem no ciberespaço <i>Ane Ribeiro Patti e Lucília Maria Sousa Romão</i>	988
Identidade de adolescentes de Unidades Educativas Internas (UNEI) do MS: entre o assujeitamento e a resistência <i>Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento</i>	1003
Discurso e memória <i>Claudia Pereira de Souza</i>	1015
Representações de "cadeia" em discursos de detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS: disciplina e/ou relações de poder? <i>Daniele Cristina Scaliante</i>	1027
A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância? <i>Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa</i>	1041
"Lugar de mulher é...": fórmula ou expressão cristalizada? <i>Edvania Gomes da Silva</i>	1056
Apropriação do discurso sobre os conceitos teóricos na escrita acadêmica <i>Elza Maria Silva de Araújo Alves</i>	1068
Texto, discurso, estilo: cenografias no (inter)discurso sobre uma guerra <i>Érika de Moraes</i>	1082
O sujeito intendente e o discurso sobre a morte: uma análise da Santa Maria (RS) de 1896 <i>Fernanda Kieling Pedrazzi</i>	1097
O silêncio no discurso sobre o gaúcho na imprensa gaúcha em tempos de(s)censura (1964-1989) <i>George Uilian Monteiro</i>	1109

O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de torneir suas contradições <i>Helson Flávio da Silva Sobrinho</i>	1118
O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam <i>Ida Lucia Machado</i>	1129
Rato e política: a crítica explícita em capas da <i>Veja</i> <i>Ilana da Silva Rebello Viegas</i>	1140
A metáfora dentro do universo do discurso jurídico <i>Isabelle Oliveira</i>	1157
Os sentidos de metrópole: saber urbano e jornalismo <i>José Horta Nunes</i>	1166
Uma análise discursiva da designação <i>fake</i> e de suas formas de variação em <i>blogs</i> de moda da atualidade <i>Leonardo Perez e Luzmara Curcino</i>	1179
Modos de Procedimentos Teóricos e Analíticos nas Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Porto (UP) <i>Lucas do Nascimento</i>	1190
Escrita acadêmica: o pesquisador e sua relação com a teoria <i>Maria Aparecida da Silva Miranda e Sulemi Fabiano Campos</i>	1207
O lugar da mulher no meio corporativo <i>Maria Inês de Oliveira Hernandez</i>	1221
A temática do trabalho e o personagem trabalhador nos mensários sociopolíticos <i>Caros Amigos e Le Monde Diplomatique Brasil</i> <i>Maria Juliana Horta Soares</i>	1233
Entre vigilância e contemplação: efeitos do olhar no processo de produção de conhecimentos <i>Marluza da Rosa</i>	1248
Dicionários regionalistas e espanhóis e seu verbete "gaúcho" <i>Natieli Luiza Branco</i>	1261

<i>Separando o joio... do petismo moderado do trigo... da turma radical</i> o substantivo em dimensão discursiva <i>Patricia Ferreira Neves Ribeiro</i>	1272
Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades <i>Paulo Roberto Gonçalves Segundo</i>	1282
Publicidade e discurso: uma leitura sobre as relações de poder e a individua(liza)ção do sujeito <i>Renata Corrêa Coutinho</i>	1298
Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva <i>Renata Palumbo</i>	1308
Enunciação aforizante <i>versus</i> textualizante: notas sobre tensões estruturais e extratextuais <i>Roberto Leiser Baronas</i>	1323
LÍNGUA E LITERATURA CLÁSSICA	
O conceito de analogia na obra de diferentes autores do Período Romano <i>Antonio Carlos Silva de Carvalho</i>	1332
LINGUÍSTICA TEXTUAL	
Miss simpatia: a edificação do objeto discursivo Marina Silva em textos multimodais <i>Karina Menegaldo</i>	1342
Conto popular, estória oral e conto literário: uma análise intertextual <i>Luana Ferraz</i>	1356
Junção em contexto de aquisição de escrita: uma abordagem das tradições discursivas <i>Lúcia Regiane Lopes-Damasio</i>	1371
LITERATURA BRASILEIRA	
A mulher em escritos ficcionais e jornalísticos de Teixeira e Sousa <i>Hebe Cristina da Silva</i>	1387
A suíte carioca de Marques Rebelo <i>Regina Célia dos Santos Alves</i>	1403

Algumas imagens espectrais da modernidade: dimensões do diálogo epistolar de Gilberto Freyre com Oliveira Lima, Manuel Bandeira e José Lins do Rego <i>Silvana Moreli Vicente Dias</i>	1414
PRAGMÁTICA	
Controvérsias científicas: um estudo de caso envolvendo Hauser, Chomsky e Fitch <i>Fabio Mesquita</i>	1426
RETÓRICA E ESTILÍSTICA	
Motivos para (não) ler a <i>MAD</i> : estratégias argumentativas no texto de humor <i>Ana Cristina Carmelino</i>	1439
"Deixo em tuas mãos o meu povo": retórica e intertextualidade na campanha de Dilma em 2010 <i>Maria Flávia Figueiredo e Fernando Aparecido Ferreira</i>	1454
SEMIÓTICA	
O discurso do prazer: uma análise semiótica dos memoriais acadêmicos <i>Mariana Luz Pessoa de Barros</i>	1469
Tensão e narração em <i>Tropa de Elite 2</i> <i>Mônica Baltazar Diniz Signori</i>	1483
Do limbo ao Olimpo, do Olimpo ao limbo: forma de vida do ator mulher executiva contemporânea na revista <i>VOCÊ S/A</i> <i>Raíssa Medici de Oliveira e Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento</i>	1498

Apresentação do vol. 43 (2014)

A presente edição da Revista Estudos Linguísticos consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos. Para o presente volume, foram submetidos 165 artigos, dos quais 108 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 61º Seminário do GEL (2013), realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Além disso, são publicados quatro artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 112 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”. A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas tem sido publicada, nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível. Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Marcelo Módolo
Presidente da Comissão Editorial

Vestígios do sujeito: um percurso por discursos da rebornagem no ciberespaço

(Des traces du sujet: un chemin à travers les discours sur renaît dans le cyberspace)

Ane Ribeiro Patti¹, Lucília Maria Sousa Romão²

^{1,2} Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade São Paulo (USP)

anepatti@hotmail.com, luciliamsr@uol.com.br

Résumé: L'objectif de cet article est de présenter quelques réflexions sur la notion de sujet discursif dans l'Analyse du Discours proposée par Pêcheux et son interface avec la psychanalyse freudienne relue par Lacan. Ce sujet de/dans l'histoire, entre signifiants du discours idéologique et du discours de l'inconscient, est un sujet non immédiatement identifiable par l'entremise d'un discours scientifique positiviste et cartésien, car il n'est pas empirique, même s'il se matérialise dans la langue et dans l'histoire à travers tous les discours. Il révèle, en fonction de sa position et de ses filiations, les formations idéologiques qui sont à la base des Formations Discursives et qui régulent les significations possibles et impossibles de tout intra-discours. Notre fragment de corpus est constitué d'extraits d'un discours posté sur Internet concernant les bébés Reborn, un phénomène du monde contemporain impliquant des sujets-femmes qui vivifient le mort (et qui mortifient le vivant).

Mots-clés: Analyse du discours selon Pêcheux; vivification du mort ; sujet du discours ; bébés reborn ; cyberspace.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre a noção de sujeito discursivo de acordo com a Análise do Discurso proposta por Pêcheux e sua interface com a psicanálise freudiana, com releitura de Lacan. Esse sujeito da/na história, entre significantes do discurso ideológico e do discurso do inconsciente, é um sujeito que não é reconhecível pelo discurso da ciência positivista cartesiana de forma imediata, pois não é empírico, ainda que se materialize na língua e na história em todo discurso. Ele revela as formações ideológicas que sustentam as formações discursivas que regulam os sentidos possíveis e impossíveis a todo intradiscorso, conforme se posiciona e se filia. Nosso fragmento de corpus é um recorte de um discurso postado na internet sobre a rebornagem, fenômeno de nossa contemporaneidade constituído por sujeitos-mulheres que vivificam o morto (e, na dialética, mortificam o vivo). (Fapesp 2011/01395-3)

Palavras-chave: Análise do Discurso pecheutiana; vivificação do morto; sujeito do discurso; reborn babies; ciberespaço.

Este artigo pretende trabalhar a questão da “vivificação do morto” à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de filiação francesa proposta por Michel Pêcheux e da Psicanálise, fundada por Sigmund Freud e relida por Jacques Lacan. Essa “vivificação do morto” encontra-se sob a roupagem de práticas discursivas diversas em nossa contemporaneidade, porém dedicamo-nos a estudar um traço desse sintoma cultural, um sítio discursivo em que emerge um fenômeno recente na História, o universo *reborn* e toda (não toda) uma produção discursiva sobre esse produto de mercado do capitalismo tardio.

Os *reborns babies*, como são conhecidos, são bonecos que evocam um bebê real em sua aparência, tanto por seus traços bem trabalhados por uma artesã/artista, quanto pela forma como são discursivizados por suas colecionadoras, as chamadas “mamães *reborns*” ou *reborneiras*, que os colocam a circular socialmente, produzindo seus efeitos.

Feitos a partir de moldes e kits, os *reborns* são montados e “rebornados” com um sofisticado acabamento devido a um ideal que emerge como norte das artesãs: que eles sejam realísticos. Esse termo ressoa pelos discursos das consumidoras, que colocam outros termos nessa rede significante: eles são “perfeitos”, “lindos”, “maravilhosos”, “parecem vivos”, vivo que é evocativo do morto¹ na dialética psíquica-linguagem (FREUD, 1996).

Apesar de uma vasta busca em bancos de dados acadêmicos de todo o mundo, não encontramos nenhuma produção científica que retomasse a historicidade desses bonecos. Porém, na internet, diversas *reborners* (artesãs) contam essa história a seu modo, conforme ouviram “lá fora” em cursos para aprenderem a “arte *reborn*”. Um desses relatos, de Lara’s Babies Nursery,² narra que essa arte nasceu no pós-guerra quando as mães tentavam recuperar bonecos destruídos ou estragados pela guerra para darem “renascidos” aos seus filhos e demais crianças. Uma das pioneiras no Brasil (LIMA, 2011), Monickie Urbanjos³ também conta sua versão, de forma a deixar em suspenso como enigma a origem dessa técnica. A técnica foi se aprimorando assim como os materiais foram se sofisticando, de forma a chegar no Brasil, por volta de 2003 em sua versão já conhecida, com a busca incessável pelo alcance da perfeição e do realismo. A questão de como um *reborn* funciona discursivamente em seu entorno nos interessa como material simbólico que reclama uma interpretação, por isso a questão da técnica figura somente em segundo plano, pois a atualização discursiva posta em circulação na internet revela que o que se diz deles e através deles vai além de uma questão do brincar de boneca na vida adulta, revela a história do chão capitalista onde esses discursos se assentam e relançam ao futuro as ressignificações do ser mãe, mulher, adulta, fronteiras que substantivavam o ser e que agora se encontram com fronteiras borradas.

A história dessa arte se enlaça à da internet, pois foi com a difusão da rede que esse nicho de mercado encontrou o seu lugar, e foi catalisado e amplificado em escala mundial com diversas ofertas de mercado: com proliferação de cursos, de *sites* de venda, de comunidades em redes sociais que promovem encontros, trocas de experiências, trocas de informações etc. As colecionadoras logo advieram, nas tramas discursivas do capitalismo selvagem que dita “quanto mais, melhor”. Um canal da TV inglesa, BBC, produziu então um documentário⁴ que se tornou popular na rede, em que apresentam a arte *reborn*, algumas histórias de colecionadoras e o levantamento da questão relativa a possível patologização dessas mulheres que se apaixonam e colecionam compulsivamente os *reborns*. Não será nosso percurso, pois com a AD o que pretendemos fazer é observar o funcionamento linguístico de discursos promovidos em torno do universo *reborn*, seus efeitos de sentidos, seu engajamento nas formações imaginárias/ideológicas de onde se filiam para produzir sentidos e silenciamentos.

1 Não por acaso, nas apresentações em Congressos e reuniões científicas, os presentes verbalizavam sobre esse estranhamento diante das imagens que apresentamos, enunciando sobre essa fronteira opaca que constitui as aparências no imaginário sobre vivo e morto: “Nossa, parece que tá morto” ou “Olha, parece que tá vivo”, “É mesmo idêntico ao bebê humano”, “Que horror”, etc.

2 O leitor que se interessar pelo depoimento pode lê-lo na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.larababies.com/ahistriadaartereborn.htm>>.

3 Remetemos o leitor ao depoimento da artista, disponível no endereço eletrônico: <<http://www.monickieurbanjos.com.br/galeria/baby-boy/historia-da-arte-reborn/>>.

4 O documentário encontra-se disponível no endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=PzEqYhUZAoc>>.

A temática se apresenta como desdobramento de uma dissertação de mestrado (PATTI, 2009) onde a mortificação do vivo, representada pelo uso de crianças e jovens adolescentes pelo narcotráfico, se revelou como um dos efeitos do discurso capitalista neoliberal que produz uma lógica da mercadorização em que até sujeitos são tomados objetos. Escutando a mortificação do vivo, ocorreu-nos investigar sobre o lado reverso desse processo de mortificação do ser vivo, o que culminou no trabalho presente de verificar, agora, o funcionamento discursivo que produz efeitos de vivificação do morto, do inanimado, dando escuta social a um sítio discursivo que inscreve a criança-boneco (*reborn babies*) feita (de) viva, em que o morto é discursivizado de vivo, é (re)vestido de vivo, é inscrito no social (tra)vestido como um vivo. São chamados, também, por “bebês quase-reais”.⁵

Pela ótica e escuta psicanalítica, de acordo com Freud (2006 [1891]), o sujeito opera na linguagem (des)colando representações e objeto, ou seja, (des)locando e condensando, faz metáfora e metonímia, fazendo das palavras instâncias porosas e heterogêneas. Isso permite que os sentidos sejam polissêmicos, sejam outros, se instalem em determinado momento, funcionem, e sejam apagados em outro. A premissa é a de que o sujeito emerge pelo/no campo do Outro, campo da cultura em que se dão as transmissões dos valores (exterioridade) que irão atravessar o sujeito, dar corpo ao seu posicionamento no discurso (interioridade), fazendo jogar uma exterioridade que passa a ser interioridade e vice-versa, ora fazendo repetir o já-dito, ora irrompendo algo novo na tradição. A própria noção de discurso, como “efeito de sentidos” entre interlocutores (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 81) coloca em movimento esses sentidos que emergem com o sujeito conforme o lugar de onde ele enuncia e de como este é tomado pelo outro que o escuta/lê, feitos de interpelação e identificação com determinadas formações discursivas (FDs) e não outras. Pelo prisma discursivo, é suposto que o processo de naturalização de sentidos ocorra pelo trabalho da ideologia que opera na produção de evidências, chamadas de realidade/verdade pelo sujeito, naturalizadas para este, de forma a fazer simultaneamente um silenciamento necessário para que os sentidos possam emergir e se encadear de uma determinada forma, e não de outra: assim é possível ao humano “mortificar” o “vivo” e “avivar” o “morto”.

Assim, debruçamo-nos a coletar discursos postados na internet, em blogues e *sites* específicos da temática, a fim de observar a produção de sentidos (e silenciamentos) nesses intradiscursos e seus desdobramentos discursivos. Serão apresentados dois recortes de um *corpus* que permitem a circunscrição de nosso objeto de estudo na tessitura com os objetivos e com a teoria discursiva. A partir do ir e vir na teoria e no *corpus*, serão realizadas as interpretações, que preferimos chamar por gestos de leitura, considerando que na prática discursiva temos construções a partir de pontos de vista, o que significa dizer que não temos como discorrer sobre uma verdade universal ou uma interpretação unívoca, uníssona, mas uma interpretação que tem seus limites, seus silenciamentos, seus efeitos, suas incompletudes e, com isso, conservam a possibilidade de os sentidos virem a ser outros. Não outros quaisquer, mas ancorados historicamente de forma a dar sustento à língua que nela, na História, trabalha.

5 Essa designação aparece em algumas postagens em blogues e *sites* especializados e em um trabalho científico, da antropologia, feito no bojo da UnB, sobre o qual nos apoiamos para conhecer os processos de confecção e circulação dos *reborns*. Antropologia, aliás, que permite um diálogo com a AD, o que nos interessa nesse momento de tecer um trabalho na meada de M. Pêcheux, no entremeio de grandes campos e teorias, tais como a psicanálise, a linguística e a história.

Por uma e(labor)ação de uma praxis discursiva

“Tudo não se pode dizer” (GADET et al., 2011 [1982], p. 56). De acordo com as premissas pecheutianas, “em linguagem, as questões nunca estão já sempre respondidas. Elas retornam” (ORLANDI, 2011, p. 12). Nesse “campo aberto à reflexão”, continua a autora, temos uma “praxis teórica não servil”, o que nos autoriza a dizer que é uma praxis feita de uma reatualização da teoria em cada análise, e por cada analista, o que pode promover deslocamentos, incertezas, recapitulação da memória histórica (o mesmo) mas sulca furos que podem promover novos gestos de leitura do analista, pequenas reinvenções do cotidiano (ORLANDI, 2011, p. 12). Um analista promove uma leitura crítica, que convoca a opacidade da linguagem, os estranhamentos nas obviedades, um aprofundamento na escuta dos discursos (sejam eles cotidianos, não institucionalizados, sejam eles oficializados), pois tem a preocupação de observar o entroncamento da língua trabalhando na história e os atravessamentos inconscientes na estrutura da linguagem, na materialidade discursiva.

Esse espaço linguageiro em que emerge a AD reconhece a capacidade de construir temporariamente o unívoco como uma das propriedades fundamentais da linguagem, em que ela serve para comunicar, porém, diferente das ciências que trabalham nesse paradigma dos universais, a AD não ignora que “esse tipo de estabilidade (a língua como corpo de regras) autoriza ao mesmo tempo uma contínua ‘desestabilização’ da univocidade” (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 56), pois, ao comunicar, a língua serviria também para não comunicar (PÊCHEUX, 2009 [1975]). No referido texto de 1982, os autores sustentam em uma reflexão crítica, que a linguagem “é irredutível a uma ordem homogênea” (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 56). No presente trabalho, temos a oportunidade de apresentar enunciados que portam a ambiguidade em jogo de sentidos sobre a maternidade, que promovem seu deslocamento na história, sobre o real e o realismo da ficção. Era comum, por exemplo, antes da rebornagem, utilizar-se dos termos como “mãe”, “maternidade”, “adoção”, “maternagem” na emergência de um contexto familiar da esfera privada, fosse ele natural ou não (como as adoções feitas legalmente pelo discurso jurídico) em que se substantivava o ser mãe com todos os seus adjetivos. Agora, esses termos passam a significar de forma diferente, em contextos múltiplos, como nas condições de produção em que emergem “mamães” e “papais” de pets (cachorros, gatos, iguanas, etc.) e de brinquedos como os *reborns*. Assim avistamos a porção metafórica que essas designações podem suportar e fazer funcionar outras formas de discursivizá-las.

Para a AD e para a psicanálise, o repetível não equivale ao idêntico, ou seja, em cada repetição transporta-se o furo que suporta a não repetição. Dizer “mãe” não é nada óbvio e caricato se lançarmos um olhar sobre esse significante que pulula de lugar. Assim também tomamos os conceitos que serão aqui trabalhados, pois ainda que já tenham sido definidos e conjecturados nos mais diversos trabalhos acadêmicos da área, não podemos abrir mão de alguns deles com vistas ao *corpus* constituído e analisado: “a repetição, o hábito, é que possibilita trabalhar o deslocamento” (ORLANDI, 2007, p. 115), assim como perceber o silêncio constitutivo. Dessa forma, serão convocados alguns conceitos da AD pecheutiana, tais como o sujeito do discurso, ideologia e inconsciente, silêncio e silenciamento, interdiscurso e memória e condições de produção a fim de colocarmos em movimento, em discurso.

Esse sujeito da/na história, entre significantes do discurso ideológico e do discurso do inconsciente é um sujeito que não é reconhecível pelo discurso da ciência positivista cartesiana de forma imediata, pois não é empírico, ainda que se materialize discursivamente; não é quantificável, mas emerge em todo discurso e revela as formações ideológicas que sustentam as formações discursivas que regulam os sentidos possíveis e impossíveis a todo intradiscurso; não é, por fim, codificável como um DNA, pois sua materialidade é linguageira, discursiva. É um sujeito que fura com a ciência absolutista, pois ele é movente, errante, está na relatividade, nos entremeios, entre significantes, entre redes associativas que se (des)encadeiam e se (des)anelam, em uma dinamização ainda mais volátil nesta contemporaneidade em que a voz é projetada em imagem na tela de um aparelho eletrônico qualquer que sirva de suporte para conectar sujeito à grande teia mundial da WWW. Para ambas as teorias que nos apoiam é suposto que o sujeito tenha como sua grande marca a divisão que o inscreve no campo do simbólico (PÊCHEUX, 2011 [1984]).

Para Pêcheux (2009 [1975]), a forma-sujeito do discurso segue uma construção que desemboca na tentativa de diferenciar o sujeito-ego-eu, que é assujeitado, de uma posição sujeito que emerge no discurso. Questiona-se, em consonância com Pêcheux (2010 [1983], p. 303): “O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o “ego-eu” vacila?”. Desse percurso podemos extrair que o autor acolheu em suas elaborações algumas conjecturas psicanalíticas de cunho lacaniano, onde temos um ensino que inscreve o simbólico em um tripé enodado ao imaginário e ao real. Os efeitos desse nó borromeu composto de Real, Simbólico e Imaginário (R.S.I.) podem ser observados na língua(gem) de onde decorrem os encontros e desencontros do sujeito empírico, que preza a unidade, clareza e transparência em sua relação com a língua (império do imaginário), com o sujeito do discurso (que emerge na língua de forma dinâmica, ou seja, considera o simbólico, pois é dividido por ele), rompendo com o unívoco devido às suas errâncias, de modo a promover uma constante desconstrução dos sentidos considerando as emergências do real (ŽIŽEK; DALY, 2006). R.S.I. estão no mundo, na medida em que o mundo se constitui de sujeitos da linguagem que ultrapassam a “toda” naturalidade para habitarem a “não toda” realidade discursiva.

A partir dos ensinamentos de Lacan, Didier-Weill (1998) pinça o momento ontológico em que emerge/configura-se o sujeito na linguagem, como efeito da linguagem, como produto de uma operação que liga o real, o simbólico e o imaginário, marcando que o que o antecede e o possibilita é o Outro, tomado nesse momento como tesouro significante (LACAN, 1998 [1964]), de onde emana um “há” e um “não há” significante. O “não há” emerge como trauma na significação do sujeito, fazendo com que o real seja aquilo que é impossível de se simbolizar, de ser apreendido simbolicamente, resta sempre como um “oco” (ROMÃO, 2012). Respondendo ao trauma, ou, tentando contornar esse buraco, vem o simbólico tecer a língua e o imaginário a selar uma camada de verniz de fantasia. Porém um só pode existir em relação ao outro, e essa é a estrutura triádica proposta por Lacan que ressoa no percurso de Pêcheux em sua elaboração de uma disciplina de interpretação. “Aí está o acontecimento da palavra em perpétuo desdobramento: palavras que se desenvolvem em palavras indefinidamente. Não precisamos pois ser seus guardiães, nem proteger sua abertura” (ORLANDI, 2007, p. 163).

A ideologia viria regular esses encontros com o real, criando uma espécie de barreira, de véu, de verniz de fantasia, como chamamos, criando um distanciamento, as-

sujeitando o sujeito em filiar-se a determinadas regiões de sentidos onde a evidência e naturalização de alguns sentidos e apagamentos de outros viriam sustentar:

[...] no nível da fantasia, exatamente aquilo que procura evitar no nível da realidade [...]. E uma das estratégias usadas para evitar enfrentá-lo é, precisamente, situá-lo como um ideal indefinido, que é eternamente adiado. Um dos aspectos do Real é que ele é impossível, mas o outro é que ele acontece, embora seja impossível de manter, impossível de integrar. (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 90-91)

O sujeito do discurso da *rebornagem* aparece, assim, como uma forma de evitar o verdadeiro encontro com o outro, restringindo-se às suas formações imaginárias, à fantasia de ser mãe, de reviver um momento mágico etc. Esses foram alguns dos efeitos da linguagem operando nesses sujeitos do discurso, um sujeito dividido e que se representa pela palavra em curso na história, atravessada pelo inconsciente, lançando à (info)maré traços e vestígios de sua passagem.

Haveria uma hipótese que nos leva às questões gerais diante do *corpus*: a de que essa prática silenciaria a criança e mãe de fato, pois em seu lugar ficam o boneco e sua pseudo-mãe, que brinca, a sério, muitas vezes, discursivizando esse objeto inanimado, como um sintoma de nossa contemporaneidade em resposta ao mal-estar na cultura produzido pelo discurso do capitalismo. Vivifica-se o morto, às custas de uma mortificação do vivo? Todo um mercado é movimentado a partir desses discursos, fomentado pelas redes sociais e *sites* de venda. As *reborneiras* fazem festas, encontros, apadrinhamentos etc. Nesses discursos, observamos a regularidade de alguns significantes, tais como real, realismo, perfeição, felicidade, enganar, brincar, maternidade etc., os quais tomamos como entradas discursivas para discutir e promover iniciais gestos de interpretação sobre essa temática, entrelaçada à teoria que sustenta essa tese. Para este trabalho, trouxemos a entrada discursiva sobre o engodo e o equívoco presentes nesses discursos.

Sobre a questão das condições de produção da contemporaneidade em que emergem os discursos sobre o universo *reborn*

Em nosso mote teórico-metodológico, as condições de produção “São responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto”, de forma que elas constituem “parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico)” (FERREIRA, 2013, s/n). Nas primeiras definições de Michel Pêcheux sobre as condições de produção discursivas, na AAD-69, ele sustenta a seguinte hipótese, a de que:

[...] a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nestas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto e que são características do processo de produção colocado em jogo. (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 78)

O fundador da AD articula que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições dadas” e “deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 75-76). Com o estabelecimento das condições de produção, poderemos nos aproximar de como o sujeito do discurso se encorpa com esse “outro” que lhe é externo mas intimamente próximo, íntimo e interior, pois lhe constitui, lhe interpela, e é fonte das identificações pelas quais o sujeito se filia nas formações discursivas. De certa forma, as condições de produção vão determinar alguns sentidos possíveis, que vêm pela história, pela memória, e vão abrir brechas para os deslizamentos de sujeitos e sentidos se resignificarem da movência da linguagem.

As condições de produção dos discursos constituem não só a ocasião em que os discursos foram postados na rede, como é o caso de nosso *corpus*, ou como foram escritos, como se encadeiam a imagens, por quem, mas, de forma mais ampla e geral, pertencem a um contexto sócio-histórico que participa do mundo contemporâneo onde as aparências têm um papel fundamental. E mais, ainda: as aparências são postas em jogo nas infovias do ciberespaço de modo a movimentar o capital global, onde “a rede funciona como um grande shopping virtual com saúde financeira invejável” (ROMÃO, mimeo, aula do dia 27/04/2011). Esse imensurável *shopping* fiado em “nós” e “redes” baliza o comércio e mercadorização dos mínimos detalhes da sociedade, movimentando as relações econômicas (sejam afetivas ou financeiras), causando novos impactos e impasses que nos colocam em questão. Um dos braços bem marcados no tecido cibernético é o do excesso (para mais ou para menos, dependendo do ponto de vista), que nos remete para o que Mariani (2012) apresenta-nos como uma contradição nas atuais FDs fomentadas pelo capitalismo tardio:

[...] de um lado as mídias alardeiam o tudo dizer, o tudo consumir, o todo saber da ciência, o gozo de tudo; e, de outro, o esgarçamento dessa todificação, o furo no saber inscrevendo um nada comprometer-se, um nada saber e um nada afetar-se pelo outro. Nada e tudo, marcas do contemporâneo? (MARIANI, 2012, p. 57)

No “tudo dizer”, aparecem heterogêneas tagarelices avivando termos inimagináveis de serem aceitos em circulação até então, e, em rede, então, os exemplos são inúmeros: escreve-se de qualquer jeito, para qualquer um ver, e publica-se. A possibilidade de “tudo consumir” também alardeia outra ilusão pós-moderna tão sustentada nos solos áridos das fantasias capitalistas. Parece que o importante, para essa cultura marcada pela teia mundial é que se seja visto, onde a “‘invisibilidade’ seria sinônimo de inutilidade, de insignificância, de inexistência” (HAROCHE apud ORLANDI, 2012, p. 222). O universo *reborn* funciona ativamente com a mola propulsora da rede, em nichos do ciberespaço, onde acontecem as encomendas, as negociações, exposições, as partilhas de experiências na aquisição e cuidados com seu produto, o *reborn*.

Ainda é cedo para retroagirmos na história de forma a compreendermos de maneira geral sobre os efeitos da digitalização em nossas vidas, mas fica evidente (por naturalização ideológica) que a internet já funciona como um lugar-não-lugar onde características humanas valorizadas pela psicanálise, desde Freud, ganham expressão no social, e são as mesmas características que compõem o hipertexto na topologia cibernética: ele é fractal, asso-

ciativo, fluidificado, multilinear, interativo (ROMÃO, mimeo, anotações de aula do dia 27/04/2011) e quebra com a cronologia do tempo, que funciona de forma lógica (“O século que não dorme”). O ciberespaço configura-se em plena expansão, onde “cada nó se torna ele próprio um eixo a partir do qual novos nós podem brotar, quanto maior o seu número, maior a possibilidade de uma expansão ainda mais ampla” (WERTHEIM, 2001, p. 164) não é o que ocorre também ao humano, com sua multiplicidade de sinapses e associações?

O que já temos disposto na rede labiríntica oferta-se como fecundo material de análises, que funciona como um objeto simbólico que clama por interpretação, havendo, diante deles, um analista do discurso que se deixe afetar por eles. Vale retomarmos aqui os entremeios epistemológicos por onde esse analista circula para articular esses discursos aos três campos de interesse da AD: psicanálise, linguística e história: “Só uma articulação teórica desses três campos, para um analista do discurso, permite compreender, analisar e extrair consequências do fato de que, sujeito e sentidos não são um *a priori*” (MARIANI, 2012, p. 55), ou seja, é a partir das condições materiais que se constitui “o sujeito no simbólico e que se produz o efeito-sujeito como uma interioridade”.

Castells (2003) sinaliza a convergência de três fatores importantes que justificam a demanda social pela rede: 1) um novo momento da economia mundial que se abria ao final do século XX; 2) a ânsia social por liberdade individual; 3) os avanços exorbitantes da esfera computacional e das telecomunicações. Ao lançar um olhar para o fio histórico, portanto, duas grandes marcas aparecem nos funcionamentos discursivos que participam das atuais condições de produção: a primeira é que a sociedade contemporânea funciona em uma economia de mercado, o que promove a coisificação do sujeito, ou seja, (quase) tudo pode vir a ser produto de consumo imediato, e uma consequência disso seria uma planificação ou empobrecimento simbólico; e a segunda é que vivemos em uma sociedade do espetáculo (S.E.) (DEBORD, 1997), onde temos o império das aparências, um empuxo à ilusória criação de si mesmo, sendo essa S.E. produtora de um discurso cínico (onde o outro é renegado, a alteridade tende a ser solapada).

As formas históricas da interpelação ideológica atreladas ao discurso americano, vitorioso e dominante no desfecho da 2ª Guerra Mundial têm consequências no corpo, na língua e nos atos dos sujeitos que advêm filiados e identificados a esse discurso, que abarca todo um *savoir-faire* americano, o *life style* americano (o *American way of life*), que se baseia nos princípios de vida, que busca gozar da liberdade e da felicidade, mas que é traduzido equivocadamente pelo triunfo capitalista que propõe objetos de consumo para se alcançarem esses objetivos.

“Estamos no ponto em que o discurso dominante determina que não se tenha vergonha de seu gozo. Do resto, sim. De seu desejo, mas não de seu gozo” (MILLER, 2004, p. 139). Em uma sociedade em que a dissolução da vergonha se realiza, dá-se também a desfronteirização semântica que definia o que era uma criança, um adolescente, um adulto. Um dos efeitos que podemos observar, então, é essa desfronteirização discursiva que desloca o brincar da criança, socialmente esperado e aceito, para o brincar infantil, de um sujeito-adulto que faz-de-conta que é mãe, brinca e publica na internet fragmentos narrativos que contam como é ser uma “mamãe *reborn*”. Apresentaremos a seguir as sequências discursivas que ilustram este funcionamento discursivo que faz falar o engodo capitalista, o engodo da pseudo-maternidade, o equívoco que esta prática faz circular socialmente com seu discurso que vivifica o morto.

Postagens em partilha: o engodo em discurso

Tomemos os exemplos abaixo, duas sequências discursivas postadas na internet, em *sites* e blogues, em que são tecidos os sentidos de engodo, em que o equívoco do outro é causa do riso da “mamãe *reborn*”, como forma de reconhecer os “sítios de palavra” (ORLANDI, 2007, p. 163) em que o riso comparece em discurso. Copiamos os depoimentos em sua formatação original, por considerarmos que a escolha da morfologia do texto também pode contar na significação produzida por ele. Os gestos de interpretação relativos aos discursos serão apresentados em seguida.

SD (01): “Depoimentos de Mamães

Mamãe Tereza, nossa Mamãe Reborn, Parte 4:

“EU GOSTO MUITO DE PASSEAR COM OS MEUS BEBÊS, DE PREFERÊNCIA AQUELES QUE SÃO FEITOS DE MOLDES “MAIS FEINHOS”, COM “CARINHAS DE JOELHOS” E DE OLHOS FECHADOS, POIS ESTES ENGANAM MAIS GENTE, POR MAIS TEMPO E FAZEM MAIS GENTE SE APROXIMAR DE NÓS ! AÍ É UMA BAGUNÇA GERAL ! TODO MUNDO QUER PEGAR, TIRAR FOTOS ...E HOJE A MÁQUINA FOTOGRÁFICA É UM ACESSÓRIO DE PRIMEIRA NECESSIDADE NA MINHA BOLSA, POIS SEMPRE QUE SAIO COM OS MEUS BEBÊS, TIRO MUITAS FOTOS QUE USO PARA POSTAR NO MEU FLOG E ÀS VEZES NO ORKUT .

JÁ PASSEI POR VÁRIAS SITUAÇÕES ENGRAÇADAS, COMO A VEZ QUE PASSEI O MEU FILHOTE BRUCE E A MANU PELO RAIOS X NO AEROPORTO E O POVO ATRÁS DE MIM, SEM ENTENDER NADA, COMEÇOU A ME XINGAR DE LOUCA, OUTRA VEZ QUE NA RODOVIÁRIA PEGUEI UM TÁXI ÀS ONZE E MEIA DA NOITE E IA FAZER UMA CORRIDA MUITO PEQUENA ATÉ O HOTEL, QUE ERA PERTÍSSIMO DALI, E O MOTORISTA DISSE NA MINHA CARA QUE SÓ ESTAVA ME LEVANDO PORQUE EU ESTAVA COM AS BEBÊS (DALILA E DOMINGAS), MESMAS BEBÊS ESTAS QUE ME FIZERAM LEVAR UMA MULTA BRAVA POR “TRANSPORTAR CRIANÇAS NO BANCO DA FRENTE” . HEHEHE ! E NÃO TEVE CHORORÔ, POIS ENTREI COM RECURSO, QUE FOI JULGADO IMPROCEDENTE, ENTÃO PERDI O DINHEIRO DA MULTA E DO RECURSO ! EITA SÔ !”

Postado por Loh Barsand às 15:41 2 comentários

Depoimento copiado do BLOGUE DA MAMAE REBORN (Disponível em: <<http://blogdama mereborn.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 maio 2011.).

SD (02): “Dois homens me viram colocar um bebê no porta-malas do carro e ficaram me encarando. Devem ter pensado horrores de mim. Fui embora dando risada.” (Reportagem Marie-Claire)

Nessas SD (01) e (02) apresenta-se o discurso do riso, e ele discursiva e significa muito em ambas as situações, é um discurso perverso, no sentido psicanalítico, no qual ri-se da divisão do outro, do tombo do outro, onde a lógica do prazer acontece em curto-circuito, ele é centrado em si mesmo(a). Esses risos nos remetem a uma ressignificação pela malha histórica, ao momento em que a criança experimenta, em seu desenvolvimento psicosssexual, formular mentiras. Mentiras essas, que tanto lhe permitem construir uma individualidade, diferente da dos seus pais e demais referências, quanto dar vazão ao prazer de enganar o outro, em que experimenta o giro discursivo que expressa “quem sabe sou eu”, metaforizado em diversos contos e fábulas nos quais o “menor”, o “mais novo”, o “menos” – é mais esperto, rivaliza e ganha de seu oponente, que é “maior”, ou “mais velho”, que era “mais”, e nesta sequência, passa a ser “menos”, e por isso ele é risível. Goza-se da derrota

desse outro, goza-se da transgressão de um limite antes posto, que censurava ou interditava certos dizeres e fazeres.

Pensar discursivamente esses risos implica questionarmos: seriam situações engraçadas para quem? Qual seria a graça? Para que sujeito produz esse efeito de riso? Tomar discursivamente esses risos é pensá-los como produtos, ou como efeitos de discurso que provêm da lógica neoliberal dessa cultura em que impera o individualismo. As ofertas mágicas e soluções mirabolantes preveem enganar mais gente por mais tempo, para daí se extrair o maior lucro possível. Pode ser pela via do “mais científico”, do “mais rico(a)”, do “mais belo(a)”, trata-se, no discurso capitalista, de fazer valer a aparência, de vender mais, e vende-se o que aparenta. Esses risos traçam-se na via dos sentidos de um traço sacana, no qual o gosto em ver o outro se atrapalhar é o ganho extraído dessa enganação, é uma forma de tirar vantagem. O que o sujeito que ri não percebe, ou esquece (no sentido pecheutiano), é que, nesse prazer de enganar o outro, está recalcado o engano que ela se colocou quando comprou o boneco.

Na sequência discursiva (01), o sujeito se posiciona como oculto para fazer operar o engano atribuído ao *reborn*. Não é ela quem sai com um boneco feito de um “molde mais feinho”, “com cara de joelho” e “olhos fechados” e engana o outro que o vê. É o *reborn*, que, dada sua semelhança com um bebê real, com suas “imperfeições” marcadas pelo significante “feinho” e “cara de joelho” e “olhos fechados”, enreda o outro em sua teia de tapeações. De olhos fechados entra em cena o sujeito do discurso capitalista em seu engodo, que, dado à falha em satisfazer-se com o boneco, traz para seu jogo, sem que o saiba, portanto, também de olhos fechados, o outro, que só abre os olhos se percebe o engano. Onde entra esse eu em jogo, a alteridade é convidada a participar de forma nula, pois quem sabe das regras do jogo, o que é real e o que não é, é o sujeito-moi, o da consciência, que goza e porta o *reborn*; o outro resta como figurante da cena e como espectador. Segundo o 1º parágrafo da sequência discursiva (1), o outro reage se aproximando e perpetuando o viés da aparência: leva-se na brincadeira, na “pegadinha” (brincadeira popularizada pelos programas de televisão americanos e que chegaram ao Brasil se alastrando da mesma forma), registra-se o momento com fotos, divulga-se esse efeito de sentido no ciberespaço. Ri-se junto, depois.

No 2º parágrafo desta S.D. (1) aparecem outros sentidos: o outro revolta-se, por “não entender nada” e xinga a reborneira de louca por passar seus bonecos no raio X do aeroporto. Aqui o sujeito se posiciona mais uma vez do lado de quem porta o (+) e o outro (-), ela porta o entendimento de quem carrega bonecos, mas o outro não tem este entendimento, este outro “não entende nada”. O outro presta-lhe serviços (taxi) por tomar os bonecos como bebês. E o outro, representando a lei, o discurso jurídico, lhe aplica uma multa por tomar os bonecos como bebês que estavam sendo transportados no banco da frente do carro. É neste terceiro outro que escutamos a ruída do mundo mágico no confronto com a vida real, onde o riso não funciona mais como tentativa de manutenção de uma ordem social, a do imperativo do gozo, mas quando a lei faz barra como que lhe dizendo: “Tudo tem um limite!” “Você pode brincar na esfera privada, mas publicamente você acarreta consequências, provoca efeitos e precisa pagar por eles”.

O mágico funciona no mundo mágico, mas no jurídico não funciona: a consistência imaginária não sustenta a onipotência do discurso do sujeito: “não teve chororo”, nem no confronto com a criança real, com a perda do dinheiro com multas e recursos, não teve

jeito, a magia falhou e o real fez sua entrada instaurando o conflito entre o mundo mágico e o mundo real. Mas permanece o discurso do riso, efeito de gozar a qualquer preço, do engano, do se enganar, do mundo imaginário enganoso com simulacro de consistência de vida. Estar “na frente”, “sem cinto” recompõe a magia em outros termos, na cena de uma onipotência do sujeito que teria o auto poder de regeneração para continuar no jogo, sabendo-se que há uma normativa que zela pela proteção do automobilista e seus passageiros, e que proíbe o ir-e-vir de carro sem a utilização do cinto de segurança.

A sintética frase da S.D. (2) instaura o trabalho de antecipação imaginária (PÊCHEUX, 2010 [1969]) no qual o sujeito supõe que o(s) outro(s) (que são dois homens), tomado(s) pelo engodo, “devem ter pensado horrores” sobre ela. Mas ela não se detém aí, não fala de vergonha, de constrangimento, mas responde aos olhares em que supôs ler uma reprovação, indo embora. O sujeito narra que foi “embora dando risada”, revelando os vestígios do sujeito da pós-modernidade ocidental (e oriental também?) que indicia com seus gestos um “não tô nem aí pro que você pensa de mim”, fazendo um giro onde o Outro lhe constitui, onde o “*Che voi?*” lhe lançou um dia a produzir sentidos e tentar (co)responder a este Outro. É um discurso que nos faz interrogar quem são seus Outros, quem são os Outros que importam para esse sujeito que enuncia com descaso sobre esses outrinhos. Subverte ou transgredir o que retomamos pela voz de Pêcheux (2010 [1969], p. 76): “Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso”. Considerar o que imagino que o outro pensa de mim implica responder a isso de alguma forma: em atos linguísticos, corporais ou mesmo psíquicos. Este outro, aqui, não afeta o sujeito. Este responde com o cinismo, de forma a não se incomodar em zombar do outro. Dessa forma, poderíamos tomar este discurso como uma forma de compreender, em parte, o discurso cínico? Remetemo-nos aqui à reflexão esboçada de Lauro Baldini, em seu artigo “Discurso e Cinismo” (2012, p. 107):

[...] vários autores têm insistido, em obras recentes, no fato de que, para compreender o funcionamento da sociedade contemporânea, é preciso levar em conta o caráter cínico de seu funcionamento. Além disso, há uma compreensão de que é preciso levar em conta que tal funcionamento é solidário da transformação do laço social em uma forma perversa.

O cinismo pensado discursivamente incide no que Baldini (op. cit., p. 108) aponta sobre a passagem da “sociedade de produção, cujo fundamento é a repressão, para uma sociedade de consumo, cujo paradigma é o do imperativo do gozo”. Ele rememora que o fetichismo, desde Freud (1996 [1927]), “é um modo particular de relação dos sujeitos” (BALDINI, 2012, p. 108) com a angústia castração, uma resposta de saída do terceiro tempo do Édipo onde se afirma e em seguida se denega a castração. E assim, o autor sinaliza que:

[...] o desmentido fetichista é um mecanismo que permite dizer sim e não ao mesmo tempo, “a saber bem que é preciso aceitar a perda, mas mesmo assim recusar em consentir nisso, fórmula que pode ser resumida no “sei bem, mas mesmo assim” e que pode ser estendida ao funcionamento cínico do discurso. (BALDINI, 2012, p. 109)

Neste fio discursivo sobre o cinismo, Baldini (2012, p. 109) deduz que “o que pode estar ocorrendo na interpelação ideológica em sua forma atual é justamente uma modificação nesse engajamento pela vontade, fundado numa certa ética da convicção”, com a marca do cinismo, portanto. Não estamos aferindo que, das malhas de nossas

condições de produção capitalista neoliberal só se produza discursos cínicos, mas este traço de fato vem marcando alguns discursos, e parece ser o caso no exemplo do recorte selecionado na S.D. (2). Vinculada à constituição do sujeito do discurso, temos a constituição do sentido (BALDINI, 2012), o que nos leva a escutar esse discurso na conjuntura sócio-histórica do capitalismo pós-industrial da qual emanam esses valores capitalistas que fazem mortificar o sujeito e avivar o objeto, onde observamos a objetificação do outro, tomado nas histórias como um “nada importante”, como quem não faz diferença, como um mero espectador, que cria suas fantasias, mas estas não reverberam no sujeito do discurso que estamos analisando. O sujeito:

[...] sabe, mas finge não saber. O fetiche, que pode ter qualquer face, revela e escamoteia a castração, num mesmo movimento contraditório. Esse funcionamento fetichista da sociedade, a nosso ver, indica que há uma relação importante entre a sociedade de consumo e a sociedade especular, tal como Debord a concebe, pois é como fetiche que a imagem circula e é construída socialmente. É como se houvesse uma passagem, ou uma alteração no princípio ordenador da sociedade, de um registro simbólico para um registro imaginário. (BALDINI, 2012, p. 108-109)

Junto à narrativa do que ocorreu, o sujeito acrescenta uma impressão, uma interpretação, justamente porque o linguístico funciona em determinadas condições de produção. Ela sabe (ela porta o + aqui também) que colocar (ou parecer que se está colocando) um bebê num porta-malas de um carro é algo da ordem da loucura, ou de um discurso estruturalmente psicótico. Ela sabendo (com seu +) deixa o outro em posição de não saber (com um (-), então só lhes restam ficar encarando), e goza com isso, ri disso. Seu discurso significa à medida que ele é referido “ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 78). O jogo imaginário montado pela protagonista do discurso insere um objeto imaginário, “a saber, o ponto de vista do sujeito” segundo Pêcheux (2010 [1969], p. 82), que ela coloca na questão “Devem ter pensado horrores de mim”.

Considerações finais

Um objeto simbólico uma vez posto em circulação ativa a produção de sentidos, se encadeia aos já-ditos, e silencia tantos outros sentidos e já-ditos. Debruçarmo-nos sobre estes discursos sobre a rebornagem nos sensibiliza para a temporalidade da palavra, suspendendo e contemplando seu movimento pelo discurso e se abrindo ao novo. Dar-se conta desta inscrição sócio-histórica e do inconsciente no discurso permite ao sujeito se perceber em posições que significam e silenciam na malha histórica, para além de seu querer ou não querer. Aí encontra-se a possibilidade de uma transcendência, não no sentido espiritual, mas no sentido simbólico do termo, de uma escansão simbólica em que o sujeito passa a poder se dar conta de partes de seu discurso, passa a poder “traçar outros modos de contorcer, de brincar com os significantes recebidos do Outro” (CARNEVALE, 2012, p. 49), enfim, ocupar outras posições que não aquelas que linearizam o discurso, planificam ou esvaziam os sentidos do ser mãe, mulher, maternal, ser feliz etc.

Nosso trabalho intentou promover uma crítica para que a verdadeira política, a da *poli* ética, a da heterogeneidade discursiva seja colocada em jogo para que sujeitos possam emergir como sujeitos, operar como sujeitos, e fazer bascular o que se resume como aparência

de sujeito que o discurso que vivifica o morto promove em silenciamento (de)(e)feito maternidade. A crítica se faz necessária, de carona com Debord (1997[1967]), para que o mundo real não se transforme em simples imagens e estas não ocupem o lugar do vivo, pois a vida transcende o espetáculo, o imaginário, e como disse o autor sobre o sujeito alienado: “quanto mais ele contempla, menos vive” (DEBORD, 1997 [1967], p. 24).

REFERÊNCIAS

BALDINI, L. J. S. Discurso e cinismo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Org.). *Discurso e...: ideologia, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2012. p. 50-58.

CARNEVALE, A. M. O sujeito se constituindo via silêncio. In: JORNADA ENLACE ENTRE LABORATÓRIOS: LAS –CORPUS –E-L@DIS. 1, 2012: Niterói. *Caderno de resumos*. Santa Maria: UFSM, PPGL, 2012. Disponível em: http://corpus.ufsm.br/enlace/livro_enlace.pdf. Acesso em: 20 set. 2013.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIDER-WEILL, A. *Lacan e a clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da análise do discurso: a posição do leitor-autor*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>>. Acesso em: 17 set. 2013.

FREUD, S. Anexo C: Palavra e objeto. Recorte da monografia de Freud sobre as afasias: “Zur Auffassung der Aphasien”, Wien. In: _____. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente: 1915-1920*. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1891]. v. 2, p. 55-60.

_____. *Edição standard brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O futuro de uma ilusão. In: _____. *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1927-1931)*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996 [1927]. v. 21, p. 15-63.

GADET, F.; HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. (1982). Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes, 2011, p.55-71.

LACAN, J. (1964). *O Seminário, livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LIMA, M. C. de A. “*Faz-se figura humanizada*”: reflexões acerca de bebês quase-reais. 2011. 102 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARIANI, B. Análise do discurso e psicanálise. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Org.). *Discurso e...: ideologia, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo) sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2012. p. 50-58.

MILLER, J.-A. Sobre a honra e a vergonha. In: _____. (Org.). *Ornicar? De Jacques Lacan a Lewis Carroll*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. v. 1, p. 118-139.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. Ler Michel Pêcheux Hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 11-20.

PATTI, A. *Sentidos e sujeitos discursivos: filhos e netos do narcotráfico no movimento do discurso*. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1983]. p. 307- 315.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1969]. p. 59-158.

_____. Especificidade de uma disciplina de interpretação (a Análise de Discurso na França). In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1984]. p. 227-230.

_____. Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1982]. p. 55-71.

_____. *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

ROMÃO, L. M. S. Opacidade e incompletude: essa estranha tessitura do sujeito no discurso. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. M. S. (Org.). *Leituras do político*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 155-172.

_____. O que falta (também) conta: não estar onde se espera. In: MARIANI, B.; ROMÃO, L. M.; MEDEIROS, V. (Org.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 92-105.

WERTHEIM, M. *Uma história do espaço de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ŽIŽEK, S.; DALY, G. *Arriscar o impossível – Conversas com Žižek*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Identidade de adolescentes de Unidades Educacionais Internas (UNEI) do MS: entre o assujeitamento e a resistência

(Teenagers Identity in Internal Educational Units (UNEI) of MS: between subjection and resistance)

Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

celinasn@terra.com.br

Abstract: We aimed to analyze the identity representations that teenagers build during the process of teaching/learning in Educational Internal Units in Mato Grosso do Sul. This research follows the theoretical methodological discursive French perspective, whose corpus consists of interviews with teenagers, which can be understood as the intersection of Linguistics and Social Sciences by interweaving history, ideology and student relationship. We base our analysis on studies conducted by Coracini (2003a), Orlandi (2001) and Foucault (1998, 2002, 2006) with his writings on knowledge-power.

Keywords: Identity; exclusion; teenagers.

Resumo: Objetivamos analisar as representações identitárias que alunos-adolescentes constroem durante o processo de ensino-aprendizagem nas Unidades Educacionais Internas do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa que se insere na perspectiva teórica metodológica discursiva francesa, cujo corpus consiste em entrevistas feitas com adolescentes, tendo como perspectiva teórica conceitos da Análise do Discurso Francesa, que se insere no entrecruzamento da Linguística e das Ciências Sociais imbricando história, ideologia e sujeito aluno, a partir de Coracini (2003a), Orlandi (2001) e, para as questões de saber-poder, Foucault (1998, 2002, 2006).

Palavras-chave: Identidade; exclusão; adolescentes.

Introdução

Desde a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), há 22 anos, a questão da proteção à infância e à adolescência vem sendo discutida paralela à indiferença em relação às crianças pobres, envolvidas com drogas, oriundas de famílias estruturadas, vítimas de violências, de redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Sabe-se que algumas medidas têm sido tomadas, porém os resultados são tímidos em relação ao crescimento de tal marginalização. Para tanto, pretendemos compreender a problemática que envolve o adolescente-aluno autor¹ de atos infracionais, enquanto integrante de família em (des)ordem.

Objetivamos analisar as representações que os alunos infratores fazem do processo ensino-aprendizagem nas Unidades Educacionais Internas do Mato Grosso do Sul, interpretando como as relações de saber-poder e resistências são construídas entre escola, ensino

¹ Confira artigo publicado na obra: *Nas Malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade – formação de professores (língua materna e estrangeira), leitura e escrita*, organizada por Maria José R. F. Coracini e Claudete M. Ghiraldello (2011a), e em *Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão*, organizada por Maria José R. F. Coracini, (2011b).

e aluno. Temos como pressuposto que a prática da escrita não contribui para que o aluno se constitua na e pela linguagem.

Trata-se de uma pesquisa² que se insere na perspectiva teórica da linguística aplicada (LA), ancorada nos pressupostos da análise do discurso e crítica desconstrutivista, “espaço de tensão estabelecida entre uns e outros” (CORACINI, 2003b). Pretendemos, portanto, refletir sobre um contexto determinado de interação, que é a sala de aula, de forma que possamos problematizar tal espaço de ensino-aprendizagem, que muitas vezes constituem uma rotina influenciada pelas metodologias tradicionais.

Conforme Coracini (2003b), a análise do discurso de origem anglo-saxônica, iniciada por Harris (1952), vê o discurso enquanto texto, unidade maior do que a frase. A frase analisava os componentes linguístico-textuais, considerando a situação de comunicação (quem escreveu, para quem, o que, onde, como e com que intenções) como componente extralinguístico. Também de origem anglo-saxônica, com importantes repercussões para o ensino-aprendizagem e para a pesquisa, a análise crítica do discurso desenvolvida por Fairclough (1989, 1992), busca conscientizar professores e leitores dos aspectos ideológicos dos textos. Isso posto, o foco deste trabalho insere-se na AD concebida como escola francesa de análise do discurso, que é atravessada pela psicanálise (para a concepção de sujeito), materialismo histórico (ideologia) e a linguística estruturalista, inicialmente de cunho político (PÊCHEUX, 1983).

Para tanto, a visão de sujeito como trabalhamos, segundo Authier-Revuz (1998, p. 171), é “barrado, descentrado pelo inconsciente em uma relação de não-coincidência consigo mesmo, da alteridade ou da heterogeneidade [...]”.

Quanto ao corpúsculo, consiste em oito recortes dos dizeres que compõem entrevistas feitas com alunos em escolas das UNEI de Mato Grosso do Sul, em que os sujeitos produtores desses discursos são “interpretados” na perspectiva das condições de produção, em que está em jogo a relação da linguagem com a história e seus mecanismos imaginários e ideológicos. Alguns questionamentos direcionam nosso trabalho, tais como: Quais são as representações que emergem nos dizeres dos alunos sobre o ensino de língua portuguesa? Como acontecem as relações de saber-poder? Os alunos são identificados por (A1, A2, A3...), de forma a manter o sigilo que a pesquisa com adolescentes requer.

Na esteira de Pêcheux (1988), entendemos a representação não equivalente aos objetos reais, mas o jogo da simulação provocada pela formação discursiva e pelo inconsciente, pois é um ato simbólico mediante a identificação. Assim compreendemos como a produção de sentido, evocada por meio de uma memória discursiva, resulta da pressuposição e do implícito, sendo que a representação não é definida como um ato arbitrário, pois sua emergência deve ser permitida pelos mecanismos sintáticos e semânticos. Para tanto, analisamos a representação a partir das formações discursivas presentes nos dizeres, as quais reproduzem a memória discursiva evocando diferentes sentidos.

Para isso, tal noção desloca-se do eixo da “verdade” para ser solidária com a de subjetividade que se constitui na linguagem e pela linguagem, assim o sujeito, ao falar, apropria-se da linguagem, instaurando a subjetividade para falar e representar o mundo.

² Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado: “Questões Identitárias de Professores e de Adolescentes das Unidades Educacionais de Internação (UNEI) Sul-mato-grossenses sobre o Ensino e Aprendizagem da Língua Materna: representações e resistências”, financiado pelo CNPq, vinculado ao Grupo Vozes (In)formes: exclusão e resistência/Unicamp e ao Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades – Rede Latinoamericana (REDLAD), da Universidade de Brasília (UnB).

O cenário pesquisado são alunos matriculados em escolas públicas em Unidades Educacionais de Internação (UNEI), instituições essas onde são aplicadas as medidas socioeducativas aos adolescentes autores de atos infracionais que são “internados” para que possam passar por um processo de recuperação e de ressocialização, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2006).³ A faixa etária dos internos compreende dos doze aos dezenove anos, uma vez que, mesmo tendo completado dezoito anos, o adolescente permanece lá até a tramitação final do seu processo ou até o término do cumprimento da medida socioeducativa. Dentro da UNEI funciona uma escola estadual, onde os internos dão continuidade aos estudos. O sistema da escola é o multisseriado, de forma que um professor dá aula ao mesmo tempo para vários anos escolares e, na maioria dos casos, a idade do adolescente não corresponde ao nível escolar.

Abordaremos, a seguir, alguns conceitos que norteiam este trabalho. Segundo a AD, a análise consiste num processo que envolve descrição e interpretação, pois, quando se interpreta, visa-se a compreender como um objeto simbólico produz seus sentidos e como está investido de significância para os sujeitos que o interpretam (ORLANDI, 2001).

Para discutir as indagações feitas aqui, é preciso estabelecer os pressupostos teóricos, trazendo alguns conceitos básicos. É o que passaremos a discorrer neste texto. Para isso, está dividido em duas partes: na primeira, tratamos de alguns conceitos como: discurso, sujeito, formação discursiva e relações saber-poder, e, na última, interpretamos as representações de alunos, procurando apontar os efeitos de sentido, a partir dos seus dizeres num dado momento sócio-histórico.

Sobre o sujeito e relações de poder

Dedicaremos-nos, neste item, a alguns conceitos básicos da Análise do Discurso Francesa e da teoria do filósofo Foucault, conforme se seguem: discurso, sujeito, formação discursiva e relações de saber-poder. Para Foucault (2002, p. 61-62), o discurso não é a manifestação de um sujeito que pensa, que conhece, que o diz, mas sim, um “conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”. Sendo, portanto, um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. Dessa maneira, um discurso tem relação com outros discursos realizados, imaginados ou possíveis, afirma Orlandi (2001), ao explicar que, ao dizer, o sujeito sustenta-se em outros dizeres e também espera efeitos sobre o interlocutor.

Para tanto, em Foucault (1998, p. 19), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Apoiado sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos, uma vontade de verdade. O discurso não é apenas um objeto que traduz as lutas ou “sistemas de dominação”, mas o objeto por cuja posse lutamos (FOUCAULT, 1998, p. 30).

Nas Unidades Educacionais, essa legitimidade é constituída pelo “poder-saber”, tido como verdadeiro nos dizeres de professores, coordenadores, agentes e diretores. Foucault

³ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovado em 08/06/2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA).

(1998, p. 36) cita que a disciplina é vista como “um princípio de controle da produção do discurso”, embora não possa ser concebida como a soma de todas as verdades que a concernem. Complementa o filósofo que devemos, ao analisar o discurso, partir da noção de “acontecimento”, “regularidade”, “série” e condições de possibilidade para sua formação. De uma maneira geral, a proposta foucaultiana visa a analisar os procedimentos de controle discursivo para, assim, compreendermos, por meio das regularidades discursivas, como se forma o discurso.

Foucault (2002, p. 133-136) discute que a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos ligados no nível dos enunciados, submetidos à “forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam”, ou seja; assujeitados a uma mesma regularidade e dispersão de fato (p. 133). Assim, para o pesquisador, um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, sendo que a “regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva” (p. 135). Assim, neste texto, tratamos de formação discursiva, interpretando os enunciados como formas de repartição e sistema de dispersão, em que há posições, funcionamentos e transformações (p. 43).

Ao tratar das práticas do poder, as relações que se estabelecem entre o saber e o poder, Foucault (2006a, p. 223-240) analisa os dispositivos do poder nas “sociedades disciplinares”, as instituições desenvolvidas para controlar os corpos nas prisões, nas fábricas, nas escolas. Aborda, também, as “técnicas de si”, a “governamentabilidade” (FOUCAULT, 2006a, p. 281), ou seja, os procedimentos de subjetivação.

O sujeito é, portanto, o lugar para onde Foucault olhou na construção de sua obra. Ele é o seu objeto, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária. Pensando o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que ele observa as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes. Esse sujeito constrói as formações imaginárias, que, na visão de Coracini (2003a), são representações do aluno e do professor reveladoras da identidade de um e de outro, entendendo identidade não como um conjunto de “características congeladas” que nos diferenciam uns dos outros, mas como um processo que está sempre se modificando.

A exemplo do que discute Coracini (2003a, p. 275), notamos que os adolescentes buscam constantemente falar pela voz do outro (alunos, professores, coordenadores, Instituição UNEI) que os constitui ideologicamente. Esses sujeitos pensam ter controle de seus dizeres, visto que tais atitudes “se imbricam, uma vez que as identificações não são nunca singulares, mas fragmentadas, fraturadas e multiplamente construídas” (CORACINI, 2003a, p. 279). Dessa forma, tratamos das representações, a partir do que constitui o imaginário dos alunos sobre a escola e o ensino de língua materna, postulando que esse sujeito é incapaz de autocontrolar e controlar os efeitos de sentido do seu dizer. As formações imaginárias que os alunos atribuem a si e ao outro são sempre perpassadas por relações de resistência e poder.

Concebe-se aqui o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, pois é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que ele observa as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes (FOUCAULT, 2006a).

Os dizeres de (1) a (8) são respostas dadas às indagações sobre a disciplina Língua Portuguesa e sobre a escola.

Sobre a aula de Língua Portuguesa e a Escola: conteúdo apreendido ou procedimentos do professor?

Na entrevista com os alunos, foi solicitado que relatassem acerca do que gostariam de aprender nas aulas de Língua Portuguesa. Confira:

- (1) P: *E não tem alguma coisa específica que você gosta de aprender assim?* Ah!!! de vez em quando a professora **passa umas atividades massa** para nois e nos faz... tudo e ganha ponto... P: e você gosta de português? Gosto. (S5).
- (2) Ah! **ta bom já..()...** o que é **preciso ensinar**...P: *Gosta de Português?* Gosto... gosto mais de matemática... é mais fácil praticá... calcula números. (S15).

Tanto em (1), quanto em (2), esses sujeitos não abordam sobre as aulas de Língua Portuguesa, mas, sim, sobre qualidades e procedimentos dos professores.

No recorte (1), para S5, a atividade dada pelo professor é bem recebida, porém não se sabe dizer o porquê, uma vez que parece mais importante conseguir a nota, a recompensa em: “e nois faz... tudo e ganha ponto”, indicando que a aula de língua portuguesa tem importância por causa da nota, da avaliação que é feita constantemente pelo professor. Ele faz a atividade por resistência ao poder, pois, uma vez lá dentro, necessita ter disciplina, “ganhar ponto”, significa ter relatório favorável à saída de lá. Os professores que também foram entrevistados, mas que não constituem foco deste texto, disseram que a avaliação é feita a partir do que o aluno assiste em sala de aula, pois não é permitido aos alunos levarem material didático para os alojamentos.

Durante as coletas, presenciamos uma avaliação bimestral em que o professor apresentou um texto “Brinquedos de Criança”, de Mário Quintana, com questões dissertativas, algumas com enunciados complexos⁴ diante da realidade dos alunos. O professor leu o texto, fez uma rápida explicação, a seguir, lia questão por questão e indicava de onde o aluno teria que “copiar” a resposta correta. Nota-se que o professor não dá espaço para que o aluno responda, ele faz a pergunta que está no texto e ele mesmo já trata de indicar onde está a resposta, talvez por insegurança em relação à nota dos alunos que será apresentada aos pais, ou por ter o saber-poder. Esclarece-se, aqui, que era uma das avaliações que são entregues aos pais quando vão visitar seus filhos. Observa-se que essa é uma das formas como o professor controla a aula: ele se assujeita ao ensino tradicional, estruturalista pelo conteúdo, pela disciplina, avaliação e procede ora preenchendo lacuna deixada propositamente, escolhendo a alternativa correta ao aluno, ora respondendo a pergunta que está evidente no texto do aluno, ou não. Coracini (1995, p. 27-33) relata situações muito próximas em suas pesquisas sobre leitura de língua materna e estrangeira.

No recorte (2): “Ah! ta bom já..()... o que é preciso ensinar”, o adolescente recorre ao adjetivo modal deôntico “preciso” (NEVES, 2000, p. 188), que exprime consideração por parte do adolescente e necessidade por obrigatoriedade. Deve-se ensinar o que está na

4 Por exemplo: “Qual a aparência atual do poeta? Qual é o sentimento atual do poeta? Então ‘Brinquedos de criança’ é um poema lírico?”.

“ordem do discurso”, cumprir o planejamento da escola e do professor, assujeitar à Instituição. Além disso, ele apresenta atitude de resistência ao que o professor ensina. Nessa relação de poder, o professor cumpre sua função e o aluno reage por ter que cumprir sua obrigação dentro da escola da UNEI.

Ancorados nas reflexões feitas até aqui, vimos que esses alunos não veem a linguagem enquanto função informativa, comunicacional e interacional, e tal distanciamento é observado praticamente em todos os alunos, com exceção de algumas meninas, que parecem apresentar motivação pela leitura e escrita. Vejamos parte do relato de uma aluna da tribo Caiuá:

- (3) Eu gosto de todo...eu go::sto de lê::de escreve::eu gostaria muito de iscre... lê... porque quando eu via minina ((filha dela))...le:: eu também queria le...ah! eu num se::i... eu sEI escreve...mais... num...eu TO aprendeno... quando cheguei aqui... porque num sabia **nada...nada...nada...nada... nada...**a única coisa que chegava aqui... eu **chorava...chorava...chorava...** i daí... eu fui depois... é a professora arrumou para mim um caderno...comecei a **escreve...escreve...** e daí... lá no quarto... ela ensinava... a (H) ((nome de sua colega de alojamento)) daí ela me ensinou... quando ela ta bem... ela me ensina...daí eu **aprendi...aprendi...aprendi...** agora escreve eu sei... mais lê:: eu num sei... eu gostaria mUIto de le...eu to aprendendo um pouco...*P: na sua língua você sabe escrever, em Caiuá?* Hum...hum... num sei... **até** porguêis...**até** guarani eu esqueci... aqui... porque conversando tudo português... e daí **até** guarani eu esqueci... alguma palavra eu esqueci... e daí eu falava com guarani... eu falava com português...misturei com o português...(S12).

Inicialmente, o relato do sujeito (12) é marcado pela narrativa de vida ao chegar na UNEI, com dezessete anos, sem ter estudado na aldeia de Caiuá; já era mãe e foi acusada de ter matado a enteada (filha de seu esposo). Trouxemos as condições de produção aqui para que o leitor compreenda o que se segue sobre sua narrativa: esse sujeito recorre aos fatos presentes na memória para restabelecer os pré-construídos que surgem aos poucos em forma de relato e repetições, iniciando pelo momento atual (na UNEI) em: “Eu gosto de todo...eu gos::to de lê:: de escrevê”. Em seguida, ele se assujeita ao discurso da Instituição, retoma o tempo decorrido quando vivia com sua filha, no momento em que ela aprendera a ler – “quando eu via minina...lê:: ((minha menina))”. Observa-se que a memória, às vezes, se (des)organiza no momento da narrativa e constitui-se de fragmentos (imagens e discursos), pela reiteração do verbo “gostar”, uso do pronome indefinido “tudo”, acompanhado dos verbos ler e escrever.

Essas falas são “selecionadas” pelo eu-narrador, que, ao dizer, é também dito, em: “eu também queria lê...ah! eu num se::i... eu sEI escrevê...mais...num...eu TÔ aprendeno”. Aqui o uso do verbo “querer” refere-se a um desejo, ligado a uma modalidade da ordem da necessidade e por acreditar na possibilidade de compreender o que a rodeia e ser compreendida. Segundo Achard e Pêcheux (2007, p. 56), “a memória não é entendida como uma esfera plena [...] cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório”. Observa-se nessa fala que há disjunções, deslocamentos e retomadas entre um tempo pretérito: “eu também queria lê” e um presente contínuo: “eu TÔ aprendeno”; e um contra-discurso em: “eu num se::i... eu SEI escreve...”, negando e afirmando ao mesmo tempo.

Na sua narrativa, há repetições, ao deslocar seu dizer para o atual lugar discursivo, UNEI, significando resistência à adaptação ao ambiente privado: “quando cheguei aqui... porque num sabia nada...nada...nada...nada...nada...a única coisa que chegava aqui... eu chorava...chorava...chorava... i daí... eu fui depois... é a professora arrumou para mim um

caderno...comecei a escreve...escreve...[...] daí eu aprendi...aprendi...aprendi”. O uso do advérbio “nada”, de forma recorrente, e as repetições do verbo “chorar” reforçam sua resistência, apontando não só para a insatisfação, mas também para o novo espaço, o tempo (pelo uso do verbo no pretérito – ‘aprendi’) que está “trancado” e o desejo da liberdade por estar em um lugar totalmente desconhecido.

Assim, esse sujeito demonstra certa ansiedade, durante nossa conversa, pois falava ininterruptamente, sem que algo fosse lhe perguntado, narrando fatos desde sua origem, educação, sua mãe (que, segundo ela, não lhe criou, em: “...porque::: eu num cresço com minha mãe eu cresço com meu tio daí eu num ponhava na escola eu queria estudá...”), vida na aldeia, esposo (que teria matado a própria filha e acusando-a desse crime), preocupações com a filha que ficou na aldeia e sua passagem pelo presídio masculino, emergindo, desse relato, sentimentos e pensamentos que nos levam a vê-la como um sujeito jovem-adolescente-senhora que sente-se triplamente excluída do seu grupo, da sua etnia Caiuá.

Tal exclusão se deve, primeiro, por ser acusada de um crime por sua própria família (esposo que também foi preso); segundo, por ser da etnia Caiuá, foi levada pela polícia a um lugar avesso, hostil ao seu mundo. Inicialmente, para o presídio masculino de Coronel de Sapucaia-MS, como ela mesmo afirma: “daí eu caí dia 17 de novembro de 2010... eu fui lá na cadeia sem comê sem Nada!... daí passava fome... fome...sede...sede.. [...] é na cadeia de maior... [...] lá eu tava sozinha... ninguém tava lá me chamavam de vagabunda...a polícia [...] e daí::: sem cama... sem nada... sem coberta... eu passava frio [...] e daí::: a polícia falou você vai lá pra UNEI feminina e daí::: eu cheguei aqui morrendo de fome... de sede... e daí:::”.

E o terceiro fator de exclusão é o seu deslocamento para a Unidade Interna (UNEI), onde, principalmente, não falam sua língua e, como agravante, está privada de liberdade. Para um indígena, que é nativo, o afastamento do contato da natureza lhe é caro. Notamos que esse sujeito usa de forma contínua o marcador conversacional “daí” com finalidade de sustentar a interlocução para manter o turno ao denunciar sua situação, e, ainda, sua fala parece entrecortada, aparecendo suspensão do “desenvolvimento sintático regular do enunciado” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 100-101), em: “lá eu tava sozinha... ninguém tava lá me chamavam de vagabunda...a polícia”, causando rupturas no desenvolvimento do fio sintático e denunciando a exclusão.

Em: “até português... até guarani eu esqueci... aqui... porque conversando tudo português... e daí até guarani eu esqueci... alguma palavra eu esqueci”, a preposição “até” foi produzida entre um sintagma nominal+preposição+sintagma nominal, assinalando “circunstanciação de limite numérico” (NEVES, 2000, p. 627), produzindo o efeito de sentido de afastamento do sujeito-indígena da sua língua materna, o guarani, o que leva à perda da identidade, já esfacelada, que se desloca pela presença de outra língua e discurso, o que corrobora para sentir-se no entremeio. Segundo Coracini (2007, p. 50-51), Derrida (1996, p. 31) aborda a questão da identidade como “um sentimento de (ilusão?) pertença a um grupo, a uma nação, a uma etnia”. A partir desses dizeres, vemos que a identidade desse sujeito é marcada pela divisão, o desejo de se constituir como sujeito que pertence a uma etnia, possui uma historicidade na aldeia Caiuá com o marido (que foi preso), com a filha que teria ficado com a cunhada, segundo ela.

E agora passa a viver na UNEI, onde diz que: “...eu num se:::i fala bem:::eu vim aprendê aqui fala bem portugueis:::”. Esse sujeito informa que já está lá há sete meses e,

apesar de mostrar-se preocupado com a filha, diz não querer mais voltar à aldeia Caiuá. Enfim, os dizeres desse jovem-sujeito produzem o efeito de sentido de deslocamento do seu local de origem, porém sem o desejo de voltar à origem (ser Caiuá) e ainda na falta da família e da língua. É como se já não soubesse mais qual língua lhe pertence (português ou caiuí), qual falar, ler e escrever dentro da UNEI. Sente-se excluído.

Passemos aos dizeres sobre a escola:

- (4) **A verdade... na verdade eu não gosto** de estudá... é...porque sei lá... **eu acho** meio cha:::to acordá de manhã... esse é meu problema...**eu não gosto** de acordá de manhã...
P: você vem na escola todo dia? Vem... mas quando eu to ruim assim... aí... eu peço remédio... aí eu entro pra dentro...
P: e todos vêm todo dia? É quando num tá doente vem né...(A1).
- (5) **Sei lá acho que** é bom né! É...**sei lá...**(A3).
- (6) Ah!!! ((breve silêncio))... eu **num... num tem nem como** falá isso **não!** (A4).
- (7) Ah ... igual a escola... como eu posso falá... da vida né! Porque que **nem se eu tivesse** estudando eu num tava aqui... **se eu tivesse** ouvido a minha mãe **eu num tava aqui...** tava de boa tranqüilo trabalhando... como agora minha mulher ta grávida na rua né! Vai ganhá nenê e eu num vô ver porque eu vô ta preso né! **Já perdi** seis meses no ano passado...e **agora** então **sete... oito... nunca** se sabe... isso aí que é ruim né! (A5).
- (8) Bom...**sei lá...**((ele fica em silêncio)) **aqui** nesse **lugar aqui quem** vai achá **bom!**
P: então... é por um tempo... num é isso? Isso... P: mas a escola você gosta? Gosto...(A13).

No recorte (04), o sujeito-adolescente tenta, de uma maneira singular, produzir uma verdade que não é comprovada por uma testemunha, mas pela sua palavra, sua voz. Notamos, nesse recorte e em outras falas dos sujeitos, que há uma preocupação em provocar um efeito de verdade, enquanto “técnicas de si”, ligadas às relações de poder que emanam das confissões e das práticas de falar de si (FOUCAULT, 2006b). Para esse aluno, o pesquisador pode representar alguma influência no seu processo de soltura. Assim, ele marca a sua “verdade” pela reiteração desse substantivo, ao mesmo tempo em que nega o gosto pelo estudo pelo uso do pronome “eu”, funcionando como sujeito do seu discurso, com a justificativa de que seu organismo não contribui para acordar cedo.

A narrativa desse sujeito segue com o uso da adversativa “mas”, que contrapõe o que foi dito pela justificativa de problemas de saúde; o que mais aparenta ser uma desculpa para o “ócio”. Observa-se que, nos dizeres: “A verdade... na verdade eu não gosto de estudá!”, emergem vários sentidos silenciados, como, por exemplo, o que ocorre em sala de aula, na escola? qual a sua opinião sobre a escola? não gosta de estudar ou estaria desmotivado? Talvez desmotivação, pelo fato de a escola ser uma obrigação, o que não tem sentido para a vida deles.

Em (5), a fala desse sujeito é lacônica ao usar a partícula expletiva “lá” para dar ênfase à sua (não) opinião sobre a escola, diz “achar bom”, provavelmente porque todos falam que é “bom”, mas essa não parece ser sua opinião, produzindo um efeito de sentido de incerteza, dúvida. Ele parece inscrever-se no entremeio, na escola (dentro) e na rua (fora), talvez porque as condições de produção não permitam que diga: a escola é um lugar onde se tem a obrigação de demonstrar boa postura, a fim de abreviar a liberdade. É como se preferisse não falar ou não pudesse falar (interdição), significando o silenciamento, em que para dizer é preciso não dizer. É a proibição de determinado discurso, “um

tabu”; na teoria foucaultiana, em *A ordem do discurso*, é o controle: não se pode dizer tudo e em qualquer lugar. Nota-se que os dizeres “Sei lá acho que é bom né! É...sei lá” e “Bom...sei lá”, em (5) e em (8), apagam necessariamente outros dizeres: a escola não lhes faz sentido, por isso, eles não a simbolizam; daí o uso recorrente da expressão “sei lá”, e outras com sentido semelhante, como: “...num sei não” (S25), “um passatempo... um passatempo...fora da cela” (S30).

O mesmo acontece no recorte (06), em que ele denega, negando duplamente pelo uso de “num tem nem como” e “não”. França Neto (2006, p. 153-156) comenta, a partir da teoria freudiana, que, no inconsciente, “não existe a palavra ‘não’, pois lá é o império do ‘sim’, onde tudo é permitido, independentemente de responder ou não à lógica da razão ou às leis morais”. Assim, a denegação⁵ constitui-se numa operação em que a representação recalcada no inconsciente vem à consciência, sob a condição de ser negada; ao dizer que não se sente em condições para avaliar a escola, o adolescente silencia a razão de não ir à escola.

A noção de “denegação” possibilitou a Authier-Revuz (1990, 1998) articular a heterogeneidade constitutiva representada. De acordo com a autora (1998), a heterogeneidade é sempre constitutiva, de forma que o sujeito busca marcar seu lugar delimitando o discurso do outro de forma consciente; controlando e demarcando ele mesmo, o lugar do outro, isso leva à denegação da alteridade, e ele se vê fonte do seu próprio discurso. É possível que, por não poder dizer que a escola não tem significado para ele, prefere dizer que não sabe, para depois dizer o que o outro espera ouvir: “acho que é bom, né?”.

No recorte (07), S5 também silencia sobre o sistema educacional-prisional da UNEI, uma vez que, em seus dizeres, ele compara a escola com o aprendizado que se adquire durante a vida, pelo uso contínuo da oração condicional iniciada por “se” e pelo uso do verbo “ter” no imperfeito do subjuntivo: “se eu tivesse”, acompanhado da oração principal no gerúndio “estudando” e do particípio “ouvido”. Esse adolescente não fala o que lhe foi proposto sobre aquela escola/ensino especificamente, mas lamenta ter estado ausente da escola.⁶ O uso do advérbio “agora” remete ao tempo da enunciação, que é o período atual, e pode prolongar-se por um período seguinte em: “sete...oito (meses)”.

Por meio do advérbio “nunca”, significando ‘em nenhum tempo’, ‘jamais’, emerge aí o discurso sobre a lentidão, a morosidade da justiça, tão recorrente na mídia brasileira,⁷ que denuncia a todo o momento a demora no julgamento dos processos, tornando seu tempo dentro da UNEI imprevisível. Por esses dizeres, seu imaginário parece voltado à sua família ou para si mesmo na UNEI e não para a escola, uma vez que admite ter perdido muitas oportunidades na vida.

Em “já perdi”, o advérbio “já” reforça o sentido de fato consumado produzido pelo pretérito perfeito: esse adolescente, hoje com dezessete anos, cursando o 6º ano, lastima o “tempo” que ficou internado na UNEI, de que emerge o efeito de que a escola, na UNEI, é perda de tempo.⁸ Por outro lado, silencia o que o levou até lá. Ao usar a forma

5 Para Kaufmann (1996, p. 356-357), Lacan vai dizer “que é somente pela negação da negação que o discurso humano permite retornar à ‘fala inconsciente’”.

6 Durante a entrevista, disse que está na UNEI pela segunda vez porque esteve envolvido com drogas.

7 Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,MUL578834-10406,00-+LENTIDAO+DA+JUSTICA+BRASILEIRA.html>>. Acesso em: 26 out. 2011, às 10h28.

8 O tempo referido corresponde também ao internamento, por seis meses, em outra unidade na cidade vizinha do MS.

hipotética “se eu tivesse”, ele denuncia a impossibilidade de retorno ao passado, criando o efeito de sentido de uma desculpa para o que está acontecendo, inocentando-o da culpa. Assim, ele não assume a responsabilidade por estar na Unidade.

E, em (8), o adolescente, em vez de falar da escola, fala do espaço-sistema fechado em que vive, representado pelo uso do dêitico “aqui”, que é o sistema prisional, precedido do operador “sei lá”, reforçando que as imagens que surgem em sua memória são ligadas a acontecimentos do seu dia a dia no sistema prisional e não no educacional.

Enfim, os resultados apontam que os alunos transitam do assujeitamento à resistência, pois a aula surge como um dispositivo do poder,⁹ um micropoder, cujas estratégias caminham numa rede – da mão do professor para a mão do coordenador ou do aluno.

Passa-se da sociedade disciplinar do modelo “panóptico”¹⁰ para a sociedade de controle, em que a vigilância no espaço de clausura é dividido e rarefeito (FOUCAULT, 1987). Esse dispositivo de controle passa a atuar em todos os setores da instituição UNEI, onde esse micropoder está espalhado também entre o aluno que tem o poder de acatar a situação para ter o poder de sair do sistema.

Algumas considerações

Tivemos como objetivo interpretar as representações que alunos fazem do processo ensino/aprendizagem nas Unidades Educacionais Internas do Mato Grosso do Sul. Enquanto resultados, os dizeres, por um lado, confirmam pouco sobre a prática da escrita, por outro, silenciam e resistem.

As representações sobre a escola dificilmente trazem opinião sobre ela; são falas de efeito generalizante, que apontam para a desmotivação e para a “(não)funcionalidade” da escola: a escola, por ser uma obrigação, não tem sentido para a vida deles; é apenas um meio para alcançar a liberdade. Alguns dizem que não se sentem em condições para avaliar a escola, e há silenciamentos sobre a razão de (não) ir à escola.

Notamos que já se constitui uma regularidade o fato de os alunos verem a escola como um espaço em que poderão garantir um relatório positivo para conquistar a liberdade. Eles não parecem preocupados com o conteúdo que é dado, com o aprendizado para o mercado de trabalho; sua expectativa recai sempre na escola como um espaço físico mediador que se frequenta para demonstrar bom comportamento, disciplina e conquistar a liberdade. Agradam para transparecer submissão ao professor e ao regulamento da Unidade Educacional de Internação (UNEI).

Enfim, o aluno resiste pela paciência, agrada para transparecer submissão ao professor e à ordem do discurso da Instituição UNEI, ele é materialmente dividido desde sua constituição, é assujeitado às condições de produção e representa lugares institucionalmente determinados (UNEI), de modo que a liberdade de atribuição de sentido ao enunciado é

9 “O tema do poder é, na realidade, para Foucault, um modo de enfrentar o tema do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 324), para tratar dos modos de subjetivação, sendo, portanto, visto como uma instância positiva.

10 “O panoptismo é o princípio geral de uma nova ‘anatomia política’, cujo objeto e finalidade não são as relações de soberania, mas as relações de disciplina” (CASTRO, 2009, p. 314). Segundo Foucault (1987, p. 209-210), no sistema panóptico benthamiano, o sujeito é vigiado durante todo o tempo, sem que em alguns momentos, não veja seu observador, nem que saiba em que momento está sendo vigiado.

comprometida, porque se assujeitam às malhas das determinações das formações ideológicas e não veem funcionalidade na língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2007.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas-SP, Unicamp, n. 19, 1990.

_____. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Cláudia R. C. Pfeiffer et al. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. *Estatuto da Criança e Adolescente – Lei Federal 8.069*, 1990.

BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília, 2006.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.) *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas-SP: Pontes, 1995.

_____. *Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003a.

_____. A Análise do Discurso na Linguística Aplicada. In: CASTRO, Solange T. R. (Org.) *Pesquisas em Linguística Aplicada: novas contribuições*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003b. p. 17-33.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: língua (materna e estrangeira), o Plurilinguismo e tradução*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Org. de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia A. Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (DE IV), 2006a.

_____. *Ética, sexualidade e política*. Org. de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (DE V), 2006b.

FRANÇA NETO, O. A *Bejahung* nas conexões da psicanálise. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 153-163, 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt ext&pid=S0103-56652006000100013. Acesso em: 24 set. 2011, às 20h.

NASCIMENTO, C. A. G. S.; MORETTI, L. C. et al. Representações de professores e adolescentes de unidade educacional de internação (UNEI): deslocamentos e silenciamentos. In: CORACINI, M. J. R. F. *Identidades Silenciadas e (In) visíveis: entre a inclusão e a exclusão*. Campinas-SP: Pontes, 2011a.

NASCIMENTO, C. A. G. S.; SILVA, E. R. et al. Ethos e discurso: a construção da identidade de adolescentes de Unidades Educacionais de Internação (UNEI) no Mato Grosso do Sul. In: CORACINI, M. J. R. F.; GHIRALDELO, C. M. (Org.). *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade*. Campinas-SP: Pontes, 2011b.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

Discurso e memória

(Discourse and memory)

Claudia Pereira de Souza

Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul)

11claudia@bol.com.br

Abstract: Starting with the notion of writing a social practice, which revolves around linguistics, history, ideology and the unconscious, this paper proposes a reflection about the exercise of writing. The studied *corpus* is an individual report about the life of an immigrant who left Iati, Pernambuco, in 1952, with his family. The report goes up to the present days, and the immigrant, who has been living in Taboão da Serra (Grande São Paulo) for 50 years and in the state of São Paulo for 61 years, brings us information about the development of the city of Taboão da Serra. In a nutshell, the objective is to analyze how the subject brings itself to subjectivity in that practice of writing. To verify the question of subjectivity, we use other concepts in the analysis, such as memory, alterity and identity.

Keywords: Memory; alterity; identity.

Resumo: Partindo da noção de escrita como prática social articula entre o linguístico, o histórico, o ideológico e o inconsciente, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre o exercício da escrita de si. O *corpus* analisado trata-se de um relato individual sobre a trajetória de um imigrante e sua família que saem de Iati (Pernambuco), em 1952. O relato segue até os dias atuais, em que o imigrante, morador de Taboão da Serra (Grande São Paulo) há 50 anos e do estado de São Paulo há 61 anos, apresenta ainda informações sobre a constituição da cidade de Taboão da Serra. Em síntese, objetiva-se analisar como o enunciador se subjetiva nessa prática de escrita. Para verificar a questão da subjetividade, aplicamos, na análise, os conceitos, de memória, de alteridade e de identidade.

Palavras-chave: Memória; alteridade; identidade.

Considerações iniciais

Este trabalho, que segue a linha de pesquisa “Texto, discurso e ensino: processos de leitura e de produção do texto escrito e falado”, é parte de uma proposta maior do curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, sob a orientação da Dra. Patrícia S. Leite Di Iório. O início dessa discussão é o papel da memória no processo da escrita de si. Neste artigo, para discutir o papel da memória na constituição do sujeito, na perspectiva do discurso, tendo como *corpus* a escrita de um idoso, apoiamo-nos basicamente em Le Goff, Bosi, Coracini, Pêcheux e Orlandi, que nos trazem contribuições ao estudo sobre os lugares e o modo como a memória se efetiva.

O *corpus* analisado, constituído de um relato individual, apresenta inscrições que nos convidam a analisar os efeitos de sentidos construídos na escrita de si e nos levam a crer que subjetividade e alteridade são resultantes do trabalho de memória, uma vez que o sujeito-autor, ao escrever sobre si, escolhe e sistematiza, (re)edita palavras proferidas em outros contextos sócio-históricos e que ressoam produzindo lembranças e esquecimentos.

Pêcheux afirma que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos e etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1995, p. 52)

A dúvida é por que, então, no processo da escrita, o retorno a saberes que convocam uma tomada de posição do sujeito têm relações de discrepâncias? De acordo com Pêcheux (1995), o funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos põe em jogo a relação do sujeito com aquilo que o representa, ou seja, estabelece relação com o imaginário. Segundo o autor, trata-se das ideologias, que não são ideias, mas forças materiais, que constituem os indivíduos em sujeitos.

Quando dizemos retorno a um conjunto de saberes na escrita, ou qualquer outra ação do indivíduo, estamos-nos referindo a um sujeito que se constitui no próprio processo discursivo e que se subjetiva e (des)constrói memórias. Sujeito, subjetividade e memória são constitutivos de práticas políticas e produzem conhecimentos, efeitos e memórias.

Pêcheux mostra que o trabalho de interpretação é um processo contínuo de construção e desconstrução, e que os efeitos discursivos ocorrem de modo desigual e contraditório, ou seja, a memória permite a “repetição” da história, mas os sentidos se deslocam, porque na língua é possível estabelecer um jogo das subversões. Por isso, o trabalho da memória não é memorização psicológica: realiza-se na movimentação contraditória e desigual da história e da língua.

Então, a relação do sujeito-autor com a escrita de si, no espaço de uma folha em branco ou na tela do computador, é tensão. A relação entre a sua língua e as práticas no decorrer de sua vida é um lugar de resistência na constituição do sujeito de linguagem. Na prática de linguagem dos sujeitos, proveniente da história de vida, encontra-se, portanto, todo um funcionamento discursivo por meio do qual as lembranças vêm significar, refletir de um modo muito próprio, o que é efeito do esquecimento. Nesse processo, ao retornar a suas experiências durante as narrativas, mas também ao projetar novas experiências, o sujeito se subjetiva, colocando em questão as presenças e ausências de sentidos silenciados que sustentam a escrita de si.

O que se põe em cena, portanto, na escrita de si, é o direito à memória, o direito ao passado, que é um direito que as sociedades desenvolvidas não só respeitam e proveem, mas também tomam como critério para as suas transformações. Portanto, um direito ao passado que, ao mesmo tempo, projeta um direito ao futuro, o qual é construído como efeito de memória. A função da língua materna é dar suporte para esses sujeitos colocarem em circulação sentidos constitutivos de sua identidade.

Eckert-Hoff e Coracini (2010), em seus estudos, questionam o lugar ocupado na e pela língua, já que ser sujeito implica, de acordo com Scherer, “ser/estar na língua e no lugar ocupado nela” (2005, p. 5). Desse modo, a relação entre sujeito e língua que se constitui a partir da memória e do esquecimento da prática silenciada permite observar e explorar os processos de identificação no jogo entre passado, presente e futuro, entre os sujeitos e o imaginário sócio-histórico que circunda o ensino e a resistência da língua escrita, além de trabalhar os aspectos simbólicos que envolvem o processo de constituição da

relação entre sujeito e escrita de si, nos quais as interdições históricas funcionam no mais íntimo, no mais subterrâneo.

Discurso e memória

Partimos da ideia de que a memória deve ser entendida enquanto fenômeno social, já que o ser humano é um indivíduo social e pertence e se identifica com esse universo, reproduzindo modos de agir, pensar e sentir que são exteriores a ele e exercem poder de coerção. Segundo Bosi (2003, p. 16), essa preexistência e esse predomínio do social sobre o individual deveria, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos, como a percepção, a consciência e a memória. Assim, consideramos a memória como construída coletivamente e passível de transformações constantes, ou seja, nossa memória não é genuinamente individual, mas coletiva, passível de uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e agrupamentos sociais que não estão parados no tempo, mas em constante reformulação. Segundo Halbwachs (2006), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, assim sendo, nossas lembranças são, da mesma forma que nossas ideias, reflexões, sentimentos e paixões estabelecidas no interior de um determinado grupo, são compartilhadas por indivíduos e grupos sociais com os quais nos relacionamos. Logo, segundo o autor, a memória coletiva é relativa à sociedade e é uma interpretação das experiências vividas, sendo distinta do discurso histórico “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 2003, p. 17).

Sobre a memória individual, Halbwachs (2006) afirma a existência de uma “intuição sensível”, um estado de consciência puramente individual, distinto daquele em que há dados do pensamento social, presente na base de toda lembrança. É o que em parte garante a coesão e a unidade coletiva, concebida pelo pensador, como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. É um ponto de vista sobre a memória construída coletivamente. A memória individual não é isolada, seu suporte de apoio está relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela história. Ocorrendo a partir das referências e lembranças do grupo, então a memória individual deve ser percebida a partir do lugar ocupado pelo indivíduo no grupo e nas relações que mantém com outros meios. A linguagem é, nesse sentido, o instrumento que possibilita a socialização da memória, reproduzindo, aproximando e unificando no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens atuais.

Memória é trabalho, então Bosi (2003) assinala como excepcional o seu caráter livre, espontâneo. Afirma que lembrar é reconstruir. Nossas lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas, pois a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores, de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. É uma imagem engajada em outras imagens. Podemos criar representações baseadas na percepção do passado de outras pessoas, na nossa imaginação do que ocorreu, ou simplesmente naquilo que internalizamos de representações pertencentes a uma história oficial.

À medida que os acontecimentos se distanciam, temos o hábito de lembrá-los na forma de conjuntos, dos quais se destacam às vezes alguns, mas que abrangem muitos outros elementos, que não podemos distinguir nem enumerar completamente. Por isso, devemos duvidar da sobrevivência do passado tal como foi, isto é, lembrar o passado no momento presente silencia a identidade entre as imagens de um e de outro, propondo a sua diferença em termos de ponto de vista. No entanto, não podemos considerar a memória somente a partir da imaginação, da representação histórica ou de elementos que nos sejam exteriores. O processo de construção da memória passa sempre pelo sujeito.

Ao trabalhar com a relação entre memória e história, Halbwachs (2006) afirma que a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural, ou seja, são memórias coletivas. Já o que entendemos por história é a compreensão da sucessão de acontecimentos marcantes de um país e que não se resumem a datas, nomes e fórmulas, mas são correntes de pensamento e de experiência nos quais reencontramos nosso passado. Logo, pensando a partir da história, as memórias coletivas são apenas detalhes. Nesse sentido, a maior diferença entre esses dois elementos está no fato de a história ser entendida como o resumo dos eventos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas se encontra muito afastada das percepções do sujeito, ou melhor, “a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente” (HALBWACHS, 2006, p. 80). Portanto, história lida arbitrariamente com o passado, pois os fatos que trabalha muitas vezes estão distantes dos indivíduos, ou seja, da memória coletiva. Então, não podemos considerar a existência de uma “memória histórica”, uma vez que a história é algo distinto do que chamamos de memória coletiva.

Para compreender os estudos de memória, e fazer uma incursão mais específica sobre memória organizacional, é interessante iniciarmos por uma reflexão sobre a formação do conceito e do papel da história desde a Antiguidade clássica, com Heródoto, até historiadores e filósofos mais recentes. Ao longo do tempo, a busca incessante do historiador foi pela objetividade diante da ambiguidade da história. A história seria, na verdade, o reino do inexato, conforme manifesta Le Goff (2003).

Reconstruindo a evolução do conceito de história, Le Goff (2003, p. 129) apresenta, sob uma nova perspectiva, as principais questões da historiografia contemporânea. Entre elas, na França, o final da década de 1920, crescia em influência a chamada *École des Annales*, liderada por um grupo de historiadores reformistas, reunidos ao redor de Marc Bloch e Lucien Febvre. Desde 1929, esses pesquisadores vinham publicando uma revista intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*, que tinha por objetivo afastar a historiografia de sua dependência da política, como era o gosto da corrente positivista ainda largamente hegemônica. O postulado é que outros temas deveriam servir de interesse ao historiador, novos campos de pesquisas deveriam ser abertos, graças ao impulso da arqueologia, que não se limitassem mais às visitas aos arquivos estatais atrás das decisões dos governantes, dos reis ou dos presidentes. Uma outra história deveria então nascer, abarcando as mentalidades das épocas passadas, a geografia, o clima, os costumes, a vida cotidiana.

Le Goff (2003) sinaliza para os paradoxos e as ambiguidades da história para melhor defini-la como ciência e, para isso, contrapõe diversos autores e suas metodologias e linhas de pensamento. Marc Bloch (apud LE GOFF, 2003, p. 23) não gostava da definição de que a história é a ciência do passado, e considerava absurda a própria ideia de que o passado,

enquanto tal, poderia ser objeto da ciência. Ele propunha que se definisse a história como a ciência dos homens no tempo, e pensava nas relações que o passado e o presente entretêm ao longo da história, considerando que a história não só deveria permitir compreender o presente pelo passado atitude tradicional, mas também compreender o passado pelo presente. Confirmando resolutamente o caráter científico e abstrato do trabalho histórico, não aceitava que fosse creditado exclusivamente à cronologia. Muitas vezes, seria vantajoso ler a história ao contrário. Afinal, o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história (LE GOFF, 2003, p. 24). À relação essencial presente-passado, ele pontua o acréscimo do horizonte do futuro. Partindo disso, que postula a existência de duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. Segundo Le Goff (2003, p. 29), a primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido da relação nunca acabada entre o presente e o passado. Para Le Goff (2003, p. 32), o fato não é, em história, a base essencial de objetividade, tanto porque os fatos históricos são fabricados e não dados quanto porque, em história, a objetividade não é a pura submissão aos fatos. A cultura histórica não depende apenas das relações memória-história e presente-passado.

No século XVI, foram determinados cientificamente dois sistemas de periodização que marcaram uma mudança na ciência histórica: a divisão tripartida da história da humanidade em história antiga, história medieval e história moderna, e a definição aritmética do século em cem anos, por oposição à noção sagrada, mítica do século. As grandes religiões e civilizações estão ligadas por períodos que são as Idades do Ouro inicial e final, a evolução da humanidade ocorre pela destruição das condições naturais e morais da vida. Nesse sentido, o conceito de idade mítica traz a repetição do inicial, como nas religiões do eterno retorno, fazendo passar o mundo e a humanidade por séries de ciclos, eternamente repetidos. A sucessão de ciclos em que as idades míticas retornam indefinidamente chama-se Teoria dos Ciclos. A concepção dominante da história continua sendo a do retorno cíclico, passando por fases de progresso, apogeu e decadência. Isso acontece, inclusive, com a história das nações. Primeiro elas são bárbaras, depois se tornam grandes e polidas e são conquistadas, então voltam a ser bárbaras, porque enfraqueceram com a polidez. Essas teorias de ciclos e idades na religião judaico-cristã deram origem a calendários míticos e datas proféticas, cujo uso político e ideológico desempenhou um papel importante na história e até hoje inspiram uma série de projetos de memória organizacional baseados somente em efemérides.

De acordo com Le Goff (2003), a história parece não ter uma linha do tempo uniforme, ela é explicada como acontecida ciclicamente dentro das oito principais civilizações (egípcia, babilônica, indiana, chinesa, mexicana, árabe, clássica e ocidental), sem continuidade entre elas. Cada uma fechada em si mesma, acontecendo sem contatos nasce, cresce, envelhece e morre, realizando seu próprio ciclo vital. A história cíclica acontece com as peculiaridades da vida humana e com os mais diversos acontecimentos do mundo. O homem é um ser imerso em temporalidades, e, portanto, associado à subjetividade, identidade, memória e diferença. Existe o tempo clássico da Antiguidade, num modelo cosmológico, com características cíclicas, ligado ao movimento dos astros, portanto ligado a questões exteriores ao homem e à espacialidade. Na Idade Média, o tempo é aquele ligado a uma possível eternidade, com fortes aspectos de religiosidade, em que o tempo terreno é considerado como transitório até a morte – o homem intemporal. Os tempos denominados modernos inauguram uma espécie de tempo linear em direção ao futuro, num tipo de negação

do passado a ciência busca negar valores atribuídos ao passado, busca apontar somente o presente como melhor e baseia-se numa concepção, na maioria das vezes, equivocada de progresso. E também o tempo pode ser subjetivo, ligado especialmente ao mundo interior e regido pelos ritmos das sensações e impressões pessoais desencadeando numa memória individual, sendo qualitativo e não mensurável.

A memória discursiva

A década de 1960 abriu um largo território para a área das ciências sociais. Nesse período, entram em cena Michel Pêcheux e a Teoria do Discurso. A Análise do Discurso de orientação francesa, na base de sua construção teórica, fomenta discussões que nos fazem pensar sempre em questões que envolvem “o sentido”. Noções de sujeito e de sentido foram muito pesquisadas por Pêcheux. O conceito de memória discursiva também é um dos aspectos centrais analisados por esse teórico. Pêcheux aponta que:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1995, p. 52)

Para Pêcheux, todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro discurso. Os sentidos vão-se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não conseguimos recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente. A memória discursiva, também enfatizada por Pêcheux como interdiscurso, de outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, que, entretanto, continua alinhando os nossos discursos.

Nesse sentido, Orlandi (2012) explica que o conceito de interdiscurso de Pêcheux nos mobiliza a compreender que as pessoas estão ligadas a esse saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos pela ideologia e o inconsciente. Para essa autora, o interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas. O “sentido”, tão explorado por Pêcheux, é sempre uma palavra por outra, ele existe em relações de -transferência- que se dão nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório.

O *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) assinala, no verbete sobre memória discursiva, que o discurso está atrelado à memória de maneira constitutiva, focando dois planos importantes: o da textualidade e o da história. Segundo o dicionário, o discurso vai tecendo progressivamente uma memória intratextual. Ao produzir um enunciado, podemos nos lançar a um enunciado já dito.

Nesse jogo discursivo, segundo Pêcheux, os enunciados produzidos em outro momento da história podem ser atualizados no novo discurso ou rejeitados mais tarde em novos contextos discursivos. Com a memória discursiva, os enunciados pré-construídos podem ser operados na formação discursiva de cada sujeito que, ao produzir novos discursos, estabelece relações com tudo o que já foi dito, com o interdiscurso, com sua memória discursiva.

Michel Pêcheux (1995, p. 171) nos reporta, quando se refere ao interdiscurso, às formulações anteriores, àquilo que todo mundo sabe, isto é, aos conteúdos de pensamento de um sujeito universal, à base da identificação e àquilo que todo sujeito em situações específicas, pode ser e entender sob a forma das evidências do contexto situacional.

Coracini e Ghiraldelo (2011, p. 33) apontam que a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem. As autoras também definem a memória como constituída de esquecimentos, pois silenciam outros sentidos, ou seja, sempre que afirmamos algo ou interpretamos um acontecimento, um texto, enfim, deixamos de lado outros sentidos, seja de forma consciente ou inconsciente.

História de vida

Nas ciências humanas, o movimento de recuperação da memória tem origem como a necessidade de enraizamento, pois o vínculo com o passado extrai a força para formação de identidade. Bosi (2003) afirma que quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época, pois ao se colocar um relato em um papel, acabamos suprimindo as dissonâncias, como impertinências, conflitos que são apagados e olhares e expressões faciais que não conseguimos expressar no papel. A autora também cita a força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador. Mesmo participando ou testemunhando os fatos o locutor poderia dar-nos uma descrição diferenciada dos fatos devido à sua ideologia, havendo “portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe” (BOSI, 2003, p. 18).

Para Bosi (2003), a memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade, cabendo-nos interpretar tanto as lembranças quanto os esquecimentos e omissões quando presentes na narrativa, pois são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas e dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época. Seria impossível termos um “fato puro memorizado”, pois ao relatar um acontecimento ou um fato, ele virá carregado de representações ideológicas, porque a narrativa não é unilinear e mostra a complexidade do acontecimento com pontos de vista diversos, às vezes opostos, sendo uma recomposição constante de dados.

Segundo Coracini e Ghiraldelo (2011), a escrita permitiu que muito do passado, inacessível por outras vias, chegasse até nós transformando, trazendo acesso a um tempo que não vivemos, mas que nos precede e, como tal, nos anuncia e deixa seu legado. É o que elas chamam de memória histórica.

Assim, de acordo com Bosi (2003), podemos atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações.

Análise do *corpus*

Desde o início do crescimento urbano de São Paulo no século XX, a população nordestina que vivia em condições quase desumanas, sem trabalho, sem comida para se sustentar e com outras necessidades, viram nesse centro urbano em desenvolvimento uma oportunidade para largar sua região de origem e construir uma vida melhor para seus filhos e para si mesmo. Mas a migração dos nordestinos se intensificou a partir da década de 1950 com o aumento dos empregos oferecidos. Uma parte da população via (e até hoje vê) os nordestinos como um povo que só migrou para tirar o emprego da população paulista, os via como um povo preguiçoso e pobre que deveria voltar para o local de onde veio. Mas o que essa parte da população não compreende é que o povo nordestino auxiliou muito na mão de obra para o crescimento urbano de São Paulo, ou seja, todas as construções que vemos e estamos tem algum nordestino envolvido, e todas elas são de suma importância para o nosso dia a dia.

O relato individual de um morador da cidade de Taboão da Serra, em São Paulo, que conta um pouco de sua trajetória de imigrante vindo de Iati, Pernambuco, em 1952, até os dias atuais, 2013, é o *corpus* analisado neste trabalho. Esse morador vive em São Paulo há 61 anos, e em Taboão da Serra, há 50 anos. Essa seleção foi motivada por se tratar de um dos moradores mais antigos da cidade e ter vivenciado a sua formação.

Assim, solicitamos ao senhor José Cordeiro Lopes que escrevesse um pouco de sua trajetória e enviasse seu relato por *e-mail*. E ele mostrou-se muito entusiasmado com tal convite. Segue abaixo fielmente seu texto.

José Cordeiro Lopes, nasci em 1947 na Cidade de Iati Pernambuco, seu pai Braz Lopes Filho funcionário publico tinha uma vida muito simples, sempre pensou em dar melhores condições de vida para sua família diante de varias dificuldades financeira cada dia ficava mais preocupado, motivado com as noticias comentários de amigos que em São Paulo avia muito trabalho e também se ganhava muito dinheiro, meu pai resolveu deixar minha mamãe e seus quatro filhos e vir sozinho para São Paulo, isso em 1950. Depois de dois anos e muito sofrimento de ambas as partes de meu pai em São Paulo minha mãe em Iati com seus quatro filhos dependendo que meu pai mandasse dinheiro para nossa sobrevivência.

Em 1952 minha mamãe recebeu uma carta e dinheiro com um pedido de meu pai que ela pegasse um pau de arara e viesse para São Paulo. Veja vocês minha mãe Maria Salustiana Cordeiro analfabeta e quatro filhos de 9,7,5,3 anos de idade Maria do Carmo, Maria das Mercedes, José, e Luiz Braz, imaginem 17 dia de viagem em um caminhão era chamava pau de arara. Em junho de 1952 começava a via sacra de nossa família. O que parecia solução se tornou em longo período de sofrimento, e incerteza após dezessete dias de viagem chegamos a são Paulo. Dormimos por três dias no albergue da antiga estação da luz, a espera do trem que nos levaria ate Vera Cruz Paulista, estado de São Paulo. Onde meu pai já estava há dois anos. Moramos na Fazenda Bela Vista, por seis anos.

Em 1958 agora já vivendo a realidade que nada era face mais continuava mantendo a esperança de melhora. Fomos morar em Londrina Paraná, na Fazenda Coro do Boi durante quatro anos. Na época não havia escolas nas fazendas, minha mãe preocupada com seus filhos que agora já eram seis em se criarem sem estudo e alem

das dificuldades que eram diversas, a ilusão de sair do meu Pernambuco na esperança de ganhar dinheiro que os nordestinos tinham, Estava se tonando em pesadelo, pela terceira vez. Lá estávamos mudando de estado novamente, apedido de minha mãezinha meu pai resolveu retorna a São Paulo.

Em 1963 chegamos a Taboão da Serra, morando em uma favela no Arraial Paulista, novas dificuldades surgiram, pois sem profissão e sem saber ler e escrever não arrumava emprego, com ajuda de amigos fui trabalhar de servente de pedreiro, muito difícil para mim, mas pelo menos tinha meu dinheiro para sobreviver, daí em diante as coisas começaram a tomar novo rumo em minha vida. Comecei estudar com quinze anos cursando terceiro ano fundamental, aos dezessete anos terminei o quarto ano fundamental, devido os horários de escolas e minha idade, parei com os estudos.

Neste momento tinha que tomar uma decisão, como já estava trabalhando em uma metalúrgica decidi prestar uma prova na vigésima escola americana para fazer um curso de torneiro mecânico.

Após dois anos, me formei torneiro mecânico e minha vida começou a mudar totalmente, já como profissional comprei um terreno e construí minha casa.

Com passar do tempo e experiência adquirida de grandes empresas como Massey Ferguson, Villares, Voith Siemens e Votorantim e alcancei o ápice profissional, somando 43 anos trabalhando como metalúrgico.

Sempre envolvido com os esportes conquisei vários campeonatos de futebol amador e alguns títulos como professor de Karatê. Sempre envolvido com sociedade de bairros e cobrando dos governantes melhorias para o Parque Pinheiros onde moro. Na verdade me apaixonei por Taboão da Serra, devo muito a esta cidade que me acolheu de braços abertos moro a quarenta e oito anos aqui.

Aqui casei e tenho três filhas Patrícia Siqueira Lopes, Adriana Siqueira Lopes, Izabella Vasconcelos Lopes depois desta longa caminhada, posso dizer que valeu a pena vir para São Paulo tenho uma linda família.

E falando um pouco de minha infância tenho muitas lembranças, da fazenda com 10 anos de idade das brincadeiras quando na internada montava em bezerros caindo vários tombos e isso para nós garotos era uma farra, muitas vezes chegava machucado em casa e ainda apanhava de minha mãe, viver na roça não tem dinheiro que pague a liberdade de ter uma vida simples do sotaque de caboclo do andar descalço das festas de São João com fogueira rezas de terço quentão pipoca muitos fogos Saudades.

Há que se observar, num primeiro momento, que a própria proposta de produção textual já se inscreve numa memória e promove o encontro entre uma atualidade e um acontecimento.

A partir disso, observamos, no texto, determinadas marcas linguísticas que, ao mesmo tempo, convocam uma memória e produzem lacunas, silenciamentos. Ou seja, ao se constituir autor, o sujeito lineariza saberes que são da ordem do sócio-histórico, como é o caso do pai que migrou para São Paulo devido à oferta excessiva de emprego.

- (01) [...] seu pai Braz Lopes Filho funcionário publico tinha uma vida muito simples, sempre pensou em dar melhores condições de vida para sua família diante de varias dificuldades financeira cada dia ficava mais preocupado, motivado com as noticias comentários de amigos que em São Paulo avia muito trabalho e também se ganhava muito dinheiro, meu pai resolveu deixar minha mamãe e seus quatro filhos e vir sozinho para São Paulo, isso em 1950.

Percebemos que ao linearizar tais saberes, o enunciador privilegia alguns sentidos, silenciando outros. Esse movimento do sujeito, embora da ordem do inconsciente, é constitutivo da prática da escrita. Assim, o gesto de escrever implica a inscrição do sujeito-autor, mas também do sujeito-leitor, em uma determinada rede de sentidos, determinados sócio-historicamente. Em outras palavras, o que torna esse texto legível, interpretável, é a memória discursiva.

Chama-nos a atenção ainda o modo como o autor desse texto joga com a questão da memória, pois, ao mesmo tempo em que resgata saberes, aspectos culturais do passado, atualiza esses saberes, trazendo-os para os tempos atuais. Podemos também perceber uma memória de natureza afetiva em seu texto, como vemos em:

- (02) Veja vocês minha mãe Maria Salustiana Cordeiro analfabeta e quatro filhos de 9,7,5,3 anos de idade Maria do Carmo, Maria das Mercedes, José, e Luiz Braz, imaginem 17 dia de viagem em um caminhão era chamava pau de arara. Em junho de 1952 começava a via sacra de nossa família. O que parecia solução se tornou em longo período de sofrimento, e incerteza após dezessete dias de viagem chegamos a são Paulo.

Por isso é que podemos afirmar que o sujeito, ao se inscrever na prática da escrita, é determinado por uma memória da ordem do já-dito, mas também, em suas operações, (des)constrói memória. Assim, como já pontuamos anteriormente, ao se constituir autor de um texto, retornando a suas experiências individuais durante a narrativa, o sujeito se subjetiva, movimenta-se entre a sua singularidade e a alteridade do outro. Ao produzir o exercício da escrita de si, inscreve-se em si e no outro, promovendo encontros entre realidades, constituindo-se no acontecimento.

- (03) [...] a ilusão de sair do meu Pernambuco na esperança de ganhar dinheiro que os nordestinos tinham

Nesse caso, temos a inscrição de si na materialidade do texto, pelas marcas linguísticas do outro: *nordestino*. Também marcada por esse mesmo processo, temos a inscrição do pai do autor, caracterizado como homem sério, preocupado com o sustento de sua família.

Trechos como o citado abaixo levam-nos à reflexão do que o autor a escrever de si, marcando-se como outro. Não podemos responder a essa questão de forma pontual, mas, considerando o sujeito discursivo, diríamos que a escolha dessas marcas linguísticas, e não de outras, marca justamente o modo como o sujeito se subjetiva, inscreve a sua singularidade nesse texto. No exercício da escrita de si, o sujeito, conforme já pontuamos, inscreve-se sempre em si e no outro. E, muitas vezes, ao relatar, falar de suas experiências, inscreve-se no outro para falar de si, o que pode representar uma falta, da ordem do inconsciente, que faz aflorar sentidos que estavam silenciados, apagados de sua memória. Logo, ao produzir esse texto, o autor não fez outra coisa senão revelar esses sentidos que estavam silenciados. Vejamos o exemplo abaixo:

- (04) [...] seu pai Braz Lopes Filho funcionário público tinha uma vida muito simples, sempre pensou em dar melhores condições de vida para sua família diante de várias dificuldades financeiras cada dia ficava mais preocupado

Ainda em relação à memória, segundo Pêcheux (1995), é importante dizer que esse texto só se torna um acontecimento a ler, se convocarmos dizeres, saberes da época da expansão do café para São Paulo, o leitor precisa resgatar a memória discursiva que marcou essa data para produzir um gesto de interpretação para esse texto, para inscrever-se na sua discursividade, para significar.

Quanto ao trecho abaixo, cabe dizer que se entende por memória uma interpretação, invenção, ficção, rememoração, em que o esquecimento faz parte do agenciamento do passado, logo não há controle se é o inventado, o imaginado, o negado ou o rememorado, pois não há limites entre ficção e realidade, ou seja, memória é esquecimento, como pode ser notado em:

- (05) E falando um pouco de minha infância tenho muitas lembranças, da fazenda com 10 anos de idade das brincadeiras quando na internada montava em bezerros caindo vários tombos e isso para nós garotos era uma farrá, muita vez chegava machucado em casa e ainda apanhava de minha mãe, viver na roça não tem dinheiro que pague a liberdade de ter uma vida simples do sotaque de caboclo do andar descalço das festas de São João com fogueira rezas de terço quentão pipoca muitos fogos Saudades.

Por fim, cabe reforçar tanto o papel da memória quanto o papel da alteridade na constituição de sentidos desse texto, já que é inscrevendo-se numa determinada memória sócio-histórica, nesse caso a da expansão do café, que o sujeito do discurso se singulariza, ao mesmo tempo em que se constitui pelo outro, silenciando alguns sentidos e evidenciando outros. De acordo com Eckert-Hoff e Coracini (2010), buscar fios na memória e traçar a escritura é rastrear inscrições no corpo a partir da intervenção do outro.

Considerações finais

Para finalizarmos este artigo é importante pontuar algumas questões a título de conclusão, embora a conclusão nunca seja definitiva, justamente pela característica lacunar que a escrita assume ao ser tratada numa perspectiva discursiva. E tratar a escrita numa perspectiva discursiva, como pontuamos ao longo do artigo, significa considerá-la, antes de tudo, uma prática social que não se resume ao linguístico, mas que é determinada pelo histórico e pelo ideológico, em que o exercício do sujeito escrevente é da ordem da falta, justamente por estar afetado pelo inconsciente.

Ao analisarmos textos produzidos pelo senhor José Cordeiro Lopes, observamos algumas características que são inerentes à prática da escrita, como as citadas no parágrafo anterior, e que, portanto, não mudam na escrita. No entanto, há outras características que são diferentes.

Em relação à memória, verificamos que o autor constrói uma memória produzindo um efeito de passado, jogando, algumas vezes, com o presente, e isso marca o modo como esse sujeito se subjetiva ao produzir seu texto. Resgatando experiências já vividas, tal diferença se justifica pela questão da própria idade e das condições sócio-históricas e ideológicas que cercam a vida desse sujeito.

Parece ser prazeroso ao sujeito escrever, já que ele resgata experiências marcantes, faz aflorar faltas que o constituem e, de repente, sentidos calados, silenciados, passam a constituir a vida desses sujeitos. Portanto, ao produzir seu texto, ele não demonstra uma preocupação com a escrita formal das regras escolares, sendo a sua escrita uma escrita fluida, que faz aflorar sentimentos e subjetividades.

A matéria prima do depoimento com o qual trabalhamos no relato de memória são as lembranças. Para Halbwachs (2006), a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Ou seja, as lembranças não vivem no passado, ao contrário, precisam de um tempo presente e serem projetadas e ancoradas por um sentido. Elas também jamais se apresentam isoladas, são de ordem relacional e envolvem outros indivíduos: nas lembranças, nunca estamos sós.

Entendemos que a memória, individual ou coletiva, é necessária à atualização da percepção da realidade, e é o que torna possível a compreensão das transformações operadas na sociedade. Um relato, fundado na memória, é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: língua (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, M. J.; GHIRALDELO, C. M. (Org.). *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Representações de “cadeia” em discursos de detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS: disciplina e/ou relações de poder?

(Representations of “jail” in speeches of inmates from the Female Prison in Três Lagoas-MS: discipline and/or power relations?)

Daniele Cristina Scaliante

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

daniele_scaliante@hotmail.com

Abstract: This paper has the goal to show the power relations in letters of inmates from the Female Prison in Três Lagoas-MS, interpreting possible representations of “jail.” Therefore, the methodological procedure consists of the analysis of excerpts from selected letters, as our goals. The theoretical outline is based in the Analysis of the french Discourse line, by Coracini's contributions (2003, 2007) about identity, and also in the assumptions of the philosopher Foucault (1979, 2006b, 2012) about power relations, subjectivity, self writing and discipline. The analysis indicates that in/by representations of “jail”, the female prisoners see themselves in a place of exclusion, leaving by self writing, marks of subjectivity by lapses and contradictions.

Keywords: Discourse Analysis; power relations; inmates; self writing.

Resumo: Este trabalho objetiva apontar as relações de poder em cartas de detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS, interpretando possíveis representações de “cadeia”. Para tanto, o procedimento metodológico consta da análise de excertos das cartas selecionadas, conforme nossos objetivos. O arcabouço teórico é fundamentado na Análise do Discurso de linha francesa, pelas contribuições de Coracini (2003, 2007) sobre identidade, e, ainda, nos pressupostos do filósofo Foucault (1979, 2006b, 2012) sobre relações de poder, subjetividade, escrita de si e disciplina. A análise indica que nas/pelas representações de “cadeia”, as mulheres detentas se veem num lugar de exclusão, deixando, via escrita de si, marcas de subjetividade por lapsos e contradições.

Palavras-chave: Análise do Discurso; relações de poder; detentas; escrita de si.

Considerações introdutórias

Discursos cristalizados, representações imaginárias e relações de poder constituem e atravessam o contexto prisional. Tais discursos categorizam de modo, por vezes, homogeneizante, sujeitos e lugares, e, nesse caso, há ideologias que buscam consolidar a dicotomia “dominante/dominado”. Nesse sentido, objetivamos apontar as relações de poder em cartas de mulheres detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS,¹ interpretando possíveis representações de “cadeia” que emergem em sua escrita,² a fim de compreender de que modo essas representações constituem sua subjetividade.

1 Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dra. Celina Ap. G. S. Nascimento, vinculada ao projeto de pesquisa: “Linguagem, discurso e identidade de adolescentes e adultos em situação de exclusão: escrita de si” e ao Grupo Vozes (In)fames: exclusão e resistência/Unicamp.

2 “Cadeia” é a denominação utilizada pelas mulheres detentas na escrita de suas cartas para referir-se a esse contexto de privação da liberdade.

Em face de pretendermos contextualizar o tema de investigação aqui proposto, cabe, neste momento, a informação de Simões (2013) sobre os dados que descrevem a atual situação desse contexto de privação da liberdade no Brasil. Segundo a autora, enquanto a população carcerária masculina teve um aumento de 106% entre os anos de 2000-2010, a população feminina aumentou em 261%. A autora alerta que o encarceramento feminino suscita questões diferenciadas, uma vez que esse tema é abordado, geralmente, com enfoque na privação de liberdade masculina. Ainda, segundo Simões (2013, p. 55), o encarceramento feminino requer singularidades específicas e, nesse sentido, a autora pontua: “em um estabelecimento prisional feminino as questões de classificação de como segurança, visitas, revista íntima e outras deveriam ser levadas em conta diante de características particulares da mulher”. Esses dados são relevantes no sentido de que os discursos das mulheres detentas são também atravessados por essa atual situação de criminalidade, cabendo observar, entretanto, que a disciplina perpassa os contextos de privação de liberdade feminina e masculina.

Assim, a Lei de Execução Penal de 1984 (BRASIL, 2009), em seu artigo 44, trata da disciplina da seguinte forma: “A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho”. Consoante com a lei, também os discursos aqui analisados emergem na/pela interdição, pois os sujeitos que escrevem devem responder não só corporal, mas discursiva e ideologicamente ao que pede a Instituição Presídio, o que lhes produz, perante a sociedade e ao sistema, uma imagem de sujeitos controlados.

Nesse tocante, vale também ressaltar as reflexões de Foucault (2012, p. 133) sobre a disciplina. O autor relata que os diferentes processos disciplinares se deram ao longo do tempo, em instituições distintas, como, por exemplo, nos conventos e exércitos. Conforme o filósofo, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação perpassaram a questão disciplinar. Isso porque, nesse momento histórico da disciplina, nasce uma arte do corpo humano, em que um mecanismo busca torná-lo obediente e útil. A esse respeito, o autor diz que essa mecânica de poder visa a manipular “como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 2012, p. 133).

Considerando esses aspectos até aqui assinalados enquanto constituintes do cenário de que tratamos, este trabalho surge da necessidade de investigar, por meio dos discursos de sujeitos supostamente silenciados/controlados, a relação entre sujeito, sociedade e Instituição, uma vez que esse contexto de privação da liberdade é perpassado por regimentos e, sobretudo, autoridade, poder e disciplina.

Para tanto, partimos da hipótese de que, da escrita das mulheres detentas, emergem discursos da resistência que marcam a constituição de sua subjetividade, uma vez que são pela Instituição, bem como pela sociedade, consideradas sujeitos controlados e disciplinados. Algumas questões norteiam este trabalho, tais como: quais as estratégias de resistência que suscitam em meio às tentativas de controle? Quais os efeitos de sentido possíveis ao representarem a “cadeia”? Como a escrita de si acontece nesse contexto de privação da liberdade?

Esclarecemos que este trabalho está fundamentado no método *arqueogenealógico* foucaultiano, uma vez que pretendemos problematizar as regras que dirigem os discursos e ainda compreender de que modo são atravessados pelas relações de poder que os constituem em distintos momentos históricos.

O procedimento metodológico consta da seleção e análise discursiva de excertos de cartas escritas pelas mulheres detentas a familiares, amigos ou companheiro(a).³ Ressaltamos, ainda, que mantivemos na íntegra a escrita de suas cartas, preservando na digitação aspectos da ortografia, parágrafos, pontuação, coesão, coerência e concordância. Há, nos recortes, palavras e/ou frases destacadas em negrito. Esses grifos visam a realçar o que está sendo analisado, como, por exemplo, o funcionamento do discurso, a fim de interpretar de que modo esses itens destacados significam no contexto em que emergem.

O arcabouço teórico é fundamentado na Análise do Discurso de linha francesa, pelas contribuições de Coracini (2003, 2007) sobre identidade, e, também, nos pressupostos do filósofo Foucault (1979, 2006b, 2012) sobre relações de poder, subjetividade, escrita de si e disciplina.

Assim, este trabalho está dividido em duas partes: na primeira, tratamos brevemente dos conceitos de identidade, subjetividade, escrita de si e relações de poder que, entre outros, são os subsídios teóricos básicos que adotamos; na segunda, trazemos os gestos de interpretação mobilizados na análise das cartas das mulheres detentas. Iniciemos, então, com uma breve discussão dos conceitos que fundamentam este trabalho.

Algumas noções teóricas: identidade, subjetividade, escrita de si e relações de poder

As representações imaginárias emergem positiva ou negativamente pelos discursos cristalizados. No segundo caso, buscam formatar sujeitos, colocando-os numa possível situação de exclusão. Entretanto, não consideramos neste trabalho as representações identitárias pela binária categorização: “dominante/dominado”, uma vez que resultam das relações de poder, e, nesse tocante, os sujeitos se constituem num inacabado processo identitário.

Logo, perpassam a questão da identidade significações e representações advindas de diferentes lugares e sujeitos, sendo essas atravessadas por um contexto sócio-histórico. Nesse imbricamento, os sujeitos se constituem numa contínua (des)construção, pois são tecidos e fragmentados. A esse respeito:

Não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis. Ora, sabemos que a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro [...] aliás, somos sempre ditos pelo outro, pelo olhar do outro que se faz verdade... (CORACINI, 2007, p. 49)

³ As cartas foram selecionadas de um total de 58 coletadas, e estão enumeradas conforme ordem de coleta. Os sujeitos não foram identificados por questão de ética e sigilo. Por esse motivo, ao final de cada recorte analisado, consta a numeração da carta de que é proveniente.

Na esteira da autora, consideramos que a identidade das mulheres detentas é construída no/pelo olhar do outro, uma vez que seu discurso é perpassado pela resistência, e, como mostra a análise, ao escreverem, por ora aproximam-se de determinadas representações e, noutra, distanciam-se, embora todas essas representações (in)desejadas, ao mesmo tempo, constituam-nas. Percebemos, então, que, pelo jogo de estratégia, buscam distanciar-se da identidade de mulher detenta, por exemplo, o que marca o processo de constituição de sua subjetividade. Logo, ao mesmo tempo em que a disciplina e o controle atravessam seu discurso, o poder circula em rede, e, nesse caso, a resistência emerge enquanto uma constituição de si.

Por isso, analisamos os modos de constituição que emergem nesse contexto de privação da liberdade segundo o que reflete o filósofo Foucault (2006b, p. 262): “eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades de organização de uma consciência de si”. O autor explica que entende a subjetividade como a maneira pela qual o indivíduo relaciona-se consigo mesmo. Assim, a subjetividade consiste na constituição do sujeito, que é levado a se observar, analisar, decifrar, isto é, fazer uma experiência de si em um jogo de verdade, no qual se relaciona consigo mesmo.

Considerando que neste trabalho buscamos apontar as relações de poder no discurso das mulheres detentas pela análise de suas cartas, vale ressaltar que estas constituem uma escrita de si, ponto ao qual se debruça Foucault (2006b), ao abordar em sua terceira fase denominada *ética*,⁴ as artes de si mesmo, isto é, a estética da existência e o domínio de si e dos outros. Abordaremos aqui, de modo sucinto, essa questão.

A partir da cultura greco-romana, Foucault (2006b) faz sua alusão inicial pelo *Vita Antonii*, texto que considera um dos mais antigos deixados pela literatura cristã sobre a escrita espiritual, e, a partir dele, analisa, de forma retrospectiva, a função da escrita na cultura filosófica de si. Esse texto consiste da anotação escrita das ações e pensamentos, sendo assim, um elemento imprescindível à vida ascética. Foucault (2006b, p. 144) traz o que Atanásio diz: “consideremos e escrevamos, cada um, as ações e os movimentos de nossa alma, como para nos fazer mutuamente conhecê-los, deixaremos de pecar, e nada teremos de perverso no coração”.

A seguir, Foucault (2006b, p. 145) traz a escrita de si com um papel muito próximo à confissão, e essa escrita no texto de Atanásio surge “como uma arma no combate espiritual”. Nesse sentido, a confissão não é, portanto, um ato individual, pois é feita para si e para os outros. Ao confessar, o sujeito olha para si, mas ainda busca no/pelo olhar do outro a sua identificação, a aceitação, a libertação.

Ainda, partindo do princípio de que nenhuma técnica e habilidade são adquiridas sem exercício, Foucault (2006b, p. 146) ressalta que a arte de viver deve ser compreendida como um “treino de si por si mesmo”. O filósofo contextualiza que as abstinências, as memorizações, os exames de consciência, as meditações, o silêncio e a escuta do outro

4 O trabalho do filósofo é descrito pelas três fases: a *arqueologia*, a *genealogia* e a *ética*, entretanto, elas não são independentes, pois estão, de certo modo, relacionadas por um objetivo maior: diferentes teorizações acerca dos modos de subjetivação do sujeito. Na primeira fase, o filósofo busca compreender de que forma os saberes aparecem e se transformam, analisando a constituição do homem, ao mesmo tempo, como objeto e sujeito do saber. Na segunda, investiga o poder como instrumento do saber, e, na terceira, busca compreender a constituição do sujeito como objeto próprio.

eram práticas correlatas a esse treino de si por si, e que as formas que tomavam a escrita de si para o outro representaram um papel considerável ao longo do tempo. Assim, a escrita de si é também meditação.

Em uma detalhada descrição dos *humpomnêmata*, que eram cadernetas de anotação consideradas como um livro de conduta, Foucault (2006b, p. 149) descreve a escrita de si pela memória. E, ao tratar da correspondência, traz à tona os pensamentos de Sêneca pela análise de suas cartas, com o sentido de que, ao mesmo tempo em que se escreve, se lê. Nesse tocante, a carta age tanto em quem escreve, quanto em quem lê: no primeiro, pela escrita e leitura do que escreveu, no segundo, pela leitura e releitura, assumindo então, uma dupla função. Sob a perspectiva foucaultiana, pode-se depreender que a escrita de si é confissão, meditação, memória e relato para o outro.

Conforme mencionado, pretendemos apontar as relações de poder na carta das mulheres detentas e, para tanto, partimos do pressuposto de que, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Isso porque, para o filósofo, o poder penetra na sociedade por meio de práticas sociais, sentido esse que observamos neste trabalho, pois, pelo discurso via escrita das cartas, as mulheres detentas emergem o poder, que está em toda parte. Assim, ainda que estejam supostamente controladas, vigiadas e disciplinadas, seu discurso resiste à submissão por meio do jogo de estratégias, e, nesse caso, as relações de poder circulam entre os sujeitos. Por serem relações de poder, não são fixadas num ponto uno, estando o poder ora num lugar, ora em outro.

Assim, há, a seguir, os gestos de interpretação mobilizados na análise de dois recortes que foram selecionados das cartas escritas pelas detentas. Não pretendemos, contudo, delimitar e formatar sujeitos e discursos, uma vez que a perspectiva aqui adotada excede aos ditames de concepções que se debruçam sobre verdades construídas e/ou (im) postas, o que permite que possamos tecer reflexões que suscitem novas e inconclusas investigações.

Análise das cartas: a escrita de si e a subjetividade

Como já mencionado, passaremos neste momento à análise, a fim de apontar as relações de poder, interpretando possíveis representações de “cadeia” que emergem via escrita de si. Para tanto, o primeiro recorte selecionado traz a representação desse espaço de privação de liberdade enquanto “cadeia de coisa”, termo utilizado para representá-lo e que, indelevelmente, constitui uma marca do processo de constituição da subjetividade, pois o sujeito, via escrita de si, olha a si e ao outro. Assim, segue o primeiro recorte selecionado do *corpus* deste trabalho:

[...] Há minha vida como é **ruim** ficar **longe** de quem a gente ama. **Sorte a minha que podem prender o meu corpo mas nunca os meus pensamentos.** [...] É o que eu mais quero é te fazer feliz te ver sorrindo por enquanto ainda é um sonho distante, mas com certeza vc me compensa **cada minuto perdido aqui neste lugar.** [...] se não tivesse vontade de te vê e ficar com vc um dia já tinha mandado **um pro inferno** faz é tempo nessa **cadeia de coisa.** Sabe amor **antes** vc já podia contar comigo **agora não pois estou de pés e mãos atadas** e ainda te sugando mas quando eu sair daqui pode ter certeza conte comigo só que **agora tenho uma visão diferente mais madura** e por certa vez um **pouco**

parecida com a sua. Sabe meu amor, **a gente tem ideias diferentes** pois somos criados de **formas diferentes, culturas e ambientes diferentes** isso não é legal p/ mim **mas** agora temos **passagens** na vida **iguais** e um se assegura no outro e vamos longe. **Quem ama as rosas aguenta os espinhos.** (Recorte 1 - Carta 29)

Pelo uso do advérbio de lugar “**longe**”, o sujeito da carta, ao “escrever para si e para o outro” (FOUCAULT, 2006b, p. 146), olha-se nas/pelas privações de liberdade por que passa por estar preso, e, a esse respeito, Foucault (2012, p. 18), ao descrever a historicidade das penas, contextualiza que, “quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens”. Assim, ao ver-se longe do outro, produz o efeito de sentido de que pela prisão, se vê em falta com sua liberdade, e, por conseguinte, com sua felicidade, marcando essa falta pelo adjetivo “**ruim**”.

Ao referir-se à prisão da seguinte forma: “cadeia de coisa”, emerge no discurso a “interdição” de que fala Foucault (1995), em que é de conhecimento do sujeito que não é possível que se fale de tudo, em qualquer circunstância.⁵ Também emerge nesse discurso um sentido que Ferreira (2008, p. 93) aborda acerca da pretensão da verdade na escritura: “nesta busca incessante das ‘grandes verdades’, bicho vira coisa, gente vira coisa e a coisificação generalizada toma conta do que se diz, do que se pensa, daquilo que se propõe e a que se propõe”. A autora enfatiza que não temos a verdade, mas sim a pretensão dela. Assim, acrescenta: “devo justificar minha escrita de eus, de sentidos e sentimentos. Pois bem: justifico-a porque não quero coisificar as gentes sobre quem estou e estive junto” (FERREIRA, 2008, p. 93). Nesse caso, essa generalização pode significar uma marca do que pensa acerca da prisão: o que seria, para o sujeito, a “coisa”? Fala ele a partir de uma homogeneidade? Indiferença? Resistência? Quer construir uma verdade? Ainda que não seja autorizado a escrever palavras, o dizer “mandar um pro inferno” caracteriza o sujeito enquanto exaltado, mas, sobretudo, em ambos os casos: “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2012, p. 82).

Assim, embora o sujeito lamente essa privação, o substantivo feminino “**sorte**” e a conjunção adversativa “**mas**”, em: “sorte a minha que podem prender o meu corpo mas nunca os meus pensamentos”,⁶ deixam marcas de resistência. Isso porque considerar-se enquanto uma pessoa de sorte produz o efeito de sentido de que o poder pelo qual buscam controlá-la não é absoluto. Logo, “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis” (FOUCAULT, 2006a, p. 232), e, assim, o sujeito busca invalidar as tentativas de fazê-lo ser submisso ao poder, aprisionado. Esse dizer confirma a nossa hipótese de que, embora haja tentativas de silenciamento nesse contexto,

5 Conforme informações recebidas no pPresídio, as cartas, ao entrarem e/ou saírem, passam pela leitura de dirigentes, que têm a função de autorizá-las ou não. Esse procedimento tem o intuito de assegurar que não haja, pela escrita das cartas, atitudes ilícitas dentro da Instituição, como o ato de combinar fugas, entrada de objetos proibidos, entre outros.

6 Nesse caso em destaque, encontramos essa expressão em músicas de *funk*, como: “Corpo aprisionado, mals [sic] tratos, ignorância/Por causa do sistema adolescentes não tiveram infância/Revolta vai e vem e para aqui no meu coração/Somos índices negativos da população/Discriminados, excluídos da sociedade/É tanta injustiça nessa grande cidade/Liberdade está distante nem fui sentenciado/O juiz me condenará e por deus serei negado/Eu erreí eu sei preferia pena de morte/Confinados vijados [sic] entrei pro big brother/Cometi crimes e crimes meu ódio tomo fermento/Podem prender meu corpo mais jamais meu pensamento”. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/mc-dimenor-dr/pensamentos-trancados.html>> Acesso em: 31 jul. 2013. Ressaltamos, aqui, que mantivemos, na digitação, a forma tal qual a letra da música está disponibilizada na referida fonte.

na escrita das mulheres detentas emergem discursos da resistência, produzindo efeitos de sentido que escapam às tentativas de controle do dizer.

A conjunção adversativa “**mas**”, nesse contexto, significa a restrição de uma argumentação já feita, uma oposição ao que foi dito anteriormente. Segundo Neves (2000, p. 761), “essa restrição pode significar uma exclusão parcial, estando expressos, por vezes, indicadores de negação, privação, insuficiência”. Assim, o sujeito afirma inicialmente que seu corpo está preso e, em seguida, produz o sentido de que essa prisão se dá em partes, pois pela adversativa busca mostrar-se indiferente ao aprisionamento do seu corpo, representando-se livre nos/pelos pensamentos. Nesse caso, é pela escrita da carta que o sujeito torna o outro presente, conforme a reflexão: “presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas aventuras e desventuras” (FOUCAULT, 2006b, p. 156). Essa presença se dá porque, ao escrever, deixa marcas de si, e quem a recebe sente-se olhado. Logo, ainda que o corpo passe pela privação da liberdade, pelo pensamento e pela escrita, o sujeito é livre.

Ainda em marcas de resistência, há o uso do advérbio “**nunca**”, e, segundo Neves (2000, p. 239), alguns advérbios de negação fazem uma indicação temporal, o que produz um efeito de sentido de ineficácia do aprisionamento pela impossibilidade de seus pensamentos serem controlados tal qual seu corpo está. Segundo Foucault (2012, p. 133), “a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”. Assim, ainda que cumpra uma lei, uma ordem, em seus pensamentos as grades não têm chão, não são de ferro, não se sustentam. Nesse sentido, considere-se o que diz Foucault (1988, p. 105): “lá onde há poder há resistência”.

Em: “cada minuto perdido aqui neste lugar”, vale ressaltar o que destaca Foucault (2012, p. 218), ao dizer: “retirando o tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira”. Assim, ao escrever que perde tempo na prisão, produz o efeito de sentido de que, por essa perda, restitui-se moralmente à sociedade em face do crime que cometeu. Nesse dizer, o pronome indefinido “**cada**”, acompanhando o substantivo masculino “**minuto**”, marca uma referência temporal, e o dêitico “**neste**” marca uma posição do espaço em que está, a prisão, sendo esta caracterizada pelo substantivo masculino “**lugar**”. A esse respeito, emerge a obviedade econômico-moral de que trata Foucault (2012, p. 218), ao dizer que a “penalidade contabiliza os castigos em dias, em anos e estabelece equivalências quantitativas delitos-duração”. Assim, ainda que busque na presença do outro algo que lhe “devolva” o tempo que considera perdido, esse dizer produz o sentido de que pela prisão pode restituir-se moralmente à sociedade.

No entanto, há uma contradição em seu dizer, pois pelo discurso da regeneração diz: “agora tenho uma visão diferente mais madura”, onde o advérbio temporal “**agora**”, marca que, pela prisão, transformou-se, e que, assim, passou a ter uma nova postura, o que se dá pelo substantivo feminino “**visão**”, referindo-se a sua conduta. Logo, contradiz a perda de tempo à qual anteriormente se referiu. Entretanto, esse discurso de transformação pode ser uma estratégia, pois, segundo Foucault (2006b, p. 285), os jogos estratégicos “fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada”.

Nesse sentido, ainda que se posicione enquanto “corrigido” pelas práticas punitivas, o sujeito deixa contradições em seu dizer, pois, ao representar-se com uma visão

modificada, em: “é um pouco parecida com a sua”, referindo-se ao destinatário da carta, o advérbio de intensidade “**pouco**” produz o efeito de sentido de que, embora tente se mostrar semelhante ao outro, rejeita o que ele é, pois não se vê totalmente igual a ele, o que significa que, estrategicamente, assume essa posição para representar-se sancionado pela sociedade.

Por outro lado, ao identificar-se com o outro em: “agora temos passagens na vida iguais”, na construção “**passagens iguais**”, formada por substantivo e adjetivo, marca a semelhança com o outro, buscando valer-se do que essa identificação lhe beneficiaria, isto é, o sujeito, se representada como um “indivíduo corrigido”. Em outras palavras, busca constituir sua identidade no/pelo olhar do outro e, nesse caso, “convém lembrar que toda identificação com algo ou alguém ocorre na medida em que essa voz encontra eco, de modo positivo ou negativo, no interior do sujeito” (CORACINI, 2003, p. 243).

Em continuidade, diz, por essa identificação, que “um se assegura no outro e vamos longe”. Entretanto, “as palavras não dizem tudo o que queremos, mas dizem, também, mais do que queremos! Dizem aquilo que não queremos! [...] escrevendo, confessamos o inconfessável” (UYENO, 2010, p. 135), e, ao constituir-se no/pelo olhar do outro, o sujeito busca aquilo que quer para si, mas distancia-se daquilo que não quer pelo adjetivo “diferente” em: “ideias diferentes”, “criados de formas diferentes, culturas e ambientes diferentes”, acentuando sua não identificação para com o outro, em: “isso não é legal pra mim”. O recorrente uso desse adjetivo mostra “a insistência sobre uma palavra importante” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 58), e, segundo a linguista, essa ocorrência é uma confirmação de um determinado dizer, representando implicitamente que quer ressaltar o que diz.

Nesse caso, o pronome demonstrativo “**isso**” refere-se ao que, a seu ver, os diferencia e que não lhe agrada: ideias, modo de criação, cultura e ambiente. Nesse tocante, pela escrita, o sujeito “cria sua própria identidade” (FOUCAULT, 2006b, p. 152), com que busca identificar-se com o outro, e, ao mesmo tempo, distancia-se de uma identidade que, pela estratégia e contradição, não quer para si, conforme pontua Coracini (2003, p. 151): “o sujeito é sempre e necessariamente constituído pelo outro”.

Pelos advérbios temporais “**antes**” e “**agora**”, delimita sua situação de liberdade, pois fora da prisão sentia-se presente para com o outro, como escreve em: “antes vc já podia contar comigo”. O contrário ocorre quando se coloca na posição de mulher detenta, dizendo: “agora não”, e justifica-se pelo fato de estar “de pés e mãos atadas”, significando que é controlada. Assim, produz o efeito de sentido de que a prisão é responsável em tirar-lhe a liberdade, e, sobretudo, o direito de ir e vir,⁷ emergindo o discurso da lei. Tal efeito de sentido se dá por dever agir conforme o outro estipula, pois, estando presa, está impedida de exercer seu direito de liberdade. Entretanto, pela escrita, pelo exercício que faz de si e também a partir do outro, o sujeito movimenta seus sentimentos e pensamentos, e, nesse sentido, “sempre se precisa da ajuda de outro na elaboração da sua alma sobre si mesma”

7 A esse respeito, segundo a Constituição Federal de 1988: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;” (Art. 5, inc. XV da Constituição Federal de 1988). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730517/inciso-xv-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

(FOUCAULT, 2006b, p. 154). Contudo, há um paradoxo que contrasta sua posição em livre/presa: é possível fazer-se presente ao outro pelos pensamentos, apesar de ser controlada pelas amarras das grades.

Por fim, há um dizer metafórico em: “quem ama as rosas aguenta os espinhos”, e, a esse respeito, “a metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 79). Assim, esse dizer constitui um provérbio cristalizado, e, nesse caso, remete-se a um pré-construído, em que o pronome “**quem**” articula uma pressuposição ao mesmo tempo em que busca olhar-se no/pelo olhar do outro, pois a carta “é uma maneira de nos oferecermos a esse olhar a respeito do qual devemos nos dizer que ele está, no momento em que pensamos, mergulhando no fundo do nosso coração” (FOUCAULT, 2006b, p. 156-157). Nesse caso, quando coloca anteriormente as diferenças entre si e o destinatário, a metáfora de “rosas e espinhos” pode significar um oposto de identificações que, a seu ver, os diferencia, confrontando-se com a imagem que tem do outro.

Ainda pelo sentido metafórico, produz o efeito de sentido de que os espinhos podem se referir à exclusão, isto é, pela sociedade, esse sujeito é visto como um espinho, um empecilho, alguém que atrapalha e fere a ideia de perfeição idealizada socialmente. Por isso, resiste a não ser esse espinho, a não ocupar esse lugar de exclusão em sociedade. A esse respeito, Foucault (2012, p. 189) reflete que os mecanismos de controle para com o leproso e a peste se constituíram na “utopia da cidade perfeitamente governada”. Nesse caso, ao fazer a oposição entre “rosas” e “espinhos”, esse dizer produz um efeito de sentido de que, embora os espinhos constituam as rosas, eles são retirados, pois incomodam. E são justamente retirados para que a sociedade seja essa “rosa perfeita”, referindo-nos, aqui, ao que reflete o filósofo.

Ademais, esse dizer parece interrogar ao outro (à sociedade?) pelo pronome interrogativo “**quem**”, o que seria interpretado da seguinte forma: “Quem ama as rosas? Aguenta os espinhos”. Nesse sentido, esse discurso é o da resistência, pois, ao ver-se como mulher detenta, esse sujeito não quer ser espinho e, considerando o que pontua Orlandi (2012, p. 79), “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui”.

Assim, nesse recorte, interpretamos que o sujeito resiste à disciplina e ao controle, pois, ao contrário do que postulam que seja, não se vê como um espinho, que, nesse contexto, pode ser representado pelo sujeito tido como criminoso. Seu processo de construção da identidade consiste em identificar-se como “uma rosa” enquanto consideram-no um incômodo. Resiste a essa imagem que lhe é construída, pois seu corpo está preso, mas seus pensamentos, não. E, nesses, não há grades, não há limites, não há exclusão. As rosas do seu pensamento destacam-se mais do que os espinhos. Seus pensamentos libertam-no. São refúgio. Logo, esse sujeito é livre pelo pensamento. É livre pela escrita.

A seguir, consta a análise de um recorte de outra carta:

Espero que **esta** ao **atravessar estas muralhas** possa te encontrar bem e com saúde **apesar do lugar a onde nós nos encontramos**. Eu estou bem graças a Deus, como você mesmo sabe, mas graças a Deus eu já **estou trabalhando na Horta para ganhar remissão, não podemos ficar de braços abertos diante das situações que a vida nos propõe a enfrentar, pois até o melhor homem do mundo, morreu de braços abertos**. [...] Mas tudo bem vou levando, pois sei que logo logo isto vai acabar, não fique se culpando e se martilizando, você errou mas eu não guardo mágoa de você, só espero que a justiça seja

feita no dia da nossa audiência, **já andei por caminhos errantes, mas me regenerarei** estava levando uma vida digna, quantas e quantas vezes andando e correndo atrás de emprego fui na prefeitura várias vezes e **estava se reentregando a uma vida diferente do que um dia já vivi**. [...] **É simples, a verdade prevalece em qualquer situação**, você é usuário era do seu consumo, e eu nunca soube da existência dela por isso eu sei que tudo se esclarecerá [...] Agora veja bem, você vai lá na minha casa, leva uma mochila pede para eu guardar **veja bem a onde eu vim parar** [...] (Recorte 2 - Carta 38)

Inicialmente, pelo dêitico “**esta**”, o sujeito faz referência à carta enquanto uma visita que possibilita o encontro, em: “espero que esta ao atravessar estas muralhas possa te encontrar bem e com saúde”, e, nesse caso, “a carta prepara de certa forma um face a face” (FOUCAULT, 2006b, p. 156). O mesmo pronome, utilizado no plural, refere-se posteriormente aos limites, às barreiras da prisão, em: “estas muralhas”. Assim, a carta permite que seu discurso atravesse os muros que o separam do convívio social, permite que esteja do lado de fora, encontre, visite. Nesse sentido, segundo Foucault (1995, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que; pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Sendo assim, o discurso é instrumento de poder, e é por meio da escrita que “atravessa muralhas”. Muralhas estas que se tornam maiores pelo lugar que o sujeito ocupa, pois este lhe constitui.

Considerando, assim, que o sujeito, em seu discurso, é representado também pela posição que ocupa quando escreve que espera encontrar o outro bem, “apesar do lugar” onde está, emerge o sentido de que a prisão é um lugar em que se sente mal, pois diz que espera encontrar o outro “bem”. Nesse sentido, a locução adverbial “**apesar do**” contrapõe-se ao que afirmam os discursos cristalizados de que a prisão é um lugar benéfico, que possibilita aos sujeitos serem “recuperados”, uma vez que o sentido desse dizer é o de que esse lugar não é bom.

Há ainda um lapso de escrita que produz um duplo sentido, em: “apesar do lugar a onde nós nos encontramos”. A esse respeito, “as formas do lapso de escrita podem ser variadas: há casos de repetição ou esquecimento de palavras, distorção de nomes, de supostos erros tipográficos ou ortográficos” (MAIA, 2006, p. 35), e, nesse caso, são motivações do inconsciente, lapsos de um sujeito dividido, que não consegue controlar o que fala, permitindo que algo lhe escape, fuja ao seu controle. Assim, os sentidos produzidos não correspondem tão somente ao sujeito buscar referir-se ao lugar onde está, pois há a “homofonia”, em: “a onde estamos”, e esta “se estabelece por uma relação letra a letra, produzindo outros significados latentes” (MAIA, 2006, p. 35). Nesse caso, essa expressão ganha outro sentido, colocando o sujeito em confronto e lamento por estar na prisão, como se dissesse: “ah, onde estamos...”. Logo, esse lapso revela o descontentamento pelo qual o sujeito se vê.

Ao relatar o trabalho que faz em: “estou trabalhando na Horta para ganhar remição”, emerge o discurso da psicologia,⁸ e, nesse sentido, há uma situação de estímulo/resposta.

8 Para a psicologia, o behaviorismo é o estudo do comportamento, havendo três principais modelos: behaviorismo metodológico, radical e social. Conforme descreve Furtado (1999), para Watson, o reflexo condicionado consiste em interações estímulo-resposta. Em Skinner (1974), é o estímulo reforçador que interessa ao organismo: a aprendizagem dos comportamentos se dá entre a ação do sujeito (emissão da resposta) e as consequências. Já em Staats (1980), a noção de behaviorismo leva em consideração, para a explicação do comportamento, a interação homem-ambiente, de modo mais amplo que nos dois anteriormente propostos. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/b00008.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

Assim, trabalhando, o sujeito obtém um salário, que, no seu caso, é a remição como recompensa, onde pela preposição “**para**”, o sujeito marca o objetivo do trabalho. No entanto, o efeito de sentido que gera o verbo “**ganhar**” não é o mesmo que o de uma troca comum, em que se sabe que todo trabalho apresenta enquanto recompensa um salário. É, porém, a significação que esse verbo proporciona em meio ao contexto ao qual se insere: pelas relações de poder, bem como pelos regimes de verdade, constrói-se a premissa de que é possível manipular o outro nesse contexto de privação da liberdade. Isso significa que há também um mecanismo de controle no/pelo trabalho que esses sujeitos exercem, uma vez que desejam a liberdade.

Contudo, considerando que o poder está em toda parte e que não há uma relação que impõe que um domine o tempo todo e o outro seja dominado sem resistência, bem como que “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1979, p. 175), as mulheres detentas não são ausentes de poder, visto que emergem, incessantemente, discursos da resistência. Nesse tocante, em “não podemos ficar de braços abertos diante das situações que a vida nos propõe a enfrentar, pois até o melhor homem do mundo, morreu de braços abertos”, estão imbricados o discurso religioso e o discurso de persistência. Ao primeiro, ao referir-se à figura de Jesus enquanto “melhor homem do mundo” que “morreu de braços abertos”, proveniente da formação discursiva religiosa. Ao segundo, pelo ensinamento popular de que a luta, a conquista e a batalha são imprescindíveis para conquistar algo. No entanto, há, nesse discurso, um lapso e, esse, segundo Authier-Revuz (1998, p. 27) “faz *furo* de não-um no tecido do dizer”, e, assim, diferentes sentidos escapam às tentativas de controle do que é dito.

Nesse sentido, “o ato falho, de fato, não é falho, mas um ato bem-sucedido porque desvela uma verdade do sujeito” (MAIA, 2006, p. 44). Assim, em vez de dizer “não podemos ficar de braços cruzados diante das situações” conforme o dito popular, o sujeito diz “não podemos ficar de braços abertos”. Tal lapso chama a atenção, mas é preciso remetê-lo ao contexto de sua ocorrência, ou seja, às condições de produção desse discurso, caso contrário, terá apenas uma conceituação de “erro”, distanciado das manifestações do inconsciente, que, no entanto, pelos lapsos, revela desejos e proibições. Esse lapso produz um efeito de sentido que o sujeito que escreve identifica-se pelo ato de Cristo ao remir os pecados da humanidade. Isso porque, ao entregar-se à morte de cruz, de “braços abertos”, permitiu que a salvação do mundo se concretizasse, e, nesse sentido, ainda que passe pela humilhação, continua revestido de poder, pois ressuscita, desvalidando o poder da morte, bem como da lei que o condenou e, outrora, do julgamento pelo qual passou.

O lapso, nesse contraste à imagem de Jesus Cristo, revela um sentido que o sujeito não quer revelar, mas que escapa ao seu controle, pois rompe com a representação que tem por ser uma mulher presidiária, que também passa pela lei, pelo julgamento, pela condenação. Consideramos, aqui, que o sujeito que escreve fala “a partir da posição ocupada por ele de acordo com as identificações imaginárias que estão em jogo em sua relação com o outro” (REIS, 2010, p. 144). Assim, esse lapso de escrita se dá em face da troca de “braços cruzados” para “braços abertos”, pois, se sua intenção foi dizer que não pode ficar de braços cruzados, o inconsciente, no entanto, materializou, via linguagem, seu desejo e, pela troca de palavras, esse dizer produz o efeito de sentido de que, embora as leis e a sociedade “crucifiquem” esse sujeito com a exclusão, ele deseja também surpreender a todos com sua “ressurreição”, pois, enquanto pensam que, por estar preso, está entregue ao poder, “crucificado”, “morto” perante os olhos alheios, ainda resiste. Ainda vive. Nesse

sentido, segundo Foucault (2006b, p. 277), “se não houvesse possibilidade de resistência [...] não haveria de forma alguma relações de poder”.

Ainda, em: “já andei por caminhos errantes, mas me regenerei” e “estava se reentregando a uma vida diferente do que um dia já vivi”, o advérbio “já” refere-se a fatos passados, “considerado como precedente de outros” (NEVES, 2000, p. 268), o que produz o efeito de sentido de que houve transformação desse sujeito, que assume uma conduta anterior, mas que, pela prisão, se modifica. Ao escrever: “a verdade prevalece em qualquer situação”, há marcas de subjetividade em seu dizer que se configuram pelo “jogo de verdade” que explica Foucault (2006b, p. 235), considerando-o “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso”. Assim, em seu dizer, há marcas de resistência que confrontam a verdade do outro, pois a sua verdade não é a mesma por ele dita, e, nesse sentido, “sempre há possibilidade, em determinado jogo de verdade, de descobrir alguma coisa diferente e de mudar mais ou menos tal ou tal regra, e mesmo eventualmente o conjunto do jogo de verdade” (FOUCAULT, 2006b, p. 282-283).

Nesse dizer, pelo pronome “qualquer”, produz um sentido que não é indefinido, mas o de que todas as relações passam por esses jogos de verdade e que a situação que vivencia na prisão também se dá por eles. Contudo, nesse recorte, o sujeito busca desresponsabilizar-se e culpar o outro, e, após ter dito o suposto motivo que o levou à prisão, o advérbio de lugar “aonde”, mostra sua insatisfação a ocupar esse lugar, em: “veja bem a onde eu vim parar”. Nesse caso, a escrita “se articula com a prática do exame de consciência” (FOUCAULT, 2006b, p. 161), e, ao escrever, o sujeito acredita ser capaz de mostrar a sua verdade, legitimar o seu discurso. Ao fazer o exercício de exame de sua consciência, pela escrita, olha a si e ao outro. Espera que “atravesse as muralhas” que buscam silenciar a sua verdade. Pela escrita, o discurso alcança a voz. Alcança a vez. Assim, o sujeito busca verdades que o coloquem na mesma postura de Cristo: mais reconhecido pela Sua ressurreição que por Sua morte.

Algumas considerações

Neste trabalho, constituiu nosso objetivo apontar as relações de poder em cartas de mulheres detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS, interpretando possíveis representações de “cadeia” que emergem em sua escrita. Assim, os dizeres confirmam nossa hipótese de que emergem, via escrita de si, discursos da resistência que marcam a constituição da subjetividade das mulheres detentas.

Isso porque, enquanto resultados, observamos que a escrita dessas mulheres constituiu-se por representações de “cadeia” que caracterizam sujeitos que se veem num lugar de exclusão, deixando, via escrita de si, marcas de subjetividade por lapsos e contradições. Ainda, interpretamos que esses dizeres referem-se à disciplina pela qual esses sujeitos são (im)postos nesse contexto, e que, assim, veem-se atravessados pelas tentativas de controle, marcando a insatisfação que lhes constitui por ocuparem esse lugar em sociedade.

Contudo, em nosso gesto de interpretação, entendemos que esses sujeitos cedem estrategicamente à disciplina e ao controle, mostrando-se regulados e recuperados, na tentativa de serem, pela Instituição e pela sociedade, legitimados enquanto indivíduos corrigidos e transformados, corpos dóceis, que podem, assim, retornar ao convívio social.

Nesse tocante, pela escrita das cartas, as mulheres detentas deixam marcas de subjetividade que indicam as relações de poder pelas quais são constituídas, e, assim, seu processo identitário é inacabado, pois se veem num “entre-lugar”, pois não querem ser representadas pela “cadeia”, mas também não são pela sociedade aceitas, uma vez que discursos cristalizados e representações imaginárias colocam-nas num lugar de exclusão.

Logo, notamos que, pela escrita, as mulheres detentas esperam que suas cartas atravessem as muralhas, pois o lugar de onde falam busca silenciá-las. Lugar esse de exclusão, envolto de altas muralhas, pois priva da liberdade, do convívio social, da vida. Para a sociedade, estando presas, essas mulheres são condenadas por suas infrações, e, portanto, são controladas pelas muralhas. Entretanto, por meio da escrita de suas cartas, o discurso atravessa essas restrições, emergindo vozes supostamente caladas. Emerge, então, o poder que é móvel e se desloca; que está em constante movimento.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. Senado Federal. *Lei n. 7.210/84*. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm> Acesso em: 14 out. 2013.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERREIRA, T. Dos porquês: do teatro, das crianças, da escola, do modo de escrita. Por quê?!?. In: SKLIAR, C. (Org.). *Derrida & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 83-96.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Barros da Motta; tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. [Ditos e Escritos, IV].

_____. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. (Ditos e Escritos, V).

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAIA, M. C. G. O lapso de escrita como refúgio do sujeito. In: MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 31-44.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

REIS, V. S. Representações e deslocamentos no diário de aprendizagem de língua estrangeira: uma escrita de si para o outro. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 137-163.

SIMÕES, V. F. N. *Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil*. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2013.

UYENO, E. Y. Escrita mal escrita ou mal-estar da escrita? A inelutável escrita de si. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 121-136.

A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância?

(Marcha das Vadias [The SlutWalk] on social media: a militant discourse?)

Dantielli Assumpção Garcia¹, Lucília Maria Abrahão e Sousa²

^{1,2}Universidade de São Paulo (USP)

dantielligarcia@gmail.com, luciliamsr@ffclrp.usp.br

Abstract: This paper aims to study, from the theoretical perspective of French Discourse Analysis, some advertising campaigns produced by Marcha das Vadias [The SlutWalk] and published on Facebook. We expect to understand how a saying about both women and the feminist movement gathers significance in the technological environment, fostering the disempowering effects of certain meanings and the emergence of others. In addition, we intend to reflect upon how it is discursively materialized what some authors have been referring to as cyber militancy, i.e., digital environments which lead to claims, to protests by nullifying the so-called dominant discourses. Therefore, we investigate how a saying about women is designed and circulates in contemporary society and on the network, seeking to part with sayings already engraved in the memory of society about what it means and what it does not mean to be woman.

Keywords: The SlutWalk; female subject; feminism; social media; militancy.

Resumo: Este trabalho objetiva, a partir da perspectiva teórica da análise de discurso de linha francesa, analisar algumas campanhas publicitárias produzidas pelas Marchas das Vadias e divulgadas na rede social *Facebook*. Almejamos perceber como um dizer sobre a mulher e sobre o movimento feminista ganha sentido no espaço tecnológico, fazendo falar efeitos de desautorização de certos sentidos e emergência de outros. Além disso, pretendemos refletir sobre o modo como é materializado discursivamente o que alguns autores denominam como cibermilitância, ou seja, os espaços digitais que norteiam reivindicações, protestos furando os discursos legitimados como dominantes. Assim, analisaremos como um dizer sobre a mulher é formulado e circula na sociedade contemporânea e na rede, buscando romper com dizeres já estabilizados na memória da sociedade sobre o que é e não é ser mulher.

Palavras-chave: Marcha das Vadias, sujeito-mulher, feminismo, redes sociais, militância.

Introdução

Neste trabalho,¹ da perspectiva teórica da análise de discurso de linha francesa, objetivamos analisar algumas campanhas produzidas pela *Marcha das Vadias* e divulgadas nas páginas do *Facebook*. Pretendemos responder às seguintes questões diante da narrativa urbana que ganha novos sentidos frente à era tecnológica: como o movimento feminista *Marcha das Vadias* ganha significação no espaço digital? Como a questão do gênero é vista e discutida no interior da *Marcha das Vadias*? Como a mulher e sua relação com o espaço público e privado são exploradas e divulgadas nessas páginas? Assim, almejamos,

¹ Este texto faz parte do projeto de pós-doutorado *A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher*, financiado pela Fapesp (proc. n. 2013/16006-8), que tem como objetivo central analisar a formulação, a constituição e a circulação de um discurso sobre a mulher e o feminismo na contemporaneidade e no ciberespaço.

refletir sobre as formas de campanhas divulgadas nessas páginas e o discurso que essas campanhas fazem circular na sociedade em rede.

Nosso trabalho divide-se em três partes: (1) Um breve histórico sobre o movimento feminista brasileiro; (2) A Marcha das Vadias no Brasil: *corpus* de análise; (3) Análises: as campanhas publicitárias e o discurso outro. Buscaremos compreender como a *Marcha das Vadias* ganha significação na esfera tecnológica e constitui-se como um discurso da militância que convida as mulheres, os homens e toda a sociedade a refletirem sobre as significações do que é “realizar-se um ser humano dentro da condição feminina” (BEAUVOIR, 1967).

Um breve histórico do Movimento Feminista no Brasil

Pinto, em seu livro *Uma história do feminismo no Brasil* (2003, p. 9), ressalta que escrever uma história desse movimento não é uma tarefa fácil, pois “se trata de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, nas últimas décadas, ficou imune a ter uma opinião”. Ainda nas palavras desse autor (PINTO, 2003, p. 9):

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadão – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio de pugna do proletariado por sua libertação.

Cestari (2010, p. 787) afirma que o movimento feminista teve forte relação com os partidos de esquerda e também com a prática da redação de periódicos de resistência, cujos efeitos de denúncia e reivindicação podiam entrar em circulação:

Iniciado entre as camadas médias, o feminismo brasileiro dos anos 1970 expandiu-se através de uma articulação política peculiar com os movimentos populares que tinham participação expressiva de mulheres, tornando as demandas femininas das organizações de bairro próprias do movimento geral das mulheres brasileiras.

O *II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres* (2008) reconhece que os movimentos feministas exerceram “pressão política importante para o desenvolvimento de políticas de gênero” (2008, p. 187). Como ressalta Pinto (2003), já no início do século XX, é possível observar que os movimentos de mulheres ganham corpo ao buscarem uma maior participação nas decisões políticas do país, conquistada somente em 1932 por meio do direito ao voto. Durante esse período, os movimentos agiram por si só, já que não obtiveram apoio da sociedade ou de algum órgão público.

De acordo com Pinto (2003), foi só no período ditatorial brasileiro que se pôde identificar uma primeira aproximação dos movimentos de mulheres com o poder governamental. Nessa época, a população feminina lutava não somente pelo fim da ditadura, mas também – e, principalmente – pelo fim da condição de dominação e submissão histórica e social da mulher. Para o autor, o ano de 1975 foi muito significativo para os movimentos de mulheres no Brasil, não só pela decisão da ONU de definir essa data como o Ano Internacional da Mulher, mas também pela criação do *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira*. Esse centro foi criado no Rio de Janeiro, a partir de um evento realizado por

um grupo de mulheres que tinham o propósito de comemorar a instituição do Ano Internacional da Mulher. A fundação do Centro foi o primeiro passo para tornar públicos e institucionalizados os movimentos de mulheres.

Na década de 80, com a anistia, as mulheres que estavam na Europa e nos Estados Unidos, como exiladas, trouxeram para o Brasil uma nova forma de pensar a condição da mulher, em que a posição histórica de mãe de família, de dona de casa, de rainha do lar, passou a ser desconstruída. Foi nessa época também que o tema da violência contra a população feminina foi pela primeira vez discutido oficial e publicamente. No ano de 1984, o discurso de combate à violência contra a mulher ganhou maior destaque com a ratificação, pelo governo brasileiro, da *Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW). Já o ano de 1985 foi marcado pela criação da primeira Delegacia da Mulher e do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. Em 1994, o Brasil deu um passo ainda maior no combate à violência, ao apoiar a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres* (Convenção do Belém do Pará). A partir desse evento, são criadas diversas políticas públicas que buscam enfrentar e proteger a mulher contra a violência.

No entanto, foi só em 2003 que os movimentos de mulheres foram efetivamente institucionalizados e reconhecidos mediante a criação, em âmbito ministerial, da *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* e mediante a implantação de políticas públicas voltadas à mulher. É a partir desse contexto que objetivamos analisar a formulação, a constituição e a circulação de um discurso sobre a mulher na contemporaneidade. Ao analisarmos esse discurso, esperamos explicitar a passagem de um discurso oficial para um discurso da militância nos movimentos sociais de mulheres. Indagamos: na contemporaneidade o que se diz sobre a mulher? Há uma mudança na posição que ela ocupa na sociedade? A sociedade vê a mulher como um sujeito que participa de seu funcionamento? Ou, ainda, há um discurso que a violenta ao rotulá-la de “santa”, “vadia”, “culpada”? Desse modo, ao analisarmos diferentes materialidades simbólicas que circulam na Internet, principalmente na rede social *Facebook*, buscaremos flagrar como, na contemporaneidade, o sujeito-mulher busca criar espaços de resistência e de militância acerca de um novo dizer sobre o que é ser mulher no século XXI.

A Marcha das Vadias no Brasil: *corpus* de análise

Escolhemos a Marcha das Vadias por ser um movimento feminista recente (2011-2013), que traz à tona diversas discussões acerca do que é ser mulher e do que significa uma sociedade sexista baseada na desigualdade de gênero. A Marcha das Vadias surgiu a partir de um episódio ocorrido em janeiro de 2011, quando o policial canadense Michael Sanguinetti, em uma palestra na Universidade de Toronto, recomendou que “as mulheres evitassem se vestir como putas para não serem vítimas de estupro”. Como reação a sua fala, em abril do mesmo ano, cerca de três mil canadenses saíram às ruas para protestar na primeira SlutWalk, a Marcha das Putas, ou na tradução adotada no Brasil, a Marcha das Vadias. Diversos questionamentos já se colocam aqui. Por que, ao traduzir o termo *slutwalk*, preferiu-se *vadias* a *putas*? O que é silenciado na designação *puta*? E na designação *vadia*? A designação *puta* estaria relacionada à prostituição? Ou há o funcionamento do politicamente correto, que, segundo Orlandi (2002), apenas busca silenciar, apagar os sentidos que estão presentes na sociedade, principalmente em relação ao preconceito?

As manifestações da Marcha das Vadias espalharam-se pelo mundo e já em 2011 ocorreram em diversas cidades brasileiras. Neste artigo, analisaremos as campanhas publicitárias realizadas pela Marcha das Vadias de Brasília, em 2012 e em 2013, e a campanha realizada pela Marcha das Vadias de Belo Horizonte e de São Paulo, em 2013. Nessa direção, interessa-nos a questão da heterogeneidade discursiva, uma vez que na campanha há a retomada de um discurso outro para se constituir um discurso que representa a Marcha das Vadias. Na campanha da Marcha das Vadias de Brasília, há diversas formas de trazer o discurso outro para questionar o que é feminismo (*sou feminista porque..., ...questionar isso também é feminismo, apoio o feminismo porque...*) e propor uma reflexão a toda a sociedade da condição da mulher na contemporaneidade. Vejamos alguns exemplos.



Figura 1: Campanha da Marcha das Vadias de Brasília (2012)

Na campanha da Marcha das Vadias de Belo Horizonte, o discurso outro também se faz presente – não para refutá-lo, mas sim para reafirmá-lo. Observemos.



Figura 2: Campanha da Marcha das Vadias Belo Horizonte (2013)

Já na Marcha das Vadias de Brasília (2013), o funcionamento da campanha se dá de modo diferente. Nela, busca-se definir, semelhante a uma definição lexicográfica, o que é ser vadia. Vejamos.



Figura 3: Campanha da Marcha das Vadias de Brasília (2013)

As questões que nortearão nossas análises dessas campanhas serão: como o feminismo aparece na campanha publicitária? Como o discurso outro aparece no fio do discurso? Como essas formulações vão dando forma ao movimento feminista e vão constituindo um discurso da militância que passa pelas redes sociais? Buscamos flagrar como dizeres sobre a mulher, sobre a violência contra o “segundo sexo” e sua proteção são divulgados e produzem efeitos em circulação, ao mesmo tempo em que são silenciados na sociedade contemporânea.

Análises: As campanhas publicitárias e o discurso outro

Nas análises das campanhas publicitárias, podemos perceber um trabalho, no fio do discurso, com a presença de um discurso outro, que busca ser rompido pela Marcha das Vadias; e também a tentativa de uma definição, pelo próprio movimento feminista, do que é ser vadia. Assim, para realizarmos as análises, partiremos da noção teórica de *heterogeneidade discursiva*, proposta por Authier-Revuz (1998).

A autora, a partir da noção de heterogeneidades enunciativas, apresenta a questão da heterogeneidade discursiva. Para a autora, há dois tipos de heterogeneidade: a *constitutiva* e a *mostrada* (esta subdividida em *marcada* e *não-marcada*). A primeira não se apresenta na organização linear do discurso, uma vez que sua alteridade não é revelada, permanecendo no interdiscurso. A segunda traz marcas da presença do outro na cadeia discursiva, manifestando a alteridade ao longo do discurso. A heterogeneidade mostrada pode ser *marcada*, isto é, da ordem da enunciação, e, portanto, perceptível na materialidade linguística (discurso direto, palavras entre aspas) e *não-marcada*, da ordem do discurso, sem visibilidade (discurso indireto livre, ironia, etc.). Assim, a *heterogeneidade constitutiva* é a presença do outro no discurso de forma não mostrada, pois pertence à ordem do inconsciente. A *heterogeneidade constitutiva* constrói o discurso sócio-historicamente;

está no seu exterior, atravessando as enunciações dos sujeitos. Já a *heterogeneidade mostrada* ocorre quando um locutor específico produz linguisticamente formas detectáveis no nível da frase ou do discurso que inscrevem o outro de forma marcada ou não marcada (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Em nossa pesquisa, almejamos refletir sobre como a voz do outro aparece no fio do discurso. A voz do outro aparece marcada ou silenciada? Como um dizer outro contribui para a constituição da forma-sujeito mulher? Nas campanhas analisadas, podemos perceber que a voz do outro aparece silenciada, não mostrada. Temos, no *corpus* analisado, exemplos de heterogeneidade constitutiva, pois as formulações da Marcha das Vadias passam por um discurso sócio-historicamente marcado, contudo, silenciado pelo funcionamento da sociedade. A voz que fala nas campanhas das Marchas pertence à instância do inconsciente, à memória, ao discurso já dito e silenciado. Todavia, ao formular o dizer, essa memória, essa voz do outro, aparece no discurso. A Marcha das Vadias faz furo no discurso já estabilizado (representado pelo discurso outro), produzindo deslocamentos que colocam em movimento outros sentidos sobre a mulher.



Figura 4: Campanha da Marcha das Vadias de São Paulo (2013)

Teríamos a seguinte representação dessa formulação (enunciado):

$$E = \sim A (A)$$

Em que:

E: enunciado

~: não (contradição)

(): memória

A: discurso outro

O enunciado seria a tentativa pela Marcha das Vadias da fundação de uma nova discursividade, a tentativa de convidar a todos a refletirem sobre a posição da mulher na sociedade. Nessa campanha, intitulada *Dica feminista*, podemos notar que ao dar as “dicas”, a Marcha das Vadias reflete acerca de um dizer que circula sobre a mulher em

nossa sociedade e busca militar a favor da mulher e em prol de um novo dizer sobre o que é ou não ser mulher.

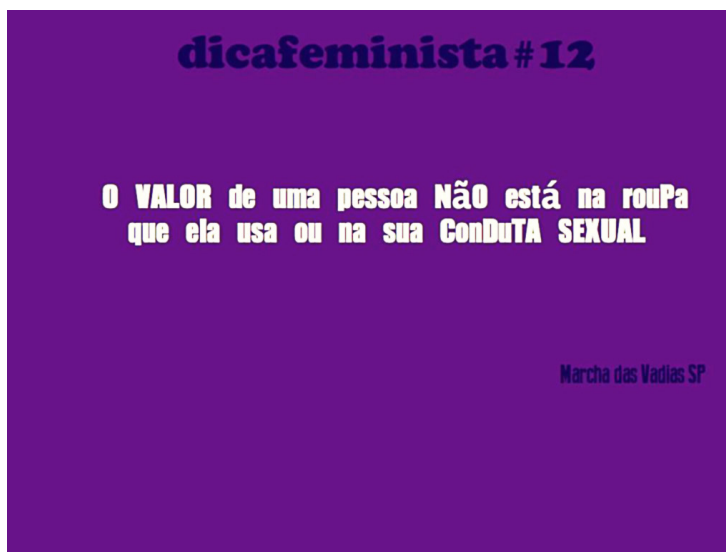


Figura 5: Campanha da Marcha das Vadias de São Paulo (2013)

Em nossa representação:

$$E = \sim A (A)$$

E: O valor de uma pessoa não está na roupa que ela usa ou na conduta sexual.

$\sim A$: não está na roupa, não está na conduta

(A): está na roupa, está na conduta.



Figura 6: Campanha da Marcha das Vadias de São Paulo (2013)

E: Se ela disser não, isso significa não. Assédio não é paquera.

$\sim A$: Se ela disser não, significa não. Assédio não é paquera.

(A): Se ela disser não, significa sim. Assédio é paquera.

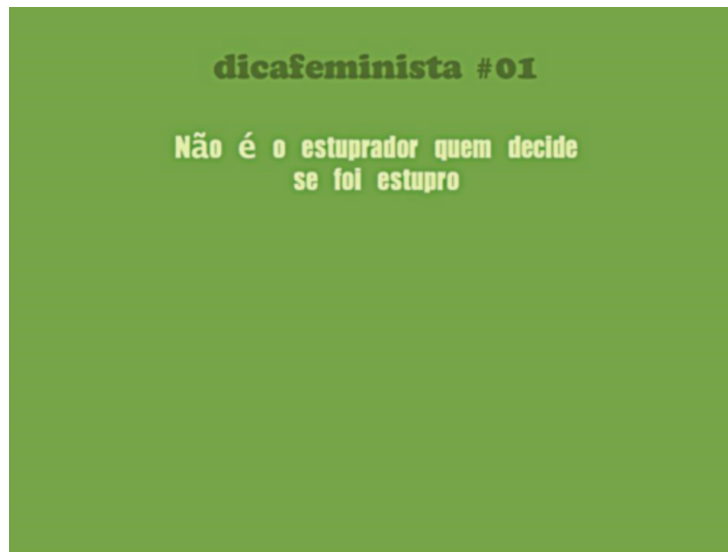


Figura 7: Campanha da Marcha das Vadias de São Paulo (2013)

E: Não é o estuprador quem decide se foi estupro.

~A: Não é o estuprador quem decide se foi estupro

(A): É o estuprador quem decide se foi estupro.

A formulação do dizer nessa campanha se faz por meio da negação. Não apenas a negação de um enunciado que circula em nossa sociedade, mas também de sentidos atribuídos à mulher pela sociedade. A Marcha das Vadias, podemos dizer, milita por um novo dizer sobre a mulher e sua posição na sociedade. Ao trazer a voz da sociedade, como memória, busca atualizar esse dizer, e fundar uma discursividade, constituindo, assim, um acontecimento discursivo. A Marcha, por meio de suas páginas no *Facebook*, convida a todo o momento mulheres e homens a refletirem sobre inúmeras questões que cercam o cotidiano da mulher, tais como: violência; aborto; prazer; assédio; forma de se vestir e portar-se. Vejamos outra campanha, elaborada pela Marcha das Vadias de Belo Horizonte:

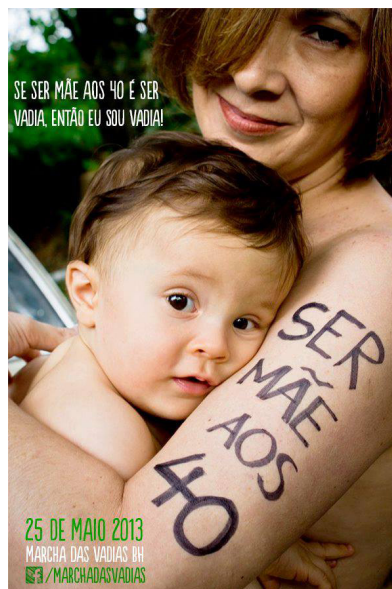


Figura 8: Campanha da Marcha das Vadias de Belo Horizonte (2013)



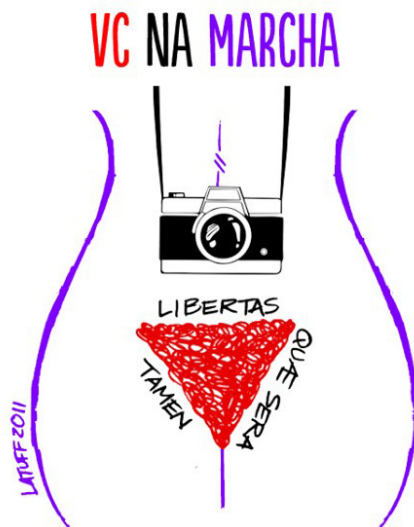
Figura 9: Campanha da Marcha das Vadias de Belo Horizonte (2013)

Nessa campanha, a formulação de um dizer sobre as lutas das mulheres dá-se de um modo um pouco diferente. Podemos ver que o enunciado constitui-se por meio de uma oração subordinada adverbial condicional, mais uma oração coordenada conclusiva. Em uma representação, teríamos:

E= O. S. Adv. Condicional + **então** sou...

É por meio da oração adverbial que a voz do outro aparece na constituição do discurso, é por meio dessa oração que a memória vem à tona. Nessa campanha, não se busca romper com um discurso outro, mas sim reafirmá-lo, incorporá-lo à formulação sobre o que é ser vadia, sobre o que é ser mulher. É como se se concordasse com o que a sociedade diz sobre o que é ser vadia e se constituísse a partir dessa afirmação.

A partir dessa campanha, surgirá um convite a todas as mulheres para participarem da Marcha das Vadias enviando fotos. Há a interpelação das mulheres para que elas contribuam para o movimento. Aqui, podemos notar um discurso da militância, que faz com que as mulheres se identifiquem com as causas pelas quais as “vadias” lutam, e se digam “vadias” e passem a militar também por essas causas. Inicialmente, teremos a publicação de uma charge, de Latuff, para a Marcha das Vadias. Nela, vemos a silhueta do corpo de uma mulher. Há também uma máquina fotográfica que parece estar pendurada em seu pescoço. Além disso, temos a interpelação do sujeito-mulher por meio do enunciado *Você na marcha* e também a descrição, ao redor do órgão sexual feminino, *Libertas quae sera tamen* (Liberdade, ainda que tardia). Assim, podemos perceber que há um dizer sobre a liberdade feminina que se constitui por meio de um discurso da liberdade sexual. Uma das problemáticas do movimento da Marcha das Vadias é o poder que a mulher tem ou deveria ter sobre seu corpo, por isso, o pedido de sua liberdade. Dessa forma, espera-se que a mulher participe da Marcha enviando fotos em que a retratem em atitudes de liberdade, em atitudes de vadia, ou seja, a mulher é convidada a vadiar também.



“A sua, a minha, a nossa vadiagem de cada dia!
 Geral animou com as fotos da Marcha e estão enviando suas próprias fotos e montagens.
 Faça você também, vem vadiar, vem! =)”

Figura 10: Charge *Você na marcha*, de Latuff

Essa interpelação, permeada pelas tecnologias, terá como resultado o envio de diversas fotos de mulheres em atitudes que essas mulheres e a sociedade consideram de vadiagem.



Figura 11: Foto “Eu sou vadia”

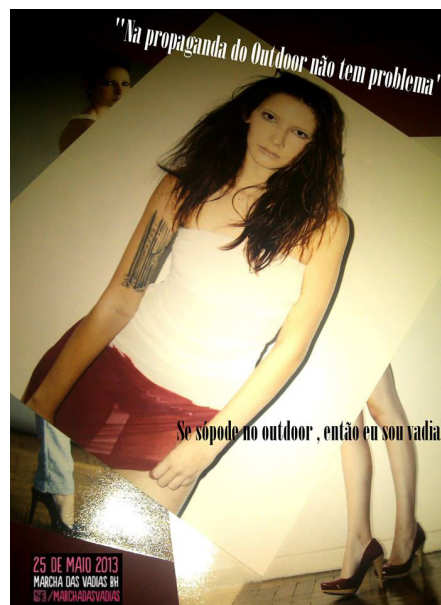


Figura 12: Foto “Eu sou vadia”



Figura 13: Foto “Eu sou vadia”



Figura 14: Foto “Eu sou vadia”

Podemos dizer que a militância das mulheres se dá, além de uma participação efetiva na Marcha das Vadias, com o envio das fotos, com os comentários. O movimento feminista ganha uma nova significação na era digital. Por meio do digital, o sujeito age, reflete, milita em favor da mulher na sociedade. Podemos ver a todo momento uma relação entre o espaço público e o privado. As discussões que são feitas na cidade vão até a casa das mulheres e elas começam a refletir sobre sua posição na sociedade, sobre a posição de mulher, para ela mesma, sobre o que é ser vadia. A mulher, dessa forma, passa a significar-se no meio digital e lutar nesse espaço. Como salienta Moraes (2001, p. 1-2): “a Internet vem dinamizar as lutas das entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda ordem”. Diz-nos ainda o autor que as vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e comprometimentos comuns, a partir de diversidade de campos de interesse:

Daí porque a organização em redes, dentro e fora da Internet, se revela inovadora. Elas facilitam a intercomunicação de indivíduos e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública. (MORAES, 2001, p. 2)

Castells (2005, p. 17) aponta que o nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. “É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que difundiram de forma desigual por todo o mundo”. O autor vai designar essa nova forma de sociedade de *sociedade em rede*. Entende o autor por *sociedade em rede*:

[...] uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é uma estrutura formal. É um sistema de nós interligados. (CASTELLS, 2005, p. 20)

É possível dizer, ressalta o autor (CASTELLS, 2005, p. 23), que a sociedade em rede é “hipersocial, não uma sociedade do isolamento”, mas também que há a emergência de um “individualismo em rede”. Ou seja, “a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede”. Ainda sobre isso, Romão (2004, p. 71) salienta que “o século XXI nasce com marcas de silício nas veias, embalado pelo ideário de liberdade construído a partir da explosão das tecnologias de comunicação, especialmente aquelas que proporcionam velocidade, mobilidade e ubiquidade”. Nos dizeres da autora (ROMÃO, 2004, p. 71):

A aldeola global e a Internet seriam as vedetes do novo tempo-espço e da modernidade-mundo, nas quais barreiras, diferenças e distâncias aparecem diluídas. Nesse contexto, emerge a textualidade eletrônica, remodelando os processos de leitura e escritas tais como os conhecemos. Os nós, em que os sujeitos se prendem nessa teia, são tão complexos quanto a conexão entre *links* na galáxia-internet; complexos, sobretudo, pela topologia multilinear que a rede inaugura, pela fragmentação de sentidos que ela promove.

É a partir dessas condições de produção que discursos sobre a mulher na Marcha das Vadias e na rede se constituem. É no espaço digital que são formulados e circulam não somente esses discursos, mas também novos sentidos sobre o que é a mulher na sociedade. Em outra campanha, também da Marcha das Vadias de Belo Horizonte, buscam-se definir os sentidos de vadia.

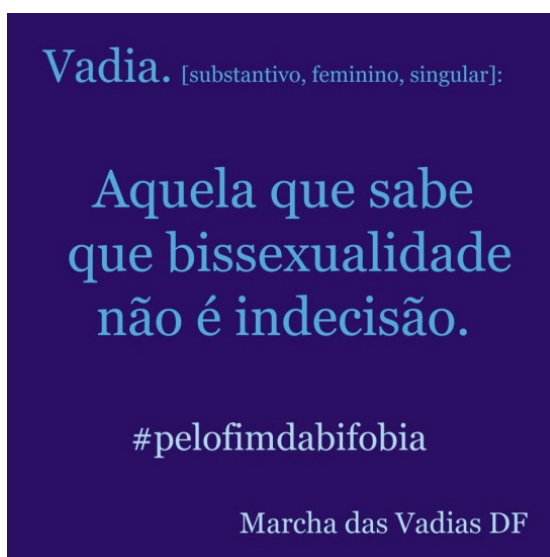


Figura 15: Campanha Marcha das Vadias de Brasília



Figura 16: Campanha Marcha das Vadias de Brasília



Figura 17: Campanha Marcha das Vadias de Brasília



Figura 18: Campanha Marcha das Vadias de Brasília

A campanha estrutura-se como uma definição lexicográfica. Ao definir o que é ser vadia, busca fazer com que haja uma identificação, por parte das mulheres, ao discurso que circula. Nessas definições, aparecem inúmeras formulações em relação a atitudes femininas/feministas que a sociedade enxerga como algo não pertinente à mulher, tais como: ocupar espaços de poder; ser dona de seu corpo; ser mãe solteira; entender de matemática; transar com quem e quando quiser; abortar (estatuto do nascituro). Ao definir, podemos ver a presença de um discurso outro que aponta para o comportamento esperado da mulher: não ocupar espaço de poder; não ser mãe solteira; não entender de matemática; não transar com quem e quando quiser; não abortar. A Marcha busca mais uma vez fundar uma outra discursividade que inscreverá todas as formulações sobre a mulher e, principalmente, sobre a vadia.

Essa campanha também traz algumas lutas pelas vadias que acabam afetando toda a sociedade. As lutas são pela igualdade de trabalho, pelo fim do machismo, pela maternidade livre, pelo orgasmo livre, pelo fim da violência, pelo fim da transfobia, bifobia e da lesbofobia, pelo fim do racismo. Para finalizarmos essa parte, nas campanhas, há uma tentativa de definir, de precisar o que é ser vadia, o que é ser mulher. Há nas campanhas uma exposição das lutas das mulheres por uma sociedade em que ela, mas também a transexual, a bissexual, a lésbica, a homossexual sejam respeitadas, sejam vistas como cidadãs.

A militância se dá pela definição, pela caracterização do que é ser mulher, do que é ser livre, e do que esse movimento deseja. Além disso, a militância se dá por meio de um discurso que sai do espaço público (do urbano) e adentra o espaço tecnológico/virtual. É através do tecnológico que inúmeros sentidos se formulam, que há uma interlocução entre a Marcha das Vadias e as mulheres que desejam militar por elas e por todas as classes vítimas de perseguição, de opressão, de violência por uma sociedade patriarcal, machista e sexista.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos mostrar como a Marcha das Vadias circula na Internet por meio das páginas no *Facebook*. Analisamos como os sentidos da Marcha das Vadias textualizam-se no tecnológico/virtual. É por meio do tecnológico que as campanhas são divulgadas, são vistas e circulam na sociedade. Os discursos da Marcha nas páginas do *Facebook* buscam sair da esfera digital e atingir a esfera pública. Ao divulgar campanhas no espaço digital, espera-se que seu efeito seja visto no espaço público, com homens respeitando mulheres, não as violentando, com homens e mulheres respeitando-se, militando por um espaço que a violência de gênero não seja legitimada. A Marcha, assim, faz uso das tecnologias para produzir uma reflexão acerca da mulher e sua posição na sociedade; busca, desse modo, explicitar como a mulher realiza-se dentro da condição feminina, já que, como diz Simone de Beauvoir (1967),

Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele mesmo não se envergonha da sua animalidade, sente-se antes orgulhoso se lhe chamam “macho”. Por que O SEGUNDO SEXO parece desprezível ao homem? Que circunstância restringem a liberdade da mulher e quais pode ela superar sem se trair? Como pode então realizar-se um ser humano dentro da condição feminina?

Por fim, é diante dessa realidade que a mulher na Marcha das Vadias milita por uma sociedade menos sexista e menos violenta quando se trata da mulher.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria de Políticas para as mulheres. *II Plano Nacional de políticas para mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2008.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. *A sociedade em rede*. Do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.

CESTARI, M. J. Nós político no discurso feminista dos anos 70. *Anais do Seta*, n. 4, p. 779- 792, 2010.

MORAES, D. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información*, v. IX, n. 2, mayo-ago. 2007. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticas na internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXIII, n. 2, jul./dez. 2000.

_____. *Ativismo digital*. 2001. Disponível em: <http://www.bocc.uni.pt/_esp/escola.php?conduinst=44>. Acesso em: 24 jul. 2013.

ORLANDI, E.P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ROMÃO, L. M. S. Nós, desconhecidos, na grande rede. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão-SC, v. 5, p. 71-91, 2004.

“Lugar de mulher é...”: fórmula ou expressão cristalizada?

(“The place of woman is...”: is it a formula or a crystalized expression?)

Edvania Gomes da Silva

Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
(UESB)

edvaniagsilva@gmail.com

Abstract: The main objective of this article is to analyze a type of enunciation which is circulating on the internet. The expression starts with “Place of woman is ...”. The central axis of the discussions lies in the concept of formula, as proposed by Krieg-Planque (2010). The analyses show that the enunciation under analysis works as a formula even though it is not a *stricto sensu* formula, it works like a formula.

Keywords: discourse analysis; internet; formula; circulating.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar enunciados que circulam na internet e que são iniciados pela expressão “Lugar de mulher é...”. O eixo central das discussões situa-se no conceito de fórmula, conforme proposta de Krieg-Planque (2010). As análises mostram que o enunciado sob análise, mesmo sem ser uma fórmula *stricto sensu*, possui um funcionamento discursivo próximo da fórmula.

Palavras-chave: análise de discurso; internet; fórmula; circulação.

Considerações iniciais

Neste trabalho, analiso, com base em formulações que circulam na internet, enunciados iniciados pela expressão “Lugar de mulher é...”¹. O eixo central das discussões situa-se no conceito de fórmula, presente nos trabalhos de Krieg-Planque (2010). Nesse sentido, verifico se as quatro características apresentadas pela referida autora para caracterizar uma expressão como fórmula podem ser identificadas em relação aos enunciados que compõem o *corpus*.

Sobre a circulação da expressão “Lugar de mulher é...”

A ideia inicial para elaboração deste artigo nasceu quando, ao ir para o trabalho, deparei-me com um *outdoor* que tinha o seguinte texto: “Lugar de mulher é na política. Lugar de mulher é no PT-Bahia”. A primeira coisa em que pensei é meio óbvia: “esse *outdoor* remete, em alguma medida, à construção: ‘Lugar de mulher é na cozinha’”. Entretanto, para além dessa primeira observação, outras surgiram: “Qual a relação interdiscursiva, e

1 Parto da hipótese de que a forma neológica da expressão “Lugar de mulher é...” é o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha”. De acordo com Krieg-Planque (2010), forma neológica é a que corresponde à primeira aparição da fórmula. No caso do *corpus* da referida autora, a forma neológica é “purificação étnica”, depois surgiram paráfrases, como “limpeza étnica”. Saliento que, como não fiz uma pesquisa sobre a origem da expressão “Lugar de mulher é...”, assumo os riscos de estar partindo de uma falsa forma neológica. Contudo, acredito que um possível equívoco em relação à escolha da forma neológica não invalida as análises aqui apresentadas.

não só intertextual, entre esses dois enunciados?"; "Quais os efeitos de sentido materializados no jogo que se estabelece entre ambos?"; "De que forma a memória discursiva contribui para a desestruturação-reestruturação que permite o deslizamento de sentidos entre os dois enunciados?" E, por fim, pensando nas discussões realizadas no âmbito do Grupo FEsTA (Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise), seria a construção "Lugar de mulher é..." uma fórmula, no sentido de Krieg-Planque (2010)?

Essas questões tornaram-se ainda mais inquietantes quando consultei o *Google* e verifiquei que outros enunciados estavam relacionados à construção "Lugar de mulher é...". As ocorrências encontradas podem ser divididas, *grosso modo*, como no quadro anexo.

Nos exemplos do quadro, verificamos a diversidade de formas de retomada do enunciado fonte.² Tal diversidade mostra que há, nesse caso, um jogo de desestruturação-reestruturação, tal como defende Pêcheux, para quem:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 53)

É exatamente isso o que ocorre no caso dos enunciados acima. Eles mantêm uma relação com o enunciado fonte, portanto, o (re)estruturam a cada vez que surgem, mas o desestruturam, em alguma medida, seja porque o (de)negam, seja porque o ironizam, seja porque o reafirmam (pois, o reafirmam sempre de um dado lugar: no caso em questão, do lugar do humor), seja porque o reafirmam, acrescentando-lhe um "novo" sentido. Mas, para entender como ocorre essa desestruturação-reestruturação, analisemos alguns desses enunciados mais detidamente.

Algumas análises

Para melhor entendermos como se dá o deslizamento de sentidos entre o enunciado fonte "Lugar de mulher é na cozinha" e suas variantes, que circulam nos mais diversos campos (político, culinário, humorístico, sexual etc.), analiso, a seguir, um enunciado de cada um dos quatro grupos que cataloguei no quadro anexo. Saliento que procurei analisar os enunciados menos canônicos de cada um desses grupos, pois, assim como Possenti (2004, p. 33), acredito que "o dado é um limite para o delírio". Isso não significa conferir total autonomia ao dado. Afinal, esse é, em alguma medida, fruto da interpretação do analista, pois não existe dado em si, já que todo ele é apreendido a partir de um certo ponto de vista teórico. Como afirma Saussure (2004, p. 15), "é o ponto de vista que cria o objeto". Um exemplo de que o dado tem uma autonomia relativa, mas que, ao mesmo tempo, está sempre sujeito às opções e às ações do investigador é o que propõe Maingueneau acerca das unidades não tópicas. Para o autor:

² O termo "enunciado fonte" está sendo usado aqui como paráfrase de "forma neológica".

As unidades não-tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas (o que as distingue das unidades “territoriais”). Por outro lado, elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história (o que as distingue das unidades “transversas”) (MAINGUENEAU, 2006a, p. 16).

De acordo com a citação, as unidades não tópicas dependem das escolhas dos pesquisadores, mas, ao mesmo tempo, estão profundamente inscritas na história, ou seja, elas têm uma autonomia relativa. Nesse sentido, são a materialização do que Ginzburg chama de *rigor flexível*. Trata-se, segundo o referido autor, de reconhecer que:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. (GINZBURG, 2002, p. 44)

É com base nesse rigor flexível que procuro analisar os dados neste artigo. Afirmo isso porque tenho visto alguns trabalhos que tentam, a todo custo, comprovar a “eficácia” de uma certa teoria, e que, para tanto, não só violentam os dados, como propõe Foucault (1996, p. 50), ao defender que a teoria possa ser “uma violência que se faz ao mundo”, mas os destroem, pois lhe tiram sua especificidade a fim de transformá-los naquilo que propõe a teoria a qual recorrem essas pseudoanálises. Portanto, não quero “provar” a todo custo que a expressão “lugar de mulher é na cozinha” é uma fórmula (por isso mesmo, o título desse trabalho é uma pergunta), mas pretendo investigar o que ocorre quando essa expressão é retomada/transformada em diferentes enunciados.

“Lugar de mulher é em todo lugar”

No caso da expressão “Lugar de mulher é em todo lugar”, há um pré-construído, criado pela expressão “lugar de mulher”, o qual produz, discursivamente, a ideia de que há um lugar de mulher, ou seja, que a mulher tem um lugar que lhe é específico. Isso ocorre porque, segundo Pêcheux, o efeito de pré-construído é:

A condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*. (1988 [1975], p. 9; itálicos do autor)

Em outras palavras, ao instaurar o referente “lugar de mulher”, o enunciador produz um efeito de sentido segundo o qual a existência de um lugar de mulher é algo inegável, é uma verdade inquestionável, é um elemento que pertence a uma “construção anterior, exterior, mas sempre independente” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 99), e que, no enunciado em questão, exerce um efeito de *encaixe sintático*. Nesse caso, o efeito é o de que é possível questionar o que é posto pelo enunciado, isto é, a proposição “Lugar de mulher é em todo lugar”, mas não se pode questionar o que aparece como pré-construído, isto é, a existência de um “lugar de mulher”. Por outro lado, a totalidade da proposição nega o que é “criado” no/pelo pré-construído. Isso porque, ao afirmar que “Lugar de mulher é em todo lugar”, o

enunciador nega a existência de um lugar específico para mulher. Trata-se de algo muito semelhante ao que ocorre no enunciado “Aquele que salvou o mundo morrendo numa cruz nunca existiu”, analisado por Pêcheux.³

Do ponto de vista de Krieg-Planque (2010), o que ocorre, no caso do enunciado “Lugar de mulher é em todo lugar”, é que se nega a fórmula no momento em que esta é enunciada. Portanto, há, nesse caso, a materialização do caráter polêmico da fórmula, o qual, ainda segundo Krieg-Planque (2010), constitui uma das propriedades essenciais de uma *fórmula*,⁴ conceito-operacional definido pela autora nos seguintes termos:

Por fórmula, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir. (p. 9)

No caso da formulação “Lugar de mulher é em todo lugar”, assim como em “Lugar de mulher é onde ela quiser”, temos, portanto, a manifestação explícita do caráter polêmico da expressão candidata à fórmula “Lugar de mulher é...”, pois há uma apropriação da fórmula, atribuindo-lhe um sentido diferente; no caso em tela, um sentido contrário ao seu sentido “primeiro”. Ainda segundo Krieg-Planque, “o caráter polêmico da fórmula é indissociável do fato de que ela constitui um referente social: é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica” (2010, p. 100). Nesse sentido, os enunciados do primeiro grupo apresentado no quadro anexo (Enunciados que retomam o enunciado fonte para subvertê-lo por meio da negação do posto ou do pressuposto) mostram que a expressão “Lugar de mulher é na cozinha” também atende a uma outra propriedade fundamental da *fórmula*: seu funcionamento como referente social. Ainda sobre a fórmula como referente social, Krieg-Planque afirma:

Como referente social, a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento. Consideremos o óbvio: para que esse signo evoque alguma coisa para todos, é necessário que ele seja conhecido por todos. A “notoriedade” do signo, para falar como os profissionais de *marketing*, é, assim, uma condição necessária para existência “formulaica” desse signo (ou “palavra”, ou “sequência”). (2010, p. 92)

A expressão “Lugar de mulher é na cozinha” com suas variantes pode ser considerada uma fórmula no que diz respeito a esse critério, pois sua notoriedade pode ser confirmada pela diversidade de campos em que tal expressão circula (político, humorístico, sexual, culinário etc.). Além disso, a produtividade lexicológica é, ainda segundo Krieg-Planque (2010), um outro índice que pode confirmar ou infirmar o caráter formulaico de uma expressão. No caso da proposição “Lugar de mulher é...”, vimos, nos dados, que há uma grande variedade de predicativos que surgem para complementar essa frase nominal (na cozinha, no tanque, na luta, na internet etc.). Isso mostra que há uma certa cristalização, vinculada à primeira parte da proposição, mas há também a possibilidade de deriva, vinculada à segunda parte da proposição, isto é, ao predicativo do sujeito.

3 Na análise, Pêcheux afirma que “há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase” (1988 [1975], p. 99).

4 Além do caráter polêmico, Krieg-Planque (2010) enumera mais três propriedades que fazem com que uma expressão possa ser caracterizada como fórmula. São elas: seu caráter cristalizado, sua inscrição discursiva e seu funcionamento como referente social.

“Lugar de mulher é no tanquinho!!!”

Inicialmente, vejamos a imagem que acompanha a formulação linguística:



Figura 1. Lugar de mulher é no tanquinho!!!⁵

Nesse caso, o jogo entre desestruturação-reestruturação, do qual trata Pêcheux (1997), é o que melhor explica a relação entre formulação linguística e imagem. Há uma des(estabilização) em relação ao termo “tanquinho”, pois o enunciador joga com dois efeitos de sentido possíveis para essa palavra. Um desses efeitos de sentido vincula a palavra “tanquinho” ao universo doméstico, pois o termo remete, nesse caso, ao local onde se lava roupa: o tanque, referido aqui no diminutivo. Além disso, na modernidade, há um eletrodoméstico que possui algumas das funções da máquina de lavar (ele bate a roupa e a deixa de molho, mas não a centrifuga) e que é conhecido como tanquinho. Entretanto, há um outro efeito de sentido possível e esse liga-se ao campo da sexualidade, ao jogo de sedução entre homens e mulheres. Nesse campo, há uma memória segundo a qual os homens mais sensuais, mais atraentes, mais desejados pelas mulheres são aqueles que têm o abdômen definido, isto é, aqueles em que a musculatura que constitui essa parte do corpo aparece de forma mais acentuada. É o chamado “abdômen tanquinho”. O jogo entre desestruturação-reestruturação ocorre porque o enunciado remete, concomitantemente, a esses dois efeitos de sentido. Isso só é possível porque a língua é opaca e está sujeita ao equívoco ou, como afirma Pêcheux:

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 1997, p. 51)

⁵ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/pages/Lugar-de-mulher-e-no-tanquinho>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

Contudo, nesse caso, não se trata de um jogo apenas linguístico, isto é, centrado apenas na opacidade do termo “tanquinho”, pois há mais coisas a serem consideradas. A imagem do homem em pose sensual e com o abdômen a mostra, abdômen sobre o qual aparece a expressão “É no tanquinho!!!”, revela a qual das duas interpretações de “tanquinho” o enunciador da formulação se vincula. Trata-se do “tanquinho” do homem sensual; é a esse tanquinho que esse enunciador se refere quando diz que “Lugar de mulher é no tanquinho!!!”. O efeito de sentido dessa formulação é o de satirizar (ridicularizar) o enunciado fonte “Lugar de mulher é na cozinha (ou no tanque de lavar roupas)”. Aqui, o que ocorre não é a polêmica, conforme apresentada por Krieg-Planque (2010), até porque não se polemiza em relação à expressão cristalizada e, portanto, em relação à candidata à fórmula. A sátira recai sobre o complemento (sobre o predicativo), e não sobre a expressão “Lugar de mulher é...”. Não se questiona se a mulher tem ou não um lugar específico na sociedade, pois isso aparece como um pré-construído, algo já aceito. O que se questiona, por meio da sátira, é o fato de esse lugar ser o tanque de lavar roupas ou a cozinha, isto é, o fato de estar relacionado, em alguma medida, aos serviços domésticos. Para contrapor-se à tese de que o lugar da mulher na sociedade estaria relacionado às obrigações “do lar”, o enunciador do dado sob análise “mostra” que o lugar da mulher na sociedade está relacionado ao exercício de sua sexualidade.

“Por que as mulheres se casam de branco? Para combinar com a geladeira, com o fogão e com a lavadora...”

O texto sob análise é uma piada em forma de adivinha.⁶ A piada não traz, em sua forma linguística, a candidata à fórmula, mas materializa um discurso segundo o qual “Lugar de mulher é na cozinha”. Nesse caso, o enunciado que aparece como resposta à pergunta, feita na primeira proposição (“Por que as mulheres se casam de branco?”), é o que permite a relação com o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha”. Para essa análise, recorreremos ao que Pêcheux chama de *efeito de sustentação*, pois, segundo o autor, devido ao efeito de sustentação, uma proposição explicativa (que pode ser parafraseada por uma subordinada introduzida por “porque”):

Intervém como suporte do pensamento contido em uma outra proposição, e isso por meio de uma relação de *implicação* entre duas propriedades α e β , relação essa que enunciamos sob a forma “o que é α é β ”. (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 110)

Ainda segundo Pêcheux, é o efeito de sustentação que realiza a articulação entre as proposições constituintes. Nesse sentido, pode haver, inclusive, a supressão da proposição de base, pois a segunda proposição “constitui a evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 111).

No caso sob análise, a proposição de base é justamente a formulação “Lugar de mulher é na cozinha”. Portanto, é porque lugar de mulher é na cozinha que ela se casa de

⁶ As adivinhas, em relação à estrutura, são compostas pelo par pergunta-resposta, podendo ser decompostas em “elementos descritivos (parte presente) e referente (parte ausente)” (TODOROV, 1980, p. 219). São, portanto, “textos verbais breves que implicam um jogo de pergunta e resposta, sendo que esta, clara, está contida naquela de modo cifrado, velado ou inesperado” (SARAIVA, 1999, p. 253-A).

branco, para, assim, combinar com a geladeira, com o fogão e com a lavadora. Dessa forma, o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha” sustenta, discursivamente, a compreensão da piada. É importante esclarecer, devido ao cuidado com o tratamento dos dados – o que chamei, no início deste artigo, de rigor flexível, com base em Ginzburg (2002) –, que o funcionamento que acabei de explicar não é igual aos exemplos clássicos apresentados por Pêcheux (1988 [1975]), pois “Lugar de mulher é na cozinha” não é uma relativa explicativa, como ocorre, por exemplo, na proposição “O gelo flutua sobre a água”, em que a explicativa ausente seria “que tem peso específico inferior ao da água”. Não se trata do mesmo funcionamento, porque a estrutura das proposições sob análise é outra. Trata-se de um par pergunta-resposta e, nesse caso, a relativa explicativa funcionaria como uma espécie de ponte entre esse par. Mais ou menos, nos seguintes termos: “A mulher, cujo lugar é na cozinha, casa-se de branco porque essa cor combina com a geladeira, com o fogão e com a lavadora, que ficam na cozinha”.

Em síntese, o único caso encontrado, no *corpus*, em que o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha” é ratificado não pode ser considerado uma fórmula, pois, nesse caso, não se verifica, segundo Krieg-Planque, a propriedade essencial da cristalização, ou seja, o que a autora chama de “caráter cristalizado da fórmula” (2010, p. 61). Sobre o caráter cristalizado da fórmula, a autora explica que “a fórmula tem um caráter cristalizado pelo qual ela se identifica com uma materialidade linguística particular” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67). É fato que, ainda segundo Krieg-Planque (2010), a fórmula existe também por meio de suas “múltiplas paráfrases”. Contudo, “ela não existe fora de uma sequência cristalizada bem identificável que a condensa” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67). Por isso, segundo a autora, a fórmula não deve ser confundida com o estereótipo ou com o que Anscombe e Ducrot (1983) chamam de *topoi*, isto é:

Princípios gerais, intralinguísticos, mas culturalmente determinados, que servem de apoio ao raciocínio sem que sejam asseverados pelo locutor, e que permitem a passagem de um argumento a uma conclusão (como o *topos* “Plus le prix est élevé, moins l’achat est justifié” [Quanto mais alto o preço, menos justificada é a compra], conforme a ideologia capitalista). (apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67-68)

Talvez um desses dois casos citados por Krieg-Planque como não sendo fórmula, estereótipo e *topoi* expliquem melhor o que ocorre no caso da piada analisada acima. Entretanto, as análises mostram que, mesmo não sendo uma fórmula, no sentido estrito do termo, o enunciado sob análise funciona, discursivamente, como base material para constituição de processos discursivos bastante distintos.⁷

Nigella Lawson: “lugar de mulher é na cozinha”

No caso do enunciado “Nigella Lawson: ‘lugar de mulher é na cozinha’”, temos uma relação entre discurso direto e aforização, no sentido de Maingueneau (2010). Esse autor apresenta a noção de aforização para tratar de enunciados que “decorrem de um regime

⁷ Pêcheux afirma que “o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como *base* comum de *processos* discursivos diferenciados [...]” (1988 [1975], p. 91).

de enunciação específico” (MAINGUENEAU, 2010, p. 12). Trata-se de enunciados supostamente sem texto, pois não obedecem à lógica das enunciações textualizantes, isto é, aquelas que obedecem ao regime enunciativo do texto. Nesse sentido, a aforização tem um funcionamento enunciativo bastante diferente daquele instituído na/pela enunciação textualizante.

No enunciado sob análise, ocorre, aparentemente, um caso de *aforização destacada de um texto*, a qual difere, segundo Maingueneau, da *aforização por natureza*, como é o caso das máximas, dos provérbios e dos *slogans*. A aforização destacada de um texto é o resultado de um processo de destacamento por meio do qual ocorre uma descontextualização, a qual, segundo Maingueneau, “é acompanhada por uma opacificação do sentido (da aforização), que exige um trabalho interpretativo” (2010, p. 15). O enunciado destacado “Nigella Lawson: ‘lugar de mulher é na cozinha’” mostra-se, pela sua própria estrutura, como uma citação em discurso direto. Isso porque o nome da autora da citação é indicado antes dos dois pontos. Essa é uma estratégia muito utilizada pela imprensa para construção de manchetes ou de intertítulos. Nesse caso, trata-se do título de uma entrevista, publicada em *Veja on-line*.⁸ A entrevista é com Nigella Lawson, apresentada por *Veja* como “a celebridade das panelas”. Trata-se de uma cozinheira britânica (ela não gosta de ser chamada de *chef*) que, ainda segundo *Veja*, “se tornou celebridade pela forma espontânea e *sexy* como fala sobre comida”.

Como ocorre em quase todas as formas de destacamento feitas pela imprensa, há diferenças entre o texto de origem e a aforização. O trecho da entrevista que originou a aforização do título é o que segue:

- (01) As mulheres cozinham há muito tempo e isso nunca foi uma atividade remunerada. Por outro lado, os homens foram remunerados a partir do momento em que foram para a cozinha e se tornaram *chefs*. Quando lancei o livro *How To Be a Domestic Goddess (Como Ser uma Dona de Casa dos Sonhos*, em tradução livre), que é um título irônico, fui tachada de machista. Pensando bem, essa era uma crítica antifeminista, *como se as mulheres fossem denegridas por ocupar um lugar que sempre foi delas*. (Trecho da entrevista de Nigella Lawson à *Veja*, grifos meus)

Há, portanto, uma transformação, que, como afirma Maingueneau em relação a um enunciado que analisa em seu texto, “elimina modulações, de modo a reforçar a autonomia e o caráter lapidar do enunciado, a aproveitá-lo de modo a ser sobreasseverado” (2006b, p. 84). Mas, além dessa transformação, há, no caso do enunciado sob análise, algo mais. Há uma apropriação de um enunciado que já circula em nossa sociedade: o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha”. Em outras palavras, a formulação “As mulheres cozinham há muito tempo e isso nunca foi uma atividade remunerada [...], como se as mulheres fossem denegridas por ocupar um lugar que sempre foi delas” é *autonomizada*,⁹ para usar um termo de Maingueneau (2006b, p. 83), por meio da aforização “Lugar de mulher é na cozinha”, a qual funciona, na maioria das vezes, como uma máxima e, portanto, como uma *aforização destacada por natureza*. Nesse sentido, há, nesse caso, um jogo enunciativo bastante interessante, pois o enunciativo *Veja* faz uso de uma aforização destacada por natureza (uma máxima machista) para sobreasseverar um enunciado textualizante, criando o efeito de uma aforização destacada do texto. O efeito de sentido é o

8 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/nigella-lawson-lugar-de-mulher-e-na-cozinha>>. Acesso em: 24 jun. 2013

9 No sentido de “tornada autônoma”.

de que Nigella Lawson, uma mulher *sexy* e bem sucedida (portanto uma referência para as mulheres em geral), disse que “Lugar de mulher é na cozinha”, mesmo que ela não tenha dito exatamente isso. Apesar de ser a retomada de um enunciado que já circula na sociedade, há uma desestruturação-reestruturação do enunciado “Lugar de mulher é na cozinha”. Essa desestruturação-reestruturação está relacionada tanto ao locutor responsável pelo enunciado, pois este é atribuído a uma mulher bem-sucedida, e não a um machão, quanto ao efeito de sentido da expressão “na cozinha”, pois, na entrevista, a cozinha é referenciada como um lugar no qual se exerce uma profissão (“Por outro lado, os homens foram remunerados a partir do momento em que foram *para a cozinha e se tornaram chefs*”) e não como lugar de serviços domésticos. Essas duas reconfigurações, tanto em relação ao sujeito da enunciação quanto em relação à dêixis discursiva (pois, o espaço “cozinha” é, discursivamente, reconfigurado), funcionam como efeitos da memória sobre a atualidade. Ou seja, o “novo” só é possível porque existe uma memória discursiva segundo a qual: i) o sujeito que enuncia “Lugar de mulher é na cozinha” é alguém que adere ao discurso machista; e ii) a cozinha funciona como uma dêixis discursiva que remete ao espaço dos serviços domésticos e, portanto, ao lugar da mulher como vinculada à esfera do privado, excluindo-a, portanto, do espaço público.¹⁰ É justamente sobre essa memória que o “novo” vem incidir, produzindo outros efeitos de sentido. Entretanto, o “novo” não apaga a memória, por isso, não se trata da negação do discurso machista, mas, muito provavelmente, de sua “adaptação” à atualidade. Por isso, esse caso não se insere no primeiro grupo apresentado neste artigo, aquele em que há uma negação do enunciado fonte. Contudo, o que ocorre no caso do título da entrevista com Nigella Lawson é um pouco diferente do que ocorre nos outros dois exemplos desse grupo. Quando se diz que “Lugar de mulher é também no hip-hop”, não há desestruturação-reestruturação do enunciado fonte, o que há é o acréscimo de um outro elemento. Em outras palavras, é como se o enunciador dissesse que lugar de mulher é na cozinha e também no hip-hop. Entretanto, assim como no caso do título da entrevista, o efeito de sentido que vincula “Lugar de mulher é na cozinha” ao discurso machista permanece, já que não é questionado, mas permanece, só que transformado.

Essa apropriação do enunciado “Lugar de mulher é na cozinha” pelo enunciador *Veja* indica que o referido enunciado tem uma utilização recorrente em nossa sociedade, afinal, ele foi “escolhido” para ser parte do título de uma matéria de uma revista de circulação nacional. E isso pode ser, segundo Krieg-Planque (2010), um critério que torna esse enunciado suscetível, mas apenas suscetível, de ser uma fórmula. A utilização recorrente de um enunciado como critério para torná-lo uma fórmula relaciona-se ao *caráter discursivo da fórmula*, o qual, segundo Krieg-Planque (2010), constitui mais uma (a quarta, na ordem em que as apresentamos aqui) propriedade essencial da fórmula. Para a autora:

O caráter discursivo da fórmula é o que resulta, na sequência, de uma certa utilização, seja ela concomitante ou posterior ao aparecimento dessa sequência na língua. Essa utilização varia de uma fórmula a outra. Ela deve, no entanto, reunir duas propriedades constitutivas da fórmula: seu caráter de referente social e seu caráter polêmico, duas propriedades que apreendemos como interdependentes. (2010, p. 90)

Em outras palavras, para ser fórmula é preciso ser, discursivamente, percebida como tal. Para tanto, é preciso que a candidata à fórmula seja, a partir de um certo acontecimento discursivo, alçada à condição de fórmula, mesmo que “a preexistência formal da

¹⁰ Para uma discussão acerca da relação entre público e privado, conferir Arendt (2009 [1958]).

sequência seja anterior a seu estatuto formulaico” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 87). É por isso que, ainda segundo Krieg-Planque, “a consequência do caráter discursivo das fórmulas é que elas só podem ser analisadas se estiverem apoiadas em um *corpus* saturado de enunciados atestados” (2010, p. 89). No caso dos dados deste artigo, não se trata de um *corpus* saturado de enunciados atestados, trata-se apenas de um pequeno conjunto de dados recolhidos aleatoriamente para a realização de um exercício de análise. Além disso, também não fiz um estudo sobre a origem da expressão “Lugar de mulher é na cozinha”, a fim de identificar o momento da gênese da referida expressão, como o fez Krieg-Planque no estudo da fórmula “*purification ethnique*” (purificação étnica). Por isso, não é possível afirmar, de forma categórica, que o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha” ou uma de suas variantes tem, de fato, um caráter discursivo. Contudo, os indícios aqui apresentados mostram que há uma grande circulação desse enunciado nos mais variados campos, e que essa circulação ocorre, muitas vezes, de forma polêmica.

Considerações finais

As análises mostraram que não se pode considerar o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha” uma fórmula, pois, nem sempre é possível aplicar as quatro propriedades da fórmula, conforme proposta de Krieg-Planque (2010), às diferentes formulações em que o referido enunciado aparece. Contudo, verificamos também que, mesmo sem ser uma fórmula *stricto sensu*, o enunciado sob análise tem propriedades que lhe conferem um caráter formulaico, pois funciona como referente social e, em algumas de suas materializações, apresenta caráter polêmico. Além disso, na maioria dos dados analisados, o referido enunciado é iniciado por uma forma cristalizada que é a expressão “Lugar de mulher é...”.

Em síntese, se, como defende Krieg-Planque (2010, p. 111), a categoria “fórmula” é uma “categoria fluida” e “a fórmula é em si um objeto que se situa num *continuum*”, defendemos que o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha” com suas variantes (todas iniciadas pela expressão “Lugar de mulher é...”.) é uma *quase* fórmula, pois preenche, algumas vezes mais e outras menos, cada uma das quatro propriedades que caracterizam esse objeto.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1958].
- FOUCAULT, M. et al. *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996 [1971].
- GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de fórmula em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. Unidade tópicas e não-tópicas. Tradução de Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. de; POSSENTI, S. (Org.). *Cenas da enunciação*. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006a. p. 9-24.

_____. Citação de destacabilidade. Tradução de Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. de; POSSENTI, S. (Org.). *Cenas da enunciação*. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006b, p. 72-90.

_____. Aforização – enunciados sem texto?. Tradução de Ana Raquel Motta. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. de; POSSENTI, S. (Org.). *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 9-24.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997 [1983].

POSSENTI, S. O *dado* dado e o *dado dado*. In: _____. *Os limites do discurso*. Curitiba/PR: Criar Edições, 2004. p. 27-36.

SARAIVA, A. Poética e enigmática das adivinhas populares portuguesas. In: ENCONTRO SOBRE CULTURA POPULAR (Homenagem ao Prof. Dr. Manuel Viegas Guerreiro), 1, 1998. *Actas ...* Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1999. Folclore, p. 253-A.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1916].

TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ANEXO

Quadro 1. Síntese dos dados encontrados

Tipo de enunciado	Enunciados que retomam o enunciado fonte para subvertê-lo por meio da negação do posto ou do pressuposto.	Enunciados que retomam o enunciado fonte para subvertê-lo por meio da ironia ou da sátira.	Enunciados que retomam o enunciado fonte para ratificá-lo.	Enunciados que retomam o enunciado fonte para acrescentar-lhe um “novo” sentido.
Enunciados encontrados	<p>1. Lugar de mulher é na política.</p> <p>2. Lugar de mulher é onde ela quiser.</p> <p>3. Lugar de mulher é em todo lugar.</p> <p>4. Lugar de mulher é na luta.</p> <p>5. Lugar de mulher é na net.</p> <p>6. Lugar de mulher não é no tanque.</p> <p>Lugar de mulher não é no fogão.</p> <p>...</p> <p>Sabe onde é o lugar de mulher?</p> <p>É em cima da cama fazendo amor.</p>	<p>1. Lugar de mulher é no tanque (imagem de um homem mostrando seu abdômen definido).</p> <p>2. Lugar de mulher é no tanquinho (imagem de um homem mostrando seu abdômen definido).</p> <p>3. Lugar de mulher é na cozinha... sentada em uma cadeira confortável, bebendo um bom vinho, e olhando o amorzinho preparar o jantar.</p> <p>4. Lugar de mulher é no fogão!!! (Imagem de um homem no meio de labaredas de fogo).</p> <p>5. Lugar de mulher é no tanque (imagem de uma mulher dentro de um tanque de guerra e dizendo: “Bora, que eu tô doida pra lavar a roupa suja!”).</p> <p>6. Lugar de mulher é atrás do tanque (imagem de uma mulher sentada em uma motocicleta potente).</p>	<p>1. Por que as mulheres se casam de branco? Para combinar com a geladeira, com o fogão e com a lavadora...</p>	<p>1. Lugar de mulher é também no hip-hop.</p> <p>2. Lugar de mulher é também na oficina (In: reportagem, cujo título é “Mulheres ‘invadem’ setor automotivo”).</p> <p>3. Nigella Lawson: lugar de mulher é na cozinha (Entrevista com cozinheira famosa).</p>
Quantidade de Ocorrências	Seis (6) 37,5% de um total de 16	Seis (6) 37,5% de um total de 16	Um (1) 6,25% de um total de 16	Três (3) 18,75% de um total de 16

Apropriação do discurso sobre os conceitos teóricos na escrita acadêmica

(Appropriation of the discourse about the theoretical concepts in academic writing)

Elza Maria Silva de Araújo Alves

Secretaria Municipal de Educação (SME) - Natal/RN

elza.alves29@yahoo.com.br

Abstract: This study aims at analyzing linguistic marks of appropriation of the discourse of the other authors by analyzing of variation and change in written four dissertations, which were defended in 1979, 1989, 2000 and 2011, and selected on the Public Domain – Capes. In the analysis, we follow the Theory of Enunciation, more precisely, the enunciative heterogeneity proposed by Authier-Revuz (1998, 2004), regarding dialogism, and the concept of *ethos* defended by Maingueneau (2011), regarding the personality that the enunciator assumes to give a speech. The results show that the researcher interacts with the discourse of the other authors and prepares his writing with traces of a saying which is not his own by appropriating the discourse on concepts of variation and change. However, from the moment when there is a dialogical process, the speech produced may be appropriate for who writes it. In this dialogical process, the researcher can also take a position of a third person guarantor when he uses speech as another form of support to your say.

Keywords: Appropriation of concepts; dialogism; writing.

Resumo: O presente estudo busca analisar marcas linguísticas de apropriação do discurso do outro mobilizado sobre os conceitos teóricos na escrita de quatro dissertações de mestrado selecionadas do Domínio Público – Capes e defendidas nos anos de 1979, 1989, 2000 e 2011. Analisamos à luz da Teoria da Enunciação, mais precisamente da heterogeneidade enunciativa do dizer, proposta por Authier-Revuz (1998, 2004), no que se refere ao campo do dialogismo; e, a partir do conceito de *ethos* defendido por Maingueneau (2011), no que diz respeito à personalidade que o enunciador assume ao pronunciar um discurso. Os resultados demonstram que ao se apropriar do discurso sobre conceitos teóricos, o pesquisador interage com o discurso do outro e elabora sua escrita com traços de um dizer que, no princípio, não lhe pertencia. Mas, a partir do momento em que há o processo dialógico, o discurso produzido em forma escrita pode ser apropriado por aquele que escreve. Nesse processo dialógico, o pesquisador também pode tomar uma posição de fiador do discurso alheio quando usa o discurso do outro como forma de sustentação para o seu dizer.

Palavras-chave: Apropriação de conceitos; dialogismo; escrita.

Introdução

Este estudo parte de reflexões realizadas no interior do Grupo de Estudo do Texto e do Discurso (GETED) do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no que se refere à produção escrita no ensino superior, mais especificamente no que confere à apropriação do discurso do outro na escrita de dissertação de mestrado. Partimos do pressuposto de que o discurso sobre os conceitos de variação e de mudança é apropriado à escrita do pesquisador por um processo dialógico, um processo de interação, no qual a relação entre o sujeito que escreve e a teoria é constitutiva, e não prescritiva.

Para realizamos o nosso estudo, aliamos-nos aos pressupostos teóricos de Authier-Revuz (1998, 2004) no que confere heterogeneidade enunciativa do dizer. O estudo dessa autora se funda em três campos teóricos: o dialogismo bakhtiniano, a teoria do discurso (Pêcheux) e o inconsciente, a partir de Freud-Lacan.

Consideramos, neste trabalho, o princípio do dialogismo, o diálogo entre os interlocutores, o diálogo entre os discursos, denominados pela autora de interação e discursividade. O dialogismo visto como interação verbal entre os interlocutores, princípio constitutivo do sujeito e da linguagem.

Na concepção de Bakhtin, o discurso não é individual, pois em cada enunciado, em cada palavra ressoam vozes: a do eu e a do outro. Por essa concepção, há o reconhecimento do princípio da intersubjetividade, princípio que problematiza o estatuto do sujeito do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Como investigamos marcas de apropriação do discurso outro na escrita acadêmica, escolhemos o discurso mobilizado na escrita dos conceitos de variação e de mudança nas dissertações de mestrado. Isso porque tais conceitos têm sido influenciados ao longo dos anos pelo desenvolvimento dos estudos linguísticos, ou seja, esses conceitos têm sido enfocados por diversas teorias, dentre as quais temos a Linguística Histórica, que durante muito tempo foi palco da ancoragem teórica de muitas pesquisas, e, a partir do final da década de 1970 e meados da década de 1980, esses conceitos advindos da área da sociolinguística começaram a ser mais focalizados nas pesquisa à luz da Teoria da Variação e da Mudança, postulada por Labov.

Desse modo, por meio da heterogeneidade mostrada e marcada, podemos analisar a apropriação do discurso do outro e a posição dos pesquisadores na escrita do discurso mobilizado na escrita desses conceitos.

Enfatizamos que tomamos como parâmetro para explicar o modo de apropriação defendida por nós, a expressão tomar como seu, uma vez que é no processo de mobilização do discurso que o enunciador se vale de palavras porosas, ou seja, de palavras que aparecem no discurso do um, carregadas do discurso do outro, palavras embutidas que se cindem, se transmudam em outras palavras, pelas quais o sentido se multiplica em facetas que podem se afastar do sentido “original” ou se perder (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Tendo em vista as informações já citadas, propomos como objetivos: a) analisar, no *corpus* selecionado, marcas linguísticas de apropriação do discurso do outro sobre os conceitos de variação e de mudança na escrita de quatro pesquisas; b) verificar o posicionamento que o pesquisador assume frente ao discurso mobilizado na escrita desses conceitos.

Os dados analisados foram selecionados a partir de um levantamento de dissertações de mestrado produzidas em diferentes programas de Pós-Graduação do Brasil disponíveis no Portal Domínio Público – CAPES. Para melhor organizar a análise dos dados, denominamos cada um dos trabalhos: TP1/1979 (Trabalho de Pesquisa Um/1979), TP2/1989 (Trabalho de Pesquisa Dois/1989), TP3/2000 (Trabalho de Pesquisa Três/2000) e TP4 (Trabalho de Pesquisa Quatro/2011).

No próximo bloco, apresentamos o dialogismo proposto por Bakhtin, o qual Authier-Revuz toma como referência para explicitar a heterogeneidade enunciativa.

O discurso dialógico

A respeito dos estudos do Círculo, Authier-Revuz enfatiza o conceito de dialogismo e polifonia. O dialogismo assinala que toda relação dialógica apresenta um sentido que se estabelece entre os enunciados da comunicação verbal. Esses, no processo de comunicação, independentes de sua dimensão, é dialógico. Há, neles, uma dialogização interna da palavra que é perpassada sempre pela palavra do outro. É sempre a palavra ulterior que inevitavelmente cruza o discurso do um. Ou seja, o sujeito enunciador, para constituir o próprio discurso, leva em conta o discurso de outrem que está implícito no seu e o atravessa constitutivamente (BAKHTIN, 1995).

O enunciado não existe fora das relações dialógicas, por isso é constitutivo. Nele, estão presentes ecos e lembranças, o dizer de outros enunciados. Os enunciados têm autor, por isso revelam uma posição de autoria.

A noção de diálogo é a grande âncora do pensamento bakhtiniano. O autor propõe uma oposição entre diálogo em sentido estrito, que seria a interação face a face, e diálogo em sentido amplo, que seria a interseção de vozes que atravessam e perpassam cada discurso, cada enunciação, desde o simples ato de fala (não tão simples assim) até os mais complexos discursos da narrativa do romance. Haveria a presença de outras vozes por toda parte do discurso, fazendo eco à enunciação. Algumas vezes para auferir, outras, para diferir, mas sempre presentes em cada ato de linguagem; algumas ocasiões disfarçadas e outras expostas. Nesse caso, temos a polifonia.

Desse modo, Bakhtin, (1995) concebe a enunciação como um produto da interação social, mesmo se tratando de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui uma comunidade de fala.

Na visão do autor, a língua constitui um processo ininterrupto que se realiza através da interação verbal social dos locutores. Entretanto, trataremos aqui dos pontos que Authier-Revuz (2004) considera importantes para mostrar o estudo da heterogeneidade do locutor e do discurso, conseqüentemente para a escrita, objeto de nossa pesquisa.

Do princípio dialógico interessa à linguista a concepção de diálogo entre os interlocutores e a do diálogo entre os discursos, denominados de interação e discursividade. O dialogismo visto como interação verbal entre os interlocutores é o princípio constitutivo do sujeito e da linguagem. Na concepção de Bakhtin, o discurso não é individual, pois em cada enunciado, em cada palavra ressoam vozes: a do eu e a do outro. Por essa concepção, há o reconhecimento do princípio da intersubjetividade, princípio que problematiza o estatuto do sujeito do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Ademais, afirma Bakhtin (1995, p. 88): “Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista do outro, e em outro definitivo, a partir do ponto de vista da comunidade de vida a que pertencço. [...] as palavras são sempre inevitavelmente as palavras dos outros”. O que observamos na fala do filósofo é que o discurso produzido por um sujeito estaria isento do discurso já dito, pois, a organização de uma enunciação está situada no meio social em que envolve o sujeito, assim é também a pesquisa, ela se insere em um contexto social e em uma formação discursiva.

Toda palavra é o produto da interação do locutor com o ouvinte. Logo, toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*; é através da palavra que o sujeito se define em relação ao outro (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1995, p. 113).

Essa concepção é o que Bakhtin (1995) denomina de forma composicional, forma em que ocorrem as relações dialógicas, que se dá em todos os enunciados no processo de comunicação, seja em qualquer dimensão.

É importante ressaltar que, para esses autores, o discurso não se constrói, a não ser atravessado por uma variedade de discursos. As palavras proferidas de forma oral ou escrita virão sempre *habitadas* por outras ressonâncias. Ou seja, remetem sempre a um contexto ou a vários. Chegam ao seu próprio contexto, vindas de outros. A palavra não é neutra, é carregada, ocupada, atravessada pela alteridade (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 36).

De acordo com os autores, qualquer discurso se orienta pelo conhecido, pela opinião pública. Todo discurso é dirigido para uma resposta antecipada, constituindo-se na esfera do já dito. Nesse âmbito, ele é determinado tanto pelo interdiscurso como para o discurso resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir. Isto é, já era esperado.

Authier-Revuz alerta para a afirmação de Bakhtin, quando diz que o outro do dialogismo não é o objeto exterior do discurso, nem o duplo, muito menos o exterior, mas a fronteira interior, que marca no discurso, a relação constitutiva com o outro. Isso colocado como lei constitutiva do tecido de toda a alocação. E é nas formas do nível sintático, discursivo e literário que se fazem presentes as representações do discurso do outro.

Tomando como princípio o dialogismo, Authier-Revuz postula que esse conceito faz a interação com o discurso do outro a lei constitutiva de todo o discurso. O outro, para Bakhtin, “não é nem o duplo de uma face a face, nem mesmo o ‘diferente’, mas sim um outro que atravessa constitutivamente o um” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 25).

A partir dessa perspectiva, a constituição do sujeito se realiza no jogo de reflexividade comunicativa: o sujeito se constitui e expressa na relação com o outro em um dado lugar socioideológico e através de um material semiótico comum. (MARTINS¹, apud TEIXEIRA, 2005, p. 26).

Authier-Revuz (2004, p. 18), tratando desse modo de *jogo como o outro no discurso*, assinala:

Esse jogo opera no espaço do não explícito, do “semidesvelado”, do “sugerido”, mais do que mostrado e do dito; é nesse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irônicos, antíteses, discurso indireto livre, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem auxílio do “dito” que ela se manifesta: é desse jogo, “no limite” que vêm do prazer – e os fracassos – da decodificação dessas formas. É também o que instaura, em vez de patamares e de fronteiras, um *continuum*, uma gradação, que leva das formas mais incertas da presença do outro, tendo o horizonte um ponto de fuga no qual se esgotaria a possibilidade de apreensão linguística no reconhecimento – fascinado ou desiludido – da presença diluída do outro no discurso.

O que podemos observar através das palavras da linguista é que é no jogo com o outro no discurso que o sujeito reflete e chega a seu próprio discurso. A pluralidade do sujeito encontra sentido naquilo em que cada um é complemento necessário do outro.

O locutor é sempre um sujeito social, que integra, à sua, as vozes que o intercedem e as que o antecipam na interação com seu destinatário, num dado contexto social.

¹ MARTINS, Eleni Jacques. *Enunciação e diálogo*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

As reflexões de Bakhtin colocam o homem como um ser irredutivelmente heterogêneo, que só existe no diálogo; a noção de alteridade sustenta a de sujeito, a intersubjetividade antecede a subjetividade.

É no discurso entre o discurso, essa interdiscursividade, que vamos analisar no próximo bloco a apropriação como processo dialógico.

Apropriação como processo dialógico

A apropriação do discurso sobre os conceitos de variação e de mudança como processo dialógico está centrada no estudo da heterogeneidade mostrada, marcada e não marcada.

Esse estudo tem como princípio a concepção de diálogo entre os interlocutores e o diálogo entre os discursos. O discurso não é um ato individual, uma vez que há a ressonância de vozes, as vozes do eu e do outro. O que leva a crer que toda palavra é habitada pelo já dito. Ou seja, o discurso se constrói pelo atravessamento de outros discursos. Vejamos o que afirma Authier-Revuz (2004, p.42):

Assim como a orientação através do meio “exterior” dos outros discursos é um processo *constitutivo* do discurso, a orientação para um destinatário se marca no tecido do discurso que está sendo produzido. O outro é, para o locutor, de qualquer modo, apreendido como discurso; mais precisamente, a compreensão é concebida não como “decodificadora”, mas como um fenômeno ativo, especificamente dialógico de “resposta”, por um “contra discurso”. Isso quer dizer que todo discurso é compreendido nos termos do diálogo interno que se instaura entre esse discurso e aquele próprio ao receptor; o interlocutor compreende o discurso através do seu próprio discurso. *Visando a compreensão* de seu interlocutor, o locutor integra, pois, na produção de seu discurso, uma imagem do “outro discurso”, aquele que ele empresta a seu interlocutor.

Ao recorrer ao conceito citado pela autora, podemos estabelecer uma relação com o que denominamos de apropriação de conceito de variação e de mudança como processo dialógico, uma vez que, quando escrevemos, escrevemos dialogando com o texto, com o enunciado proferido, escrevemos para responder a um interlocutor, dialogamos com o dito para que haja a compreensão, convergindo para a apropriação do discurso sobre os conceitos. Na apropriação, o sujeito toma para si o dizer do outro e escreve não apenas traduzindo palavras, mas também usando o discurso outro como se fosse o seu próprio dizer. Usando as palavras de Authier-Revuz (2004), diríamos que o sujeito integra em seu discurso a imagem do discurso do outro. Aquele que escreve registra na sua escrita a composição da escrita do outro.

Há duas maneiras básicas de se apropriar de distintas vozes no enunciado: aquela em que o discurso do outro é abertamente citado e a que o enunciado é *bivocal*, isto é, internamente *dialogizado*. Não queremos dizer que o discurso citado não é dialógico, ele o é. Há uma quebra sintática quando o discurso é feito dessa forma, enquanto que, no internamente dialogizado, é realizado a partir de uma apropriação do dizer do outro e este aparece de forma mostrada ou não mostrada no tecido do texto.

A essa forma da heterogeneidade enunciativa, podemos remeter a “não coincidência do discurso com ele mesmo”, a qual consiste na insistência de um acompanhamento

metaenunciativo (comentário sobre o enunciado) parando nas palavras alheias. Nas próprias palavras de Authier-Revuz (2011, p. 611) seria:

Os laços metaenunciativos que dizem da presença de uma voz outra, abrem – através da representação local que lhes dão – a não-coincidência radical do discurso consigo mesmo: atravessado de todo por vozes estrangeiras, que o alimentam e despossuem, o dizer não saberia fazer um, fechado sobre ele mesmo, e, sobre esta vertente do corpo discursivamente sedimentado da língua, a experiência da linguagem – igualmente profunda, mas não idêntica à falta de a nomear e, como ela, vivida de maneira radicalmente singular por cada sujeito falante – é aquela da sua alienação fundante: não ter palavras suas, mas falar com as palavras dos outros; não ter palavras próprias mas apenas palavras em comum – condição mesmo disto que se chama língua...

Segundo a autora, o sujeito fala com as palavras do outro, esse que comparece no discurso dialógico. Relacionando a escrita que tratamos neste trabalho, afirmamos que é uma escrita sobre outra escrita, pois a escrita é construída a partir do dizer do outro. O autor-pesquisador, no caso aqui tratado, toma para si o discurso mobilizado sobre os conceitos de variação e de mudança que servem de sustentação para o seu dizer, para então comprovar a hipótese e formular seu posicionamento.

Destacamos que Authier-Revuz determinou quatro campos de não coincidência ou de heterogeneidade em que o dizer se representa como localmente confrontado como pontos em que, alterado, ele se desdobra. São eles:

- a) *A não coincidência interlocutiva entre o enunciador e o destinatário*: refere-se aos casos em que o interlocutor é convocado a coenunciar, para produzir sentido partilhado por estratégias diversas.
- b) *A não coincidência do discurso com ele mesmo*: é posta como constitutiva, em referência ao dialogismo de Bakhtin. Considera que toda palavra, por se produzir no meio dos outros discursos, é habitada pelo discurso do outro.
- c) *A não coincidência entre as palavras e as coisas*: permitem especificar tipos de fronteiras entre si mesmo e o outro, pelas quais o discurso produz, por diferença, uma imagem de si entre outros.
- d) *A não coincidência das palavras com elas mesmas*: são formas que aceitam, rejeitam ou especificam o sentido a ser entendido em casos de polissemia ou hominímia: *X nos dois sentidos da palavra; X no sentido figurado*. Nessas formas, o locutor procura o sentido para a palavra, excluindo outros.

Nos excertos que seguem, analisamos as marcas linguísticas de apropriação do discurso mobilizado sobre os conceitos de *variação e de mudança*. Tais excertos foram selecionados dos capítulos de introdução e da análise de dados do: TP1/1979, TP2/1989, TP3/2000 e TP4/2011.

- (3) **TP1 – 1979 – Os linguistas que se debruçavam sobre os documentos sardos antigos dos séculos XI, XXI, XIII e XIV afirmam que a língua sarda empregada em tais documentos é relativamente homogênea, ... (p.36).**
- (5) **TP2- 1989 – Sendo que para SAVILLE-TROIKE, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo deveriam contribuir para a manutenção da língua e os negativos para**

a sua perda. Entretanto, as pessoas desta comunidade tinham esse sentimento positivo para com seu grupo e, apesar disso, a língua inglesa estava sendo abandonada.

- (6) **TP3 – 2000 Callou et alii, sugerem para o estudo da mudança em progresso um método fundamental**, que seria a combinação de observações em tempo aparente e em tempo real, visto que a distribuição por faixa etária pode não apresentar mudança na comunidade, e sim constituir um padrão característico de gradação etária, que se repete a cada geração.
- (7) **TP4/2011 – Nos estudos funcionalistas sobre gramaticalização, reavivados nas décadas de 80 e 90, autores como Lichtenberk (1991) retomam discussão** sobre o *problema da transição* (Weinreich, Labov & Herzog 1968) defendem a ideia de que o gradualismo é inerente aos fenômenos de gramaticalização estudados. Por ser um fenômeno contínuo, postula-se que a gramaticalização, não seja um processo que possa vir a se extinguir.

Nos excertos dos trabalhos de pesquisas demonstrados acima, observamos a apropriação do discurso mobilizado sobre os conceitos de *variação e de mudança* a partir da escrita dos pesquisadores. Tomamos primeiro o excerto (3) do TP1:

“Os linguistas que se debruçavam os documentos sardos antigos dos séculos XI, XXI, XIII e XIV afirmam que a língua sarda empregada em tais documentos é relativamente homogênea, ... (p. 36)”.

Observamos a apropriação a partir do diálogo entre o discurso do teórico, que aparece de forma generalizada com a expressão “os linguistas”. E o discurso do pesquisador aponta para uma possível apropriação de conceitos, o pesquisador toma para si o discurso do outro através do diálogo e afirma:

“a língua sarda empregada em tais documentos é relativamente homogênea”

Neste movimento, há a apropriação do discurso outro, dos linguistas, os quais não se podem identificar, nesse excerto, mas podemos inferir que houve um diálogo, ou seja, o discurso do pesquisador comparece carregado pelo discurso do outro.

Há também o mesmo processo de apropriação através do diálogo entre o dizer dos pesquisadores a partir do dizer do teórico nos excertos (5) do TP2/1989, (6) do TP3/2000 e (7) do TP4/2011. Apesar disso, todos convergem para o discurso do já dito, local onde acontece o diálogo entre as diversas vozes, e consequentemente apropriação de conceito, a partir do diálogo entre os dizeres.

Observemos, a seguir, o excerto (5) de TP2:

TP2/1989 – Sendo que para SMITH e SAVILLE-TROIKE, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo deveriam contribuir para a manutenção da língua e os negativos para a sua perda. Entretanto, as pessoas desta comunidade tinham esse sentimento positivo para com seu grupo e, apesar disso, a língua inglesa estava sendo abandonada.

Nesse excerto, observamos o diálogo entre os discursos quando o pesquisador interage com o discurso do outro e escreve:

“TP2/1989 – Sendo que para SMITH e SAVILLE-TROIKE, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo **deveriam contribuir para a manutenção da língua e os negativos para a sua perda** [...]”.

Verificamos que o autor-pesquisador traduz o conceito dos teóricos Smith e Saville-Troike. Na parte seguinte, ou seja, em:

TP2/1989 – Entretanto, as pessoas desta comunidade tinham esse sentimento positivo para com seu grupo e, apesar disso, a língua inglesa estava sendo abandonada.

constatamos que o pesquisador relaciona o discurso sobre o conceito de sentimentos positivos e negativos em relação ao grupo com os resultados encontrados em seu trabalho. Nesse sentido, há uma remissão explícita a outro ato de enunciação, o dizer do teórico. O autor da pesquisa dialoga com a teoria, reflete e chega a uma conclusão contrária às informações dos teóricos, quando usa o modalizador autonímico “entretanto” que introduz um enunciado de ideia contrária. Quando há essa ideia ao dizer do teórico, isso pode indicar que o pesquisador se apropriou do conceito e escreveu um posicionamento a partir dos dados analisados. Isso demonstra o que Authier-Revuz caracteriza como “não-coincidência entre as palavras e as coisas” que representa uma enunciação entre o dizer e o não dizer, ou seja, X, não Y. X representado por:

TP2/1989 – Sendo que para SMITH e SAVILLE-TROIKE, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo... [...]

E Y representado por:

“**TP2/1989** – apesar disso, a língua inglesa estava sendo abandonada”.

Ainda nesse excerto, há o discurso sobre o discurso, pois o pesquisador organiza seu enunciado agrupando os conceitos dos teóricos Smith, e Saville em uma só enunciação. Na segunda, citamos o discurso sendo apropriado a partir de outro. Ou melhor, o pesquisador dialoga e interpreta o discurso do outro, escreve o seu, toma as palavras daquele para si, e conclui seu posicionamento. Agindo dessa forma, ele configura o que Authier-Revuz (1998) denominou de “não coincidência do discurso consigo mesmo”, pois o discurso do pesquisador em:

“**TP2/1989** – **apesar disso, a língua inglesa estava sendo abandonada**”.

não é coincidente, seguindo o que postula Authier-Revuz (2004), que nenhum discurso é coincidente. Seria uma forma de heterogeneidade enunciativa na qual o discurso exterior é “apropriado” ao objeto de dizer. Ou melhor, quando uma palavra “não de si” se impõe como palavra “disto do qual se fala”.

No excerto (5) de TP2:

TP2/1989 – Sendo que para SMITH e SAVILLE-TROIKE, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo deveriam contribuir para a manutenção da língua e os negativos para a sua perda [...].

O que podemos observar, nesse excerto, é que o discurso do pesquisador se constitui a partir do discurso do teórico. O que vemos, de fato, é um diálogo que se remete a um discurso já existente, ao interdiscurso, pois como afirma Pêcheux (2010, p. 143), “‘algo fala’ sempre antes, em outro lugar independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Assim, o interdiscurso envolve um já dito, que,

por sua vez, faz parte de toda uma formação discursiva; na verdade, envolve, mesmo no interior de um discurso, elementos pertencentes a outros discursos, ou seja, advindos de outros lugares; engloba um exterior e um interior.

No interdiscurso, de acordo com Pêcheux (2011), tem-se o efeito de *encadeamento do pré-construído* e o efeito de *articulação*.

Observamos, assim, o discurso do teórico sendo escrito pelo pesquisador, isso aponta para o interdiscurso, ou melhor, para a não coincidência do discurso com ele mesmo, pois, para escrever o enunciado houve primeiro o diálogo interior entre as vozes do teórico e a do pesquisador. Há aqui os dois efeitos postulados por Pêcheux, o pré-construído, que corresponde ao discurso já proferido, e a articulação que corresponde à relação do sujeito com o sentido desse discurso.

A partir de uma visão de que o mundo é múltiplo e heterogeneamente interpretado, Bakhtin, de acordo com Faraco (2005), contribui para a concepção de que a linguagem é “concebida como heteroglossia, como um conjunto de formações verbo-axiológicas” (FARACO, 2005, p. 40). Dessa maneira, Faraco afirma que, no ato da criação, há um constante deslocamento envolvendo as línguas sociais, “pela qual o escritor (que é aquele que tem o dom da fala refratada) direciona todas as palavras para vozes alheias e entrega a construção do todo artístico a certa voz” (2005, p. 40). Assim, o discurso do autor-criador não é a voz direta do escritor, mas um ato de apropriação de voz refratada, isto é, de uma voz social qualquer, no caso em análise a voz do teórico, a voz do outro, que é reconhecida no excerto acima.

Desse modo, para Bakhtin, a linguagem tem que, necessariamente, ser deslocada. Caso contrário, não é esteticamente criativa.

Vejamos o excerto de número (6) de TP3:

TP3/2000 – Callou et al, sugerem para o estudo da mudança em progresso um método fundamental, que seria a combinação de observações em tempo aparente e em tempo real, visto que a distribuição por faixa etária pode não apresentar mudança na comunidade, e sim constituir um padrão característico de gradação etária, que se repete a cada geração

Nesse fragmento do TP3, observamos que a apropriação do discurso teórico se faz também de forma dialógica. Primeiro, tem-se a voz do pesquisador em:

TP3/2000 – Callou et al, sugerem para o estudo da mudança em progresso um método fundamental. [...]

E na segunda parte:

TP3/2000 – que seria a combinação de observações em tempo aparente e em tempo real, visto que a distribuição por faixa etária pode não apresentar mudança na comunidade, e sim constituir um padrão característico de gradação etária, que se repete a cada geração;

Apresenta-se o discurso dos teóricos Callou et al, escrito a partir de uma interpretação do enunciador; não são propriamente as palavras do teórico que aparecem, mas as palavras a partir da compreensão e do entendimento do enunciador. Isso demonstra o pesquisador apropriando-se do discurso do outro. Sobre essa ocorrência, Authier-Revuz

(1998) afirma que todo discurso se dirige a outros discursos, configurando-se como o seu exterior constitutivo.

Na concepção de Rodrigues (2010, p. 52), “é refletindo sobre a alteridade, é escrevendo sobre o que já foi escrito que se constrói a teia dialógica, que se manifesta, enfim plurivocalidade discursiva”.

Nos excertos (3) do TP1/1979, (5) do TP2/1989, (6) do TP3/2000 e (7) do TP4/2011, percebemos que a apropriação do discurso e da escrita é realizada de forma dialógica, pois a autoria se materializa a partir da alteridade, da divisão entre os discursos, da interação entre os discursos, que pode aparecer de forma mostrada ou não mostrada.

Vejamos como isso se configura em cada excerto:

- (3) **TP1 – 1979** - Os linguistas que se debruçavam os documentos sardos antigos dos séculos XI, XXI, XIII e XIV **afirmam que a língua** sarda empregada em tais documentos é relativamente homogênea, ... (p.36).
- (5) **TP2 – 1989** - Sendo que para SAVILLE-TROIKE, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo deveriam contribuir para a manutenção da língua e os negativos **para a sua perda. Entretanto, as pessoas desta comunidade** tinham esse sentimento positivo para com seu grupo e, apesar disso, a língua inglesa estava sendo abandonada.
- (6) **TP3 – 2000** Callou et alii, sugerem para o estudo da mudança em progresso um método fundamental, que seria a combinação de observações em tempo aparente e em tempo real, visto que a distribuição por faixa etária pode não apresentar mudança na comunidade, e sim constituir um padrão característico de gradação etária, que se repete a cada geração.
- (7) **TP4 – 2011**- O conceito de variação nos assegura que as ocorrências reportam ao fenômeno no qual uma língua, nas práticas interlocutivas, modifica-se numa dada época, lugar ou grupo social, resultando em um objeto cuja singularidade é ser variável, foco principal da Sociolinguística.

Marcamos em negrito nos excertos dos trabalhos de pesquisas acima a parte que mostra a interação entre os discursos do pesquisador e do teórico, a relação que se faz com o discurso que serve de base para o que se quer produzir. No instante em que se trazem para o trabalho científico outras vozes sociais, há a efetivação do dizer. Isso pode ocorrer de forma mostrada ou não mostrada.

Nos excertos (6) do TP3/2000 e no (7) do TP4/2011, as vozes dos teóricos aparecem de forma não mostrada.

No excerto (7) de TP4/2011:

TP4/2011 – **O conceito de variação nos assegura que as ocorrências reportam ao fenômeno no qual uma língua**, nas práticas interlocutivas, modifica-se numa dada época, lugar ou grupo social, resultando em um objeto cuja singularidade é ser variável, foco principal da Sociolinguística.

A apropriação de conceito é realizada de forma implícita, uma vez que não há a remissão ao teórico de forma explícita.

O autor-pesquisador retoma o discurso mobilizado sobre o conceito de variação sem fazer remissão ao que teórico se remeteu. Mesmo não citando nenhum autor nesse excerto, o pesquisador estabelece um diálogo com as leituras prévias à pesquisa, com o seu próprio dizer anterior, bem como promove uma reflexão sobre o conceito. Vejamos:

“TP4/2011 – nas práticas interlocutivas, modifica-se numa dada época, lugar ou grupo social, resultando em um objeto cuja singularidade é ser variável, foco principal da Sociolinguística”

Tal construção possibilita que o autor pesquisador misture sua voz com as vozes de outros (teóricos). Ele interpreta um dizer e o toma como seu. Desse modo, mobiliza o discurso sobre o conceito de variação a partir das palavras do conteúdo do pensamento.

“TP4/2011 – resultando em um objeto cuja singularidade é ser variável, foco principal da Sociolinguística”.

Tomando como base a análise dos excertos acima, é possível perceber que o ato discursivo tem importância fundamental, pois é por meio dele que o locutor dá sentido ao que escreve através de uma conversa com o discurso do outro.

Dessa maneira, a escrita do discurso sobre o conceito é vista enquanto espaço de interação verbal, não possui sentido acabado, uma vez que é no processo de intercâmbio que há as relações dialógicas, em que acontece a “leitura plural”. Isto é, a possibilidade de se fazerem várias leituras. Assim, podemos considerar que a mensagem se forma no processo de comunicação, e é construída através de pontos ideológicos.

Nessa perspectiva, o sujeito não é “senhor” dos domínios de seu sentido, não é a fonte de seu dizer, mas efeito das condições que o determina. Relacionando essa afirmação com o processo de apropriação dialógica defendida e analisada, notamos que, ao se apropriar de conceitos teóricos, o pesquisador interage com o discurso do outro e elabora sua escrita com traços de um dizer que, no princípio, não lhe pertencia. Mas, a partir do momento em que há o processo dialógico, o discurso reproduzido em forma escrita é apropriado por aquele que escreve. Este se vale de um dizer exterior para dar validade e credibilidade àquilo que está proferindo.

Na análise dos trabalhos defendidos, observamos que há uma remissão ao discurso do outro na escrita dos trabalhos abordados nesse espaço, pois foram proferidos no campo do já dito. São discursos que os autores escreveram a partir de um campo histórico e social, e de uma filiação teórica, nos quais as palavras estão inseridas e se encontram na ordem da representação. Temos, assim, a apropriação dos conceitos, a partir do diálogo entre os discursos, demonstrados através das vozes que aparecem na escrita desses trabalhos.

No que se refere à personalidade que o enunciador assume ao pronunciar um discurso, tomamos o conceito de *ethos* defendido por Maingueneau (2011). Para esse autor, o texto escrito possui, mesmo quando o autor denegar o discurso do outro, o tom que dá autoridade ao que é dito. “Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador” (e não do corpo do autor efetivo). “A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito” (MAINGUENEAU, 2011, p. 98).

No excerto (3) do TP1/1979, no (5) do TP2/, no (6) do TP3/2000, e no (7) do TP4/2011, observamos que o papel dos autores no processo de enunciação se faz através de um conceito já estudado por outros autores, às vezes aparece de forma explícita, outras vezes de forma implícita. Vejamos:

Em (3) de TP1/1979:

“Os linguistas que se debruçavam nos documentos sardos antigos dos séculos XI, XXI, XIII e XIV afirmam que a língua sarda empregada em tais documentos é relativamente homogênea...” (p.36).

Nesse excerto percebemos que o teórico é demonstrado de forma genérica, configurado pela expressão: “os linguistas”.

- (5) **TP2-1989** – Sendo que para **SAVILLE-TROIKE**, os sentimentos positivos do falante em relação ao seu grupo deveriam contribuir para a manutenção da língua e os negativos para a sua perda.

No TP2/1989, há a remissão do discurso do outro pelas expressões marcadas no excerto acima.

- (6) **TP3 – 2000 Callou et alii**, sugerem para o estudo da mudança em progresso um método fundamental, que seria a combinação de observações em tempo aparente e em tempo real, visto que a distribuição por faixa etária pode não apresentar mudança na comunidade, e sim constituir um padrão característico de gradação etária, que se repete a cada geração.

No TP3, tem-se a remissão aos teóricos Callou *et al.*

- (7) **TP4 – 2011-** O conceito de variação nos assegura que as ocorrências reportam ao fenômeno no qual uma língua, nas práticas interlocutivas, modifica-se numa dada época, lugar ou grupo social, resultando em um objeto cuja singularidade é ser variável, foco principal da Sociolinguística.

No TP4/2011, não há remissão dos teóricos que postularam o conceito; o pesquisador interpreta o discurso do teórico, toma para si, no sentido de apropriação empregada por nós nesta pesquisa, e escreve dando a haver na sua escrita a escrita do outro.

Assim a partir dos fragmentos dos excertos demonstrados acima, observamos exemplos de discurso sustentado pela voz do fiador no TP1/1979, TP2/1989, TP3/2000. Nesses excertos, intuímos que a sustentação do dizer é realizada por intermédio dos nomes dos teóricos em TP2 com “Seville-Troike, em TP3 por Calou et ali, em TP1, o dizer do teórico é revelado pela expressão – ‘linguistas’ – e que dão um tom de autoridade ao que foi dito”. Em TP4, o dito se apresenta de forma não mostrada.

De acordo com Maingueneau (2011), o papel do fiador no discurso é construído pelo leitor através de indícios textuais de diversas ordens, podendo ser atribuídos um caráter e uma *corporalidade*, dependendo do texto. O caráter diz respeito aos aspectos psicológicos e a corporalidade corresponde à constituição corporal. Essas formas de representação do fiador provêm de um conjunto de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação. O sentido do discurso tanto pode ser propiciado pelo “*ethos*” como pelas “ideias” que transmitem. Essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, a participação imaginária em uma experiência vivida. A qualidade do “*ethos*” está condicionada ao efeito da imagem que é dada pelo “fiador” no contexto, e esse lhe confere uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu discurso.

Nesse âmbito, remetendo aos pressupostos de Authier-Revuz (1998), em relação à heterogeneidade constitutiva, teríamos, nos excertos TP1, TP2, e TP3, um exemplo do discurso se constituindo, de apropriação em construção e, no TP4, os excertos apontam para uma possível apropriação.

Conclusão

Percebemos, por meio das marcas linguísticas analisadas nos excertos dos trabalhos de pesquisas estudados neste artigo, que, pela escrita do TP1/1979, o pesquisador tende a se apropriar do discurso sobre os conceitos de variação e de mudança de uma forma geral, uma vez que o diálogo entre o pesquisador e as vozes que aparecem no texto quase não são especificadas.

No TP2/1989, a análise apontou que o pesquisador dialogou e interpretou o discurso do outro, escreveu o seu, tomando as palavras dos teóricos para si e concluiu seu posicionamento. Nesse sentido, o discurso do pesquisador comparece como não coincidente consigo mesmo. Teríamos, nesse caso, um exemplo de heterogeneidade enunciativa, na qual o discurso exterior é apropriado ao objeto do dizer.

No TP3/2000, inferimos, por meio da análise da materialidade linguística, que a apropriação do discurso sobre os conceitos, apresentou-se a partir de uma compreensão e de um entendimento do enunciado, ou seja, o pesquisador dialogou com o discurso do teórico se apropriando desse exterior constitutivo. O discurso aparece, embora interpretado, não coincidente, mas carregado das palavras do outro.

No TP4/2011, o diálogo foi realizado de forma não mostrada, a heterogeneidade discursiva presente na escrita dessa pesquisa apareceu de forma não mostrada. O autor-pesquisador retomou o conceito de variação e de mudança sem fazer remissão aos teóricos de forma mostrada. Mesmo assim, pudemos perceber que ele dialogou com as suas leituras prévias. Tomando o conceito de Pêcheux sobre o interdiscurso, como referência, afirmamos que o pesquisador dialogou com sua formação discursiva, para então formular o seu discurso. E, no dizer de Authier-Revuz (1998), é no ato discursivo que o locutor dá sentido ao que escreve, por meio do diálogo com o discurso do outro.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. A. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Paradas sobre Palavras: a língua em prova na enunciação e na escrita. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 651-679, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade/>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BAGNO, M. *Língua moderna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2001.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Mussite, 1995.

BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Novas Tendências em Análises do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PÊCHEX, M. *Semântica do discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

RODRIGUES, S.G.C. *Questões de dialogismo: o discurso científico, o eu e os outros*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

Texto, discurso, estilo: cenografias no (inter)discurso sobre uma guerra

(Text, discourse, style: scenographies in the (inter)discourse on a war)

Érika de Moraes

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

erika.moraes@faac.unesp.br

Abstract: This article analyzes the scenographies of the discourse in the drawings of Palestinian children. These drawings would have been exposed in an exhibition in the U.S., if it had not been canceled. In order to investigate the scenography, we consider the theoretical and methodological view of French Discourse Analysis. As proposed by Maingueneau, the question of the text (also the non-verbal speech) should receive a discursive treatment, with an emphasis in the connection between the discursive position of the text and the *ethos* that characterizes its style. The “circulation of what is forbidden” through the internet adds new aspects to the supposed hegemonic discourse, revealing that such texts may only make sense in relation to their own memory, to their own interdiscursivity, in polemic with Other. Data are representative for a discussion about the relation among text, discourse and style, understood as mutually constitutive.

Keywords: text; discourse; scenography; style; conflict in Palestine.

Resumo: Este artigo analisa as cenografias do discurso em desenhos de crianças palestinas, os quais teriam sido expostos em uma mostra nos EUA, caso esta não tivesse sido cancelada. Para tanto, considera o respaldo teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. Conforme propõe Maingueneau, é dado um tratamento discursivo à questão do texto (definição que também compreende o não verbal), enfatizando a relação entre a posição discursiva do texto e o *ethos* que caracteriza seu estilo. A “circulação do proibido” pela internet acrescenta novos aspectos ao suposto discurso hegemônico, revelando que tais textos só podem fazer sentido em relação à própria *memória*, à *interdiscursividade*, em *polêmica* com seu outro Outro. Os dados se mostram representativos para uma discussão a respeito da relação entre texto, discurso e estilo, entendendo esses elementos como reciprocamente constitutivos.

Palavras-chave: texto; discurso; cenografia; estilo; conflito na Palestina.

Introdução

Ao concordarmos com os pressupostos teóricos da análise do discurso Análise do Discurso de linha francesa (AD), sabemos que os discursos derivam de interpretações possíveis ao mesmo tempo em que as constituem. Tais interpretações (e sentidos) se revelam através dos textos, ou das cenografias neles postas em circulação.

Os estudos de Maingueneau dão enfoque discursivo ao tratamento do texto, enfatizando a relação entre sua posição discursiva e, por exemplo, a seleção lexical ou sintática que utiliza. O *ethos* discursivo é marca relevante na caracterização tanto de seu sentido quanto de seu estilo, já que a doutrina é em realidade “inseparável de uma discursividade, de um modo de enunciação, de um processo de ‘incorporação’” (POSSENTI, 2010, p. 78). Da mesma forma que se pode constituir/perceber um *ethos* na publicidade (p. ex., o *ethos* milagroso de um produto para emagrecer) ou na literatura (o *ethos* de *secura* de Don Quixote ou o *ethos* de preguiça do personagem Garfield), pode-se também constituí-lo nos noticiários

sobre o mundo real, como o *ethos* da “guerra necessária” no caso do conflito na Palestina (entre árabes e judeus, porém em que os Estados Unidos (EUA) atuam como mediador). Seu sentido supostamente predefinido, no entanto, desestabiliza diante de outros discursos, como aqueles representados nos desenhos de crianças palestinas que circularam na internet após o cancelamento de uma mostra nos EUA, em 2012, a qual seria intitulada “Um olhar da criança sobre Gaza”.

O cancelamento dessa mostra foi visto como o silenciamento das vozes das crianças que vivem sob a guerra e uma tentativa de manter um discurso hegemônico. No entanto, a “circulação do proibido” pela internet acrescenta novos aspectos ao suposto discurso hegemônico, como a questão do sofrimento provocado pelos ataques a Gaza, comumente excluída do debate oficial.

Tratamos este exemplo como representativo de um funcionamento em que os discursos predominantes se constituem também pela exclusão e, ao mesmo tempo, outras vozes fazem circular outras cenografias. Essas outras formas de circulação desestabilizam o tom de “fonte autorizada” dos discursos hegemônicos. Ao olhar para o texto imagético das crianças em questão (e as posições neles implicadas), especialmente a partir das cenografias que o constituem, nossa proposta é discutir a relação entre texto, discurso e estilo, entendendo esses elementos como reciprocamente constitutivos e, simultaneamente, construtores de discursos que se gravam na memória do interdiscurso, desestabilizando os sentidos de outros.

De acordo com Maingueneau (2005b, p. 70), “a eficácia do *ethos* decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação, sem ser explicitado no enunciado”. Essa não necessidade de explicitação (no enunciado) decorre do fato de que as situações de enunciação se constituem no quadro de uma “cena de enunciação”, que não se confunde com um simples quadro empírico, mas “se constrói como cenografia por meio da enunciação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 47). Segundo essa concepção, “o discurso implica um enunciador, um coenunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência”, sendo que a “cenografia é ao mesmo tempo dada e construída”.

Antes de tudo, o texto

Entres as questões que permeiam (e afetam) os estudos sobre texto e discurso, encontram-se fortemente as concepções a respeito de sujeito, língua, texto e (construção do) sentido; concepções estas que se definem em reciprocidade. Koch (2006) faz uma explanação sobre a interdependência dessas noções, resumidas a seguir:

A uma visão de língua como “representação do pensamento”, corresponde uma visão de sujeito psicológico, individual, dono de sua vontade, senhor absoluto de seu dizer. O texto seria um produto lógico do pensamento (representação mental) do autor, enquanto o papel do destinatário seria o de captar (passivamente) esta representação mental, as intenções psicológicas do autor. Estas concepções corresponderiam a uma ideologia liberal, segundo a qual “os sujeitos é que fazem a história” (KOCH, 2006, p. 17).

A uma visão de língua como “estrutura”/código/instrumento de comunicação, corresponderia um sujeito “assujeitado”, apenas porta-voz de uma instituição, “é um discurso anterior que fala através dele” (KOCH, 2006, p. 17). Segundo essa concepção, o

texto é produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, sendo que o conhecimento do código permite a interpretação do texto. O papel do destinatário seria, então, o de um decodificador passivo.

De acordo com uma terceira concepção, a língua deve ser vista como lugar de interação, enquanto os sujeitos são atores/construtores sociais na atualização das imagens e das representações. O texto, então, passa a ser considerado “o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos” (KOCH, 2006, p. 17). Segundo essa visão, que Koch considera mais produtiva, há lugar no texto para uma “gama de implícitos [...] somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação” (KOCH, 2006, p. 17). Assim, a compreensão é uma

[...] atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza [...] com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2006, 17)

Ainda de acordo com Koch (2006), houve um longo caminho para se chegar à concepção de texto atualmente dominante no campo da linguística textual, porém isso não significa que as outras visões tenham sido superadas, uma vez que podem ainda predominar em outros campos de estudo. A autora propõe que, considerando a concepção de texto atual da linguística textual – segundo a qual “todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um único sentido, e que todo texto é plurilinear na sua construção”, todo texto seja um “hipertexto” (KOCH, 2006, p. 61). A diferença em relação ao hipertexto eletrônico está no suporte e na forma/rapidez de acesso, isto é, na tecnologia, que permite uma diferente integração eficaz de “elementos que no texto impresso se apresentam na forma de notas, citações bibliográficas, referências, imagens, fotos etc.” (KOCH, 2006, p. 67).

Nota-se que esta terceira concepção de texto faz referência a um saber extratextual, considerando, sobretudo, sua “reconstrução no interior do evento comunicativo” (KOCH, 2006, p. 17)), ou seja, o que é supostamente extratextual faz sentido se, e somente se, considerado no interior do texto que se analisa. A partir desta última observação, e considerados alguns deslocamentos teóricos, podemos fazer dialogar essa concepção da linguística textual com a da AD, especialmente a partir dos estudos de Dominique Maingueneau, que considera o conteúdo de um texto indissociável de seu *modo de dizer*. A ênfase da AD, no entanto, recai sobre o fato de que, embora aparentemente extratextuais, os elementos a que um texto se refere fazem parte mesmo do processo de enunciação, não de um saber extradiscursivo.

Como seria sempre impossível esgotar todas as referências em um único texto (que se configuraria em uma espiral inesgotável de hipertextualidade), busca-se, no recorte do que se considera “um texto”, o equilíbrio entre a informação “dada” e a informação “nova”: “Não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto necessita proceder ao ‘balanceamento’ do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via referência” (KOCH, 2006, p. 30). Com Maingueneau (2000), podemos considerar que tais referências têm relação com diversas competências: a competência enciclopédica; a competência genérica, além, é claro, da interação entre

as competências. A forma como recorremos a essas competências é fundamental para que reconstituamos o *ethos* do texto.

Pensemos na crônica *Rápido*, de Luís Fernando Veríssimo, e poderemos perceber quantas “referências” nos são solicitadas para que o texto faça sentido. Um trecho:

- Rápido
- Quer dançar?
 - Obrigada.
 - Você vem aqui sempre?
 - Venho.
 - Vamos namorar firme?
 - Bom... você tem que falar com o papai...
 - Já falei com seu pai. Agora é só marcar a data.
 - 26 de julho?
 - Certo.
 - Não esqueça as alianças...

(VERÍSSIMO, 2001, p. 139)

A crônica resume uma vida em menos de quatro páginas. Conforme o título, *Rápido*, mostra que a vida passa rapidamente e “imita” esse ritmo acelerado no tom do texto, construindo o *ethos* da rapidez: as frases são curtas; o texto é quase inteiramente redigido em forma de diálogo (exceto por um primeiro parágrafo introdutório, bem breve), bastante coloquial.

É no conjunto do texto e de suas referências – que são externas ao *texto*, porém constitutivas do processo de enunciação, portanto, integrantes do *discurso* – que o texto é uma “totalidade coerente”, no sentido de Maingueneau (2000, p. 57). Observa o autor:

Tende-se a falar de ‘texto’ quando se trata de produções verbais orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem a circularem longe de seu contexto original. É por isso que, no uso corrente, fala-se, de preferência, de ‘textos literários’, ‘textos jurídicos’, evitando-se chamar de ‘texto’ uma conversa. (MAINGUENEAU, 2000, p. 57)

Ele ainda ressalta que a representação tradicional de texto vem sendo modificada, o que permite considerar como texto, também, um filme, uma gravação de áudio, uma mistura de signos verbais, musicais e de imagens, etc. Dessa forma, Maingueneau (2005a, p. 147) propõe a consideração de uma *prática intersemiótica*, vinculada a uma *semântica global*, considerando como *enunciados* o material propriamente linguístico – ou seja, os textos verbais – e *texto*, qualquer tipo de manifestação, seja ela verbal (enunciado) ou visual (fotos, desenhos, ilustrações, obras de arte). Dessa forma, o autor chama a atenção para a necessidade de pensar globalmente a complexidade discursiva através de um sistema que rege todas as dimensões do discurso.

É nesse sentido que podemos chamar de textos os desenhos das crianças palestinas de que tratamos neste artigo, sendo necessário enfatizar que os textos em questão resgatam toda uma interdiscursividade que está além deles, mas, ao mesmo tempo, presente em sua materialidade através dos indícios que carrega.

Texto e discurso – uma relação complexa

Segundo Possenti (2010, p. 71), a divisão entre texto e discurso tem servido tanto para “marcar diferenças” quanto para “manter confusões”. O fato de os *corpora* da AD serem tipicamente textuais pode dar a entender que a AD “analisa textos, nada mais que isso” (POSSENTI, 2010, p. 71). Por outro lado,

As teorias (linguísticas) de texto passaram a incorporar ‘exteriores’ e deixaram de ser quase pseudogramáticas (da coesão). Assim, podem ser vistas como tratando ‘também’ da enunciação (sujeito, paráfrase, digressões), e até mesmo de posições e efeitos ideológicos. (POSSENTI, 2010, p. 71-72)

A fim de esclarecer a relação entre texto e discurso, Possenti apresenta duas propostas, a saber: (a) anotar algumas circunstâncias em que texto e discurso se cruzaram no interior de trabalhos da AD; e (b) apresentar uma versão sumária das relações entre texto e discurso propostas por Maingueneau.

Lembra o autor que o corte saussureano mudou a linguística de terreno ao instituir a ruptura de língua e fala, associada aos lugares social/particular *versus* individual. Conforme observou Pêcheux (1990 [1969], apud POSSENTI, 2010, p. 72), “nem por isso certas perguntas deixaram de ser feitas”, a exemplo de: “O que um texto significa?”.

Embora possa parecer óbvio, é relevante, conforme aponta Possenti (2010), ressaltar que Pêcheux (1990 [1969], p. 79) deixou claro que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”.

Assim, da posição de Pêcheux, Possenti extrai alguns pontos importantes:

- a) Ela demarca uma diferença entre AD e análise de texto;
- b) Exclui certa possibilidade (a de analisar um discurso como um texto) a partir de determinada definição de texto;
- c) Essa demarcação é decisiva para uma diferença, a saber: “um discurso nunca equivale a um texto”; “pode ‘haver’ mais de um discurso em um mesmo texto (por efeito do interdiscurso)”; e um discurso se materializa tipicamente em uma *dispersão de textos* (no sentido de Foucault) (POSSENTI, 2010, p. 73).

Possenti também observa:

Poder-se-ia considerar a hipótese de que, se a questão da intertextualidade já estivesse viva, se, p. ex., Derrida e Barthes, entre outros, estivessem sendo considerados, a posição de Pêcheux e a definição de texto poderiam ser diversas – o que, no entanto, não altera substancialmente as diferenças de fundo. (POSSENTI, 2010, p. 73)

A partir desses aspectos, alguns problemas se colocam (POSSENTI, 2010, p. 74):

- a) “o discurso ‘precisa’ do texto, é no texto que o discurso se delinea, mas falta um tratamento explicitamente discursivo das categorias ‘de texto’ que explicitem o que é discursivo no texto”;

- b) Uma pergunta que se poderia fazer: se a AD pode atribuir alguma especificidade ao texto (no discurso), à maneira da atribuição de uma especificidade à língua. Haveria uma “ordem própria do texto”? Uma “autonomia relativa”?

Ainda de acordo com esse autor:

Maingueneau considera a questão da ‘unidade’ textual de um ponto de vista nitidamente discursivo, exatamente porque é *a posição discursiva do sujeito que ‘determina’ a seleção lexical* (enquanto que é uma questão de texto que haja algum tipo de ligação entre uma e outra parte do texto). (POSSENTI, 2010, p. 75; grifos nossos)

E prossegue com o seguinte raciocínio: “se a AD aceitar que há uma ‘ordem própria do texto’, esse seria um dos casos, talvez exemplar, de que a superfície textual deve organizar-se segundo alguns princípios” (POSSENTI, 2010, p. 75). Ou seja, que os recursos mobilizados num texto (léxico, sintaxe) sejam uns ou outros, isso dependerá “não do ‘falante’, mas do sujeito, isto é, da Formação Discursiva FD à qual está subordinado” (POSSENTI, 2010, p. 75).

Possenti (1988) propôs uma aproximação entre discurso e estilo. Em trabalhos posteriores (cf. 2010), buscou dar certo estatuto ao que chamou de “indícios de autoria”.

O autor retoma a definição clássica de FD de Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 166), “uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um discurso, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.)”, para apontar o perigo da interpretação segundo a qual “a mesma FD pudesse materializar-se em qualquer tipo de texto e continuar sendo a mesma” (POSSENTI, 2010, p. 76). Embora isso possa ser verdadeiro, o autor considera bem provável que haja restrições.

Possenti alerta para o fato de que uma aceitação simplificada dessa posição (FD materializando-se em qualquer tipo de texto) levaria à posição segundo a qual um sujeito (enunciador) até pode produzir alguma variante subjetiva ou singular em um texto, mas jamais em um discurso: “não se imagina que certa discursividade, por um lado, possa ‘preferir’ certos tipos de textos e, eventualmente, não lance mão jamais (ou muito raramente) de outros” (POSSENTI, 2010, p. 76).

O perigo desta posição seria identificar a AD com uma variante da análise de conteúdo, pois associaria a AD aos “conteúdos” dos textos (sem chamá-los assim), não se dando conta de que a própria textualidade é gerida por categorias discursivas.

O exemplo clássico de Maingueneau é o seguinte: não se encontra manifestação do *discurso jansenista* em obra cujo estilo seja o de “conversações amenas”, já que este gênero caracterizaria o discurso adversário, o *humanista devoto*. Isso porque os discursos são regidos por uma *semântica global*. Em outras palavras, todo texto pressupõe um *ethos* discursivo, que faz parte de sua discursividade, o que produz consequências:

- A “doutrina” é, em realidade, “inseparável de uma discursividade, de um modo de enunciação, de um processo de ‘incorporação’” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 101);
- “Em princípio, não é possível dissociar a organização dos conteúdos de um discurso de sua cena de enunciação” (POSSENTI, 2010, p. 79);

— Assim como os textos remetem a certas fontes, o *ethos* apela para “cenas validadas”.

A questão do *ethos* pode ser ilustrada com alguns exemplos da literatura. Maingueneau¹ (apud POSSENTI, 2010) cita o personagem Don Quixote, o qual apresenta o *ethos* de “secura” corporal (seco de carnes, enxuto de rosto) e de hábitos (dormir pouco lhe secou o cérebro); é o homem dos enunciados longos e obscuros, dos romances de cavalaria, enquanto Sancho Pança tem o corpo gordo, preocupação constante com comida.

Podemos pensar também nas obras *Memórias do Cárcere e Angústia*, de Graciliano Ramos, que apresentam um *ethos* angustiante, sufocante, de aprisionamento. Esse tom de “angústia” está presente não apenas no conteúdo das obras, mas, ainda mais fortemente, no seu *tom*, no seu *modo de dizer*.

Da mesma forma, o personagem dos quadrinhos Garfield caracteriza-se pelo *ethos* da preguiça, apresentando-se, tanto em suas falas quanto em sua maneira de ser, como “A figura de um ator que se constitui pela não dinamicidade: deitado, não se levanta...” (DISCINI, 2009, p. 44).

Autoria e estilo

Refletindo sobre os indícios de autoria, Possenti enfatiza que “um texto não é um mero pacote para uma mensagem”, e que:

Quando se fala de leitura, especialmente na escola – os testes de avaliação o comprovam – enfoca-se basicamente o *o quê* do texto, seu conteúdo, sua suposta mensagem [...]. Ora, ler deveria ser, antes de mais nada, desmontar um texto para ver como ele se constrói, até para que se possa dizer qual a relação entre seu modo de ser construído e os efeitos de sentido que produz. (POSSENTI, 2010, p. 104)

Sobre autoria, Possenti expõe que o conceito não é uniformemente empregado nem objetivamente definido, mas é uma noção de interesse. Propõe “tornar um pouco objetiva essa noção, talvez ainda intuitiva, até para que possa ser criticada” (POSSENTI, 2010, p. 104).

Possenti retoma Foucault (2000 [1969]), para quem a noção de autor se constitui a partir de um correlato, a obra: “só há autor onde há obra que possa consistentemente ser a ele associada”, o que remete à determinada propriedade que as obras teriam, a de se caracterizarem por uma relativa unidade, enquanto é “exatamente a figura do autor que confere essa unidade a uma obra” (POSSENTI, 2010, p. 105).

Para Foucault, portanto, há uma clara distinção entre autor e escritor, sendo os autores entendidos como “fundadores de discursividades”, a exemplo de Freud e Marx, os quais se caracterizam não só por serem os autores de suas obras, mas também por terem produzido “a possibilidade e a regra de produção de outros textos” (FOUCAULT, 2000 [1969], p. 58).

Diferentemente, Possenti (2010, p. 105) propõe falar em “indícios de autoria”, no caso, por exemplo, de um escolar que, evidentemente, “nem tem uma obra nem fundou

¹ MAINGUENEAU, D. El *Ethos* y la voz de lo escrito. *Versión*, v. 6, México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, p. 79-92, out. 1996.

uma discursividade”. Vê, então, uma brecha para “introduzir no campo uma nova noção (em relação à de Foucault) de autoria”, considerando “impossível pensar na noção de autor sem considerar de alguma forma a noção de singularidade” (POSSENTI, 2010, p. 106). O objetivo é “dar alguma objetividade à noção de autoria”. Entre tais indícios, Possenti (2010, p. 108) identifica que, para que se possa dizer que um texto apresenta certa singularidade:

- “Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem gramatical”;
- “Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem textual”.

Analisando um texto de cartilha, constata que o que faz dele um “não texto” são características como falta de densidade (falta de caracterização mínima de objetos e lugares; falta de história à personagem (motivação, relação com elementos de cultura e com crenças correntes); faltam conexões entre as frases, que são excessivamente simplificadas (a coesão é burocrática); falta enciclopédia, conhecimento de mundo, memória social, outros discursos.

Através desses indícios (ou da falta deles), Possenti constata que “as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática” (2010, p. 110).

Entre as características que conferem certa singularidade a um texto, o autor trata dos seguintes indícios: dar vozes a outros enunciadores; manter distância em relação ao próprio texto; evitar a mesmice, etc.

Afinal,

Textos que circulam – dos mais diversos gêneros – estão ancorados na história, nas relações históricas (institucionalizadas, doutrinárias); também em outras relações menos doutrinárias, mas generalizadas: pequenas práticas comunicacionais que “cultivam” discursos, naturalizando-os... (POSSENTI, 2010, p. 110)

Textos silenciados, vozes silenciadas

Em 2012, os EUA cancelaram uma mostra de desenhos de crianças palestinas que seria intitulada “Um olhar da criança sobre Gaza”. Os desenhos, porém, circularam na internet após o cancelamento, pondo em evidência “o discurso proibido”.

A análise das imagens requer a consideração da materialidade discursiva que vai além dos desenhos, ou seja, dos discursos supostamente dominantes que circulam sobre tal guerra², os quais constituem a *memória*, a rede de interdiscursividade com que esses desenhos polemizam. É dessa forma que se pode entender que os desenhos desestabilizam discursos como o da “guerra necessária” que, de certo modo, justifica o permanente estado de conflito na região. Sabe-se que, historicamente, os EUA sempre foram aliados de Israel, fato que, inclusive, desperta o sentimento antiamericano nos árabes. Apesar de a mediação dos EUA, oficialmente, incentivar um acordo entre israelenses (judeus) e palestinos (árabes), essa *memória* põe em dúvida a imparcialidade do posicionamento norte-americano.

2 Oficialmente, não se trata de uma guerra, mas de um conflito, o qual, como dissemos, impõe cenários de guerra, ainda que esporádicos. No entanto, a materialidade representada nos desenhos das crianças torna desconfortável dizer que “guerra”, aqui, seja apenas um “sentido figurado”.

Sem qualquer pretensão de esmiuçar a história bastante complexa do conflito em questão, que impõe cenários de guerra, ao menos “esporadicamente”, na região da Palestina, consideramos ser necessário recorrer à *memória discursiva* para que os discursos presentes nas imagens façam sentido e, especialmente, “incomodem” o posicionamento norte-americano (daí o cancelamento da mostra). É a existência de tal memória que torna possível perceber o discurso das crianças-enunciadoras como implicativo de um posicionamento oposto ao discurso pró-Israel, dominante nos EUA.

O cancelamento da mostra foi visto como um silenciamento das vozes das crianças que vivem sob a guerra e uma tentativa de manter um discurso hegemônico. Nas palavras da diretora executiva da Aliança do Oriente Médio para a Infância (Meca), instituição promotora da mostra cancelada, Barbara Lubin, em entrevista ao site do Movimento Palestina Livre, conforme matéria do portal de Caros Amigos (2012), “os únicos ganhadores aqui são os que gastam milhões de dólares para censurar toda crítica a Israel e o silenciamento das vozes das crianças que vivem todos os dias sob o cerco militar e com a ocupação”.

No entanto, a “circulação do proibido” pela internet acrescenta novos aspectos ao suposto discurso hegemônico, como a questão do sofrimento³ provocado pelos ataques a Gaza, comumente excluída do debate oficial. Vejamos alguns exemplos:



Figura 1. Desenho de criança palestina

Na figura 1, a cenografia do ataque é bastante intensa, com vários aviões/helicópteros (provavelmente de guerra) sobrevoando, soldados armados, uma viatura de exército e pessoas (civis) caídas no chão. A cor vermelha – que simbolicamente representa o sangue, a dor – está presente nas janelas dos prédios e também em manchas no chão (representando literalmente o sangue). Predominam cores mais escuras: o cinza das fumaças exaladas pelas aeronaves, o tom escuro dos prédios.

³ Embora nosso trabalho não vá entrar no mérito psicológico da questão, é sabido que crianças costumam representar seu sofrimento em desenhos. Um documentário apresentado em 2010 na Espanha, *Los monstruos de mi casa* (Os monstros de minha casa), revelou que crianças vítimas de abusos físicos e emocionais por seus pais ou cuidadores retratavam essa realidade em imagens durante o tratamento psicológico. (Fonte: <<http://www.coisademaie.com/2013/09/criancas-vitimas-de-abusos-fisicos-e-emocionais-retratam-a-dor-em-desenhos>>. Acesso em: 26 set. 2013).



Figura 2. Desenho de criança palestina

A Figura 2 dialoga discursivamente com a Figura 1, representando, na paisagem, elementos de guerra: aeronaves, um tanque, prédios destruídos, soldados armados, árvores caídas. Em meio a isso, um menino acena uma bandeira da Palestina, de certo modo, destoando do restante do cenário; porém, uma vez que faz parte desse cenário, está a ele integrado, há uma bomba em sua direção, advinda do helicóptero. O lugar em que a criança se encontra (que, simbolicamente, equivale ao lugar enunciativo da criança autora do desenho) é o de um ser comum, civil, desarmado, situado no cerne do conflito, levantando sua bandeira (em pedido de paz e, ao mesmo tempo, como símbolo de identidade). Os tons escuros e terrosos predominam no desenho, representando a paisagem empoeirada de guerra.



Figura 3. Desenho de criança palestina

A Figura 3 representa o conflito de uma forma mais simbólica, com a bandeira palestina sendo pisoteada pela bandeira de Israel. Uma vez que a bandeira palestina corresponde à identidade da criança-enunciadora, pode-se dizer que essa criança expressa a sensação de ser pisoteada pelo adversário. A bandeira de Israel é, no desenho da criança

palestina, uma marca de heterogeneidade mostrada⁴ do discurso do outro, inserida de acordo com o ponto de vista da criança (FD palestina), portanto, em relação de polêmica com a FD pró-Israel. Afinal, a polêmica constitutiva – articulada com a interincompreensão – não vem do exterior: “o discurso segundo se constitui contra o discurso primeiro” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 111).

Já a Figura 4, a seguir, dialoga de forma mais literal com as figuras 1 e 2, enfatizando, novamente, os tons escuros e terrosos, além do vermelho-sangue. Integrados à paisagem de terror, estão uma mulher e uma criança. O míssil claramente é representado pelas bandeiras de Israel e dos Estados Unidos, que se encontram integradas.



Figura 4. Desenho de criança palestina

A Figura 5 também dialoga com as outras de forma mais figurativa (assim como a Figura 3) e mostra um outro lado da integração do cenário de guerra à realidade dos civis: o do sofrimento provocado pela sensação de aprisionamento. Os tons são predominantemente terrosos; a criança – uma menina –, encontra-se atrás de grades e triste, o que é representado pelas lágrimas. Seu sofrimento também é representado pelo curativo, que pode simbolizar tanto a ferida física quanto psicológica.

⁴ Para Authier-Revuz (1982), as marcas de heterogeneidade mostrada – processos de constituição do sujeito, que inscrevem o outro na sequência do discurso – mostram uma espécie de “negociação” com a heterogeneidade constitutiva.



Figura 5. Desenho de criança palestina

Tratamos esses exemplos como representativos de um funcionamento em que os discursos predominantes se constituem também pela exclusão e, ao mesmo tempo, outras vozes fazem circular outras cenografias. Essas outras formas de circulação desestabilizam o tom de “fonte autorizada” dos discursos hegemônicos. Olhar para os desenhos dessas crianças (e as posições neles implicadas), especialmente a partir das cenografias que os constituem, permite compreendê-los como “texto” no sentido de Maingueneau, para quem a prática discursiva é compreendida como intersemiótica, sendo tão importante considerar os *modos de dizer* quanto o conteúdo do dizer, visto que o *ethos* do texto (seu tom) se constitui na interseção desses aspectos. Para o autor, “o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46), não havendo hierarquia entre o “conteúdo” e o modo de dizer, uma vez que a eficácia de um discurso (mensurada por sua capacidade de suscitar a crença) está diretamente ligada ao *ethos* que ele constrói e, ao mesmo tempo, sustenta.

Dessa forma, percebe-se que a autoria das crianças-enunciadoras se constitui no fato de que, de certa maneira, e tendo como contraponto uma certa *memória*, elas singularizam um discurso sobre a guerra o qual polemiza com outro(s) presente(s) na memória interdiscursiva, pondo em evidência o traço do sofrimento.

É na interdiscursividade que a memória é retomada e, embora vinda de um lugar exterior, deixa marcas no interior do discurso que permitem resgatá-la. Conforme Achard (1999 [1983]), é “a estruturação do discursivo [que] vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (p. 11), o que implica que “a memória composta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (p. 17). A memória discursiva, para Pêcheux, “deve ser entendida [...] não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (1999 [1983], p. 50). Este autor ainda acrescenta que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 52)

É ainda fundamental constatar que a memória não pode

[...] ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÉCHEUX, 1999 [1983], p. 56)

A discussão acerca da retomada de discursos anteriores está atrelada, portanto, à memória discursiva e à concepção fundamental de interdiscurso, noções que se inter-relacionam. É com base nessas noções que podemos pensar no necessário resgate à memória, a fim de compreender tanto o sentido dos desenhos, quanto a razão do cancelamento da mostra.

Da mesma forma, a noção de *polêmica* é constitutiva do discurso, pois ela exerce um papel que, segundo Maingueneau, está longe de ser secundário na produção da superfície discursiva. Ao considerar o espaço discursivo como “rede de interação semântica”, Maingueneau percebe que esse espaço:

[...] define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (2005a, p. 103)

Maingueneau (2005a, p. 103) esclarece que “cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco”. Diante desse funcionamento, o discurso garante (constitui e preserva) sua identidade em uma relação na qual “não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 103).

Essa relação polêmica de não entendimento recíproco é levada às últimas consequências no (des)encontro discursivo entre israelenses e palestinos. No posicionamento israelense, o discurso da criança palestina é, provavelmente, compreendido menos como expressão de sofrimento do que como difamação do inimigo. Da mesma forma, para tentar manter o equilíbrio da análise, é preciso dizer que, do ponto de vista palestino, “o inimigo” (Israel e, por extensão, os EUA) é provavelmente entendido como o único responsável pelos desentendimentos. Devido à dissimetria entre as FDs, “cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 108). Por essa razão, a interpretação do discurso do outro é sempre polêmica e atravessada pelo simulacro, sendo, a rigor, a manifestação do ponto de vista do outro inaceitável para a FD oposta – daí o cancelamento da mostra.

Da parte dos EUA, há uma tentativa de manter um discurso hegemônico, que se materializa por meio do recorte e do silenciamento de textos, já que a voz das crianças palestinas é calada por uma medida institucional do sistema de gestão de entidades da cultura nos EUA.

A internet, por sua vez, faz circular as imagens proibidas de entrar no museu norte-americano. A “circulação do proibido” confere novos sentidos ao discurso sobre esta guerra, alimentando o debate sobre o funcionamento da potência EUA; sobre o modo

como institui inimigos políticos, por exemplo. Em particular, o discurso sobre o sofrimento provocado pelos ataques a Gaza vem à tona através da circulação de textos proibidos.

Considerações finais

A análise do *corpus* apresentado – cujas possibilidades não se esgotam neste artigo, dada a riqueza do material – corrobora o fato de que é enquanto *discurso* que um texto faz sentido. É necessário recorrer à *memória*, ao *interdiscurso*, para entender quais efeitos de sentido polemizam. A rigor, os discursos são polêmicos porque “a ameaça é recíproca”. Do ponto de vista discursivo, “se o fato estrutural que explica a polêmica é constitutivo, é inútil procurar saber quem ataca e quem se defende” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 113).

E é no trabalho com a memória que podem emergir certas singularidades que revelam o estilo do autor dos desenhos – no caso, as crianças enunciantes – afinal, como vimos, os textos estão ancorados na história. O estilo se dá a partir dos indícios de autoria, relacionados ao modo como os enunciadores fazem articular determinados elementos do discurso sobre uma guerra, que se contrapõem, via polêmica, a elementos do discurso dominante, pelo menos em um certo lugar institucional, que corresponde aqui ao posicionamento dos EUA.

A autoria das crianças se constitui no fato de colocarem em foco um discurso silenciado quando se pretende justificar a necessidade (ou naturalidade) de uma guerra. Na produção dessas crianças, o sofrimento do cidadão civil, em especial das crianças, é o centro da questão, não um mero acessório, posição que é legítima do ponto de vista enunciativo que ocupam, porém incômoda de um ponto de vista oposto. Segundo a matéria que divulgou o cancelamento da mostra, os EUA cederam a pressões de organizações pró-Israel ao cancelar esta exposição. De qualquer maneira, ceder a essas pressões revela a posição dominante que ocupam os EUA nessa questão.

Percebe-se que os recursos mobilizados pelas crianças autoras dos desenhos são uns, e não outros, por ocuparem uma determinada posição, e não outra, no conflito. Ou seja, conforme enfatizou Possenti (2010, p. 75), não é do “falante” (ou do desenhista...) que depende o estilo, mas do sujeito, da FD com a qual está vinculado, processo que é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, conforme situa a AD. Corrobora-se, portanto, que a superfície textual organiza-se “segundo alguns princípios”, o que não exclui a possibilidade de (doses de) singularidade.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Editora Pontes, 1999 [1983]. p. 11-17.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (Org.) *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas (SP): IEL/Unicamp, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990, [1982].

- DISCINI, N. *O estilo nos textos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 344 p.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 4. ed. Lisboa: Veja, 2000 [1969]. 44 p.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 168 p.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997. 198 p.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000. 238 p.
- _____. *Gêneses do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005a. 189 p.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação, in: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso – a construção do Ethos*. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 69-92.
- _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006. 181 p.
- MUSEU nos EUA cancela mostra com desenhos de crianças palestinas. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2369-museu-nos-eua-cancela-mostra-com-desenhos-de-criancas-palestinas>>. Acesso em: 17 jan. 2012.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1990. p. 61-161.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. 316 p.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999 [1983]. p. 49-57.
- POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. 183 p.
- _____. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 218 p.
- VERÍSSIMO, L. F. Rápido. In: *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 139-142.

O sujeito intendente e o discurso sobre a morte: uma análise da Santa Maria (RS) de 1896

(The intendant subject and the discourse about death:
an analysis on the Santa Maria (RS) of 1896)

Fernanda Kieling Pedrazzi¹

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

fernanda.pedrazzi@gmail.com

Abstract: The paper analyzes the certificates of the Tome 13 of the Intendant Municipal Fund under the heading *Deaths* which are preserved in the Municipal Historical Archive of Santa Maria. The documents are signed by men who lived in the year of 1896, including the Municipal Intendant. From the observation of discourse, and in order to interpret what the intendant subject says about death and how he says it, from the place he occupies in local society, it is asked whether the highest figure of local authority can be said to be a “spokesperson” of the juridical power in that community.

Keywords: Archive; certify death; discourse; intendant; subject.

Resumo: O trabalho analisa os atestados do Tomo 13 do Fundo Intendência Municipal denominado *Óbitos* preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Os documentos são assinados por homens que viveram no ano de 1896, inclusive o Intendente Municipal. Pergunta-se se a figura máxima de autoridade local pode ser dita como “porta-voz” do jurídico naquela comunidade a partir da observação de seu discurso, interpretando o que o sujeito intendente diz sobre a morte e como o diz do lugar que ocupa na sociedade local.

Palavras-chave: arquivo; atestado de óbito; discurso; intendente; sujeito.

Introdução

Este trabalho considera como arquivo, na concepção de Pêcheux (2010), parte do *corpus* da tese denominada “Atestar o óbito, discursivizar a morte”, construída a partir da materialidade formada por 86 documentos que compõem o livro *Óbitos* do Fundo Intendência (1892-1929), chamado arquivisticamente na Instituição de Tomo 13. O foco da pesquisa, no entanto, está na análise do sujeito que se constitui de modo diferente dentre tantos que atestam a morte. Para isso foi selecionada a figura máxima de autoridade local à época, denominado Intendente.

Do conjunto de documentos que forma o *corpus* da tese, apenas cinco são de autoria do intendente Francisco de Abreu Vale Machado, e foram preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, junto com os demais 81 documentos do Tomo 13, por representarem parte das funções da instituição Intendência, que equivaleria à Prefeitura Municipal dos dias de hoje.

Dados o estudo e a compreensão do conteúdo dos documentos, considera-se que os atestados de óbito reunidos no Tomo em questão eram usados pela administração para que houvesse o controle de sepultamentos gratuitos no cemitério vinculado à Intendência Municipal. Dessa forma, era possível comprovar os gastos realizados pela execução dos sepultamentos e justificar essas despesas no balanço anual da Intendência.

A solicitação, que se configura de acordo com a tipologia denominada “atestado de óbito”, era assinada por cidadãos com as mais diversas características, que viviam em meios diversos (rural e urbano) e de profissões diferenciadas (médicos, militares, intendentes, entre outros). Na parte superior do documento, na maioria dos casos, há um despacho da Intendência, havendo, inclusive, e também na maioria dos casos, a assinatura do intendente autorizando o sepultamento sem despesas para o solicitante. Isso se dá com as formulações “Sepulte-se grátis” e “Sepulte-se”, indicando de que forma era feito o sepultamento daqueles de quem se relatava a morte.

Persegue-se, neste trabalho, a compreensão do sujeito Intendente, que era o sujeito empírico Vale Machado, e que se apresenta como uma voz de autoridade no despacho dos documentos e nas “solicitações” de sepultamento que ele próprio redigia.

Pensa-se, como hipótese, que o Intendente somente redigia documentos quando lhe chegava alguém analfabeto, e por isso impossibilitado de escrever, com a informação de morte e a solicitação de sepultura grátis, devido às poucas ou nenhuma posses do falecido. Isso deveria acontecer especialmente nos casos em que a morte ocorrera sem ter havido o acompanhamento médico ou o testemunho de um terceiro.

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e os documentos analisados

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, localizado no bairro Nossa Senhora de Fátima, mais especificamente na Rua Appel, junto ao complexo da Secretaria de Município da Cultura (formado ainda pela Biblioteca Municipal Henrique Bastide), foi criado em 22 de dezembro de 1958, com a publicação da Lei nº 784.

De acordo com a Lei Municipal nº 3568, de 16 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em seu artigo 2º, “ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria compete I – a proteção do patrimônio documental histórico” como também “VI – a descrição e divulgação de seu acervo, através de instrumentos próprios”. Deve-se a isso, portanto, a guarda da documentação, que se faz materialidade no presente trabalho.

Segundo informações de sua página na internet (CALIL, 2008), a Instituição “constitui-se num importante lugar de memória acerca da história local e regional” que conta não apenas com documentos, mas também com objetos relacionados à história local, regional e nacional.

Dentre os documentos que guarda em seu acervo, alguns se referem aos poderes públicos Legislativo (Fundo câmara municipal, de 1868 a 1889); Executivo (Fundo Junta Intendencial, 1889 a 1892; Fundo Intendência, 1892 a 1929; e Fundo Prefeitura Municipal, de 1929 a 1975); e ainda Judiciário (reunindo processos crime de 1910 a 1946).

O foco do presente trabalho está, entretanto, em documentos do Executivo, do Fundo Intendência Municipal, fase que se estendeu de 1892 até 1929. Fechando ainda mais o foco, ele trata, mais especificamente, da tipologia documental “Atestado de óbito”, encontrada no Tomo 13 de 1896, já descrito e digitalizado por projetos realizados com o apoio do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Segundo a Diretora do Arquivo Histórico,¹ existem apenas mais três livros com essa tipologia na Instituição (no Fundo Câmara Municipal, na caixa 1, referente ao período de 1838 a 1893, e no Fundo Prefeitura Municipal, nas caixas 82, referente ao período de 1936 a 1938, e 103, referente ao período de 1939 a 1945), porém se realizou trabalho arquivístico prévio, o porquê da escolha pelo Tomo 13 do Fundo Intendência para compor tal análise.

A Intendência municipal em Santa Maria e seu primeiro Intendente

Após a monarquia, instaurou-se no Brasil o período político que se conhece na história como República Velha. Ela abrange os anos que vão da Proclamação da República, em 1889, por Deodoro da Fonseca, até ao período conhecido como Estado Novo, que teve como principal personagem Getúlio Vargas.

É justamente com a Proclamação da República, considerado, por Neves (2008, p. 26) como “um dos acontecimentos mais significativos de nossa história”, e a partir da República Velha, que é mudada a formatação administrativa brasileira. São criados os Estados em substituição às Províncias, e nesse cenário político-administrativo surgem as Intendências (primeiramente como Junta Intendencial, ou seja, um grupo de cidadãos republicanos, e posteriormente como Intendência em si, pela qual respondia um Intendente) juntamente com uma expectativa das cidades em relação à sociedade urbana.

A noção corrente de modernidade no Brasil de finais do século XIX e início do XX, dizia respeito ao Progresso material, técnico e urbano. Para a maioria da população, a modernidade se traduzia em modificações que iam desde mudanças arquitetônicas de prédios, alargamento de ruas, construção de praças, até a higienização dos espaços públicos. (KARSBURG, 2007, p. 25)

Santa Maria é uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul que surge a partir de um acampamento militar datado de 1797, chamando-se nesse período de Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte. No ano de 1819 Santa Maria era o 4º Distrito do Município de Cachoeira (SCHIRMER et al., 2005, p. 34).

Primeiramente contava apenas com uma Câmara Municipal. Após a Proclamação da República, e até 1892, instaura-se uma Junta Intendencial, formada por três cidadãos nomeados pelo governo estadual, em 21 de dezembro de 1889,² (KARSBURG, 2007, p. 124) e, em seguida, vem a instituir-se o que se conhece como a Intendência Municipal (que assim fica denominada até o ano de 1929). Ambas representavam o Poder Executivo local, o que corresponderia à Prefeitura Municipal de nossos dias.

É nesse segundo período (a partir de 1892) que surge a figura do Intendente. O primeiro deles na Santa Maria da Boca do Monte foi Francisco de Abreu Vale Machado, até então delegado de polícia, destacadamente republicano, maçom,³ que ficou por longo

1 DANIELÉ CALIL. *Livro de Registro de Óbitos*. Mensagem pessoal recebida por fernanda.pedrazzi@gmail.com, em 6 set. 2012.

2 Vale Machado, Henrique Druck e Pantaleão José Pinto.

3 Ligado à Loja Maçônica Boca do Monte que, em 1894, trocou o nome para Paz e Trabalho (KARSBURG, 2007, p. 176).

período no poder em Santa Maria (dois mandatos, totalizando cerca de oito anos), sendo substituído apenas em 1900 por Henrique Pedro Scherer⁴ (KARSBURG, 2007).

Rechia (1999, p. 81) classifica Vale Machado como chefe do executivo de “administração brilhante”, tendo sido realizada em seu governo a inauguração da luz elétrica, o calçamento das primeiras ruas e as primeiras atividades de um estabelecimento que se transformou em hospital e de uma escola secundária. Segundo a autora (1999, p. 82), ele faleceu na cidade em que foi intendente no ano de 1911, e, “somente em 1953, recebeu o reconhecimento de Santa Maria, quando foi construído um modesto jazigo em sua memória” (RECHIA, 1999, p. 82).

Descrição e transcrição dos documentos

Dos cidadãos que assinam os atestados de óbito, nove eram médicos (sendo um deles Médico Capitão e um “farmaceutico”, segundo cruzamento dos dados com os registros de cartório), sendo que eles assinam, ao todo, 55 documentos. Também assinam documentos encadernados nesse livro o próprio Intendente Municipal, Francisco de Abreu Vale Machado; um delegado de polícia, que coloca a sua assinatura em dois documentos (um em conjunto com um médico); dois cidadãos assinam sozinhos cada um o seu documento; e 21 documentos são assinados por uma coletividade de escreventes e testemunhas que variam de duas até cinco pessoas.

Neste artigo estão transcritos os cinco documentos manuscritos assinados pelo Intendente Municipal de Santa Maria, Francisco de Abreu Vale Machado, no ano de 1896 (documentos nove, 50, 52, 57 e 68). É importante ressaltar que para chegar à transcrição foram levados em conta conhecimentos das áreas de Paleografia e Diplomática, áreas afins à Arquivologia e permitiram reconhecer as letras usadas nos manuscritos bem como abreviaturas e palavras utilizadas.

Nas situações em que não foi possível reconhecer a letra do escrevente, no espaço é inserido um ponto de interrogação para demonstrar a dúvida encontrada. A pontuação, acentuação e o uso de maiúsculas e minúsculas foram respeitados conforme o uso da língua pelo Intendente. A separação silábica e a grafia também foram apresentadas tal como estão nos originais (Figura 1). As linhas em branco entre o texto propriamente dito e a assinatura também foram salientadas.

⁴ Juiz Distrital, Capitão, do Partido Conservador, converteu-se a republicano pouco antes da proclamação da república.

9

Descumprido do Conselho de Supremacia gra-
tis, ao Cadáver de um velho estrangeiro, pessoa
simplesmente desconhecida, que tendo adoe-
cido em casa de um Colono em terras de Sampa-
Guia, fôra conduzido a esta Intendência, em
de fallaces beje pelas 5 bocas da municipal.
Santa Maria 19 de Nov' 1896

O Intendente
Municipal

**Figura 1. Documento manuscrito de número 9, pertencente ao Tomo 13 do Fundo Inten-
dência Municipal, e assinado pelo Intendente Municipal**

Na sequencia é apresentada a transcrição dos cinco documentos assinados por Vale Machado, o Intendente à época, que têm, em média, 10 linhas cada um. Posterior à transcrição é realizada a análise do sujeito Intendente que se manifesta enquanto sujeito do discurso. De modo a enriquecer a análise, toma-se como a alteridade de discurso, o diferente, a partir do discurso médico em atestados do mesmo conjunto, de modo a marcar o sujeito da elocução a partir do lugar de onde diz.

Ao trabalhar o discurso político, Pêcheux defende que é necessário considerar a posição do sujeito, “já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as ‘idéias’ entram em luta na história” (PÊCHEUX, 1990, p. 245). Também aqui se toma essa ideia de posição baseada em outro texto de Pêcheux, “A forma-sujeito do discurso”, em que ele afirma que não há um sentido determinado para uma palavra, mas que ele é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (2009, p. 147). Pelas palavras de Pêcheux entende-se que a ideologia influencia o uso das palavras que se profere ou escreve. Ele fecha esse trecho de seu texto dizendo que “elas [as palavras, expressões...] adquirem seu sentido em referência a essas posições [aquelas sustentadas por quem as emprega] em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais estas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Nos documentos apresentados a seguir não há o despacho do Intendente porque é ele quem produz tais documentos.

Documento 9

- 1 O encarregado do cemiterio dê sepultura gra-
- 2 tis ao cadaver de um velho estrangeiro (?)
- 3 complectamente desconhecido , que tendo adoe
- 4 cido em casa de um colono em terras de Gaspar
- 5 Ferreira, fôra conduzido a esta Intendência, on
- 6 de falleceo hoje pelas 5 horas da manhã.
- 7 Santa Maria 19 de 10^{bro} 1896
- 8
- 9
- 10 O Intendente
- 11 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 50

- 1 Sepulte-se gratis a innocente Maria
- 2 de sette annos de idade, filha do
- 3 soldado Geraldo Fran.^{co} da Rosa, pra
- 4 ça do 3º Batalhão de Infantaria falle
- 5 cida hoje as 4 horas da manhã sem
- 6 assistência medica.
- 7 S^{ta} Maria 23 de Março 1896
- 8

9 O Intendente
10 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 52

1 Dê-se sepultura gratis à preta Maria Luiza
2 idade superior a 90 annos, fallecida
3 de velhice, sem assistencia medica, hon
4 tem pelas 7 horas da tarde.
5 S^{ta} Maria 15 de Março 1896

6

7 O Intendente
8 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 57

1 O encarregado do cemiterio dê sepultura
2 rasas ao cadaver de Quintino Martins de
3 Siqueira, côr branca, solteiro, idade presu
4 mir de 23 annos, natural d' este Estado, ten
5 do succumbido a um choque de trem da
6 Estrada do (?) .
7 S^{ta} Maria 11 de Março 1896

8

9 O Intendente
10 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 68

1 Intendencia Municipal – S^{ta} Maria
2 10 de Maio de 1896
3
4 O encarregado do cemiterio dê sepultu
5 ra gratis ao Cadaver de Pedro Vicente
6 Rodrigues, indiatico, maior de 60 annos
7 cujo individuo falleceo hontem as duas
8 horas da tarde sem assistência medi
9 ca sendo communicado dito obito a
10 esta Intendência pelo Cidadão Jose
11 Farias de Lima
12 O Intendente
13 (Assinatura de Vale Machado)

Para Orlandi, o texto é a “peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significante’ com a exterioridade” (2007, p. 15). Ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 70), nesse caso o texto produz um “evento interpretativo” que confronta “a história do dizer do autor e a história de leituras do leitor” (ORLANDI, 2007, p. 75). Esse confronto pode ocorrer com alguma distância temporal, como é o evento que origina a interpretação que se deseja neste trabalho. Neste caso o analista, que é quem se propõe a ler o dito pelo outro, pelo autor, no caso em estudo, deve compreender sua posição, trabalhando “as fronteiras das formações discursivas” criticamente (ORLANDI, 2007, p. 85).

Toma-se aqui a noção de formação discursiva a partir Pêcheux (2009) que nos apresenta como o que “determina o que pode e deve ser dito” em uma conjuntura. Para Orlandi (2012, p. 55) a formação discursiva é a “projeção da ideologia no dizer”.

A análise dos documentos

Com relação ao espaço tempo, deve-se ressaltar que os cinco documentos são redigidos em Santa Maria, cidade localizada no centro de estado do Rio Grande do Sul, nos meses de dezembro, março e maio de 1896. Eles estão presos a um conjunto de 86 documentos, e não estão em ordem cronológica nesta encadernação, como é possível observar dado o número sequencial adotado.

Nota-se que de modo geral a apresentação do documento é mantida, sendo redigido em folha com pauta, com caneta tinteiro, sendo que ao término de todos os documentos o signatário identifica-se como “O Intendente”, colocando sua assinatura (apenas o sobrenome que, se não fosse acompanhado da designação “O intendente”, poderia ser confundido com um de seus filhos⁵). A apresentação difere no último documento da sequência de cinco, havendo um cabeçalho “Intendencia Municipal – S^{ta} Maria 10 de Maio de 1896”. Nos demais documentos a data é posta entre o texto, propriamente dito, e a assinatura.

A grafia se parece nos quatro últimos documentos (50, 52, 57 e 68), e se diferencia em maior medida no documento de número nove.

Quanto ao destinatário, este é explícito nos documentos de número nove, 57 e 68, sendo identificado apenas como “O encarregado do cemitério”. Não há nome para esse encarregado. Talvez haja variação do encarregado, ou apenas ele não seja alguém conhecido do Intendente, devido à função que ocupa. Nos demais documentos o sujeito a quem se destina o documento é indeterminado, sendo referido isso com “Dê-se sepultura” ou “Sepulte-se”.

Por outro lado, as formas como iniciam os documentos indicam ordem ou autorização do Intendente ao recebedor do documento, seja ele o encarregado do cemitério ou outra pessoa qualquer. Essa, por si só, é uma marca de diferença em relação a outros documentos do mesmo conjunto que somente se limitam a relatar a morte e os dados do morto. De modo comparativo, é possível observar, em documentos do conjunto assinados pelo médico Astrogildo Cesar de Azevedo, em número de 11, o uso formulações pré-concebidas para atestar a morte. As informações apresentadas e sequência delas são

5 Em 1896 os filhos gêmeos de Vale Machado, Ignácio Monteiro do Vale Machado e João Monteiro do Vale Machado tinham 35 anos e se envolviam em questões políticas na cidade, de acordo com o texto de Karsburg (2007).

semelhantes para a maioria dos atestados que produz. A fórmula utilizada é: primeiramente ele faz uma afirmação de atestar (o ato que gera o documento); faz referência ao tempo (“hontem” ou “hoje”); faz referência à hora do acontecimento (inteira, “1 hora”, ou quebrada, como, por exemplo, “5 ½ horas”) acompanhado de complemento que define o período do dia (“madrugada”, “manhã”, “tarde”, “noite”); usa um verbo que designa o ocorrido (“falleceu” ou “morreu”); traz o nome do sujeito de que se relata a morte (completo, ou só primeiro nome); informa a cor (“branco”, “pardo”, “preta”); e a idade (certa ou “presumencia”); indica a paternidade, quando menor de idade, constando o nome do pai ou da mãe ou o estado civil (“casada”, “solteira”) quando maior de idade; ele ainda indica a naturalidade (em um dos casos o falecido era de outro estado, do Paraná, e em outro, era estrangeiro, austríaco, e nos demais eram do Rio Grande do Sul, ao qual ele indica como “d’este Estado”); dá a data (topológica e cronológica); e a assina sempre da mesma forma: Dr. Astrogildo Cesar de Azevedo, sendo que todas as partes de seu nome (prenome, nome do meio e sobrenome) ficam emendadas. Esta forma de apresentação do documento como um todo marca o sujeito e o lugar a partir da onde enuncia.

No caso do intendente, o falecido é tratado como “cadaver” em três documentos: o de número nove, em que o morto, pelas palavras de Vale Machado, é um “velho estrangeiro”, sem nome; o de número 57, em que o morto é Quintino Martins de Siqueira, que tem idade “presumida” de 23 anos; e no documento 68, cujo morto é um “indiatico” de nome Pedro Vicente Rodrigues. No caso de mulheres, não há a designação “cadaver”, e sim “innocente” para a criança de sete anos de nome Maria; e “preta” para a mulher de 90 anos de nome Maria Luisa. A primeira tem sobrenome revelado pelo nome do pai, Geraldo Fran.^{co} – “Francisco”, de acordo com Flexor (2008, p. 192) – da Rosa, designado pelo Intendente como “soldado”, “praça”. A segunda morreu de “velhice” e tem apenas o nome próprio composto.

Não há uma fórmula única na composição dos textos dos documentos e alguns apresentam mais informações do que outros. O que é fato é que a autoridade de ser o Intendente lhe permite dispensar algumas formas padronizadas comuns ao documento cuja tipologia é o atestado de óbito, principalmente, quando o escrevente é acompanhado de testemunhas (assinando duas ou mais pessoas) tais como “attestamos nos abaixo assignados” (doc. 72), “attestamos e juramos se preciso for” (doc. 7), “attestamos e juramos se nesseçario” (doc. 27). O próprio médico Astrogildo, já citado, tem “voz” de autoridade, enquanto médico, porém não dispensa tal fórmula que marca a tipologia atestado.

O sujeito se diferencia também de outras formas de seus contemporâneos pelo fato de ele ser o próprio intendente, sendo desnecessário um trâmite intermediário para adquirir a autorização para a sepultura gratuita. Esta demonstração indica que quem “escreve” autoriza, e por isso é diferente dos demais. De acordo com a pesquisa de Karsburg, Vale Machado foi “um dos mais destacados personagens do partido [Republicano] em Santa Maria na época em que os republicanos assumiram o poder, em 1889” (2007, p. 179).

Como exemplo comparativo, foi extraído um trecho de um atestado (documento 40) de um dos médicos que assinam documentos nesse mesmo conjunto, e novamente o Dr. Astrogildo de Azevedo. A sequência discursiva faz referência ao dizer do médico, na Formação Discursiva em que ele se encontra como sujeito atravessado pela ideologia da representação do que é ser médico e o que se espera que seja o registro de um médico. Sobre o falecimento de um estrangeiro, como ele próprio denomina, é realizado o seguinte

registro: “Pelo attento exame exterior do referido cadaver nenhum vestigio encontrei de violencia alguma exterior” (linhas 7 a 10 do Documento 40). Há um deslocamento na palavra “encontrei” deixando-se a marca de haver uma “busca” por evidências, o que seria próprio do fazer médico, nunca de um intendente. O “poder dizer” de um médico, tal como vestígios de violência, não é o mesmo “poder dizer” de um intendente.

Sobre a referência que é feita ao tipo de serviço operado pela Intendência a partir dos dizeres de Vale Machado, em quatro dos cinco documentos há explicitamente a indicação de que o mesmo é “grátis”. Em um dos documentos (o de número 57), no entanto, o modo de referir ao serviço difere, uma vez que o sujeito intendente escreve “dê sepultura rasa”, indicando que o “cadáver” tem, também, um espaço simbólico de pobreza, sendo que a qualificação da sepultura faz referência a uma ordem social na ordem do discurso. O sujeito intendente mostra, pelo determinativo, ser o representante do dizer do aparelho de Estado tocando na diferença entre os sujeitos que viviam naquela Santa Maria, mostrando que havia, na sociedade daquela época (1896), naquele lugar, uma distensão social.

Conclusão

Ao olhar para o sujeito intendente, que redigiu atestados de óbito no ano de 1896 em Santa Maria, foi possível ter a compreensão da noção de quem era esse sujeito que, como ser empírico, foi Vale Machado, mas, enquanto Intendente, apresentou-se como a voz do homem envolvido na política com um poder local, com características próprias da época em que havia um coronelismo presente nas relações.

Sua voz de autoridade, tanto nos documentos que assinou quanto nos despachos que dava aos demais documentos de mesma tipologia, mostra como ele se significava pela língua, tendo a oportunidade de poder e dever dizer no discurso ideológico que lhe era permitido devido à posição sujeito que detinha. Diferente do médico, por exemplo, que também possuía uma autoridade, porém com formulações que correspondiam não a uma voz do jurídico, e sim enquanto autoridade médica para averiguar as condições de morte. Conclui-se, portanto, que o dizer do intendente significa diferente por falar de seu lugar, com o consentimento do aparelho de Estado que representa, mostrando não apenas as condições de produção da época como as distensões sociais vigentes no final de século XIX.

O olhar do analista do discurso, conforme Orlandi (2007, p. 50) é “um gesto de interpretação”, auxiliando a “compreender fatos da ordem do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 51) levando em conta o discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 42), neste caso abrangendo um tempo de mais de 110 anos entre o intendente e o analista, pelos caminhos de entremeio da AD, resignificando esse discurso sobre a morte.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Projetos de extensão do Arquivo com a UFSM. *Arquivo histórico municipal de Santa Maria*, 16 maio 2011. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2011/05/projeto-de-extensao-do-arquivo-com-ufsm.html>>. Acesso em: 15 out. 2012.

CALIL, Daniéle Xavier. Sobre. *Arquivo histórico municipal de Santa Maria*, 2008. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/p/sobre.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria 1884-1897)*. 2007. 267 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2007-03-20T055545Z-421/Publico/388367.pdf> Acesso em: 17 out. 2012.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do Século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil Republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1. p. 13-44.

OLIVEIRA, Diego. Projeto FIEX/UFSM/2011 – Digitalização do Fundo Intendência Municipal do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: subsídio para a pesquisa social. *Arquivo histórico municipal de Santa Maria*, 13 jun. 2012. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2012/06/projeto-fiexufsm2011-digitalizacao-do.html>>. Acesso em: 15 out. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5.ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. 1990. [do original: PÊCHEUX, Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. *L’Inquiétude du discours*. Paris: Cendres, 1977. p. 245-260.] Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/133495780> Remontemos-de-Foucault-a-Spinoza-Pecheux#scribd > Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp: 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

RECHIA, Aristilda. *Santa Maria: panorama histórico-cultural*. Santa Maria: Associação Santa-mariense de Letras, 1999.

SANTA MARIA. RS. Lei nº 3568 de 16 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1992/3568.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2013.

SCHIRMER, Eneida Izabel et al. *Registros de batismo (1814-1822): contribuição à história social de Santa Maria*. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

VIVAR, Jorge Eduardo Enríquez; SILVA, Rosani Beatriz da; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos (Org.). *Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1999.

O silêncio no discurso sobre o gaúcho na imprensa gaúcha em tempos de(s)censura (1964-1989)

(Silence in the discourse *on* the gaúcho in the (un)censored press (1964-1989))

George Uilian Monteiro¹

¹Mestrando em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras –
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

uiliandelonge@yahoo.com.br

Abstract: This paper intends to analyze the operation of the discourse on the gaúcho in the (un)censored press. Affiliated to the French School of Discourse Analysis (DA), our reflection lies in the following bases: beyond the relationship of myth / non-myth. We selected some discursive sequences in order to form our corpus for analysis, investigating the relationship between what is said and what is not said in the journalistic writing. In order to do that, we move the concepts of discourse, silencing, discursive memory and discursive formation in the realization of a theoretical and analytical device, which observes the contradictions in journalistic discourse.

Keywords: Discourse Analysis; silence; gaúcho.

Resumo: Este artigo estuda o funcionamento do discurso sobre o gaúcho na imprensa em tempos de(s)censura. Filiada à escola francesa de Análise de Discurso (AD), nossa reflexão situa-se nos entremeios das bases constituídas: além da relação mito/não mito. Seleccionamos algumas sequências discursivas a fim de formarmos nosso *corpus* de análise, observando a relação do que é dito com o que não é dito no espaço jornalístico. Para isso movimentamos os conceitos de discurso, silenciamento, memória discursiva e formação discursiva, na realização de um dispositivo teórico-analítico que explicita as contradições constitutivas do discurso jornalístico.

Palavras-chave: Análise de discurso; silêncio; gaúcho.

Introdução

A reflexão que aqui desenvolvemos objetiva pensar as práticas discursivas sobre o gaúcho na imprensa em tempos de(s)censura (1964-1989). Filiado à análise de discurso (AD) de orientação pechetiana, nosso trabalho busca desconstruir uma possível dicotomia mito/não mito, considerando que a sobreposição de um sentido hegemônico sobre essa figura identitária do sul do Brasil acaba por produzir um efeito de silenciamento a outros sentidos possíveis, que estão aí, em movimento.

Para tal, realizamos recortes em arquivo específico que está sendo formado a partir de exemplares de jornais que circularam no período delimitado, dos quais serão selecionadas sequências discursivas (SDs) que nos possibilitem pensar que imagens de gaúcho estavam sendo discursivizadas. Nesse movimento levaremos em conta as regularidades discursivas: os excessos, as repetições, as faltas. Trabalhando conceitos relacionados diretamente com a psicanálise (imaginário, real, simbólico), a AD toma essas noções de maneira não subjetiva, ou seja, na sua relação com a ideologia, com a determinação histórica.

Em nosso artigo mobilizamos os conceitos de discurso (discurso *sobre*), sujeito, formação discursiva, memória discursiva e silenciamento (ORLANDI, 2001, 2005, 2007 [1992];

PÊCHEUX, 2009 [1975], 2012 [1983]; INDURSKY, 2005; MARIANI, 1996), além de considerarmos as reflexões sobre o espaço urbano e sobre o gaúcho nos trabalhos de Petri (2004), Golin (2002) e Zoppi-Fontana (1999). Essa prática nos permite formar um dispositivo analítico específico – desafio próprio à AD, realizando um movimento pendular (PETRI, 2013) – da teoria para a análise e da análise para a teoria, re-significando não apenas o objeto de análise, mas também essas noções teóricas mobilizadas.

Considerações sobre o processo de constituição do sujeito gaúcho

Ao buscarmos refletir sobre a constituição dessa identidade do sul do Brasil, faz-se necessário considerar o seu caráter mitológico, que nos remete ao “centauro dos pampas”. Essa imagem do centauro, segundo Petri (2004, p. 100), “se produz no interior de um grupo social bem específico”: “de nativos e de mestiços que habitavam a região fronteira do sul do Brasil entre os séculos XVII e XIX”. Esse grupo estava à margem daquelas sociedades, roubando para comer. Se hoje pensamos uma relação entre “sinônimos” quando falando de sul rio-grandense e de gaúchos, de que maneira teria se dado essa inversão de valores – de vagabundo, vândalo, amoral a cavaleiro, guerreiro, patriota? É importante ressaltar que essa sobreposição da imagem do mito, do idealizado, àquelas do bárbaro, violento, se dá apenas no início do século XX, quando “o ser gaúcho” passa também a designar o habitante do Rio Grande do Sul.

No desenvolver de nosso trabalho, buscamos romper com as evidências dessas bases constituídas – do mito ao não mito. Então, como afirma Tau Golin (2002, p. 25), “não se trata de prosseguir a celeuma entre lusitanismo [...] versus platinismo [...], pois essas duas vertentes historiográficas esvaziaram-se nos raquitismos de seus ideologismos”. Outra tentativa de evidência no discurso jornalístico costuma ser postulada quando da abordagem dos acontecimentos da chamada Revolução Farroupilha (1835-1845). O enfrentamento entre os exércitos republicanos (dos farrapos) e os imperialistas costuma ser discursivizado no sentido de um reforçar a imagem do mito (atualmente ‘comemora-se’ no dia 20 de setembro o “dia do gaúcho” (feriado oficial), sendo que a data faz referência ao dia da proclamação da República sul rio-grandense). Sabe-se que os gaúchos, nesse embate, estavam “ora lutando do lado do Império ora contra ele, emprestando seu brio aos que se aproveitavam dele, pois vivia(m) forçado(s) a dar sua contribuição de homem sem propriedade” (PETRI, 2004, p. 102). Não podemos deixar de mencionar que não se pode cair em uma simplificação – relação de causalidade – que indicaria tal acontecimento como aquele que desloca os sentidos sobre o gaúcho – do fora da lei ao mito, já que “estamos tratando de um processo ao longo de séculos de lutas sangrentas e não de um ponto que marque o fim da conotação pejorativa e a instauração do herói gaúcho” (PETRI, 2004, p. 131).

Ressaltando esses tópicos sobre a figura do gaúcho, precisamos colocar que não podemos falar em um imaginário “do gaúcho”, mas em imaginários “sobre o gaúcho”. O gaúcho é sempre discursivizado pelo outro, temos acesso a um imaginário do dominante sobre o dominado: “trata-se muito mais de observarmos o imaginário do homem civilizado, do intelectual que olha, **urbanamente**¹, para a figura do gaúcho e lhe confere novos significados” (PETRI, 2004, p. 129, grifo nosso).

1 Em nossas considerações analíticas, exploraremos essa relação do gaúcho urbano com o não urbano.

No caso do trabalho que ora apresentamos, onde nos interessa os movimentos do discurso jornalístico, podemos colocar esse espaço da imprensa como fazendo parte da modalidade do discurso *sobre*, ou seja, aquele cujo efeito imediato “é tornar objeto aquilo sobre o que se fala” (MARIANI, 1996, p. 63). Os jornais realizam o que Mariani (1996, p. 64) coloca como uma “institucionalização dos sentidos, [...] no efeito de linearidade e homogeneidade da memória”. Trabalhar imagens de gaúcho na imprensa em tempos de censura de uma perspectiva discursiva requer os cuidados de não cair nas falsas evidências produzidas nesse espaço. Devemos trabalhar com a contradição, contrapondo à (vã) tentativa de homogeneidade, de controle dos sentidos por parte do jornalístico.

Considerações teóricas: a análise de discurso e a produção dos sentidos

Entendendo discurso, segundo Orlandi (2005, p. 21), como “efeitos de sentido entre locutores”, posicionamo-nos a fim de questionarmos as evidências, deslocando uma postura que se quer “neutra”, uma língua sem equívoco e transparente (proposta pelo jornalístico) – para o movimento dos sentidos, nos processos discursivos. Nesses processos, reconhecemos uma opacidade da língua, lugar do contraditório, da heterogeneidade, da falha, do real (PÊCHEUX, 2012 [1983]). O indivíduo se torna sujeito ao identificar-se e, para isso, ele necessita significar. Apresentando essa problemática, trazemos à baila o conceito de formação discursiva (FD). Re-territorializando esse conceito foucaultiano, Pêcheux (2009, p. 147) pensa a formação discursiva como “o que pode e deve ser dito” daquele lugar ideológico. Já Indursky (2005, p. 10), ao desenvolver um trabalho que acompanha os movimentos que esse conceito vem sofrendo nesses estudos discursivos, destaca que a FD, assim como o discurso, “é lugar de tensão e não apenas de segurança”, já que o sujeito do discurso pode “apropriar-se de saberes alheios e inseri-los no âmbito de uma FD”. A autora ainda afirma que, para “continuar trabalhando com a noção de FD, é preciso suportar expor-se à diferença” (INDURSKY, 2005, p. 11).

Eni Orlandi (2001, p. 38), ao pensar a relação discurso-texto, fala em heterogeneidade do texto, sobre a possibilidade de existência das “diferentes posições-sujeito no mesmo espaço textual, correspondentes a diferentes formações discursivas que recortam o texto”. Ou seja, por mais que um sujeito venha a inscrever-se em uma formação discursiva dominante, não se pode deixar de considerar que ele só é quando passível de falhas, deslizes.

O discurso jornalístico tira proveito da necessidade de significar, da necessidade de um mundo logicamente estável, semanticamente normal (PÊCHEUX, 2012 [1983]) constituinte de todo sujeito, para, no caso em que estamos pensando, naturalizar uma unidade de gaúcho. A formação discursiva dominante, no período delimitado, é aquela que procura reforçar a figura mitológica, o mito. É preciso observar a relação do que é dito com o que não é dito (o não dito), sabendo que, apesar dos esforços de imposição de uma imagem homogênea de gaúcho, o que é negado – imagens que estão sendo apagadas – escapa, faz-se presente através da memória. Podemos apontar os deslizes, já que as demais imagens de gaúcho podem até ter sido silenciadas, mas não foram apagadas dessa “memória discursiva”, nos termos de Pêcheux (1999, p. 56): “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...”, um espaço de “réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Os anos que compõem o período histórico delimitado fazem parte do momento em que o Brasil sofria um período de exceção instaurado com o golpe de 1964. A ditadura civil-militar (civil, pois contou com o apoio de “grandes” empresários da sociedade brasileira), em seu ato institucional número 5 (AI-5), estabelecia a censura. É interessante observar que muitos jornais serviram como local de disseminação dos ideais do regime instaurado. Conforme o “depoimento” de Eni Orlandi, em

[...] 1968, dia 13 de dezembro, o AI5. Com Médici, em 1969, a censura ganha enorme força. O autoritarismo se instala em pleno na sociedade brasileira. A ditadura não dava trégua mas eu havia aprendido com a esquerda e com Pêcheux que para falar uma coisa pode-se falar outra. (2012, p. 17)

Ao realizar seu estudo sobre as formas do silêncio, Orlandi (2007) vai pensar na constituição de um silêncio fundante e uma política do silêncio – silenciamento. O primeiro, espaço entre as palavras, é colocado “como condição de significação”; o segundo, silenciamento, possui duas “formas de existência ligadas: a) o silêncio constitutivo e b) o silêncio local” (ORLANDI, 2007, p. 69, 73). Ao propor uma reflexão sobre a censura, a autora aponta que a segunda forma assumida dessa política do silêncio – o silêncio local, configura a “interdição do dizer” (ORLANDI, 2007, p. 74), interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas. É preciso considerar essas diferentes formas do silêncio como interligadas e não como “categorias” em separado, bem como saber separar as diferentes conceituações de censura que podem surgir nesse espaço. Não nos interessa dados quantitativos (estatísticos) sobre a censura, mas sim efeitos presentes nas marcas discursivas dessas materialidades. Esse posicionamento demonstra a necessidade de se estabelecerem ligações com as condições de produção desses discursos *sobre* o gaúcho, de maneira a romper com uma observação que leve em conta os “indivíduos” (em AD pensamos sempre em sujeitos, visto que – e acompanhando as considerações de Louis Althusser – os indivíduos desde sempre são interpelados ideologicamente: “os indivíduos são sempre/já sujeitos” (ALTHUSSER, 2012, p. 98)) e os textos, como fim em si mesmos, fechados, homogêneos. Aliás, essa ilusão de unidade “é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo” (ORLANDI, 2007, p. 19).

Práticas discursivas a partir de recortes: considerações analíticas

Desenvolveremos aqui algumas reflexões a partir de dois recortes – intitulados “Assim é o Rio Grande” (recorte 1 – R1) e “Porto Alegre e o laçador” (recorte 2 – R2), sendo que ambos os recortes circularam no jornal *Zero Hora* do mês de setembro de 1969 (dias 20 e 13, respectivamente). Seleccionamos sequências discursivas (SDs) que nos possibilitem observar as imagens de gaúcho presentes nesses processos discursivos.

Primeiro recorte (R1)

Nosso primeiro recorte é apresentado como lugar de divulgação de uma viagem do representante tradicionalista Paixão Côrtes ao Recife. Para pensarmos as práticas nessa materialidade discursiva, seleccionamos as seguintes SDs:

- (01) O Estado de Pernambuco verá uma exposição sobre o Rio Grande do Sul. / O apresentador será o poeta e compositor tradicionalista Paixão Côrtes, que seguiu ontem para Recife. Constam do programa, apresentação de “slides”, gravações, declamações, contos e músicas do folclore gaúcho.
- (02) Na televisão e Clube Português, Paixão Côrtes apresentará um “show” denominado “Assim é o Rio Grande”. / Sua missão maior será a divulgação da carne ovina, através de receituário e promoções que fará. Também fará divulgações sobre a importância do chimarrão e do vinho para a economia do Estado, através de cartazes e projeções de “slides”. Em seu programa constam demonstrações de como se faz um bom churrasco com os diversos tipos de carne.
- (03) Paixão Côrtes faz questão de afirmar que sua missão é cultural. “Não só de canto e declamação, mas também exporei as diversas implicações do folclore e das tradições gaúchas na economia e indústria do Estado”.

Nessas SDs, podemos observar uma movimentação que busca compor uma unidade de gaúcho, a única possível, na busca de uma afirmação dessa imagem homogênea ante os demais estados brasileiros. “Assim é o Rio Grande” aparece não apenas como título da coluna/reportagem do jornal, mas é o nome dado ao “show” que o tradicionalista Paixão Côrtes apresenta, ou seja, o sujeito designado tradicionalista se coloca como “embaixador” (“Paixão Côrtes faz questão de afirmar que sua missão é cultural” (03)) dos gaúchos, autoridade para dizer como as coisas são no Rio Grande. Podemos explicitar aqui em funcionamento um jogo de forças que busca salientar, opor-se aos demais estados, se colocar em um lugar diferente (o sujeito tradicionalista a viajar para Recife para mostrar como se faz), trazendo à memória a resistência dos republicanos contra o resto do Brasil (Imperial). As marcas discursivas o “Estado de Pernambuco” (01), “a importância [...] para a economia do Estado” (02) e “na economia e indústria do Estado” demonstram na sua regularidade, a oficialidade dessa divulgação, sendo esse também um momento que serve para atender às demandas do mercado capitalista. Além do interesse econômico em questão, demonstrado no destaque dado aos produtos que devem ser consumidos pelo povo gaúcho para que se seja, na visão tradicionalista, gaúcho, está imbricada uma questão que se coloca como cultural. O que seria cultura para um tradicionalista como Paixão Côrtes? O que a proximidade entre um movimento tradicionalista – que se desenvolve nesse período – e esse Estado totalitário pode estar mobilizando (em comum)? O que leva o líder tradicionalista a passar o “dia do gaúcho” (20 de setembro) longe do Rio Grande do Sul? É interessante notar um dos espaços onde Paixão Côrtes “atua” nessas suas apresentações: O “Clube Português”² (02) de Recife... Um “farrapo” a “comemorar” o aniversário da “Revolução” junto aos portugueses? A prática tradicionalista aqui busca reforçar o mito do gaúcho, a imagem hegemônica do gaúcho como sul-rio-grandense e brasileiro, formação discursiva dominante, sobrepondo às outras imagens, o que o mundo civilizado considera como qualidades: a honra, o patriotismo, o apego pelo que considera ser a “sua” cultura.

Segundo recorte (R2)

No segundo recorte, o espaço jornalístico desenvolve, em sua prática de evidência, uma interessante relação entre o crescimento urbano da cidade de Porto Alegre, e o que o autor vai chamar de “tribal”. Selecionamos as seguintes sequências discursivas:

² Ao buscarmos informações sobre o Clube Português, encontramos, em seu estatuto o seguinte item, Das Finalidades (art2; §III): “contribuir para estreitar as relações de amizade e o desenvolvimento cultural da comunidade luso-brasileira”. Disponível em: <http://www.clubeportuguesdorecife.com.br/2009/ESTATUTOS_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

- (01) Porto Alegre cresce num ritmo rápido e, como toda a grande metrópole, vai triturando hábitos, costumes e lealdades que pertencem ao passado. Toda uma estrutura de comportamento teve que ser refeita para enfrentar a nova modalidade de vida que a cidade moderna exige. Harvey Cox, professor da Universidade de Harvard, quando analisa a vida cidadina, destaca “o conflito entre os costumes da família e a lei da cidade; entre os laços de sangue e a justiça mais impessoal da **polis**” (grifo do autor).
- (02) [...] a influência desse passado recente está se desgastando frente às exigências da vida metropolitana. / O professor Harvey Cox, ao estudar a psicologia urbana, toma a tragédia de Sófocles, Antígona, como exemplo do conflito entre o passado tribal e os novos valores cidadãos. / Para ele, o corpo insepulto é o que resta de um traidor que foi condenado pelas leis da cidade. Antígona, na interpretação de Cox, é símbolo da dolorosa transição entre a condição tribal e a vida urbana. Essa transição é a experiência diária que se vive em Porto Alegre.
- (03) A estátua do Laçador, quase em frente ao aeroporto, é símbolo de um passado tribal, onde a pecuária era a economia de sustentação e os laços de família e amizade a estrutura básica do antigo meio social. A cidade é universal, tem mil símbolos porque resultou do amálgama de muitas culturas que nela se superpõem e terminam por se mesclar. No entanto, se não tivesse existido o laçador, a cidade cosmopolita e universal não poderia ter surgido.

Mesmo sem dizer o gaúcho, encontramos nesse segundo recorte práticas discursivas sobre ele. Nas movimentações entre o que é dito e o não dito, encontramos, já no título referência ao “laçador” (03), e perguntamos: o que teria feito o autor falar em laçador, em “passado tribal” (01, 03) e evitar a palavra gaúcho? O mesmo ocorre quando ele evita a palavra tradição, optando por “lealdade” (01). Como afirmamos anteriormente, não temos acesso a um imaginário “do gaúcho”, mas sim de um imaginário que se forma “sobre o gaúcho” através do olhar do homem urbano. Para pensarmos as questões do urbano e do não urbano, em um espaço que busca consolidar uma imagem de gaúcho, a do mito, precisamos considerar como esse espaço funciona na constituição dos sujeitos e de suas identidades. Zoppi-Fontana coloca que essas

[...] discursividades [...], através das evidências nelas construídas e pela sua inscrição no senso comum, chamam o sujeito a ocupar seu lugar no tecido urbano, interpelando-o sob a modalidade de um *dever ser* a partir do qual se legitima seu *poder estar*. (1999, p. 63)

Ao indicar o laçador como “símbolo” do “passado tribal” (02), o autor reproduz a imagem do mito, mas, em seu texto, existem diferentes posições-sujeito – que correspondem a diferentes formações discursivas. O termo tribal poderia resgatar uma memória que não teria uma ligação com os sentidos “cristalizados” no mito? O autor cita o nome do “professor Harvey Cox”, tendo por base os estudos realizados por ele. Esse professor, autor da obra *A cidade do homem* (editada no Brasil em 1968 pela editora Paz e Terra), influenciou diretamente o desenvolvimento da teoria da libertação. Essa teoria serviu como fundamentação teórica para que grupos de religiosos católicos organizassem uma tentativa de resistência ao regime. Ele acaba por trazer para um espaço da formação discursiva dominante, saberes que se constituem em oposição, de outras formações discursivas. Os conflitos que “a transição entre a condição tribal e a vida urbana” (02) passam pelo que o autor diz: o laçador “é símbolo de um passado tribal” (03) em contraponto à cidade que “é universal, tem mil símbolos”. Mas, ao finalizar seu texto, escreve o autor: “No entanto, se não tivesse existido o laçador, a cidade cosmopolita e universal não poderia ter surgido” (03). É um conflito entre a unidade, o homogêneo da tradição, termo o qual o autor evita, e o heterogêneo, os mil “símbolos” da cidade. Como o autor está a se posicionar nesse

conflito? Há uma contradição entre o silenciar do autor em relação ao gaúcho, à tradição, e a afirmação “se não tivesse existido o laçador, a cidade cosmopolita e universal não poderia ter surgido” (03), que encerra o texto. O discurso jornalístico trata de colocar o não urbano como parte do urbano. Estar escrevendo em um espaço que tem como proposta o fortalecer da imagem do mito do gaúcho – formação discursiva dominante – poderia ter causado a interdição – silenciamento – desse sujeito a falar sobre esse gaúcho?

Considerações finais

Podemos estabelecer, a partir das questões levantadas, as relações entre os nossos dois recortes. Esse olhar urbano sobre o gaúcho do discurso jornalístico apresenta movimentações que buscam a afirmação, o reforço da imagem idealizada – do mito – do gaúcho. Entretanto, o referencial teórico e metodológico que mobilizamos possibilitou um rompimento com as evidências desse espaço de homogeneização, exemplificando o funcionamento do discurso como efeitos de sentido que estão instáveis, em movimento: “o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, pois ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas” (ORLANDI, 2007, p. 22). Quanto mais se busca reforçar essa imagem “única” de gaúcho, mais aparecem as contradições, as falhas, constitutivas dos sujeitos e dos discursos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1985]. 128 p.
- AMORIM, P. Porto Alegre e o laçador. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 13 set. 1969.
- CLUBE PORTUGUÊS DO RECIFE. Estatutos do “Clube Português do Recife”. Recife, 2009. Disponível em: <http://www.clubeportuguesdorecife.com.br/2009/ESTATUTOS_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.
- GOLIN, T. *Fronteira*. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002. 400 p.
- HOUAISS. *Dicionário eletrônico de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- INDURSKY, F. Formação Discursiva: Ela ainda merece que lutemos por ela?. In: II SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2005. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/freda.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2013.
- MARIANI, B. *O Comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Estudos da Linguagem) – Universidade de Campinas, Campinas.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 184 p.

_____. Apagamento político na ciência: notas à história da análise de discurso. Fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo. In: ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 13-35.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001. 218 p.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-56.

_____. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2012.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da análise de discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Org.). *Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.

_____. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Teorias do texto e do discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VASCONCELOS, A. Assim é o Rio Grande. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 20 set. 1969.

ZOPPI-FONTANA, M. Um estranho no ninho: entre o jurídico e o político, o espaço público urbano. *RUA Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade*, Campinas, n. especial, p. 53-65, 1999.

ANEXOS

Athos de Vasconcelos

ASSIM É O RIO GRANDE

O Estado de Pernambuco verá uma exposição sobre o Rio Grande do Sul, através de programa que será iniciado neste fim-de-semana na TV Rádio Clube de Recife e no Clube Português. O apresentador será o poeta e compositor tradicionalista Paixão Côrtes, que seguiu ontem para Recife. Consta do programa, apresentação de "slides", gravações, declamações, contos e músicas do folclore gaúcho. Paixão Côrtes permanecerá no Nordeste até o dia 22, havendo possibilidades de novas apresentações além das já programadas.

PROGRAMA

Na televisão e Clube Português, Paixão Côrtes apresentará

um "show" denominado "Assim é o Rio Grande". Depois que milita nos meios folclóricos do Estado, esta é a primeira vez que passa uma data Farrroupilha fora do Rio Grande do Sul. Em sua bagagem, o conhecido homem de rádio e televisão do Sul, levou muitas lembranças da terra, que serão distribuídas no Nordeste. Sua missão maior será a divulgação da carne ovina, através de receituário e promoções que fará. Também fará divulgações sobre a importância do chimarrão e do vinho para a economia do Estado, através de cartazes e projeções de "slides". Em seu programa constam demonstrações de como se faz um bom churrasco com os diversos tipos de carne. Paixão

Côrtes faz questão de afirmar que sua missão é cultural. "Não só de canto e declamação, mas também exporei as diversas implicações do folclore e das tradições gaúchas na economia e indústria do Estado". Na volta de Recife passará em São Paulo para gravar seu terceiro "long-play" para a "Philips", que terá como músicas mais importantes, "Vida de Peão", "400 Pirús", "Não Espalha", "Negrinho do Pastoreio" e "Três Danças", todas do folclore gaúcho.

paralelo

PAULO AMORIM

PÔRTO ALEGRE E O LAÇADOR

Pôrto Alegre cresce num ritmo rápido e, como toda a grande metrópole, vai triturando hábitos, costumes e lealdades que pertencem ao passado. Toda uma estrutura de comportamento teve que ser refeita para enfrentar a nova modalidade de vida que a cidade moderna exige. Harvey Cox, professor da Universidade de Harvard, quando analisa a vida cidadina, destaca «o conflito entre os costumes da família e a lei da cidade; entre os laços de sangue e a justiça mais impessoal da polis».

Nesse grande cadinho de raças e culturas em que se transformou a capital gaúcha, já se percebe o aparecimento de uma nova concepção de vida. Por certo que coexistem passado e presente. Muito do que é típico da vida provinciana onde o existir transcorre com mais calma e os laços de sangue e ami-

zade são encarados como compromissos mais atuantes, pode ser localizado nos mais diversos setores da cidade. Ainda assim, a influência desse passado recente está se desgastando frente às exigências da vida metropolitana.

O professor Harvey Cox, ao estudar a psicologia urbana, toma a tragédia de Sófocles, Antígona, como exemplo do conflito entre o passado tribal e os novos valores citadinos. Antígona, ao exigir que o corpo do irmão, Polígenes, seja enterado com todas as honras das cerimônias fúnebres, defende o antigo dever dos laços consanguíneos. O rei Creon representa a polis. Para ele, o corpo insepulto é o que resta de um traidor que foi condenado pelas leis da cidade. Antígona, na interpretação de Cox, é símbolo da dolorosa transição entre a condição tribal e a vida urbana.

Essa transição é a experiência diária que se vive em Pôrto Alegre. A técnica permite que a cidade possa crescer até limites gigantescos. Para que isso ocorra, exige transformações que afetam profundamente seus habitantes. A estátua do Laçador, quase em frente ao aeroporto, é símbolo de um passado tribal, onde a pecuária era a economia de sustentação e os laços de família e amizade, a estrutura básica do antigo meio social. A cidade é universal, tem mil símbolos porque resultou do amálgama de muitas culturas que nela se superpõem e terminam por se mesclar. No entanto, se não tivesse existido o laçador, a cidade cosmopolita e universal não poderia ter surgido. Reside aí a validade do passado e seus símbolos.

O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de torneir suas contradições

(El discurso sobre la vejez y los intentos del capital en bordear sus contradicciones)

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

helsonf@gmail.com

Resumen: Este trabajo elige la categoría contradicción para comprender la dialéctica del discurso que se inscribe en el movimiento de reproducción/ transformación de sentidos de vejez en la sociedad capitalista. A partir del análisis de materialidades discursivas que hablan de la vejez e intentan reconfigurar determinados sentidos, constatamos el encubrimiento de conflictos ideológicos determinantes en la actual coyuntura histórica, por ejemplo: crisis del capital, crisis de la seguridad social y desempleo estructural. Comprendemos a través de este estudio que el funcionamiento del discurso sobre la vejez, en el intento de bordear las contradicciones del sistema capitalista, adquiere un carácter paradójico y actúa, contradictoriamente, en la interpelación del sujeto, reproduciendo una discursividad repleta de las “mejores intenciones”, es decir, de “comunicar” y, al mismo tiempo, “no comunicar” a los sujetos de la “mejor edad”.

Palabras clave: Discurso; vejez; contradicción.

Resumo: Este trabalho elege a categoria contradição para compreender a dialética do discurso que se inscreve no movimento de reprodução/transformação de sentidos de velhice na sociedade capitalista. A partir da análise de materialidades discursivas que falam da velhice e tentam reconfigurar determinados sentidos, constatamos o recobrimento de conflitos ideológicos determinantes na conjuntura histórica atual, tais como: crise do capital, crise da previdência e desemprego estrutural. Comprendemos, neste estudo, que o funcionamento do discurso sobre a velhice, na tentativa de torneir as contradições do sistema capitalista, adquire um caráter paradoxal e atua, contraditoriamente, na interpelação do sujeito, reproduzindo uma discursividade repleta das “melhores intenções”, ou seja, de “comunicar” e, ao mesmo tempo, “não comunicar” aos sujeitos da “melhor idade”.

Palavras-chave: Discurso; velhice; contradição.

Introdução

Analisar como os sentidos de velhice são tomados como “evidências” (naturais) e são produzidos e reproduzidos sócio-historicamente tem sido, nos últimos anos, o nosso grande desafio de investigação. Por isso, não poderíamos deixar de dizer nesta introdução que o presente artigo é apenas uma parte da pesquisa que atualmente desenvolvemos, cujo foco de reflexão é o trajeto de sentidos sobre a velhice na sociedade capitalista brasileira.

Para viabilizar essa proposta de estudo, temos trabalhado com os fundamentos da Análise do Discurso (AD). Em nosso percurso de análise, elegemos a categoria contradição para compreender a dialética do discurso que se inscreve materialmente no movimento de reprodução/transformação das relações de produção.

É importante lembrar também que, dessa posição teórica e metodológica, e sobretudo política, compreendemos os sentidos como parte das contradições históricas, pois elas determinam a representação social da velhice para os sujeitos em sociedade. Portanto,

tomamos como pressuposto para este estudo a existência de relações sociais determinadas sustentadoras das condições em que vivem os velhos/idosos, bem como do próprio dizer e/ou não dizer sobre a velhice, que, em sua formulação discursiva, se efetiva, dialeticamente, nas práticas sociais.

A dialética do discurso

Como foi dito, seguimos a filiação teórica e metodológica da Análise do Discurso (AD) que trabalha com a relação *contraditória* entre *língua, história, sujeito e ideologia*. Assim, vale destacar que esse quadro teórico e metodológico se fundamenta no entremeio¹ de três áreas do conhecimento: o Materialismo Histórico, com a teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia; a Linguística, com a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a Teoria do Discurso, com a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. As três áreas estão atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163).

Para Michel Pêcheux, o fundador da AD, a Análise do Discurso compreende que o sentido não existe em si mesmo, pois sofre o efeito da determinação das posições ideológicas em jogo nos processos sócio-históricos. Por isso, nesta pesquisa, tomaremos o discurso enquanto produção de efeitos de sentido e mediação entre os sujeitos, cuja base está nas relações históricas de produção/reprodução/transformação das condições de produção.

Tendo em vista que a história resulta das práticas sociais dos sujeitos, a Análise do Discurso leva em consideração a raiz do fazer e fazer-se dos homens, pois a forma de ser dos sujeitos e a produção do discurso resultam das relações materiais que eles praticam, ou seja, da produção material da própria vida, onde se estabelecem relações determinadas que constituem a produção de sentidos. É por esse caminho que pretendemos apreender as condições histórico-concretas da produção do discurso sobre a velhice, para compreender como a velhice é discursivizada em seu processo histórico e dialético.

Como sabemos, a relação entre o dizer e as condições de produção sustenta o pressuposto da AD de que os sentidos nunca são literais, pois são determinados pelas relações sócio-históricas que, em movimento, dão à palavra, em sua forma, sentidos possíveis. Cabe, pois, esclarecer que entendemos “forma” enquanto forma material, assim como Orlandi (2001) assevera:

Na linguística o material linguístico conta, enquanto forma, em sua capacidade abstrata de definir-se pelo sistema. Para a Análise de Discurso, o sistema é um sistema signifiante, capaz de falhas, que, para cumprir-se em seu desígnio de significar é afetado pelo real da história. É um sistema pensado no funcionamento da língua com homens falando no mundo. É nessa conjuntura teórica que proponho trabalhar a noção de forma material: acontecimento do signifiante (estrutura) no sujeito, no mundo. (ORLANDI, 2001, p. 40)

Desse modo, é possível compreender que uma forma linguística pode ser a mesma, mas, a depender das condições históricas, produzirá efeitos de sentidos diferentes, ou

¹ Segundo Orlandi (1996, p. 23-25): “Uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente [...]. A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”.

mesmo completamente antagônicos. Desse modo, é possível dizer a mesma palavra (“velhice”, por exemplo) e produzir sentidos distintos, bem como, inversamente, é possível dizer palavras diferentes (“terceira idade”, “melhor idade”) e produzir sentidos semelhantes. A língua, em sua equívocidade, entra nesse jogo complexo permitindo, sobretudo, a materialização do discurso ao se inscrever nas relações históricas e ideológicas.

Em nossa investigação, buscamos afirmar que são as práticas históricas que permitem a produção de sentidos sobre a velhice, pois sem elas o sentido seria estável e fechado, ou mesmo não existiria. Daí o caráter processual do sentido (efeitos de sentido), implicando movimentos, desdobramentos e transformações dos gestos de interpretação² que ideologicamente são produzidos sobre a condição/vivência do “velho/idoso” na sociedade brasileira.

No caso em estudo, temos como pressuposto que os sentidos produzidos sobre a velhice movem-se nas **contradições das relações sociais capitalistas**. A forma de ser dessa sociedade, que tem por lógica transformar tudo em mercadorias, tem implicações fortes na constituição dos sujeitos e dos discursos. Assim, o discurso está sempre imbricado com os interesses e posições de classes que atravessam e regem os ditos e os silenciamentos, pois as palavras “são atravessadas de silêncio” (ORLANDI, 2002, p. 14). Ao direcionar esse olhar para a nossa questão, podemos dizer que há no discurso sobre a velhice modos de apagar/silenciar outros sentidos possíveis; isso fica a cargo das relações e conflitos históricos, do funcionamento da ideologia no sujeito e para os sujeitos, do caráter material da língua e de sua incompletude.

Como nos ocuparemos do funcionamento do discurso sobre a velhice e dos seus trajetos sociais de sentidos, é preciso entender que sujeitos e produção de sentidos possuem determinações sócio-históricas. Retomando Pêcheux (2002):

Não se trata de pretender que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independentemente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um **efeito** dessas filiações e um **trabalho** [...] de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 2002, p. 56. Grifos nossos)

De fato, como pressuposto desta pesquisa, podemos afirmar que os sentidos de velhice que têm circulado (re)velam os interesses em jogo no sistema capitalista. Desse modo, retomar a questão do discurso sobre a velhice e as **contradições** da sociedade capitalista na determinação dos sentidos permite volver o olhar para os conflitos sociais e embates históricos da atualidade em seu processo dinâmico e contraditório, dialeticamente, **efeito e trabalho** nas relações sociais de produção.

Nessa mesma linha de raciocínio, consideramos que, longe de pensar a **contradição** como se fosse uma categoria formal, Pêcheux (1997, 2002) buscava, no aprofundamento do estudo das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção, compreender o funcionamento dos processos discursivos enquanto **efeito e trabalho** das/nas

² “O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (ORLANDI, 1996, p. 18).

práticas sócio-históricas. A nosso ver, esse posicionamento (teórico e político) permite retomar o materialismo histórico e dialético na AD e fundamentar a reflexão sobre as práticas discursivas e suas condições históricas de produção. Assim como Pêcheux, “pensamos que uma referência à História [...] só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se podem chamar as ‘práticas lingüísticas’” (PÊCHEUX, 1997, p. 24).

Referir-se à História, numa perspectiva materialista, é compreender que os sujeitos estabelecem determinadas relações entre si e com a natureza – essa é a base material de existência de toda sociabilidade humana. Reconhecer esse pressuposto na AD é atentar para o fato de que o real do discurso está justamente nas suas determinações histórico-sociais; isso exige fazer referência à base material da sociedade capitalista que, fundada na divisão e exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção, torna tudo mercadoria, inclusive o próprio sujeito.

Nessa perspectiva, o movimento do discurso é um processo dialético. Eis, finalmente, a dialética do discurso: **efeito e trabalho**. Por isso, os efeitos de sentidos precisam ser tomados como processo dinâmico e contraditório de reprodução/transformação, pois surgem e, conseqüentemente, atuam nas lutas sociais antagônicas, manifestando-se, dialeticamente, nos espaços que Pêcheux chamou de campos paradoxais.³ No caso em estudo, o discurso sobre a velhice adquire esse caráter paradoxal, porquanto manifesta “tentativas” determinadas de reconfiguração de sentidos como forma de tornear/contornar as contradições do sistema capitalista.

Discurso e velhice: reformulações de sentidos e contradições históricas

O processo de produção de sentidos é bastante complexo, pois engloba permanências, mudanças e transformações. No entanto, determinados sentidos parecem “estáveis” e até mesmo, dissimuladamente, “resistentes”. É sobre esse efeito ilusório de estabilidade do sentido que pensamos como as práticas ideológicas de evidência produzem a aparência de um mundo “semanticamente normal” (PÊCHEUX, 2002). Trata-se, pois, da ilusão da transparência da linguagem que possibilita até mesmo que o sujeito naturalize a relação entre palavra e coisa, apagando, em decorrência, o caráter político e ideológico do discurso.

Um aspecto importante para compreender esse movimento é atentar para o movimento de paráfrase e polissemia. Em nossas pesquisas temos encontrado reformulações no discurso sobre a velhice, o que permite quebrar a ilusão de pensar a significação como sempre a mesma, pois não se trata de “uma simples repetição”, mas de reformulação que repete e atualiza, mexe na memória, desloca e faz rearranjos nas filiações de sentido.

Para Orlandi (2000, p. 20), a paráfrase e a polissemia (o mesmo e o diferente) são dois grandes funcionamentos da linguagem e processos constitutivos, pensados conjuntamente, ou seja, “O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas/matriz da linguagem”. Por sua vez, “O processo polissêmico é

³ Aqui estamos nos referindo à tensão produzida nos processos de deslocamento de sentidos que Pêcheux chamou de “objetos paradoxais” – idênticos e antagônicos: “Esses objetos (sob o nome de Povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade...) paradoxais funcionam em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis” (PÊCHEUX, 2011a, p. 115).

o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem)”.

Todo discurso se constitui a partir de uma memória, retomada de ditos anteriores em condições outras que são trazidos à atualidade enquanto “repetição” – e ao mesmo tempo – com diferenças significativas, expondo pontos de derivas, uma vez que as condições de produção não são mais as mesmas. Pela paráfrase o dito se repete, tenta ancorar e estabilizar sentidos, mas, simultaneamente, atua o processo polissêmico que fecunda as derivas e rupturas, possibilitando mudanças e/ou transformações. No movimento do mesmo (paráfrase) ocorre o deslocamento, o deslize de sentidos (polissemia). Assim, percebemos que o discurso é aberto, estando em permanente processo.

Em função disso, o processo discursivo é aqui pensado como movimento, reformulação do discurso que se efetua nas práticas históricas. Na prática de dizer o mundo, os sujeitos e os sentidos se constituem simultaneamente. Não há sentido natural, nem mesmo sujeitos prontos, dos quais se esperariam determinadas atitudes e práticas, pois sentidos e sujeitos se constituem nos processos históricos.

Aprofundaremos nossa reflexão a partir de materialidades discursivas retiradas de um comercial que circulou no ano de 2012. Veiculado na mídia televisiva, o comercial buscava divulgar o “Projeto Velho Amigo” – uma associação sem fins lucrativos de amparo ao idoso –, com a missão de “contribuir para a cultura de inclusão do idoso, assegurando seus direitos e valorizando a sua participação na sociedade”.⁴

Na propaganda – em um movimento retrospectivo produzido pelo uso de tecnologias –, a imagem de um “velho” é transmutada na imagem de um “jovem” que dizia, por fim: “Não dá para voltar atrás. Só assim, num comercial”.

(1)



O exame dessa materialidade discursiva leva-nos a sublinhar que estamos pensando também a produção de sentidos no entrecruzamento da materialidade verbal e da não verbal, e, sobretudo, levando em consideração as determinações históricas e ideológicas que perfazem os dizeres, cuja temática é a velhice em seus trajetos sociais de sentidos.

Seguiremos também com a transcrição dessa propaganda para problematizar ainda mais o gesto de leitura-interpretação dessa materialidade discursiva que se mostra transparente e, ao mesmo tempo, opaca:

4 Cf. *site*: <www.velhoamigo.org.br>. Acesso em: jun. 2012.

(2) VELHO!

Pra algumas pessoas é alguém que já deu o que tinha de dar na vida.

Coitados. Não dos velhos, mas dos que pensam assim.

Velho é ser sábio. É ter a paciência do mundo para ouvir e aconselhar.

Velho é ter a malícia dos jogadores experientes que sabem qual a bola boa de ir atrás.

A gente quer dar um novo significado à palavra VELHO.

Que essa palavrinha tenha o seu exato sentido na expressão: “Velho Amigo”, algo precioso, indestrutível, que perdura.

Daí, se você tiver sorte na vida, mas muita sorte mesmo, você vai virar um Velho.

Não dá para voltar atrás. Só assim, num comercial.

Projeto Velho Amigo. Desde 1999 contribuindo para assegurar os direitos e a inclusão do Idoso.

Apoie. Respeite. Valorize.

Porque velho é o seu preconceito.

Nessa materialidade discursiva encontramos dizeres que sinalizam uma tentativa de reconfigurar os sentidos de velhice, numa construção discursiva do tipo: “Velho não é Y, velho é X”. Esse processo – afetado pela historicidade do sentido – faz pensar que é possível mudar determinados sentidos apenas pela “intencionalidade” do sujeito, afirmando: “a gente quer dar um novo significado à palavra VELHO”.

Esse posicionamento, diríamos até “estrategista”,⁵ parece implicar uma substituição de sentido “negativo” de velhice (como aquele “alguém que já deu o que tinha de dar na vida”) pelo, mediante o efeito de deslize, sentido de “velho” como detentor da “sabedoria e experiência”. Para isso, o discurso retoma uma memória na tentativa de reformular os efeitos, “dar um novo significado”, mediado por outro discurso que se manifesta com caráter semelhante a um dizer pedagógico e próximo do autoritário: “Apoie. Respeite. Valorize”.

Diante dessa materialidade discursiva é preciso ainda polemizar, pois, na tentativa de controlar o caráter polissêmico da palavra “velho”, o sujeito se pensa livre, mas já está inscrito em uma formação discursiva que o autoriza e/ou potencializa o seu dizer e/ou não dizer sobre a velhice. Como “as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são ‘máquinas de aprender’ (PÊCHEUX, 2002, p. 54), compreendemos também que essa tentativa de controle de sentidos é algo revelador da existência da tensão dialética (contradição) no real do discurso, ou seja, uma manifestação da não transparência da linguagem e da não neutralidade do discurso nas relações históricas e ideológicas.

Como todo discurso é uma prática sócio-histórica, seu jogo estratégico se organiza por meio de um enunciado que parece ter se estabilizado no social: “porque velho é o seu preconceito”. É preciso seguir essa pista e analisar, observando que esse enunciado retoma um já-dito da campanha de vacinação dos “idosos” do Ministério da Saúde no

5 Segundo Pêcheux (2011b, p. 291), “A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito”.

governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seu segundo mandato (1999-2002), que também trazia fotos de pessoas famosas e o seguinte *slogan*:

(3)



Esses dizeres, de diversos lugares sociais e de semelhantes e distintas filiações ideológicas, materializam, em suas posições sujeito, a complexidade do processo discursivo da/sobre a velhice em suas relações dissimétricas constitutivas da práxis social. Essa tentativa de lançar sentidos “novos”, visando à redefinição da “velhice”, tem uma inscrição sócio-histórica contraditória que se efetiva na dinâmica da sociedade capitalista, capaz de agitar as filiações de sentidos para adequá-las aos interesses mercadológicos.

Para se chegar a essa compreensão, é preciso passar por mediações da prática discursiva e entender que esse dizer – “velho é o seu preconceito” – cumpre uma função nas lutas ideológicas. Tal função consiste em manter/reproduzir os interesses dominantes, recobrando a desigualdade social e silenciando que esse “velho” é um trabalhador e, sobretudo, que a lógica capitalista tem uma posição impiedosa diante da existência do “velho” na sociedade. Segundo Silva Sobrinho (2007, p. 20):

É na conjuntura de uma sociedade que preza pela reprodução do capital – como diz Marx (1985), sociedade que objetiva, sobretudo, a extração de mais-trabalho, subordinando assim o homem ao capital –, que aflora então um discurso essencialmente contraditório, pois considera o “velho/idoso” como digno de respeito, sinalizando uma nova moral, redefinindo novos valores e novos comportamentos, mas simultaneamente persiste na ênfase de negatividade, pois o ‘velho/idoso’ continua a ser considerado, primordialmente, como inativo, improdutivo.

Diante desse quadro, podemos dizer ainda que a “tragédia da velhice”, como diz Beauvoir (1990) em seu estudo sobre a velhice, é produto desse sistema social de exploração, pois, “no mundo capitalista, o interesse a longo prazo não conta mais [...]. A economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz. Depois, é jogado fora”. (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

Esses apontamentos nos levam a pensar sobre o sistema capitalista e sua exploração de trabalho que torna tudo mercadoria, inclusive o próprio sujeito, que é “jogado fora” quando “aposentado”, e, ao mesmo tempo, é tido como “culpado” (responsável) pela crise da previdência social, por exemplo. Além disso, a crise no mundo atual tem feito crescer o número de desempregados entre jovens e velhos e tem afetado a constituição do discurso sobre a velhice. Esse discurso, em seu movimento contraditório (parafrástico e polissêmico; efeito e trabalho), vai direcionar e sustentar sentidos em face dos desafios atuais.

Porém o discurso funciona (re)produzindo a evidência de que a questão da velhice se reduz a uma questão de “respeito” ao “velho/idoso”. Dizendo de outro modo, como se os conflitos de sentidos fossem uma questão de “falta de respeito”, pois, na materialidade discursiva, visualizamos um dizer sobre o “preconceito”, forçando e restringindo a mutabilidade dos sentidos de velhice como uma questão de valor moral, atitude subjetivista, e não como gesto de interpretação derivado das práticas materiais e ideológicas.

Esse movimento contraditório do discurso em sua tentativa de reformulação (“velho é o seu preconceito”) não chega a invalidar os sentidos ainda hoje dominantes de velhice. Pelo efeito de evidência todos nós sabemos quem é velho e o que é a coisa velha. Repetimos tais definições no cotidiano, por exemplo, quando associamos a imagem do homem velho (trabalhador-velho) com “coisa” “antiga”, “usada”, “gasta” e, por isso, “desusada”, “antiquada”, “obsoleta”; e, também, no tratamento de camaradagem e íntimo “meu velho”/ “velho amigo”. Nesse aspecto da reflexão cabe destacar que a palavra “velho” é utilizada em certas circunstâncias de modo pejorativo e, em outras, de modo respeitoso, e assim expressa seu caráter paradoxal que tem perpassado e constituído os sentidos de velhice em nossa sociedade.

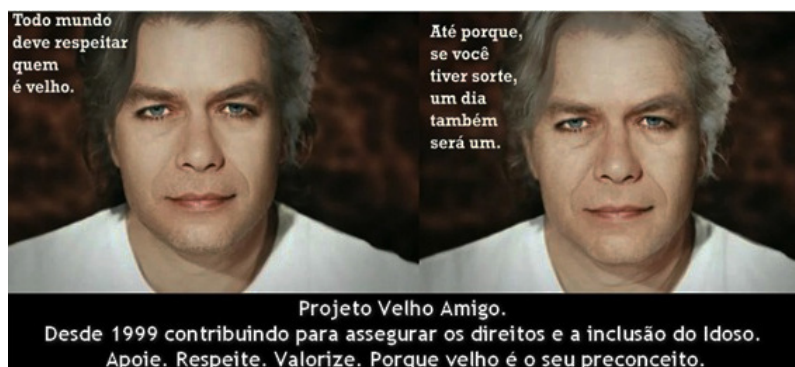
Tomemos o enunciado do início da propaganda – [Velho] “pra algumas pessoas é alguém que já deu o que tinha de dar na vida” – pois retoma algo dito em outro lugar e convoca determinados sentidos – “pessoa inútil” e “gasta” – para significar a velhice e os sujeitos nas relações sociais capitalistas de trabalho. Apenas recuperando a memória discursiva dessa formulação é que se admite tal interpretação. Os efeitos de sentidos atuantes nessa sociedade enfatizam o “velho” como algo que deve ser abandonado e substituído pelo “novo”. Trata-se do efeito ideológico elementar, diria Pêcheux (1997), na constituição do sujeito e dos sentidos, ilusão de origem e de controle do dizer.

Ressurge então a questão da historicidade dessas palavras, pois, como afirma Peixoto (1998), os estigmas classificatórios dos velhos na França e no Brasil revelam que há condicionamentos históricos inerentes a essas denominações. Segundo a estudiosa, na França do século XIX, o termo velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) designava os indivíduos que não detinham estatuto socioeconômico elevado, a saber, os velhos pobres. Já o termo idoso (*personne âgée*) designava os velhos ricos.

Assim, em seu funcionamento, esses termos historicamente reforçavam a exclusão social, uma vez que “a noção de *velho* é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres” (1998, p. 72). A explicação de Peixoto (1998) baseia-se na questão de que as sociedades industriais ressignificam o ciclo da vida pela relação com a produção. Assim, a infância e a adolescência seriam o período de formação; já a velhice seria a idade do repouso, o período do não trabalho.

De modo semelhante, esse funcionamento discursivo também aparece na materialidade abaixo:

(4)



Nos recortes das materialidades discursivas apresentadas para este estudo, o modo como se atribui sentidos à velhice nos chama atenção, particularmente pelo jogo com o equívoco, manifestado na palavra “velho”. Na rede de sentidos, o discurso significa a velhice em tom pejorativo e diz que “todo mundo deve respeitar quem é velho”; ao mesmo tempo, justifica esse “respeito” pelo individualismo ameaçador: “até porque, se você tiver sorte, um dia também será um” – ou seja, não é algo para “todo mundo”. Esse dizer intensifica os sentidos que atendem às necessidades da forma de ser da sociedade capitalista, que prioriza o “novo” em detrimento do “velho”, visa à reprodução da lógica da mercadoria e coisifica o sujeito.

Como acabamos de verificar, o tempo do “não trabalho” (velhice) é coincidente com a aposentadoria, mas também se relaciona com os sentidos de gasto pelo uso, inutilidade e tantos outros que significam a velhice negativamente pela base material da produção.⁶ Por isso, retomando as materialidades discursivas, ao dizer que “velho”: “pra algumas pessoas é alguém que já deu o que tinha de dar na vida.../ velho é o seu preconceito/ Todo mundo deve respeitar quem é velho/ Até porque, se tiver sorte, um dia também será um” –, encontramos vestígios da base material antagonica, expondo as determinações postas pelas relações sociais conflituosas que excluem, desrespeitam e, paradoxalmente, incluem e exigem respeito. Por essa razão, a materialidade discursiva aqui joga com o “(im)possível” deslocamento de sentido, e, em contrapartida, mantém o dizível nas filiações sócio-históricas dominantes, ou seja, não causam rupturas com a ideologia dominante.

Esses vestígios no dizer revelam como os sentidos de velhice são constituídos pelas relações de exploração do trabalho, pois, ao tentar torner os sentidos pejorativos de velhice, falando de “preconceito” e culpando o indivíduo por “seu preconceito”, o discurso atua, contraditoriamente, reproduzindo uma discursividade cheia das “melhores intenções” de comunicar e, paradoxalmente, de não comunicar aos sujeitos da “melhor idade”. Essa discursividade busca recobrir os jogos de interesses ideológicos determinantes desse processo de produção de sentidos na conjuntura histórica atual, pois não está alheia ao processo de produção material da vida.

⁶ “A produção produz o homem não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado tanto espiritual quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimentos de trabalhadores e capitalistas” (MARX, 2004, p. 93).

Considerações finais

O trânsito por esse discurso nos permite constatar que as tentativas de reformulação de sentidos estão intimamente imbricadas com a dinâmica das relações sociais e que o movimento/desdobramento do discurso da/sobre a velhice revela, através de suas contradições, as contradições da sociedade capitalista que se metamorfoseia sem eliminar, em sua essência, a lógica do capital. Certamente, essa prática discursiva tenta demarcar uma “nova” postura para o reconhecimento do sujeito “velho”. Contudo, afetada pela contradição inerente à sociedade capitalista, age na “correção” de comportamentos (“contribuindo para a cultura de inclusão do idoso”) sem agir na raiz da exclusão.

A nosso ver, esse discurso propõe uma “mudança” das relações sociais no princípio do Barão de *Münchhausen*, ou seja, erguendo-se pelos cabelos e esquivando-se a ponto de não tocar na base das contradições do capital. Desse modo, o sujeito trabalhador “velho/idoso” continua, contraditoriamente, a ser considerado um “fardo/coisa”, porque “já deu o que tinha de dar na vida”, e, ao mesmo tempo, como sujeito digno de “respeito”, “velho amigo”. Enquanto isso, as relações de exploração de trabalho, base material das relações antagônicas, continuam a produzir seus efeitos paradoxais nas discursividades.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Ideologia – Aprisionamento ou Campo Paradoxal. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011a.

_____. Ideologia – Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011b.

7 Cf. *site*: <www.velhoamigo.org.br>. Acesso em: jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidades, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA SOBRINHO, Helson. *Discurso, velhice e classes sociais*: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam

(La Préface vue comme une pratique discursive où s'entrecroisent la vie et l'oeuvre de différents auteurs)

Ida Lucia Machado

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos –
Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/FALE/UFMG)

idaluz@hotmail.fr

Résumé: Dans cet article, nous cherchons à expliciter les raisons pour lesquelles nous avons inclus le syntagme, ainsi que quelques concepts issus de la théorie du *Récit de vie*, dans nos recherches analytique-discursives. Nous y proposons une réflexion sur une certaine forme de discours de témoignage: celle d'un théoricien qui a assisté et, a accompagné la naissance et la mise en œuvre d'une théorie linguistique-discursive et qui prend la parole pour la commenter dans une Préface. Cet acte communicatif se montre, d'une part, révélateur du parcours théorique de l'auteur de l'œuvre préfacée, et, d'autre part, laisse aussi entrevoir des marques qui renvoient à la vie académique de l'auteur de la Préface; celle-ci devient un lieu de rencontre de deux *moi(s)* qui dialoguent sur des points communs de leurs vies dans ce bref *espace de parole*.

Mots-clés: Analyse du Discours; préface; parcours académique; récit de vie.

Resumo: Neste artigo, buscamos explicitar as razões que nos levaram a mesclar tanto o sintagma quanto alguns conceitos da teoria de *Narrativa de vida* em nossas pesquisas analítico-discursivas. Propomos aqui uma reflexão sobre uma forma de discurso testemunhal: a do teórico que não só viu nascer, como acompanhou o crescimento e assistiu à criação de uma teoria linguístico-discursiva, e que toma a palavra para comentá-la em um prefácio. Tal ato comunicativo revela, por um lado, o percurso teórico do autor da obra prefaciada e, por outro, deixa entrever marcas que remetem à vida acadêmica daquele que assina o prefácio; este breve *espaço de fala* se torna assim, um lugar de encontro de dois *eus* que dialogam sobre alguns pontos em comum de suas vidas.

Palavras-chave: Análise do Discurso; prefácio; percurso acadêmico; narrativa de vida.

O porquê da narrativa de vida em nossas pesquisas

Como já afirmamos em outros artigos (MACHADO, 2009, 2012), começamos a nos interessar pelas narrativas associando-as à análise do discurso ao ler o livro *Storytelling* (2007), em que o pesquisador francês de Christian Salmon abordou os encantos e perigos da arte de saber contar histórias. Segundo o teórico (2007, p. 11-13), o mundo atual depara-se com uma larga difusão da narrativa sendo usada de um modo um tanto quanto perverso, ou seja, como meio de expressão e estratégia de argumentação em discursos de cunho político.

Este tema começou a nos interessar desde que tomamos conhecimento dos trabalhos de Genette (1983) sobre a *narratologia*, trabalhos elaborados na esteira de pesquisas alemãs e anglo-saxônicas. A citação a seguir sintetiza o rigor da pesquisa *genettiana*:

Com a ajuda de uma tipologia rigorosa, Genette constitui uma poética narratológica, capaz de recobrir o conjunto de procedimentos narrativos utilizados. Segundo ele, todo texto deixa transparecer marcas da narração, cujo exame permitirá que se estabeleça de modo preciso a organização de um relato. A abordagem preconizada se situa naturalmente além do limiar da interpretação e revela uma base sólida [que pode ser] complementar em outras pesquisas em ciências humanas, na área de sociologia, história literária, etnologia e psicanálise (GUILLEMETTE; LEVÈSQUE, 2006, p. 1)¹

Pelo que foi transcrito, vê-se que Genette sempre se preocupou com uma teoria que fosse além de uma simples interpretação de texto, teoria que, de certo modo, desvendasse as manhas e artimanhas do texto narrativo. Mais do que isso, que procurasse *pistas* ou *marcas* deixadas pelo ato narrativo em si.

Avançando em nossos estudos sobre o assunto, vimos que a teoria analítico-discursiva de Charaudeau (1992, p. 631-835) dedica uma larga parte de estudos aos *modos de organização do discurso* e, entre eles, o *narrativo*. Charaudeau (1992) mostra como e por que a narrativa assume diferentes aspectos conforme as situações de enunciação e os sujeitos-narradores. Além disso, na esteira desse linguista, notamos também que a narrativa sabiamente empregada funciona como uma espécie de argumentação e carrega consigo doses de sedução que podem influenciar ou captar a benevolência dos ouvintes ou leitores.

A partir de 2009, quando começamos, efetivamente, nossas pesquisas sobre a narrativa de vida,² notamos que tal terminologia varia conforme a área acadêmica que a acolhe. Em História, fala-se tanto em *história de vida*, *história oral* como em *narrativa de vida*. Em Literatura, os termos biografia e autobiografia são de praxe, e as menções à obra de Philippe Lejeune (1975) uma constante. Além disso, notamos também que o sintagma *récit de vie*, como já mencionado em outros escritos (MACHADO, 2009, 2012) foi difundido na França, na década de 1990, sobretudo pelos escritos do sociólogo Daniel Bertaux (2005).

De modo bem amplo, podemos dizer que tal sintagma foi usado para nomear uma teoria socioantropológica na qual um determinado entrevistado conta para um pesquisador sua vida ou parte dela. Nessa perspectiva, tais relatos são examinados como fonte de dados suscetíveis de revelar ao pesquisador a adaptação (ou não) de imigrantes ao país que os recebe, a formação de novas identidades, o espaço de negociação de si com o outro etc.

O fato é que, ao tomar a palavra para falar de si, o indivíduo se autoconstrói. Como afirma Gerber (2009, p. 266), a avaliação que o pesquisador pode realizar uma vez que as entrevistas são coletadas e analisadas vai fatalmente mostrar que o relato de vida é um meio de se remediar tensões entre as identidades de base e as identidades que vão ser construídas, no caso de uma mudança de vida ou de país. Nesse sentido, acreditamos

1 Trecho original : “À l’aide d’une typologie rigoureuse, Genette établit une poétique narratologique, susceptible de recouvrir l’ensemble des procédés narratifs utilisés. Selon lui, tout texte laisse transparaître des traces de la narration, dont l’examen permettra d’établir de façon précise l’organisation du récit. L’approche préconisée se situe, évidemment, en deçà du seuil de l’interprétation et s’avère plutôt une assise solide, complémentaire des autres recherches en sciences humaines, telles que la sociologie, l’histoire littéraire, l’ethnologie et la psychanalyse”.

2 Projeto de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado *A narrativa de vida como estratégia discursiva* (2009-2013).

que a narrativa de vida ajuda *aquela-que-se-narra* a melhor se definir face ao *outro* pelo trabalho que empreende ao elaborar uma imagem de si que opere uma reunião de suas experiências passadas com seu percurso atual.

Não vamos aqui proceder a um inventário de toda a trajetória da *narrativa de vida*, gênero que começa na Antiguidade Clássica em biografias, cujo objetivo era o de enaltecer os grandes feitos e qualidades de seres nobres, políticos ou heróis. Para isso remetemos o leitor ao excelente artigo de Delphine Burrick (2010), em que a autora realiza uma epistemologia do processo de *se-contar* e dos termos que são a ele ligados.

Confessamos que, sem dúvida alguma, um dos livros que mais nos estimulou a prosseguir tal tipo de pesquisa foi o de Paraná, intitulado *Lula, o filho do Brasil* (2008), cuja primeira edição data de 2002. No livro, a autora dá a palavra a Lula, que, do fundo de suas memórias, recupera e narra seu passado difícil até chegar à Presidência do Brasil. Paraná entrevista também outros membros da família de Lula, que contam suas vidas, de forma simples, sem grandes arroubos. E após a reunião de tais narrativas, divulgadas em quatorze capítulos, Paraná escreve ainda mais quatro que sinalizam alguns caminhos de seu trabalho de pesquisadora. Esses capítulos se revelaram muito úteis para nós e para nossos alunos, analistas do discurso, que trabalham com a narrativa de vida. Entre outras coisas, Paraná (2008, p. 35-486) fala do papel da cultura de pobreza e da cultura de transformação e ressalta sempre o importante papel da *história oral*: foi por meio dela que foi dada a palavra a tantos seres humildes que nunca seriam objeto de estudos há alguns séculos atrás. A história resgata a voz dos humildes abafada pela voz dos dominantes.

Recapitulando: foram Genette, Charaudeau, Bertaux, Salmon e Paraná, cada um a seu modo, que, basicamente, nos deram a vontade de trabalhar com *histórias que puxam a memória* de um ser empírico e assim revivem um tempo já passado. Como nosso campo de trabalho é o discurso, optamos por utilizar o sintagma *narrativa de vida*³ em lugar de *autobiografia*, termo que é por vezes utilizado por alguns pesquisadores de nossa área como sinônimo. Nossa escolha indica que levamos em conta que a prática narrativa é, afinal de contas, “aquilo que envolve e vem costurar cada instante, cada situação, e mesmo cada distração” (FAYE, 2010, p. 5).⁴

Entretanto, temos ainda mais duas outras razões para explicar nossa preferência. A primeira é por acreditar que o sintagma *narrativa de vida* se enquadra bem na Análise do Discurso (AD) e, em particular, com uma teoria de AD que muito apreciamos, a semiolinguística, de Patrick Charaudeau. Como já dito (MACHADO, 2010) trata-se de uma teoria compósita que foi construída tendo por base conceitos da linguística discursiva, mas que também se abriu a outros, vindos de universos de saber tais como a sociologia, a antropologia, a etnologia, a psicologia social. Assim, *narrativa de vida* se encaixa mais às análises, ações e considerações de alguns analistas do discurso, já que o sintagma se refere a uma teoria que busca desvelar ou realizar pesquisas sobre o discurso, objeto multifacetado e estudado em tantas outras frentes de pesquisa tais como as supracitadas e também a literatura, a história, a psicanálise etc.

3 Em nossa opinião, tal sintagma pode ser substituído por alguns sinônimos, tais como: *relato de vida*, *história de vida*, *ato-de-se-contar* ou o *falar-de-si*...

4 Trecho original: “C’est cela qui enveloppe et vient coudre chaque instant, chaque emplacement, chaque distraction même”.

A segunda razão dessa preferência só foi por nós descoberta após discussão informal sobre o assunto com o professor William Augusto Menezes, em agosto de 2013. Estávamos ambos justamente preocupados com a identificação do termo *autobiografia* à *narrativa de vida* e vice-versa. Segundo Menezes, cujas palavras buscamos aqui reproduzir, quando falamos em *autobiografia* (ou mesmo *biografia*), de modo geral, mostramos interesse por apenas alguns traços ou aspectos da história de um ser que fala de si e de sua época, o que é de suma importância, é claro; porém, para nós, analistas do discurso, em face do texto desse *ser-que-se-conta*, queremos ocupar-nos também com a narrativa em si, com suas múltiplas estratégias languageiras, conscientes ou inconscientes. Em outros termos, preocupa-nos a prática narrativa com tudo o que ela implica: o fato de contar algo enquanto representação do mundo, do outro, das interações desse sujeito com o mundo e a relação que ele mantém com sua narrativa. É esse ponto preciso que a AD busca ao se apropriar da *memória* enquanto tema de estudos.

Tendo exposto um dos muitos possíveis interpretativos do termo, no próximo segmento mostraremos nossa visão do gênero.

Uma prática discursiva ampla

Este subtítulo revela como vemos atualmente a *narrativa de vida*: como uma prática que pode surgir quando menos se espera, e não somente nos relatos a ela consagrados. Assim sendo, notamos que o gênero não se limita a um contrato estabelecido entre partes bem delineadas, ou seja, a um pesquisador que grava a história de vida de uma determinada pessoa que fala de seu passado, com o objetivo prévio de transcrever esta vida para analisar aspectos sociais ou antropológicos. Nesse sentido, não adotamos a noção de *pacto de leitura* promulgada, desde 1975, por Lejeune. Preferimos a ela a noção de *contrato* (CHARAUDEAU, 1983, p. 50), e contrato que pode ser cumprido, mas também rompido, corrompido, ou mais ainda: transgredido.

A narrativa de vida pode assim surgir de forma nuançada, sutil, sem a presença do pesquisador-entrevistador, em gêneros diversos. Ela pode também irromper em um discurso por uma palavra ou um tom revelador que abre as portas da memória ou do passado daquele que narra. Assim, postulamos que, além das entrevistas destinadas a um fim preciso, ela pode surgir por meio de um poema, da letra de uma canção ou em romances que se constroem à moda da *autoficção*, no sentido que Doubrovsky (2001a, 2001b, 2010) dá ao termo.

Nessa perspectiva, consideramos como exemplos *transgressivos* de narrativa de vida – pois contêm doses de ironia e, de modo sorridente ou triste, parodiam o gênero – poemas como *Auto-retrato*, de Manuel Bandeira (1973) ou *Confidência do itabirano*, de Carlos Drummond de Andrade (2013), além de diversas letras de canções, filmes e histórias em quadrinhos entre vários outros casos.

Vamos aqui destacar um deles. O ato de *falar-de-si* às vezes se imiscui ao *falar-de-seu-trabalho* ou, no caso de intelectuais, ao *falar teórico*. Tal tipo de discurso não contém o objetivo explícito de contar a trajetória de vida de seu enunciador: mas, mesmo assim este a deixa transparecer, por meio das emoções ou de certo tom que é dado, de repente, a esse tipo de discurso. Estamos aqui nos referindo especificamente ao prefácio.

Na verdade, o que é um prefácio? Uma explicação da obra? Um cartão de visitas? Uma caução que um sujeito-comunicante – geralmente prestigiado nos meios onde circulará o livro – concede ao autor? Um prefácio seria a ocasião daquele que prefacia de mostrar seu amplo conhecimento sobre o tema do livro prefaciado? Ou apenas mostrar modestamente sua admiração pelo autor do livro? Um prefácio pode adotar um tom ou um estilo condescendente? Irônico? Brincalhão? Ou ter uma forma pedante, ser sério demais e mesmo desconcertante?

A definição abaixo contempla, de modo geral, às perguntas acima formuladas:

[...] o prefácio responde também a uma expectativa, que está inscrita no contrato comunicacional que o define: ele representa uma caução de *verdade* [...], e para isso exige que alguém (de renome, na medida do possível) o assine; deve colocar o conteúdo da obra dentro de uma problemática mais ampla; permite ao seu autor estabelecer uma relação entre as ideias expostas na obra e suas próprias ideias; deve, enfim, colocar em evidência os pontos fortes do seu conteúdo. (CHARAUDEAU, 1988, p. 5)⁵

Tomando por base tal ponto de vista, observamos que o prefácio é algo que demanda bastante responsabilidade por parte do prefaciador. Não é só isso: demanda dele também conhecimentos amplos e, por vezes, conhecimentos que ultrapassem os do autor prefaciado. Em todo caso, segundo a definição acima, o prefácio não é uma exposição da obra. É um olhar crítico que um teórico, especialista no assunto. O axiológico *crítico* deve ser aqui visto em seu sentido positivo, de *crítica construtiva*. Em caso contrário como haveria a caução por parte do prefaciador?

Por outro lado, notamos também que o prefácio permite um encontro de vozes e, de certa forma, um exercício de esgrima entre elas: o olhar que o autor do prefácio lança sobre a obra é um olhar que vai construí-la, dar a ela mais corpo. Em suma, o gênero aparece como lugar privilegiado para um diálogo entre o autor do livro e a voz por ele convidada para caucioná-lo. Assim agindo, tal voz passa também a fazer parte do livro. Vejamos isso no próximo segmento, a partir de um exemplo real.

Ao meu discípulo, com respeito e carinho

O prefácio escolhido para ilustrar o artigo é o que Bernard Pottier fez para o primeiro livro de Patrick Charaudeau, *Langage et discours* (1983), livro resultante de sua tese de doutorado, orientada por Pottier, defendida em 1977. O livro – dela devidamente adaptado – ficou pronto em 1980, mas só foi publicado três anos depois, em 1983.

Isso é explicado à moda de uma *prière d'insérer*⁶ no final do prefácio em pauta, pelo seguinte enunciado: “Esta obra foi escrita em 1980”. Tal enunciado pareceu-nos curioso a princípio, mas depois necessário. Acreditamos que o autor dessas palavras quis

5 No trecho original: “[...] la préface répond aussi à une attente, qui se trouve inscrite dans le contrat communicationnel qui la définit : elle représente une caution de vérité [...], ce qui exige qu’elle soit signée d’un nom (le plus renommé possible, à la mesure de l’enjeu) ; elle doit situer le propos de l’ouvrage dans une problématique plus large ; elle permet à son auteur d’établir une relation entre les idées exposés dans l’ouvrage et ses propres idées ; elle doit, enfin, mettre en évidence les lignes de force du contenu de l’ouvrage”.

6 Que, na falta de um melhor termo, traduziremos, por uma paráfrase: nota cuja inserção foi solicitada quando do lançamento do livro.

deixar evidente que a opinião daquele que prefaciava o livro pertencia a um determinado *hic et nunc*, o de 1980, e não o de três anos depois.

A primeira visada do prefácio é a de que Pottier, em sua qualidade de intelectual reconhecido e prestigiado pela comunidade linguística da época, apresente o livro de um jovem e ainda pouco conhecido teórico. Assim é o primeiro parágrafo do prefácio:

Para onde se dirige a linguística atual? Esta disciplina serviu há não muito tempo atrás como modelo para outras ciências humanas, em particular na época do desenvolvimento do estruturalismo. Agora, os pesquisadores não se referem mais a ela como antes. Em vez disso tentam se inspirar em outras disciplinas, tais como a biologia, a física, a lógica e a psicanálise. Tal reviravolta mostra os limites do estruturalismo (e não seus pontos falhos) e uma vontade de renovação no âmbito da pesquisa. (POTTIER, 1983, p. 3)⁷

O sujeito-enunciador começa lançando uma questão retórica, o que já anuncia seu estilo de escrever: “Para onde se dirige a linguística atual?”, e seu *atual* seria o ano de 1980, o que explica a nota anexada no ano de lançamento do livro. Como linguista com uma vasta experiência (em fonética, semântica, estudos de línguas hispânicas e sócio e etnolinguística) e, na época do prefácio em questão, detentor de uma excelente posição no mundo da linguística, Pottier sabe responder à questão de modo preciso; aliás, ela aqui aparece como uma delicada estratégia de escritura. Note-se que o discípulo de Pottier (até o ano de 1977), ou seja, Charaudeau, ainda usa muito este processo retórico em seus escritos. E seguidores de Charaudeau, como a autora do artigo, também o utilizam... Esta pergunta força uma pausa no ritmo da escrita e atrai a curiosidade do leitor para a resposta que será dada e que mostrará a posição do autor diante da questão que formula. No presente caso, Pottier divide os caminhos da linguística do seu tempo – e do tempo em que Charaudeau, como linguista, se lançava no palco discursivo:

A linguística parece seguir duas direções bastante opostas, em nossa opinião. Por um lado, notamos a existência de uma linguística que mantém uma descrição segura, reducionista, introvertida, cuja representação mais evidente seria o movimento gerativista estrito, eminentemente sintático, formalista, “puro”, “científico” e do qual o viés semântico, quando existe, é de natureza lógica, independentemente dos contextos. A “frase” é o nível privilegiado destes estudos, frase da língua, destituída das liberdades discursivas. (POTTIER, 1983, p. 3)⁸

Assim, vê-se que a primeira direção da linguística é um pouco ironizada por Pottier: ela corresponderia a uma “descrição segura, reducionista, introvertida” de uma linguística fechada na frase, sem as audácias que o discurso permitirá ao considerar as circunstâncias de produção dos enunciados e os efeitos que sua encenação poderá trazer.

7 No trecho original: “Où va la linguistique aujourd’hui? Cette discipline a servi, il n’y a pas tellement longtemps, comme modèle pour les autres sciences humaines, en particulier à l’époque du développement du structuralisme. A. présent, on ne se réfère plus à elle, mais au contraire des linguistes tentent de s’inspirer d’autres disciplines, telles que la biologie, la physique, la logique et la psychanalyse. Ce renversement montre les limites du structuralisme (et non sa fausseté), et manifeste un besoin de renouvellement de la recherche.”

8 No trecho original: “Celle-ci nous semble aller dans deux directions assez opposées. D’une part, on constate un repli vers une description sécurisante, réductionniste, introvertie, dont le représentant le plus évident est le mouvement générativiste strict, éminemment syntacticien, formalisateur, « pur », « scientifique », dont le volet sémantique, quand il existe, est de nature logique, indépendant des contextes. La « phrase » est le niveau privilégié d’étude, phrase de la langue, délogée des libertés de discours.”

Podemos dizer que, no trecho em pauta, tal direção linguística é sustentada pela voz de um *enunciador-irônico* ou de um *outro* que se introduz no enunciado do qual Pottier é responsável: temos aí um exemplo da polifonia, nos moldes de Ducrot (1984, p. 195). O *enunciador-irônico* ousa ainda denominar esta linguística de *pura e científica*. Mais ainda: ele lembra que o objeto de estudos dessa linguística é apenas a *frase*, isolada do discurso. Como no enunciado original esta palavra e os supracitados adjetivos são colocados entre aspas, tais sinais estabelecem uma distanciação entre um enunciador *sério* e um enunciador *não-sério*... Enfim, há um desacordo proposital de vozes e opiniões no trecho, desacordo que é bem próprio da ironia. Pottier, que sempre vimos como um sério linguista mostra aí uma faceta brincalhona de seu *eu* interior, ao ironizar com graça e leveza o trabalho de vários colegas.

E quanto à segunda direção do discurso? Vejamos:

Por outro lado, vemos que há uma abertura que diz respeito a tudo que pode levar em conta os efeitos do discurso, a extroversão tendendo a integrar um máximo de elementos suscetíveis de explicar os mecanismos da comunicação textual pelos seus contextos, sua situação, seus implícitos, e daí a importância que é dada à pragmática, aos saberes dos interlocutores, às intenções detectáveis e às interpretações possíveis. (POTTIER, 1983, p. 3)⁹

O que Pottier afirma, neste trecho do prefácio, torna evidente que, para ele, a segunda direção da linguística é a *nova*, a *moderna*, mas ao mesmo tempo aquela que, provavelmente, Pottier, em seu percurso de vida e com seus ensinamentos abriu para Charaudeau, permitindo ou incentivando que seu então doutorando inovasse nessa questão.

Notamos, no mesmo trecho, um conceito que levará os leitores de Charaudeau (1983, p. 57) aos seus *possíveis interpretativos* aqui praticamente enunciados ou anunciados por Pottier, ainda que com uma pequena inversão: *interpretações possíveis*. De onde veio esta bela reunião de palavras que substituí com sucesso o banal termo *interpretação* e ainda dá a este um toque audacioso e, ao mesmo tempo, sabiamente precavido? Do mestre orientador de Charaudeau? De Charaudeau? Quem se apropria da voz de quem? Não saberíamos dizer: preferimos aqui enxergar um caso de polifonia, de vozes que se confundem ou se entrelaçam.

A partir daí, Pottier enumera e sintetiza os problemas que o seu *ex-orientando*, agora seu par na aventura linguística, vistos como um todo irá abordar: tais problemas enfocam sentido e efeitos de sentidos do discurso; palavras e enunciados; os múltiplos papéis que o homem, como ser de palavra, assume na comunicação, já que ele pode posicionar-se como emissor ou receptor dos atos comunicativos e também como seu produtor ou intérprete; enfim, ele é um ator que encena ou contracena no mundo das trocas languageiras. Esses problemas são colocados por Pottier sob a forma de perguntas. Que ele, desta vez, não responde diretamente. Em um belo exercício de estilo, o linguista delega a responsabilidade a Charaudeau ao escrever:

São estas as enormes questões que P. Charaudeau quer responder nesta bela obra, utilizando um conjunto coerente de conceitos e de procedimentos: aparelhos languageiros

9 Trecho original: “D’autre part, une ouverture vers tout ce qui peut rendre compte des effets du discours, extroversion tendant à intégrer le maximum d’éléments susceptibles d’expliquer les mécanismes de la communication textuelle à travers ses contextes, ses situations, ses implicites, d’où l’importance accordée à la pragmatique, aux savoirs des interlocuteurs, aux intentions décelables et aux interprétations possibles”.

(enunciação, argumentação, narração, retórica), tipos de competência (linguística, discursiva, situacional), amparados por uma reflexão básica sobre o signo, sobre aqueles que interagem no discurso, sobre os implícitos, sobre os contratos e estratégias de palavra. (POTTIER, 1983, p. 4)¹⁰

Pottier retraça o conteúdo do livro – aqui, em cinco linhas; sete, no texto original – com grande talento e precisão. O excerto supracitado expõe (como em uma vitrine) alguns dos principais conceitos da teoria de Charaudeau que foram divulgados por seus seguidores ao longo dos anos, tais como os *appareils linguageiros*, que foram rebatizados e refeitos recebendo a denominação de *modos de organização do discurso* (CHARAUDEAU, 1992, p. 631-835), o papel dos contratos entre parceiros da comunicação e, sobretudo, algo que é muito importante na teoria Semiolinguística: a atenção que ela concede às estratégias discursivas.

No entanto, há outros pontos que não figuram no excerto em pauta. Pottier fez uma escolha e, ao fazê-la, acreditamos, desvelou algo que lhe agradou sobremaneira durante a execução do trabalho de seu ex-doutorando. Ao assumir modalidades de apreciação em seu discurso, o linguista Pottier se autorrevela para o leitor do prefácio. O que nos agrada no *outro* é o que queríamos ter feito de certa maneira. O homem ou o indivíduo histórico Pottier manifesta assim uma encantadora simplicidade face ao trabalho de seu *pupilo*.

Nesse simpático prefácio, visualizamos uma faceta de Pottier enquanto indivíduo histórico vivendo em uma sociedade de linguistas na qual a inveja e as competições são moeda corrente, como em todas as sociedades intelectuais, diga-se de passagem. Por seus ditos, Pottier mostra que, se seu pupilo teve coragem para propor algo novo, essa coragem também existe naquele que o orientou e que agora se lança na aventura de compor o prefácio em pauta. Ao falar sobre Charaudeau, de certo modo, Pottier fala também de si próprio e de seu desempenho como professor universitário e pesquisador. Em outros termos: de modo indireto, narra parte de sua história de vida acadêmica. E faz também revelações sobre o autor de *Langage et Discours*:

Teórico, sem nenhuma dúvida, mas também excelente analista, P. Charaudeau ousa aplicar sua teoria a textos autênticos, e o faz de modo tão feliz que nos convence. [...] Na verdade, seu próprio texto pode ser considerado como uma demonstração das técnicas persuasivas que lhe são caras. A semiolinguística, tal como é aqui apresentada, deverá ocupar um lugar central no leque das novas orientações de pesquisa em linguística. (POTTIER, 1983, p. 4)¹¹

Este parágrafo, que encerra o prefácio, completa também a resposta a sua questão inicial, “Para onde se dirige a linguística atual?” Mais que uma questão retórica, tal pergunta nos parece aqui ser um marco inicial para a análise que Pottier fez da obra de Charaudeau.

10 No trecho original: “C’est à ces énormes questions que P.Charaudeau veut répondre dans ce bel ouvrage, en mettant en place tout un ensemble cohérent de concepts et de procédures: des appareils langagiers (énonciation, argumentation, narration, rhétorique), des types de compétence (linguistique, discursive, situationnelle) fondés sur une réflexion de base sur le signe, les intervenants dans le discours, les implicites, les contrats et stratégies de parole”.

11 No trecho original: “Théoricien certes, mais aussi excellent analyste, P.Charaudeau se risque à appliquer sa méthode à des textes réels, avec une réussite qui nous convainc. [...] En fait, son texte peut être considéré lui-même comme une démonstration des techniques persuasives qui lui sont chères. La sémiolinguistique, telle qu’elle est présentée ici, doit avoir une place centrale dans l’éventail des orientations nouvelles de la recherche en linguistique”.

A nova linguística seria aquela que Pottier, com seus conhecimentos, seu jeito de ser e de orientar seus alunos em seu percurso acadêmico de vida, ofereceu de certo modo ao seu discípulo Charaudeau. Não sabemos a qualidade de sua intervenção no trabalho de seu orientando, mas foi ele quem considerou sua tese como *boa para a defesa* e levou Charaudeau a ela: logo, podemos supor que havia uma harmonia teórica entre os dois linguistas, Pottier e Charaudeau.

O orgulho do mestre diante obra do ex-discípulo torna-se evidente pelo uso do léxico, onde podemos ver índices de afetividade em palavras portadoras de uma carga axiológica positiva: (i) o adjetivo “*enormes*”, no sentido de “*importantes*”, designando as questões que Charaudeau levanta no livro; o livro, por sua vez é uma “*bela*” obra, escrita por um “*excelente*” teórico e analista, que mostra um conjunto “*coerente*” de opiniões. Mais: Charaudeau é ousado e aplica sua metodologia de modo tão harmonioso que ele convence o mestre de seu valor: “P. Charaudeau ousa aplicar sua teoria a textos autênticos, e o faz de modo tão feliz que nos convence” (POTTIER, 1983, p. 4).

Pottier deixa o leitor entrever pistas de seu percurso acadêmico, de seu trabalho – que foi amplo e moderno, para sua época. Afinal de contas é ele quem dá o aval ao trabalho de Charaudeau! Assim, embora não conte de modo explícito fatos ligados à sua vida e carreira, Pottier os sugere, ao fazer a dupla divisão dos caminhos da linguística, naquele exato momento. Podemos dizer que, no âmbito das figuras de retórica, Pottier emprega a figura da lítote no que diz respeito a si mesmo e ao trabalho de seu ex-pupilo: ele escreve pouco, elogia com suave moderação, querendo assim fazer significar mais.

E seu último parágrafo é bastante curioso: ao anunciar as ideias do *outro*, do sujeito-objeto do prefácio, Pottier as encaixa em uma *nova linguística*, com uma incrível capacidade de premonição, que somente um linguista com grande experiência como ele poderia ter.

De certo modo, podemos também perceber nesse prefácio, a argumentação por autoridade. Se, em 1980, é Pottier quem afirma que Charaudeau é um linguista e que sua metodologia “*deverá*” – notemos o modalizador expresso pelo verbo – ocupar um lugar importante em uma nova linguística, como duvidar das palavras desse intelectual com tanta experiência? Como não acolher bem o novo linguista que ele apresenta?

Há todo um universo discursivo sob as palavras do curto prefácio: sem nos estendermos mais na análise, podemos dizer que narrativas de vida e narrativas teóricas aí se cruzam: não de modo explícito, mas, delicadamente, no implícito de um discurso ou nos interdiscursos que ali palpitam.

Mas, atenção! O implícito referente às vidas e percursos de Pottier e Charaudeau só será captado por membros do que chamamos de *um clã de leitores ou estudiosos*: os que conhecem ou conheceram a carreira de cada um dos linguistas, ou que sabem um pouco de seus percursos de vida. Para estes, será evidente que as personalidades e caminhos de vida daquele que assina o prefácio e daquele que assume o livro se encontraram em muitos pontos.

Algumas palavras para concluir

Devemos confessar que durante muito tempo, inocentemente, achamos que o prefácio aqui rapidamente abordado era breve, formal e frio. Agora, com a ajuda do tempo, como modificamos nosso ponto de vista anterior! O prefácio é caloroso e se mostra como um lugar privilegiado de encontro, atravessado por tantas vozes e tantos discursos!

Lutar com palavras não é afinal de contas, uma luta vã, diríamos, parodiando um dos muitos versos do poeta Drummond. Pois, subindo no palco das palavras que inicialmente nos pareciam teóricas e nada mais que teóricas, e examinando-as mais de perto, vimos nelas, agora, aspectos reveladores de Pottier. As palavras do prefácio não são apenas uma amostragem do lado teórico do linguista: elas deixam entrever também algo de seu percurso de vida, de sua luta para defender não apenas suas opiniões como também as descobertas ou avanços de seus orientandos. Defender contra quem? No caso específico, contra aqueles que criticaram Charaudeau ou iriam fatalmente criticá-lo, pois sua teoria semiolinguística é muito avançada para a época em que foi lançada... O encontro de diferentes *eus* – os *eus* dos teóricos e o *eus* dos seres humanos – acaba por constituir, afinal de contas, um desses *entre lugares* do discurso e aponta para um dos possíveis papéis da análise discursiva.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. Auto-retrato. In: _____. *Bandeira*. Estrela da vida inteira – poesias reunidas. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973. p. 331.

BERTAUX, D. *Le récit de vie*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2005.

BURRICK, D. Une épistémologie du récit de vie. *Recherches Qualitatives*, n. 8, p. 7-36, 2010. Disponível em: <http://www.recherche-qualitative.qc.ca/revue/hors_serie/hors_serie_v8/HS8_Burric.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

_____. Préface. In: BOYER, H. *L'écrit comme enjeu*. Paris: Didier/Credif, 1988. p. 5-7.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

DOUBROVSKY, S. *Fils*. Paris: Gallimard, 2001a.

_____. *Un amour de soi*. Paris: Gallimard, 2001b.

_____. Le dernier moi. In: BURGELIN, C.; GRELL, I.; YVES-ROCHE, R. (Dir.). *Autofictions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2010. p. 383-393.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. Confidência do itabirano. In: _____. *Sentimento do mundo*. [S.l.]: PasseiWeb, 2013. Disponível em: <http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/resumos_comentarios/c/confidencia_do_itabirano_poema_drummond>. Acesso em: 5 out. 2013.

FAYE, J.-P. *L'expérience narrative et ses transformations*. Paris: Hermann Editeurs, 2010.

GENETTE, G. *Nouveau discours du récit*. Paris: Seuil, 1983.

GERBER, A. Le récit de vie, un récit initiatique révélateur d'un double processus de médiation. In: GOHARD-RADENKOVIC, A.; RACHEDI, L. (Dir.). *Récits de vie, récits de langues et mobilités*. Paris: L'Harmattan, 2009. p. 251-267.

GUILLEMETTE, L.; LÉVESQUE, C. La narratologie. In: HÉRBERT, L. (Dir.). *Signo*. Québec: Signo, 2006. Disponível em: <<http://www.signosemio.com/genette/narratologie.asp>>. Acesso em: 30 set. 2013.

LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

MACHADO, I. L. Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade... e na adversidade. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (Org.) *Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. p.103-118.

_____. A AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). *Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 203-230.

_____. Uma analista do discurso face aos ditos de dois políticos: narrativas de vida que se entrecruzam. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 3, p. 68-81, nov. 2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/index.php?item=conteudo_sumario3.php>. Acesso em: 5 out. 2013.

PARANÁ, D. *Lula, o filho do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

POTTIER, B. Préface. In: CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983. p. 3-4.

SALMON, C. *Storytelling: la machine à formater des histoires et à formater les esprits*. Paris: Ed. de La Découverte, 2007.

Rato e política: a crítica explícita em capas da *Veja*

(Rat and politics: the explicit critical words in *Veja* covers)

Ilana da Silva Rebello Viegas

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade Federal Fluminense (UFF)

ilanarebello@uol.com.br

Abstract: This paper aims at presenting a critical reading of the magazine cover genre, by analyzing how *Veja*, through the use of images and words, legitimates and displays its ideological discourse and creates meanings in order to attract consumers. Thus, three magazine covers in which there is the image of a politician with a rat face are analyzed in the light of the theory of Semiolinguistics of Discourse Analysis – Charaudeau (2006, 2001, 1995), articulating those postulates with presuppositions of Textual Linguistics (MARCUSCHI, 2008; KOCH, 2007; DELL'ISOLA, 2001; among others). For the analysis of the non-verbal text, notions of Peircean Semiotics (PEIRCE, 2010; SANTAELLA, 2012) are taken into consideration. The findings of this study will be the object of pedagogical application in mother language classes. Also they can be used in other disciplines in an interdisciplinary way.

Keywords: Semiolinguistics; Peircean Semiotics; magazine cover.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma leitura crítica do gênero capa de revista, analisando como a *Veja*, por meio da imagem e da palavra, legitima e veicula seu discurso ideológico e constrói sentidos para atrair o público consumidor. Para tanto, analisam-se três capas em que há a imagem de um político com cara de rato, baseando-se, sobretudo, na teoria Semiolinguística de Análise do Discurso – Charaudeau (2006, 2001, 1995), articulando esses postulados aos pressupostos da Linguística Textual (MARCUSCHI, 2008; KOCH, 2007; DELL'ISOLA, 2001; dentre outros). Para a análise do texto não verbal, busca-se respaldo em noções da Semiótica Peirceana (PEIRCE, 2010; SANTAELLA, 2012). Os resultados obtidos nessa análise podem ser objeto de aplicação pedagógica nas aulas de leitura e produção textual, podendo, também, ser utilizados em outras disciplinas, pelo viés da interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Semiolinguística; Semiótica Peirceana; capas de revista.

Considerações iniciais

A capa é o primeiro elemento de uma revista com que o leitor, possível comprador, tem contato, e uma boa imagem será sempre importante, tendo em vista que poderá prender ou não a atenção do leitor. Segundo Scalzo (2011, p. 69),

Quando alguém olha para uma página de revista, a primeira coisa que vê são as fotografias. Antes de ler qualquer palavra, é a fotografia que vai prendê-lo àquela página ou não. Fotos provocam reações emocionais, convidam a mergulhar em um assunto, a entrar em uma matéria. [...] Elas devem exercitar, entreter, surpreender, informar, comunicar ideias ou ajudar o leitor a entender a matéria. [...].

O mesmo acontece com as imagens que não são fotografias. Elas são utilizadas para chamar a atenção e, por serem criadas, podem ter o conteúdo manipulado.

Nesse sentido, as capas representam a embalagem das notícias, formando antecipadamente a opinião dos leitores a respeito dos assuntos que serão abordados dentro da revista. Como grande parte do público leitor (leitor de banca) não tem acesso às reportagens anunciadas nas revistas de modo integral, a simples exposição dos elementos sígnicos na capa transmite informações e direciona a interpretação dos fatos. Tal exposição altera o que seria a mera informação, ou seja, a objetividade/imparcialidade proposta nessa esfera de circulação de notícias, “mesmo sabendo que a objetividade, a neutralidade e a verdade absolutas não existem” (SCALZO, 2011, p. 81).

Assim, com o objetivo de mostrar como a *Veja*, por meio da imagem e da palavra, legítima e veicula seu discurso ideológico e constrói sentidos para atrair o público consumidor, neste trabalho, analisamos três capas da revista *Veja* em que há a imagem de um político com cara de rato, baseando-nos, sobretudo nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso na linha da Semiologia de Patrick Charaudeau, articulando esses postulados aos pressupostos da Linguística Textual. Contudo, para a análise do texto não verbal, buscamos respaldo em noções da Semiótica Peirceana.

Os sujeitos do contrato de comunicação

A Semiologia, base para esta pesquisa, é uma teoria da Análise do Discurso, criada pelo pesquisador da Universidade Paris XIII, Patrick Charaudeau.

Em Semiologia, *Sémio-* vem de *sémiosis* – a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido; já o termo *-linguística* lembra que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais (CHARAUDEAU, 1995, p. 98).

Por meio de signos verbais e/ou não verbais, o sujeito é capaz de significar o mundo para o outro. Isso significa dizer que a comunicação parte de um processo de *semiotização de mundo*, elaborado através de um processo de *transformação* entre o mundo a ser significado e o mundo significado e um processo de *transação* (base da construção do *contrato de comunicação*) entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante-destinatário (CHARAUDEAU, 1995, p. 101).

Nesse sentido, pode-se concluir que todo processo de comunicação se constrói através de uma interação real ou suposta entre dois parceiros, em que cada um desses parceiros procura modificar, ou seja, influenciar o comportamento ou o pensamento do outro. Nesse processo de comunicação, cada um dos parceiros deve administrar a troca de maneira a torná-la possível e tornar o processo válido, tendo um saber em comum.

Não existe ato de comunicação em si mesmo. Durante a construção do sentido, os sujeitos estão em franco processo de interlocução, compartilham saberes e desdobram-se em dois “eus” e dois “tus”.

De acordo com Charaudeau (2001, p. 31-32), todo ato de linguagem é uma encenação que comporta quatro protagonistas, sendo dois *situacionais*, externos, e dois *discursivos*, internos. Os sujeitos “externos” são o *EUc* (eu-comunicante) e o *TU_i* (tu-interpretante), e os sujeitos “internos”, o *EUe* (eu-enunciador) e o *TU_d* (tu-destinatário).

No circuito externo, os seres são de ação, instituídos pela *produção* (EUC) e pela *interpretação* (TUi) e guiados pelo FAZER da situação psicossocial. Já no circuito interno, os seres são da *fala*, instituídos pelo DIZER (EUE e TUD).

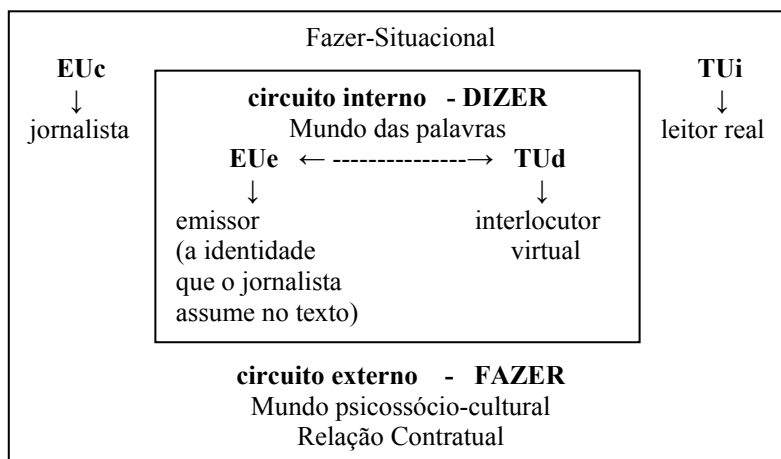


Figura 1. A *mise en scène* do contrato de comunicação

Assim, no texto jornalístico, o EUC é o jornalista (a pessoa física) que trabalha na redação da revista. No circuito interno, o EUE pode não ser a “voz” do jornalista (pessoa física). Ele pode estar reproduzindo a ideologia do veículo para o qual trabalha, direcionando o texto para determinados leitores (aqueles que normalmente leem a determinada revista). A revista precisa vender e, para isso, precisa escrever aquilo que o seu público gosta de ler.

Dessa forma, todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é uma representação comandada pelos sujeitos externos e internos. Charaudeau (2001, p. 31) chama essa representação de *mise en scène*.

No ato de comunicação, o *sujeito comunicante* tem por objetivo significar o mundo, a partir de seus propósitos, para um *sujeito interpretante*. Em relação ao texto jornalístico, Charaudeau (2006, p. 256) afirma que

[...] o cidadão nunca tem acesso ao acontecimento bruto, ele sempre entra em contato com um acontecimento filtrado pela mídia. Assim, ora o acontecimento bruto e acontecimento veiculado pela mídia se confundem, ora um prepondera sobre o outro, criando um círculo vicioso [...]

Ao comprar uma revista, a informação que o leitor tem do fato é aquela fornecida pelo jornalista. Nesse sentido, se o leitor não estiver atento, pode interpretar um fato, por exemplo, a partir da maneira pela qual ele é mostrado pela revista. As palavras e as imagens apresentadas podem ou não coincidir com a realidade, podem ou não estar manipuladas.

Assim, no processo de transação, para proceder a uma análise do texto, o *sujeito interpretante* precisa não só mobilizar o sentido das palavras e suas regras de combinação como também construir um sentido que corresponda a sua intencionalidade. Nesse ponto, passa-se do *sentido de língua* ao *sentido de discurso*, tendo em vista que o *sujeito interpretante* não busca o significado das palavras ou sua combinação (*sentido de língua*), mas seu sentido social (*sentido de discurso*).

Charaudeau (1999, 1995) estabelece uma distinção entre *sentido de língua* e *sentido de discurso*. O *sentido de língua* refere-se ao mundo de maneira transparente, construindo uma imagem de um locutor-ouvinte-ideal, ou seja, uma visão simbolizada referencial do mundo. O sentido linguístico trabalha apenas com um signo linguístico capaz de associar o significante a um significado.

Já o *sentido discursivo* caracteriza-se por sua opacidade em relação ao mundo, no momento em que se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se define em relações múltiplas de intersubjetividade. Assim, o signo remete a algum significado, mas este não pode ser visto a partir de um valor absoluto e autônomo, mas apenas como portador de um sentido potencial que precisa ser articulado com outros signos e com a prática social para que seja construído o sentido discursivo.

No sentido de discurso, o significante pode ter múltiplos sentidos, pois, para Charaudeau (1999, 1995), as palavras não valem por si, mas quando estão relacionadas a um “*ailleurs*” (contexto). Nesse caso, o sujeito que interpreta um texto não busca o sentido intrínseco das palavras (significado referencial), mas seu valor social e seu peso na troca interativa.

Por exemplo, algumas capas da revista *Veja* trazem como símbolo de corrupção a imagem de políticos com cara de rato. Para o entendimento da mensagem, o aluno precisa ir além do meramente visual e reconhecer que o rato é considerado um animal nocivo ao homem, desprezível. Sendo assim, a revista atribui as características do rato a um político corrupto. Como dizer, então, que o gênero capa de revista informativa é neutro? Na verdade, as capas de revista mostram as escolhas do produtor com a maneira que ele pretende que o interlocutor leia a revista e o ponto de vista da revista perante a matéria destacada ou situação divulgada.

Desse modo, para Charaudeau (1999, 1995), entender os sentidos de um texto significa ultrapassar o *sentido de língua* e chegar ao *sentido de discurso*. O texto, como resultante, é uma configuração de sentido. Cabe a nós, leitores, mergulharmos nas entrelinhas do texto, a fim de ultrapassarmos o “sentido de língua”. E penetrar nas entrelinhas de um texto não é tarefa muito fácil, daí a necessidade de um trabalho sistemático com os alunos.

Não basta que o aluno reconheça o sentido de língua, ou seja, o sentido linear das palavras e frases para que perceba a mensagem pretendida pelo sujeito comunicante, mas que penetre nas sutilezas do texto, isto é, chegue ao sentido de discurso, a fim de que reconheça o emaranhado de ideias que estão implícitas no texto, aqui, em específico, nas capas de revista. Portanto, o aluno/leitor precisa ir além do significado literal do texto verbal e não verbal para interpretar o que lê.

Ler não é decodificar

Leitura, texto e sentido fazem parte do processo de interpretação. Se não existe texto, seja ele verbal ou não verbal, não há leitura e muito menos produção de sentidos.

As capas de revista são um gênero textual, ou seja, são textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Em se tratando de leitura e interpretação, tem-se por objeto de estudo o texto. Mas o que se entende por texto?

Segundo Feres (2003, p. 17), a origem da palavra *texto* ou *tecido* pressupõe entrelaçamento de fios, superposições de camadas, enredamento de uma trama. Parte desse tecido é construída pelo autor/produtor do texto e a outra parte, passível de mudança a cada nova leitura, é produzida pelo leitor.

Como afirma Koch (2007, p. 30),

[...] um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

De acordo com essa concepção de texto, o sentido não está no texto, mas é construído a partir dele, no curso de uma interação. Nesse contexto, os sujeitos são vistos como entidades psicossociais, ativos e que (re)produzem o social na medida em que participam ativamente da definição da situação na qual se acham engajados, e são atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderia existir. Ou seja,

[...] sempre que alguém escreve há uma expectativa de que o texto produzido seja o reflexo de determinados discursos e que, portanto, espelhe as maneiras de falar ou escrever das diferentes instituições que regulam a comunidade onde o indivíduo está inserido. (MEURER, 1997, p. 17)

Assim, na concepção interacional (dialógica) da língua, os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, e o texto é o próprio lugar da interação. Nele, os sujeitos dialogam, constroem-se e são construídos. Dessa forma, no texto, há lugar para toda uma gama de implícitos, cabendo ao leitor decifrá-los.

Nesse sentido, texto e leitor são o ponto de partida para a compreensão; esta só se dá quando ambos entram em contato. O texto torna-se unidade de sentido na interação com o leitor. A leitura possibilita que o leitor se posicione diante do texto, perceba as intenções do produtor, faça cálculos de sentidos possíveis e ultrapasse a simples compreensão. Quando o leitor é capaz de identificar os sentidos possíveis que estão escondidos sob significantes e consegue vislumbrar a intencionalidade do autor, relacionar o texto com o mundo, podemos dizer que chegou ao nível da interpretação.

Portanto, ler um texto não é decodificar a mensagem. Segundo Dell’Isola (2001, p. 107), há processos decisivos que compõem o mecanismo da leitura. Num primeiro momento, o leitor decodifica o texto, para posteriormente compreender a informação explícita. Em seguida, seleciona o que considera mais significativo, de acordo com a sua visão de mundo, direcionando a sua leitura a uma determinada compreensão específica.

O segundo momento consiste em ler as “entrelinhas” e integrar os dados do texto à própria experiência ou conhecimento do mundo. O leitor infere de acordo com seu conhecimento de mundo, que está enraizado em uma sociedade e em uma cultura. É nesse momento que ele consegue sair do nível da compreensão para ir mais além na leitura, ou seja, interpretar o que lê.

Após as inferências, o leitor é levado a se posicionar emocional e afetivamente diante do texto e a avaliar os fatos que lhe forem apresentados. E, por último, aquilo que for significativo para o leitor fica retido na memória, podendo ser ativado em outros momentos, para o entendimento de situações comunicativas diversas.

É importante lembrar que o aluno precisa perceber que “um texto permite muitas leituras, mas não infinitas. [...] compreender é produzir modelos cognitivos compatíveis preservando o valor-verdade” (MARCUSCHI, 2008, p. 257).

Por fim, vale destacar que a leitura, sendo compromisso de todas as áreas (NEVES et al., 2007), deve permitir que o *sujeito interpretante* não aprenda a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra. Como afirma Citelli (1994, p. 50¹) *apud* Seffner (2007, p. 113),

É necessário ter claro que desenvolver uma competência para a leitura (da palavra) implica contribuir no sentido da formação de um cidadão mais pleno, que possa, criticamente, se assenhorar de um mecanismo tradicionalmente utilizado pela classe dominante. Tomar posse da palavra não para refazer o circuito da discriminação, mas para forçar espaços de libertação.

Os signos na visão de Peirce

Neste trabalho, como não analisamos apenas a linguagem verbal, auxilia-nos na leitura dos signos a ciência Semiótica, criada pelo lógico e filósofo americano Charles Sanders Peirce, desde o final do século XIX, tendo em vista que tal ciência fornece definições rigorosas do signo e do modo como os signos agem.

A Semiótica pode ser definida como uma teoria geral dos signos. Segundo Santaella (2012, p. 5), a teoria semiótica nos permite

[...] penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são engendradas, nos procedimentos e recursos nelas utilizados. Permite-nos também captar seus vetores de referencialidade não apenas a um contexto mais imediato, como também a um contexto estendido, pois em todo processo de signos ficam marcas deixadas pela história, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas econômicas, pela técnica e pelo sujeito que as produz.

Peirce (2010), na sua obra *Semiótica*, conceitua signo da seguinte forma:

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representâmen*. [...] (p. 46)

Dependendo do modo como se estabelece a relação entre signo e referente – qualidade, existente ou lei –, para Peirce (2010) um signo pode ser denominado *ícone*, *índice* ou *símbolo*:

1 CITELLI, Adilson Odair. Conceitos de leitura. In: MAGNANI, Maria Aparecida et al. (Org.) *Leitura: caminhos da aprendizagem*. São Paulo: FDE, 1994. p. 45-51.

- (a) *ícone*: é um signo cuja relação signo/objeto é de *similaridade* (semelhanças). Sugere ou evoca algo porque a *qualidade* que ele exhibe se assemelha a uma outra qualidade. É a base da metáfora. Por exemplo, estátuas, imagens, quadros, onomatopeias, etc.
- (b) *índice*: é um signo cuja relação signo/objeto é estabelecida de forma direta, real e causal. Sua relação é de contiguidade (pertence a, a partir de, causa/efeito). É a base da metonímia. São exemplos de índice a pegada, a impressão digital, a fumaça (fogo), a nuvem escura (chuva), o chão molhado (choveu), o termômetro, o cata-vento, o relógio, etc.
- (c) *símbolo*: é um signo cuja relação signo/objeto não é imediata, pois não há necessariamente similaridade ou contiguidade com o objeto, sendo quase sempre tomado de forma arbitrária, só significando dentro de uma convenção estabelecida pela sociedade. São exemplos de símbolos os sinais de trânsito, as placas indicativas, aliança no dedo anular (= compromisso), veste negra (= luto) e, principalmente, o signo linguístico.

O índice e o ícone são sinais naturais, pois mantêm relação intrínseca com o objeto representado (seu referente). Já o símbolo é um sinal artificial, construído pela própria sociedade.

As relações sógnicas são importantes para o estudo da linguagem das capas de revista, pois as capas combinam mais de um tipo de signo – a palavra, signo verbal caracterizado pela arbitrariedade e pela linearidade, e da imagem, signo icônico caracterizado pela similaridade e pela superficialidade. Por exemplo, a foto de uma mulher loira é ícone quando tomada como imagem, mas é símbolo quando representa “glamour”, “beleza”. Produtos como carro ou cartão de crédito podem ser ícones quando imagens, mas símbolos quando representam ideias abstratas como “status”, “sofisticação”, “potência” (carro) – no sentido semântico e no conotativo – quando apela para a virilidade.

Como afirma Feres (2011, p. 56),

Desde as cores do ambiente à expressão fisionômica das personagens, os signos icônicos podem carregar uma relação de semelhança com o objeto representado, num sentido *primeiro*, “literal”, como também relações aproximativas, por meio de metonímias (com os *índices*), ou de metáforas, numa “dupla similaridade”, num sentido “conotativo”. E essa possibilidade de produção de sentido depende do cálculo do não dito, das operações inferenciais, da intertextualidade e de outras estratégias de leitura, tanto quanto na interpretação do signo verbal.

Feres (2011, p. 57) chama ainda atenção para a falsa transparência das imagens. Segundo a autora,

[...] as imagens trazem, aparentemente, um caráter universal, visto que o homem as produz desde a pré-história até nossos dias – e a *similaridade* entre esses elementos e a realidade que representam induz a esse engano. Isso traz a impressão de que a leitura desses elementos seja “natural”, ou “automática”; [...]

[...] o signo icônico atrai o leitor pela aparente “facilidade” de leitura, mas está, o tempo todo, exigindo uma outra leitura, mais profunda, sempre ativadora do plano discursivo/situacional, para permitir sua interpretação. São ícones incessantemente transformados em índices e símbolos, que precisam ser, além de reconhecidos/compreendidos, interpretados.

Na verdade, as capas de revista constituem um enunciado recortado e selecionado da realidade, revelando o viés de seu produtor.

O gênero capa de revista

As capas de revista são um gênero textual. Os elementos verbais que compõem a capa de uma revista são, normalmente, manchete principal (ou título), manchetes secundárias, subtítulos e até supratítulos que conduzem a leitura da manchete, nome da revista, nome da editora responsável com logomarca, data de publicação, número da edição, *site* e valor do exemplar. Além desses elementos verbais, as capas de revista também apresentam elementos não verbais, tais como imagem, diagramação (*layout*), cores predominantes no plano de fundo, qualidade do papel, formato e cores das letras, formatação das chamadas e das imagens.

Na manchete principal e nas manchetes secundárias, normalmente, há sempre uma palavra ou expressão que indica ao leitor a que área temática os textos da revista fazem referência. Esse destaque nas manchetes tem por objetivo situar o leitor quanto ao assunto que será abordado, como também dar maior ênfase e dramaticidade ao tema em questão.

A manchete principal, em geral, seguida por um subtítulo, é aquela que ocupa grande parte da capa, destacada por elementos gráficos (letras grandes e cheias, cores que se destacam do restante da capa) e icônicos. Além da manchete principal que destaque o assunto de maior ênfase da edição, a maioria das capas também traz manchetes secundárias sobre outros assuntos. Essas manchetes secundárias, em geral, localizam-se nas laterais ou no alto da página, com letras pequenas e sem muito destaque, tendo em vista que lhes é dada menor ênfase em relação à principal.

Segundo Scalzo (2011, p. 62),

Uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. Capa é feita para vender revista. Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor.

Neste trabalho, entendemos objetividade (substantivo derivado do adjetivo “objetivo”) tal como está definido no *Dicionário escolar da língua portuguesa* (2008, p. 913): “Objetivo – adj. 1. Que julga as coisas com isenção; que julga imparcialmente. [...]”.

Tendo por base esse conceito do *Dicionário escolar de língua portuguesa* (2008), a análise tem revelado que, nas capas de revistas informativas analisadas, não há só o real puro e simples.

Como afirma Hernandez (2012, p. 18),

Comunicar, em todas as suas formas, não é apenas um meio inocente de transmissão de saberes, mas, como afirma José Luiz Fiorin (2004, p. 14), é principalmente a ação do homem sobre outros homens, criadora de relações intersubjetivas que geram e mantêm crenças que se revertem ou não em determinados atos.

O cientista Max Weber, em *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* (1979), afirma que “todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento

subordinado a pontos de vista especificamente particulares” (p. 97). E isso porque somos homens de cultura, “dotados de capacidade e de vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos sentido” (WEBER, 1979, p. 97).

Partindo dessas reflexões de Weber, é possível afirmar que, como em qualquer texto, no texto jornalístico, tudo é captado, selecionado e filtrado pela “lente” de quem o produziu.

Não é possível o acesso ao real sem um recorte ideológico, sem atribuir valores aos acontecimentos. Portanto, quando um jornal constrói um discurso em que afirma mostrar a realidade, já está utilizando um recurso de persuasão. (HERNANDES, p. 2012, p. 23)

Além disso,

A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar “apagar” o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como um ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que noticia. (HERNANDES, 2012, p. 30)

Ainda segundo Hernandez (2012, p. 31),

[...] o parecer verdadeiro é sentido como verdade quando grupos ou pessoas que se comunicam compartilham de uma mesma maneira de categorizar os acontecimentos, de lhes dar “significado.

Assim, por exemplo, o leitor de determinadas revistas e jornais partilha da ideia de que todo político é corrupto. Não se trata de julgamento, de opinião – subjetividade do destinador – mas de uma premissa que acaba quase tendo valor de “fato”, de um dado “real”, “objetivo”, que serve de base de construção da argumentação. Por isso, não existe discurso neutro. Todo ser é político, tem sua ideologia e isso, de alguma forma, é repassado na maneira de se vestir, de se comportar, de falar... e de ver o mundo. Como afirmam Rezende e Struchiner (2009, p. 61),

[...] as imagens participam dos processos de construção e divulgação do conhecimento, [...] elas não são artefatos transparentes de acesso ao real ou ao saber, [...] as estéticas audiovisuais produzem perspectivas diferentes sobre o mundo e não são, por este motivo, neutras ou unívocas.

Baltar (2004) faz uma análise da linguagem dos documentários que se aplica perfeitamente ao gênero capa de revista informativa, objeto de estudo deste trabalho. Segundo o autor,

[...] As imagens de um documentário são impregnadas de realidade, mas não constituem por isso a Verdade. [...] (p. 152)

[...] Embora a imagem sugira uma transparência [...], seu sentido não é unívoco. A transparência é um efeito articulado no interior da narrativa. (p. 157)

Nesse sentido, como argumenta Baltar (2004), o documentário como gênero cinematográfico assume um lugar e é desse lugar que marca uma posição ideológica e simbólica. O mesmo acontece com as capas de revista. Quem produz deixa transparecer

subjetividade, ou seja, a “posição que assume” (ou não, tendo em vista que, às vezes, reproduz a ideologia da instituição para a qual trabalha) diante dos assuntos divulgados.

Assim, utilizar a imagem de um político com cara de rato em capas de revistas já é uma prova de que não há total objetividade ao reportar um fato, nesse gênero textual. Nesse caso, a imagem humana está sendo manipulada.

Passemos à análise.



Figura 2. “Corruptos” (*Veja*, 25/05/2005)



Figura 3. “Por que eles não ficam presos” (*Veja*, 05/08/2007)



Figura 4. “A anatomia da corrupção” (*Veja*, 08/06/2011)

Levando em consideração o significado do animal “rato” em nossa cultura, a revista *Veja* expõe, em três capas, a imagem é de um homem com cara de rato. O tema dessas três capas da *Veja* é a corrupção política. Em nossa cultura, o “rato” é considerado um animal nocivo ao homem, desprezível, imundo, associado ao roubo. A revista atribui as características do rato a uma pessoa corrupta. Dessa forma, o “rato” pode ser tomado também como *símbolo* de “corrupção”.

Um símbolo é um signo cuja relação signo/objeto não é imediata, pois não há necessariamente similaridade ou contiguidade com o objeto, sendo quase sempre tomado de forma arbitrária, só significando dentro de uma convenção estabelecida pela sociedade.

Normalmente, o leitor de revista acompanha as informações que são veiculadas nos noticiários e têm alguma avaliação sobre eles, mas, ao se deparar com imagens como as que estão sendo analisadas aqui, acaba sendo levado a fazer um julgamento prévio antes mesmo de chegar aos fatos, deformando-os pelo viés explicitamente valorativo.

Na primeira capa (Figura 2) e na terceira (Figura 4), o vermelho predomina no fundo. Em um tom degradê, ele toma todo o fundo, escurecendo de cima para baixo, na primeira capa, e de baixo para cima, na terceira, até chegar a um vinho bem escuro. O vermelho escuro vincula-se à polaridade negativa dessa cor. Enquanto o vermelho-claro “seduz, encoraja, provoca”, o vermelho-escuro “alerta, detém, incita à vigilância e, no limite, inquieta” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2012, p. 944).

Na edição de 25 de maio (Fig. 2), a *Veja* exhibe, num primeiro plano, a imagem de um homem vestido de terno azul-escuro e gravata. O homem não aparece por inteiro, mas da cintura para cima. Sabemos que se trata de um homem pelas mãos, pois, no lugar do rosto, há a cabeça de um rato.

Nessa imagem, a mão esquerda, num gesto delicado, ajusta a gravata vermelha com listras diagonais brancas, pondo em evidência um anel amarelo, grosso, reluzente,

no dedo mindinho esticado em oposição aos outros dedos dobrados. A mão direita segura um charuto aceso que aponta na direção do anel. A imagem que se pretende passar é de alguém que tem uma ótima situação financeira.

O corpo é projetado de frente, pondo em destaque a vestimenta, o charuto e a joia que reluz. Já a cabeça do rato é projetada de perfil, com um leve sorriso, refletindo certa ironia e soberba.

A manchete principal “Corruptos” é grafada com letras grandes e cheias, na cor branca, destacada do fundo vermelho e da cor azul-escuro do terno. Ocupando toda a extensão da manchete, logo abaixo, há um subtítulo com letras bem menores também na cor branca que faz a seguinte denúncia: “Estamos perdendo a guerra contra essa praga”. Interessante notar o uso da 1ª pessoa do plural. A revista se coloca do lado do leitor, tentando conseguir a sua adesão, ao mostrar indignação com os casos de corrupção.

Ao lado da imagem do homem-rato que ocupa quase todo o espaço da capa e cobre, inclusive, parte da primeira letra do logo da *Veja*, há manchetes menores: “O pavor da CPI – Delúbio Soares e Sílvio Pereira, operadores do PT, não escapariam da investigação”; “As ‘mesadas’ – Só de uma estatal, Roberto Jefferson, do PTB, exigia 400 000 reais por mês” e “Microcâmeras – Aprenda a flagrar um corrupto”. Essa última manchete, reforçando a proximidade do “Nós” do subtítulo da manchete principal, é um convite para que o leitor se alie à revista. Todas as reportagens anunciadas convergem para o tema central de modo enfático, acentuando o caráter hiperbólico da imagem visual.

Após ler essas manchetes, fica explícita a crítica da *Veja*. A revista procura criticar o PT, daí o exagero no uso da cor vermelha – no fundo da capa e na gravata do homem. Num primeiro momento, o vermelho da capa pode significar perigo, alerta, tendo em vista o tema da edição – corrupção, roubos e desvios. Mas ao ler as manchetes secundárias e conhecendo a linha editorial da revista, percebe-se que a *Veja* põe numa evidência negativa o PT. Assim, é perceptível que a cor não está sendo usada deliberadamente. Como afirma Guimarães (2004, p. 54), quando não relacionado a assuntos como saúde, ou violência, o vermelho, na *Veja*, passou a ser utilizado “para representar a esquerda [...] acompanhada da negatividade do preto, ilustrar todas as capas que trataram de escândalos, corrupção, golpes etc. [...]”.

A manchete “Corruptos”, no plural, faz referência aos políticos que não agem com idoneidade, alvos de investigação, assemelhando-se a ratos, animais traiçoeiros, que agem sorrrateiramente. Já o subtítulo que segue a manchete tem o substantivo feminino “praga” associado ao animal que é exibido em destaque na capa – o rato. Assim, a *Veja* diz explicitamente que um político é um rato e, conseqüentemente, uma praga.

Contrastando com o vermelho, aparece também outra cor que se diferencia das demais, o azul-claro. Essa cor, com contorno na cor branca e num tom suave, é utilizada no nome da revista:

Com as preocupações básicas de visibilidade, legitimidade, equilíbrio, contraste e harmonia, a cor do logotipo deverá isolar o espaço institucional (mesmo quando a imagem cobre parte do logotipo) e, ao mesmo tempo não se tornar um elemento estranho da capa. [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 124)

Ainda o azul-claro, agora sem contorno, é também utilizado nas manchetes secundárias, “quebrando” um pouco o impacto causado pelo vermelho. Além disso, o azul também serve para transmitir mais seriedade e deixar a capa um pouco mais leve.

Na segunda capa (Figura 3), o vermelho é utilizado no nome da revista e na gravata do homem-rato. A cor que predomina é o marrom-esverdeado, tendo em vista que o ambiente retratado é de uma cela, porém, bem diferente das superlotadas que vemos nos noticiários.

A imagem, semelhante ao homem-rato da primeira capa, agora é de corpo inteiro. O rato, vestido de terno preto, segura uma mala como a de um executivo e tem o corpo projetado para frente, como alguém que ultrapassa um obstáculo. Aqui, o obstáculo é a cela que, mesmo fechada, é transpassada sorrateiramente pelo homem-rato que sorri. A maior parte do corpo, inclusive a cabeça, já está fora da cela.

A manchete principal, também grafada com letras grandes e cheias, na cor branca, indaga: “Por que eles não ficam presos”. A imagem da capa é de apenas um rato, mas o pronome da manchete faz referência à 3ª pessoa do plural, ou seja, a toda à espécie.

Acima da manchete, na cor amarela, há o subtítulo: “A praga da impunidade”. O amarelo aqui também é utilizado com uma carga negativa. De acordo com Guimarães (2004, p. 89),

[...] em várias culturas, vamos encontrar o amarelo relacionado à loucura, à mentira e à traição. É também a cor dos excluídos e dos reprovados: a cor imposta aos judeus (a estrela de Davi, amarela, que eram obrigados a aplicar nas roupas) e aos condenados pela Inquisição (o hábito amarelo que eram obrigados a usar publicamente). [...]

Mais uma vez vemos a associação de rato e pragas aos políticos corruptos e à crítica ao PT, mais precisamente ao presidente da época, Lula. No alto da página, na chamada para a entrevista da edição, a manchete declara: “O usineiro João Lira confirma: Renan usava laranjas e pagava em reais e dólares”. E, quando lemos a matéria relacionada à capa, mais uma vez confirmamos a crítica ao PT: “O episódio do mensalão não foi apenas o mais grave escândalo ocorrido no governo Lula – foi também o mais impudente”, ou seja, o mais descarado, sem pudor (*Veja*, 05/08/2007, p. 67).

Na terceira capa (Figura 4), o vermelho também predomina, em tom degradê. Até o logo da revista é preenchido de vermelho. Contrastando com esse vermelho, aparece o azul, fazendo alusão ao raio-x e a cédulas de cem reais. Essa última cor também é utilizada para destacar a palavra “corrupção” da manchete principal: “A anatomia da corrupção” e duas outras manchetes secundárias.

A imagem que ocupa o primeiro plano da capa é também a de um homem-rato. Esse homem, vestido de terno cinza-chumbo e gravata vermelha segura um raio-x na altura do tórax e um charuto aceso. O raio-x mostra três maços de cédulas de cem reais dentro do tórax do homem-rato.

Diferentemente da primeira capa (Figura 2), agora o homem-rato é projetado de frente, numa posição ereta de quem está fazendo um raio-x de tórax. Os olhos estão fixos num ponto qualquer a frente.

As mãos que seguram o raio-x põem em evidência algumas joias. Na mão esquerda, o homem-rato usa um relógio e, na mão direita, um anel e, possivelmente, uma pulseira. Todas as joias são amarelas, levando-nos a crer que se trata de ouro.

À primeira vista, o vermelho da capa pode significar perigo, alerta, tendo em vista que o tema da edição é corrupção, desvio da verba pública. Mas não é só isso: o vermelho faz alusão ao PT e, mais precisamente ao presidente da época, Lula. Não é por acaso que o homem-rato dessa capa não tem o dedo mindinho da mão direita.

Logo abaixo da manchete, há o subtítulo: “Um relatório da Polícia Federal mostra como espertalhões desviam e desperdiçam o suado dinheiro dos brasileiros”. Assim, nessa capa, além de serem chamados de ratos, os políticos corruptos também são chamados de “espertalhões” e acusados de “desviar e desperdiçar” o suado dinheiro dos brasileiros. Ao utilizar a expressão “suado dinheiro dos brasileiros”, a *Veja* tenta sensibilizar o leitor, levando-o a se indignar mais ainda, porque os “espertalhões” não desperdiçam o próprio dinheiro, mas o dinheiro “suado”, recebido por meio de muito trabalho pelo leitor. Assim, mais uma vez a revista procura a adesão do leitor, mostrando que está do lado do povo.

As outras duas manchetes secundárias afirmam: “O ‘superfaturamento legal’: tudo é até 145% mais caro quando quem paga são os contribuintes” e “Aeroportos: em dez obras sumiram 891 milhões de reais”. A *Veja* evidencia certa ironia na expressão ‘superfaturamento legal’ e procura mostrar exatidão, veracidade no que diz ao citar um número preciso – 891 milhões – ao invés de um valor aproximado.

Por fim, voltando à imagem principal das três capas e ao início dessa análise, podemos afirmar que, em nossa cultura, o rato é uma praga, visto como *símbolo* de corrupção, como algo nocivo e desprezível. Além disso, a relação estabelecida entre a imagem do “rato” e o governo pode ser considerada um *ícone*, tendo em vista que sugere algo – roubo, trapaça – porque a qualidade que ele – o rato – exhibe – animal nocivo ao homem, desprezível, imundo, associado ao roubo, por exemplo – se assemelha a uma outra qualidade – a qualidade que alguns políticos apresentam de camuflar transações inidôneas, de agir de forma corrupta – nesse caso, em tudo que envolve dinheiro, não se importando com os outros. Já as cores – vermelho e preto – funcionam como *índice* da situação política do Brasil na época: escândalos, corrupção, golpes, trapaça, etc.

Como então afirmar que o gênero “capa de revista” é objetivo?

Considerações finais

As revistas, como outras instituições que têm por objetivo informar, estruturam-se como empresas, como “fábricas de informação”, no dizer de Charaudeau (2006, p. 12). Participam de um mercado altamente competitivo que as “obriga” a buscar um diferencial em relação aos outros veículos de informação. Ou seja, cada uma das “fábricas de informação” aciona estratégias quanto à maneira de reportar os acontecimentos, comentá-los, ou mesmo provocá-los.

Nesse contexto, a revista *Veja* configura-se como um produto do campo jornalístico, cuja legitimidade está em não apenas produzir e divulgar informações, mas atualizar a realidade e renovar a apreensão do mundo. Como o próprio nome indica, a *Veja* mostra o que julga importante saber, de uma maneira particular, não-transparente. Linguagem

verbal e não verbal são organizadas de modo a formarem não uma pura descrição, mas uma interpretação, ou um conceito sobre algo ou alguém.

A capa é o elemento que atrai o leitor. É um gênero elaborado com imagens para capturar o olhar. Essas imagens, normalmente, são fruto de edições, interferências como saturação de cores, efeitos gráficos etc. A objetividade, tal como definimos em nosso trabalho, não constitui elemento importante na composição das capas, o que torna a imagem documental uma raridade e a manipulação de recursos gráficos uma constante. Na verdade, o que a revista oferece por meio das imagens da capa é a opinião do próprio veículo de comunicação, uma leitura impregnada de ideologia do real. O jornalista, o *eu-comunicante*, normalmente, passa a *eu-enunciador* e nem sempre reproduz aquilo que pensa, mas a ideologia do veículo para o qual trabalha.

Assim, revista *Veja* toma para si a função de propiciar aos leitores a compreensão sobre o mundo. Os temas e a forma como a revista os organiza, hierarquizando-os (os que merecem destaque e os que não devem nem ser divulgados) constituem também indicadores da forma como a revista manipula, decide pelo leitor. Não é o leitor quem escolhe o que quer saber, mas a revista. O que não é de interesse da revista não tem espaço na publicação.

REFERÊNCIAS

BALTAR, M. Autoridades eletivas: o lugar do documentário em meio ao universo audiovisual. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 6, n. 1, p. 149-167, jan./jun. 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

_____. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso, Fale/UFMG, 1999. p. 27-43.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, n. 117, Les analyses du discours en France, Paris, Larousse, mars 1995.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

FERES, B. S. *Leitura, fruição e ensino com os meninos de Ziraldo*. Niterói: Editora UFF, 2011.

_____. *A escola “faz questão” de leitores autômatos ou autônomos?* A atividade de leitura no Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2003.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEURER, J. L. Esboço de um modelo de produção de textos. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Parâmetros de textualização*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997.

NEVES, I. C. B. et al. (Org.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 8. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OBJETIVO. In: DICIONÁRIO escolar de língua portuguesa. Academia Brasileira de Letras. 2. ed. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 2008.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

REZENDE, L. A.; STRUCHINER, M. Uma proposta pedagógica para produção e utilização de materiais audiovisuais no Ensino de Ciências. *Alexandria – Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v. 2, p. 45-66, 2009.

SANTAELLA, L. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SCALZO, M. *Jornalismo de revista*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SEFFNER, F. Leitura e escrita na história. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt et al. (Org.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 8. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

WEBER, M. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 1979.

WEBLIOGRAFIA CONSULTADA

A ANATOMIA DA CORRUPÇÃO. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: dez. 2012.

CORRUPTOS. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 2005. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: dez. 2012.

POR QUE ELES NÃO FICAM PRESOS. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: dez. 2012.

A metáfora dentro do universo do discurso jurídico

(La métaphore dans l'univers du discours juridique)

Isabelle Oliveira

Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III

isabelle.de-oliveira@univ-paris3.fr

Résumé: La portée de cette analyse est de proposer une réflexion et une contribution eu égard à la métaphore dans le discours judiciaire comme une aide précieuse dans l'acquisition de la connaissance frayant le chemin de l'argumentation avec son pouvoir de persuasion. L'herméneutique juridique va au-delà de la sémantique, du dire et du signifier, par des sentiers pragmatiques en rejetant la coexistence de sens équivoques et univoques.

Mots clés: métaphore; herméneutique juridique; argumentation.

Resumo: O escopo deste trabalho é propor uma reflexão e um contributo acerca da metáfora no discurso forense como auxiliar valioso na aquisição do conhecimento seguindo pela estrada da argumentação com o seu poder de persuasão. A hermenêutica jurídica vai além da semântica, o dizer e o significar, por caminhos pragmáticos, ao rejeitar a convivência de sentidos equívocos e unívocos.

Palavras-chave: metáfora; hermenêutica jurídica; argumentação.

Introdução

O estudo da metáfora permite lançar luz sobre os processos de produção e compreensão do discurso científico e técnico.

O carácter onipresente da metáfora e de outras “figuras”, como a metonímia, a personificação, a sinédoque etc. no discurso conduz forçosamente ao questionamento de alguns dos pressupostos da filosofia da linguagem e da comunicação.

Debruçando-se sobre as ciências da linguagem e da comunicação, será possível demonstrar a aproximação entre a linguagem nos seres humanos e as capacidades de comunicação propriamente ditas. E tal aproximação decorre da aprendizagem de conceitos de comunicação através da linguagem, mas conceitos que extravasam a própria linguagem. A metáfora apresenta-se como o instrumento ideal para a distorção da realidade, mas sendo, porém, uma necessidade discursiva. No fundo, há que criar, ou melhor, recriar a realidade que queremos transmitir aos outros na base dos nossos sistemas conceptuais.

Nessa medida, a compreensão da comunicação passará, obrigatoriamente, pela compreensão da linguagem. E é nessa mesma relação que vamos encontrar a origem dos significados que, no nosso quotidiano, se traduzem muitas vezes em conceitos metafóricos.

Disso resulta que ninguém poderá duvidar da necessidade do entendimento da metáfora, tão presente nos diferentes sistemas culturais, para a produção de comunicação eficaz e eficiente para a inserção cultural e social, tão fundamentais aos seres humanos.

Considerações iniciais

Em cada área do conhecimento desenvolve-se uma linguagem específica, em que cada palavra ou expressão tem um sentido próprio. No direito, a palavra é não só indispensável, mas a própria matéria-prima. Mas, na medida em que a especialização aumenta, a escolha da palavra se complexifica. Quanto melhor conhecemos as palavras, com maior precisão nos expressamos e comunicamos.

O desenvolvimento da técnica jurídica fez com que surgissem termos não usuais para os leigos. A linguagem jurídica, no entanto, não é mais fechada para o leigo que qualquer outra linguagem científica ou técnica. A linguagem do direito deve apresentar-se clara, simples, correcta, tendo como objectivo a comunicação técnica do que se pretende transmitir.

À medida que aumenta o grau de especialização, o vocabulário técnico também se especializa, aumentando a distância no diálogo dos iniciados nesse conhecimento e os não iniciados em função das diferentes linguagens dentro do amplo campo do direito.

- (01) Linguagem legislativa – a linguagem dos códigos, das normas que criam o direito;
- (02) Linguagem processual – a linguagem dos processos na aplicação do direito;
- (03) Linguagem contratual – a linguagem dos contratos, que criam direitos e obrigações;
- (04) Linguagem doutrinária – a linguagem cuja finalidade é explicar os institutos jurídicos;
- (05) Linguagem notarial – a linguagem jurídica que regista os actos de direito.

A generalização e internacionalização dos atos, contratos e relações obrigacionais, contratuais e jurídicas exigem, por isso, essa precisão que obviamente reflete na tradução de textos (leis, contratos, acordos internacionais etc.) com a desejável e igual clareza e precisão.

Aliás, nas relações entre os países de língua portuguesa, a linguagem jurídica precisa terá como consequência a eficácia e a clareza da tradução de textos para as diversas línguas, por exemplo inglês e francês, essencial para a concretização de contratos internacionais.

Especificidade da linguagem jurídica

Nesta análise, falaremos de linguagem especializada jurídica na qual se distinguem três tipos de linguagens do discurso do direito ou sobre o discurso de direito: trata-se da linguagem jurídica jurisprudencial (doutrina legal, que na linguagem forense se chama jurisprudência, referente às decisões dos tribunais superiores), da linguagem jurídica científica (o direito enquanto linguagem científica, de carácter sistémico e, portanto, distinto do dogmatismo fundado em outras ciências do conhecimento humano; o tratamento jurídico deve ser pragmático, sistemático e inserido num rigor científico para produzir efeitos dogmáticos) e da linguagem jurídica comum da prosa do advogado. Dessa tipologia sobressaem sobretudo diferenças semânticas ou pragmáticas. Desse modo, a metáfora ocupa um lugar distinto em função do lugar que ocupa dentro dos diferentes discursos. Nos dois primeiros, fala-se de um discurso do direito, e, no último, de um discurso sobre o direito.

Uma nuance importantíssima na análise da metáfora dentro das suas funções e “no seu objectivo de comunicação”.

Distinção entre discurso do direito e discurso sobre o direito:

Na nossa ótica, o discurso do direito é o discurso da lei como raciocínio a partir da lei de forma a determinar o seu significado. Nesse tipo de discurso, a metáfora com tendência à lexicalização sempre existiu e é analisada como “estrutura” de uma relação da ordem interna mais fundamental, isto é, a relação entre o legislador, o juiz e a lei. Aqui a metáfora torna-se teoria, sendo a “estrutura”, a “ossatura” de uma norma, lei.

O discurso sobre o direito é mais um raciocínio sobre o direito que permite uma melhor compreensão do seu funcionamento. Quando o discurso sobre o direito acolhe metáforas é mais para servirem de substituto, de acessório ou, às vezes, até como “imitação” da teoria. As metáforas dos discursos sobre o direito permitem interpretar a teoria, mas sempre em adequação à realidade. Trata-se de metáforas como figuras que são representações parciais ou deturpadas da realidade em questão, contentando-se com uma semelhança aproximativa.

Debruçamo-nos, em particular, sobre o discurso do advogado para uma melhor compreensão da metáfora como figura de função argumentativa e persuasiva. Normalmente, os argumentos do advogado situam-se em duas categorias: os lógicos e os baseados na estrutura do real. Os primeiros devem respeitar as relações bem conhecidas da lógica formal: relações de identidade, de contradição e de incompatibilidade. Os segundos baseiam-se na experiência real. De acordo com as duas categorias enunciadas, distinguimos raciocínios dedutivos e raciocínios indutivos no qual intervém o instrumento metafórico.

O raciocínio dedutivo é puramente formal, não acrescenta nada ao conteúdo do pensamento, mas explicita-o. Tem a forma de silogismo, que, no sentido etimológico, significa ligação dos termos.

O silogismo compõe-se de três proposições e de três termos: a primeira proposição é a premissa maior; a segunda, a premissa menor; e a terceira, a conclusão. O silogismo pode ser considerado o arquétipo formal de toda a decisão judiciária: a premissa maior é a regra jurídica; a premissa menor comporta os factos que se subsumem na regra; a conclusão é a proposição que se extrai da aplicação da regra jurídica aos factos. Por vezes, há silogismos que não se encontram na forma ternária que acabamos de invocar; são os silogismos dedutivos irregulares.

Entre outros, temos:

- (01) Entimema: raciocínio dedutivo que exprime, não três proposições, mas unicamente duas, subentendendo-se a que falta por demasiado evidente.
- (02) Epiquerema: é o silogismo onde cada uma das premissas é acompanhada de sua prova; esta figura é essencial à argumentação judiciária.
- (03) Silogismo disjuntivo: em que a proposição maior é uma disjuntiva composta por duas proposições alternativas (“ou... ou...”); a proposição menor afirma ou nega a validade de uma das duas proposições; a conclusão afirma ou nega a validade da outra. Exemplo particular de silogismo disjuntivo é o dilema que, afirmando ou negando qualquer das proposições da premissa maior, conclui a mesma coisa. O raciocínio indutivo assenta no princípio do determinismo, segundo o qual toda a relação de causalidade é constante na natureza: as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, e os mesmos efeitos são produzidos pelas mesmas causas.

A base do discurso do advogado é, pois, constituída por argumentos ou razões, distinguindo-se da narração e da descrição, ainda que possa conter elementos narrativos ou descritivos. Argumenta-se porque a questão debatida não é evidente – *res dubia* – e pretende-se defender ou justificar uma tomada de posição, buscando uma adesão dos espíritos. Quem argumenta afirma ou nega algo, apresentando a sua tese como verdadeira ou, pelo menos, como a mais correcta ou razoável. Consequentemente, argumentar, em advocacia, é mais do que conceptualizar; é uma actividade com que se pretende convencer alguém, para que veja um facto que não quer ver e nada melhor do que apresentar os factos através da metáfora.

A teoria das figuras relaciona-se também com o estilo do orador exigindo alguma eloquência no campo da expressão do pensamento, porque, no discurso forense, não se aplica o estilo do discurso comum. Pelo contrário, requerem-se atributos como ser claro, para ser facilmente entendido; ser preciso, limitando-se ao essencial; ser puro, respeitando os cânones gramaticais; ser elegante, respeitando os processos estéticos. Desse modo, as figuras do pensamento das quais destacamos as figuras metódicas (distribuição, enumeração, acumulação, recapitulação, paradiástole etc.) e as figuras enfáticas (exclamação, interrogação, apóstrofe, paráfrase etc.) merecem a atenção do orador.

Por outro lado, aparecem as figuras de palavras que dão maior vivacidade ao pensamento: as figuras pleonásticas, as figuras elípticas, as que se obtém por supressão, omissão ou redução de palavras no discurso, os tropos dos quais se destacam a metáfora, a comparação, a alegoria, a hipérbole, a metonímia etc.).

Os aspectos metodológicos do discurso jurídico comum nos quais intervém a metáfora são:

- (01) saber extrair argumentos (invenção) = METÁFORA FIGURA
- (02) colocá-los numa determinada ordem (disposição) = METÁFORA ESTRUTURA
- (03) encantar pela linguagem (elocução) = METÁFORA FIGURA
- (04) dramatizar os acontecimentos que estão sendo apresentados (dramatização) = METÁFORA FIGURA
- (05) rememorar factos passados (memória ou memorização) = ANALOGIA

Nas suas alegações de defesa o advogado apela essencialmente à:

- (01) Lógica da análise através da metáfora, eminentemente filosófica. Uma pergunta que faz o advogado para desvelar, para saber. A pergunta é feita para um convite efetivo à descoberta.
- (02) Lógica da persuasão através da metáfora, eminentemente retórica. Uma pergunta que faz o advogado para convencer, para provocar, não para investigar. Esse procedimento retórico tem como figura de linguagem predominante o erótema (interrogação retórica). Na lógica da persuasão também temos o emprego da falácia através do emprego da metáfora como figura – um argumento que na aparência parece ser verdade, mas na essência é falso –, o argumento *ad hominem* – argumento que ataca o indivíduo, e não aquilo que ele diz –, o apelo à autoridade, o equívoco, o uso dos antecedentes do fato, a anfibologia, a comparação indevida, a petição de princípio, argumentos esses considerados erros na lógica da análise são considerados oportunos e eficazes na lógica da persuasão.

Diria, assim, que os profissionais do direito devem conduzir uma reflexão sobre os valores da existência. A linguagem metafórica oferece a possibilidade de expressar o seu pensamento. Os conceitos são, deste modo, as transmutações, operadas pela linguagem,

experiências em abstração. Terá de haver uma comunicação-comunhão entre o racional e o intuitivo.

Frequentemente, a metáfora supera os dados da consciência, as próprias representações para a abstracção, para o conceito. A metáfora não é um dado estanque, mas algo construído, uma produção proveniente de uma vivência anterior que comporta uma parte de negação e encontra sua verdade no saber em construção. Ela reclama uma certa mediação da reflexão (um desenvolvimento) que traz uma alteridade. No quadro deste trabalho, podemos considerá-la como uma espécie de conhecimento sobre o conhecimento, desempenhando assim um papel heurístico e criativo nas áreas do conhecimento. Como hipostasia do pensamento, a metáfora acaba por criar instrumentos pelos quais ela surpreende o contingente e o transcendente.

Não há dúvidas de que o discurso jurídico recorre a inúmeras metáforas, o que contribuiu para a elaboração do universo terminológico da sua disciplina, que acabam por apresentar características semióticas e textuais bem distintas, e alguns subdomínios do direito são mais sensíveis do que outros, nomeadamente o direito da família, o direito financeiro e o direito de autor sempre em constante evolução. Relembremos que o direito e a língua, enquanto sistemas, são essencialmente evolutivos: a língua tem vida, o direito também, e ambos estão em permanente transformação sob a ação das autoridades. Um neologismo é, para a língua, o que para o direito é uma inovação legislativa, estando ambos muitas vezes associados. É inegável a importância da língua para o direito uma vez que o texto é a matéria-prima da atividade jurídica. Assim, o discurso jurídico extrai da metáfora novas dimensões ontológicas.

Começaria por abordar a primeira realização da metáfora, que constitui a catacrese.

A linguagem evolui, e alguns termos perdem, no decorrer do tempo, a carga metafórica a tal ponto que já não são vistos como metáforas pelos profissionais do direito. Fala-se, então, de metáfora morta, que se opõe à viva que se traduz por sua originalidade e que permeia sobretudo o discurso do advogado durante as suas alegações finais ou de defesa. Como exemplos desses termos-catacreses, podemos citar “pena corporal”, “servidão”, “nulidade”, “litispendência”, “homem de palha”, “enfiteuse”, “esbulho”, “decadência”, “curador”, “corretor”.

Debrucemo-nos também um pouco sobre a metáfora em cadeia – “metáfora sequencial” –, que constitui um instrumento particularmente eficaz na estruturação do pensamento e do raciocínio por uma metafísica da semelhança, mas também da imaginação. É nem mais nem menos do que um procedimento que consiste em apresentar um conceito jurídico nas suas diferentes nuances e facetas e com todas as suas ramificações. Algumas metáforas utilizadas durante as alegações dos advogados permitem desenvolver a imagem e criar uma teia de analogias servindo-se da ideia de partida. Eis um exemplo de metáfora sequencial sobre o célebre processo de Bruno Wiel que decorreu em França em 2011:

Il faut que ce que je vous dis, vous l’entendiez. Ce n’est pas la peine de **plonger** vos têtes dans vos mains, il faut que vous l’entendiez avec des mots **crus** et pas avec vos mots **éthérés** et **édulcorés**... (7^{ème} jour du procès Bruno Wiel)

As metáforas corporais também são numerosas no sistema jurídico romano-germânico. Sua presença deve-se fundamentalmente à vontade do jurista querer conferir um certo humanismo ao direito, disciplina considerada hermética e árida.

Nessa categoria de metáforas particularmente fecundas, podemos citar “órgão jurisdicional”, “corpo administrativo”, “corpo arbitral”, “a mão da justiça” etc. Todas têm um significado bem preciso em direito, apesar de terem em comum uma referência a uma parte do corpo.

A personificação da lei e da justiça reflete-se também em inúmeras expressões metafóricas que não têm significado jurídico, propriamente dito, mas cuja carga metafórica lhes confere uma grande força evocadora: citemos, por exemplo, “braço da justiça”, “a justiça é cega”, “a justiça fecha os olhos”.

Algumas características do discurso jurídico

Definir a linguagem do direito como uma forma particular de se exprimir implica que ela contenha elementos da língua corrente e elementos que lhe são estranhos.

Essa combinação de elementos é o que se pode chamar de carácter composto de linguagem jurídica. É essa característica que explica em parte este paradoxo: o direito é um fenómeno tão social como a própria língua, mas que suscita alguma estranheza para os leigos.

A pertença pode ser exclusiva, quando os termos pertencem unicamente ao vocabulário jurídico, ou partilhada, quando eles pertencem à língua corrente ou a outras áreas especializadas do conhecimento.

Exemplos de pertença exclusiva:

- (01) Teoria geral – credor, ilegal, rescindir
- (02) Procedimento – cassação, declinatória, licitação
- (03) Direito sucessório – legatário, hológrafo, testador
- (04) Direito de crédito – fiduciário, cambiário
- (05) Outros ramos – constitucionalidade, criminalista, salarial

Esses termos caracterizam-se pela sua monossímia (ou seja, por terem um só significado), o que confere estabilidade semântica e precisão ao vocabulário jurídico.

Tomando como exemplo o termo “ilegal”, ele significa sempre um acto ilícito, uma ação ou omissão contrária à lei, da qual resulta dano a outrem, não existindo nenhuma outra acepção para o termo ilegal, nem na língua corrente nem no discurso jurídico.

Existe em segundo grupo de termos, que são maioria, que tem um significado no discurso jurídico e outro na língua corrente.

Esses termos agrupam-se em duas categorias:

- (01) a primeira compõe-se de termos com um sentido jurídico principal e um sentido extrajurídico derivado: divórcio, hipoteca, herdeiro;
- (02) a segunda categoria, em sentido inverso, compõe-se de termos, e são os mais numerosos, cujo sentido principal se situa na língua corrente, mas que adquiriram, por empréstimo, um sentido na terminologia jurídica (denunciar, prescrição, parte, curso).

Trata-se de termos polissémicos, difíceis de dominar, uma vez que a sua significação depende do contexto em que são empregados. Por isso não subscrevemos esta

afirmação de Lerat (2004, p. 24): “En effet, une division en sous-domaines et l’étiquetage respectif des termes peuvent induire des erreurs, vu qu’on en arrive à une certaine fragmentation de la réalité”.

Para reforçar esse nosso propósito, relembremos que, por exemplo, o termo “obrigação”, não tem o mesmo significado em direito civil e em direito comercial. No domínio do direito civil, diz-se que a obrigação do comprador consiste em pagar ao vendedor, enquanto, no direito comercial, uma obrigação é um título negociável em bolsa. Desse modo, não só é importante definir o subdomínio em direito, o seu contexto, mas também o próprio sistema jurídico ao qual pertence, pois um termo poderá adquirir um significado diferente em função de um ou de outro.

O processo de tradução na construção do discurso jurídico

No domínio jurídico, a língua é o meio pelo qual o direito exprime a norma jurídica (textos, leis, decretos), em que, num plano interno (sintaxe, estilo, semântica e léxico), assim como num plano externo (organização e estrutura da linguagem), tudo se conjuga para que a norma seja respeitada e seguida ou aplicada.

O direito é essencialmente técnico, compreendendo um determinado conjunto de termos jurídicos adaptados a partir dos direitos. Porém, o encontro entre a dimensão científica e técnica e a expressão jurídica coloca problemas específicos tanto para os redatores como para os destinatários ou usuários do direito.

É manifesta a dificuldade para os iniciados e para aqueles que são confrontados com uma linguagem duplamente especializada, pois nela se concentra a relativa técnica da linguagem jurídica e a precisão que requer a linguagem científica do domínio em referência.

Três orientações devem ser objecto de esforços específicos: a qualidade das traduções, a validação da terminologia utilizada e a formação de magistrados e profissionais do direito.

A tradução jurídica coloca certamente alguns problemas que lhe são inerentes, mas que, aliás, não são estranhos a outros domínios da tradução.

Contudo, não podemos esquecer que a tradução no domínio do direito apresenta especificidades linguísticas, culturais e metodológicas que nenhum outro domínio apresenta.

Daí resulta a necessidade de todos os países de língua portuguesa formarem tradutores especializados em tradução jurídica e de os prepararem para as tarefas próprias da tradução, dotando-os de utilitários e métodos de tradução adequados. Para tal, é necessário que se familiarizem com o raciocínio, argumentação e cultura jurídicas a fim de poderem interpretar os textos redigidos em português e de os traduzirem para francês ou inglês, aprofundando conhecimentos nos vários domínios, de modo a estarem disponíveis para colocar esses conhecimentos a serviço de instituições públicas e privadas.

Assim, o aprofundamento dos conhecimentos e das técnicas de tradução podem contribuir para a prossecução de políticas de abertura que não se mostrem como um fim em si mesmas, mas antes como um utensílio eficaz de valorização e de difusão dos direitos do e no espaço lusófono, que permitam contribuir para uma saída de um certo isolamento em alguns espaços ou cenários internacionais.

Finalmente, a necessidade de dispor de instrumentos jurídicos apropriados ao desenvolvimento económico deverá sempre visar à criação de campos de trocas, contrapartidas, aproximação e concretização de projectos.

Conclusão

Para concluir, a metáfora não deixa de ser um fenómeno linguístico, paradigmático e sintagmático, operando do interior das regras da linguagem ou na sua fronteira, transgredindo-as quando necessário, que produz significado sobre a realidade aparente.

Verificou-se que, em determinados contextos, a metáfora apresenta-se como estrutura ou ossatura na construção de uma teoria do direito ou como simples figura quando abrange o discurso do profissional do direito (advogado, jurista) que visa a convencer o seu auditório e sobre o assunto a que se refere. A finalidade da metáfora é provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que lhe são sugeridas. O auditório é entendido como o conjunto de pessoas que o orador pretende influenciar apelando à metáfora argumentativa e persuasiva. Nesse contexto retórico, Booth (1978) apresenta algumas especificidades desse tipo de metáforas para que elas possam ser persuasivas no discurso. Devem obrigatoriamente ser ativas, dando “energia” a alguma coisa que tem menos “energia” ou até mais “abstrata”; devem ser concisas, ou seja, o lema é dizer mais com menos palavras; devem ser apropriadas em relação ao assunto tratado. Porém, para além de serem apropriadas, devem também estar adaptadas ao auditório. Ressalvamos, nesse contexto, a relevância das protometáforas que são mais instituintes, e que povoam o imaginário jurídico transformando-se, por vezes, em verdadeiras referências mobilizadoras no discurso do profissional de direito. Vê-se nesse tipo de metáfora, além da sua função informativa ou descritiva, um estilo persuasivo e, às vezes, até mesmo dissuasivo.

A metáfora constitui assim o procedimento básico pelo qual a linguagem e o conhecimento se formam. Teríamos dois modos de pensar: por imagens ou por conceitos. O primeiro, pela imaginação; o segundo, pela razão. Imaginar é ver semelhanças entre as imagens, como fazem os poetas. Raciocinar é ver relações de causalidade entre os conceitos, como fazem os cientistas. São dois modos de pensar, mas entre eles não há uma distinção radical, já que todo pensamento nasce das imagens, nasce das “primeiras metáforas”.

Realçamos, desse modo, a função fundamental da metáfora no processo de formação da linguagem, sendo ela a força artística que permite os “pensamentos originais”. É a matriz a partir da qual se desenvolve todo pensamento, inclusive o pensamento dedutivo, silogístico, matemático, que pretende ser exato.

REFERÊNCIAS

BOOTH C. Metaphor as rhetoric: the problem of evaluation. *Critical Inquiry*, v. 5, n. 1, p. 49-72, Autumn, 1978. Special Issue on Metaphor.

CORNU, G. *Linguistique juridique*. Paris: Montchrestien, 2005

DUVIGNAU, K. Métaphore verbale et approximation. *Revue d'Intelligence Artificielle*, v. 17, n. 5-6, p. 869-885, 2003.

GARDES TAMINE, J. *Au cœur du langage. La métaphore*. Paris: Champion, 2012.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

HENRY, A. *Métonymie et métaphore*. Paris: Klincksieck, 1971.

HORNE, C. La métaphore: quelques définitions contemporaines. *ALFA*, v. 5, p. 179-180, 1992.

JAKOBSON, R. The metaphoric and metonymic poles. In: JAKOBSON, R.; HALLE, M. (Ed.). *Fundamentals of Language*. Paris: The Hague/Mouton de Gruyter, 1956. v. 2.

KREMER MARIETTI, A. *Lacan ou la rhétorique de l'inconscient*. Paris: Aubier, 1978.

LECLAIR, J. Réflexions critiques au sujet de la métaphore du dialogue en droit constitutionnel canadien. *Revue du Barreau du Québec*, n. Spécial, p. 377-420, abr. 2003.

LERAT, P. Le vocabulaire juridique entre langue et texte. In: *La jurilinguistique. Bilan et perspectives / Jurilinguistics*. Montréal, Thémis: The State of Art, Jean-Claude Gémard et Nicholas Kasirer edd, 2004.

NORDMANN, J. F. Qu'est-ce qu'une métaphore expressive? Une perspective phénoménologique. *Les Cahiers Philosophiques de Strasbourg*, v. 3, p. 77-101, 1995.

PERELMAN, C. *Figures et conflits rhétoriques*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1990.

ROBRIEUX, J.-J. *Les figures de style et de rhétorique*. Paris: Editions Dunod, 1998.

ROSSI, M. Terminologies et comparaison interculturelle: évolutions de quelques métaphores conceptuelles dans le domaine du droit de la famille, *Lingua e Diritto. La Lingua della Legge, la Legge nella Lingua. PubliFarum*, n. 18, 13 mar. 2013. Disponible em: <http://publiforum.farum.it/ezone_articles.php?id=255>. Consultato il: 25 jan. 2014.

TERRAL, F. L'empreinte culturelle des termes juridiques. *Meta: journal des traducteurs*, v. 49, n. 4, p. 876-890, dez. 2004.

Os sentidos de metrópole: saber urbano e jornalismo

(The senses of metropolis: urban knowledge and journalism)

José Horta Nunes

Laboratório de Estudos Urbanos/Nudecri – Universidade Estadual de Campinas (UEF)

johnunes@unicamp.br

Abstract: Based on the theoretical device of Discourse Analysis, this paper analyzes four images of the city related to the notion of metropolis: a) “the metropolitan region”, “the city region”, “the historic center” and “the cultural capital”. Each one of these urban images is based on specific discourses to be discussed here. The analysis takes into consideration: a) the city metaphors presented in the discourse; b) the significance of urban spaces; c) the relationship with knowledges and institutions that, in each case, support the interpretations; d) the temporality in the configuration of city images. We also aim to show how urban knowledge is related to the journalistic discourse.

Keywords: Discourse Analysis; metropolis; journalistic discourse.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, com base na análise de discurso, a configuração de quatro imagens de cidade ligadas à noção de metrópole, a saber: “região metropolitana”, “cidade região”, “centro histórico” e “capital cultural”. Cada uma dessas imagens cidadinas se sustenta em discursos específicos, que objetivamos mostrar. Consideramos na análise: a) as metáforas cidadinas constituídas nos discursos; b) a significação dos espaços urbanos; c) a relação com os saberes e com as instituições que sustentam as interpretações em cada caso; d) a temporalidade na configuração de imagens da cidade. Tem-se em vista também mostrar de que modo a circulação de saberes urbanos se relaciona com o discurso jornalístico.

Palavras-chave: análise de discurso; metrópole; discurso jornalístico.

Introdução

Este trabalho está relacionado ao projeto “Enciclopédia Discursiva da Cidade: análises e verbetes”,¹ que tem o objetivo de realizar análises de discursos urbanos e elaborar verbetes enciclopédicos que divulguem os resultados dessas análises. Minha proposta para esse projeto é analisar sentidos de *metrópole* em um *corpus* heterogêneo, que inclui textos de urbanistas, textos governamentais, textos jornalísticos e textos cotidianos. Neste artigo, analiso notícias de jornais que tomam por objeto as metrópoles, buscando mostrar a configuração de um imaginário de cidade e explicitar de que modo os saberes urbanos sustentam tais imagens. As análises se inserem nas pesquisas que buscam compreender a cidade pelo viés da linguagem, tomando-a como real que demanda sentidos e sujeito a direcionamentos que a organizam em certas direções (ORLANDI, 2004, 2001)

Em um outro trabalho,² mostramos que os sentidos de *metrópole* estão geralmente associados a uma cidade grande e influente, o que coloca, de um lado, a questão da *quantidade*, e, de outro, a do *poder* em vista de outros espaços ou outras cidades. Esses

1 Auxílio à Pesquisa da Fapesp (Proc. n. 2012/22917-0).

2 “Léxico Urbano: os sentidos de metrópole”. Texto entregue para publicação organizada por Ieda Maria Alves para a coleção *As Ciências do Léxico* (no prelo).

sentidos estão sedimentados nos dicionários de língua, por exemplo, e aparecem parafrasticamente em diversos outros materiais. Outro ponto que gostaríamos de retomar é o fato de que metrópole significa espaços urbanos que não coincidem com os limites dos municípios: as cidades crescem e se juntam a outros espaços, rurais e urbanos, e por isso estão sujeitas a uma série de sentidos que escapam à administração pública, aos discursos jurídicos, à cidade legal, enquanto aproximam-se de uma série de discursos não governamentais que procuram delinear e projetar os seus contornos, sua futuridade. É um espaço de instabilidade, de deslizamentos de sentido, de fronteiras de formações discursivas.

Após uma busca de notícias que abordassem a noção de metrópole, e uma primeira leitura desse material, selecionamos para esta análise quatro textos, que apresentam os seguintes títulos:

- 1) “São Paulo é a metrópole com mais migrantes” (ROSSI, 2012).
- 2) Relatório da ONU diz que São Paulo pode ser chamada de “cidade-região” (GUEVANE, 2013).
- 3) Marselha usa ano como capital cultural para construir nova imagem (DUPLANDIER, 2012).
- 4) Lojas centenárias no coração de uma metrópole (MEDRANO, 2012).

Nesses textos, notamos respectivamente a configuração de quatro imagens de cidade ligadas à noção de metrópole, a saber: “região metropolitana”, “cidade região”, “centro histórico” e “capital cultural”. Cada uma dessas imagens cidadinas se sustenta em discursividades específicas, que objetivamos mostrar a seguir. Note-se que não foi nosso objetivo comparar os jornais em que essas notícias aparecem, mas sim compreender a circulação de certas imagens da cidade na mídia de ampla divulgação. O que visamos a analisar foram: a) as metáforas cidadinas constituídas nos discursos; b) a significação dos espaços urbanos; c) a relação com os saberes e com as instituições que sustentam as interpretações em cada caso; d) a temporalidade na configuração de imagens da cidade.

O discurso jornalístico, enquanto discurso *sobre* (MARIANI, 1998), toma a cidade como objeto e se apropria de saberes em circulação sobre ela. Importa-nos explicitar de que modo esses saberes ali se inserem. Os nomes atribuídos às cidades são índices do modo como elas são significadas em certos discursos. Eles são vistos aqui em seu funcionamento metafórico, na medida em que eles se constituem na relação com o interdiscurso, na incessante retomada das formações discursivas em uma conjuntura. Consideramos, em concordância com M. Pêcheux, que

[...] é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (2011, p. 158)

As nomeações de cidade, tal como *metrópole*, ao serem inseridas no discurso jornalístico, retomam certos discursos constituídos em outro lugar. Elas não consistem em referências universais ou fixadas, mas estão sempre em movimento nos discursos. Ao mesmo tempo, ao circularem e se repetirem, elas constituem certos imaginários da cidade. Cabe observar, então, a polissemia que envolve essa palavra ao ser retomada por diferentes nomeações, em diferentes formações discursivas, bem como os efeitos de unidade que ela condiciona em uma dada formação discursiva.

Uma das condições de estabilização dos sentidos dos nomes citadinos está na institucionalização dos saberes urbanos. Incluímos aí as diversas instituições produtoras de saberes sobre a cidade. Como se tem considerado em alguns estudos em análise de discurso, a instituição funciona como lugar de legitimação dos discursos, dos saberes, das ciências, das disciplinas (GUIMARÃES; ORLANDI, 2002). Ao circularem nos jornais, tais saberes são retomados, reproduzidos, transformados conforme os percursos que eles tomam no discurso jornalístico. Partindo da análise da textualidade de notícias jornalísticas, encontramos pistas que nos levam às instituições que conformam essas imagens. E também percebemos o modo como os saberes são silenciados, parafraseados, esquecidos. Em meio às não coincidências enunciativas (AUTHIER-REVUZ, 1998) inscritas nas cenas que envolvem jornalistas, leitores e instituições, procuramos identificar as citações, os discursos relatados, as paráfrases. Atentamos também para as formas de silenciamento (ORLANDI, 1992) dos saberes. Entre o acontecimento sobre o qual a notícia se volta e o discurso que o jornalista dirige ao leitor, vemos pela materialidade discursiva os indícios dos discursos institucionais que significam a cidade. Atentamos ainda para o modo como nomeações e saberes institucionais inscritos em diferentes formações discursivas participam da significação dos espaços, especialmente os que se configuram para as metrópoles, de modo que nos inserimos nos estudos que buscam abordar o espaço urbano enquanto espaço simbólico de significação (ORLANDI, 2001; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003), assim como os que visam a dar continuidade à construção da *Enciclopédia Discursiva da Cidade* (ENDICI), uma enciclopédia digital que objetiva compreender o urbano pelo viés da linguagem, levando-se em conta a polissemia discursiva (ORLANDI, 2003; NUNES, 2012).

Uma vez explicitados o dispositivo teórico, os procedimentos e as questões, passemos, então, às análises das notícias.

“Região metropolitana”: a metáfora do Estado

No texto “São Paulo é a metrópole com mais migrantes”, notamos a presença de um discurso sobre os migrantes na cidade de São Paulo. O texto é de autoria de Amanda Rossi, repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. Observemos a sequência abaixo:

São Paulo sempre foi conhecida por receber pessoas de todos os lugares e por compor sua história e cultura com essa mistura. Os dados da Pnad 2011 mostram que a presença de pessoas de fora do Estado é de fato um dos maiores diferenciais da Grande São Paulo em relação às outras regiões metropolitanas. Um terço dos moradores nasceu em outros Estados, sobretudo no Nordeste. Outros 17% são de outros municípios paulistas. Metade nasceu na Grande SP. (ROSSI, 2012)

O nome próprio “São Paulo” é retomado na sequência por “Grande São Paulo” e por “regiões metropolitanas”. De um lado, temos a significação da metrópole pela quantidade (“grande”), como uma extensão da cidade, e de outro pela significação do espaço (“região”). Neste último caso, região metropolitana evoca a noção adotada pelo Estado para legitimar as regiões passíveis de se tornarem organizadas, planejadas e administradas, para além dos limites dos municípios. Conforme a Constituição de 1988, as regiões metropolitanas são “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de

interesse comum” (Art. 25, § 3o). É assim a metáfora regional do Estado que prevalece no encadeamento de nomeações do texto, o que leva ao predomínio do discurso jurídico estatal na significação da metrópole, enquanto espaço organizado que envolve diferentes municípios, com organização futura, ou seja, por lei complementar estadual e possibilidade de posterior implementação de práticas que visem a finalidades públicas no âmbito nacional.

Notam-se na análise dois momentos de enunciação do discurso jornalístico. O primeiro diz respeito a um conhecimento de senso comum, histórico e cultural, que repousa sobre uma memória coletiva da “mistura”: “São Paulo sempre foi conhecida por receber pessoas de todos os lugares e por compor sua história e cultura com essa mistura” (ROSSI, 2012). Em seguida, temos uma enunciação que se sustenta em “dados da Pnad 2011”, isto é, no discurso do IBGE, instituição que disponibiliza uma série de dados sobre a população brasileira (ROSSI, 2012). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), por meio de entrevistas com moradores, investiga diversos temas, dentre eles o da migração. É interessante observar aí o funcionamento da sigla Pnad, visto que não se menciona em nenhum momento da notícia o IBGE e nem se descreve o objetivo dessa pesquisa: a Pnad aparece como uma evidência, sigla enigmática legitimadora do discurso jornalístico, com sua imagem de clareza e objetividade apoiada em uma concepção quantitativa da realidade urbana.

A marca da palavra “dados” caracteriza o estatuto do que é dito, remetendo a um discurso científico de pesquisa urbanística estatística, ligado a uma das instituições mais mobilizadas no jornalismo sobre temas urbanos. Observe que, na passagem do discurso histórico e cultural, que prevalece no início da sequência, para o discurso científico, que prevalece na continuidade, há uma relação de continuidade, de aliança, o que se percebe pela retomada pela expressão “de fato”: “Os dados da Pnad 2011 mostram que a presença de pessoas de fora do Estado é *de fato* um dos maiores diferenciais da Grande São Paulo” (ROSSI, 2012, grifos nossos). Isso aponta para a estreita relação construída no discurso entre a ciência estatística e os conhecimentos históricos e culturais de senso comum. Uma vez instalado o discurso científico nessa conexão, ele se mantém até o final do texto, sem a citação de nenhum autor ou de outra instituição, de modo que a voz do IBGE é reproduzida por meio de uma leitura resumida dos dados, em que as descrições quantitativas e o ranqueamento das cidades estão sempre presentes:

A maior comunidade de migrantes em São Paulo é a dos nordestinos, que representam sete entre dez pessoas de fora do Estado. O destaque vai para a Bahia. O contingente baiano é tão grande que equivale a 40% da população da região metropolitana de Salvador: 1,4 milhão de pessoas. Em seguida, estão Pernambuco e Minas Gerais, com mais de 870 mil pessoas cada um. (ROSSI, 2012)

Esta análise nos leva a compreender o funcionamento das agências de estatísticas na produção do discurso jornalístico. Ao avaliar as iniciativas do IBGE para a difusão de informações, Jannuzzi e Gracioso (2002, p. 102) observam que “Um aspecto a valorizar nas estratégias de disseminação de informações são as iniciativas do IBGE e de algumas agências estaduais como a SEI e a FJP em organizar cursos de capacitação e atualização de jornalistas e profissionais de comunicação social.”. Isso mostra a aproximação entre especialistas em estatística, reunidos em uma instituição de renome nacional, e jornalistas que em seu cotidiano lidam com os discursos sobre a cidade.

A metáfora da “região metropolitana” é um índice, portanto, do discurso do Estado presente no discurso jornalístico. Fazendo a mediação entre o senso comum (histórico, cultural) e o discurso científico, apoiado em uma instituição estatal, a posição de jornalista desloca por efeito metafórico o que é histórico-cultural para o que é objetivado por meio de dados no discurso do IBGE. Essa transferência de sentidos afeta desse modo a significação do nome próprio “São Paulo” e orienta os sentidos para o discurso sobre os sujeitos e o espaço urbano. Em relação aos sujeitos, vemos a construção do objeto “migrante”, na relação com os nomes “pessoa”, “morador” e “população”. Assim, o sujeito da região metropolitana é, inicialmente, o cidadão, que é significado na constituição brasileira, a qual legitima a possibilidade de organização do espaço regional, e em instituições como o IBGE, cuja missão se apresenta como “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania” (IBGE, 2013); depois, é o migrante, objeto construído pelo discurso do IBGE na análise dos deslocamentos dos moradores (o quesito de migração corresponde a “residência anterior e há 5 anos da data de referência”). A realidade mostrada nos “dados” da região metropolitana apresenta um “retrato” desse sujeito migrante, que não permanece no município e se torna objeto de estudo e planejamento.

“Cidade-região”: a cidade mundial sustentável

O texto “Relatório da ONU diz que São Paulo pode ser chamada de ‘cidade-região’” (GUEVANE, 2013) foi publicado no *site Uol Notícias*, em 14 de fevereiro de 2013, com autoria de um repórter da Rádio ONU em Nova York, E. Guevane. Ao clicar em “Leia mais”, no final da primeira parte da notícia, o leitor é direcionado para o site da rádio da ONU, em que se encontra a notícia completa (ONU-HABITAT). No início do texto, nos deparamos com a nomeação “cidade-região” para se referir à cidade de São Paulo. Temos aqui novamente um discurso regional sobre a cidade, mas dessa vez não se trata de uma metáfora sustentada pelo discurso do Estado e suas instituições, mas sim de um discurso da Organização das Nações Unidas (ONU), tal como se nota já no título: “Relatório da ONU diz que São Paulo pode ser chamada de ‘cidade-região’”. Não encontramos no texto definição da noção de cidade-região, porém, pela análise, chegamos a identificar os sentidos que aí são produzidos, observando-se as fontes citadas, o modo de enunciação dos saberes, a intertextualidade, os discursos constituintes e o tratamento dos temas urbanos.

Na formulação da notícia, a voz do jornalista está estreitamente ligada ao discurso da ONU, tal como se apresenta no Relatório e também em alguns documentos e programas:

As Nações Unidas divulgaram, nesta quinta-feira, um relatório sobre a situação das cidades em todo o mundo [...] O relatório destaca o aumento demográfico de São Paulo e da Cidade do Cabo, na África do Sul, indicando que as duas metrópoles podem ser chamadas de “cidades-região” [...] Os dados estão no documento “Estado das Cidades do Mundo 2012/2013: A Prosperidade das Cidades” [...] Para o Programa de Assentamentos Humanos da ONU, UM-Habitat, um outro motivo de preocupação são os altos níveis de criminalidade e desigualdades sociais. (GUEVANE, 2013, s.p.)

Após citar, de modo generalizado, os “especialistas em planejamento urbano” que realizaram os estudos, o locutor jornalista passa a incorporar o discurso desses especialistas, apresentando ao leitor alguns dos resultados do Relatório:

Segundo especialistas em planejamento urbano, metrópole brasileira, assim como a Cidade do Cabo, na África do Sul, registra ritmo de crescimento demográfico maior que o de outras grandes cidades no mundo.

No estudo, são avaliados índices de prosperidade, crescimento demográfico, segurança e outros aspectos do dia-a-dia de grandes centros urbanos. (GUEVANE, 2013, s.p.)

A cidade de São Paulo é falada, desse modo, da perspectiva do discurso da ONU, que toma por objeto cidades do mundo. Não são citados nomes de cientistas, de maneira que o que funciona no discurso é a representação institucional de alcance global. Ao citar as fontes documentais da ONU, o locutor jornalista se mantém muito próximo do discurso citado, o que se vê pelo modo de introduzir o discurso do outro: “Relatório da ONU diz que [...]”; “No estudo, são avaliados [...]”; “O relatório destaca [...], indicando que [...]”; “Para o Programa X, um outro motivo de preocupação são [...]”; “De acordo com o estudo, [...]”; “Especialistas que compilaram o relatório, afirmam que [...]”; “Mas o documento também traz boas notícias [...]”; “O relatório [...] ressalta ainda”; “o documento afirma que [...]”. Os verbos que introduzem os enunciados da ONU (“dizer”, “destacar”, “compilar”, “afirmar”, “ressaltar”), bem como expressões como “de acordo com”, apontam para uma proximidade entre o discurso do jornalista e o discurso da ONU, sem colocar em questão ou discutir os documentos sob outras perspectivas.

Encontramos também marcas de um discurso que se mostra como objetivo, dentre as quais as descrições quantitativas, estatísticas: “mais de 80% dos lares têm ao menos um telefone celular, aumentando a conexão móvel. Este setor, aliás, representa 1,7% do PIB regional, num total de US\$ 82 bilhões em 2010”. A palavra “dados” também nomeia aqui o conjunto dos discursos citados, sustentando a pretensão de cientificidade da instituição e dos especialistas envolvidos.

Uma última observação a respeito do discurso da ONU sobre as cidades brasileiras. Ao se apoiar no discurso da sustentabilidade, o sentido ambiental é outro índice do modo de tratar os temas citadinos, o que leva a um apagamento de questões sociais, políticas e econômicas. Considere-se, por exemplo, o modo se abordar a questão do tráfego. O documento da ONU afirma a esse respeito apenas que se trata de “um grande problema ambiental”, o que leva a silenciar questões como a precariedade do transporte público, a dificuldade de deslocamento para trabalho, os preços abusivos, etc., questões amplamente discutidas diante das recentes manifestações de rua ocorridas no Brasil.

Uma vez que identificamos a ligação ao discurso da ONU, cabe questionar sobre a direção de sentido que esse discurso toma. Uma consulta ao *site* da ONU nos conduz a um relatório do Programa de Assentamentos da ONU, ONU-Habitat, denominado “Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012” (Esse relatório aborda cidades da América Latina, tendo em vista ações para o “desenvolvimento econômico regional”. Vejamos como os sentidos de cidade-região ganham sustentação nesse discurso e como o espaço citadino é aí significado:

Áreas metropolitanas, conurbaciones, ciudades-región, megarreiones y corredores urbanos son nuevas expresiones territoriales Del fenómeno urbano que favorecen y se apoyan em

el desarrollo econômico regional. Son espacios que ofrecen grandes oportunidades socio-econômicas, aunque también conllevan retos de enormes proporciones desde el punto de vista social, medioambiental y de gestión política e institucional. (ONU-HABITAT, 2012, p. 34)

Ao analisar a sequência textual acima, identificamos uma série de nomeações dos espaços urbanos (“expressões territoriais”), a saber: “áreas metropolitanas”, “conurbações”, “cidades-região”, “megarregiões” e “corredores urbanos”. Em seu conjunto, essas noções significam os espaços que ultrapassam os limites municipais, e apontam para diversos arranjos citadinos mais amplos. Na continuidade do texto, percebe-se que tais noções são retomadas no interior de um discurso de “desenvolvimento econômico regional”, marcado pelas “grandes oportunidades socioeconômicas” e pelos grandes desafios do ponto de vista “social, de meio ambiente e de gestão política e institucional”. Constitui-se desse modo um discurso sócio-econômico sobre as cidades latino-americanas, vistas a partir daí como oportunidades econômicas.

Ao abordar temas como a criminalidade, a distância entre ricos e pobres, os celulares, o tráfego, o discurso da ONU é divulgado como discurso disponível para um público amplo, que faz circular gestos de interpretação autorizados pela voz dos especialistas e pelo peso de uma instituição global. Ao mesmo tempo, produz-se um efeito consensual que se apoia na objetividade dos dados, na proximidade do locutor com os discursos institucionais citados e na apreensão dos conceitos por gestos classificatórios, um saber que, ao migrar dos documentos institucionais da ONU, silencia os debates científicos mais amplos em torno dos temas urbanos.

“Capital cultural”: a cidade os blocos econômicos regionais

Se a globalização atinge as instituições supranacionais e o modo de conceber as cidades para além dos limites municipais e estatais, inseridas no mercado global, vemos, como uma das decorrências disso, a formação de blocos regionais que constituem novas identidades territoriais e citadinas. Em meio a essa conjuntura surge a imagem da “capital cultural”, tal como observamos no texto “Marselha usa ano como capital cultural para construir nova imagem”, publicado no *site* do *Uol Notícias*, em 28 de dezembro de 2012, de autoria de U. Duplandier.

Nesse texto, a jornalista constrói a imagem de Marselha como “capital cultural”, uma metrópole que reforma sua antiga região portuária para transformá-la em um “local de cultura, moderna arquitetura e boa vida”. A jornalista mobiliza em seu texto, polifonicamente, diversos lugares de saber que sustentam ou questionam o projeto de reforma. O antigo porto, que será transformado em “zona de tráfego restrito”, é apresentado no discurso como ponto de confluência de várias vozes da cidade, desde aquelas que indicam as tendências modernizantes, de “progresso”, com base no plano de urbanismo em andamento, até as que trazem as vozes silenciadas da cidade e que demandam um lugar “para todos”.

Dentre os discursos organizadores da cidade, o projeto Euroméditerranée é o que direciona os sentidos para uma “cidade cultural” a ser construída. O título de capital cultural é oferecido a cada ano a uma cidade da União Europeia. Esse projeto, considerado “o maior projeto urbanístico da Europa”, ao lado do município e do Estado francês, prevê, para Marselha, além da reforma da região portuária, a construção de arranha-céus comerciais,

hotéis de luxo, condomínios, museus. Enquanto projeto subsidiado pelo Estado e pela União Europeia, são vários os participantes e as empresas envolvidas. Dentre os projetos arquitetônicos está o do Museu da Civilização Mediterrânea, o que mostra a abrangência cultural da intervenção no contexto europeu.

São citados na notícia jornalística o presidente do Euroméditerranée, Guy Tessier, e o porta-voz do projeto, Anthony Abihssira:

Estamos construindo uma nova cidade sobre a cidade”, define Guy Tessier, presidente do Euroméditerranée. “Este antigo bairro portuário foi perdendo suas atividades, no decorrer das últimas décadas, e empobrecendo cada vez mais, com casas que estão em mau estado. Há 12 anos essa parte da cidade está sendo totalmente recriada. [...] Uma das principais metas do Euroméditerranée é ampliar e deslocar para o norte o centro da cidade, que até então se restringia a umas poucas ruas em torno do velho porto”, explica o porta-voz do projeto, Anthony Abihssira. (DUPLANDIER, 2012, s.p.)

Diante desses discursos de organização da cidade, o locutor jornalista coloca em cena vozes de frequentadores do local, como uma vendedora que teme o desaparecimento do tradicional mercado de peixes: “‘Assim é o progresso’, suspira a vendedora de peixes Nana, de 82 anos, diante das cercas de metal e o barulho de britadeiras e tratores”. Embora questionem alguns fatos, os discursos dos moradores se apresentam na notícia favoráveis às mudanças: “Como este casal, muitos marseheses parecem ver com bons olhos a onda de revitalização urbana. ‘Vai ficar mais agradável passear e também viver, e vai devolver a Marselha o seu charme’, afirmam duas jovens” (DUPLANDIER, 2012).

Mas surgem também vozes organizadas dissonantes, como a de Abouatil Nouredile, da associação Un Centre Ville Pour Tous, que “critica tanto a falta de um plano transparente para realocação dos habitantes da área, quanto certos abusos por parte dos corretores de imóveis”. Os discursos de moradores de conjuntos habitacionais dos arredores também são introduzidos, como de um adolescente de 14 anos de idade, o comorense Karim:

Raramente ele abandona sua *cité*, e muitas vezes fica só em casa, para não ir parar na zona de tráfico de drogas. “Todos os meus antigos amigos do bairro se meteram lá”, conta. “Um colega meu foi experimentar uma vez... e agora está sempre lá. Ele vai ficar louco, de tanto fumar, bater carteira e vender”. (DUPLANDIER, 2012, s.p.)

Ou Noro Issan, de 34 anos: “O bairro virou um gueto” (DUPLANDIER, 2012, s.p.).

De volta aos discursos de organização da cidade, a notícia traz a voz do diretor sindical da polícia de Mareselha, Alphonse Giovannini: “Para garantir para si o lucrativo mercado das drogas, os traficantes estão dispostos a tudo. Não há mais regras, só o que conta é o dinheiro”. E a do secretário do Interior, Manuel Valls, que “prometeu atacar o problema dos ângulos mais diversos, como educação, trabalho e moradia, e no início de novembro enviou mais 200 policiais e gendarmes para Marselha. Assim será a Marselha do ano 2020” (DUPLANDIER, 2012, s.p.).

O saber sobre a cidade encontra-se aí em sua forma múltipla e distribuída polifonicamente no espaço da cidade, o que confere uma feição polêmica ao discurso. Porém parece-nos uma polifonia controlada, na medida em que o projeto para Marselha prevê intervenções justamente ligadas aos pontos que são discutidos. Embora apontando para

contrariedades, há uma convergência para o plano de reformas, significado como uma fatalidade (“é o progresso”), uma esperança, uma curiosidade, ou um saber que está fora do alcance dos sujeitos, mas que o atingirá inevitavelmente: “assim será”. E o *site* publicitário do Euroméditerranée, ao mostrar de modo espetacular as transformações urbanísticas, projeta para o internauta um efeito de progresso social e tecnológico em escala gigantesca, tendo em vista a construção da identidade cultural da união Europeia:

Née d’une initiative de l’Etat et des collectivités territoriales en 1995, Euroméditerranée est une opération d’intérêt national qui a pour ambition de placer Marseille au niveau des plus grandes métropoles européennes. Créateur de développement économique, social et culturel, Euroméditerranée est un accélérateur de l’attractivité et du rayonnement de la métropole marseillaise. Avec 480 hectares, Euroméditerranée est considérée comme la plus grande opération de Rénovation Urbaine d’Europe. (EUROMEDITERRANÉ, 2013, s.p.)

Ao significar a ligação do Estado à União Europeia, o discurso sobre a cidade configura um sentido cultural para a metrópole. Envolvendo infraestrutura, espaço público, escritórios, moradias, comércio, hotéis, equipamentos culturais e de lazer, etc., o discurso significa transformações globais e regionais de grande escala, que vão além dos limites dos estados nacionais, e caminham em direção à formação de novos espaços identitários, que se sobrepõem a outros discursos e identidades, ao modo de uma tendência de utopia tecnológica que sanaria os problemas sociais em nome do “progresso”.

“Centro histórico”: cidade e patrimônio da humanidade

O texto “Lojas centenárias no coração de uma metrópole”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 14 de agosto de 2012, faz parte de uma série de notícias que tomam por objeto metrópoles mundiais, como Dubai (Emirados Árabes), Lisboa, Cidade do México, Singapura e outras. Assinado por P. Medrano, o texto aborda a Cidade do México, e produz um discurso histórico e cultural sobre a cidade, ligado ao campo econômico do comércio e do turismo. Nessa conjuntura, o “centro histórico” torna-se uma metáfora indicadora desses discursos.

Ao descrever lugares, ruas, estabelecimentos comerciais da Cidade do México, o jornalista se apoia no *Guia de Comercios Del Centro Histórico*, publicado pela Curadoria do Centro Histórico. O saber sobre a cidade toma sentido na medida em que o centro histórico é considerado uma “área declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco”. Como vemos no *site* da UNESCO:

No Brasil, a UNESCO tem atuado em cooperação com as autoridades e instituições nacionais em diversas iniciativas para a preservação do patrimônio cultural, seja no apoio à preservação do Patrimônio Mundial e no fortalecimento dos museus, bem como na salvaguarda do rico patrimônio imaterial brasileiro. Também colabora para a proteção e a promoção da diversidade cultural do país, em atividades de formação e elaboração de políticas culturais nas áreas do artesanato, das indústrias culturais e do turismo cultural, entre outras. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013, s.p.)

Com o estatuto conferido por essa instituição de âmbito internacional, todos os lugares descritos tomam uma significação histórica, de modo que na fala do jornalista vão

aparecendo personagens importantes da história ou da cultura mexicana ou mundial: Cantinflas, Pancho Villa, Emiliano Zapatta, o pintor Diego Rivera, Anthony Quinn, os pintores Frida Kahlo e David Alfaro Siqueiros, o Prêmio Nobel de Literatura Octavio Paz.

São também citados estabelecimentos comerciais como o Café de Tacuba, a Casa Serra, a Camisería Bolívar, a Confeitaria Celaya, a loja La Palestina (especializada em artigos de montaria). Construindo uma cena em que se misturam turistas, moradores e personagens históricos, produzindo um discurso cultural sobre a cidade:

Basta um passeio despreocupado pelas ruas da região para se deparar com alguns desses lugares. Um exemplo é o Café de Tacuba (cafedetacuba.com.mx), na rua de mesmo nome, que em seus cem anos de história foi até cenário de casamento e *set* de filme. Foi lá que o pintor Diego Rivera se casou com sua segunda esposa, Guadalupe Marín, e que o ator Anthony Quinn rodou o filme *Os Filhos de Sánchez*. (MEDRANO, 2012, s.p.)

Além do *Guia de Comercios*, que abriga essas “histórias”, o locutor jornalista cita também as falas do diretor Geral da Curadoria, Inti Muñoz (“A idéia é difundir a memória, o valor destes estabelecimentos”), trabalhadores que comentam a relação com os frequentadores como Ramón Sánchez, da Camisería Bolívar (“Uma atenção personalizada é muito importante”), e o gerente da Confeitaria Celaya Jorge Huguenín. Também encontramos marcas de enunciações genéricas de senso comum: “é o que dizem”, “contam”. Esse conjunto de enunciadores especificados ou genéricos forma um discurso cidadão cultural, com sua história e memória, seus lugares, seus personagens, identificados no “passeio” de moradores e turistas.

Vemos aí que, com o discurso do Patrimônio Histórico, que determina a significação dos lugares, os centros históricos tornam-se “lugares a saber” nos guias turísticos, no discurso cotidiano, na memória coletiva. Vemos aí também a relação com o discurso econômico, dos “negócios”, que se entrelaça na série de estabelecimentos comerciais divulgados aos turistas. Aqui, os saberes urbanos, históricos e sociais são significados no interior da rede econômica que envolve esses lugares no contexto global, em que os centros históricos são considerados, legitimados e significados. Ao mesmo tempo, ao se remeter exclusivamente ao Patrimônio Histórico e Cultural, ocorre um silenciamento de especialistas dos domínios da história e da cultura, de modo que os enunciados ficam absorvidos no discurso econômico e turístico, e os sujeitos frequentadores são identificados a clientes dos estabelecimentos reconhecidos pelo valor histórico.

Conclusão

Após a análise dos quatro textos que configuram diferentes imagens de metrópole, com base em diferentes nomeações e processos metafóricos, podemos efetuar uma análise de toda a série, tendo em vista o modo de apropriação dos saberes institucionais e a significação dos espaços urbanos.

Notamos, primeiramente, que as notícias de jornal que compõem o *corpus*, ao se voltarem para as metrópoles, sustentam-se em discursos institucionais específicos, os quais legitimam os dizeres sobre as cidades, bem como as posições de jornalistas. Dos quatro textos, um deles se apoia no discurso institucional do Estado, em que a imagem da

“região metropolitana” é construída com base na Constituição Brasileira e por discursos de pesquisas do IBGE. Esse discurso, marcado pela cientificidade e pela metáfora dos “dados”, torna evidentes os sentidos para os leitores, com a presença de estatísticas e ranqueamento das cidades brasileiras em vista da abordagem de certos temas urbanos, como vimos no caso das migrações internas. Tais discursos são apropriados de maneira muito próxima pelo locutor jornalista, em vista da interpretação de acontecimentos ou da discussão de questões urbanas.

Os três outros textos se sustentam em saberes provenientes de instituições supranacionais, como a ONU, a União Europeia e a Unesco, seja quando tomam como objeto uma cidade brasileira (caso da metáfora da “cidade-região” atribuída a São Paulo), seja quando abordam cidades de outros países, como Marselha (metáfora da “capital cultural”) e a Cidade do México (metáfora do “centro histórico”). Podemos reunir a ONU e a Unesco, na medida em que a Unesco é uma instituição que faz parte da ONU. Com seus relatórios sobre o desenvolvimento de metrópoles mundiais, no interior do discurso de desenvolvimento sustentável (ONU), e orientações para a legitimação de patrimônios históricos e culturais, no discurso de promoção da diversidade cultural e do turismo (Unesco), vemos os sentidos de metrópole envolvidos na conjuntura global, seja no direcionamento de busca de soluções para “problemas” globais, seja no reconhecimento de diversidades culturais que sustentam o comércio e o turismo em escala global, e, particularmente nos casos analisados, na América Latina. Note-se que nas notícias, como mostramos, o discurso jornalístico se apoia de modo muito próximo, sem distanciamentos, aos discursos dessas instituições.

Enquanto isso, a metáfora da “capital cultural” indica um processo presente somente no contexto europeu: aquele que significa a metrópole como espaço de constituição de uma identidade regional da União Europeia. Unindo o Estado francês e a União Europeia, a intervenção urbana em Marselha ressignifica sujeitos e espaços em uma polifonia que envolve diferentes posições em jogo na intervenção sobre a cidade. De um lado, as diferenças locais aparecem como polêmicas; de outro lado, o discurso da União Europeia aparece como solução prática para as contradições locais, tal como previsto no projeto arquitetônico e urbanístico, ligado a uma visão de progresso e desenvolvimento tecnológico. De qualquer modo, vemos aí uma diferença, em relação aos casos anteriores no modo de abordar as questões urbanas, na medida em que os saberes são questionados e não aparecem ao modo da evidência.

Ao nos debruçarmos sobre as notícias de jornal, observamos diferentes processos de significação que constituem as metáforas urbanas. Os discursos institucionais fornecem as evidências ou as polêmicas a intervir em diferentes conjunturas. Enquanto espaços que escapam das instâncias governamentais oficiais, as metrópoles se apresentam como lugares de movimento, de instabilidade, de transformações, seja no âmbito nacional, com a criação das regiões metropolitanas, seja na conjuntura global de constituição de blocos regionais e de ações para o desenvolvimento sustentável e para o turismo e diversidade cultural. Notamos, enfim, uma diferença no modo de abordar esses espaços: em alguns casos tratam-se de problemas urbanos a analisar ou resolver, de outro de questões de formação de identidades internacionais ou culturais.

Esperamos, com estas análises e em seus limites, ter trazido alguns elementos para uma melhor compreensão da cidade pelo viés da linguagem e da circulação dos saberes urbanos que se inserem nos discursos jornalísticos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

DUPLANDIER, U. Marselha usa ano como capital cultural para construir nova imagem. *UOL Notícias*, São Paulo, 28 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/marselha-usa-ano-como-capital-cultural-para-construir-nova-imagem/a-16470821?maca=bra-uol-all-1387-xml-uol>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

EUROMEDITERRANÉ. Disponível em: <<http://www.euromediterranee.fr/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

GUEVANE, E. Relatório da ONU diz que São Paulo pode ser chamada de “cidade região”. *UOL Notícias*, São Paulo, 14 fev. 2013. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/radioonu/2013/02/14/relatorio-da-onu-diz-que-sao-paulo-pode-ser-chamada-de-cidade-regiao.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Org.). *Institucionalização dos Estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

JANNUZZI, P. de M.; GRACIOSO, L. de S. *Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil*. São Paulo Perspec. [online], v. 16, n. 3, p. 91-103, 2002.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MEDRANO, P. E. Lojas centenárias no coração de uma metrópole. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Notícias/Cultura, s.p., 14 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lojas-centenarias—no-coracao-de--uma-metropole--,916249,0.htm>>. Acesso em: maio 2013.

NUNES, J. H. *A Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Campinas: RG, 2012. p. 159-175.

ONU-HABITAT. *Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe*. S.l.: ONU-Habitat, ago. 2012. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=816&tmpl=component&format=raw&Itemid=538>. Acesso em: 21 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. *A cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, E. P. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.

PÊCHEUX, M. *Análise de discurso*. Textos organizados por E. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Entre o Espaço e seus Habitantes: Notas sobre a Construção do Glossário Discursivo da Cidade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Campinas: Pontes, 2003. p. 65-84.

ROSSI, A. São Paulo é a metrópole com mais migrantes. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 22 set. 2012. Notícias, s.p. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,sao-paulo-e-a-metropole-com-mais-migrantes-,934137,0.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Uma análise discursiva da designação *fake* e de suas formas de variação em *blogs* de moda da atualidade

(A discursive analysis of the designation ‘fake’ and its forms of variation in the fashion blogs nowadays)

Leonardo Perez¹; Luzmara Curcino²

^{1,2} Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

leonardoperezleo@gmail.com; luzcf@hotmail.com

Abstract: In this paper, based on the theoretical and methodological perspective of discourse analysis, we analyze some variations on the forms of designation of counterfeit goods employed in different blogs that main theme is ‘fashion’. In our analysis of these variations – such as *fake*, *falso*, *pirata*, *cópia*, *réplica*, *inspired*, etc. –, we followed the discursive principle, according to which the same word used in several texts can have the same meaning or a word may instead obtain very different meanings, depending on the discourse operation in the texts, that is, depending on the paraphrastic relationship that the word sets within the group of other statements that form the text.

Keywords: Discourse analysis; fashion; designations; counterfeit goods.

Resumo: No presente trabalho, e baseados na perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso, buscamos analisar certas variações nas formas de designação de produtos falsificados empregadas em diferentes *blogs* que se ocupam do tema ‘moda’. Em nossa análise dessas variações, a saber: *fake*, falso, pirata, cópia, réplica, *inspired*, etc., nos valem do princípio discursivo, segundo o qual uma mesma palavra empregada em textos diversos pode apresentar o mesmo significado ou pode, ao contrário, obter significados muito distintos dependendo de seu funcionamento discursivo nos textos. Ou seja, dependendo das relações parafrásticas que essa palavra estabelece no conjunto dos demais enunciados que constituem os textos.

Palavras-chave: Análise de discurso; moda; designações; produtos falsificados.

Discursos da/sobre a moda: o caso do *fake*

Em nosso trabalho de pesquisa¹ abordamos um tema que se relaciona muito diretamente à lógica midiática e mercadológica de produção de necessidades e de produção de identidades na atualidade em sua relação com a produção de discursos. Assim, nos dedicamos ao estudo de discursos acerca do consumo no universo da moda, explorando em especial o que se diz sobre o *fake*, a cópia pirata, as falsificações, bastante comuns nesse universo. Um dos gêneros privilegiados dessa lógica midiática do ‘fazer ser ou parecer ser’ para garantir o ‘fazer consumir’ é a publicidade em suas mais diferentes variedades. Ela desempenha, na atualidade, uma forma discursiva significativa na construção de identidades, oferecendo modelos de ‘ser’ de acordo com os produtos que se consome, os quais, por sua vez, e há muito, não oferecem prioritária e exclusivamente a funcionalidade do objeto, mas o *status* de seu consumo. As novas e as velhas tecnologias de produção e

¹ Dissertação intitulada *Representações do consumidor de “fake” nos discursos sobre a moda: a análise do discurso e a construção de identidades*, defendida em 05 de março de 2013, junto ao PPGL – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob a orientação da Profa. Dra. Luzmara Curcino.

circulação da informação vêm fomentando uma tendência há muito identificada de espetacularização da vida (cf. DÉBORD, 1997), de intensificação da ‘individualidade’ (cf. SENNET, 1999) e de exploração do hedonismo (cf. LIPOVETSKY, 2009), que caracterizam, em especial, o funcionamento discursivo da publicidade em geral, com particular ênfase em relação aos produtos da moda. A publicidade é o gênero que, por excelência, representa melhor essa tendência, de cujos mitos emergem as representações identitárias (pós)modernas. O consumo dos produtos que anuncia é apresentado como a receita da felicidade moderna. Os logotipos, marcas e grifes, segundo Zygmunt Bauman (2009), sociólogo polonês especialista em temas da pós-modernidade, são apresentados como ícones de identidades, os quais, embora efêmeros e insignificantes, são apresentados como essenciais pela publicidade da moda.

A sociedade de consumo caracteriza-se por sua permanente transmissão de ideais de vida ligados ao pertencimento, ou à simulação de pertencimento, a certos grupos socioeconômicos de prestígio. Grupos esses cuja visibilidade é insistentemente ampliada com vista a estimular em outros grupos o desejo de se assemelhar aos primeiros, aparentemente ideais, mais legítimos, o que se obtém, ou se faz parecer obter, pelo consumo de certos produtos. O consumo de certos bens, incluindo a aquisição de produtos *fakes*, é, muitas vezes, uma resposta social e simbólica dos sujeitos que procuram, em outras instâncias da vida, atuar socialmente e se realizarem conforme os padrões socioculturais vigentes e as formas de representação simbólica que os manifestam. Ao adquirir o produto falsificado, o consumidor busca uma experiência similar à daquele que pode obter o original, supondo assemelhar-se a ele, identificando-se de algum modo com esse outro, cujo espelhamento constitui sua identidade.

Tendo em vista que, até o século XIX, segundo Gilles Lipovetsky (2009), a moda servia como forma de confirmação de hierarquias sociais, compreende-se por que a distinção e a imitação são os dois princípios históricos que sustentam a moda e os discursos a seu respeito. Há muitos relatos históricos sobre o exercício cego da imitação de modismos, muitas vezes heterodoxos, da sociedade de corte, cuja lógica era ‘parecer’ para ‘ser’, e por isso “aparecer”. Diante da imitação, o desejo de distinção levaria o imitado a buscar se diferenciar a qualquer custo, sustentando o mito da exclusividade, entre outras razões, por que “a maneira de usar bens simbólicos e, em particular, daqueles que são considerados como os atributos da excelência, constitui um dos marcadores privilegiados de ‘classe’” (BOURDIEU, 2007, p. 65). Não sem razão, essa lógica da imitação e da diferenciação foi, desde sempre, e hoje ainda o é de maneira mais sensível, o motor do mercado da moda.²

Embora as distinções sociais não se façam mais da mesma forma como empreendidas até o século XIX, elas mantêm-se como um tema importante de sustentação da moda. As diferenças históricas residem, por um lado, numa alteração cultural da concepção das hierarquias – alteração herdeira tanto de ideias que remontam ao renascimento (que inventa o indivíduo), quanto de ideias iluministas (que inventam a igualdade entre os indivíduos) – por outro, na emergência, na ampliação, na difusão e acesso das tecnologias de produção e circulação de informações.

2 Um exemplo de análise desse fenômeno pode ser entrevisto no conceito bakhtiniano de *carnavalização*, cuja inversão do mundo oficial pelas classes sociais não favorecidas se faria pela imitação das roupas e estilo das classes superiores.

A visibilidade é então multiplicada exponencialmente, o que, em parte, contribui na a mudança do conceito de moda para o conceito de mercado da moda. A fabricação desse império de mercadorias e símbolos estimula, por um lado, os valores da distinção e da imitação, tal como no passado, e inibe, por outro lado, sem ser contraditória com seus princípios econômicos, a imitação que não lhe rende dividendos.

É contra a imitação não-autorizada e economicamente prejudicial que emergem discursos protecionistas anti-falsificação. Em contrapartida, observamos pulular manifestações favoráveis ao consumo de *fakes*, que seria uma forma de consumo ‘tático’. O qual, conforme Michel de Certeau (1994), diferentemente de representar, segundo uma concepção caricatural e parcial do fenômeno, a ‘vulgarização’ ou ‘degradação’ de uma cultura, corresponderia a uma tática apoderadora, a um consumo legítimo e criativo.

Considerando essas visões distintas e a proliferação contemporânea de discursos acerca da produção e do consumo de produtos falsificados, nos dedicamos a analisar esses discursos sobre a apropriação de *fakes*. Neste trabalho em particular, e com base em certos princípios e conceitos da Análise de discurso, buscamos apresentar um breve exemplo do exercício do poder simbólico motivador de produção de discursos. Cujas análises de algumas formas lexicais específicas, em suas variações nas formas de designação de produtos falsificados, a saber: *fake*, falso, pirata, cópia, réplica, *inspired*, etc., podem atestar aspectos de seu funcionamento discursivo. Em nossa análise dessas variações lexicais, nos valem do princípio discursivo, segundo o qual, uma mesma palavra empregada em textos diversos pode apresentar o mesmo significado. Ou pode, ao contrário, apresentar significados muito distintos, dependendo de seu funcionamento discursivo. Ou seja, dependendo das relações parafrásticas que essa palavra estabelece no conjunto dos demais enunciados que constituem os textos, e a inscrição desses enunciados em certas formações discursivas.

Por essa razão, palavras distintas podem produzir o mesmo efeito de sentido, dependendo das relações parafrásticas que estabelecem entre si no interior de um texto, ou entre seus usos de um texto para outro, e de seu pertencimento a uma mesma formação discursiva. Ou, ainda, palavras idênticas, do ponto de vista da forma linguística, podem produzir efeitos de sentido distintos ao se inscreverem em formações discursivas também distintas, cuja identificação depende da análise de seu funcionamento discursivo, relacional e histórico. A título de exemplo, observamos em nossa análise que o termo em inglês *fake* (falso) apresenta não apenas uma maior recorrência em enunciados de textos que figuram em *blogs* de moda, como também apresenta um valor semântico mais eufórico, em função de sua inscrição em uma dada formação discursiva, enquanto o termo ‘pirata’ é mais empregado em *blogs* de moda, cuja finalidade jornalística e cujo apoio em discursos de origem jurídica, apresentam valores semânticos mais, ou totalmente, disfóricos, uma vez que seu emprego liga-se predominantemente à designação de atos ilícitos. Essas variações nos modos de designar uma prática se explicam pela maneira como as orientações semântico-discursivas são produzidas e respondem a posicionamentos distintos diante dessa prática, fenômenos que pretendemos exemplificar com nossa análise de algumas ocorrências.

Léxico e Discurso: uma análise das formas de variação lexical

Na década de 1960 com a institucionalização e profissionalização da moda, o desenvolvimento da indústria têxtil e, conseqüentemente, a padronização da nomenclatura

de elementos próprios deste meio, o idioma inglês, símbolo da globalização, foi adotado (ocupando o lugar que antes a nomenclatura em língua francesa ocupava) pelo universo da moda para designar elementos, matérias-primas, enfim, certas práticas do universo da moda. Assim, desde então, produtos e expressões próprias do sistema da moda têm sido nomeados em inglês, seja por questões técnicas de nomeação, seja pelo prestígio e pelo domínio cultural que o idioma goza atualmente, em especial entre o público mais jovem. Dessa forma, uma pessoa que se veste bem, é *fashion*, o profissional que produz desfiles, é o *stylist*, quando escolhemos uma roupa, estamos escolhendo um *look*, etc. Portanto, parece-nos significativo que o termo *fake*, seja o mais facilmente encontrado em enunciados sobre o assunto em *blogs* especializados que abordam o tema da moda, quando o posicionamento de quem enuncia é relativamente neutro ou favorável ao consumo de produtos falsificados.

Nossa reflexão sobre as designações dos produtos falsificados em textos relativos ao contexto da moda, de sua produção e de sua circulação discursiva, decorrentes da proliferação das reproduções, e também responsável por elas, sobretudo de produtos de luxo das grandes marcas, baseia-se na emergência de uma produção enunciativa significativa na qual são manifestas posições por vezes antagônicas em relação a esse fenômeno, permitindo-nos reconhecer a existência de discursos pró e contra *fake*. Tendo em vista esse confronto simbólico, um conceito fundamental da análise de discurso, para explorar essas relações polêmicas, é o de *formação discursiva*, cuja definição clássica é:

Aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito” (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Assim, Pêcheux (1995) retoma e sustenta a ideia de que ao enunciar, todo sujeito o faz a partir de uma formação discursiva, em função da qual, assume uma posição sujeito que o autoriza (ou não), o orienta (ou não), o obriga (ou não) a enunciar tal como enuncia, a operar a escolha lexical tal como a faz, a produzir uma significação de um dizer em conformidade com os sentidos previstos, reiterados, circunscritos a um grupo. Desse modo, as designações são uma das formas linguísticas de materialização desse pertencimento dos discursos a uma determinada formação discursiva, que regulam as posições-sujeito, a partir das quais os indivíduos enunciam e interpretam os enunciados.

De modo a analisarmos as variações lexicais referentes aos produtos falsificados (falso, pirata, cópia, réplica, *inspired*), no campo discursivo da/sobre a moda, empreendemos um levantamento dessas ocorrências em *blogs* especializados em moda, em campanhas publicitárias e em notícias em portais da *internet*. Desse conjunto, que constitui o corpus de nossa dissertação de mestrado, selecionamos alguns exemplos para este artigo, tais como o enunciado abaixo, oriundo do *blog* Modismo³:

³ *Blog* especializado em moda que se descreve como: “um olhar informativo e descontraído sobre a moda e tudo que a inspira”. Disponível em: <<http://www.modismonet.com/2012/06/como-identificar-se-sua-louis-vuitton-e-fake>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

- É fake se a bolsa não possuir um número de série gravado ou se o revendedor relutar em fornecer o código ou recibo original.

Figura 1. Enunciado blog Modismo

No enunciado, pertencente a uma matéria denominada *Como identificar se sua Louis Vuitton é fake*, publicada no *blog* referido, a falsificação é denominada com a palavra em inglês *fake*, que é empregada, ao longo de todo o texto, oito vezes. Outras formas de designação que com ela estabelecem uma relação parafrástica, com vista à denominação de produtos que são uma cópia dos originais, estão presentes no texto, mas em menor quantidade. Entre elas encontra-se o termo ‘pirata’, que aparece apenas uma vez, e no interior da seguinte declaração:

Graças à tecnologia atual, as reproduções de bolsas de grife são comuns, até frequentes. Uma marca que sofre com isso é a **Louis Vuitton** que tem seu conhecido monograma reproduzido em milhares de peças falsas. Está ficando mais difícil identificar um exemplar original. As cópias piratas são produzidas de forma tão fiel que a maneira mais segura de garantir a autenticidade da bolsa é comprá-la diretamente nas lojas oficiais da marca. Se você

Figura 2. Como identificar se sua Louis Vuitton é fake

Apesar da utilização do termo “pirata”, o enunciado apresenta em seguida uma justificativa, a de que as peças são fiéis às originais, e segue-se usando prioritariamente a expressão *fake*. Essa baixa frequência do termo “pirata”, assim como outras ocorrências mais modalizadas sob diferentes formas linguísticas como “reprodução”, atenuam o efeito dessas designações mais disfóricas que aparecem vez ou outra nos textos, tais como “pirata” ou “peça falsa”. Assim, o predomínio da forma *fake*, e o que é dito em relação ao produto falsificado, tende a sinalizar valores mais eufóricos da prática de reprodução. Isso está presente em explicações como “produzidas de forma tão fiel”, que afetam em alguma medida o valor semântico do termo que em outros textos é apresentado segundo um regime semântico mais disfórico.

Em outro enunciado, encontrado no *blog* Leia Moda, de 08 de julho de 2012, observamos o emprego do termo *fake* já no título de um texto que se autodesigna uma crônica⁴:

4 Disponível em: <<http://www.leiamoda.com.br/leiamoda/content/materia.php?idText=7086&secao=noar>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

Bolsa Fake

Por: Bruno Rosa - redacao@leiamoda.com.br



CRÔNICA DA SEMANA - Não é porque é tão fácil encontrar uma bolsa de "grife" tipo fake que você vai apontando por aí que todo mundo usa uma. Não cometa essa gafe. Sabemos que bolsas sempre fazem sucesso com a mulherada, principalmente quando elas são de grife. No entanto, por mais simples e sóbria que seja uma bolsa dessas, o preço sempre pesa no bolso e acaba saindo da realidade de grande parte do público feminino brasileiro. Sendo assim, muitas acabam recorrendo às famosas bolsas piratas, produtos semelhantes às de de grife, porém fabricadas com técnicas e materiais de qualidades inferiores. Em a real assinatura da marca, claro.

A Chanel 2.55, a conhecidíssima vintage que você ainda consegue adquirir pela bagatela em média de 3.400 dólares, é um exemplo. Você encontra, sentadinha mesmo, em frente ao computador, em sites de compras como o Mercado Livre, a partir de 80 reais. Isso mesmo. Mas é claro, fake. Não se anime.

Figura 3. Bolsa Fake

Além de estar presente no título, o termo *fake* é reutilizado mais três vezes ao longo de todo o texto. O autor, em alguma medida, ‘justifica’ as razões, enfim, as motivações das consumidoras para a aquisição e uso de cópias, o que corrobora o valor eufórico que o termo *fake* desempenha no texto e o que afeta o valor semântico do termo *pirata* também empregado. Vimos que, após o emprego deste último, eles são especificados como “produtos semelhantes às de grife”. Embora o autor se preocupe em reproduzir os argumentos que são apresentados normalmente pelas empresas fabricantes dos modelos originais (“Porém fabricadas com técnicas e materiais de qualidades inferiores”), sua argumentação sinaliza se não para uma dada ‘simpatia’ pela reprodução do produto, ao menos para sua não afirmação disfórica, o que se reflete nas formas de sua designação e definição ao longo do texto, cuja continuidade se constrói como sendo um relato de experiência pessoal:

Outro dia, eu e uma amiga (uma it girl praticante) depois do almoço, demos uma volta num dos shoppings mais badalados em São Conrado, aqui no Rio. Em pouquíssimos minutos, ela se encanta por algumas peças numa vitrine e entramos na loja. E no meio de roupas e muita indecisão, estava uma "solícita e prestativa" vendedora, superfeliz em atender uma compradora nata. A todo momento, a vendedora olhava para a bolsa Chanel 2.55 que repousava sob o ombro de minha amiga. O brilho no olhar da vendedora era perceptível. Enquanto isso, eu permanecia sentado em um dos futons da sotre. No caixa, a vendedora (intrigada e curiosa) resolveu fazer, na opinião dela, um singelo elogio à Chanel. "Nossa, que bolsa linda, nem parece fake. Onde você comprou esse sonho vintage, querida?". Na mesma hora o clima mudou. Minha amiga se revoltou e informou bem educadamente, para não dizer o contrário, que a bolsa era uma autêntica Chanel 2.55 adquirida em recente viagem a Paris. Nesse caso, o menos era mais (se é que vocês me entendem). Certamente a mocinha da loja aprendeu que nem todas usam bolsas falsificadas. E você, o que faria?

Figura 4. Relato de experiência pessoal

Além do predomínio do termo *fake*, outra forma de designação empregada é “falsificado”. Embora esta pudesse ser alinhada sinonimicamente ao termo “piratas”, empregado anteriormente no texto, e com isso enfatizar uma sua dimensão disfórica, afetando o modo como a designação “*fake*” funciona discursivamente no texto, podemos defender que, ao contrário disso, é o predomínio da ocorrência “*fake*” e as formas de definição dos outros termos, em conjunto com as formas de circulação do texto (*blog* de moda), que motivam/ orientam para uma espécie de suavização do valor semântico dessas formas, produzindo uma relativa neutralização de seus traços disfóricos mais frequentemente explorados em textos de outras origens.

Conforme discutimos, os termos em inglês são recorrentes em textos que tratam do universo da moda, uma vez que foram adotados pela indústria têxtil como uma base lexical comum entre os atores desse campo, durante o processo de transformação organizacional que a indústria sofreu nos anos 50 e 60 (BAUDOT, 2008). Desde então, esses mesmos termos carregam em si certo sentido social que aponta para uma euforização semântica, cujo funcionamento discursivo remete a um uso mais adequado. Uso esse que reflete o grau de formação de seus enunciadores, mas também de seu domínio lexical, que marca o pertencimento de um indivíduo a um campo simbólico. E que também marca sua identificação com os valores deste campo, fazendo das palavras um fator diferenciador (pela semelhança com os demais que as empregam, segundo as orientações de um campo, e pela diferença com os demais de outros campos) dos sujeitos que as empregam.

Quanto ao emprego do termo “pirata”, ele normalmente é apresentado com valor disfórico em outros textos, nos quais o seu funcionamento não tende a produzir uma relativa euforização ou uma espécie de neutralização semântica de seu significado disfórico. Sua utilização, de modo geral, vem carregada de sentidos ligados à marginalidade, à criminalidade e à inferioridade de classes, em especial porque seu uso é mais recorrente em enunciados oriundos de textos de páginas policiais, de notícias ligadas à apreensão de mercadorias, como nos recortes⁵ abaixo, dos portais de notícia R7 e G1:

publicado em 27/02/2012 às 18h02:

Texto: **+A** **-A**

Prefeitura apreende 2.000 produtos piratas no centro

17/06/2012 16h33 - Atualizado em 17/06/2012 16h33

Polícia apreende 30 mil produtos piratas em 2 pontos na Serra, ES

Figuras 5 e 6. Manchetes de notícias

Além disso, o termo *pirata* é usado em campanhas governamentais de combate à falsificação:⁶



Figuras 7 e 8. Campanhas Contra Pirataria

5 Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/prefeitura-apreende-2-000-produtos-piratas-no-centro-20120227.html>> e <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2012/06/policia-apreende-30-mil-produtos-piratas-em-2-pontos-na-serra-es.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

6 Disponível em: <<http://www.culturamix.com/beleza/produtos/pirataria-e-crime>> e <<http://pirataria97.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Os textos apresentam *slogans* de campanhas governamentais de combate à prática de reprodução não autorizada. A primeira figura faz parte da campanha lançada pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP). Os enunciados verbal e imagético que constituem esse texto simulam uma resposta de um hipotético consumidor à oferta de produto pirata. Essa simulação no enunciado verbal “Pirata: tô fora! Só uso original”, para produzir identificação com a proposta, ancora-se no real pelo emprego de uma 1ª pessoa do singular assim como pela reprodução de traços da oralidade na constituição verbal do *slogan*. São eles o emprego de frases breves, com uma linguagem informal e direta, com a contração da forma verbal “estou” entre outros. Esse enunciado remete a outros empregados que se lhe assemelham e que circulam em campanhas antidrogas, cujo *slogan* recorrente é “Drogas? Tô fora!”. Tanto o enunciado verbal, quanto os recursos não verbais empregados, são similares. Assim, essa figura não apenas recupera uma dada memória social compartilhada acerca das drogas, como também explora essa memória no que tange a seu caráter negativo, estabelecendo uma relação semântica com práticas relativas à criminalidade, sujeitas à infração penal, estigmatizadas e condenadas socialmente. A segunda figura é símbolo da campanha promovida pelo Sindireceita (Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil) que tem por objetivo⁷ “sensibilizar a sociedade quanto à importância da valorização das ideias, atitudes, projetos e produtos originais”, e foi tornada pública por meio de ações antipirataria com o uso de cartazes em lugares de grande circulação e divulgada em redes sociais. Essa campanha constitui-se de uma asserção enfática “Pirataria é crime!”, cuja afirmação marca a certeza, a convicção do enunciador, mas também explora essa forma enunciativa do aviso ameaçador, do informe categórico, quiçá, da orientação por ameaça. Ambas campanhas exploram e enfatizam a dimensão disfórica do termo “pirata”, “pirataria”.

Considerando os empregos do termo “pirataria” nos primeiros exemplos e nestes últimos, observamos que eles apresentam sentidos diferentes. Isso porque se articulam a outros enunciados, são empregados em textos de gêneros distintos e com objetivos específicos. O que explicaria as gradações semânticas distintas que assumem nos diferentes textos, cujo funcionamento discursivo varia de acordo com as formações discursivas que os regulam.

Se em certos textos a designação “pirata” está diretamente relacionada à contração, em enunciados de *blogs* de moda o termo ora é empregado nessa acepção, ora empregado como sinônimo de *fake* cujos usos não remetem para um sentido exclusiva e prioritariamente negativo. Em alguns *blogs*, quando do uso do termo “pirata”, observamos o cuidado em mantê-lo entre aspas, o que sinaliza a relativização que o autor do comentário/texto estabelece: se por um lado ele pode fazer uma crítica ao uso de produtos de moda falsificados, ele o faz com o cuidado de designar esses produtos com um termo mais neutro e de maior prestígio cultural: *fake*.

Se nos enunciados das notícias e das campanhas, o emprego do termo “pirata” corrobora a posição segundo a qual a cópia é considerada um ato criminoso, em *blogs* especializados em moda essa ideia de contração é atenuada e mesmo justificada, com a dificuldade de acesso ao produto original, caro e exclusivo. A crítica não se faz de forma incisiva, restringindo-se aos argumentos normalmente empregados pela indústria da moda, a saber, o argumento da qualidade dos produtos e da mão de obra.

⁷ Disponível em: <http://sindireceita.org.br/piratafora/?page_id=2>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Se o termo *fake*, na sua relação semântica com o termo “pirata” é comparado a este como um uso menos marcado, mais modalizado e neutro, já em relação a outras formas de designação, tais como “*inspired*”, ele corresponderia ao termo, numa escala semântica, mais marcado pela disforia, como podemos observar no recorte de texto publicado no *blog* Futilish,⁸ intitulado “Bolsa Fake, vale a pena?”, de 29 de novembro de 2010:

Bolsa fake, vale a pena?

Alternativa Fashion, Fashion Emergency



Senta que lá vem história... rrsrs

Por onde começar a falar de um assunto tão delicado? Bom, eu considero **bolsa fake** (falsa) aquela que é uma **CÓPIA descarada** de alguma grife, que copia o material, o modelo, o acabamento, a etiqueta, o nome estampado... enfim. A diferença com as tão faladas **inspired** é que estas últimas não fazem a cópia 100%, podendo ser o mesmo modelo (ou quase o mesmo), mas em material diferente, em outras cores, outros tamanhos e **NÃO** estampam a marca. Eu acho que bolsas **inspired** são válidas, para entrar na moda, para as fashion victims, para matar um desejo. Não condeno de forma alguma quem usa “inspirações” afinal, se a gente prestar atenção, quase tudo o que usamos no dia a dia é inspirado em alguma coisa. Eu mesma uso inspirações a todo momento!

Mas esse não é o ponto principal deste post (e também não quero discutir as famosas bolsas de moletom tá gente? rrsrs), o quê eu queria falar mesmo é sobre uma das grifes mais pirateadas que existe: a **Louis Vuitton**.

Sei que muita, mas muita, gente mesmo, torce o nariz pra marca. Justamente por ela ser tão copiada e por muita gente ostentar o **LV** como um troféu, acredito que ela deixou má impressão em algumas pessoas.

Eu amo, confesso, acho a grife clássica, elegante, de bom gosto. E vou confessar mais!! Já comprei algumas bolsas falsificadas em **Chinatown, NY**, algumas até bem caras (as tais “réplicas”), beirando os **US\$ 100!!**

Mas sabe o que acontecia?? Eu usava a bolsa uma vez e me sentia mal. Achava que todo mundo que olhava pra mim sacava que era bolsa de mentira e não usava mais. Quanto dinheiro jogado **FORA!** Por mais cópia **AAA** que fosse, não deixava de ser cópia e eu mesma delatava o meu desconforto ao usar tais bolsas.

Até que tomei a mais sábia decisão da minha vida: parar de comprar falsificações e comprar uma verdadeira. Por mais igual que fosse uma réplica, eu sabia que minha bolsa era a própria da grife e obviamente não me incomodou mais. Fora que muita gente acha que o preço é algo absurdo, muito longe de nossos bolsos. E ó, não é não viu? É caro, mas se parar de comprar coisa falsa, dá muito bem pra comprar a verdadeira hehehe. Além do mais, entre as bolsas de griffes, a **Louis Vuitton** é uma das que tem os melhores preços. Comprar réplicas é um barato que no final sai caro! E aprendi com **Carol Dieckmann**, que bolsas são investimento. Você pode estar com a roupa mais simples do mundo, mas a bolsa certa dá o toque de glamour ou de elegância necessário.

Resolvi fazer este post, pois recebi um mail com a propaganda de uma loja online que vende “réplicas” a R\$ 300 e fiquei impressionada com a semelhança das bolsas. Mas por R\$ 300?? Nanananinã, melhor juntar o dinheirinho e comprar uma de verdade! Dá paz de espírito hahaha.

Figura 9. Bolsa fake, vale a pena?

No título já encontramos a designação *fake*, em uma espécie de questionamento: vale a pena? A autora, no decorrer do texto, designa as bolsas de várias maneiras: *fake*, cópia, falsas, falsificações, réplicas, e contrapõe a esses termos a designação “*inspired*”, que embora seja uma cópia e embora prime pela reprodução exata do objeto copiado, não faz uso da marca. Em todo o texto, a autora marca sua posição desfavorável ao *fake*, que

⁸ *Blog* especializado em moda, disponível em: <<http://www.futilish.com/2010/11/bolsa-fake-vale-a-pena/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ela define como a cópia “descarada”, como uma “cópia 100%”, que neste texto é colocado como sinônimo de “pirata”, como uma versão “pirateada”. Já a designação “*inspired*” é empregada em função de uma maior legitimidade, uma vez que “quase tudo o que usamos no dia a dia é inspirado em alguma coisa”. Mais uma vez, o emprego de termo em língua estrangeira, inglês, indica um certo posicionamento assumido por aquele que enuncia em função de diferentes ordens (de um certo predomínio cultural de uma língua, de um certo domínio da produção e consumo de produtos de luxo do campo da moda, de apropriações dos consumidores que adequam os termos aos seus posicionamentos frente aos produtos, das formas de circulação em que figuram esses termos). Se o produto é idêntico ao original, com exceção apenas do emprego da marca, essa forma de apropriação se apresentaria mais legítima do que outra que se valeria também da marca. Essa legitimidade se manifesta na distinção dos modos de designação e no valor eufórico que alguns deles assumem, como é o caso do termo *inspired*.

Essa variação lexical, mais do que uma substituição sinonímica com vista a evitar a repetição de uma mesma forma num texto, manifesta um funcionamento discursivo específico dos textos, cujos sentidos dessas formas lexicais dependem dos ajustes, das calibrações semânticas a que todas as formas, nos diferentes níveis de análise linguística, podem estar suscetíveis em função da ordem dos discursos.

Considerações finais

“[A moda] está nos comandos de nossas sociedades; a sedução e o efêmero tornaram-se, em menos de meio século, os princípios organizadores da vida coletiva moderna” (LIPOVETSKY, 2009, p. 13). Ainda que possamos relativizar essa asserção do filósofo, é inegável a força e a ubiquidade que esse domínio simbólico adquiriu socioculturalmente. Entre outros impactos, seu poder de sedução e glamourização é responsável por fazer emergir um léxico, um conjunto de expressões que fundamentam e circunscrevem seu poder.

Para um analista do discurso, o emprego das palavras nunca é neutro e seu sentido não se encontra desde sempre na palavra ou tem sua origem no indivíduo que as emprega. Os sentidos são oriundos de negociações semânticas polêmicas que se estabelecem entre os usos que fazemos das palavras na construção dos textos. Usos que respondem às coerções socioculturais e que são autorizados, ou não, por essas coerções responsáveis por definir os limites do dizer e de sua significação.

Nossa análise buscou partir desse princípio discursivo genérico e demonstrar, a partir da análise da variação no emprego de formas de designação das cópias de produtos industrializados no campo da moda, tais como empregadas em textos de diferentes origens que se ocupam do tema no campo da moda, que essas flutuações respondem a uma série de condições de dizer e de interpretação impostas pelo funcionamento social e histórico dos discursos, que forjam e impõem o emprego ‘adequado’ dessas formas de acordo com as posições assumidas pelos sujeitos ou às quais estão submetidos.

REFERÊNCIAS

- BAUDOT, F. *Moda do Século*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- BAUMAN, Z. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CERTEAU, M. Fazer com: usos e táticas. In: _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DÉBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Modos de Procedimentos Teóricos e Analíticos nas Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Porto (UP)

(Modes procedures theoretical and analytical research on discourse analysis of University of São Paulo (USP) and the University of Porto (UP))

Lucas do Nascimento

¹Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Educação – Universidade de São Paulo (USP)

lucasnascimento@usp.br

Abstract: This article compares the results of academic research in discourse analysis conducted at the University of São Paulo (USP) and the University of Porto (UP). The selected corpus are two scholarly articles from USP and two dissertations of UP, who theoretically belong to the area discourse analysis (AD). The comparison takes into account postulates Pêcheux (1990 [1983]) on theoretical and analytical procedure as well as three aspects of doing science as epistemology and history of science (KUHN, 1978; SWIGGERS, 2004): (i.) specific scientific tradition, (ii.) ownership innovative, and (iii.) meta-terminology. The results indicate that the two surveys are affiliated with USP founder of French AD, with other French theorists and Brazilian area, and two surveys of UP are affiliated to authors linked to grammar, pragmatic, ideology and publicity, but if say the text inserted in linguistics/discourse analysis.

Keywords: Academic research, French discourse analysis, theoretical and analytical procedures.

Resumo: Este artigo compara resultados de pesquisas acadêmicas em análise do discurso realizadas na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Porto (UP). O *corpus* selecionado são dois artigos acadêmicos da USP e duas dissertações de mestrado da UP, que se filiam teoricamente à área da análise do discurso (AD). A comparação leva em consideração postulados de Michel Pêcheux (1990 [1983]) sobre procedimento teórico e analítico, assim como três aspectos do fazer científico, conforme a epistemologia e a história da ciência (KUHN, 1978; SWIGGERS, 2004): (i.) tradição científica específica; (ii.) apropriação inovadora; e (iii.) meta-terminologia. Os resultados indicam que as duas pesquisas da USP se filiam ao fundador francês da AD, com outros teóricos franceses e brasileiros da área, e as duas pesquisas da UP se filiam a autores vinculados à gramática, à pragmática, à ideologia e à publicidade, mas se dizem inseridas na linguística do texto/análise do discurso.

Palavras-chave: Pesquisa acadêmica; análise do discurso francesa; procedimentos teóricos e analíticos.

Introdução

Na ocasião do simpósio proposto no 60º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, em julho de 2012, “Análise do discurso, mídia e formação de professores: reflexões sobre objeto, teoria e aula de português”,¹ tivemos por objetivo apresentar aos pesquisadores em linguística participantes do evento a pesquisa em projeto²

1 Simpósio composto por Valdir Heitor Barzotto (coordenador), Adriana Santos Batista, Enio Sugiyama Júnior, Janaina Michele de Oliveira Silva e Lucas do Nascimento.

2 Projeto de pesquisa de cooperação acadêmica e científica internacional com financiamento pela CNPq/USP (Projeto Processo nº 63IT41G0), entre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Porto, intitulado *Estudos discursivos sobre mídia na USP e na UP: implicações teóricas e práticas*, que busca

desenvolvida em parceria com a Universidade do Porto, coordenado pelo Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto, da Universidade de São Paulo (USP) e pela Prof^a. Dra. Maria Alexandra Guedes Pinto, da Universidade do Porto (UP), em Portugal. As apresentações tiveram como foco, predominantemente, discussões sobre variações teóricas nos estudos discursivos sobre mídia; o modo como a teoria anunciada é mobilizada para se analisar diferentes corpora midiáticos; e as implicações das análises efetuadas para o ensino de escrita.

Na ocasião, Nascimento (2012) apresentou a comunicação intitulada “O objeto midiático e o discurso acadêmico da AD sobre o ensino de Português”, cujas discussões se centralizaram em dados de dois artigos acadêmicos, cujos autores são filiados à USP, corpus coletado na Revista do GEL e na Revista Estudos Linguísticos (publicações do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo). Naquele momento realizamos levantamento de dados para analisar a correlação em teoria, objeto e análise, para identificar modos metodológicos de procedimentos teóricos e analíticos no interior da área da Análise do Discurso.

O objetivo no simpósio “Análise do Discurso, mídia e ensino de Língua Portuguesa: interferências do objeto e do endereçamento da análise sobre a teoria”,³ proposto ao *61º Seminário do GEL*, ocorrido de 10 a 12 de julho de 2013. Nascimento (2013) compara resultados desses modos com dados da produção acadêmica de dissertações da área de Análise do Discurso (AD) produzidas na Universidade do Porto, independentemente das referências teóricas em que ela se sustenta. Investigamos modos de pesquisa em AD, cujo foco é: (i.) a escolha dos modelos teóricos em um determinado momento; e (ii.) o fazer epistemológico em relação à apropriação do *corpus* linguístico, à de conjunto terminológico específico e à de campo científico, tendo em vista a produção de conhecimento, ou não, existente nas pesquisas atuais.

Relação com a pesquisa: teoria, objeto e análise

A pesquisa exige produção de conhecimento no interior de dada área, ou mesmo em campo amplo, com escrita qualitativa que tenha condição de provar raciocínio fundamentado em sólida argumentação. Para isso, o pesquisador é responsável pela sua relação com a pesquisa, lugar de onde o legitima operar teoria e análise endereçadas ao objeto de estudo e à manipulação com o objeto empírico. Essa imagem de pesquisador calcada na responsabilidade de sua posição, permite esclarecer o leitor de qual ciência atualmente dizemos. Portanto, entendemos ciência como a natureza de empreender pesquisa, que, por sua vez, oferece formação àquele que envida esforços para tal investimento. Não estamos com a esteira de que textos científicos implicam no entendimento de que “o conteúdo da ciência é exemplificado de maneira ímpar pelas observações, leis e teorias descritas em suas páginas” (KUHN, 1978, p. 20).

Com esse entendimento, a proposta de trabalho interroga: O objeto de análise e o campo ao qual se endereça uma pesquisa, implicam mudanças ou transformações na teoria de base? Essa pergunta específica corrobora investigações de outros integrantes do

estabelecer uma comparação entre as produções brasileiras e portuguesas que tomam a Análise do Discurso como aporte teórico. Em desenvolvimento desde 2011.

3 Simpósio composto por Valdir Heitor Barzotto (coordenador), Adriana Santos Batista, Lucas do Nascimento e Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro.

projeto, que tem como questão central: *O que estamos fazendo nós analistas de discurso quando escrevemos?* Em tempos de intensificação da produção acadêmica, sentimos a necessidade de, internamente à universidade, realizarmos permanentemente uma espécie de metapesquisa a fim de estabelecer estudos teóricos sobre a correlação entre objeto e teoria, sobre os motivos pelos quais as pesquisas estão sendo desenvolvidas e o que estamos fazendo quando escrevemos. Parece-nos fundamental verificar em que medida as pesquisas influenciam em um processo contínuo de autotransformação. O levantamento de questões sobre esse problema, pode contribuir para se evitar que os artigos, as dissertações e teses limitem-se à aplicação de uma teoria sobre um objeto, sem que as especificidades de ambos sejam consideradas e tensionadas.

Nesse sentido, é importante atentarmos para o fato de que faltam ainda pesquisas que analisem como a escolha por uma determinada teoria, influencia na constituição de um objeto de pesquisa ou vice-versa. Kuhn (1978) aborda como a ciência se constitui pela submissão dos pesquisadores aos paradigmas das comunidades científicas nas quais se inserem. Assim, as comunidades científicas se constituem pela adoção de uma teoria em comum, e pela utilização de instrumentos e métodos de análise próprios e adequados ao paradigma teórico escolhido.

Em pesquisas como a proposta por Kuhn (1978) o foco não é a constituição do objeto, mas a constituição de um paradigma. Em proposta diferente, Bachelard (1996) detém-se sobre a constituição de um objeto de pesquisa, e sua importância para que uma investigação científica se realize. Segundo este autor, um objeto de pesquisa é construído no decorrer da realização de uma investigação e na formulação de uma pergunta de pesquisa. Para chegar a essa formulação, o filósofo partiu da diferenciação entre a experiência empírica e o conhecimento científico. O conhecimento científico é algo construído, que contradiz a experiência comum e que se constitui com base no erro; diferentemente da experiência comum, que é tautológica e que desconsidera o erro e sua retificação.

A atividade científica, para o autor, é vista como um processo de transformar as percepções empíricas, as opiniões, em um fazer científico. Apesar de tratar da transformação empírica num fazer científico, este autor não aborda o papel da teoria e do saber científico para tanto, focando-se mais na constituição do objeto de pesquisa de maneira desatrelada da teoria.

A seguir, apontaremos considerações sobre procedimentos teóricos.

Procedimentos teóricos

Se na ciência normal “o resultado tem sido um conceito de ciência com implicações profundas no que diz respeito à sua natureza e desenvolvimento” (KUHN, 1978, p. 20), precisamos perguntar: *quais modos teóricos do fazer científico têm sido proeminentes para a realização de pesquisas acadêmicas em análise do discurso?*

Consideramos procedimento teórico, a ação do pesquisador que inscreve a seleção de conceitos necessários ao estudo, recolhidos para mostrar com qual conjunto terminológico ele autorizará sua relação com o objeto empírico e com o objeto de pesquisa, calcado em objetivos, problema, questão, e hipótese, detalhados. Isso requer do sujeito da pesquisa o trabalho de pensar e selecionar o referencial teórico assumido para a composição do

conjunto terminológico, visto como ferramenta. Com esse procedimento realizado, o que se tem é a teoria que sustentará o procedimento analítico.

Para a escolha dos modelos teóricos em um determinado momento e ao fazer epistemológico em relação à apropriação de conjunto terminológico específico e à apropriação de campo científico, consideramos os seguintes modos de procedimento teórico:

- (1) Autorizar a produção precedente – utilização de citação direta e de paráfrase, por exemplo, conforme a tradição científica específica, quando utilizada a paráfrase como uma das regras de formação de condições teóricas do conceito, no regime de aplicação, alienando-se à perspectiva do autor receptor da teoria ou do autor de fundação teórica, e, sobretudo, do conceito escolhido para o procedimento analítico;
- (2) Desautorizar a produção precedente (a tradição da área) – utilização de paráfrase e de reformulação, entre outras;
- (3) Declarar a apropriação terminológica – utilização de reformulação e de formulação, conforme:
 - (i) *apropriação inovadora*, quando um conceito é utilizado criativamente, tendo influência pelo menos numa *condição de formação* (a geração de proposições verdadeiras e científicas em torno duma nomeação); ou,
 - (ii) *apropriação metaterminológica*, isto é, a reconfiguração do conceito embebida pela metalinguagem (diversas articulações com relações lexicais (vocabulário de descrição) e sintáticas (de acordo com determinado sistema)), tendo influência pelo menos a uma *condição de transformação* (as relações de sinonímia e paráfrase, antonímia e contradição, hiponímia e consequência (acarretamento), ambiguidade/polissemia e duplicidade de sentido, repetição, analogia, equívoco, posto, subentendido e pressuposto). A metalinguagem é entendida no sentido de a terminologia e o vocabulário tomados em relação a seu campo de aplicabilidade e a seu funcionamento sintático, e que são empregados no estudo de um campo de objetos específicos, por um autor, uma escola, uma disciplina, etc. (SWIGGERS, 2010).

Observamos que *as condições de formação e as condições de transformação* funcionam por dois princípios fundamentais, um no campo da frase (estrutura gramatical, materialidade linguística) e outro no campo da enunciação, para qual o tratamento conceitual transgride o espaço frasal, localizando-se no espaço do discurso, portanto, na materialidade histórica com pontos de sentido interpretáveis. Neste segundo campo, residem a ambiguidade como equívoco, a paráfrase como repetição e/ou alienação, o lapso e o equívoco como provas de afirmação outra, a falha como prejuízo da unidade e consistência, a unidade como regularidade, a dispersão como falta (de progressão temática, por exemplo), dentre outros fenômenos. Dessa forma, o duplo sistema de condições e seus princípios fundamentais sustentam a eficiência, ou ineficiência, da relação do procedimento analítico com o procedimento teórico. Isto é, o tratamento conceitual na mobilização analítica e a mobilização analítica de acordo com as proposições teóricas acerca da formulação conceitual fundadora ou receptora, ou da progressão conceitual em relação ao percurso histórico em sua ciência.

A seguir, apontaremos considerações sobre procedimentos analíticos.

Procedimentos analíticos

Para a identificação de modos de procedimentos analíticos terão de ser observadas as variações do conceito e seus empregos, para que seja possível compreender quais acepções e usos têm sido atualmente aceitos pela comunidade acadêmica. Partindo do pressuposto de que, no interior do que se denominam estudos discursivos, há um leque bastante amplo de teorias (análise do discurso de linha francesa, análise do discurso crítica, análise dialógica do discurso, etc.), faz-se necessário lidar com perspectivas que permitam discutir não somente, sobreposições de paradigmas, mas suas inter-relações, alterações de conceitos e métodos de análise, entre outros aspectos.

Para a continuidade de apontamentos teóricos postulados por Pêcheux (1990 [1983]), sobre o procedimento analítico, ao se fazer análise do discurso alguns pressupostos da historiografia linguística podem se mostrar relevantes para essa discussão, como, por exemplo, as discussões de Swiggers (2004) sobre as possibilidades de se observarem mudanças no interior de uma linha teórica. Para a comparação esperada, verificaremos se o objeto e o campo ao qual a pesquisa se endereça introduz mudanças na teoria por procedimentos teóricos e analíticos realizados.

O autor apresenta um modelo de historiografia composto por quatro dimensões relacionadas a aspectos da pesquisa linguística. Tal modelo é descrito por analogia à construção de paredes com várias camadas, ou capas, numa disposição em que todas se complementam, sendo possível que se façam mudanças em apenas algumas e não em outras. As “capas” necessárias para a constituição das correntes linguísticas seriam: teórica, que diz respeito à visão gramatical e linguística; técnica, que engloba as técnicas de análise; documental, cuja especificidade diz respeito à delimitação de fontes; e contextual ou institucional, que se relaciona ao contexto de inserção. Nesta pesquisa nomeamos tal prática de endereçamento. A teorização de Swiggers apresenta-se como uma alternativa ao trabalho com paradigmas apresentado por Kuhn.

Com relação à capa que engloba as técnicas de análise, o pesquisador tratará com dados de maneira a entendê-los como fatos da linguagem, inscritos com sentidos em memória(s), cuja materialidade comporta espessura semântica. Ao se analisar os dados do *corpus* selecionado, explicitam-se regularidades pela referência ao elemento que ganha sentido, ou dispersões pela referência, ou não, que também constrói jogo de sentidos. A análise depende do modo de seleção e organização do *corpus*, da sua natureza material, da sua pergunta de pesquisa, do conjunto terminológico que se compôs para referenciar a teoria. A análise, portanto, demonstra a capacidade analítica do pesquisador e a capacidade da sua escrita, que precisa revelar qualidade de leitura, reflexão e (dis)concordância com os dados, e o trabalho com os limites de leitura e, por sua vez, de interpretação. Com isso, os procedimentos analíticos considerados são:

- (1) Mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo;
- (2) Mobilização analítica com informações conteudistas do conceito pela utilização do hipônimo;
- (3) Mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito;
- (4) Mobilização analítica sem informações conteudistas do conceito, apenas operação descritiva.

Ao apontarmos os procedimentos analíticos em relação ao discurso, ao texto e à gramática, isto é, em seus aspectos linguístico-discursivos, estamos considerando a *leitura-triturada* ou a *leitura-esmagamento* das materialidades escritas, nomeada por Pêcheux (1981). O que se quer dizer em relação a proceder analiticamente é que, o movimento de análise compreende a leitura do *corpus* como operação de um corte, uma remoção e aproximação de interpretação bem particular. Esse movimento inscreve a técnica de análise assumida, e permite diferenciar uma posição de pesquisador a outra. O que mostra a análise como um estado de leitura, como trituração de linguagem, como processo de escuta e de intervenção.

Metodologia e organização do *corpus*

Numa missão de estudo, na UP, por Adriana Santos Batista, de 4 a 15 de fevereiro de 2013, realizou-se o levantamento dos estudos que tomaram a mídia como objeto no domínio da Análise do Discurso, no período de 1990 a 2012, em Portugal, com o intuito de coletar textos acadêmicos para o banco de dados do projeto.

Para as discussões de Nascimento⁴ (2013), foram selecionadas duas dissertações defendidas em 1996, realizadas no programa de pós-graduação em Linguística Portuguesa Descritiva da Universidade do Porto. A partir desse material, buscamos realizar, por um lado, uma metanálise e, por outro, uma abordagem discursiva, com base, predominantemente em pressupostos de Pêcheux (1981, 1990). Além das referências próprias aos estudos discursivos, consideramos as discussões de Swiggers (2004), cujo foco são os deslocamentos teóricos perceptíveis no interior de uma dada área, e a concepção de paradigma indiciário de Ginzburg (1990), que consiste na observação de dados priorizando-se características tidas como periféricas. Por fim, elaboraremos a comparação de dados da produção da UP com dados de dois artigos acadêmicos da Universidade de São Paulo, publicados em revistas de circulação na área de Letras e Linguística, tendo em vista resultados apresentados anteriormente (NASCIMENTO, 2012).

O que se pretende analisar diz respeito, principalmente, aos diferentes modos de procedimento teórico e analítico em relação à apropriação dos conceitos para a seção do referencial teórico, e a apropriação para a mobilização analítica na seção dos resultados e discussão. Dito de outra maneira, as implicações das especificidades teóricas sobre as análises dos dados serão analisadas, ou seja, em que medida o aparato teórico mobilizado determina o exame dos *corpora*, e como a própria teoria se modifica em função destes.

Qual é a contribuição de cada pesquisa e como se relaciona com seu objeto e seu campo? Essa pergunta nos questiona em relação à necessidade de agirmos contra uma constatação antiga: as pesquisas realizadas limitam-se, normalmente, às atividades isoladas circunscritas àquelas de orientação e produção de artigos, dissertações e teses que, por sua vez, são pouco lidas e desafiadas ao aprofundamento. Portanto, ao tomarmos tal produção como *corpus* para análise, estaremos experienciando uma leitura crítica bastante pontual, interrogando sobre suas contribuições para o campo no qual se inscrevem ou ao qual se endereçam.

Abaixo será encontrada a relação dos *corpora*.

4 E para seus estudos de doutoramento iniciados em agosto de 2011: NASCIMENTO, Lucas do. *Análise do Discurso e Ensino: políticas de produção escrita, mídia e saberes do professor de português em formação*. 2015. 317 p. Tese (Doutorado em Linguagem e Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Tabela 1. Relação dos quadros e de suas nomeações em relação ao *corpus* e as sequências discursivas selecionadas

Quadro	
1.	<i>Corpus</i> : Artigos acadêmicos da Universidade de São Paulo
2.	<i>Corpus</i> : Dissertações de mestrado da Universidade do Porto
3.	Sequências discursivas do A1 da USP
4.	Sequências discursivas do A2 da USP
5.	Sequências discursivas da D1 da UP
6.	Sequências discursivas da D2 da UP
7.	Comparação dos procedimentos teóricos e analíticos em pesquisas na Análise do Discurso da USP e UP

Para comparação, elaboramos um quadro geral em que os dados selecionados estão organizados em informações como “revista”, “artigo”, “ano de publicação”, “objeto”, “teoria”. Em outro quadro, os dados selecionados são alocados em colunas sob os seguintes títulos: “dissertação”, “mestrado em”, “publicação”, “objeto”, “teoria”.

Segue abaixo a identificação do *corpus* com apresentação das pesquisas da Universidade de São Paulo selecionadas.

Quadro 1. *Corpus*: Artigos acadêmicos da Universidade de São Paulo

REVISTAS	ARTIGO	ANO DE PUBLICAÇÃO	OBJETO	TEORIA
Revista <i>EL</i>	A1 – Revista <i>EL</i> [V40, N3, pp. 1362-1375]	2011	Filmes	AD – Dubois, Pêcheux, Althusser
Revista <i>GEL</i>	A2 – Revista <i>GEL</i> [V7, N1, pp.156-174]	2010	Fotografia e Cartum	AD – Pêcheux, Bakhtin, Orlandi

Segue abaixo a identificação do *corpus* com apresentação das pesquisas da Universidade do Porto selecionadas.

Quadro 2. *Corpus*: Dissertações de mestrado da Universidade do Porto

DISSERTAÇÃO	MESTRADO EM	ANO DE PUBLICAÇÃO	OBJETO	TEORIA
D1	Linguística Portuguesa Descritiva	1996	10 Artigos de opinião (tema política) Jornais (março/abril/1995): Diário de Notícias O Independente Público	Linguística do Texto/Análise do Discurso Fonseca, I, 1994 (Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português, Porto, Porto Editora)
D2	Linguística Portuguesa Descritiva	1996	300 slogans de textos publicitários de 1992 a 1996	Althusser, 1976 (<i>Positions</i> . Paris, Editions Sociales.) Grunig, 1990 (<i>Les Mots de la Publicité : L'architecture du slogan</i> . Paris, Presses du CNRS.)

A organização dos *corpora* conforme a Tabela 1 possibilita às investigações (de 2012 e esta) observar, em especial, modos de seleção teórica e de procedimento de análise, que podem estar inscritos em reformulação conceitual e em outro fazer metodológico, apontando, com isso, para perspectiva de pesquisa meta-terminológica, que causa deslocamentos de proposições fundadoras cunhadas por Michel Pêcheux (1997[1969], 1982, 1990 [1983], 1984) na teoria análise do discurso.

Resultados e discussão

Os dados da pesquisa estão organizados em sequências discursivas (SD), conforme os quadros de 3 a 6.

Quadro 3. Sequências discursivas do A1 da USP

TEORIA	ANÁLISES DOS AUTORES
<p>a) o sujeito inscreve significados eivados de historicidade, tanto na posição de autor quanto na de leitor. (XXX, 2011, p. 1363)</p> <p>b) os sentidos das palavras não são transparentes nem literais em relação aos significantes, embora o sujeito tenha essa ilusão, pois os sentidos não existem em si mesmos, visto que são determinados pelas posições ocupadas no processo sócio-histórico, o palco da (re) produção das palavras no qual o sujeito está intrinsecamente ligado para fazer circular seus dizeres. (XXX, 2011, p. 1364)</p>	<p>Nesse ponto, cabe ressaltar, a palavra <i>barricada</i> dita pelo sujeito-homem remonta aos sentidos sobre a “guerra dos sexos” e faz circular em <i>Repulsa ao Sexo</i> um embate pelos sentidos legitimados que não era falado no cinema das décadas anteriores, sobretudo em Hollywood. (XXX, 2011, p. 1369)</p> <p>A atriz/personagem aqui, de certa forma, ocupa a posição do sujeito-homem, dada a aliança que se faz presente em todo o diálogo entre ambos, instalando efeitos de camaradagem e convivência entre a proprietária do bordel e o freguês. Logo após a chamada de Anais, o diretor Buñuel, num recurso narrativo surrealista (algo comum em sua obra), corta para um plano no quarto e faz referência à personagem que criou Sèverine quando menor, supostamente sua mãe. (XXX, 2011, p. 1371)</p> <p>Tal recurso faz falar os sentidos sobre a vassalagem das gerações anteriores das mulheres com o patriarcalismo, aí representado por Husson, praticamente associando a subserviência da criadora de Sèverine com a postura adotada pela própria cafetina. Esse discurso que retoma a memória sobre o silêncio feminino no tocante à manutenção do patriarcalismo vem, nessa personagem de <i>A Bela da Tarde</i> (e todas as cenas que integram figuras do passado com o presente de Sèverine), repleto de significantes não-verbais bastante expressivos: (XXX, 2011, p. 1371)</p> <p>Os efeitos de sentido sobre a manutenção do lugar de poder masculino também emergem quando Husson, nostalgicamente, enumera indícios sobre como o ambiente do bordel é o mesmo de outrora (as cortinas, o aquecedor, etc.). (XXX, 2011, p. 1372)</p>

Os destaques nas SD da teoria possibilitam identificar os conceitos de *sujeito* e de *sentido* recolhidos para o conjunto terminológico do referencial teórico do artigo acadêmico. Os pesquisadores inscrevem seus procedimentos teóricos em modo que (1) autoriza a produção precedente (a tradição da área), com a utilização de paráfrase.

No conceito de *sentido*, a SD *o palco da (re)produção das palavras no qual o sujeito está intrinsecamente ligado para fazer circular seus dizeres* permite identificar a apropriação meta-terminológica, com a utilização de reformulação por efeito metafórico, ao empregar a palavra “palco”, por exemplo, mesmo utilizando também a paráfrase do autor fundador da teoria ou do autor receptor da teoria, pelo emprego de “(re)produção”, “palavras”, “sujeito”, “intrinsecamente”, “circular”, “dizeres”.

Para as análises dos autores, a presença dos conceitos exemplifica (1) a mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo. E (4) a mobilização

analítica sem informações conteudistas do conceito, apenas operação descritiva, caso, por exemplo, do parágrafo 2 (atriz/personagem, proprietária do bordel, freguês, diretor Buñuel, Sèverine). Assim, tem-se:

- (01) parágrafo 2: sujeito-homem; sentidos; sentidos.
- (02) parágrafo 3: sujeito-homem.
- (03) parágrafo 4: sentidos; discurso; memória.
- (04) parágrafo 5: efeitos de sentido.

Vejamos os dados, a seguir, do segundo artigo selecionado.

Quadro 4. Sequências discursivas do A2 da USP

TEORIA	ANÁLISES DOS AUTORES
<p>a) memória: ???</p> <p>b) sentido:</p> <p>[...] A Análise do Discurso (AD) de origem francesa concebe o discurso como seu objeto científico, entendendo-o como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1975). Esse lugar teórico promove uma ruptura com a máxima de que o sentido é apenas um, parafrástico e imóvel, a ser repetido como tal, fazendo aparecer a noção de que o sentido está em jogo, em relação às condições sócio-históricas, isto é, em permanente movimento. (XXX, 2010, p. 158)</p> <p>[...] os sentidos não são fixos e nem imanentes às palavras, mas sim dependentes do contexto sócio-histórico-ideológico. (XXX, 2010, p. 159)</p> <p>[...] sentido de um texto (instância material do discurso), não é uno, mas sim plural, dado às diversas formações discursivas que compõem o repertório do sujeito. (XXX, 2010, p. 161)</p>	<p>Convém ressaltar que a memória da denominação “FEBEM”, nesses trinta anos, ficou tão marcada negativamente que os governantes paulistas do PSDB estrategicamente mudaram o nome da instituição para <i>Fundação Casa</i>, o que não apaga da sigla anterior os sentidos de violência, mas promove um deslizamento de sentidos para casa. Esse significante recorta outra rede de filiação dos sentidos, historiciza outros fios do já-lá e faz circular em sentidos de abrigo seguro, afetivo, moradia, lugar de convivência familiar para esses “menores”. Pelo acesso ao interdiscurso, “casa” distancia-se do que foi a FEBEM, dando a esta instituição uma “nova” memória e apagando trama de significados dados pela violação dos direitos humanos que tantas vezes ali ocorreu. (XXX, 2010, p. 168)</p> <p>Lendo essa mesma fotografia pelo avesso, observamos que o sujeito-fotógrafo capta um olhar amplo sobre o gigantismo do espaço e a pequenez dos internos, apontando-os na cena como menores e diminutos, o que pode instalar sentidos de denúncia de uma assimetria de poderes entre o aparato repressor e a voz dos sujeitos-internos. (XXX, 2010, p. 168)</p> <p>O ângulo sob o qual a fotografia foi feita também reforça e repete o sentido de rebaixamento moral daqueles que são o objeto do clique, já que são retratados de cima para baixo, numa relação subalterna. O fato de estarem parcialmente despidos e agachados, acuados em um canto, regulariza o efeito de repressão e flagelação aos quais estão submetidos os detentos-mirins, silenciando qualquer marca de protesto ou contestação por parte deles, enfim, o total apagamento da voz desses sujeitos. (XXX, 2010, p. 168)</p>

Os destaques nas SD da teoria possibilitam identificar os conceitos de *memória* e de *sentido* recolhidos para o conjunto terminológico do referencial teórico do segundo artigo. Para o primeiro, não há referencial teórico, nem do fundador da teoria francesa nem do receptor francês ou brasileiro. É encontrado o conceito sendo utilizado nas análises. Para o segundo, primeiramente se encontra o conceito de *discurso* nomeado como *objeto científico*, com a utilização de paráfrase e “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1975), com a utilização de citação direta, e o conceito de *sentido* com a utilização de paráfrase, como caso em (01).

Vejam os que:

- (01) é apenas um, parafrástico e imóvel, a ser repetido como tal; o sentido está em jogo, em relação às condições sócio-históricas. (XXX, 2010, p. 158)
- (02) isto é, em permanente movimento. (XXX, 2010, p. 158)
- (03) [...] *os sentidos não são fixos e nem imanentes às palavras*, mas sim dependentes do contexto sócio-histórico-ideológico. (XXX, 2010, p. 159)
- (04) [...] *sentido de um texto (instância material do discurso)*, não é uno, mas sim plural [...]

No conceito de *sentido*, as SD (02), (03) e (04) diferem da condição de formação da (01). Aquelas permitem identificar a nomeação conceitual por paráfrase após a utilização do recurso de operadores argumentativos de retificação e de adição, respectivamente, “isto é” e “mas sim”.

Com relação ao conceito de *memória*, os pesquisadores inscrevem os procedimentos teóricos em modo que não autoriza a produção precedente, nem mesmo declara apropriação terminológica. Já os conceitos de *discurso* e de *sentido* são inscritos em modo que (1) autoriza a produção precedente (a tradição da área), com a utilização de citação direta e paráfrase.

Os destaques das SD das análises dos autores exemplificam (1) a mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo, e (3) a mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito. Assim, tem-se:

- (01) parágrafo 1: memória; sentidos; sentidos; sentidos; sentidos; interdiscurso; memória.
- (02) parágrafo 2: sentidos.
- (03) parágrafo 3: sentido.

Além dos dados vistos de artigos acadêmicos de filiação à Universidade de São Paulo, vejamos os dados de pesquisas de mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva da Universidade do Porto, a seguir.

Quadro 5. Sequências discursivas da D1 da UP

TEORIA	ANÁLISES DOS AUTORES
<p>O discurso polémico reveste-se de um carácter maniqueísta, onde se define uma instância que congrega todas as qualidades e todas as virtudes, pertinentes ou não para o fim evocado, e uma outra (o alvo definido) acusada, mais ou menos declaradamente, de simbolizar o oposto. Mesmo que sejam referidos aspectos positivos do alvo, tal facto estará ao serviço de uma estratégia argumentativa que terá sempre por fim a sua desqualificação, assim como a edificação de uma imagem de imparcialidade e justiça para o LOC. Esta imagem é importante porque, para que o LOC possa de alguma forma influenciar o ALOC (ou o destinatário que, como à frente se verá, não coincide necessariamente com o ALOC), este deve estar disposto a conceder alguma dose de crédito àquele e deve estar disposto a, relativamente a uma questão determinada, sofrer a acção do LOC. Por sua vez, este não poderá pretender actuar a partir de uma simples relação de força, mas procurar, recorrendo a argumentos de índole intelectual ou emotiva, ganhar a adesão voluntária do seu público. Essa é tradicionalmente a definição de argumentação: «l'ensemble des procédures discursives visant à l'adhésion du ou des interlocuteurs, du ou des lecteurs» (Portine, 1983 :13). Mas podemos ir um pouco mais longe : «argumenter c'est chercher, par le discours, à amener un auditeur ou un auditoire donné à une certaine action. Il s'ensuit qu'une argumentation est toujours construite pour quelqu'un, au contraire d'une démonstration qui est pour « n'importe qui »» (Grize, 1981 : 30).</p> <p>(XXX, 1996, p. 42)</p>	<p>Do ponto de vista da sua construção argumentativa, o discurso de opinião assume a estrutura do discurso científico, com uma série de premissas seguidas de uma conclusão, ou com afirmações seguidas de ilustrações provatórias, baseando-se igualmente no princípio da evidência, isto é, <i>mostrando</i> ao ALOC a verdade/plausibilidade/verosimilhança daquilo que se afirma. Em alguns casos, este princípio rege toda a macro-estrutura textual, como no Texto 5: o LOC produz uma afirmação forte (EM 1 e 2), cuja verdade será demonstrada ao longo do texto, correspondendo cada um dos três parágrafos à fundamentação de cada tópico evocado na afirmação inicial (o «problema de tempo, (...) de fundamento e (...) de precedente»), terminando com uma conclusão geral, que retoma as afirmações iniciais. Cada um destes segmentos intermédios, por sua vez, sofre tratamento semelhante, com afirmações e respectivas justificações/ilustrações provatórias, até uma conclusão. (XXX, 1996, p. 51)⁵</p>

Os destaques nas SD da teoria possibilitam identificar os conceitos de *discurso polémico* e de *argumentação*, recolhidos para o conjunto terminológico do referencial teórico da dissertação. Para o primeiro, são utilizadas as palavras ou expressões “carácter”, “instância”, “estratégia argumentativa”, “imagem de”, “relação de força”, “argumentos de” e, para o segundo, a citação direta dos autores Portine (1983, p. 13) e Grize (1981, p. 30). Com isso, os procedimentos teóricos inscrevem o modo que (1) autoriza a produção precedente (a tradição da área).

No conceito de *discurso polémico* empregado à página 42, indicia-se como paráfrase da citação direta utilizada em páginas anteriores na dissertação, o que podemos conferir na SD abaixo:

[...] le discours polémique est un discours *disqualifiant*, c'est-à-dire qu'il attaque une *cible* [...] et qu'il met au service de cette visée pragmatique dominante –discréditer

5 Esclarecemos que as passagens da teoria e das análises dos autores foram selecionadas da seção 3. O discurso de opinião como discurso polémico (XXX, 1996, p. 39-58) da dissertação escolhida.

l'adversaire, et le discours qu'il est censé tenir – tout l'arsenal de ses procédés rhétoriques et argumentatifs. (KERBRAT-ORECCHIONI, s/d, p. 12). (XXX, 1996, p. 40-41)

Já no conceito de *argumentação*, a SD *Mas podemos ir um pouco mais longe*: permite identificar que o referencial de Grize (1981, p. 30) está avançado em relação a Portine (1983, p. 13). Esse subentendido fortalece a apropriação terminológica daquele autor, destacando uma maior pertinência na condição de formação do conceito formulado por ele. A SD imprime juízo de valor do pesquisador a respeito dos estudos de Grize (1981), no que diz respeito ao conceito apropriado.

Em consonância aos procedimentos de análise dos autores a presença dos conceitos exemplifica (1) a mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hipônimo, em ocorrência “o discurso de opinião assume a estrutura do discurso científico”; (2) a mobilização analítica com informações conteudistas do conceito pela utilização do hipônimo, em ocorrência “construção argumentativa”; e (3) a mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito, em três ocorrências que podem ser consideradas paráfrases de Portine (1983) e de Grize (1981): [1] “com uma série de premissas seguidas de uma conclusão... daquilo que se afirma”, [2] “Em alguns casos... que retoma as afirmações iniciais”, [3] “Cada um destes segmentos intermédios... até uma conclusão”.

Vejamos os dados da segunda pesquisa de mestrado, por fim.

Quadro 6. Sequências discursivas da D2 da UP

TEORIA	ANÁLISES DOS AUTORES
<p>Assim, é a própria linguagem que é objecto de consumo, como afirma Baudrillard (1991:132): “A partir do momento em que a linguagem, em vez de ser veículo de sentido, se carrega de conotações de pertença e se transforma em léxico de grupo, em património de classe ou de casta (...); a partir do momento em que a linguagem, de <i>meio de permuta</i> se transforma em <i>material de troca</i>, para uso interno do grupo ou da classe - enquanto a sua função real, por detrás da mensagem, muda para função de convivência e de reconhecimento; a partir do momento em que, em vez de fazer circular o sentido, começa ela própria a circular como santo-e-senha, no interior do processo de tautologia do grupo (o grupo fala-se a si mesmo), transforma-se em objecto de consumo e em feitiço.”</p> <p>Uma linguagem que consumimos, como vimos, como um código de posicionamento social, e que nos enfeitiça, de várias maneiras, como veremos, apostando sobretudo no estabelecimento de uma comunicação afectiva e subliminar (2) conosco. (XXX, 1996, p. 8)</p>	<p>A este propósito, vejamos o que dizia um slogan que circulou, recentemente, pelas ruas das nossas cidades, numa campanha ao lançamento de um carro:</p> <p>(1) <i>A razão movida pela escolha.</i> (Fiat Bravo)</p> <p>Um slogan paradoxal, pela inversão que pratica de uma espécie de máxima cuja origem já não conseguimos traçar mas que ecoa nas nossas mentes com a fixidez que as lexias complexas exibem: “A escolha movida pela razão”. Esta versão original, eventualmente até oriunda do mundo da publicidade, ganhou a força de máxima pelo suporte “lógico” que lhe assiste: escolher racionalmente é um preceito desejável, recomendável pelo bom-senso que é, no fundo, o que é consensual, o que é aceite e defendido pelo senso-comum. A versão reformulada subverte abertamente este preceito comportamental - veja-se, aliás, que, como teremos oportunidade de comprovar mais adiante (3), a violação à lógica se faz a partir de uma permuta sintáctica muito simples e económica, o que traz dividendos acrescidos ao jogo semântico-sintáctico aqui praticado.</p> <p>(XXX, 1996, p. 8)</p> <p>Esta interessante inversão fala-nos, de forma metacomunicativa, do actual projecto de acção da linguagem publicitária: primeiro, a escolha, conquistados que somos pelas mensagens verbais e visuais dos anúncios - que são, como já dissemos, muito mais do que isto, verdadeiros e poderosos complexos accionais de natureza simbólica - que comunicam conosco a um nível sugestivo e subliminar; só depois, a intervenção da razão, já perfeitamente “movida” pela nossa rendição afectiva, que se operou ainda a um nível pré-lógico, empático da nossa mente. E, por isso: “A razão movida pela escolha”.</p> <p>(XXX, 1996, p. 9)</p>

Os destaques nas SD da teoria identificam o conceito de *linguagem*, escolha para o referencial teórico do pesquisador da segunda dissertação. Primeiramente se encontra a expressão “objecto de consumo”, cuja função é a de nomear *linguagem*. Em seguida, localiza-se a utilização de citação direta (BAUDRILLARD, 1991, p. 132) a fim de nomear também o conceito. Após a citação direta, a SD “*Uma linguagem que consumimos, como vimos, como um código de posicionamento social, e que nos enfeitiça, de várias maneiras, como veremos, apostando, sobretudo, no estabelecimento de uma comunicação afectiva e subliminar (2) conosco.*” (grifos nossos) implica paráfrase do que Baudrillard entende por linguagem. Os três movimentos de inscrição do conceito indiciam o modo de (1) autorizar a produção precedente (a tradição da área).

Com relação às análises, o conceito exemplifica (2) a mobilização analítica com informações conteudistas do conceito pela utilização do hipônimo e (3) a mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito. Os destaques das SD das análises dos autores que identificam os procedimentos analíticos são:

- (1) parágrafo 3: preceito comportamental
- (2) parágrafo 4: metacomunicativa; mensagens verbais e visuais; natureza simbólica; comunicam conosco a um nível sugestivo e subliminar.

Dessa maneira, a comparação das pesquisas pode ser detalhada a seguir.

Quadro 7. Comparação dos procedimentos teóricos e analíticos em pesquisas na análise do discurso da USP e UP

	Procedimentos teóricos	PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS
USP	(1) Autorizar a produção precedente (a tradição da área) – utilização de paráfrase	(1) Mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo (4) Mobilização analítica sem informações conteudistas do conceito, apenas operação descritiva
	(1) Autorizar a produção precedente (a tradição da área) – utilização de citação direta e de paráfrase	(1) Mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo (3) Mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito
UP	(1) Autorizar a produção precedente (a tradição da área) – utilização de citação direta e de paráfrase	(1) Mobilização analítica com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo (2) Mobilização analítica com informações conteudistas do conceito pela utilização do hipônimo (3) Mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito
	(1) Autorizar a produção precedente (a tradição da área) – utilização de citação direta e de paráfrase	(2) Mobilização analítica com informações conteudistas do conceito pela utilização do hipônimo (3) Mobilização analítica com recurso de paráfrase do conceito

Considerações finais

Os resultados indiciam que as duas pesquisas da USP se filiam ao fundador francês da análise do discurso, com outros teóricos franceses e brasileiros da área, e as duas pesquisas da UP se filiam a autores vinculados a gramática, a pragmática, a ideologia e a publicidade, mas se dizem inseridas na linguística do texto/análise do discurso. Ambas as pesquisas institucionais convergem a: procedimento teórico com base em autorizar a produção precedente, por meio de citação direta e paráfrase; procedimento analítico consoante aos seguintes modos de mobilização teórica: (1) com aplicação do conceito pela utilização do hiperônimo, e (3) com recurso de paráfrase do conceito, predominantemente; (2) com informações conteudistas do conceito pela utilização do hipônimo, em

duas ocorrências, e (4) sem informações conteudistas do conceito, apenas operação descritiva, em apenas uma ocorrência das sequências discursivas selecionadas.

A nossa pesquisa aponta que para a escrita alcançar cientificidade o que precisa ser feito é estabelecer relações teóricas quando se correlacionar objeto e análise, em que o endereçamento da teoria seja contemplado em exigências do objeto de estudo em relação ao que o objeto empírico permite olhar, ler, compreender, discordar e produzir. Isso é distante do que temos visto como *estamos fazendo quando escrevemos*. Diferente de uma complexa constituição de paradigma, ou constituição de um objeto de pesquisa e sua importância para a realização de pesquisas, a atividade científica tem requerida pela universidade e pelas agências de fomento, nacionais e internacionais, contribuições em que se denote para pesquisa a rigorosidade na relação objeto, teoria e análise. Tem exigido também a escrita humana que a compreenda como traquejo laborativo em zonas de limites não só de leitura como também de interpretação. Esse trabalho poderia ser dito como tarefa não exclusivamente de analistas, como também de pesquisadores que se autorizam cientistas.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARZOTTO, Valdir Heitor. Implicações da escolha do objeto de análise e do campo de interlocução para a teoria. In: SEMINÁRIO DO GEL, 61., 2013, *Programação...* São Paulo: GEL, 2013. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/7buyd2yv0h5krol/progdetsite.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais – morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

KUHN, Thomas. *Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NASCIMENTO, Lucas do. O objeto midiático e o discurso acadêmico da AD sobre o Ensino de Português. In: SEMINÁRIO DO GEL, 60., 2012, *Programação...* São Paulo: GEL, 2012. Disponível em: <<http://gel.org.br/detalheResumo.php?trabalho=8542>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

_____. Modos de procedimentos teóricos e analíticos em pesquisas na Análise do Discurso da USP e da UP (Portugal). In: SEMINÁRIO DO GEL, 61., 2013, *Programação...* São Paulo (SP): GEL, 2013. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/7buyd2yv0h5krol/progdetsite.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por Uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 [1969]. p. 61-161.

_____. *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975. [*Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995].

_____. L'énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison. In: CONEIN, Bernard et al. (Org.). *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 143-148.

_____. Sur la (dé-)construction des theories linguistiques, DRLAV, n°. 27, 1982, p. 1-24. [Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, n. 4, p. 35-55, out. 1998].

_____. Discourse: structure or event? In: PÊCHEUX, Michel. *L'inquietude du Discours*. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990 [1983]. p. 303-323.

_____. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours, *Mots*, n. 9, p. 7-17, 1984. [Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. *Escritos*, n. 4, Campinas: Nudecri, 1999. p. 07-16.]

SWIGGERS, Pierre. Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística. In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J. et al. (Ed.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística*. Madrid: Arco, 2004. p. 113-146.

_____. Le métalangage de la linguistique: refflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2010.

Escrita acadêmica: o pesquisador e sua relação com a teoria

(Academic writing: the researcher and his relationship with Theory)

Maria Aparecida da Silva Miranda¹, Sulemi Fabiano Campos²

^{1,2}Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

mirandamas@yahoo.com.br; sulemifabiano@yahoo.com.br

Abstract: This study aims to investigate how the researcher who is still training relates himself to the theoretical concepts when he applies them to the data analysis. Thus, our attention turns to the relationship he establishes with culturally systematized knowledge when writing his research. The *corpus* consists of three dissertations in the area of linguistics defended in 2001, 2006 and 2008, which are available on the public domain – Capes. The hypothesis is that the writer leaves marks in his writing of the relationship between language and scientific cultural. We plan to raise some linguistic forms that forms function as periphrastic reformulators and their effects of meaning on writing evidencing how evidencing how the researcher relates himself to the theory as we believe that these “invented” linguistic expressions can reveal the subject’s relation to the cultural legacy which preceded him. This discussions follows the design of enunciative heterogeneity of “non coincidence” of saying proposed by Authier-Revuz (1998, 2004, 2011) and the concept of paraphrases proposed by Fuchs (1985).

Keywords: Academic writing; paraphrase; linguistic expressions; effect of sense.

Resumo: Neste estudo investiga-se como o pesquisador em formação se relaciona com a teoria ao mobilizar e colocar conceitos de área em funcionamento na análise dos dados. A nossa atenção se volta para a relação que ele estabelece com o conhecimento culturalmente sistematizado, ao escrever sua pesquisa. O *corpus* é constituído por três dissertações de mestrado da área de linguística defendidas em 2001, 2006 e 2008, disponíveis no portal de domínio público – CAPES. Sustenta-se a hipótese que o sujeito ao escrever deixa marcas linguísticas da relação que estabelece com o conhecimento e o saber culturalmente sistematizado na escrita. Logo, pretende-se fazer o levantamento de algumas formas linguísticas que funcionam como reformuladores parafrásticos, e quais efeitos de sentido que elas exteriorizam na escrita evidenciando o modo como o pesquisador se relaciona com a teoria. Acredita-se que essas expressões linguísticas “inventáveis” podem revelar, no fio do dizer, a relação do sujeito com o legado cultural que o precedeu. Tal discussão embasa-se na concepção de heterogeneidade enunciativa das “não coincidências” do dizer de Authier-Revuz (1998, 2004, 2011) e na concepção de paráfrases de Fuchs (1985).

Palavras-chave: Escrita acadêmica; paráfrase; expressões linguísticas; efeitos de sentido.

Introdução

A produção de conhecimento na universidade consiste na entrada do sujeito num campo privilegiado do saber científico, o qual pressupõe que esse sujeito, por meio de sua relação com o conhecimento culturalmente sistematizado, possa dizer algo capaz de transformar e ser transformado, ao ser submetido aos efeitos da linguagem acadêmica. Ao considerar os modos como um pesquisador se relaciona com o saber e com o outro, a pergunta que nos move para escrever esta pesquisa é uma inquietação, também do Grupo de Pesquisa em Estudo do Texto e do Dis-

curso (GETED¹) – Qual seja a indagação, como um pesquisador em formação se relaciona com a teoria ao mobilizar um conceito de área e o coloca em funcionamento?

Para entender o modo como o pesquisador em formação se relaciona com o conhecimento teórico que mobiliza ao escrever a pesquisa, propõe-se como objetivo, verificar por meio da análise de expressões linguísticas, a forma como ele interpreta, organiza e reformula conceitos de área em seu texto. Sustenta-se a hipótese que o sujeito ao escrever deixa marcas linguísticas da relação que estabelece com o conhecimento e o saber culturalmente sistematizado na escrita.

O *corpus* utilizado para esta pesquisa se constitui de três dissertações de mestrado da área de linguística defendidas nos anos 2001, 2006 e 2008, em diferentes universidades do país, selecionadas do portal de domínio público-Capes. Adota-se o seguinte critério para a escolha do *corpus*: ser da área de linguística e tratar sobre o conceito de gênero. Na análise, investigam-se marcas linguísticas deixadas na materialidade textual que indiciam como um sujeito em formação se relaciona com a teoria. Denominam-se as dissertações como: D1 2001 (para Pesquisador em Formação 1/2001), D2 2006 (para Pesquisador em Formação 2/2006) e D3 2008 (para Pesquisador em Formação 3/2008).

Neste estudo, não se tem como discussão central os problemas formais de escrita de textos produzidos em universidades, tampouco se busca dar respostas a esses enigmas. Propõe-se registrar algumas discussões sobre a produção escrita no ensino superior no que concerne a relação do pesquisador com o conhecimento culturalmente sistematizado na produção escrita de textos acadêmicos.²

Um trabalho de escrita que precisa ser construído com o *outro* e a partir dele, mas que apresenta suas especificidades, de modo que, nesse percurso, deixa marcas de singularidade e do qual se infere a realização de um movimento complexo por parte de quem redige. Trata-se de um processo de escrita que se organiza no agenciamento harmonioso ao conciliar as várias vozes que, na ida do sujeito ao outro se constituem a partir da memória discursiva daquele que escreve.

Isso porque, ao escrever, o sujeito está sempre em confronto entre o singular e o coletivo, que, necessariamente, precisa realizar estratégias linguísticas para incluir o *outro*, que dá sentido ao texto, e, do mesmo modo, assumir um lugar de enunciação, isto é, responsabilizar-se por suas escolhas lexicais, sintáticas, estilísticas, e trabalhar para convencer seus pares de suas decisões. Nesse sentido, os textos objetos (excertos) selecionados das dissertações serão analisados, tendo como referência as contribuições

1 O Grupo de Pesquisa em Estudos do Texto e do Discurso (GETED) foi fundado em 2010, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem como coordenadoras as professoras Sulemi Fabiano Campos e Cleide Emília Faye Pedrosa. O grupo é constituído por pesquisadores que estão em diferentes momentos de seus percursos acadêmicos e que tomam a escrita como objeto de estudo nos mais diversos níveis de escolarização. Os membros do grupo têm como meta pesquisar algumas inquietações que permeiam o ensino e aprendizagem da escrita no ambiente escolar, na busca de novas soluções. O GETED está interligado ao Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise – GEPPEP, criado na FE/USP no segundo semestre de 2004, pelos professores doutores Claudia Rosa Riolfi e Valdir Heitor Barzotto. Conta com a participação de docentes pesquisadores de várias universidades brasileiras. Desde 2007, o GEPPEP vem construindo sua inserção internacional.

2 Estamos defendendo, idealmente, como "legado cultural" o trabalho realizado pelo sujeito para lidar com as referências bibliográficas lidas, que sustentam um dizer embasado em outro dizer, culturalmente sistematizado.

teóricas trazidas pela Análise do Discurso de linha francesa, a partir dos estudos linguísticos propostos por Authier-Revuz (1998, 2004, 2011), com relação à heterogeneidade mostrada e não marcada e a heterogeneidade constitutiva, especialmente sobre os efeitos de sentido que expressões linguísticas de “não coincidência” produzem sobre a escrita.

Consoante aos conceitos de heterogeneidade propostos por Authier-Revuz (2004) abordam-se, alguns elementos mobilizados pelo sujeito que, ao colocar em funcionamento o discurso do outro é marcado no fio desse dizer por elementos que o aproximam, unificam e reformulam para confirmar de modo diferente o dizer daquele no seu discurso. Esses elementos (*isto é, quer dizer, ou, ou melhor, ou seja, etc.*) são abordados, segundo Fuchs (1985), como parafrásticos. Tais elementos, presentes no fio do discurso nos fatos de reformulação, fazem uma imagem do que se diz e sobre o que se dizer como produto da enunciação. Esses conceitos nos permitiram *inventariar* as diversas formas pelas quais uma teoria é mobilizada pelo pesquisador em seu trabalho.

Subsidia-se, também, em estudos realizados por Fabiano (2004, 2007), nos quais a questão abordada foi a voz do *outro* como embasamento no texto acadêmico. As investigações apontam que, ao escrever, os pesquisadores deixam marcas que evidenciam o modo como lidam com a teoria e revelam as estratégias linguísticas que utilizam para a construção do texto. No geral, há indícios que apontam para o uso dos autores como argumentos de autoridade e repetição de conceitos teóricos.

Reflexões teóricas: a lupa que ilumina os dados

Parte-se do que propõe Authier-Revuz (2004), na escrita do texto acadêmico, inevitavelmente o sujeito terá de viver a angústia do enfrentamento com o *outro* como necessidade de ancoragem teórica e, de modo singular, traçar na tessitura do texto formas linguísticas como: *dizemos; se você quiser; para assim dizer*, pelas quais se faz surgir o espaço que separa esse *outro* que atravessa a comunicação e faz a enunciação parar sobre as palavras. Nesse contexto, a reflexão metalinguística feita pelo leitor aparece como dimensão importante da escrita, espaços em que o dizer se mostra “não coincidente”, denominados pela autora como procedimentos linguísticos empregados pelo produtor do texto numa postura avaliativa daquilo que foi dito.

Authier-Revuz (2004, p. 12) ao fazer estudos sobre a heterogeneidade constitutiva a partir de conceitos de interdiscurso de M. Pêcheux, dialogismo de M. Bakhtin, enunciação de Benveniste e de inconsciente de Lacan, propõe que, na língua, todo dizer é atravessado constitutivamente por outros dizeres e que há formas explícitas na sua heterogeneidade que se inscrevem no fio do discurso como marcas de uma atividade de *controle regulagem do processo de comunicação* dada como óbvias na produção do discurso. Disso resulta o entendimento de que as marcas linguísticas deixadas por aquele que escreve um texto acadêmico permitem observar pontos de “não coincidências” do dizer. Em específico, a “não coincidência do dizer consigo mesmo”, que, de certo modo, há nos textos objetos analisados expressões linguísticas que podem ser entendidas com o que Authier-Revuz (2011) denominou de *paradas sobre palavra*, ou seja, uma forma daquele que escreve marcar a sua enunciação na estrutura da linguagem acadêmica.

Essas palavras, marcadas no discurso como *paradas* sobre o dizer podem ser consideradas como expressões reformuladoras da atividade parafrástica presente no discurso científico. Nesse contexto, a paráfrase como propõe Fuchs (1985) pode ser formulada de dois modos. Em primeiro lugar, a reformulação parafrástica repousa sobre uma prévia interpretação de um texto fonte, tomada para esse fim. Essa interpretação é variável segundo aspectos sociais, históricos e ideológicos, concernentes ao sujeito escritor, o que implica dizer que a interpretação de um texto não é única, é marcada por uma disseminação de sentidos. Por isso, aquele que escreve, ao mobilizar um conceito de área, pode (re)formular de modo diferente um “mesmo” conceito ou informação.

Em segundo lugar, de acordo com a autora a reformulação parafrástica consiste em identificar a significação do texto fonte a ser (re)construída (FUCHS, 1985). Tal identificação se mostra momentânea, já que resulta de um apagamento de diferenças. Portanto, não é única ou exatamente a que imaginariamente se supõe ser aquela que o autor do texto fonte quis enunciar em seu texto, o texto fonte. Ao reformular um enunciado, chega-se a outras possibilidades de leitura, “a paráfrase oscila entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação” (FUCHS, 1985, p. 134).

Por último, Fuchs declara que a reformulação parafrástica pode ser traduzida sob formas características de emprego metalinguístico da linguagem, a exemplo disso, podemos perceber, segundo a autora, em esquemas do tipo: *X, quero dizer Y; X e Y significam a mesma coisa; X, em outras palavras Y; etc.* (1985, p. 134).

Essas definições de paráfrase possibilitarão observar e interpretar os diferentes procedimentos de reformulação (*isto é, assim como, dito de outro modo, mas, etc.*) utilizados pelo pesquisador em formação ao acionar um conceito de área e elaborar seu texto. Por meio desses mecanismos de reformulação parafrásticos é possível analisar o modo como o sujeito se relaciona com o conhecimento.

As possibilidades, os propósitos, as armadilhas em um jogo textual que o sujeito tenta camuflar ou reformular um enunciado, primeiro, para escrever em um enunciado segundo, tentando mascarar ou desmascarar o sentido de tal enunciado dito original, dizendo de outro modo. Essas marcas que pontualmente duplicam dois pontos de vista diferentes sobre o mesmo referente são responsáveis pela construção ou reconstrução do sentido do texto, do discurso de si e/ou do outro.

A partir do exposto, considera-se que a paráfrase faz parte do contexto de produção de escrita acadêmica, e que ao escrever, o pesquisador em formação precisa conhecer o estado da arte do tema estudado. Isso é essencial para que ele saiba o que já se produziu a respeito para que possa subsidiar-se do conhecimento culturalmente sistematizado, podendo fazer suas escolhas teóricas e dizer de outro modo o que já foi dito, de forma que algo de si possa se apresentar como característica explícita de sua relação com o conhecimento e ultrapasse o discurso do *outro*.

No dizer de Fabiano (2007) a paráfrase na produção escrita acadêmica, pode ser vista como forma de incorporação das referências das leituras feitas para embasamento teórico dos trabalhos acadêmicos. Pode-se dizer também que a paráfrase reflete na escrita acadêmica efeitos de sentido, devendo revelar a relação do pesquisador com o conhecimento culturalmente sistematizado.

A paráfrase e a presença do outro na escrita acadêmica

A escrita, em especial na universidade, não é simplesmente a transposição da ideia do sujeito que escreve sobre o papel. Trata-se de uma construção feita a partir do material linguístico e do legado cultural. Nesse processo, alguns postulados são incorporados como *sensu comum*. Contudo, é preciso que se reconheça a impossibilidade de tudo dizer e no mesmo gesto se responsabilizar pela produção que faz movimentar o saber.

A esse respeito, Barzotto (2007) propõe a reflexão sobre o uso da paráfrase como um dos mecanismos de construção do texto acadêmico. No entanto, alerta para os efeitos que algumas paráfrases produzem, e seu emprego deve ser questionado. O autor afirma que muitas vezes essa prática leva à acomodação e o pesquisador acaba assumindo mais um caráter de repetição do outro como voz de autoridade. A incorporação de um texto em outro, feita de forma repetidora e parafrástica, protegida pelos postulados também repetidos e parafraseados, apontam marcas linguísticas que permitem caracterizar as relações entre os sujeitos que escrevem e aqueles que são seus leitores.

Para Authier-Revuz (2004), a reformulação parafrástica produz formas linguísticas, sintáticas e discursivas da presença do *outro* no discurso. Trata-se de fatos relacionados à *modalização autonímica* do dizer, um modo de progressão do discurso que pontualmente se mostra não coincidente com o próprio dizer.

Escrever na universidade requer do pesquisador uma posição subjetiva frente ao objeto de estudo. O sujeito precisa encontrar estratégias linguísticas que lhe permitam efetivar o gerenciamento de vozes, para articular as vozes do texto fonte (teórico que fundamenta sua pesquisa) com as do texto construído.

Nesse sentido, esta pesquisa baseia-se na concepção de Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2011), no que diz respeito às formas de heterogeneidade mostrada, ou no que ela chama de “não coincidências do dizer”, que se inscreve como um subconjunto formalmente caracterizável como fato de “ruptura sobre o fio enunciativo” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 174). O uso da paráfrase pode se mostrar como prática recorrente na escrita acadêmica, vista como mecanismo de reformulação/construção de um “novo texto” que tem como base o texto fonte. Acredita-se que tal concepção possibilitará observar e interpretar os diferentes procedimentos de reformulação utilizados pelo pesquisador em formação ao mobilizar um conceito de área e elaborar seu texto. Como efeito, a heterogeneidade enunciativa se apresenta como instrumento caracterizador do discurso presente em todas as manifestações da linguagem verbal.

Não se quer negar, com isso, que a paráfrase não possa ser um dos recursos utilizados na construção de um texto acadêmico. No entanto, é discutível seu uso em excesso na construção do texto acadêmico, de forma que tal utilização pode apontar para uma acomodação trazida pela banalização do ato de parafrasear: sempre se retomar ao texto do outro como forma de produzir. Ou seja, sabe-se que para elaborar um texto é preciso se basear em alguma ideia já produzida, e isto é totalmente aceitável. Aceitável, no sentido de que, é enfrentando o trabalho de ler a palavra do *outro* que ele produz uma palavra própria, pois ao se por em busca de resposta o pesquisador encontra condições para perceber e construir os movimentos necessários de inscrição de sua própria palavra nos dizeres e discursos da cultura acadêmica, construindo, com isso, um caminho novo para si.

A partir da observação inicial do *corpus* estudado, nota-se que ao escrever o sujeito desenvolve determinados procedimentos linguísticos (discurso indireto, discurso direto, marcas de pessoa, verbo, conectivos, etc.) para poder comentar a bibliografia lida que pode ser visto como marcas que sustentam uma ancoragem teórica, a partir de um conteúdo estudado. Tais procedimentos apontam como efeito a paráfrase como produção ou reprodução leitora. Ou seja, marcas que apontam indícios de como quem escreve realiza a atividade parafrástica ao produzir um texto acadêmico. De modo que, o sujeito se autoriza a partir das palavras do “outro” fazendo emergir, não só a informação daquilo que já estava previsto pelo enunciado primeiro, mas o que não estava dito, porém, interpretável.

Para uma análise a respeito de como se dá a atividade parafrástica na escrita do pesquisador em formação, passa-se à análise de três excertos relativos às dissertações selecionadas (D1 2001, D2 2006 e D3 2008), quanto à mobilização de conceitos bakhtinianos na construção das pesquisas.

Paráfrase por equivalência formal?

Os dois excertos abordam o conceito de “atitude responsiva” de Bakhtin (1992). Para que se possa mostrar como tal paráfrase foi construída, serão confrontados trechos recortados da pesquisa do informante com o texto fonte, no qual o autor em questão define o conceito teórico que é mobilizado pelo informante em seu trabalho. Assim, o primeiro excerto foi escrito pelo pesquisador D1 2001 e o segundo, pelo autor teórico Bakhtin (1992), supostamente lido por D1. Neste item, apresenta-se a análise de um dos procedimentos observados na escrita dos mestrados: o uso da paráfrase como equivalência formal.

- (01) **D1 2001** – De acordo com Bakhtin (1992), o *interlocutor possui uma atitude responsiva ativa, isto é, aquele que compreende o discurso pode concordar ou discordar do mesmo. Esta atitude responsiva ativa acompanha a compreensão de um enunciado vivo; a compreensão responsiva é a preparação e o início para uma resposta [...]*, (D1, p.62, grifos nossos).

Autor lido – os *dois parceiros da comunicação, o locutor e o ouvinte verbal*, por meio de um esquema dos processos da fala no locutor e dos processos *passivos* de recepção e de percepção e de compreensão da fala no ouvinte [...] um ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso, *adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa*, ele concorda ou discorda, completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de [...], Bakhtin (1992, p. 290-291, grifos nossos).

Como se pode observar, o excerto produzido pelo pesquisador D1 apresenta estrutura de citação indireta: “De acordo com Bakhtin (1992)”. Esse procedimento, porém, pode ser considerado apenas um jogo textual de uma produção escrita que ocorre por inversão da ordem de algumas palavras no enunciado. Verifica-se, que, o que o autor coloca em primeiro plano, o pesquisador D1 transpõe para o seu texto em segundo plano. Compreende-se tal uso como sendo uma tentativa de parafrasear o texto a partir de reformulações lexicais, com variações de ordem semântica que, de certa forma, não foram bem-sucedidas.

- (02) **D1 2001** – [...] o interlocutor possui uma atitude responsiva ativa, [...].

Autor lido – [...] *adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa*, ele concorda ou discorda, [...].

É possível perceber que na tentativa de interpretar o texto o pesquisador elabora um enunciado que se repete e, muito se aproxima de uma cópia. No entanto, a enunciação é outra. D1 baseia-se em um imaginário de escrita por acreditar que transpondo uma oração de um lugar para outro, estaria dando um novo sentido ao que escreveu, “Segundo Bakhtin, isto é um exemplo de atitude responsiva”.

Ao comparar os dois excertos, verifica-se que há uma tentativa de reformulação do enunciado primeiro (texto fonte) para escrever um segundo texto. A partir da interpretação das palavras do autor/teórico o pesquisador tenta dizer de outro modo ao seu leitor algo que já foi dito ao sustentar certa discursividade.

Confrontando-se os dois enunciados, observa-se o uso da paráfrase como equivalência formal, procedimento em que o pesquisador D1 retoma o texto fonte informa as referências bibliográficas e faz algumas alterações sintáticas no texto. Em um primeiro momento, observa-se que há uma relação de sentido entre algumas expressões que parecem correspondentes. No entanto, isso que parece correspondente, se mostra alterando o sentido do enunciado, um deslocamento de sentido.

Há um deslocamento e distanciamento de sentido em virtude da substituição de palavras. Ao compararmos os excertos, verificamos: (a) D1 diz: “*possui* uma atitude responsiva ativa”, o autor do texto fonte diz: “*adota* simultaneamente [...] uma atitude responsiva ativa”. Há, neste caso, um deslocamento de sentido entre “possuir” e “adotar”, pois não há entre as duas palavras uma correspondência de significação; (b) D1 afirma: o “*interlocutor*” possui uma atitude responsiva ativa, enquanto o autor escreve: “*os dois parceiros da comunicação* [...] possui uma atitude responsiva ativa”.

Tais ocorrências mostram que, ao parafrasear o texto de Bakhtin (1992), o pesquisador da D1 estabelece um jogo de equivalência sinonímica entre seu texto e o texto fonte. No primeiro momento, ao avaliarmos o contexto, temos uma relação de sentido entre algumas expressões que parecem correspondentes. Mas, em uma segunda avaliação, podemos verificar que tal estratégia marca uma ruptura e um deslocamento de sentido entre os dois enunciados. Com efeito, podemos dizer que a posição do pesquisador como sujeito se faz nessa relação de constituição de um lugar de interpretação que se situa entre o “Outro” (interdiscurso) e o “outro” (interlocutor), o outro discurso.

A partir da verificação de quais alterações foram realizadas entre trechos do enunciado, percebe-se que, aparentemente, elas são referentes ao segundo nível de paráfrase, o que, Fuchs (1985) define como relação sinonímica, uma vez que existe uma troca de alguns significantes que são sinônimos. Tal recurso é utilizado pelo pesquisador da D1 para reformular o discurso do outro, digamos para parafrasear o texto de Bakhtin, estabelecendo um jogo de equivalência sinonímica entre seu texto e o texto fonte.

Na escrita acadêmica, o uso da paráfrase pode ser entendido como modos de o sujeito expressar sua relação com a teoria a partir de leituras realizadas como embasamento teórico de sua pesquisa. Trata-se de uma construção feita a partir do material linguístico, que possibilita encontrar formas de expressão capazes de produzir o efeito de sentido imaginado, e do legado cultural que funciona como parâmetro para a produção de conhecimento.

Paráfrase por relação sinonímica?

A paráfrase por relação sinonímica se estabelece na alteração entre termos semanticamente equivalentes. A sinonímia entre palavras pode ser interpretada a partir de uma relação de identidade verdadeira de sentido ou proximidade semântica (FUCHS, 1985). A construção parafrástica que se analisa a seguir apresenta alterações sinonímicas. Tais alterações linguísticas, na construção do enunciado, produzem efeitos que alteram o sentido inicial do enunciado.

O primeiro excerto transcrito a seguir foi produzido pelo pesquisador da D2, e o segundo foi retirado de um capítulo do livro de Bakhtin (1992, p. 179). O pesquisador se propôs a fazer um estudo das ocorrências de marcas enunciativo-discursivas em histórias em quadrinhos. Para realizar a pesquisa, ele se fundamentou nos pressupostos bakhtinianos. No excerto que se toma para análise, ele aborda o conceito de “enunciado”.

- (03) **D2 2006** – Para Bakhtin, os enunciados de um discurso se definem pela natureza dos *gêneros discursivos, constitutivos e constituídos em circunstâncias enunciativas peculiares às esferas das relações sociais*. Quaisquer que sejam a extensão, o **conteúdo semântico**, os recursos linguísticos e a sua composição estrutural; o discurso, materializado na forma de texto apresenta características que lhe são geralmente comum, moldadas pelas regras do funcionamento dos gêneros, sendo essas, por sua vez, articuladas no interior das interações das esferas das relações sociais. Dito de outro modo, *cada esfera de uso da língua (cotidiana ou não) potencializa os seus próprios gêneros*, determinando as formas genéricas e relativamente estáveis de manifestação dos discursos, no que tange aos aspectos temático, estilístico e composicional. [...] (D2 2006, p.34, grifos nossos).

Autor lido – [...] *A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma e doutra esfera de atividade humana*. O enunciado reflete as condições específicas de cada uma dessas esferas, não só por seu *conteúdo (temático)* e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo, sua construção composicional. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente, é claro, individual, mas *cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso*, Bakhtin (1992, p.179, [grifos nossos]).

Verifica-se que o pesquisador da D2, ao tentar distanciar-se do discurso do outro, estabelece uma relação sinonímica entre algumas palavras que se enunciam no fio do dizer, possivelmente na tentativa de escrita de um novo texto. As ocorrências sinonímicas são entre as palavras/expressões (apresentadas na ordem em que aparecem: pesquisador da D2 x autor): “*conteúdo semântico*” e “*conteúdo temático*”; “*relações sociais*” e “*atividades humanas*”; “*potencializa*” e “*elabora*”. Tais proposições estabelecem, na estrutura textual, uma relação de sentido entre os dois enunciados.

- (04) **D2 2006** – [...] *peculiares às esferas das relações sociais*. Quaisquer que sejam a extensão, o conteúdo semântico, [...] (grifos nossos).

Autor lido – [...] *doutra esfera de atividade humana*. O enunciado reflete as condições específicas de cada uma dessas esferas, não só por seu *conteúdo (temático)* [...] (Bakhtin [1992] 2000, p. 179, grifos nossos).

Como se pode ver, o texto produzido pelo pesquisador da D2 apresenta uma estrutura de citação indireta. Acreditava-se que esse fosse um movimento inicial para uma possível produção escrita, por isso, esperava-se encontrar uma paráfrase linguística de reformulação. Porém encontram-se trechos do texto fonte que aparecem na escrita do

pesquisador da D2 na ordem inversa. Isso nos leva a crer que, na tentativa de parafrasear o texto fonte, ele realiza procedimentos como a inversão de trechos do enunciado e substituição de palavras por sinônimos, que se analisa na sequência.

Nessa direção, numa leitura mais atenta, primeiro observam-se, na construção textual dos dois primeiros períodos, indícios de uma estrutura parafrástica em que, embora haja resquícios do outro, é possível a interpretação de que o pesquisador da D2 faz uma produção de sentido que norteia a construção do enunciado.

Na primeira expressão –, *conteúdo semântico* – pode-se dizer que é correspondente ao que Bakhtin denominaria como os sentidos ou conteúdos que são gerados numa esfera discursiva com suas realidades contextuais. Na segunda expressão – *relações sociais* –, acredita-se não alterar o sentido enunciado, por levar ao entendimento de que as atividades humanas são estabelecidas nas relações sociais que, por sua vez, definem os gêneros do discurso aprendidos no curso de nossas vidas como participantes de determinado grupo social. As alterações na terceira proposição – *potencializa para elabora* – dão a ideia de *reforço*, no sentido de que o uso da língua é que determina os seus próprios gêneros. Ou, melhor, “o uso da língua *torna ativo* o próprio gênero”.

Contudo, não se discorda de que, para elaborar um texto, o sujeito tome por base alguma ideia anterior. Prática que é totalmente aceitável. Porém o que não é aceitável é que ele se mantenha preso ao discurso do outro, redizendo o que já foi dito. Esse uso faz com que não se percebam as ideias e/ou a criatividade, ou mesmo, o percurso de formação daquele que escreve e a relação com o conhecimento das leituras realizadas ao longo de sua formação na produção de um texto.

Nesse caso, a análise aponta um dizer que pouco acrescenta algo “novo” ao que já foi produzido; apenas confirma o que o autor já havia dito, a partir da reflexão do leitor/escritor, no sentido de que “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 1997 p. 160). Para Orlandi (2005, p. 25), o processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sobre várias de suas formas (matriz da linguagem); ou seja, não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo.

Assim sendo, observa-se que nessa construção o sujeito se esconde por trás do *outro* (autor fonte do seu dizer). Ele faz com que seja impossível estabelecer uma relação entre o sujeito e o *Outro* que constitui o seu discurso. Isso acaba por anular o *Outro* no discurso. Trata-se de um discurso *imaginário* que é colocado em jogo, assegurado estruturalmente pelo sujeito como desconhecimento e indiferença, ocupado em anular, no imaginário, a divisão, a falta, a perda e o *descentramento* que o afetam. Isso acaba por anular o *Outro* no discurso. Trata-se de um discurso *imaginário* que é colocado em jogo, assegurado estruturalmente pelo sujeito como desconhecimento e indiferença, ocupado em anular, no imaginário, a divisão, a falta, a perda e o *descentramento* que o afetam. O sujeito não é duplo, mas dividido. Ele fala sem saber de outro lugar (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Em outras palavras, verificamos que tal procedimento, produz na escrita de D2, um efeito que vem a confirmar que o discurso, mesmo atravessado por outro, se mostra não coincidente, característica constitutiva de todo discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004).

A seguir, analisa-se o excerto do pesquisador da D3, para mostrar como realiza procedimentos parafrástico na produção escrita de sua pesquisa.

Paráfrase por reformulação?

Trata-se do movimento parafrástico que figura como reformulações possíveis em um dado contexto de modo a recuperar a significação do texto (aquele que foi reproduzido e interpretado) parafrasticamente. A paráfrase como reformulação é a atividade pela qual aquele que escreve restaura o conteúdo de um texto fonte sobre a forma de um texto segundo (FUCHS, 1985, p. 133).

Passamos a análise do excerto (5), transcrito da dissertação *Gênero artigo de opinião na perspectiva sociorretórica de gêneros textuais*, cujo objetivo foi analisar o gênero artigo de opinião, em uma perspectiva de gêneros textuais, sociorretórica. Em síntese, buscamos mostrar, através da análise desse excerto, como o pesquisador da D3 realiza procedimentos parafrásticos na produção escrita de sua pesquisa.

- (05) **D3 2008** – Bakhtin (1997), em *Estética da criação verbal*, afirma que a utilização da língua, emanando dos membros das diversas esferas da atividade humana, realiza-se na forma de enunciados concretos e únicos. Cada uma dessas esferas tem suas próprias condições específicas e finalidades nos enunciados. Isso não se limita ao seu conteúdo temático, ao seu estilo verbal, à seleção que se opera nos recursos linguísticos, mas também chega a sua construção composicional. Na totalidade do enunciado, o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são fundidos de forma indissolúvel, e a especificidade de uma dada esfera de comunicação os identifica com suas marcas. Todo enunciado analisado de maneira isolada “é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 279, - p. 24, grifos nossos).

Autor lido – A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e de todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas dada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Verifica-se que os dois excertos tratam do conceito de “enunciado” numa perspectiva bakhtiniana. O primeiro, transcrito da dissertação do pesquisador que denominamos de D3, e o segundo, transcrito da obra de Bakhtin (1997), autor supostamente lido pelo pesquisador. Assim como os dois pesquisadores (D1 e D2) analisados anteriormente, observa-se que o pesquisador D3, ao reformular o conceito de enunciado, também inicia por meio de citação indireta, de forma a autorizar-se a partir das palavras do autor quebrando as modalizações e indicando o texto fonte e a paginação de onde foi retirada a citação:

- (06) D3 2008 – “Bakhtin (1997), em *Estética da criação verbal*, afirma que a utilização da língua, emanando dos membros das diversas esferas da atividade humana, realiza-se na forma de enunciados concretos e únicos [...] (BAKHTIN, 1997 p. 279)”.

Observa-se que ao realizar tais procedimentos o pesquisador, em sua estrutura textual, segue regras que atendem às convenções de escrita acadêmica que autoriza a sua enunciação a circular numa comunidade científica. Ao comparar os dois excertos, verifica-se que há duas preocupações no movimento que o pesquisador D3 realiza ao mobilizar o conceito de “enunciado”, valendo-se da citação indireta: “Bakhtin (1997), em *Estética da*

criação verbal”, com a intenção de: a) situar o seu leitor sobre a bibliografia lida, como embasamento teórico de sua pesquisa e, b) explicar de que obra foi retirada a citação.

Nesse processo de reformulação do enunciado, também, verificam-se duas estratégias de substituições de formas tipográficas presente, no texto fonte que tendem ao apagamento da voz do *outro* no enunciado: (a) substituindo trechos que o autor coloca em parênteses ele amplia a explicação colocando-os em itálico: *conteúdo temático* ao seu *estilo, construção composicional* e (b): o que o autor da obra destaca em itálico, ele utiliza aspas: “é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso”. Tais procedimentos apontam como efeito um distanciamento, digamos “imaginário”, como denegação do outro, fonte do dizer.

As razões para as substituições podem ser explicadas como mais uma das estratégias de escrita para diferenciar o texto fonte do texto elaborado por D3. Há nesse processo de escrita de D3, uma tentativa de distanciamento da palavra do *outro*, da reprodução leitora. Em suma, uma tentativa de não copiar o sentido literal do enunciado.

Trata-se de uma tentativa de interpretação apoiada no texto fonte e um esforço em não dizer outra coisa que não esteja autorizado. Ao procurar interpretar o que foi dito pelo autor ele altera a estrutura do enunciado, de modo que a nosso ver, não prejudica o sentido construído no enunciado. Contudo, tal composição não aponta para a criação de algo novo como produção de conhecimento que extrapole o que já foi dito pelo teórico.

Comparando o excerto do pesquisador D3 com o excerto da obra do autor, supostamente lido por D3, foi possível verificar alterações de ordem sintáticas e tipográficas entre um texto e outro. Quanto às alterações sinonímicas, encontram-se, basicamente, as seguintes palavras/expressões alteradas: “realiza-se”, para “efetua-se”; “membros”, para “integrantes”; “na totalidade do enunciado”, para “Estes três elementos”. Refletindo sobre o conceito de enunciado conforme propôs Bakhtin, é possível que tais alterações sinonímicas não alterem o sentido do enunciado na construção proposta pelo pesquisador da D3. No contexto em que aparecem as palavras/expressões, de certa forma o conceito de enunciado é contemplado, mesmo que de forma recortada e invertida.

Nesse jogo de palavras sinonímicas, o pesquisador da D3 modaliza o dizer. Assim o texto vai sendo construído a partir de um movimento entre o que está sendo dito e o que foi produzido antes. O uso da modalização, nesse jogo textual entre o pesquisador da D3 e o autor lido, contém indícios de que a relação que o pesquisador em formação estabelece com o legado cultural é, possivelmente, uma relação imaginária.

Nesse sentido, pode-se dizer que, nesse momento de exposição da teoria, o pesquisador da D3 parece aproximar-se do discurso universitário, mas ainda não se insere nesse discurso, visto que reproduz o discurso do “outro”. Ou seja, ainda não consegue articular a teoria de modo a servir-se dela de forma culturalmente sistematizada. Nessa configuração do discurso universitário, não há espaço para o não saber fazer sistematizado.

A esse respeito Fabiano (2007) aponta no ato de parafrasear um ponto positivo: o de se apoiar no “outro” para atualizar o leitor sobre o que o autor do texto lido afirma sobre determinado conceito, ou mesmo para retomar pesquisas anteriormente feitas.

Em síntese, verifica-se o seguinte movimento entre o texto produzido pelos pesquisadores em formação e o autor da obra (Bakhtin), supostamente lido pelos três pesquisadores:

a) há paráfrase por equivalência sinonímica como possível tentativa de reformulação parafrástica, analisadas com base nos excertos e no texto fonte, uma vez que tal movimento resulta de um gesto de leitura de uma construção teórica; b) ao reler o “outro” e registrar a ação dessa leitura, os pesquisadores utilizam procedimentos que apontam para a exterioridade discursiva marcada no discurso explicitamente como forma de apreensão e representação das palavras do outro, efetuada pelo uso do discurso indireto, pelo qual aquele que escreve coloca o outro como responsável pelo enunciado; c) há domínio na organização estrutural do texto do aluno pesquisador (em D1 e D3) quanto às convenções da escrita acadêmica, enquanto, no texto do pesquisador D2, observamos problemas quanto a essa questão.

Vê-se, na escrita das dissertações, uma necessidade de mobilização de conceitos teóricos para sustentar uma discursividade no meio acadêmico. A respeito disso, Riolfi (2003) lembra que fazer a escrita trabalhar não é, simplesmente, encontrar boas ideias ou planejar como expressá-las, nem encontrar modos de realizar uma interação com o outro por meio do texto, mas poder ler o que não se sabia para poder comentar o que até então era desconhecido. Esse é um trabalho de escrita como possibilidade de aperfeiçoamento, processado por aquele que escreve, em suas idas e vindas, ou melhor, na lida com o conhecimento aprendido ao longo de sua formação. Certamente, um aprendizado que exige conhecimento construído a partir de uma inquietação própria. Assim, ao escrever, o pesquisador inscreve-se em uma enunciação caracterizada pela retroação e pela reciprocidade, que permite ao sujeito operar sobre a linguagem e sofrer os efeitos dela.

Trata-se de um processo de internalização das regras da cultura, que, em primeiro momento, são externas, e depois são incorporadas pelo movimento de escrever e reescrever as palavras do outro – indagar-se, qual a melhor forma de incluir o outro, d) trechos do texto fonte aparecem, às vezes, na ordem inversa nos textos produzidos pelos alunos pesquisadores, numa tentativa de reformulação do texto primeiro para um texto segundo, mas não chegando a um trabalho de retroação do dizer do “outro”.

Esse ritual acadêmico é usado para inscrever o outro na linearidade do discurso, sob a formulação citada – por meio de palavras vindas de outro discurso, inseridas na modalidade do discurso próprio. Uma heterogeneidade mostrada, que rompe sintaticamente o discurso, o qual se desdobra, enunciando uma voz “exterior” que se faz presente. O sujeito marca explicitamente, como exteriores teóricos o espaço e o tempo de enunciação, como se estivesse controlando o jogo de palavras que vem do outro. Esse modo de inserir o outro discurso no discurso produz como efeito uma posição enunciativa de afastamento, ilusória, de exterioridade em relação ao dizer do outro.

Considerações finais

Com estilo próprio, ao escrever o sujeito percorre vários caminhos para colocar algo de si em seu escrito, para que possa surgir dessa produção um novo texto. Nesse movimento ele deixa marcas linguísticas “inventariáveis” como indícios de sua marca na escrita.

Tomam-se, pois, tais observações como objeto de reflexões seguindo uma perspectiva argumentativa ou discursiva de que, com efeito nos casos analisados há um enunciado que se repete. Entretanto, vê-se uma enunciação que se apresenta diferente a cada enunciado

repetido, de modo que, na paráfrase, tem-se também um novo enunciado e não só a repetição do mesmo. Mas não dá para afirmar que se trata de uma paráfrase produtiva, pelo fato de as modificações operadas nos textos apresentados não serem suficientes para considerá-los uma criação por parte de quem os escreveu.

As análises apontam para uma escrita que pouco acrescenta de informações novas. Desse modo, a nosso ver, os exemplos parafrásticos que se analisa consistem em momentos de aprendizagem de escrita, mas que não se constituem produção de conhecimento.

Por fim, volta-se à questão da relação da escrita com o saber. Não se quer dizer com isso que a paráfrase não possa ser tomada como uma das estratégias de reformulação de um texto que tem como base um texto fonte, ser considerada um momento de aprendizagem, mas em que, na busca de algo novo, há a produção de conhecimento. A esse respeito, alertamos para o fato de que a incorporação de um texto em outro já existente de forma repetida, principalmente na universidade, ocasiona a estagnação na produção de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Heterogeneidade enunciativa. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

_____. Paradas sobre palavras: a língua em prova na enunciação e na escrita. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 651-679, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/18488/14346>>. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1992].

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARZOTTO, V. H. Leitura e produção de textos: limites e relações intersubjetivas. In: CALIL, E. (Org.). *Trilhas da escrita: a autoria, leitura e ensino*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Lições das fúrias: delitos e castigos inevitáveis. In: RIOLFI, C.; BARZOTTO, V.H. (Org.) *O inferno da escrita: produções escritas e psicanálise*. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BIBLIOTECA digital da Unicamp. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 03 set. 2013.

CORACINI, M. J. R. F.; ECKERT–HOFF, B.M. (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FABIANO, S. *Pesquisa na Graduação: a escrita do gênero acadêmico*. Cáceres-MT: Editora da Unemat, 2004.

_____. *A prática da pesquisa como sustentação da apropriação do conhecimento na graduação em Letras*. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua portuguesa. Área de Concentração: Análise do Discurso) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2007.

FUCHS, C. *A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação?* Tradução de Rodolfo Ilari e Rosa Até Figueira. Campinas: Editora da Unicamp, 1985. p. 129-134.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2010.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução a linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

RIOLFI, C. Ensinar a escrever: considerações sobre a especificidade do trabalho de escrita. *Leitura: Teoria & Prática*: Revista da Associação de Leitura do Brasil, Campinas-SP, v. 40, p. 47-51, jan./jul. 2003.

TEIXEIRA, M. *Análise do discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

O lugar da mulher no meio corporativo

(The woman's place in the corporate world)

Maria Inês de Oliveira Hernandez¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

mihernandez@usp.br

Abstract: In this paper we carry out a discursive analysis of a business meeting dramatization, presented by students of a secretarial training course. We focus on the way students show their subjective positioning, some already naturalized, even though contested, and some new ones, although quickly confiscated, sometimes, by themselves. Michel Foucault's concept of power and its relation to knowledge and its effects, especially the ones related to the constitution of the subject, support this analysis, in which we could notice the places offered to women in the corporate world and the way the subjective constitutions of the participants of the meeting were formed.

Keywords: subjective constitution; discourse; knowledge; power.

Resumo: Neste artigo empreendemos uma análise discursiva da dramatização de uma reunião de negócios apresentada por alunas de um curso tecnológico de secretariado, na qual enfocamos o modo como ocupam posicionamentos subjetivos já naturalizados, mesmo que contestados, assim como forjam novos posicionamentos, posicionamentos desejados, mesmo que rapidamente confiscados, às vezes por si mesmas. O conceito de poder em Michel Foucault, sua relação com o saber e seus efeitos, especialmente no que diz respeito à constituição do sujeito, sustentam a análise, em que pudemos notar os lugares destinados à mulher no meio corporativo e o modo como se deram as constituições subjetivas dos participantes da reunião.

Palavras-chave: constituição subjetiva; discurso; saber; poder.

Introdução

Partindo do conceito de poder em Michel Foucault, objetiva-se neste trabalho realizar uma análise discursiva de como alunas do 6º semestre de um curso de secretariado ocupam posicionamentos subjetivos já naturalizados, mesmo que contestados, e como forjam novos posicionamentos, posicionamentos desejados, mesmo que rapidamente confiscados, às vezes por si mesmas.

No segundo semestre de 2011 esta pesquisadora e também professora da disciplina de língua inglesa consultou suas alunas sobre o que gostariam de fazer como terceiro instrumento de avaliação (a instituição estabelece que os dois outros instrumentos sejam provas escritas). Uma aluna propôs a encenação de uma reunião de negócios, gravada em vídeo. Considerou-se a ideia bastante pertinente, já que as alunas colocariam em prática não apenas a língua inglesa, mas também conhecimentos abordados em outras disciplinas, bem como suas vivências no mercado de trabalho.

Ao refletir sobre a proposta de trabalho, a professora percebeu que seria bastante apropriado mostrar um minivídeo sobre uma reunião de negócios na qual podemos perceber uma forte tensão devido à necessidade daquele que ocupa o lugar de liderança ser percebido como detentor do poder e merecedor da submissão da equipe de trabalho.¹ Desse modo,

¹ Esse minivídeo está inserido no CDROM que acompanha o livro didático de Cotton e Falvey (2007).

no mês seguinte, a professora mostrou o minivídeo às alunas e conduziu uma breve discussão com o grupo. Foram discutidas questões relativas à hierarquia, práticas discursivas no meio corporativo, globalização e neoliberalismo com o objetivo de problematizar práticas observadas (muitas delas opressoras) no meio corporativo.

Conforme combinado, no final do semestre as alunas apresentaram sua encenação da reunião de negócios. Como o áudio da gravação ficou muito ruim, as alunas realizaram uma leitura dramatizada do roteiro para a professora. Após a leitura, seguiu-se uma discussão sobre o trabalho delas. A discussão foi gravada em áudio e posteriormente transcrita, e as alunas forneceram o roteiro da encenação (apresentado mais adiante neste trabalho).

Antes de passarmos para a análise das falas das alunas e do roteiro da encenação, faremos uma exposição de alguns dos conceitos que sustentarão nossa análise. Iniciaremos com o conceito de poder em Michel Foucault e, a partir deste, para a relação entre poder e saber e a constituição do sujeito.

Poder

Concordamos com Foucault (1996a, 1996b, 1997, 1982, 1983), que entende o poder não apenas como uma força que domina e oprime, exercido de cima para baixo, em que o poder exercido pelas elites sufoca e controla as massas populares. Opondo-se a essa visão, Foucault (1996a, 1996b, 1997, 1982, 1983) inova ao apresentar o poder como algo que constitui todas as relações humanas em suas várias esferas sociais. Em outras palavras, em nossas interações na família, na escola, no trabalho, nas repartições governamentais, estamos sempre envolvidos em redes de poder que nos constituem e que nos disponibilizam determinados posicionamentos subjetivos e inviabilizam outros.

Em sua conceituação de poder, Foucault (1996a, 1996b, 1997, 1982, 1983) destaca o fato de esse não estar localizado em um ponto e ausente em outro. Na verdade, o exercício de poder é marcado pela mobilidade e transitoriedade, sendo formado a partir das condições históricas. Remetendo-nos ao contexto da sala de aula, não entendemos que o único participante da aula que detenha o poder seja o professor. No jogo discursivo da sala de aula é possível que o poder seja exercido pelos alunos também, tanto em sua relação professor-aluno, quanto na relação aluno-aluno. Acrescentamos que uma das características constitutivas do poder é a fluidez. Assim, é comum observarmos professores sendo convencidos pelos alunos a fazerem uma atividade que não haviam planejado para uma determinada aula, mas que cedem devido à pressão exercida pelos alunos, mesmo que seja para deixá-los momentaneamente menos insatisfeitos e, assim, realizem algo que o professor deseje (SOUZA, 1995; HERNANDEZ, 2001).

Também é inerente do exercício do poder a existência da resistência. Nas palavras de Foucault (1997, p. 91): “[...] que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Aliás, não há lugar fora do poder. Estamos sempre envolvidos em redes de poder em que os focos de resistência também são móveis e seus efeitos causam novos reagrupamentos, provocando reconfigurações nas malhas de poder, suscitando novas estratégias de exercer força e de resistir.

Poder e produção de saber

Uma das inovações do conceito de poder em Foucault é compreendê-lo não só como exercício de dominação e opressão, mas também como produtor de saber. Contradizendo a noção de que o saber verdadeiro e puro está fora das redes do poder, pois o poder macularia e corromperia o saber, Foucault demonstra como diferentes áreas do conhecimento humano se desenvolveram e se consolidaram como ciências a partir do exercício do poder, especialmente por meio do poder disciplinar. O poder disciplinar lança mão de técnicas que vigiam, classificam e ordenam. Sobre isso, Foucault descreve, em *Microfísica do poder* (1996a) e *Vigiar e punir* (1996b), como o poder disciplinar através das estratégias de vigilância, confissão e exame ajudaram disciplinas como a psiquiatria, a pedagogia, a medicina moderna a se tornarem áreas de conhecimento respeitadas.

Explicando-nos melhor, ao submeter os corpos a técnicas de vigilância, exame e confissão, geram-se informações sobre os indivíduos. Essas informações, por sua vez, formam um corpo de conhecimento que possibilita classificar os indivíduos, ordená-los e testar novos procedimentos que objetivam a maximização da produção e uma melhor utilização do tempo e do espaço, em se tratando, por exemplo, da escola, da fábrica, dos quartéis. Ressaltamos o fato de o poder, nesse caso o poder disciplinar, não apagar as individualidades massificando as populações: a partir de seus mecanismos esse tipo de poder gera individualidades.

O Sujeito

O poder não só possibilita a produção de conhecimento para diversas áreas, como a medicina, a pedagogia, a psicologia, a economia, mas o poder também possibilita ao indivíduo tornar-se sujeito. Em todas as relações humanas estamos localizados em redes de poder, em que ora exercemos poder e ora sofremos seus efeitos, inclusive ao tomarmos a palavra. Em *A arqueologia do saber* (1997b), a partir da compreensão da linguagem enquanto discurso, Foucault elabora conceitos como o enunciado e a formação discursiva, que são apropriados pelo linguista Michel Pêcheux, que reformula esses conceitos dentro de uma proposta de análise discursiva, que foi conhecida como a de linha francesa. A partir dos estudos de Foucault sobre poder, saber e linguagem e das propostas de Pêcheux (1995, 1997a, 1997b, 1997c; PÊCHEUX; FUCHS, 1997), que foram constantemente revistas até sua morte, entendemos o discurso como prática social, localizada historicamente e socialmente, em que os sujeitos não dizem o que querem, quando querem, mas, sim, sempre a partir do que pode e deve ser dito. Isso quer dizer que, ao tomarmos a palavra, certos posicionamentos subjetivos nos são disponibilizados, enquanto outros nos são negados.

Entendemos que nos tornamos sujeitos ao tomarmos a palavra em situações e contextos específicos, mas como somos atravessados por diferentes discursos e afetados de modo singular pela nossa contingência histórica e pela ideologia, concluímos que não se pode afirmar que exista uma determinação direta e inescapável do que podemos ser ou dizer. Há sempre espaço para deslocamentos e ressignificações. Desse modo, na empresa, o indivíduo que ocupar a posição de diretor em um contexto determinado se sujeitará e se tornará sujeito-diretor ao tomar a palavra e produzir enunciados recorrentes dessa prática discursiva empresarial, reproduzindo dizeres já ouvidos (e talvez esquecidos) e reatualizando

e resignificando outros (talvez advindos de outras práticas discursivas) devido à sua biografia singular e ao modo como é afetado pelo contexto sócio-histórico.

O conceito de poder, sua relação com o saber e seus efeitos, especialmente no que diz respeito à constituição do sujeito sustentam a análise que realizaremos a seguir. Isso posto, passaremos à descrição e análise do roteiro da dramatização empreendida pelas alunas do curso de secretariado.

“Mr. Arnold is not very happy with our numbers”

Nesta seção analisaremos o roteiro de uma reunião encenada pelas alunas do curso de secretariado em seu último semestre de formação acadêmica. Nosso enfoque será o modo como as alunas constroem representações de diferentes sujeitos que transitam em uma empresa, como o(a) presidente, o(a) gerente, o(a) secretário(a), o(a) estagiário(a), observando o modo como o mesmo é reproduzido e o novo se irrompe. O elemento condutor dessa discussão será o modo como o poder é exercido e engendrado no jogo discursivo, em que se disponibilizarão certos posicionamentos para a mulher, enquanto outros lhe serão negados.

A fim de que possamos refletir sobre o modo como as alunas se constituem subjetivamente na encenação é preciso resgatar as possíveis discursividades que competem entre si e que são resgatadas e atualizadas, rejeitadas ou silenciadas. Em primeiro lugar, há a experiência profissional de cada uma em diferentes empresas ou pelo menos de seu período de estágio, em que vivenciou práticas corporativas permeadas por relações de poder e saber. Segundo, há o discurso acadêmico a que foram expostas e que internalizaram ou aprenderam a reproduzir (ou ao menos a ecoar a fim de serem aprovadas nas avaliações das várias disciplinas). Porém, o discurso acadêmico com certeza não foi homogêneo, com vozes nem sempre consoantes entre diferentes professores, materiais didáticos, palestrantes, etc. Por último, ressaltamos que as alunas realizaram esse trabalho acadêmico para a disciplina de língua inglesa. Em suas aulas, a professora constantemente estimulava as alunas a posicionarem-se criticamente em relação ao aprendizado da língua inglesa, refletindo sobre o predomínio dessa língua ao redor do mundo e seus efeitos, bem como as encorajava a refletir criticamente sobre o que significa ser secretária(o) nos dias de hoje e as habilidades e os saberes exigidos pelo mercado de trabalho. Portanto, era de se esperar que fossem resgatados enunciados de nossas discussões anteriores.

CHARACTERS:

Mrs. Joey – Main Manager

Mrs. Cameron – Marketing Manager

Suzan – Secretary

Mary – Marketing staff

Jessie – Marketing staff

Helen – Marketing staff

Anne – Trainee

THE MARKETING MEETING

Mrs. Joey — Main manager: Good morning ladies and gentlemen. (joke: all women.)

Everyone (laughing) – Good morning.

Mrs. Joey — I scheduled this meeting to present the new marketing plans. As everybody knows it's not a secret that the company president Mr. Arnold is not very happy with our numbers. So let's not waste our time. Suzan?

Suzan (secretary) — Yes, Mrs. Joey?

Mrs. Joey — Suzan, you will be responsible for the meeting minutes. Ok?

Suzan — Ok, Mrs. Joey. You can start the meeting. I am ready.

Mr. Joey — Thanks, Suzan. Today we have here the presence of Mrs. Cameron the marketing manager, her staff, Mary and Jessie. We have also the presence of Anne. She's a trainee. Mrs. Cameron, please.

Mrs. Cameron — Thanks, Mrs. Joey. Good Morning everyone.

Everyone — Good morning.

Todas as personagens presentes na encenação são mulheres, com a exceção de Mr. Arnold, que é o presidente da companhia e que está ausente. O presidente representa a autoridade máxima de uma corporação. Nesse caso, a razão das personagens estarem reunidas é porque “Mr. Arnold is not very happy with our numbers”. Obviamente, a reunião não foi motivada especificamente por causa do humor de Mr. Arnold. Porém é bastante revelador que essa enunciação tenha se atualizado, apontando para a necessidade de tornar o presidente mais “feliz” com os números da empresa. Também é interessante que, embora a reunião tenha sido motivada pelo fato de Mr. Arnold estar insatisfeito com os números da empresa, ele mesmo não está presente para tentar imaginar soluções para a questão. O presidente “sente” ou aponta um problema e os membros da equipe devem procurar soluções, o que procuram fazer de prontidão e sem perda de tempo (“So let's not waste our time”).

A questão do gênero salta aos olhos logo de início: todas as personagens presentes são mulheres, ocupando posições que variam de gerente a estagiária. Contudo, a autoridade máxima é um homem. Em nenhum momento ao longo do roteiro há qualquer contestação ou reclamação desse fato, o que nos permite afirmar que houve uma reprodução do mesmo, em que o mesmo é a constatação de que no mercado de trabalho os postos mais altos são ocupados pelos homens, embora comecemos a observar um pequeno número de presidentes mulheres. No entanto, quando uma mulher ocupa tal posição, vira notícia e até capa de revista.

Ao questionar as alunas sobre esse fato na discussão que se seguiu à encenação, comentaram:

(1) P: por que colocaram o big boss como homem?²

A1: é uma crítica

As: ((risos))

A1: porque os homens éh:: é o maior número de presidente

P: é verdade

A2: quem resolve sempre os problemas ... no caso () são as mulheres

As: ((risos))

2 A legenda para as transcrições encontra-se no Anexo 1.

Percebemos discursividades que se colidem e se contradizem, advindas das experiências das alunas no mercado de trabalho brasileiro e do discurso acadêmico a que foram expostas. Ao mesmo tempo em que retratam um mercado de trabalho conservador que engessa a mulher em determinados lugares no meio corporativo, negando-lhes o lugar de maior poder em uma corporação, evocam uma crítica a isso, ecoando não apenas sua experiência profissional, mas também seu contato com o discurso acadêmico. A crítica, no entanto, só emerge na discussão sobre a reunião que encenaram, uma vez que no roteiro não se permitiram esboçar deslocamentos. À mulher cabe a posição de realizadora de tarefas (“quem resolve sempre os problemas ... no caso () são as mulheres”) e, opondo-se a essa posição, ao homem seria reservada a de pensador, cérebro, aquele que lidera e aponta a direção a ser seguida. Sobre isso, vejamos o relato de A1 oferecido durante a discussão após a encenação. A1 trabalhou em uma transnacional americana em São Paulo que produzia e vendia produtos de beleza:

- (2) A1: o produto é pro mercado feminino mas o chefe/o geren/o presidente sempre era homem ... durante o tempo que eu conheço a empresa teve poucas presidentes/porque eles mudam a gestão/teve uma mulher né? agora eu não vou lembrar mas sempre era homem ... era uma empresa cheia de mulheres ... gerentes todas mulheres ... promotoras mulheres mas sempre o chefe ... o gerente geral de vendas ... nacional era um homem ... o presidente era um homem ... o diretor era um homem ... então prá chegar no topo às vezes ... as mulheres não chegavam ... eles acabavam contratando até de fora ... eu achava isso um absurdo porque se a empresa é:: tinha a cara da mulher ... por que o presidente sempre era homem? ... eu fazia essa crítica lá ... me mandaram embora mas eu fiz

A1, As ((risos))

Ao mesmo tempo em que constatamos a indignação de A1 em relação às limitadas e injustas possibilidades de lugares que as mulheres podem ocupar na empresa onde trabalhou, avulta-se um alerta àquelas que se atrevem ser críticas: corre-se o risco de demissão. Apesar de o depoimento fechar-se com risos, esses não são meros risos de alegria, mas provavelmente de desabafo, de alívio de tensão, em que o que se sucedeu não pode ser desfeito e, talvez, haja arrependimento.

Retomando o início do roteiro da reunião das alunas do secretariado, observamos um jogo discursivo típico desse tipo de evento. O indivíduo que ocupa o lugar de maior autoridade, Mrs. Joey, assume a palavra e distribui papéis (“Suzan, you will be responsible for the meeting minutes. Ok?”), bem como concede o direito à palavra a outros participantes, cabendo-lhes reagir e responder à fala do sujeito- líder:

Mrs. Joey – Thanks Suzan. (...). Mrs. Cameron, please.

Mrs. Cameron – Thanks Mrs. Joey. Good Morning everyone.

Esse padrão de fala também se faz presente na continuação do roteiro da encenação da reunião, contudo haverá algumas rupturas que nos permitirão vislumbrar o desejo de novos modos de se constituir:

Mrs. Cameron – So let’s go directly to the point. We are losing clients. I am talking about the big ones. That’s the reason our numbers are so low this last semester. This marketing company has always been responsible for the marketing of the biggest state companies. And we are talking about all kinds of products. So what’s the problem if we have experience with so many different products?

Mary – According to our research marketing is changing. Society is changing all the time.

Mrs. Cameron – Yes, but where’s our mistake?

Mary – In my opinion, we are making a mistake because we are pointing to the wrong side.

Mrs. Cameron – Explain it.

Mary – Our marketing campaign is focused on men. Male marketing. But women are taking the control of the world so we need a marketing focus on a female point of view. We need female marketing.

Jessie – I agree but there’s another important element.

Mary – What element?

Jessie – The internet. We are not working web marketing enough. We need to spend more in this kind of marketing.

Suzan – Sorry but now I must disagree. Sorry to interrupt you but we’ve already talked about funds. We need new solutions and not new expenses.

Jessie – Are you kidding Suzan? The web marketing funds are a joke. We need more funds, more resources and more people to strike with all our forces.

Mrs. Joey – Ok guys. Good ideas and remember we are all in the same boat.

Antes de discorrermos sobre o jogo discursivo da reunião de negócios, gostaríamos de salientar o destaque dado à condição da mulher. Há uma preocupação em construir uma representação de sociedade em que a mulher desempenha papéis decisórios e de grande importância econômica, num cenário em que as empresas que ignorarem esse potencial minguarão e serão excluídas. Esse cenário, aliado ao efeito que predomina nessa reunião de que as mulheres são proativas, têm ideias, tomam decisões e comandam, parece apontar para um desejo de “dominar o mundo”, mas que acaba sendo frustrado pela realidade de ter um Mr. Arnold no comando central, em vez de uma mulher.

Em relação às trocas verbais do trecho anterior, esse se inicia dentro de um padrão típico, em que o sujeito de maior autoridade, Mrs. Cameron, comanda os turnos de fala, perguntando, exigindo respostas e explicações e avaliando-as. O inesperado ocorre quando a secretária, sem ser solicitada, faz dura crítica a Jessie, funcionária do departamento de propaganda (“Sorry but now I must disagree. Sorry to interrupt you but we’ve already talked about funds. We need new solutions and not new expenses”). Delineia-se aqui um desejo de o sujeito-secretária constituir-se subjetivamente de modo mais ativo e decisivo do que sua recorrente representação (passiva e cumpridora de tarefas), posicionando-se mais como parceira do que como simples realizadora de comandos.

Conforme explicitado por Foucault (1996a, 1996b, 1997, 1982, 1983), o exercício de poder caracteriza-se pela sua mobilidade e fluidez, assim, momentaneamente, a secretária (Suzan) toma a palavra e se faz ouvida por todos. É interessante notar, no entanto, como a secretária se sente pouco confortável em discordar e interromper (“Sorry but now I must disagree. Sorry to interrupt you but...”), uma vez que se desculpa duas vezes, provavelmente por não ter o hábito de poder ter uma opinião discordante e expressá-la.

Se há um efeito de desconforto na voz da secretária Suzan em interromper e discordar da funcionária de propaganda Jessie, esta, por sua vez, parece não encontrar problemas em expressar sua contrariedade: “Are you kidding Suzan? The web marketing funds are a joke”. São as posições que ocupamos em contextos específicos, constituídas na contingência histórica, que nos permitem falar o que falamos. Se ousamos falar o que nos é proibido, não somos ouvidos ou somos silenciados. Se a enunciação de protesto de Suzan tivesse sido proferida pelo Mr. Arnold, Mrs. Joey ou Mrs. Camaron, dificilmente Jessie

teria reagido como reagiu. O poder é constitutivo de todas as práticas discursivas, inclusive as do meio empresarial. Nesse sentido também podemos compreender o poder de intervenção de Mrs. Joey, que silencia Suzan e Jessie, encerrando a argumentação entre elas (“Ok guys. Good ideas and remember we are all in the same boat”).

Na última parte do roteiro da encenação podemos vislumbrar o desejo de dar voz àqueles que raramente são ouvidos no meio corporativo:

Mrs. Cameron - I would like to listen to the trainee. Would you like to join us?

Anne (Trainee) - I agree with Mary. Last year Nike’s marketing team only changed the slogan to “Come to see Nike’s female side” and its profit growth went to 30% (thirty percent). And we are talking about millions just with a single sentence.

Mrs. Cameron - Hmmm, good. Anne?

Anne (Trainee) - but I think this kind of marketing must be strongly linked with the Internet. I know nothing about the company funds but work on internet ...

Suzan - Folks, I’ve already talked about the funds. We are not...

Mrs. Joey - Main manager: Enough! It’s not a fight. We must win together and...

(The door opens and a woman comes in)

Helen - Sorry everybody. But I was with Gabe Nolan.

Mrs. Joey – Nolan? From the Nokia company?

Helen - Exactly. Yesterday I was talking to Mary, Jessie and Anne about marketing. And I think I could join the two ideas and I showed it to Nolan.

Mrs. Cameron - Without our permission?

Helen - Sorry guys! It was an urgent plan. And... It worked. Nokia is ours now.

Mrs. Joey - are you kidding? Show us how you got it.

Helen - I will show you...

(now she puts a nice celular vídeo commercial)

Esse trecho é bastante interessante uma vez que nos permite vislumbrar o modo como se dão as constituições subjetivas. Nesse jogo discursivo, aquele que ocupa a posição de líder no momento, Mrs. Cameron, tem o direito de comandar os turnos de fala, elegendo quem fala e por quanto tempo, porém irrompe-se o previsível ao se dar voz a um sujeito que usualmente é invisível e inaudível: o estagiário. Ao mesmo tempo em que Anne, a estagiária, se sujeita de modo já naturalizado, respondendo ao comando de Mrs. Cameron, provoca um deslocamento ao constituir-se como aquele que tem ideias merecedoras de serem ouvidas, a ponto de lhe serem oferecidas mais oportunidades de fala. Percebemos, portanto, que os posicionamentos subjetivos não são categorias previamente estabelecidas. No jogo discursivo que engendramos a todo momento em todas as esferas sociais, constituído por relações de poder e saber, nos tornamos sujeitos ao nos posicionarmos dentro de uma mesmidade já prevista, ao mesmo tempo em que possibilidades de deslocamentos subjetivos podem ser arrebatadas, especialmente quando se tem um saber, como é o caso de Anne. Ela só fala quando é inquirida, ocupando seu lugar de estagiária de maneira previsível. Contudo, quando a oportunidade lhe é oferecida, demonstra um saber valioso, o que lhe rende o direito de ser ouvida, provocando uma re-significação do que é ser estagiário, usualmente visto como um aprendiz e um realizador de pequenas tarefas.

Na discussão posterior à encenação, a professora questionou o grupo sobre o fato de terem dado uma oportunidade para a estagiária se expressar, conforme segmento a seguir:

- (3) P: por que vocês pensaram em pedir para a trainee falar?
A1: ah;; porque as ideias sempre são bem-vindas ... numa reunião a trainee ... ela pode ter boas ideias
P: por acaso em alguma experiência de vocês ... vocês já foram trainee em algum lugar ... e vocês percebiam que tinha algum problema e que vocês tinham alguma ideia?
A3: eu já fui estagiária e:: os problemas lá e todos de cabeça quente ... e eu vindo de fora tendo a ideia mas não podia falar
P: e ninguém perguntou prá você
A3: ninguém perguntou ... eu só fiquei lá anotando ...o que eles estavam discutindo na reunião
P: e aqui no caso a trainee ajudou
A1: ela ajudou ... dando opinião

Como A1 bem coloca logo no início, uma estagiária também pode ter um saber que valha a pena ser compartilhado em uma reunião. Porém, para ser ouvido, é preciso ter o direito de falar e, em uma reunião, empresarial ou não, esse direito é outorgado aos que ocupam os lugares de líderes ou parceiros. Nesse sentido, podemos compreender A3 ao relatar sua experiência como estagiária em que “tendo a ideia mas não podia falar”. Ela não ousou constituir-se de modo diferente do já naturalizado e silenciou-se. Somente tomaria a palavra se fosse indagada.

Ao analisarmos as trocas de turnos de fala quando Suzan toma a palavra, podemos constatar como ela procura ressignificações para o sujeito-secretária, uma vez que interrompe a fala de Anne de maneira reprobatória, sinalizando para a possibilidade de esse sujeito ser entendido como um parceiro nas discussões, negociações e tomadas de decisão. Sua intervenção, porém, é duramente repreendida (“Mrs.Joey - Enough! It’s not a fight. We must win together and...”) por aquele que se posiciona como a maior autoridade presente, arremessando-a a seu lugar de submissão.

Se, por um lado, as alunas não conseguiram vislumbrar uma mulher ocupando o lugar de presidente de uma empresa, reproduzindo uma situação que criticam e consideram injusta, por outro lado, provocaram deslocamentos subjetivos ao oferecerem às personagens da secretária e da estagiária possibilidades de se constituírem como sujeitos que podem se expressar, contribuir com ideias e participar das reuniões como parceiros e não apenas como ouvintes passivos e realizadores de tarefas não decisórias, mesmo que tais deslocamentos tenham sido rapidamente confiscados, como foi o caso da secretária.

Ainda nesse trecho vale a pena ressaltar como os líderes de uma hierarquia verticalizada constituem-se de modo absolutamente já cristalizado: eles devem manter a ordem, fazendo falar e calar os que se encontram abaixo de si (“Enough! It’s not a fight. We must win together and...”) e, se às vezes uma liderança é ignorada (“Without our permission?”), é porque o poder não se sustenta sozinho: ele se constitui e é exercido em sua relação com o saber, especialmente em nossa sociedade em que há muito não impera o poder soberano. Nesse caso, mais importante do que respeitar a hierarquia empresarial estabelecida, é resolver o problema da perda de clientes, afinal isso deixou Mr. Arnold descontente. Helen não só articulou as ideias das colegas, mas agiu, conseguindo a conta da Nokia, mesmo sendo apenas uma funcionária do departamento de propaganda.

Por meio da análise do roteiro de uma reunião de negócios encenada pelas alunas do curso de secretariado, pudemos notar os lugares destinados à mulher no meio corporativo e o modo como se dão as constituições subjetivas dos participantes da reunião. Tomando como elemento norteador de nossa análise a noção de que o poder permeia toda experiência social, foi possível perceber tanto a reprodução de práticas já naturalizadas, denotando um conformismo com certas injustiças, como também o surgimento de deslocamentos com pequenas insubordinações e rupturas, indicando o desejo dessas alunas de resignificar o modo como os sujeitos tratados neste estudo podem se constituir.

REFERÊNCIAS

COTTON, D.; FALVEY, D.; KENT, S. *Market Leader New Edition – Elementary Business English Course Book with Self-study CD-ROM*. Edinburgh: Pearson Education Ltd., 2007. 160 p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder (Apêndice da Primeira Edição 1982). In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Apêndice contendo entrevista com Michel Foucault. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 348.

_____. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow (Apêndice da Segunda Edição 1983). In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Apêndice contendo entrevista com Michel Foucault. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. *Microfísica do Poder*. 12. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1996a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996b.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

HERNANDEZ, M. I. O. *Poder e resistência na aula de inglês como língua estrangeira: uma análise discursiva da interação professor/aluno*. Dissertação. 2001. 154 f. Mestrado (Mestrado em Letras. Área de Concentração: Língua Inglesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. A Análise de Discurso: 3 épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997c.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SOUZA, L. M. T. M. O conflito de vozes na sala de aula. In: CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1995.

WALSHAW, M. *Working with Foucault in Education*. Rotterdam/Taipei: Sense Publishers, 2007.

ANEXO 1

Legenda para transcrição

()	Incompreensão de palavras ou segmentos
/	Truncamento
MAIÚSCULA	Entonação enfática
::	Prolongamento de vogal ou consoante
...	Qualquer pausa
[Superposição de vozes
(...)	Retomada de fala
(())	Comentários do observador
P	Professor
A	Aluno não-identificado pelo observador
A1	Cada aluno identificado e reconhecido nas transcrições pelo observador recebe um número que será utilizado ao longo de todo o estudo
A1, A3	Dois alunos reconhecidos falam ao mesmo tempo
As	Vários alunos falam ao mesmo tempo
A', A''	Alunos diferentes não identificados falam ao mesmo tempo

Obs.: Transcrevemos as falas sem efetuar ajustes de caráter normativo.

A temática do trabalho e o personagem trabalhador nos mensários sociopolíticos *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*

(La thématique du travail et le personnage travailleur au sein des mensuels sociopolitiques *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*)

Maria Juliana Horta Soares

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

mariajulianasoares@gmail.com

Résumé: La visée de cet article est de penser la thématique du travail et la place du personnage travailleur au sein des mensuels sociopolitiques brésiliens *Caros Amigos* (CA) et *Le Monde Diplomatique Brésil* (LMDB). Pour réaliser cette analyse, nous avons relié des catégories de la sémiolinguistique (Charaudeau) à d'autres théories antérieures (Bakhtin/Voloshinov, Fiorin, Maingueneau). Parmi les catégories analysées se trouvent la mise en page, la sélection thématique, et le rapport entre la crédibilité et la captation et stratégies pour convaincre sont parmi les aspects analysés. Différences et ressemblances mises à part, ce que nous avons pu constater est que CA, tout comme LMDB, se positionnent en faveur des travailleurs dans le cadre de l'affrontement entre capital et travail. Dans le cas de ces personnages et de la thématique du travail, nous pouvons donc, en effet, les considérer comme des véhicules alternatifs qui combattent l'idéologie dominante et qui dénoncent des formes diverses d'exploitation.

Mots-clés: Analyse du discours; personnage travailleur; stratégies pour convaincre.

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo pensar a temática do trabalho e o lugar do personagem trabalhador nos mensários sociopolíticos brasileiros *Caros Amigos* (CA) e *Le Monde Diplomatique Brasil* (LMDB). Para a análise, aliamos categorias da semiolinguística (Charaudeau, entre outros) e de outras teorias linguísticas anteriores a ela (Bakhtin, Fiorin, Maingueneau e outros). Entre as categorias que analisamos estão a mise en page, seleção temática, relação entre credibilidade e captação e estratégias de convencimento. Diferenças e semelhanças à parte, o que pudemos perceber ao fim da análise é que CA e LMDB, no embate capital x trabalho, posicionam-se ao lado dos trabalhadores. Em relação a esses personagens e à temática do trabalho, podem ser considerados, de fato, veículos alternativos, que combatem a ideologia dominante e denunciam diversas formas de exploração.

Palavras-chave: Análise do discurso; personagem trabalhador; estratégias de convencimento.

Introdução

Ao contrário do que os veículos de imprensa costumam afirmar ainda nos dias de hoje, o discurso jornalístico, assim como qualquer outro discurso, não é isento, mas fruto de uma série de escolhas operadas ao longo de toda a sua cadeia de produção. Neste artigo, propomos uma análise contrastiva de aspectos intra e interdiscursivos de *Caros Amigos* (CA) e *Le Monde Diplomatique Brasil* (LMDB) a fim de entender que posicionamento essas publicações constroem no que diz respeito à temática do trabalho e ao personagem trabalhador.

A importância do tema justifica-se, a nosso ver, por dois motivos principais. O primeiro diz respeito ao fato de que “o trabalho humano consolida hábitos, valores, crenças – cultura, enfim, veiculada por muitas linguagens, entre elas a verbal” (FARIA et al., 2011, p. 8). Discursos diversos, entre eles o jornalístico, alvo de nossa pesquisa, são responsáveis por difundir em nossa sociedade a temática do trabalho e dar voz a diversos grupos sociais, entre eles o dos trabalhadores – grupo que representa a maior parcela da população brasileira.

Por outro lado, percebemos que essa difusão não acontece da forma como deveria. Como a sociedade costuma reproduzir os discursos hegemônicos, dos que têm poder econômico, social e cultural, muitas vezes o tema do trabalho aparece apenas sob a ótica do empregador. Raramente o trabalhador é protagonista dos fatos que lhe dizem respeito e, por isso, buscamos¹ destacar discursos em que ele tenha destaque e voz, escolhendo *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil* para nossa pesquisa.

Acreditávamos, assim, que, por serem veículos alternativos à mídia de referência, tais mensários trariam um volume maior de matérias sobre a temática do trabalho. Dariam, ainda, mais espaço aos personagens trabalhadores.

A essa hipótese, somou-se uma teórica: seriam compatíveis e complementares categorias provenientes da semiolinguística (Charaudeau, entre outros) e de outras teorias linguísticas anteriores a ela (Bakhtin-Voloshinov, Fiorin, Maingueneau, entre outros). O primeiro campo, da semiolinguística, permitiu-nos fazer a análise dos dois mensários sob a ótica da contradição que os constitui: entre a lógica mercadológica e a simbólica, é preciso convencer o leitor e conquistá-lo. Já os outros estudos linguísticos ajudaram-nos a pensar nos discursos dos mensários no que diz respeito ao seu conteúdo (categorias relacionadas a intradiscursos e interdiscursos, reflexo e refração e estratégias discursivas de convencimento).

As matérias selecionadas para o *corpus*, cinco de cada veículo, foram todas de 2009 e tiveram chamada na primeira página. De *CA* selecionamos “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, n. 147, junho), “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, n. 150, setembro), “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, n. 151, outubro), “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, n. 152, nov.) e “Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, n. 153, dezembro). De *LMDB*, “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, n. 18, janeiro); “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, n. 22, maio); “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, n. 22, maio); “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, n. 23, junho); e “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, n. 28, novembro).

Para a análise do *corpus*, elegemos aspectos referentes aos seguintes tópicos: *mise en page* (composição da primeira página, organização formal e seleção temática em cada mensário), estratégias de convencimento (seleção lexical; seleção de personagens, com foco nos trabalhadores; relações entre explícitos e implícitos; e silenciamento), relação entre credibilidade e captação e principais oposições discursivas. A partir da análise desses

¹ Esta pesquisa faz parte dos trabalhos do Grupo de Estudos em Linguagem, Trabalho, Educação e Cultura (LinTrab), grupo da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Fale/UFMG) que, desde 2009, estuda discursos (jornalístico, literário e educacional, entre outros) que tragam a temática do trabalho em destaque e os trabalhadores como protagonistas. Mais informações em: <<http://lintrab.blogspot.com.br/>>.

elementos, pudemos fazer apontamentos sobre o posicionamento ideológico de *CA* e *LMDB* para concluir se, de fato, os dois podem ser considerados veículos alternativos no que diz respeito à temática do trabalho.

Antes de passarmos às categorias de análise, descrevemos brevemente as duas publicações. *Caros Amigos (CA)*, publicado pela Editora Casa Amarela e fundado em abril de 1997, tem como maior desafio, segundo descrição própria (CAROS AMIGOS, s.d.), manter a distância do poder com “independência de opinião, que significa, no caso de *Caros Amigos*, ideias e colocações que não costumam fazer parte do universo da mídia grande, sempre conservadora e comprometida até as entranhas com o *establishment*”.

Le Monde Diplomatique Brasil (LMDB), publicado em edição impressa desde 2007 pelo Instituto Pólis e uma das 71 edições fora da França de *Le Monde Diplomatique* (fundado em 1954), de acordo com seu sítio eletrônico, “[apresenta] independência político-econômica, autonomia editorial e densidade analítica [...] [e] é uma publicação apartidária, pluralista e democrática, que busca ocupar um espaço que não foi até agora devidamente contemplado pelo jornalismo brasileiro” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, s.d.). Assim como *CA*, este mensário propõe, portanto, fazer análises diferentes daquelas trazidas pela mídia de referência.

Categorias analíticas do enunciado

Para organizar melhor nosso estudo, analisamos dois conjuntos de aspectos dos discursos de *CA* e *LMDB*: os concernentes aos enunciados dos mensários e aqueles relativos à enunciação. Para entendermos a divisão, feita por razões puramente metodológicas, distinguimos os dois planos. No *Dicionário de Análise do Discurso*, encontramos a definição de “enunciação” como um “acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 193).

Na perspectiva discursiva, enunciado pode ser considerado, ainda segundo Maingueneau, “como uma sequência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador e que forma um todo dependente de um gênero de discurso determinado: um boletim meteorológico, um romance, um artigo de jornal etc.” (MAINGUENEAU, 2000, p. 54-55). O pesquisador equipara o termo a texto, definindo-os como “uma sequência linguística autônoma, oral ou escrita, produzida por um ou vários enunciadores numa situação de comunicação determinada” (MAINGUENEAU, 2000, p. 140).

A distinção já havia sido feita por O. Ducrot (1987), que define “enunciado” como “o objeto produzido pelo locutor tendo escolhido empregar uma frase” e “enunciação” como “a ação que consiste em produzir um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta” (p. 89).

No *Dicionário de Linguística da Enunciação* encontramos, ainda, “enunciação” como a “materialização da interação verbal de sujeitos históricos”, na definição de Bakhtin-Voloshinov (FLORES et al., 2009, p. 99); “instância linguística que permite a passagem da organização virtual do discurso à sua realização”, segundo Greimas (apud FLORES, 2009, p. 104); e “atividade na qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado”, para Jakobson (apud FLORES, 2009, p. 105). “Enunciado” seria

uma “manifestação particular de uma frase” ou uma “unidade argumentativa de sentido”, ambas definições de Ducrot (apud FLORES, 2009, p. 105-106), entre outras.

Em nosso trabalho, selecionamos como aspecto principal da distinção entre enunciação e enunciado a oposição entre produto e processo. Assim, nossa análise está focada tanto no produto, o texto jornalístico formado pelos enunciados selecionados para as páginas dos mensários, quanto no processo de produção desses discursos, a enunciação, que abrange escolhas gráficas e de hierarquização de matérias, entre outras.

Distinção feita, passemos a outro ponto fundamental de nossa pesquisa: o que entendemos por discurso. Como ressaltamos no primeiro parágrafo deste artigo, a construção de um discurso *não* existe dissociada de escolhas. Charaudeau (entre outros teóricos) aponta que tudo em um ato de comunicação envolve tais escolhas, sobretudo na tentativa de provocar efeitos de sentido no interlocutor. “Comunicar, informar, tudo é escolha. Não apenas de conteúdos a transmitir, formas adequadas para estar de acordo com o bem falar e a clareza, mas de efeitos de sentido para influenciar o outro” (CHARAUDEAU, 2005, p. 28, tradução nossa).

À ideia soma-se outra, também fundamental, a nosso ver: não existe conhecimento neutro, “pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais” (FIORIN, 2001, p. 29). A objetividade ou neutralidade jornalística, até hoje defendida pelos veículos midiáticos, não passa de um dos efeitos de sentido buscados por esses *media*, como veremos adiante.

Discursos são, pois, “um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo” (FIORIN, 2005, p. 32). Assim, ao selecionar determinada temática e apresentar personagens ou grupos de personagens dentro dela, um discurso está mobilizando essas pessoas para defender um ponto de vista. Seria ingenuidade pensar que um discurso jornalístico simplesmente abre espaço para que partes envolvidas em um determinado assunto expressem seu ponto de vista. O veículo midiático não só pré-seleciona quem terá essa chance, como confere maior ou menor destaque a cada uma dessas fontes, permite ou não que elas falem por si mesmas etc.

Se os discursos, entre eles os jornalísticos, são materializações de visões de mundo, eles não apenas refletem o que se passa na sociedade. Ao escolher o que terá destaque e o que será apagado de sua materialidade, um discurso está também refratando esses assuntos. As noções de Bakhtin-Voloshinov² (1979, p. 17) de reflexo e refração *são particularizadas às mídias por* Charaudeau:

Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 20)

A objetividade jornalística não passa de um construto dos *media* para buscar credibilidade junto ao público leitor, pois aparentar neutralidade é parecer ser sério, verdadeiro. No entanto, como afirma Charaudeau (2006), o espelho da mídia não apenas

2 Estudos como o de J.-P. Bronckart e C. Bota (2011), *Bakhtine démasqué, ou a introdução de P. Sériot (2010) à tradução bilingue da obra Marxismo e filosofia da linguagem*, sugerem que a autoria do livro é de Voloshinov. Como a edição que usamos atribui o livro aos dois autores, mantivemos a citação “Bakhtin-Voloshinov”.

reflete, mas distorce a realidade, o que faz ao amplificar, simplificar ou estereotipar um fragmento do mundo.

Além disso, é preciso levar em consideração que a lógica mercadológica influencia em grande parte as decisões desses veículos, que têm, portanto, outros objetivos que não informar, como todo ato de comunicação.

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. (FIORIN, 2005, p. 75)

Neste jogo de manipulação, à cada edição os veículos jornalísticos utilizam estratégias que visam a convencer o leitor. Começando pelo *léxico*, o conjunto de itens lexicais selecionados em um texto que *dá dicas sobre o* posicionamento do veículo e sobre o “tom” da matéria. A seleção de personagens, por sua vez, diz sobre os papéis atribuídos a cada grupo envolvido em uma temática (entre eles, o do personagem trabalhador). Já relacionar os implícitos aos explícitos que o texto traz é fazer uma ponte entre aquilo que se realiza no texto (no intradiscurso) e o que pode ser subentendido ou pressuposto a partir dessa materialidade. Há, ainda, o silenciamento: escolher *não dar visibilidade a determinados temas ou personagens* é silenciá-los, buscando apagá-los frente a outros temas e personagens.

Todas essas estratégias discursivas, apreendidas a partir dos enunciados concretizados em um texto, revelam aspectos do posicionamento do veículo. Trata-se neste estudo das marcas que indicam esse posicionamento, favorável ou desfavorável aos personagens trabalhadores.

Para exemplificar a discussão que trouxemos acima, tomemos duas matérias jornalísticas de nosso *corpus*, uma de *CA* e outra de *LMDB*. São elas “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, n. 147, junho de 2009) e “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, n. 22, maio de 2009).

Começando por *CA*, a matéria jornalística do mensário estrutura-se da seguinte forma: a história de Maria, brasileira que se prostituiu na Espanha, abre o texto. O primeiro entretítulo, “Fornecedores e receptores”, traz explicações sobre como o tráfico e a exploração sexual de mulheres acontecem mundialmente. Em “Quem são as vítimas” ouvem-se pesquisadores que esclarecem como as mulheres são aliciadas, deixando-se envolver por promessas de uma vida melhor. “Aliciadores e redes de tráfico” revela, a partir da história de uma adolescente baiana de 16 anos, como os aliciadores operam. “Caminhos do tráfico” e “Em terra de espanhol” tratam, respectivamente, dos principais estados brasileiros exportadores de trabalhadoras sexuais e do maior importador dessas pessoas, a Espanha. “De volta para casa”, por fim, aponta as principais estratégias do governo brasileiro para combater a situação e resgatar as vítimas fora do país.

Há, ainda, duas retranscric³: “O mercado de gente rende US\$ 32 bilhões”, que traz as “inúmeras formas da escravidão moderna”, e “Depoimento – Brasileira, prostituída”, que fecha a matéria (a retranscrição está localizada no fim do texto, na parte inferior da última

³ Textos que se somam ao texto principal. Diferentemente dos sub ou entretítulos, são construídos como textos independentes, embora tenham forte ligação temática com a matéria jornalística central.

página) com o depoimento, em primeira pessoa gramatical, de uma brasileira de 27 anos explorada sexualmente na Espanha.

LMDB, por sua vez, inicia “Perversos contratos de trabalho” (n. 22, maio de 2009) traçando um panorama geral da situação no Brasil. A seguir, a frase de abertura: “A cada ano, milhares de trabalhadores rurais vindos de regiões pobres do país são obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias” (SAKAMOTO, 2009, p. 22).

O mensário cita, nesta primeira parte da matéria, dados do Ministério do Trabalho e Emprego e da Comissão Pastoral da Terra, apontando que, hoje, cerca de cinquenta mil trabalhadores brasileiros são vítimas da “escravidão contemporânea”.

A segunda parte do texto é “Modernização incompleta”, que acusa diversos setores do agronegócio de explorar trabalhadores, mesmo às vezes usando tecnologia de ponta em suas atividades. A matéria, neste ponto, contrapõe modernidade a costumes antigos, mostrando que trabalhadores assalariados e “escravos contemporâneos” podem conviver em uma mesma propriedade. *LMDB* denuncia, por fim, que a atuação do governo ainda é insuficiente, e que a reforma agrária seria um instrumento importante para combater esse tipo de exploração.

A descrição que trouxemos acima nos ajuda a entender como *CA* e *LMDB* estruturam suas matérias, construindo seus discursos e firmando um posicionamento. O recorte temático é a primeira escolha que mostra a diferença entre os dois mensários. Apesar de os dois discutirem formas atuais de exploração humana, *CA* opta por abordar a exploração sexual, enquanto *LMDB* trata da exploração de trabalhadores rurais.

A maneira como desenvolvem cada um desses subtemas também é diferente. *CA* traz depoimentos de brasileiras que são ou foram exploradas. Dois desses depoimentos ocupam os espaços de maior destaque na matéria: sua abertura e fechamento. Logo, a publicação busca exemplificar a temática a partir não apenas da demonstração de dados, mas de histórias reais que a ilustram.

Ao fazer essa escolha, *CA* produz, como efeito de sentido, a constatação de que a matéria trata de gente, pessoas cujo próprio trabalho produz sofrimento para elas (trabalhadores) e lucro para outras pessoas (empresários e intermediários). O assunto não é, portanto, abordado de forma abstrata, apenas sob o ponto de vista econômico da questão, por exemplo. O sofrimento das trabalhadoras é o enfoque do texto, concretizando, a partir da história de vida dessas mulheres, o tema da exploração.

Já *LMDB* adota tom mais acadêmico. A matéria discute as causas da exploração do trabalho em propriedades rurais e faz considerações sobre como tecnologias modernas convivem com relações trabalhistas arcaicas no interior do país. No entanto, não traz personagens que passam ou passaram pela situação, mas dados que comprovam sua existência.

Nos exemplos, fica claro que cada publicação produz suas matérias de forma a expor um ponto de vista e concretizar uma visão de mundo. Neste ponto, as duas publicações voltam a se aproximar. Mesmo tratando de subtemas diferentes e estruturando os textos também de forma distinta, ambas defendem os trabalhadores, opondo-se às diferentes formas de exploração do trabalho. Seja contra traficantes, seja contra empresários do agronegócio, *CA* e *LMDB* posicionam-se de forma assertiva contra a ideologia dos exploradores, defendendo os direitos dos explorados. Cobram, ainda, atitudes mais

enérgicas do governo, que precisa rever sua legislação (*CA*) e investir na reforma agrária (*LMDB*).

Do enunciado à enunciação jornalística

Passemos agora à discussão de aspectos relativos mais propriamente à produção do mensário, a como esse discurso jornalístico específico *é elaborado*. Como já começamos a discutir, o discurso jornalístico (em qualquer periodicidade) é regido por uma dupla lógica. Se, por um lado, o público tem que ser conquistado para que compre um jornal impresso, assista a um jornal televisivo ou escute um jornal de rádio, esses mesmos leitores/telespectadores/ouvintes têm que ser convencidos da verdade do que está ali.

Neste duplo movimento, de captar e convencer, o discurso jornalístico tem que “fazer sentir” e “fazer saber” (CHARAUDEAU, 2006, p. 86). Não é só a lógica comercial, mas também uma visada informativa que regem, pois, os veículos midiáticos. Se não podemos negar que esses veículos, de fato, buscam informar e prestar serviços aos cidadãos, não devemos ignorar que precisam vender exemplares (e anúncios) para sobreviverem no mercado.

Voltando ao discurso jornalístico do mensário, o primeiro aspecto que nos chama atenção é a própria periodicidade, que dá ao produtor das matérias um tempo maior para produzi-las, apurá-las e escrevê-las, assim como cuidar melhor de seu “acabamento”, se comparado aos jornais diários ou mesmo a revistas semanais. A desculpa de que o tempo é o inimigo dos jornalistas (e que, por falta dele, fontes deixam de ser ouvidas) parece ainda menos convincente quando pensamos nesses veículos midiáticos.

A *mise en page* ou composição das páginas também tem mais tempo para ser trabalhada nesses veículos. O uso de imagens e a hierarquização de matérias podem ser mais bem elaborados aqui, tendo sempre em vista os efeitos que se pretende provocar no *público-alvo*.

No que concerne, por exemplo, à composição da primeira página, ela acaba mostrando-se bastante distinta em *CA* e *LMDB*. Se *CA dá preferência* ao uso de fotografias e costuma “espalhar” diversas manchetes em sua capa, em *LMDB* ilustrações aparecem com frequência, e o número de chamadas é fixo, oito por edição. *CA* parece, portanto, buscar uma representação mais analógica do mundo (como se o que tivesse acontecido fosse simplesmente “derramado” ali), enquanto *LMDB* apresenta sua primeira página como forma de dominar os acontecimentos (TÉTU, 1989, p. 67-70).

A formatação das editorias⁴, que dizem respeito a como uma publicação hierarquiza e organiza temáticas em suas páginas, é outro aspecto que varia entre *CA* e *LMDB*. Em *CA*, as editorias podem ser encontradas já na primeira página, acima dos títulos das chamadas. São palavras ou expressões que se referem ao assunto que será tratado nas matérias que têm chamada na primeira página. Um exemplo, relacionado a nosso *corpus*, é o uso da palavra “Impostos” (n. 150, setembro de 2009) no mensário. Escrita em fonte

4 Em veículos jornalísticos, as editorias costumam responder a um campo temático, sendo os principais Política, Economia, Cultura, Esportes etc. É o que aponta o *Manual de Redação da Folha*: “Cada uma das seções ou equipes que formam a Redação do jornal. Cada editoria é responsável pela cobertura de determinado campo temático” (EDITORIAL, [s.d.]).

diferente (em maiúsculas e de cor amarela, contrastando com o branco das chamadas), ela antecipa a temática da matéria “No Brasil quem paga impostos são os pobres”. Na primeira página, o título é “Pobres pagam mais que ricos”.

Internamente, no sumário da edição da *CA*, os espaços que recebem essas etiquetas são bastante restritos. São eles “Caros Leitores”, dedicado a *e-mails* e cartas de leitores; “Entrevista”; “Ensaio” (fotográfico); e algumas colunas que têm nome fixo, como “Amigos de papel”, de Joel Rufino dos Santos. Assim, se na primeira página há diversas palavras ou expressões que indiquem qual assunto será discutido por aquela matéria (algumas indicando a localização, como “Honduras”, “Chile” e “Rio de Janeiro”, na edição de outubro, n. 151), no índice, esse tipo de caracterização é mais restrita, limitando-se às colunas ou seções que têm nomes fixos.

Já em *LMDB*, todas as chamadas de primeira página trazem uma palavra ou expressão, logo acima do título da chamada, que indique a temática de que essas matérias jornalísticas tratarão. Por isso, encontramos na primeira página do mensário editoriais que remetem às matérias que tratam da temática do trabalho (selecionadas em nosso *corpus*). Essas editoriais são: “Reformas de base” (na edição de janeiro, editoria da matéria “Uma outra matriz produtiva”); “Formas de exploração” e “Zâmbia” (na edição de maio, editoriais, respectivamente, de “Perversos contratos de trabalho” e “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza”); “Trabalho na China” (junho, “Do trabalho precário ao desemprego”); e “Pós-neoliberalismo” (“O fim do pleno emprego nas maquiladoras”, edição de novembro).

Outro aspecto interessante da *mise en page* é a forma como ambos os mensários constroem seus títulos. Em *LMDB*, é mais recorrente encontrarmos títulos nominais, sem verbos, o que acaba ressaltando o assunto (em detrimento das personagens, que, nesse espaço, não aparecem como agentes). As cinco matérias selecionadas em nosso *corpus* têm títulos nominais, entre elas “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, n. 18, janeiro) e “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, n. 28, novembro).

CA, por sua vez, traz títulos verbais em três dos cinco exemplos de nosso *corpus*, o que acontece em “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, n. 150, setembro) e “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, n. 151, outubro). Aqui, a intenção parece ser ressaltar a atualidade das temáticas (ou o “estado atual” das coisas), destacando a relação que esses assuntos têm com o presente. Os títulos acabam, ainda, enfatizando as personagens ligadas a esses assuntos (os pobres, no primeiro título, e o governo, no segundo).

Ainda em relação à *mise en page*, tratemos do uso de imagens. Quando pensamos em fotografias, a primeira função que elas parecem ter no jornalismo é a função indicial, de comprovação de que algo de fato aconteceu, de mostrar ao leitor esse acontecimento (BARTHES, 1964, p. 47). Nos dois mensários, fotografias de trabalhadores são usadas para ilustrar as matérias e comprovar que aquelas pessoas realmente existem (e muitas vezes passam por situações provavelmente difíceis de serem imaginadas pelo leitor, como trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas).

Barthes vai além e resalta outras funções das fotos: prender, chocar, significar e despertar o desejo (BARTHES, 1980, p. 52-58). As fotografias não têm, pois, função apenas informativa, mas diversas finalidades ligadas não só a efeitos estéticos, mas também de compreensão de um fato. Como afirma Lambert, as fotografias também reproduzem valores ou

mitos de uma sociedade. “No fotojornalismo, informar é também repetir os mitos de uma sociedade” (LAMBERT, 1987, p. 16).

Em *CA* e *LMDB* diversas imagens apelam para a memória discursiva dos leitores, reproduzindo obras de arte. É o caso da *Vênus acorrentada* e com códigos de barra na edição de junho de *CA*, criada para ilustrar matéria sobre tráfico de mulheres, ou a família carente de *LMDB*, que pode ser associada ao quadro retirantes de Portinari na edição de novembro. Ambas as ilustrações reforçam mitos de nossa sociedade. No primeiro caso, algo que deveria ser tratado por sua beleza e força (uma deusa) acaba sendo visto como produto. Em *LMDB*, a família malvestida (de chinelos de dedos) vê nos programas sociais do governo uma forma de melhorar de vida.

No que diz respeito ao recorte de temas que acabam transpostos para as páginas dos veículos, ambos selecionam temáticas segundo a ética cidadã. São temáticas que trazem assuntos relativos à política, saúde, educação, economia etc., ligados à ética cidadã, como ressalta Emediato: “Se a problematização [na mídia] é interna à ética cidadã (a idealidade social, a justiça para todos, a ordem e a segurança pública, [...] etc.), a própria tematização é, de certo modo, dependente dela” (2008, p. 82).

É por isso que temáticas como a do trabalho aparecem em destaque nas duas publicações – o que pode ser comprovado pelas cinco matérias de capa de cada um dos mensários sobre o tema em 2009 selecionadas para nosso *corpus*. No entanto, há uma diferença importante: *CA* concentra-se mais em aspectos da política nacional enquanto *LMDB* traz uma abordagem mais internacional, reforçando sua ligação com o jornal europeu que lhe deu origem.

Estratégias de convencimento e relação entre credibilidade e captação

Retomemos agora as estratégias de convencimento para analisarmos algumas pistas de como são desenvolvidas nos mensários. Começamos pela seleção lexical, a mais básica das estratégias. Temos, tanto em *CA* quanto em *LMDB*, uma linguagem ora mais técnica, ora mais “apelativa”. Como todas as matérias são assinadas, podemos imaginar que haja certa variação na escolha do léxico entre um autor e outro. Mas, analisando o conjunto de matérias em nosso *corpus*, pudemos descobrir alguns aspectos em comum dentro de cada publicação.

Em *CA*, *é comum que as matérias reproduzam* o discurso de personagens trabalhadores, o que, muitas vezes, colabora para a seleção de uma linguagem mais simples, ou mesmo chula. Um exemplo: em “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, n. 147, junho), o vocabulário usado por prostitutas é reproduzido pelo jornal fielmente, tomando o cuidado de colocar em aspas esses itens lexicais (para indicar sua origem). “Putas”, “levam porrada”, “se foder”, “transa brutal”, “homem podre”, “o cara”, “dinheiro curto”, “snifando [cocaína]” são algumas das palavras e expressões que o mensário traz.

Já *LMDB*, de uma forma geral, adota tom mais acadêmico. É o que podemos ver no trecho a seguir, retirado de “Perversos contratos de trabalho”:

Dois *modos de produção* atuam de forma complementar e simultânea. O *modo arcaico* serve ao moderno para garantir uma *expansão do capital* (terras e *benfeitorias*), sem que

seja necessário *capitalizar grandes montantes de mais-valia* provenientes da parte moderna, garantindo que esta mantenha sua *competitividade* no mercado enquanto cresce. (SAKAMOTO, 2009, p. 41, itálicos nossos)

Os termos que destacamos estão ligados ao jargão econômico, usado não necessariamente por profissionais da área, mas por pessoas que tenham conhecimento específico sobre a temática da produção no capitalismo.

A segunda estratégia que analisamos, central em nossa pesquisa, é a seleção de personagens. Buscamos perceber em cada publicação quais grupos tinham espaço e voz a cada matéria, com atenção especial aos personagens trabalhadores. Sobre esse grupo específico, pudemos constatar que eles têm espaço em ambos, com algumas particularidades.

CA abre mais espaço para o depoimento dos trabalhadores. Como vimos acima em “Degradação e violência”, é comum que o mensário reproduza a fala desses personagens, dando-lhes, portanto, voz. Já em *LMDB* os personagens individuais não são tão comuns. O mensário traz mais personagens coletivos no que diz respeito aos trabalhadores. É o que acontece em “Perversos contratos”, que denuncia o trabalho análogo à escravidão no campo, sem citar ou ouvir sequer um trabalhador nessas condições. Especialistas e políticos, por outro lado, *têm voz na* publicação com mais frequência.

Outra estratégia analisada por nós foi a das relações entre explícitos e implícitos. Em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, n. 152, novembro de 2009) temos como temática explícita a exploração dos trabalhadores rurais. A relação de mais valia, que faz parte do sistema capitalista, é uma temática implícita, como podemos ver no trecho a seguir: “vasto exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por *valores aviltantes* em grandes plantações. (ARBEX, 2009, p. 26, itálico nosso)

Em “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, n. 22, maio de 2009), podemos apontar uma relação ainda mais clara entre aspectos explícitos e implícitos. No excerto a seguir, o termo “galinha dos ovos de ouro” remete, implicitamente, às mineradoras: “O presidente Rupiah Banda anunciou que seu governo estava discutindo uma flexibilização fiscal com as empresas mineradoras. ‘Não devemos matar a galinha dos ovos de ouro’”. (SERVANT, 2009, p.47)

A quarta estratégia que analisamos foi o silenciamento. Vejamos mais dois exemplos. Em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, novembro de 2009), matéria que acusa as grandes empresas do agronegócio de serem as maiores responsáveis pela miséria no campo e fome no mundo, notamos que o ponto de vista dos empresários do agronegócio é silenciado. A matéria não traz nenhum depoimento, seja de empresários, seja de trabalhadores, mas defende o ponto de vista do último grupo, o qual expõe mesmo sem ouvir seus representantes.

LMDB, em uma “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, nº 18, janeiro de 2009), que também questiona a produção do agronegócio, silencia qualquer vantagem que possa haver do “bio” ou “agrocombustível” – termo usado pela matéria já que, segundo *LMDB*, “não há nada de vida” neste tipo de fonte de energia. Assim, a matéria opta por enfatizar somente os aspectos negativos do negócio, silenciando outros.

Algumas dessas estratégias parecem relacionar-se estreitamente com os conceitos de credibilidade e captação. Como expusemos acima, o discurso jornalístico *é regido por uma dupla lógica*. Por um lado, é preciso captar leitores para vender exemplares e anúncios. Por outro, é preciso convencer que o jornal é digno de confiança.

Do lado da captação, temos, por exemplo, na estratégia seleção de personagens um ponto forte de atração para os leitores. *Vítimas* de explorações trabalhistas tendem a emocionar o leitor e personificar o tema. Em “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (CA, n. 151, outubro de 2009) e em “Guerra do lixo massacra os catadores” (CA, n. 153, dezembro de 2009), CA traz entre seus personagens aposentados e catadores, respectivamente. Nas duas matérias, eles ganham uma retransa, em que figuram como personagens principais.

Por outro lado, em “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (CA, n. 150, setembro de 2009), os personagens que têm voz são políticos e especialistas, que opinam sobre o assunto. É o que também acontece em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (CA, n. 152, novembro de 2009), que reproduz partes do discurso do diretor da FAO para criticá-lo depois. Nos dois casos, esses especialistas tendem a conferir credibilidade às matérias, mesmo que o ponto de vista da publicação vá de encontro ao ponto de vista desses personagens.

Em LMDB, podemos perceber abordagem semelhante. “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (LMDB, n. 22, maio de 2009), “Do trabalho precário ao desemprego” (LMDB, n. 23, junho de 2009) e “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (LMDB, n. 28, novembro de 2009) trazem trabalhadores como testemunhas de más condições de trabalho, como baixos salários, ameaças de demissões e insalubridade. Já “Perversos contratos de trabalho” (LMDB, n. 22, maio de 2009) traz depoimentos de especialistas, reforçando o tom mais acadêmico do texto.

Em relação à credibilidade, a seleção lexical parece ter papel importante nos dois mensários. Algumas matérias de CA e de LMDB vêm repletas de numerais, numa espécie de “radiografia” das temáticas tratadas. É o que acontece em “Guerra do lixo massacra os catadores” (CA, n. 153, dezembro de 2009), que denuncia que o governo federal destinou “R\$ 5.965 milhões” para a construção de 10 galpões para reciclagem, sendo que a prefeitura teria que contribuir com somente “R\$ 228 mil”, quantia irrisória, se comparada ao gasto mensal com a limpeza da capital paulista: “R\$ 48 milhões”. Outros dados revelam a situação dos catadores: o quilo da “lata de alumínio, que já chegou a R\$ 4, agora vale R\$ 2”; alguns catadores recebem “R\$ 100 mensais”; uma tarde de trabalho, puxando uma “carroça que pesa, vazia, 20 kg”, rendeu a Vilma, personagem da matéria, “R\$ 3,50”.

“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (LMDB, n. 22, maio de 2009) faz o mesmo, como podemos ver a seguir: “As análises químicas revelaram que um litro de água continha 38,5 mg de manganês, 10 mg de cobre e 1 mg de cobalto. Ou seja, concentrações 1,7, 10 e 10,7 vezes, respectivamente, mais elevadas que os níveis recomendados pela OMS” (SERVANT, 2009, p. 45, itálicos nossos).

Outro aspecto que levamos em consideração, ligado à credibilidade, é a autoridade de quem escreve as matérias jornalísticas, principalmente em LMDB, que traz um minicurrículo dos autores ao fim dos textos. Em “Uma outra matriz produtiva” (LMDB, janeiro de 2009), por exemplo, o autor é assim descrito: “João Pedro Stédile é integrante

da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Via Campesina Brasil” (STÉDILE, 2009, p. 9).

Do ponto de vista de *CA* (e não dos empresários do agronegócio, por exemplo), Stédile teria credibilidade e conhecimento para falar sobre agronegócio e reforma agrária.

Oposições discursivas

A partir das estratégias de convencimento que analisamos acima e das relações que estabelecemos entre credibilidade e captação, pudemos ver que a grande oposição, tanto em *CA* quanto em *LMDB*, nas matérias selecionadas, é capital x trabalho. Os mensários trazem personagens dos dois grupos e mostram o embate entre eles, opondo explorados a exploradores: operários x proprietários de fábricas, trabalhadores rurais x latifundiários, catadores x proprietários de ferro velho etc.

Os exploradores são os detentores dos meios de produção, e os explorados são os que precisam submeter-se a condições subumanas de trabalho para ganhar um salário indigno. Tanto *CA* quanto *LMDB* denunciam a relação e se colocam ao lado dos trabalhadores, muitas vezes dando voz a esses personagens. *É o que pudemos ver nas matérias de nosso corpus.*

“Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, n. 147, junho de 2009) denuncia a exploração sexual de brasileiras e explicita o sofrimento dessas trabalhadoras. “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, n. 150, setembro de 2009) questiona a tributação brasileira: a taxa indireta penalizaria os mais pobres, segundo o mensário, que defende uma reforma em que o grande capital e as fortunas sejam mais taxados que o consumo. “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, outubro de 2009) responsabiliza o governo pela defasagem do vencimento dos aposentados e acusa a elite brasileira de sabotar a previdência social. “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, n. 152, novembro de 2009) acusa as grandes empresas do agronegócio de serem responsáveis pela fome no mundo. Por fim, “Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, n. 153, dezembro de 2009) acusa prefeitura de São Paulo de não incentivar a reciclagem, e os empresários proprietários de ferros-velhos de explorarem os catadores.

Em *LMDB*, percebemos algo semelhante. “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, n. 18, janeiro de 2009) denuncia que as terras mais produtivas e mais próximas dos centros urbanos estariam com as transnacionais do agronegócio, enquanto os trabalhadores rurais não teriam onde plantar. “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, n. 22, maio de 2009) revela a exploração de trabalhadores rurais, em situação de trabalho análoga à escravidão. “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009) expõe a exploração de trabalhadores em transnacionais, que, além de pagarem salários baixos e poluírem o país, são pouco taxadas pelo governo. “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, n. 23, junho de 2009) aborda a produção em fábricas de brinquedo na região chinesa de Guangdong, denunciando que há exploração nesses ambientes de trabalho, e que o governo, muitas vezes, não fiscaliza essas empresas como deveria. “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, n. 28, novembro de 2009), por sua vez, trata da situação dos operários nas empresas montadoras instaladas na fronteira do México, enfatizando baixos salários, insalubridade e desemprego.

Considerações finais

Ao estudar *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*, pretendíamos verificar se seus discursos eram, de fato, alternativos e se realmente davam espaço para trabalhadores ou defendiam o ponto de vista deles (o que não costuma acontecer em grande parte da mídia de referência em nosso país, pertencente a grandes grupos empresariais). Com a análise de elementos intra e interdiscursivos buscamos entender como são construídos os discursos desses mensários, apontando diferenças e semelhanças entre eles.

Vimos, por exemplo, que desde a primeira página *CA* e *LMDB* ganham formas um pouco diversas. A organização da primeira página é um desses aspectos diferentes: mais organizada em *LMDB* e com temas mais dispersos em *CA*. Além disso, *LMDB* tematiza assuntos nacionais e internacionais, enquanto *CA* tem foco em assuntos internos. Outra diferença é que *LMDB* se aproxima mais de um discurso acadêmico, enquanto *CA* busca tratamento mais humano para suas matérias, personificando com frequência, na temática do trabalho, o sofrimento causado pela exploração.

Mas vimos também que, se há diferenças, há diversos pontos de aproximação. As temáticas selecionadas são semelhantes, assim como as estratégias de convencimento. A relação entre credibilidade e captação também não é significativamente distinta.

Diferenças e semelhanças à parte, se é pela linguagem que as ideologias são materializadas, pudemos ver que a ideologia defendida nos discursos de *CA* e *LMDB* prioriza os trabalhadores. Mesmo com diferenças na linguagem verbal e não verbal, os mensários combatem a ideologia do capital. As diferenças entre os dois tornam-se, pois, pouco representativas se pensarmos que ambos se posicionam a favor dos trabalhadores.

Ao fim deste artigo, cremos haver atingido os objetivos a que nos propusemos, inclusive com relação às duas hipóteses. A hipótese teórica, a nosso ver confirmada ao fim deste trabalho, é que a análise dos dois discursos jornalísticos mostrou-se proveitosa ao aliarmos categorias analíticas da semiolinguística a de estudos linguísticos anteriores a ela. No encontro dessas perspectivas teóricas, pudemos levantar semelhanças em relação aos dois mensários. O produto discursivo (as doze primeiras páginas de cada edição ao longo de 2009, e as cinco reportagens de cada mensário que trouxeram como principal percurso semântico o do trabalho) nos deu pistas sobre o processo a partir do qual essas edições e reportagens foram elaboradas, quais estratégias foram usadas na construção dos discursos das duas publicações e, ainda, quais efeitos eles tenderam a causar em seus enunciatários.

Cremos haver confirmado também nossa hipótese metodológica inicial: como veículos alternativos, *CA* e *LMDB* conferem espaço à temática do trabalho e aos personagens trabalhadores, posicionando-se a seu favor.

REFERÊNCIAS

ARBEX JR., José. 1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo. *Caros Amigos*, n. 152, p. 7, nov. 2009.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARTHES, Roland. Rhétorique de l'image. *Communications*, v. 4, 1964. Recherches sémiologiques. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1964_num_4_1_1027>. p. 40-51>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. *La chambre claire: Notes sur la photographie*. Paris: Éd. du Seuil, 1980.

BOURBON, Tristan de. Do trabalho precário ao desemprego. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 23, p. 21-23, jun. 2009.

BRONCKART, Jean-Paul; BOTA, Cristian. *Bakhtine démasqué: histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif*. Genève: Droz, 2011.

CAROS AMIGOS. Quem somos. *Caros amigos*, [s.d.]. Disponível em: <<http://lojacaro-samigos.com.br/Paginas.aspx?IdPagina=4>>. Acesso em: 1 out. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Les médias et l'information: l'impossible transparence du discours*. Bruxelles: Ed. De Boeck Université, 2005.

_____. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. As Leis de Discurso. In: _____. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1987. p. 89.

EDITORIA. In: NOVO manual de redação. São Paulo: Folha de São Paulo. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_e.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: LARA, Gláucia M. P.; MACHADO, Ida L.; EMEDIATO, Wander (Org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 71-91.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves et al. (Org.). *Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público*. Belo Horizonte: Viva Voz, 2011.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V. do N. et al. (Org.). *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAMBERT, Frédéric. *Mytographies – La photo de presse et ses légendes*. Paris: Edilig, 1987.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Quem somos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s.d.]. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/quem_somos.php>. Acesso em: 25 abr. 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Lúcia. No Brasil quem paga impostos são os pobres. *Caros Amigos*, n. 150, p. 28-31, set. 2009a.

_____. Governo mantém perdas para 38% dos aposentados. *Caros Amigos*, n. 151, p. 18-20, out. 2009b.

_____. Guerra do lixo massacra os catadores. *Caros Amigos*, n. 153, p. 36-39, dez. 2009c.

ROSSETTI, Carolina. Degradação e violência no tráfico de mulheres. *Caros Amigos*, n. 147, p. 12-25, jun. 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Perversos contratos de trabalho. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 22, p. 22-23, maio 2009.

SÉRIOT, Patrick. Préface: Voloshinov, la philosophie de l'enthymème et la double nature du signe. In: VOLOSHINOV, Valentin N. *Marxisme et philosophie du langage: les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage*. Limoges: Lambert-Lucas, 2010. p. 13-110.

SERVANT, Jean-Christophe. Zâmbia: privatização, poluição e pobreza. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 22, p. 30-31, maio 2009.

SOARES, Maria J. H. *Trabalhadores, personagens em discursos de mensários sociopolíticos: Caros Amigos e Le Monde Diplomatique Brasil*. 2013. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

STÉDILE, João Pedro. Uma outra matriz produtiva. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 18, p. 9, jan. 2009.

TÉTU, Jean-François. La mise en page. In: MOUILLAUD, M.; TÉTU, J.-F. *Le journal quotidien*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. p. 67-70.

VIGNA, Anne. O fim do pleno emprego nas maquiladoras. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 28, p. 26-27, nov. 2009.

Entre vigilância e contemplação: efeitos do olhar no processo de produção de conhecimentos¹

(Between surveillance and contemplation: effects of the gaze in the production of knowledge process)

Marluza da Rosa

Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

marluza.rosa@gmail.com

Abstract: In this paper, we analyze the operation of the metaphor of the gaze linked to the field of knowledge production. Such a tie, recurrent in scientific and philosophical discourses, is also common in the words of researchers in training, which constituted the corpus of our doctoral research. The approach of the statements presented here enhances the mobilization of different effects of meaning, pointing to a politics of the spectacle, to the gaze as a way of surveillance in university and scientific scope as well as to a gesture of contemplation regarding the objects produced.

Keywords: surveillance; (in)visibility; production of knowledge.

Resumo: Neste trabalho, analisamos o funcionamento da metáfora do olhar atrelada ao campo da produção de conhecimento. Tal elo, recorrente nos discursos filosófico e científico, é também frequente nos dizeres de pesquisadores em formação, que constituíram o corpus de nossa pesquisa de doutorado. A abordagem dos recortes aqui apresentados potencializa a mobilização de diferentes efeitos de sentido que apontam para uma política do espetáculo, para o olhar como meio de vigilância no âmbito universitário-científico, bem como para um gesto de contemplação frente aos objetos produzidos.

Palavras-chave: vigilância; (in)visibilidade; produção de conhecimento.

Visada inicial

Dentre os estudos que se inserem no domínio das ciências da linguagem e em uma perspectiva discursiva, não são raros os que se voltam para a problematização de aspectos característicos das formações sociais contemporâneas. Tal é, também, o propósito deste trabalho, que visa a abordar as práticas de produção de conhecimento em seu (dis)funcionamento, tomando como objeto de análise o discurso universitário-científico. A abordagem se mostra pertinente, uma vez que, intrinsecamente relacionado ao momento sócio-histórico no qual é produzido, esse discurso tende a disseminar e a autorizar formas de controle semelhantes àquelas praticadas em outras esferas da sociedade, engendrando processos de subjetivação.

No discurso universitário-científico, processos dessa ordem possuem o olhar como um de seus principais meios de ação, por um lado, porque é pelo gesto de mostrar os resultados como produtos e de se mostrar como eficiente que o discurso da ciência

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir de nossa pesquisa de doutorado, orientada pela Profa Dra. Maria José Coracini e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem agradecemos.

garante-se, hoje, em sua hegemonia. Por outro lado, porque é pela manutenção do *status* desse discurso – ao qual Lacan (2009) chamaria de um discurso do semblante – que toda uma linha de produção age silenciosamente no âmbito da pesquisa universitária.

Sabemos que essa esfera tem recebido certa visibilidade atualmente, contudo, quando tratamos dos bastidores, daquilo que está para além ou aquém do que é visto, referimo-nos ao silenciamento do real processo de produção em prol do resultado/produto final, bem-sucedido e exposto ao olhar do outro. Dito diferentemente, enfocamos, aqui, o modo como o discurso da ciência, aliado a uma economia do espetáculo, incide determinantemente sobre o que tende a não ser mostrado, ou seja, sobre os dizeres formulados durante o processo de formação para a pesquisa e de produção de conhecimentos.

Para compreendermos a metáfora do olhar nos bastidores do discurso científico, ancoramo-nos no aporte teórico dos estudos do discurso, atravessados pela psicanálise lacaniana, e exploramos o campo escópico a partir de três direções de sentido: o olhar como observação ou contemplação, o olhar como vigilância e controle e o olhar como exposição ou dar(-se) a ver. A partir desse percurso, analisamos cinco excertos de relatos formulados por pesquisadores em formação inscritos nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Com esse movimento, buscamos pontuar não só os sentidos semelhantes desencadeados pelo gesto de olhar, mesmo quando se trata de áreas de atuação diferentes, mas também a resignificação desse olhar vigilante na relação entre sujeito e objeto.

Perspectivas

É sabido que o discurso científico, embora reivindique o emprego de uma linguagem neutra e denotativa, sustenta-se sobre metáforas que, envelhecidas pelo uso comum e pelo transcorrer do tempo, deixam de soar como elementos figurativos. “Metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efigie” (NIETZSCHE, 2001, p. 13), termos que, à primeira vista, parecem transparentes, tais como *perspectiva*, *ponto de vista*, *observação* ou mesmo *evidência* evocam um elo com o olhar, cuja relação direta já não se faz presente. No que concerne à objetividade desse discurso, se levarmos em consideração que “a própria palavra ‘teoria’ vem de: contemplar, examinar, observar, meditar” e que, conseqüentemente, o *theorem* é “o que pode se contemplar (espetáculo, regra e preceito moral)” (QUINET, 2004, p. 17), não é difícil rompermos a barreira da transparência comumente atribuída a esses significantes. Entendemos, assim, que não há outra razão senão o “longo cozimento da história” (FOUCAULT, 2010) para que a observação, uma das direções de sentido por meio das quais exploramos o campo escópico, passe a ser vista como pertencente ao domínio da ciência, enquanto a contemplação seja relegada à arte ou a outras práticas consideradas não-científicas.

Já nesse primeiro momento, é possível afirmarmos não só que o discurso da ciência está prenhe de metáforas – questão amplamente abordada por Coracini (1991) –, mas também que a metáfora do olhar aí incide de modo determinante. Ao tentar explorar um discurso que não fosse da ordem do semblante, ou seja, da aparência, Lacan (2009) a mobiliza, ao argumentar que,

[...] se há um discurso sustentável, ou pelo menos sustentado, nominalmente chamado de discurso da ciência, talvez não seja inútil nos lembrarmos de que ele partiu, muito

especialmente, da consideração de aparências. O ponto de partida do pensamento científico, digo, na história, vem a ser o quê? A observação dos astros. E isso é o que senão a constelação, ou seja, a aparência típica? (LACAN, 2009, p. 15)

Pelos termos do autor, podemos considerar que há, na observação dos astros, além da instauração de um discurso do semblante, um importante indício da função e do funcionamento do olhar no âmbito científico. Contudo, como se pode notar, não tratamos, nesta reflexão, do órgão atrelado à visão nem do olhar como um instrumento do qual o sujeito se serve, mas de um campo escópico, ou seja, do olhar como objeto que está para além do sujeito e que o afeta (QUINET, 2004).

Dito diferentemente, quando se observa uma constelação, uma molécula ou o que quer se seja, quando se assume dada perspectiva ou se tenta evidenciar resultados, mais do que o gesto de ver, instaura-se uma relação de saber, já que realizar tais atos, no âmbito científico, implica também produzir conhecimento, o qual se configura como um saber autorizado e legitimado; saber que, no entanto, apela à consciência, “irremediavelmente delimitada” e “princípio não só de idealização, mas de desconhecimento”, como a concebe Lacan (1988, p. 82). Ainda nos termos do autor, o objeto olhar deve, portanto, ser compreendido como o “avesso da consciência”, uma vez que é inapreensível, desconhecido, suspenso. Nesse sentido, a metáfora do olhar funciona como metáfora, não do conhecer, mas do saber, que excede a consciência, enquanto um “saber que não se sabe”. Logo, longe de ser um instrumento neutro e passivo, o olhar se caracteriza como um objeto que se volta para o sujeito, afetando-o também em sua relação com o (não-)saber que o constitui.

Ora, se, pela metáfora do olhar, pode-se atingir o limiar de uma relação de saber que incide sobre o “sujeito observador” mais do que sobre o “objeto observado”, torna-se possível entender que tanto a dualidade sujeito *versus* objeto quanto o próprio discurso científico podem ser tomados ao revés. Assim, compreendemos esse discurso como não sendo da ordem da descoberta – pois, “mais-além da aparência não há coisa em si, há o olhar” (LACAN, 1988, p. 101) –, mas do semblante, no qual se sustenta histórica e linguisticamente o desejo de universalidade, neutralidade e objetividade. Ao se afirmar essa imagem, camufla-se o caráter subjetivo e político do fazer científico, desconsideram-se seus bastidores e, nesse lugar, ignora-se também a incidência do olhar que vigia e controla.

Quando relacionamos olhar e vigilância, segunda direção de sentido apontada no início deste estudo, mobilizamos a figura do panóptico de Bentham, sistema ótico trabalhado por Foucault (2010, p. 210). A estrutura do panóptico é fundamentada sobre uma economia da visibilidade, a qual consiste, nos termos desse autor, em uma “visibilidade isolante”, já que cada corpo é vigiado individualmente. Essa forma de arquitetura, como o próprio nome indica, é centralizadora de poder. Assim, se o olhar fomenta a metáfora do saber, como pontua Quinet (2004), esse objeto também pode ser caracterizado pelos efeitos de poder que potencializa, pois, ainda segundo Foucault (2010, p. 215), Bentham “coloca o problema da visibilidade, mas pensando em uma visibilidade organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante. Ele faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal, que agiria em proveito de um poder rigoroso e meticuloso”.

É preciso salientar que, nesse sistema, o olhar também não funciona como um instrumento, já que o olho que tudo vê é apenas suposto ver: não deve necessariamente haver um vigia para que o campo do olhar produza os efeitos de vigilância considerados necessários. Desse modo, o panoptismo contribui para a disciplinarização e para a individualização,

características das sociedades disciplinares estudadas por Foucault. Não obstante sua reflexão incida sobre um modo de organização do espaço (ou dos corpos no espaço) e permaneça atual em várias esferas, sabemos que essa arquitetura também tem sofrido transformações desde os séculos XVIII e XIX, analisados pelo autor.

Em decorrência disso, Deleuze (2004) considera as sociedades contemporâneas como sociedades de controle, cujo funcionamento, para além do das sociedades disciplinares, não se caracteriza pela vigilância exercida por um sobre muitos, pois permite que todos vigiem todos. Ademais, a organização do espaço-tempo também é diferenciada. Como afirma o autor,

Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea [...] Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. (DELEUZE, 1992, p. 216)

Em sua formulação, Deleuze tangencia o ponto de discussão deste estudo, pois, se considerarmos que a ciência não se constitui fora de uma sociedade, já que as práticas de produção de conhecimentos não se dão de forma desvincilhada das práticas sociais, devemos considerar, também, que o modo de organização social incide e produz efeitos no discurso universitário-científico. Sabemos que, na universidade, como em qualquer outra instituição, o poder é exercido com base em formas de exame e de disciplina, como, por exemplo, as aulas, as avaliações, o lugar hierarquicamente superior destinado ao professor etc. Contudo, hoje, são também as revistas e periódicos científicos que se mostram como instrumentos de vigilância e de controle, uma vez que, como pontua Lander (2008, p. 260) “o número de artigos publicados em revistas de prestígio, assim como o número de vezes que estes são citados, são utilizados para a quantificação da produtividade de um pesquisador ou equipe e para a avaliação da qualidade de um departamento ou centro de investigação” (tradução nossa).²

A esse respeito, podemos indagar se tais publicações, numericamente representadas, significam uma possibilidade maior de diálogo e de debate no meio acadêmico, contribuindo para a transmissão de conhecimentos, ou se se trata apenas de uma questão de (in) visibilidade e de controle. Dito diferentemente, entendemos que as revistas e periódicos especializados se configuram, muitas vezes, como mecanismos sinópticos de vigilância, em contraposição ao olhar unificador do panóptico, pois não apenas materializam a demanda constante pela divulgação dos resultados de pesquisa, como também permitem o olhar recíproco entre membros de um mesmo ou de diferentes domínios de conhecimento.

Remontando às considerações de Deleuze, outro traço das sociedades de controle que se presentifica contemporaneamente, ainda em relação ao modo de funcionamento do espaço-tempo, consiste na dualidade dentro-fora, espaço aberto-espaço fechado. Além da tendência à não distinção entre educação e âmbito profissional, mencionada pelo autor na passagem citada, a configuração da empresa passa a substituir a da fábrica, o que implica

² No original: “El número de artículos publicados en revistas prestigiosas, así como el número de veces que estos artículos son citados, es utilizado para la medición cuantitativa de la productividad de un investigador o equipo, y para evaluar la calidad de un departamento o centro de investigación”.

no deslocamento de uma vigilância massificadora para um controle contínuo. Em outros termos, enquanto a fábrica converte o conjunto de indivíduos em um único corpo a ser vigiado e disciplinado, a empresa “introduz o tempo toda uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Se, nas sociedades disciplinares, não se parava de recomeçar (na família, na escola, na indústria), nas sociedades de controle, segundo o autor, “nunca se termina nada”, o que reforça um imperativo de aperfeiçoamento constante ao qual os sujeitos se submetem (como indiciam as expressões *formação permanente* e *formação continuada* presentes no discurso didático-pedagógico e, mesmo, no universitário-científico). Esse mesmo imperativo faz-se presente no excerto (01), analisado posteriormente.

Acrescenta-se a isso que o foco constante das sociedades de controle, segundo Deleuze (1992), está no produto e não na produção. É o resultado convertido em mercadoria, útil e utilizável, que recebe a ênfase; argumento que tem sido válido, também, para o resultado das pesquisas científicas. Tratamos, aqui, do olhar como exposição ou dar(-se) a ver, terceira direção de sentido delineada em nossa *visada inicial*.

Quando relacionamos discurso científico e (in)visibilidade, tomamos como base o conceito de “efeito de vitrine” proposto pelo filósofo francês Phillipe Roqueplo (1974) ao se referir à forma de mito pela qual a ciência é mostrada ao público não-especialista (no discurso de divulgação científica, por exemplo); mito este que é reforçado pelo prestígio que o discurso científico ganha em nossa época. Apropriamo-nos dessa noção para problematizar os mecanismos de (in)visibilidade no processo de formação do pesquisador e de produção do conhecimento dito científico.

Ao jogarmos com o significante (in)visibilidade, entendemos que, tal como o sistema panóptico descrito por Foucault, no qual o indivíduo deve se fazer visível, o discurso que analisamos, por enfatizar o resultado e não o processo de produção, faz com que o sujeito não seja considerado como pertencente ao campo do olhar, já que é o indivíduo produtivo que deve aparecer enquanto tal. No âmbito acadêmico, entendemos estar naturalizada essa “necessidade” de ser produtivo, que pode ser pontuada, por exemplo, no deslocamento de itens lexicais (*produzir, produto, produção*) do discurso industrial para o que temos chamado de discurso universitário-científico, assim como a competitividade exigida daqueles que buscam ser reconhecidos/vistos como pesquisadores ou cientistas.

Consequentemente, essa injunção a dar a ver os resultados das pesquisas sugere um funcionamento da universidade e da ciência que obedece a uma economia do espetáculo (DEBORD, 1992), na qual o valor de mercado do produto, ou melhor, seu caráter mesmo de objeto/produto/mercadoria, determina seu valor de verdade, bem como sua aceitação dentro e fora dos espaços acadêmicos. Trata-se de um “fetichismo do objeto de consumo”, poderíamos dizer com Debord (1992, p. 35), que atravessa o momento histórico-social em que vivemos, deixando marcas nos discursos de nosso tempo e sugerindo uma “visão objetivada do mundo” (p. 17), dos laços sociais, dos saberes em construção.

Aliando-se aos imediatismos contemporâneos – imediatismos de uma sociedade da imagem como é a nossa – a ciência se reconfigura em direção à praticidade e à utilidade relacionadas à técnica, pois, nos termos de Quinet (2002, p. 37),

[...] o significante-mestre *capital* é quem comanda o saber científico: é ele quem financia as pesquisas, patrocina os pesquisadores, induz a elaboração do saber, obrigando este a dobrar-se à ‘política dos resultados’. Pois o saber científico, praticamente subsumido pela tecnologia, tem que produzir objetos.

Esse modo de produção, por sua vez, reorganiza e recria normas e valores, os quais, não restritos ao meio e ao discurso científico, estendem-se às formações sociais e se difundem, redesenhando-as. Nesse caso, a ciência passa a ser significada também como “prestadora de serviço”, conforme argumenta Voltolini (2009), caracterizando-se pela produção de objetos de consumo, pela criação de necessidades concernentes a tais objetos e, finalmente, pelo auxílio à sociedade que clama o acesso a esses objetos.

Analisaremos a seguir alguns efeitos de sentido que podem ser associados ao funcionamento do campo escópico no processo de produção de conhecimentos e de formação de pesquisadores, ou seja, nos bastidores do que é visível como discurso da ciência.

Visada analítica

Designamos *universitário-científico* esse discurso para o qual nos voltamos, compreendendo-o como uma outra cena que subjaz e que desliza nos meandros do discurso científico. Nosso objeto de estudo consiste no dizer de estudantes em fase de doutoramento, sendo esta considerada atualmente como um dos principais indicativos da formação de um pesquisador. Os participantes se vinculam a diferentes disciplinas e estão inscritos em três grandes áreas: ciências humanas, biológicas e exatas. O *corpus* foi constituído a partir de entrevistas orais semi-diretivas, gravadas e transcritas.³ A análise, por sua vez, foi baseada em regularidades linguístico-discursivas, presentes em segmentos recortados dos dizeres.

A partir da ancoragem teórica exposta anteriormente, propomo-nos a discutir alguns excertos, nos quais o dizer dos participantes de nossa pesquisa (d)enuncia um sistema de vigilância, de controle e de (in)visibilidade envolvido no processo de formação, mas também uma tentativa de ressignificação desse olhar pelo viés da contemplação. Salientamos que o imperativo pela visibilidade, como um efeito de vitrine, converge para a afirmação do discurso universitário-científico também como um discurso do semblante (LACAN, 2009). Começaremos esta incursão pela leitura do dizer de P7, a seguir.

- (01) e nunca é o suficiente/ nunca é o suficiente/ as empresas sempre querem que a gente sempre/ é:::/ esteja atualizado/ que você sempre tenha um curso [...] que você produza x/ né/ produção científica/ a [nome da IES em que P7 trabalha] cobra muito isso da gente/ o que que você produziu/ o que que você não produziu/ é:::/ e// é complicado/ né/ (P7 – Ciências Humanas).

O primeiro traço que pontuamos nesse relato diz respeito ao imperativo constante pela produção indiciado pela modalidade deôntica “tem que”. Tal modalidade, reiterada no dizer, aponta para a coação sofrida pelo pesquisador em formação, eclipsado, enquanto sujeito, pelo foco direcionado ao que se produz. Além disso, esse imperativo é reforçado

³ As transcrições foram feitas de modo a respeitar pausas e hesitações características da oralidade. O uso de uma única barra (/) sinaliza uma pausa breve, enquanto o uso de uma barra dupla (//) indica uma pausa maior. As reticências (...) indicam a suspensão do dizer, o símbolo (:::), o alongamento da vogal e a referência [inc], um termo incompreensível. Marcas como “cê”, para o pronome “você”, em (02), por exemplo, não foram editadas. Os participantes deste estudo são identificados por uma sigla constituída pela letra “P”, que se refere ao termo “Pesquisador”, e por um número, que remete à ordem com que as entrevistas foram realizadas. Tal sigla é seguida pela área de estudos de cada participante.

pela repetição dos marcadores discursivos “nunca” e “sempre”, no início do recorte, os quais, como mencionamos anteriormente, apontam para o funcionamento das sociedades de controle, em que se repete o ciclo infinito do “aperfeiçoamento” contínuo ou da “reciclagem”, como se tem chamado tal modo de forma(ta)ção.

Além do desconforto frente à demanda institucional, o recorte indicia um significativo deslocamento de sentidos, de faculdade ou universidade para empresa, em “as *empresas* sempre querem que a gente sempre/ é:::/ esteja *atualizado*/ que você sempre *tenha um curso*”. A presença do termo “empresas” em um dizer que se inscreve no âmbito acadêmico-científico mobiliza um imaginário no qual uma universidade funciona e é significada como uma organização mercantil e industrial qualquer (tal é a definição de empresa, presente nos dicionários), exigindo de seus funcionários treinamentos, atualizações e cursos.

O excerto também nos remete às considerações de Deleuze (1992) acerca da indistinção entre os meios de formação escolar e profissional, uma vez que P7 se divide e se constitui, assim como a seu dizer, a partir de uma mescla entre diferentes posições: operário-aluno ou estudante-professor e executivo-universitário. Notamos, também que “as empresas” possuem características humanas: elas querem, elas cobram; personificação que produz um efeito de apagamento dos traços subjetivos dessa injunção, levando a sua generalização e a sua instauração como uma verdade, já que não se pode dizer exatamente quem demanda tal forma de subjetivação. Assim, ainda nos termos de Deleuze (1992, p. 221), “numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás”. Logo, por meio da dissolução ou da pulverização de poder implicada nessa referência, dissimula-se o lugar de onde provém a voz imperativa, a ordem.

Além de ser discursivizada como uma organização mercantil, outro traço importante relacionado à universidade é a vigilância que esta, na condição de representante do mercado de trabalho, exerce sobre o pesquisador em formação, também professor e funcionário. A instituição de ensino “cobra muito” e esse controle assume pretensões de totalidade, uma vez que se procura controlar “o que você produziu [e] o que você não produziu”. Nada parece escapar ao olhar atento voltado para a produção.

A isso soma-se o fato de que “produzir”, nesse recorte, possibilita diferentes leituras, com efeitos de sentido também distintos que, ao mesmo tempo, imbricam-se. Na primeira vez em que é mencionado, “[as empresas querem] que você *produza x*”, podemos pensar na produção de um objeto, um bem de consumo, fabricado em escala industrial. Porém, na sequência do dizer, há um deslocamento do domínio empresarial para o âmbito acadêmico-científico: “*produção científica*/ a [instituição] cobra muito isso da gente”. Não basta, assim, que haja um resultado ou que, da pesquisa, derive um produto. Este deve ser lançado ao olhar do outro, para que seja apreciado e consumido, mas também vigiado e controlado.

O dizer de P8, a seguir, também potencializa uma leitura semelhante. Neste, a escolha lexical enfática, por meio dos substantivos *cobrança*, *pressão*, *imposição*, *injunção*, assim como do verbo *obrigar*, sugere um posicionamento de resistência do enunciador frente a esse dispositivo institucional de controle, que enfatiza a “necessidade” não apenas de produzir, mas também de mostrar esse produto.

Concebemos a resistência como um gesto possível dentro de um sistema que funciona por meio de relações de poder, uma vez que, para Foucault (2010), essas relações só se

sustentam pelo fato de tal possibilidade existir. Embora muitas vezes os discursos que indiciam resistência possam ser absorvidos por esse sistema, a posição resistente também pode ser lida como uma mancha no quadro, nesse caso, o do bom funcionamento da ciência; nódoa que, como tal, perturba a “pureza” e a “limpidez” desse discurso, como um ponto de opacidade, uma via para o disfuncionamento. Vejamos o recorte:

- (02) essa cobrança nos obriga a produzir e às vezes nem tanto de qualidade/ né/ mas como cumprimento mesmo de.../ às vezes em termos de participação em eventos mesmo [...] cê se vê apertada/ mas precisa/ né/ mostrar serviço né/ e aí é uma pressão bastante grande/ eu não vejo como nada positivo/ né/ que seria/ eu gosto de participar de eventos/ né/ mas não é porque/ precisa participar/ né/ aquela/ aquela imposição/ aquela injunção mesmo né/ à participação/ e é publicação/ e é relatório disso/ é relatório pra própria instituição/ é relatório da/ da/ da pós-graduação/ então/ é muita cobrança de todo o lado (P8 – Ciências Humanas).

Podemos depreender deste excerto um funcionamento de vigilância semelhante ao que ocorre em (01) anteriormente. No início do recorte, lemos que é a própria cobrança (personificada, assim como “as empresas”) que obriga não só a produzir, mas também a produzir em quantidade, em larga escala (“e é publicação/ e é relatório disso/ é relatório pra própria instituição/ é relatório da/ pós-graduação/ então/ é muita cobrança de todo o lado”). Tal olhar pode ser associado, também, à demanda direcionada ao pesquisador em formação para que ele se mostre ao outro como indivíduo produtivo (“precisa/ né/ mostrar serviço”).

Assim, a leitura do recorte em questão sugere que, mais do que um espaço neutro de produção de conhecimentos, o discurso universitário-científico se mostra como uma complexa “rede de interdependências e dominações” (ROQUEPLO, 1974), já que a necessidade de divulgar, de dar a ver os resultados da pesquisa, implica, conseqüentemente, o reconhecimento de um poder ao outro (aos pares) e a submissão a esse poder; poder de julgar, de atribuir (e de destituir) valores. Desse modo, o dizer de P8 (d)enuncia o funcionamento da metáfora do olhar como dispositivo de poder.

A injunção a se adaptar às demandas – que surgem de “todos os lados” (das instituições, do mercado de trabalho, mas também dos colegas e da sociedade) e que cerceiam o pesquisador em formação – potencializa o mal-estar já vivenciado frente às incertezas do fazer acadêmico-científico. No entanto, apesar disso, P8 continua a (se) investir nesse processo de (re)produção de redes e de dispositivos de poder, talvez em uma tentativa de confrontar-se com o campo do saber, talvez por já se ver como parte dessa maquinaria.

Marcas e efeitos do funcionamento desses mecanismos de controle podem ser depreendidos do dizer de P14, fortemente marcado por expressões que sugerem desconforto, mas também resistência ao que podemos chamar de imperativo de produção e de (in) visibilidade, materializado no espaço-tempo: no prazo, no relatório, na pesquisa em si.

- (03) não adianta/ você tem prazo/ você tem/ que entregar um relatório até o dia tal/ se até o dia tal você não tiver um resultado/ foda-se/ né/ desculpa a palavra/ mas foda-se sabe/ você tem que dar um jeito/ e isso é ingrato/ porque/ a gente é meio que uma máquina/ querem que você/ produza como uma máquina [...] e/ quantificar/ a/ a pesquisa assim é meio// sei lá/ meio/ malvado/ porque a gente tem prazos/ a gente tem relatórios/ tem que enviar/ precisa ter resultados (P14 – Ciências Biológicas).

No excerto supracitado, assim como nos enunciados anteriores, o sujeito indeterminado e o verbo na terceira pessoa do plural (“*querem* que você produza como uma máquina”) sugerem que tal demanda é pulverizada, já que o agente que vigia e controla, sendo desconhecido, pode não ser apenas um (as instituições, as empresas, as pessoas, todos *querem*). Além disso, tal enunciado pode ser compreendido à luz da reflexão de Foucault (2009), ao abordar a concepção utilitarista de “homem-máquina”, por meio da qual se trata da submissão, do adestramento, da docilização do corpo, que deve ser manipulável, e, finalmente, da utilização desse corpo. Devemos lembrar que o corpo docente e o discente são também corpos, segundo Derrida (1999), e, assim, todo adestramento, que exige disciplina e controle, insere o corpo em uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Tal maquinaria, ao *esquadrinhar* os corpos, coloca em jogo novamente os efeitos de poder do olhar. Fazer com que se produza como uma máquina – produzir em grande quantidade, mas também sem descanso, sem que se considerem as contingências de ser humano – remonta ainda à memória discursiva em torno da exploração do trabalho operário, decorrente do nascimento da era moderna e capitalista. Nesse sentido, podemos nos perguntar se a ciência em desenvolvimento em nossos dias não continuaria reproduzindo, no ciclo do capitalismo científico (LATOUR, 1995) ou do capitalismo acadêmico (LANDER, 2008), as mesmas relações de poder presentes nos primórdios da chamada modernidade.

No círculo do capitalismo científico, sobre o qual discorre Latour (1995), o olhar como dar-se a ver funciona pelo investimento de sua própria imagem enquanto pesquisador, em uma tentativa de corresponder ao que se espera do processo de produção de conhecimento. Esse investimento de si, como possível forma de se ver e de ser visto nos objetos produzidos, engendra, a cada vez, novos mecanismos de controle e de invisibilidade, como sugere (04), a seguir.

(04) então não pode ter resultado negativo?/ não/ pode ter/ a:/: minha tese disse que/ todos esses experimentos não dão certo/ a:/: beleza/ tudo bem/ fechou a tese/ mas que porcaria/ vou publicar o quê?/ sabe?/ vou dizer pra todo mundo que essas coisas não funcionam?/ não dá (P14 – Ciências Biológicas).

Este excerto mostra, já de início, o caráter falho de toda ciência, pois é construído a partir de uma “não coincidência do discurso consigo mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22-23), ou seja, a presença inevitável de discursos outros em todo fio discursivo, em toda palavra. P14 organiza seu enunciado de modo a responder a pergunta (que acredita ser) vinda do outro (da pesquisadora, talvez): “então não pode ter resultado negativo?”.

A atualização, em seu dizer, de outros discursos latentes em uma memória discursiva permite que P14 estruture sua formulação de modo a reafirmar o imaginário de que “aquilo que não funciona” na ciência, sintoma do real que a atravessa (LACAN, 2005), não deve ser mostrado: “vou dizer pra todo mundo que essas coisas não funcionam?/ não dá”. A demanda pela publicação ajuda a construir, assim, o discurso da ciência como sendo da ordem do semblante do qual trata Lacan (2009), ou seja, da aparência, pois não importa se *as coisas* funcionam ou não, o que importa é *parecerem funcionar*. Além disso, mais do que uma preocupação com a ciência e seus efeitos (na sociedade, por exemplo), é a publicação, a injunção a mostrar resultados imposta a P14 que o inquieta (“vou publicar o quê?”).

Entretanto, o enunciador, apesar da aparente resistência, adere a tal imperativo, uma vez que considera os “resultados negativos”, portanto, não mostráveis, como uma “porcaria”. Apenas os bons produtos devem ser vistos, o que nos leva a acreditar que o fazer nos bastidores do discurso científico também é voltado para a sustentação desse lugar mítico em que a ciência é colocada e por meio do qual é dada a ver: ciência-modelo-ideal, como em uma vitrine.

Diante de um imaginário que concebe o discurso científico como sendo da ordem do visível como aquilo que funciona, P14, inscrito no âmbito da pesquisa – ou seja, da ciência como processo pleno, mas de falhas –, deve lidar com a demanda (e o desejo) de corresponder a esse ideal. Sabemos que ascender à Ciência, com maiúscula, é um desejo inalcançável (e, por isso mesmo, pensamos, aqui, na noção de desejo). No entanto, no dizer de P14, as práticas e experiências que não atendem a esse padrão são vistas como resultados irrelevantes ou erros, como sugerem os fragmentos “*todos esses experimentos não dão certo*”, “*essas coisas não funcionam*”, os quais apontam para uma não equivalência ou uma assimetria entre processo e produto.

A hierarquia entre ambas as ordens parece, então, fundar-se sobre esse imaginário, cabendo ao pesquisador a função de reafirmá-lo na busca por algo que, de antemão, já está posto. De certa forma, esse gesto reproduz os termos de Nietzsche, pois

Enquanto o homem de ação chega a ligar sua existência à razão e a seus conceitos, a fim de não se ver arrastado e não se perder, o pesquisador constrói o seu tugúrio ao pé da torre da ciência para buscar auxílio no seu trabalho e encontrar proteção sob o baluarte já edificado. Ele tem necessidade de fato de proteção, pois há poderes terríveis que o ameaçam constantemente e que opõem à verdade científica verdades de um tipo totalmente diferente, com os sinais mais diversos. (NIETZSCHE, 2001, p. 18)

Tal excerto permite remontar à discussão que entreteçemos inicialmente, acerca do funcionamento dos periódicos como dispositivos de controle tanto do trabalho científico produzido, quanto do sujeito envolvido nesse processo de produção. O que desestabiliza P14, mais do que a imposição a produzir resultados, é dar-se a ver, submeter sua pesquisa e (por que não?) submeter-se ao poder rigoroso do olhar do outro.

Procuramos desenvolver até aqui uma articulação entre o ver e o dar(-se) a ver, bem como entre o ver e o saber-poder. A partir dessa relação, podemos nos perguntar: que aspectos singularizam o processo de subjetivação para o qual nos voltamos? Ou, dito diferentemente, como o sujeito se (re)significa a partir de sua submissão ao campo escópico? Trata-se, em nosso entendimento, de outro efeito de sentido possibilitado pela metáfora do olhar: a contemplação, que mescla a observação científica e supostamente neutra à arte, como indicia o recorte a seguir:

(05) é um trabalho bem árduo/ tem que ter [...] muita paciência// e aí então/ quando chega no final/ nossa!/ é que nem fazer uma escultura assim sabe?/ ver a escultura e/ a::/ tá ali [inc] então/ isso/ é/ chegar ao final assim é algo muito gratificante mesmo/ bem gratificante// é como se/ tu tem uma pedra e tu vai esculpindo ela e aí chegou no final/ nossa! Parla (P10 – Ciências Exatas).

Em (05), P10 discorre sobre sua pesquisa na área de Química, cujo “trabalho árduo” diz respeito ao trato com moléculas manipuladas em laboratório. Esse enunciador é um dos poucos entrevistados (ao todo, foram 21 integrantes) que aborda a produção de conhecimento e

seu próprio processo de formação como pesquisador pelo viés daquilo que supostamente funciona. Entretanto, mesmo inscrito no discurso universitário-científico, esse funcionamento não consiste naquele esperado da ciência, mas da arte: o produto como recompensa ao artista/artesão que lhe deu forma (“é algo muito gratificante mesmo/ bem gratificante”). É pela metáfora do olhar como contemplação que a dualidade objetividade x subjetividade parece se dissipar, já que, nesse fazer científico, há algo de *theoremata* não apenas na economia do espetáculo que gere sujeitos e objetos, tampouco na observação dita distanciada e despretenciosa, mas naquilo que atrai o olhar e que, de certo modo, encanta-o: produto que prende sujeito e objeto, campo no qual ambos se constituem mutuamente.

Por meio da associação entre a molécula “esculpida”, tal como uma pedra, e Moisés de Michelangelo – frente ao qual seu criador permanece em estado de êxtase, pedindo que fale (destacamos, no recorte em questão, as exclamações durante essa comparação) –, o sujeito ressignifica, também pelo campo escópico, sua sujeição aos dispositivos de vigilância e de invisibilidade constitutivos do discurso universitário-científico. Em outros termos, no mesmo plano da espetacularização ao outro, externo, há um espaço aparentemente fechado, no qual se encontram sujeito e objeto, face à face. Duplo espelhamento, portanto.

Nota-se que a metáfora do olhar, no referido recorte, não concerne à observação científica “pura” (o observar neutro e higienizado do laboratório), mas ao domínio que está para além do sujeito que sofre seus efeitos simbólicos. Nesse sentido, é significativo que seja direcionado ao resultado da pesquisa científica o mesmo pedido supostamente feito por Michelangelo à escultura: fala! Há, nesse produto, algo de sujeito, algo de humano, se considerarmos que aquilo que o caracteriza como tal é o fato de ser falante. Assim, mais do que analisar a eficiência de seu produto, P10 o contempla, ação que, de acordo com Quinet (2004, p. 26), “pode ser definida como estado de gozo escópico em que o sujeito estaria em perfeita harmonia e plenamente satisfeito porque teria encontrado o objeto de seu desejo e não teria, portanto, mais nada a desejar”; plenitude, no entanto, que sabemos ilusória, visto que o sujeito não só é cindido em sua constituição inconsciente, como também esquadrihado pela maquinaria que (o) compõe. Sendo assim, seu estado de gozo não é senão um lampejo que contribui para que siga desejante.

Atentamos, finalmente, para o fato de a contemplação, o êxtase, o gozo serem representados na formulação teleológica “chegar ao final”, reiterada no recorte. Contudo, como já pontuamos, seja inscrito em uma sociedade disciplinar (na qual nunca se cessa de recomeçar), seja em uma sociedade de controle (na qual nunca se termina nada), não resta ao sujeito outro caminho senão o adiamento, o constante estar em direção ao gozo: gozo do saber e do conhecer(-se), do ver e do ser visto/reconhecido; gozo, porém, que retorna ao inanimado, ao que não responde ao pedido: *parla!*, ao que reinscreve, portanto, o sujeito nos mecanismos de produção.

Observações finais

A partir do percurso que realizamos, propomos que se pense sobre o papel da ciência nas práticas sociais (e sobre a influência destas no desenvolvimento daquela), colocando em jogo uma das questões formuladas por Latour (1995, p. 76), a saber, “é possível fazer ciência fora dessa rede de produção desenfreada de enunciados novos?” (tradução

nossa).⁴ Acrescentaríamos, com base na leitura de Lacan (2009): é possível sustentar, no âmbito universitário-científico, um discurso que não seja da ordem do semblante, da aparência, da representação, do espetáculo feito para encher os olhos?

Se sabemos, como coloca o autor, que, para além da aparência, há o olhar, “esse apetite do olho, que se trata de alimentar [...] é, para nós, a ser procurado num plano bem menos elevado do que se supõe, naquilo que é a verdadeira função do órgão do olho, o olho cheio de voracidade, que é o do mau-olhado” (LACAN, 1988, p. 112). Do mau-olhado enquanto indício do campo em oposição ao qual a ciência se edifica e que lhe opõe “verdades de um tipo totalmente diferente” ao mal-olhado como torção de um olhar que deveria, que seria suposto, ver com limpidez: trata-se, aí, de um longo caminho.

Por meio da problematização do campo escópico pelo viés daquilo que não pode ou não deve ser dito e visto no discurso científico – a mancha que, por estar no quadro, faz parte dele, mas também a mancha inicial, cada pincelada que se oculta no olhar panorâmico dirigido ao produto final –, acreditamos que seja possível, ao menos, potencializar sua tomada pelo avesso. Assim, o que temos buscado compreender diz respeito à imbricação entre “a posição de sujeito e a de objeto no campo escópico”, que se dá, nos termos de Quinet (2004, p. 264), “no processo que vai do ver ao ser visto, do não-saber ao saber, do desejo de ver ao gozo do olhar”. Contudo, continua o autor (2004, p. 26), a contemplação não é senão “um ideal de completude do sujeito com o objeto que saturaria sua falta de saber, de ser e/ou de verdade”.

Indagamos, então, ainda uma vez: é possível fazermos uma ciência que não seja tomada como aquilo que encerra em si a verdade e que não se curve ao imperativo contemporâneo de produção? Como potencializar uma forma de pensar que se caracterize como um constante voltar-se sobre o opaco e o inapreensível de seu objeto, como um dobrar-se a seus efeitos: uma ciência pelo avesso? Constituir-se como um viés que funcione no “jogo da luz com a opacidade” (LACAN, 1988, p. 95), acreditamos ser esse o desafio que cabe às ciências da linguagem e à perspectiva discursiva na qual ancoramos este trabalho.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Mónica Zoppi-Fontana et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ.; Campinas: Pontes, 1991.

DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *O olho da universidade*. Tradução de Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antonio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

⁴ No original: “est-il possible de faire de la science en dehors de ce réseau de production effrénée d’énoncés nouveaux?”.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

LACAN, Jacques. *O seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Versão brasileira M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. *O seminário livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *O triunfo da religião*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LANDER, Edgardo. La ciencia neoliberal. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 247-283, jul-dez. 2008.

LATOUR, Bruno. *Le métier de chercheur: regard d'un anthropologue*. Paris: INRA, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6. n. 17, p. 05-23, jul./dez. 2001.

QUINET, Antonio. A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade. In: QUINET, Antonio et al. (Org.). *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições Germinal, 2002. p. 31-39.

_____. *Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ROQUEPLO, Philippe. *Le Partage du savoir: science, culture, vulgarisation*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

VOLTOLINI, Rinaldo. O discurso do capitalista, a psicanálise e a educação. *Educação Online*. 2009. (não paginado). Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=335:o-discurso-do-capitalista-a-psicanalise-e-a-educacao&catid=36:especial&Itemid=46>. Acesso em: 31 ago. 2013.

Dicionários regionalistas e espanhóis e seu verbete “gaúcho”

(Diccionarios regionalistas y españoles y su artículo “gaucho”)

Natieli Luiza Branco

¹Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

nati.branco@yahoo.com.br

Resumen: Este trabajo trae reflexiones sobre la producción de sentidos sobre el sujeto “gaucho” en el *Diccionario de Regionalismos do Rio Grande do Sul* y en el *Diccionario del Español de América*. Realizamos un análisis comparativo y discursivo entre las obras de acuerdo con el Análisis de Discurso de línea francesa que se desarrolla en Brasil en las últimas décadas. Tenemos en cuenta los prefacios de esos diccionarios y el artículo “gaucho” para verificar posibles aproximaciones o diferenciaciones entre una imagen de gauchito y otra. Observamos que el artículo “gaucho” produce diferentes sentidos en cada formación social y los prefacios presentan la toma de posición del sujeto dicionarista ante la lengua.

Palabras clave: Análisis de Discurso; sujeto; diccionario.

Resumo: Este trabalho traz reflexões a respeito da produção de sentidos sobre o sujeito “gaúcho” no *Diccionario de Regionalismos do Rio Grande do Sul* e no *Diccionario del Español de América*. Realizamos uma análise comparativa e discursiva entre as obras de acordo com a análise de discurso de linha francesa que vem sendo desenvolvida no Brasil nas últimas décadas. Nosso olhar se volta para os prefácios dos mesmos e para o verbete “gaúcho” a fim de verificar possíveis aproximações ou diferenciações entre uma imagem de gaúcho e outra. Observamos que o verbete “gaúcho” produz diferentes sentidos em cada formação social e os prefácios apresentam a tomada de posição do sujeito dicionarista ante a língua.

Palavras-chave: Análise de Discurso; sujeito; dicionário.

Considerações iniciais: o lugar do dicionário

Nossa proposta, para este trabalho, é olhar para os dicionários como objetos discursivos, ou seja, vemo-los como discurso com um funcionamento próprio. Segundo Nunes (2006), tratar o dicionário como discurso significa questionar o espaço de certeza que essa obra ocupa e deixar lugar para os gestos de interpretação.

Tem-se, comumente, uma visão do dicionário como objeto de consulta, no qual os sentidos se estabilizam. Por outro lado, porém, o dicionário é um espaço para “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p. 11). Ele possui historicidade, renova-se, atualiza-se, transforma-se. É, portanto, “lugar de observação do léxico” (NUNES, 2001, p. 101), lugar de observar como o léxico produz sentido em determinadas condições de produção e produzido por determinados sujeitos.

Os dicionários, conforme Aurox (1992), são instrumentos linguísticos de reprodução de um imaginário. O funcionamento discursivo presente nesses instrumentos remete a uma produção de sentidos entre língua e sujeito. Desse modo, o dicionário é um espaço no qual

“é possível observar diferentes formas de nomear e de definir as coisas do nosso mundo, prevendo múltiplas possibilidades de funcionamento deste ou daquele sentido” (PETRI, 2010, p. 19). O dicionário não pode ser tomado somente como um espaço da certeza, no qual não cabe a dúvida, e no qual os sentidos estão prontos. Petri (2010, p. 19) coloca que

É com o intuito de retirar do estatuto de subutilização os dicionários, que propomos desconstruir a imagem de “lugar de interdito da dúvida”, ao qual o dicionário é vinculado, já que não se pode tomá-lo apenas como objeto de consulta da ortografia, pois isso seria reproduzir uma estrutura sem refletir sobre a língua ali veiculada.

Conforme a autora, essa imagem do dicionário faz com que estabeleçamos uma relação direta entre as palavras e as coisas, o que “na vida de um sujeito falante da língua, de fato, não ocorre” (PETRI, 2010, p.19). Porque a língua, na perspectiva discursiva, não se relaciona de modo direto com o mundo, com o exterior, com o sujeito, pois a ideologia e a história também intervêm na produção de sentidos.

Nosso objetivo, com este trabalho, é olhar o dicionário de outro modo, de um modo discursivo e apresentar possíveis análises a respeito do sujeito, da língua e da história que esse instrumento linguístico nos permite observar, e isso podemos realizar por meio dos pressupostos da análise de discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e os demais analistas de discurso que realizam suas pesquisas nas últimas três décadas.

Como o dicionário é um espaço de circulação de saberes, mantendo e atualizando sentidos, permitindo construir a relação entre língua e saber linguístico, também podemos observar que há diferentes construções de representações do sujeito “gaúcho”. E são essas representações que queremos analisar nesses dicionários. Para isso, tomamos como *corpus* o *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* (1984), de Zeno Nunes e Rui Nunes, e o *Diccionario del Español de América* (1996), de Marcos Augusto Morínigo. A abrangência do primeiro dicionário é mais regional do que a do último dicionário citado, que é nacional. Justificamos essas escolhas por não conhecer, até o presente momento, dicionários argentinos ou uruguaios que se digam regionalistas como o dicionário do Rio Grande do Sul se diz.

O interesse por estudar o sujeito “gaúcho” se justifica por ser uma questão que permeia todo o imaginário de três países (Brasil, Uruguai, Argentina) que tiveram, na sua constituição histórica, esse sujeito – primeiro mitológico, depois histórico e literário – e sobre o qual existem vários discursos.

Para que possamos observar o funcionamento do dicionário e a produção de sentidos sobre o sujeito “gaúcho”, observamos e refletimos sobre os textos introdutórios desses dicionários e sobre o verbete “gaúcho” dos mesmos. Isso porque, segundo Nunes (2006), os prefácios revelam a posição do sujeito dicionarista/lexicógrafo e as condições de produção do dicionário e os verbetes mostram a singularidade de cada dicionário. Para realizar este estudo, primeiramente, discorreremos sobre algumas noções teóricas de língua, sujeito e história, de acordo com os analistas de discurso, que dão suporte a este trabalho e nos ajudam a olhar para o dicionário de outro modo, para depois analisarmos os prefácios e o verbete “gaúcho” dos dicionários.

Algumas considerações teóricas

Primeiramente, destacamos o que entendemos por discurso. Segundo Orlandi (2009, p. 21), discurso é o “efeito de sentidos entre os locutores”. Os sentidos se estabelecem na relação entre locutores, e essa relação não é apenas de transmissão de informação, mas de produção de sentidos entre os sujeitos. Discurso é o lugar em que a ideologia e língua se relacionam, com produção de “sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 17). O discurso é o funcionamento da linguagem, onde podemos observar os sentidos e a constituição de sujeitos através da mesma.

Conforme a referida autora, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2009). É pela ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito para que a língua faça sentido. Desse modo, “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2009, p. 17). A língua, para a perspectiva discursiva, não é um código, um sistema fechado e organizado, pois ela é sujeita a falhas, a equívocos, a contradições. A língua não é transparente, pois tem como constitutiva a historicidade. Para que haja sentido na relação com mundo, a língua (enquanto sujeita a falhas) se inscreve na história.

A história, entendida aqui, não é da ordem da cronologia, da evolução, mas da ordem da produção de sentidos, da relação dos sujeitos com a exterioridade. Segundo Orlandi (2008, p. 18), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”. Porque a história é constitutiva da linguagem, pois o que interessa é “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007, p. 33) em uma determinada condição de produção.

Em relação ao sujeito, sua imagem é constituída historicamente, pois o imaginário condiciona os sujeitos. De acordo com Orlandi (2009), o sentido muda dependendo de como o sujeito emprega a palavra, de como é sua relação com a ideologia, sua história particular na e pela língua; é um efeito ideológico que se observa pela determinação das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve prioritariamente.

O sujeito toma uma posição ao se inscrever em uma determinada formação discursiva. Sobre formação discursiva, Pêcheux ([1975] 2009, p. 147, itálico do autor) trata que é “aquilo, que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”. O sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que seu discurso tenha um sentido e não outro. Com isso, “o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade” (ORLANDI, 2002, p. 69). Desse modo, podemos compreender que palavras iguais podem significar de forma diferente em formações discursivas diferentes.

Para a Análise de Discurso, o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e ele toma posições, assim podemos falar em posições de sujeito. E essas diferentes posições do sujeito se constituem pelas imagens (quem sou eu para que eu fale assim? quem és tu para que me fales assim? quem eu penso que tu és para que eu fale assim?) (ORLANDI, 2009). Isso contribui para o processo de significação do discurso, pois, como o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem, ele se inscreve de acordo com as relações sociais de determinada sociedade.

Com isso, tratamos o sujeito lexicógrafo/dicionarista como uma posição que o sujeito assume para produzir o dicionário. Segundo Nunes (2006), o sujeito lexicógrafo/

dicionarista aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos, distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro. Ele se esquece, no entanto, de que está falando a partir de uma posição em uma formação social. Temos, com isso, o esquecimento número um, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer; porém os sentidos já são pré-existentes, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009).

O sujeito, identificado com certa formação discursiva prioritária, retoma sentidos já existentes e, afetado pelo inconsciente (esquecimentos), acredita que os sentidos se originam com o seu dizer, dando, com isso, a evidência do sujeito. Desse modo, concordamos com Petri (2004, p. 71), que

[...] a fundação da AD [Análise de Discurso], então, é marcada pela presença de um sujeito que deixa de ser o centro e a origem do seu dizer, passando a uma categoria que funciona como efeito produzido pela ideologia no discurso.

Desse modo, trazemos para discussão mais uma questão importante para os estudos discursivos que é a de memória discursiva. Os sentidos advêm da memória discursiva que é coletiva (todos têm acesso a ela) e, em determinado momento, vêm a funcionar na produção do dicionário.

Por memória, Orlandi (2009, p. 31) trata que é o todo, o já-dito, o esquecido, é algo que fala antes em outro lugar, e que “torna possível todo dizer”. O interdiscurso permite a relação do discurso com os sujeitos e a ideologia, pois há “uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo” (ORLANDI, 2009, p. 32), ou melhor, “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (p. 33). Para explicitar melhor essa questão, Orlandi (2009) cita Courtine (1984)¹: há um eixo da constituição que determina o eixo da formulação, pois só podemos dizer, formular, se nos colocarmos na perspectiva do interdiscurso, do dizível. No entanto, essa memória discursiva é estruturada por esquecimentos.

Há dois tipos de esquecimentos – já mencionados anteriormente – de acordo com Pêcheux ([1975] 2009): o esquecimento número um, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer, conforme citado acima; o esquecimento número dois, em que o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos e esquece que os sentidos podem ser outros. Esses esquecimentos são estruturantes, necessários e inconscientes. É preciso que os sujeitos esqueçam que já foi dito para, ao dizerem, constituírem-se como sujeitos. Dessa forma, os sentidos estão sempre em movimento.

E, para que haja sentido, segundo Orlandi (2009), deve haver relação do sujeito com a língua e com a história, e a ideologia intervém nessa relação para o funcionamento do imaginário. É pela ideologia que há a constituição das imagens e do sujeito. Porém não há sujeitos nem sentidos completos, “é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz” (ORLANDI, 2009, p. 53). O sujeito se submete à língua e à história porque ele precisa disso para se subjetivar.

Para este trabalho, procuramos compreender os sentidos sobre o “gaúcho” e, para isso, deve-se ir além da evidência. Os sentidos se relacionam com a exterioridade, remetem-se à memória, portanto devem-se compreender as condições de produção: o sujeito, a

¹ COURTINE, J. J. Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours. *Philosophiques*, Paris, v. 9, n. 2, 1984.

memória, a situação e considerar o contexto da enunciação – o contexto imediato – e o contexto sócio-histórico, ideológico, que é um contexto mais amplo.

De acordo com Orlandi (2002), mais do que observar a função do dicionário é observar o seu funcionamento, pois, tomando o dicionário como discurso, podemos ver nele como se projetam a representação da língua e o modo como os sujeitos produzem linguagem. O dicionário é produzido com uma história, possui vestígio da memória histórico-social. Desse modo, o dicionário vai além da normatização, ele explicita a ideologia, as condições de produção que estão sustentando aquele momento de sua elaboração.

Os dicionários e seus prefácios

Os prefácios, segundo Nunes (2006), são materiais importantes para verificar as condições de produção do dicionário. Entendem-se condições de produção como “formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam” (NUNES, 2006, p. 19), pois, nos prefácios, aparece a posição do sujeito dicionarista em relação à própria obra, à concepção de língua, bem como perpassa a imagem dos sujeitos leitores.

O prefácio, conforme Petri (2009), pode ser produzido pelos editores, pelo autor ou pode ser escrito por terceiros. É um texto com funcionamento próprio, pois revela a ideologia, a história e a posição sujeito presentes em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

Com base nas noções teóricas mobilizadas anteriormente, selecionamos alguns recortes – que já são um gesto de análise – dos textos introdutórios que nos permitem observar seu funcionamento em relação às condições de produção, à concepção de língua e de dicionário.

O *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* está em sua segunda edição e sua circulação é mais centrada na região Sul. Essa obra é produzida por dois irmãos advogados, Zeno e Rui Nunes, que se interessam pelas tradições gaúchas e participam do Movimento Tradicionalista Gaúcho.² Não temos, com isso, um olhar de lexicógrafos, mas de dicionaristas interessados com a cultura linguística da qual eles fazem parte. Esse dicionário apresenta dois textos introdutórios: um assinado por Hugo Ramirez (“Apresentação”) e outro texto denominado “Nota dos Autores”.

O primeiro texto é uma apresentação dos autores e da obra; é assinado por Hugo Ramirez, que é poeta. Os autores são falados pelo outro, com isso aparecem designações dos sujeitos dicionaristas como: “dois gaúchos autênticos”, “homens de Cima-da-Serra, trazendo nas veias o sangue bandeirante dos velhos conquistadores”, “poetas”, “tranqüilos”, “dois irmãos”. Sendo os sujeitos dicionaristas designados dessa forma, podemos pensar que, conforme Petri (2008), a relação do sujeito com a língua é uma relação de preservação do patrimônio linguístico da região sul do Brasil. Nesse texto, também há a caracterização de um dicionário de regionalismos: “abraçar todas as tropilhas vocabulares”, “obra valoriza, sobremodo e antes do mais, o patrimônio semantológico e coloquial do Brasil, em sua área de cultura meridional”, a obra “enseja uma dupla perspectiva de integração sociológica,

² Movimento Tradicionalista Gaúcho é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se dedica à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha. Mais informações podem ser acessadas no endereço eletrônico: <http://www.mtg.org.br/site/pag_oqueemtg.php>. Acesso em: 10 jun. 2013.

tanto de dentro do país, onde a fala do rurícola gaúcho é algo saborosamente peculiar, como, ainda e além fronteiras, entrelaçando, através da comunidade linguística, importantes regiões de idêntica sociogênese, da Argentina, do Brasil e do Uruguai”, “glossário dialetológico”.

Com esses recortes, observamos que esse dicionário de regionalismos ocupa uma posição importante nos estudos sobre a língua e em relação a outros dicionários, pois, segundo Hugo Ramirez, esse dicionário é uma obra que permite valorizar a língua, a cultura, o patrimônio do Brasil. O referido autor afirma que a língua do gaúcho é peculiar, mas não apenas peculiar, é “saborosamente peculiar”. E o patrimônio linguístico e cultural do sul do Brasil vai “além fronteiras”, pelo fato de Brasil, Argentina e Uruguai terem uma história de colonização que se assemelham e de o “gaúcho” ser uma imagem presente nesses três países. Podemos observar que esses recortes no texto de Hugo Ramírez dão ao dicionário regionalista o “estatuto de lugar do saber lingüístico, de abrangência superior à região a qual se refere prioritamente” (PETRI, 2008, p. 235), tornando o dicionário de regionalismos rio-grandense um lugar de referência para o saber sobre a língua. Ressalta-se também, nesse texto, o valor do tradicionalismo e de um dicionário regionalista: “a obra [o dicionário] os consagra [os autores], sem dúvida, mas consagra mais ainda ao Movimento Tradicionalista Gaúcho”, bem como o trabalho do dicionarista, mostrando as relações entre os sujeitos e a obra, determinando a consagração dos autores e da obra para os estudos da linguagem gauchesca.

No segundo texto (“Nota dos autores”), há a delimitação do tempo realizado para fazer o dicionário (“iniciado a mais de meio século”), bem como a descrição de seu processo: “continha, de início, apenas os termos mais tipicamente gaúchos utilizados pelos habitantes do interior de nosso Estado”, mas aos poucos foi enriquecendo com outros termos falados em todo o território rio-grandense e, também, com expressões de obras, em prosa ou em verso, de outros dicionários e vocabulários. Esse segundo texto também mostra que a realização de um dicionário não é uma tarefa fácil e que não é uma simples obra; há, portanto, o engrandecimento da mesma. O espaço, de onde os autores falam, também é demarcado: interior do Rio Grande do Sul, ressaltando a “linguagem falada em nossa Querência”.

O que observamos, com esses recortes, é a função do prefácio de enaltecer a obra e de enaltecer os termos linguísticos presentes nela, pois há a indicação do tempo dedicado para a construção desse dicionário, que já dá o direcionamento para o sujeito leitor de que esse dicionário é uma importante obra para quem procura conhecer a língua falada no Rio Grande do Sul. Nesses dois textos introdutórios, observamos a preocupação dos sujeitos autores em conservar a tradição gaúcha. Com isso, concordamos com Petri (2008, p. 234): “o dicionário é elaborado como um lugar de preservação de ‘patrimônio lingüístico-cultural’”, pois, como podemos observar, o objetivo desse instrumento linguístico é tratar o dicionário mais do que uma obra de consulta e sim uma obra de preservação da língua e da cultura gaúcha.

Por outro lado, o *Diccionario del Español de América* é produzido por um pesquisador argentino que investigou as consequências linguísticas da colonização da América pelos espanhóis. O autor dedicou-se a estudar as influências lexicais das línguas indígenas americanas na língua espanhola. Percebe-se, conforme o seu prefácio, a preocupação em mostrar a diversidade linguística que há entre o espanhol hispano-americano e o espanhol peninsular. Essa obra está em sua segunda edição, impressa após a morte do sujeito lexicógrafo.

Esse dicionário contém dois textos, um intitulado “Introducción” e outro intitulado “Criterios para este Diccionario”, e não há quem assina os textos. Não aparece quem assina, mas isso não significa que não tem autoria. A primeira reflexão que nos toma é que esses textos são produzidos pela editora e, sendo dos editores, seriam para enaltecer a obra a fim de vendê-la. E também temos o fato de o sujeito lexicógrafo ter falecido antes de terminar a edição da obra, o que pode não o ter levado a fazer um prefácio. No primeiro texto introdutório há a qualificação do sujeito lexicógrafo e, posteriormente, há a qualificação da obra. Conforme o dicionário regionalista visto anteriormente, nesse dicionário também há a caracterização da obra – resultado de estudos e esforços do seu autor por vários anos, mais precisamente, cinquenta anos.

O processo para a realização da obra foi o recolhimento do vocabulário americano de cronistas, historiadores, literatos do século XVI e XVII; depois outros investigadores colaboraram com obras literárias mais recentes. Nesse primeiro texto, o que se destacam são as diferenças semânticas, dialetais, lexicais entre países de mesma língua – a língua espanhola. O dicionário é tratado como documento e estudo do léxico, dando início aos estudos dialetais do espanhol americano. Observamos, com isso, a ideia do dicionário como objeto de consulta cuja regularidade normativa deve estar presente e também o efeito de completude que esse dicionário quer passar.

No outro texto desse dicionário (“Criterio para este Diccionario”), aparece uma explicação do seu propósito. Essa obra se destina a “ofrecer a los lectores de obras literarias, históricas, sociológicas, científicas hispanoamericanas un instrumento de trabajo eficaz”. Observamos, nesse recorte, que o dicionário se destina a sujeitos leitores cultos, mas não quaisquer sujeitos, destina-se àqueles que “carecen de un conocimiento pormenorizado de las variaciones regionales americanas”. Com isso, ressaltam-se, outra vez, as diferenças entre o espanhol americano e o espanhol peninsular.

Observamos que os textos introdutórios do *Diccionario del Español de América* apresentam uma descrição longa e completa da realização desse dicionário e um estudo sobre a língua hispano-americana e peninsular. Isso reflete na questão que os dicionários e seus prefácios não são vistos apenas com um imaginário da certeza, mas com sentidos outros que permitem construir um saber sobre a língua.

Os dicionários e seus verbetes

Visto o que nos mostram os prefácios dos dicionários em questão, refletiremos sobre os sentidos do verbo “gaúcho” presente nos mesmos. Nosso interesse pelo discurso sobre o “gaúcho” se dá por sua representação ir se alterando, tomando diferentes concepções, sendo institucionalizadas nos dicionários. O “gaúcho” passa por diferentes sentidos para ser designado como um tipo social geograficamente posicionado, de acordo com Petri (2008), desde o sentido de ladrão, arruaceiro, passando por homem valente até se perpetuar como habitante do Rio Grande do Sul.

O *Diccionario de Regionalismos do Rio Grande do Sul* traz a definição de gaúcho em dezesseis páginas. O sujeito dicionarista busca suas referências em literatura, trabalhos de pesquisadores e músicas tradicionalistas. Ao decorrer dessas páginas, o sujeito dicionarista diz, repete, mantém, exemplifica a definição de gaúcho, pois o interesse desse dicionário é ressaltar a imagem do gaúcho.

As primeiras acepções designam o gaúcho como “habitante do Rio Grande do Sul”; “habitante do interior do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lidas campeiras”; “habitante da Argentina e do Uruguai [...] com origem e costumes assemelhados aos dos rio-grandenses”. Como já observamos nos prefácios, sabe-se que o sujeito “gaúcho” pertencia aos três países fronteiriços, cujas fronteiras geográficas não existiam no período histórico em que o “gaúcho” – como homem sem dono – apareceu. Porém, mesmo sabendo desse fato histórico, os dicionaristas afirmam, primeiramente, o “gaúcho” como habitante do Rio Grande do Sul – demarca um espaço – e reconhecem que na Argentina e no Uruguai também existe o “gaúcho”, mas é um sujeito diferente do sul do Brasil. Afirmção que ressalta a ideologia desse dicionário: valorizar as tradições culturais do sul do Brasil.

Após essas definições, aparece a palavra “primitivamente”, que introduz uma adjetivação do sujeito gaúcho; nesse espaço aparecem as designações que o “gaúcho” recebia, desde contrabandista, desregrado a trabalhador, hábil cavaleiro. Designações usadas até os dias de hoje para denominar o “gaúcho”.

Para marcar sua posição, os sujeitos dicionaristas acrescentam ao verbete exemplos de outros textos, de outros autores, inclusive apresenta citações em prosa, em verso, em língua espanhola. O sentido pejorativo (do “gaúcho” como arruaceiro, sem lei, ladrão) não é tanto marcado nesse discurso dicionarístico, aparece apenas na quarta acepção que dá a adjetivação do “gaúcho”; prevalece, com isso, o imaginário do sujeito “gaúcho” como homem valente, destemido, corajoso.

A respeito da etimologia da palavra “gaúcho”, os dicionaristas afirmam que “existem centenas de hipóteses a respeito da origem da palavra *gaúcho*, que, apesar dos esforços dos pesquisadores, continua envolvendo denso mistério”; o que segue depois dessa acepção são citações de pesquisadores, autores que se preocupavam em estudar essa questão, tornando esse dicionário “a expressão do desejo de conservar diferentes sentidos que possam ser atribuídos ao gaúcho, própria ao dicionário de regionalismos” (PETRI, 2008, p. 240). O que destacamos com isso é a importância de conservar a imagem do sujeito gaúcho sempre tão presente nesses dicionários. E ressaltada, também, nos textos introdutórios desse dicionário.

O *Diccionario del Español de América* apresenta a definição de gaúcho em três páginas. Diferentemente de como aparece no dicionário regionalista, a primeira definição se refere ao homem do Rio da Prata: “hombre de campo del Río de la Plata”. Podemos observar uma posição de lexicógrafo, distanciando-se da relação de pertencimento com a língua e promovendo um deslocamento da noção de regional, pois ao abranger o Rio da Prata ele sai da ideia de um regional interno a uma nação e expande para o além-fronteiras político; é para além de Espanha, mas é para além das fronteiras dos países hispano-americanos também.

Depois dessa acepção, aparece a descrição do “gaúcho”. Por um lado, o sujeito dicionarista aponta que o “gaúcho” destoa nas lidas do campo está desaparecendo, mas, por outro lado, ele afirma que a idealização do “gaúcho” prevalece. A idealização do “gaúcho” é a de “arquétipo humano, poseedor de las máximas virtudes viriles en que el hombre rioplatense quiere verse retratado”; o sujeito que é designado “gaúcho” possui as máximas virtudes, o que nos leva a pensar que esse dicionário também ressalta a valorização do “gaúcho”. Porém, prevalecendo essa idealização do “gaúcho”, não significa que o

sentido pejorativo (de vida nômade, ladrão de gado, perverso) também não apareça. Fato que não é destacado no dicionário de regionalismos.

Em relação à etimologia da palavra “gaúcho”, apresenta, de modo conclusivo, que o termo gaúcho nasceu da tríade Argentina-Uruguai-Brasil. Diferentemente do dicionário regionalista sul-rio-grandense, esse dicionário mostra que o gaúcho faz parte desses três países, mas sua etimologia teria diferentes versões.

A partir disso, o sujeito dicionarista do *Diccionario del Español de América* traz datas, menções a documentos que tratam do surgimento do termo “gaúcho”. Temos, por exemplo, que, em 1771, data a primeira menção do termo “gaúcho”; em 1787, data o desprestígio do “gaúcho”, divulgado em jornal; 1729 é a data em que aparece o termo “changador”, e, em 1746, aparece o termo “gaudério”. Dados esses que o dicionário regionalista não traz.

O que podemos observar nessas designações de “gaúcho” é que o sujeito dicionarista está preocupado com a história e a cronologia, com uma visão mais enciclopédica do que a do dicionário sul-rio-grandense. O imaginário que perpassa o sujeito “gaúcho” não é o mesmo do dicionário regionalista, pois, nesse dicionário, não há a preocupação da conservação da imagem do “gaúcho”, mas, sobretudo, mostrar os diferentes efeitos de sentidos desse termo.

Considerações finais: algumas reflexões

De acordo com Petri (2004, p. 125), a origem epistemológica da palavra “gaúcho”, “embora diversificada, em determinado momento aponta para um efeito de sentido bem específico”: a relação forte do gaúcho com a terra. Segundo a referida autora, a relação com a terra, anteriormente, era devido ao envolvimento do “gaúcho” com as guerras de fronteira, com a defesa das terras da estância e com seu grupo marginalizado. No século XVII, o envolvimento do “gaúcho” com a terra foi por causa da pecuária introduzida pelos colonizadores europeus. E, por fim, com a Revolução Farroupilha, as lutas pelo território foram bem marcadas.

Em relação à produção de sentidos sobre o sujeito “gaúcho”, observamos que, no século XX, houve “uma re-significação do imaginário ‘sobre o gaúcho’” (PETRI, 2004, p. 129), e a designação “gaúcho” torna sinônimo, em todo o Brasil, de habitantes do Rio Grande do Sul, eliminando a designação pejorativa e deixando lugar para uma formação imaginária na qual prevalecem as características de “a coragem a toda a prova, a honra, a honestidade, o excelente caráter, o amor pela liberdade, a irreparável hospitalidade, o patriotismo” (PETRI, 2004, p. 132). A literatura e a história, a partir do século XIX, fizeram com que a imagem do “gaúcho” ficasse para a posterioridade.

No entanto, esse imaginário de sentidos pejorativos que acompanhou durante séculos a designação “gaúcho”, segundo a referida autora, não está apagado, ele coexiste nos novos sentidos agregados à designação. E essa coexistência é percebida nos sentidos que os dicionários analisados nos mostram: marcam esse imaginário de “gaúcho” com sentido pejorativo e acrescentam um outro imaginário: o de “gaúcho” como homem valente, o “herói regionalista” (PETRI, 2008, p. 241).

Os dicionários são instrumentos linguísticos que trazem a história da língua, das ideologias, dos sujeitos – seja brasileiro e/ou gaúcho, ou hispano-americano – e que dos seus domínios (o prefácio e o verbete) emergem o discurso, as tomadas de posição dos sujeitos e as relações entre dicionaristas e leitores dos dicionários, bem como entre os dicionaristas e a língua.

Os sentidos “estão dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). A língua não está pronta, completa, só porque está nesse instrumento linguístico; ela se movimenta também nesse espaço. Tomando o dicionário como um instrumento para o ensino/aprendizagem de língua e como materialidade discursiva, observamos que, nele, há produção de sentidos que, segundo Petri (2008, p. 241), extrapola “o uso comum que dele se faz” e revela “a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória”, ou seja, além de extrapolar o seu efeito de detentor dos sentidos, os dicionários também revelam a memória do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai.

Em vista disso, observamos que esses dicionários se aproximam porque mantêm e atualizam os sentidos sobre o sujeito “gaúcho”. No entanto, esses dicionários também se diferenciam em relação à posição que o sujeito dicionarista toma ante a língua, pois, no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, há a preocupação de manter a linguagem gauchesca e, no *Diccionario del español de América*, há a preocupação com a linguagem do espanhol hispano-americano. Em relação ao verbete “gaúcho”, há produção de diferentes sentidos em cada formação social, diferentes sentidos de um lado e de outro da fronteira.

Com isso, podemos concluir, concordando com Orlandi (2002), que os dicionários são constitutivos da formação social, visto que eles são produzidos por sujeitos que tomam a posição de dicionarista e carregam, além das condições de produção, a memória social. Assim, o dicionário é um espaço de produção de sentidos e não um espaço de sentidos estabilizados.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 134 p.

MORÍNIGO, M. A. *Diccionario del Español de América*. 2. ed. Madrid: Anaya e Mario Muchnik, 1996. 800 p.

NUNES, J. H. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, E. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 101-109.

_____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006. 254 p.

NUNES, R. C.; NUNES, Z. C. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984. 552 p.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002. 320 p.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007. 156 p.

_____. *Terra à vista - Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 286 p.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PECHÊUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975]. 287 p.

PETRI, V. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de concentração: Teoria do texto e do discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 37, p. 227-243, jul/dez. 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r37/artigo14.pdf> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F. et al. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 329-336.

_____. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: PPGL-Editores, 2010. 119 p.

Separando o joio... do petismo moderado do trigo... da turma radical: o substantivo em dimensão discursiva

(Separating the chaff ... from the moderate “petismo” of the wheat ...
from the radical team: the noun in discursive dimension)

Patricia Ferreira Neves Ribeiro

Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense (UFF)

patleitura@gmail.com

Abstract: In the framework of a discursive-enunciative approach, this paper aims to examine the noun according to its argumentative role. By developing the survey, we selected, under the media domain, texts affiliated to the genre article signed and published, in the last decade, by *Jornal do Brasil*. In methodological terms, we examine under the perspective of “expanded” and “restricted” Enunciation Linguistics (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), the use of the noun in a common linguistic procedure of media discourse: the re-enunciation of popular sayings. In order to investigate the argumentative role of the noun and the image, thereafter, elaborated by the argumentative subject, we assume the theoretical framework of the Discourse Analysis proposed by Patrick Charaudeau, *asemilinguisticsview*.

Keywords: noun; recreation of popular sayings; argument.

Resumo: No âmbito de uma abordagem discursivo-enunciativa, o presente trabalho objetiva examinar o substantivo segundo seu papel argumentativo. Para a elaboração da pesquisa, selecionamos, no quadro do domínio midiático, textos filiados ao gênero textual artigo de análise assinado e publicados, na última década, pelo *Jornal do Brasil*. Em termos metodológicos, examinamos, sob a ótica da Linguística da Enunciação “ampliada” e “restrita” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), o emprego do substantivo na confecção de um frequente procedimento linguístico do discurso midiático: a recriação de ditos populares. Com o intuito de investigar o papel argumentativo do substantivo e, em decorrência, a imagem, a partir daí, elaborada pelo sujeito argumentador, assumimos o arcabouço teórico da análise do discurso de orientação semi-linguística de Patrick Charaudeau no âmbito do contrato midiático.

Palavras-chave: substantivo; recriação de ditos populares; argumentação.

Considerações iniciais

No espaço escolar, as aulas de língua portuguesa, em geral, vêm focalizando, há tempos, as categorias linguísticas independentemente da necessária articulação reflexiva entre gramática e discurso. O estudo da língua tem sido feito a despeito das operações discursivo-enunciativas que suas categorias estabelecem nos textos submetidos a análises. Isso porque a língua e seus aspectos têm sido tratados ora como pretextos para a prescrição gramatical ora como “meros recortes de autossuficiência” (MARCUSCHI, 2008, p. 57). Desse modo, os efeitos de sentido oriundos dos lugares enunciativos e dos pontos de vista suscitados pelas categorias gramaticais não vêm sendo, em geral, incorporados ao ensino cujo foco limita-se ao estudo do código e do enunciado.

Como categoria linguística, o substantivo, em particular, – abordado com base na Tradição Gramatical – tem sido analisado, quase que exclusivamente, em seu papel de

designador, como um nome estritamente neutro, além de ser enfocado também segundo seu papel morfossintático. Diferentes livros didáticos referem-se assim ao substantivo:

Minha **terra** tem **palmeiras**/Onde canta o sabiá. Observe que o substantivo pode: sintaticamente – exercer a função de sujeito (terra); morfologicamente – admitir flexão de gênero, número e grau (palmeiras, sabiás); semanticamente – nomear os seres e as coisas (sabiá, terra). (MAIA, 2005, p. 225)

Tomemos as seguintes palavras: meninos, Carlos, esperança. Você deve ter observado que elas admitem flexões e dão nomes aos seres em geral (coisas, pessoas, animais, ações, estados e qualidades). São, portanto, substantivos. **Substantivo** é a palavra variável em gênero, número e grau que dá nome aos seres em geral. (ERNANI; NICOLA, 2003, p. 113)

Essas definições servem para mostrar que o trabalho com a língua e, em especial, com os substantivos faz-se excluindo o contexto comunicativo. Os termos são tomados como unidades isoladas, uma vez que o interesse central parece ser o de tratar apenas os fenômenos sistêmicos da língua. Tais conhecimentos são importantes; o problema, entretanto, é considerar que o estudo do substantivo em uso resume-se a isso.

Por vezes, é até visto como qualificador, isto é, como um adjetivo, sendo estudado em sua função predicativa ou adnominal, conforme exemplos seguintes: “Vários poetas brasileiros atuais são **criaturas** de Carlos Drummond de Andrade” (MAIA, 2005, p. 232) e “Realizaram um trabalho de **mestre**” (ERNANI; NICOLA, 2003, p. 116).

No âmbito de uma abordagem discursivo-enunciativa, este trabalho, entretanto, objetiva examinar o substantivo, a despeito das funções predicativas e adnominais previstas por livros didáticos, segundo seu papel argumentativo. O substantivo é focalizado neste trabalho como uma marca de enunciação. Nesse sentido, assumimos examinar o funcionamento e a definição da categoria gramatical *substantivo* pela ótica do discurso e da enunciação.

Para proceder a tal exame servimo-nos do arcabouço teórico da análise do discurso de orientação semiolinguística de Patrick Charaudeau. Neste estudo, discute-se o significado textual-discursivo do substantivo, com base em Charaudeau (2008) em consonância com a identidade do sujeito comunicante/enunciador e sua atuação sobre o sujeito interpretante/destinatário. Essa problematização estabelece-se no âmbito do contrato de comunicação midiática e da funcionalidade do programa argumentativo instaurado pelo discurso estudado.

Para a elaboração da pesquisa, investigamos diferentes substantivos empregados na confecção de um frequente procedimento linguístico do discurso midiático: a recriação de ditos populares, em textos filiados ao gênero textual artigo de análise assinado e publicados pelo *Jornal do Brasil*. Mais especificamente selecionamos três artigos de análise assinados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa, a saber: “Aliado na contramão”, de 05/08/1998, “O beco”, de 17/05/2006 e “Encrencas da herança bendita” (21/03/07).

Os três textos avaliam a política petista, ora relativamente à campanha presidencial, ora ao primeiro e ao segundo mandatos do presidente Lula.

O critério para a escolha desse *corpus* deve-se a uma dupla motivação. Em primeiro lugar, acreditamos que trabalhar com a linguagem jornalística é uma forma de nos

aproximarmos com mais verdade da linguagem cotidiana. Em segundo lugar, consideramos que analisar os textos de um articulista como Villas-Bôas Corrêa – assumidamente “imparcial” – enquanto sujeito real, conforme a seguinte declaração:

Na minha seara é nítida a linha que separa o militante do jornalista. A minha geração, a de Castellinho, e de Heráclio Salles, conquistou o seu espaço nos jornais abrindo a vereda da imparcialidade, com o reconhecimento dos diretores e editores da diferença entre **a linha opinativa dos editoriais** e o noticiário objetivo dos fatos e **a sua análise isenta, imparcial**. E não posso, não devo, não quero mudar. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2002, p. 6),

é oportunidade de desvelar que, mesmo pelo emprego do substantivo, considerando neutro pelos preceitos da tradição, o sujeito enunciador é capaz de ser revelado pela imagem de si projetada e pelas opiniões afirmadas.

Assim, em termos metodológicos, examinamos, sob a ótica da Linguística da Enunciação “ampliada” – aquela que se detém sobre as circunstâncias espaço-temporais e condições gerais de produção/recepção das mensagens – e “restrita” – a que diz respeito às opções discursivas assumidas pelo enunciador (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980) – o emprego do substantivo na recriação de ditos populares.

Nesse caso, o substantivo pode ora servir à construção de uma recriação parafrástica, ora se prestar à elaboração de uma recriação paródica. No primeiro caso, o da recriação parafrástica, segue-se a orientação argumentativa da versão original; no segundo, o da recriação paródica, há uma reorientação da versão original, isto é, “uma descaracterização de um dizer convencional e, sobretudo, uma reformulação de um enunciado já estabilizado socialmente” (LYSARDO-DIAS, 2001, p. 198). Assim, o substantivo, ora propulsor de uma recriação por paráfrase, ora por paródia, pode assumir papel marcante no jogo entre uma visão normativa e uma visão própria do sujeito argumentador.

Na transição de nomeador a qualificador das categorias que o acompanham, o substantivo poderá mostrar-se como um nome altamente provocador da argumentação e revelador das manobras de um sujeito enunciador. Assim, reafirmamos nosso propósito de investigar o papel argumentativo do substantivo e a imagem, a partir de seu emprego, projetada pelo sujeito argumentador no interior do discurso jornalístico.

Análise dos dados

Nesta pesquisa, analisamos três ditos populares recriados, a saber: “separando o joio do petismo moderado do trigo da turma radical”, “os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público” e “e escorregue na casca de banana da fatuidade”.

A primeira recriação foi extraída de artigo que discute as fragilidades do Partido dos Trabalhadores (PT) durante a campanha presidencial e suas consequências para as eleições de 1998. Como o próprio título do artigo sugere, “Aliado na contramão”, o jornalista parte do pronunciamento público de condenação ao novo modelo da campanha “petista” feito pelo gogó de Gilmar Mauro, representante à época do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O trecho a seguir é um fragmento do artigo em tela, “Aliado na contramão”:

Gilmar sabe o que diz e por que fala. Trata-se de dirigente tarimbado, com todas as manhas aprendidas nas tarefas de proselitismo. Dosa as palavras para pingar as gotas certas da advertência, no tom de quem avisa, amigo é. “Nós não brigamos com o PT. Brigamos com o PT light” — notifica o discordante, **separando o joio do petista moderado do trigo da turma radical**. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 1998, p. 6)

A segunda recriação insere-se em artigo que tematiza a falência múltipla dos três poderes. De modo específico, aborda a crise moral, ética e de decência que atinge o Poder Legislativo. O trecho transcrito abaixo é um fragmento do artigo sob análise, “O beco”:

Não pode haver dúvida. A manobra sustentada pelo consenso da maioria que enterrou na imundície todas as denúncias apuradas de bandalheiras repulsivas confirma que **os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público**. E essa gente não vai criar caso com as quadrilhas organizadas de bandidos que superlotam as penitenciárias e cadeias. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2006, p. 7)

A terceira recriação aborda problemas relativos ao segundo mandato do governo Lula e sua contraditória vaidade frente aos entraves expostos. O trecho a seguir é um fragmento do artigo em questão, “Encrencas da herança bendita”:

Lula não imaginou o tamanho da enrascada em que se meteu ao entrar no túnel sem fim das mais azaradas confusões. **A jactância não é boa conselheira**. Entende-se que o líder sindical ao alcançar a Presidência da República na quarta tentativa não consiga fingir a modéstia que nunca foi das suas virtudes **e escorregue na casca de banana da fatuidade**. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2007, p. 7)

A partir de tais recriações, dentro de uma perspectiva enunciativa, queremos examinar o papel decisivo que o substantivo tem na interação, descolado de seu limitado papel nomeador. Assim, vamos considerar a atuação do substantivo no texto e por trás dele, capturando seu papel argumentativo e, em decorrência, a imagem, a partir daí, elaborada pelo sujeito argumentador.

Primeiramente, evidenciamos, ao lado da dominante, estável, transparente e objetiva linguagem referencial jornalística – em que o enunciador recorre a diversos meios para apagar-se – o recurso altamente expressivo da paródia proverbial, sinalizador de direções subjetivas e revestido de parcialidade.

Esse recurso, todavia, encena certa transparência e objetividade pelo resgate ao já-dito (formas cristalizadas). Ao fim e ao cabo, entretanto, o sujeito enunciador, contando com a adesão do interlocutor para a instauração do re-dito (formas recriadas), acaba subvertendo o ritual da neutralidade.

O primeiro exemplo, extraído do artigo “Aliado na contramão” (05/08/98), é caso ilustrativo desse jogo de obscuridade/subjetividade e transparência/objetividade que o enunciador, frequentemente, estabelece em seus textos, a saber: construção-fonte – Separando o joio do trigo – e construção-derivada – separando o joio **do petismo moderado do trigo da turma radical**.

Subjacente à recriação acima destacada, há uma expressão proverbial bastante conhecida, principalmente se remetermos ao fundo religioso que a sustenta. O dito popular

“Separar o joio do trigo” refere-se à conhecida parábola do semeador, que prega que o trigo está para o bem e o joio, para o mal.

A expressão reinventada, por sua vez, desloca-se (paródia) do eixo bíblico para o político, conservando (paráfrase), contudo, a mesma analogia. Defendendo a tese de que o representante do MST, Gilmar Mauro, sabe o que diz e por que fala, relativamente aos desmandos da campanha do PT de 1998, o enunciador acrescenta que o líder dos sem-terra está criticando “o petismo moderado” e salvando a face “da turma radical”.

Em função dos acréscimos efetuados ao dizer tradicional, os substantivos concretos “joio” e “trigo”, classificados pela tradição como elementos nomeadores, passam a qualificadores, subsistindo assim justamente em relação aos referentes aos quais se destinam: “petismo moderado” e “turma radical”.

O substantivo – tomando por base o conceito da tradição gramatical – é considerado um elemento lexical neutro, imparcial e limitado ao seu papel nomeador. Ocorre que, explorando o substantivo não na sua exclusiva potencialidade, mas na possível relação com outros termos, ele poderá gerar significações que estão além do que está visualmente escrito.

Pensando sobre isso, Bárbara (1996) afirma que, em uso, o substantivo não se restringe ao papel funcional de nomeador de seres em geral. Ao contrário, mostra que toda palavra pode dar margem a conclusões em dimensão discursiva.

Essa função mais ampla do substantivo, isto é, esse papel no texto e por trás dele é considerado nesta pesquisa. Esse procedimento reforça a premissa de que, relativamente ao sujeito enunciador, as línguas não são meras representações dos objetos; ao contrário, prestam-se a acusar a presença do enunciador e, em última instância, sua opinião sobre o “petismo moderado”.

No artigo sob análise, combinam-se expressões de traço /humano/, como “petismo moderado” e “turma radical”, a substantivos, “joio” e “trigo”, pertencentes ao campo semântico do não humano. Isso confere aos sintagmas “petismo moderado” e “turma radical” as qualidades próprias ao “joio” e ao “trigo”. No primeiro caso, o traço humano reveste-se de um caráter daninho, negativo; já o segundo caso associa-se ao caráter vital e positivo do cereal. Às expressões “petismo moderado” e “turma radical” associam-se os sentidos concretos do “nocivo” e do “vantajoso”, dados pelo “joio” e pelo “trigo”, respectivamente.

Sabemos que a expressão “petismo moderado” contrai o efeito de sentido de “nocivo” não só pela linearidade do dito, mas, sobretudo, pelas relações extratextuais que os sujeitos interpretantes fazem entre a construção primitiva – o dito original – e a derivada – o dito renunciado. As conclusões advêm daquilo que está além do que se apresenta visualmente escrito; decorrem, portanto, do fio discursivo.

Caso semelhante ocorre no interior de outra recriação proverbial, destacada do artigo “Encrencas da herança bendita” (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2007, p. 7). Como veremos, a construção-derivada exposta a seguir exemplifica esse lugar entre o impessoal e o pessoal em que o enunciador se situa. Para melhor apreciação, segue o contraste entre a versão canônica e a inovadora: “Colocar cascas de banana” e “e escorregue na casca de banana **da fatuidade**”.

É inegável que a versão recriada está calcada no que o uso convencional – “colocar cascas de banana” – legitimou. O articulista estrutura o inédito enunciado a partir da ideia sinalizada pela construção-fonte. “Colocar cascas de banana” no caminho dos outros é impor dificuldades ou embaraços capazes de acarretar prejuízos aos rivais.

A supracitada recriação insere-se em artigo que discute os “erros grosseiros e a incompetência” do presidente Lula, no início de seu segundo mandato, frente a reformas “de mentirinha” – da ministerial à política. A despeito dessa constatação, contudo, o então presidente anuncia ultrapassar, nesse novo momento, os recordes obtidos em sua gestão inaugural, esquivando-se, inclusive, de fazer comparações entre o desempenho de seu governo e o de seu antecessor.

A recriação em tela é feita exatamente a propósito desse anúncio. Entende o articulista que, ao não conseguir disfarçar sua modéstia, Lula acabe se prejudicando, embaraçado na teia de sua *vaidade*, ou seja, na “casca de banana da fatuidade”. Desse modo, o valor atemporal e geral, próprio do dito popular, dá lugar a um sentido que a atualidade e a particularidade do fato abordado exigem.

O acréscimo da expressão “da fatuidade” ao segmento tradicional “casca de banana” faz o substantivo concreto “casca”, modificado pela locução adjetiva “de banana”, passar de elemento nomeador a qualificador, relativamente ao referente ao qual se liga: “fatuidade”.

Também, da combinação entre “casca de banana” e “fatuidade”, dá-se a transferência do traço não-humano do primeiro para o segundo, dotado, inicialmente, de traço oposto. Assim é que “fatuidade” passa a adquirir aspectos peculiares do produto ao qual se soma. Ao termo “fatuidade” associa-se o sentido concreto de desequilíbrio provocado pela “casca da banana”.

Na sequência, analisamos outra recriação proverbial em que há, igualmente, uma construção linguística ilustrativa da instauração desse viés simultâneo do objetivo, imparcial e do subjetivo, parcial. Extraímos o caso seguinte do artigo “O beco”, de 17/05/06, a saber: construção-fonte – Vão-se os anéis, ficam os dedos – e construção-derivada – os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis **das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público**.

Nesse texto, a partir do episódio relativo à ocupação de São Paulo pelo crime organizado, o articulista comenta, de modo amplo, sobre “a falência múltipla dos três poderes”. De modo específico, para abordar “a crise moral, ética, de decência e dignidade” que atinge o Legislativo, o enunciador se serve do então provérbio “reformulado”. No intuito de confirmar que a maioria do Congresso trabalhou para esconder as denúncias expurgadas dos escândalos do mensalão, do caixa dois, das ambulâncias superfaturadas, o sujeito discursivo argumenta que os parlamentares entregaram “os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público”.

Fica evidente que o objeto da citada recriação paródica é o provérbio “Vão-se os anéis, ficam os dedos”. Usado com a acepção de que mais vale uma perda material, de algo supérfluo, do que um prejuízo que afete a integridade física e/ou moral, o rifão em tela tem seu sentido alterado por interferência do enunciador. A fim de atestar a “podrigueira” do Congresso, o articulista mostra que os parlamentares, à custa programada da decência ética — “entregam os dedos rapaces do pejo” –, sucumbem às tentações materiais: “para

garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público”.

Essa inversão de sentido operada no provérbio convencional é gatilho da parodiização estabelecida no artigo, da qual emerge a parcialidade. Ao analisarmos, entretanto, a estratégia de retextualização empregada para a subversão do dito consensual, verificamos que ela, a exemplo do que ocorre nos casos precedentes, se presta a “implicitar” essa tal predisposição à subjetividade.

Por meio do mecanismo do acréscimo, há a junção das expressões “das vantagens”, “mordomias” e “das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público” ao termo convencional “anéis”. Assim, nesse caso também, o substantivo concreto “anéis”, de termo nomeador, passa a qualificador dos segmentos que o acompanham: “das vantagens”, “mordomias” e “das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público”.

O substantivo “anéis” é um qualificador de “vantagens” e de “mordomias”, embora não atue sintaticamente como um predicativo ou como um adjunto adnominal. Como caracterizador, atribui a “vantagens” e “mordomias” o efeito de sentido de “tesouro aparente”. E isso se dá, novamente, não pelo que se apresenta na linearidade do dito, mas pelo que se apreende no plano discursivo, da relação extratextual relativa à construção derivada e àquela resgatada da memória, a construção primitiva.

Novamente, os termos pospostos aos da tradição angariam traços que lhe são peculiares. Desse modo é que o sentido de coisa material supérflua transfere-se, fortemente, para as referidas “vantagens, mordomias etc.”, demarcando qual o propósito do enunciador com esse modo de recriação proverbial.

Considerações finais

Em relação aos artigos examinados, interessa-nos ressaltar que todas as constatações feitas acerca dos ditos recriados não advêm de uma afirmação dada diretamente pelo enunciador. Ao contrário, não explicitando sua apreciação sobre “o petismo moderado” e “a turma radical”, como também sobre “a fatuidade de Lula” e “as vantagens e mordomias parlamentares etc.”, deixa tal opinião embutida na interpretação que o coenunciador faz acerca dos vocábulos empregados.

Nos trechos analisados, o enunciador marca, implicitamente, seu julgamento sobre “o petismo moderado”, “a turma radical”, “a vaidade do presidente Lula”, e “as tais vantagens, mordomias etc.”, ao associá-los, respectivamente, aos substantivos concretos “joio”, “trigo”, “casca (de banana)” e “anéis”. Não emprega, por exemplo, adjetivos para instaurar sua apreciação, mas símbolos cujas relações podem ser verificáveis na realidade.

Dessa forma, o enunciador acaba disfarçando a subjetividade não só por apelo ao uso polifônico do substantivo, mas também por uma qualificação dada por “substantivização”. Os termos sob análise – “joio”, “trigo”, “casca (de banana)” e “anéis” – permitem a retomada da voz consensual, por serem alçados à categoria de substantivos-símbolo. Como símbolos, consistem em uma modalidade da metonímia que obriga o enunciatário a ler o abstrato pelo concreto. No fio da recriação, essas imagens concretas “joio”, “trigo”, “casca (de banana)” e “anéis” passam a simbolizar os termos a que se ligam. Nesse processo, investem “o petismo moderado”, “a turma radical”, “a fatuidade de Lula” e “as vantagens

e mordomias parlamentares etc.” das características que são próprias aos respectivos símbolos.

Tais substantivos mostram-se, assim, como provocadores da argumentação. Não se comportam como elementos neutros à espera de um determinante que lhes possa gerar argumentos. Apresentam-se, assim, passíveis de discursividade, ainda que de modo implícito, o que também configura uma forte estratégia argumentativa.

Portanto, o apelo à voz consensual e também seu uso metonímico pelo emprego de substantivos conferem ao tecido argumentativo uma aparência de objetividade, e ao enunciador, uma aparente estratégica imparcialidade. Por meio desses usos, o sujeito discursivo reafirma a posição de que a objetividade é valioso artifício para a manutenção da credibilidade, destacadamente em artigos de análise assinados, embora reconheçamos, entretanto, que esse mesmo sujeito não escape à construção de um discurso dotado de marcas de parcialidade.

Diante dessa oscilação permanente apreendida entre o imparcial e o parcial fica demonstrado que o enunciador está legitimando e respeitando (ainda que de modo não totalmente voluntário) as condições que o contrato de comunicação midiática lhe impõe. Marcado, em seu fundamento, pela contradição, o contrato de informação situa-se entre as duas finalidades, a de “fazer saber” e a de “fazer sentir”.

No que concerne ao primeiro objetivo, vale dizer que, conscientemente, Villas-Bôas Corrêa produz, em seu texto, efeitos de credibilidade a fim de respeitar o princípio de seriedade, de “grau zero de espetacularização da informação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 92), imposto ao texto jornalístico. Ao mesmo tempo, de maneira involuntária, Villas-Bôas Corrêa cria em seus artigos efeitos de dramatização com vistas a obedecer ao princípio da emoção, também exigido pelo contrato de informação midiática.

As duas referidas restrições, a da credibilidade e a da dramatização, impostas ao contrato estabelecido entre o comentador e o leitor, correspondem às duas posições, ou imagens – a de distanciamento e a de engajamento – que, de modo comprovado, o enunciador Villas-Bôas Corrêa adota para si.

Interessa notar que, estando essa dupla finalidade inscrita no contrato de informação, Villas-Bôas Corrêa já estaria fadado mesmo a construir para si uma dupla imagem: da isenção e da parcialidade, embora, evidentemente, sendo esta última menos ou não admitida pelo jornalista, em virtude da “pregnância do imaginário da credibilidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 234). De qualquer forma, ele o deveria mesmo admitir porque todos os parceiros do ato de informação midiática são obrigados a reconhecer a exigência da dramatização, mesmo implicitamente.

Os resultados alcançados revelam que, não podendo mesmo ser a citada exigência tão explicitada como a da credibilidade, o enunciador trata de insinuá-la a partir do mecanismo da “substantivização” empregada na recriação proverbial e analisado no presente artigo.

Reafirmamos, assim, à luz das considerações acerca do contrato da informação, a constituição de um sujeito Villas-Bôas Corrêa nem totalmente autônomo nem completamente assujeitado em relação aos seus discursos e seus sentidos. Move-se, na verdade, entre a autonomia em relação ao convencionalmente partilhado e o assujeitamento ao discurso do outro. Ambos os movimentos coadunam-se ao jogo proposto pelo contrato comunicativo das mídias: navegar entre o polo da dramatização/captação e o da credibilidade.

E, na presente pesquisa, este jogo foi desvelado pelo exame do papel decisivo do substantivo em dimensão discursiva – no quadro da interação argumentativa – deslocado de sua exclusiva função designadora.

REFERÊNCIAS

BÁRBARA, L. Um certo recurso malicioso da mídia no uso do substantivo. In: SANTOS, L. W. dos (Org.). *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 96-110.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 17, p. 339-354, 1996.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a. 328 p.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b. 285 p.

_____. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008. 256p.

ERNANI, T.; NICOLA, J. de. *Gramática, literatura e produção de textos para o ensino médio: curso completo*. São Paulo: Scipione, 2004. 463p.

GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n. 73, p. 112-125, mar. 1984.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

LYSARDO-DIAS, D. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. 2001. 276 fl. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*. Rio de Janeiro: Documentário, 1974. 330p.

MAIA, J. D. *Português*. São Paulo: Ática, 2005. 496p.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. 295p.

VILLAS-BÔAS CORRÊA, L. A. C. Aliado na contramão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1998. [Primeiro Caderno, p. 6].

_____. Compromisso com a isenção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 nov. 2002. [Primeiro Caderno, p. 6].

_____. O beco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 maio 2006. [Primeiro Caderno, p. 7].

_____. Encrencas da herança bendita. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 2007. [Primeiro Caderno, p. 7].

Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades

(Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis:
exploring convergences and outlining specificities)

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

paulosegundo@uol.com.br

Abstract: The aim of this paper is to discuss the theoretical convergences and the specificities intrinsic to Systemic Functional Linguistics (SFL) and to Critical Discourse Analysis (CDA), in order to show in which way the analytical categories and the theoretical assumptions held by the former allow us to investigate, thoroughly, discursive-linguistic phenomena. Thus, we present a brief background on the establishment of CDA, its main concepts, highlighting the notion of discourse order and semiotic formation. In the sequence, we show the main properties of semiosis, as it is regarded in a systemic functional basis, so that the relevant approximations and divergences between the two approaches can be sketched out, allowing us to discuss the advantages of the dialogue between them.

Keywords: Systemic Functional Linguistics; Critical Discourse Analysis; order of discourse.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as convergências teóricas e as especificidades intrínsecas à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e à Análise Crítica do Discurso (ACD), buscando mostrar de que maneira as categorias analíticas e os pressupostos teóricos inerentes à primeira permitem analisar, pormenorizadamente, fenômenos linguístico-discursivos. Para isso, buscou-se apresentar um breve histórico do surgimento da ACD, seus principais conceitos, destacando a noção de ordem do discurso e de formação semiótica, para, na sequência, delinear as principais propriedades da semiose, segundo a visão sistêmico-funcional, de modo a se estabelecerem importantes aproximações e afastamentos em relação à perspectiva crítico-discursiva, além de mostrar a vantagem de se promover o diálogo entre as duas abordagens.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; Análise Crítica do Discurso; ordem do discurso.

Introdução

A Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) possuem uma história conjunta de aproximações e afastamentos, convergências e divergências, derivada, principalmente, de uma concepção comum de que o uso linguístico – entendido como atividade semiótica ou discursiva – não se constitui em um reflexo da estrutura ou do contexto social, mas sim em uma prática integrada – estruturante e estruturada – aos sistemas sociais.

Wodak (2004) entende que a ACD surge, no início da década de 1990, a partir do desenvolvimento da Linguística Crítica (LC) da década de 1970, cujo nascedouro pode ser localizado na Universidade de East Anglia, onde nomes como Kress, Trew e Fowler passam a conceber os discursos como ideológicos, negando a arbitrariedade do signo linguístico e utilizando o aparato teórico da LSF como instrumento para a análise das representações sociais e das relações de poder instanciadas nos textos.

Do nascimento da LC para os dias atuais, passando pelo surgimento da ACD e pelo seu fortalecimento como abordagem inter ou transdisciplinar do uso linguístico contextualizado, voltado ao estudo das relações de poder e dominação mediante a atividade sociosemiótica, a associação entre esse modelo e o aparato sistêmico-funcional tem oscilado entre momentos de maior ou menor convergência.

O objetivo deste artigo é apontar alguns aspectos de convergência entre a ACD e a LSF, mostrando de que modo a arquitetura da linguagem proposta pela última permite uma análise linguística pormenorizada da materialidade discursiva, pré-requisito para um estudo crítico-discursivo.

O artigo é estruturado em duas partes: na primeira, mostrar-se-ão os pressupostos fundamentais da Análise Crítica do Discurso, tomando como base principal o modelo proposto por Fairclough (2007, 2010), e as premissas assumidas por esse autor no que tange a uma concepção de estudo crítico-discursivo; na segunda parte, expor-se-ão os princípios que estruturam a visão sistêmico-funcional de linguagem, procurando mostrar de que forma as propriedades e as categorias analíticas propostas por essa perspectiva permitem uma abordagem coerente da configuração textual e interdiscursiva. Além disso, buscar-se-á, quando pertinente, relacionar o aparato teórico a considerações sociológicas pertinentes.

Análise Crítica do Discurso: pressupostos fundamentais

Para Fairclough (2010), a ACD possui três propriedades básicas: ela é dialética, relacional e transdisciplinar. É relacional, uma vez que o foco da abordagem não reside apenas na língua, no texto, nos indivíduos ou nos objetos, mas, sim, nas redes de práticas, nas ações que envolvem atores posicionados em contextos sócio-históricos e situacionais nos quais significados são construídos e negociados interacionalmente. Tais significados, por sua vez, estruturam modos de ser, agir e representar que passam a se configurar como parâmetros e modelos interdiscursivos associados à continuidade da *práxis*. Em consequência disso, a atividade linguística passa a ser estruturada por esses mesmos modelos.

Ela é dialética, na medida em que não é possível conceber o discurso como uma categoria discreta, plenamente separável das relações de poder e solidariedade, por exemplo. Se o foco da ACD encontra-se nas relações sociais mediadas pela semiose, entender o discurso como categoria discreta é isolá-lo do seu potencial socialmente estruturado e estruturante. O poder é, frequentemente, legitimado por meio do discurso, embora não seja a ele limitado. Uma categoria se imbrica na outra. A questão ideológica é um claro exemplo de tal complexidade.

Por fim, a ACD também é transdisciplinar, na medida em que não se limita apenas à análise do texto propriamente dito – muito embora esta consista em uma etapa metodológica a ela inerente –, mas preconiza, especialmente, o exame das relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais e entre o discurso e os recursos semióticos. Tal abordagem requisita, segundo o autor, o ofuscamento de fronteiras rígidas entre as diversas disciplinas.

Além disso, a ACD defende uma posição moderada de construção social,¹ baseada no Realismo Crítico. Segundo Fairclough, Jessop e Sayer (2010, p. 204), os realistas críticos distinguem o real do actual e do empírico.

The ‘real’ refers to objects, their structures or natures and their causal powers and liabilities. The ‘actual’ refers to what happens when these powers and liabilities are activated and produce change. The ‘empirical’ is the subset of the real and the actual that is experienced by actors.²

Nesse sentido, o actual consiste em uma instância do real, uma atualização que gera efeitos práticos, produzindo mudança no curso dos acontecimentos. É, portanto, o momento do exercício do poder, que já pré-existe, visto que é condição para o próprio processo de atualização, mesmo que em forma latente. O empírico configura-se em um saber acerca do actual e do real, em uma construção (*construal*) da experiência humana sobre os objetos e eventos e sobre o mundo físico e material, que existem, em grande parte, independentemente da vivência e da observação dos atores.

Entretanto, a continuidade da *práxis* está relacionada, em uma dialética complexa, às ações contextualizadas dos agentes sociais que contribuem para a manutenção, confrontação, mudança ou rearranjos das práticas sociais e à influência que essas exercem sobre a configuração da própria estrutura social. Por outro lado, a estrutura constrange a gama de recursos preferenciais que organizam as práticas sociais, as quais, por sua vez, também limitam a ação localizada.

Tal configuração não só se constitui em aspecto fundamental da visão do crítico-realista, mas também é central na proposta estruturacionista de Giddens (2009). Para esse autor, são as práticas localizadas, geralmente associadas a rotinas sociais que envolvem estruturas de significação – recursos semióticos –, de dominação – recursos autoritativos e alocativos – e de legitimação – normas e sanções –, que, concomitantemente, instanciam as estruturas sociais e as ratificam, em maior ou menor grau, num processo contínuo, passível de impingir reorientações e mudanças na própria configuração da estrutura que as embasa.³

Tal processo de reprodução social é, portanto, dialeticamente associado à emergência de coerções estruturais que, simultaneamente, limitam e facilitam a agência humana no que se refere à pluralidade de opções multimodais viáveis para os atores sociais nas suas diversas práticas cotidianas ou institucionalizadas. Tais coerções, concebidas como *formações semióticas* – ou *ordens do discurso* –, consistem, para Fairclough, Jessop e Sayer (2010, p. 213), em “forms of social structuring of semiotic variation”.⁴

1 Hodge e Kress (1993) já salientavam o papel do discurso como agente vital para a construção social da realidade e defendiam que o maior objetivo da Linguística estaria associado à construção, em uma única empreitada, de um referencial teórico que permitisse abranger as relações entre língua e sociedade, por um lado, e entre língua e mente, por outro.

2 “O ‘real’ refere-se aos objetos, à sua estrutura ou natureza e a seus poderes causais e responsabilidades. O ‘actual’ refere-se a o que acontece quando esses poderes e responsabilidades são ativados, produzindo mudança. O ‘empírico’ consiste em um subconjunto do real e do actual que é experienciado pelos atores.” (tradução nossa)

3 Para maiores detalhes, consultar Giddens (2009) e Gonçalves Segundo (2011).

4 “[...] formas de estruturação social da variação semiótica [...]” (tradução nossa)

Para Lemke (2005, p. 86),

[...] semiotic formations provide an intermediate level of conceptual analysis between the microsocial (utterances, texts, particular acts and events) and the macrosocial (dialects, institutions, classes, ideologies). More importantly, they formulate the scale from microsocial to macrosocial in terms of *actions* (social practices) and *patterns of relations of actions* (cultural formations) and not in terms of entities and aggregations of entities (individuals, corporate groups, societies). This is an essentially *cultural* view; social systems are systems of *doings*, not of *beings* as such [...].⁵ (Grifos do autor)

A formulação de Lemke (2005) lança luz à necessidade de conceber o discurso como prática e de analisar a construção da experiência humana, a formação de identidades, o estabelecimento de relações sociais e a negociação intersubjetiva de significados como ações associadas a redes de ação. Nesse sentido, deve-se entendê-las em termos do encadernamento de práticas que antecedem e sucedem aos eventos discursivo-sociais, atentando para a complexa relação interdiscursiva e intertextual que as conecta.

As razões para tal compreensão são inúmeras e consistem em aspecto central da abordagem crítico-discursiva. Entretanto, o motivo que salta aos olhos pode ser sintetizado da seguinte forma: o efeito e a eficiência de um determinado modo de construção linguística, no que se refere à dinâmica da negociação intersubjetiva de significados, estão constitutivamente relacionados ao contexto social, cultural e situacional da interação e ao seu enquadramento na prática social, e não apenas ao seu conteúdo semântico-discursivo. Contexto e construção de significado estão intimamente relacionados tanto ao ato de produção quanto ao ato de consumo textual – em outros termos, à codificação e à decodificação, à construção e à reconstrução do sentido.

Desse modo, as *formações semióticas* ou *ordens do discurso* estarão sempre no centro do embate hegemônico, uma vez que – constituindo-se em filtros interdiscursivos que constroem a seleção das opções sistêmicas das redes de recursos semióticos – tais formas de coerção estrutural parametrizam, em termos hierárquicos, os modos de representar, agir e ser⁶ de uma rede de práticas sociais e institucionais, estabelecendo padrões, projetivamente, *obrigatórios*, *preferenciais*, *permitidos* e *bloqueados* de recursos linguísticos e multimodais que se encontram associados ao exercício do controle por grupos hegemônicos. Em consequência de tal compreensão, a ação individual – que, necessariamente, dialoga com os filtros interdiscursivos supramencionados – pode ser vista como um fator que coloca em risco, contínua e constitutivamente, a coesão semiótica das *ordens do discurso*, a depender de uma atitude *complacente* ou *resistente* do ator social em relação aos parâmetros que configuram uma prática. As estruturas de legitimação – normas e sanções tácitas, socioavaliativas ou legais – podem, então, ser acionadas para reduzir o impacto da potencial confrontação.

5 “[...] formações semióticas consistem em um nível de análise conceptual entre o microsocial (enunciados, textos, atos particulares e eventos) e o macrosocial (dialetos, instituições, classes e ideologias). De modo mais relevante ainda, elas formulam uma escala do microsocial ao macrosocial em termos de *ações* (práticas sociais) e *padrões de relações entre ações* (formações culturais) e não em termos de entidades e agregações de entidades (indivíduos, grupos corporativos e sociedades). Essa é uma visão essencialmente *cultural*; sistemas sociais são sistemas de *ações*, não de *seres* como tais [...]” (tradução nossa; itálicos do autor)

6 Os padrões semióticos de representar, agir e ser são, respectivamente, denominados discursos, gêneros e estilos.

É nesse sentido que a noção de ideologia proposta por Giddens (2009) se torna profícua. Para o autor, ela consiste em formas de significação que legitimam assimetrias de dominação, atendendo a interesses de grupos específicos em detrimento de outros. Assim, a ideologia atua como um meio de reificar aspectos da realidade, tornando *preferenciais* determinados discursos, gêneros e estilos, de modo a naturalizá-los e, assim, minimizar o risco da ação individual alternativa frente às formações semióticas.

O estudo das *ordens do discurso* perpassa, portanto, uma investigação em duas frentes: de um lado, dos padrões de recursos linguísticos semântico-discursivos, léxico-gramaticais e fonético-fonológicos ou grafológicos funcionalmente coesos e socialmente motivados; e, de outro, das redes de práticas sociais sob as quais dados eventos sócio-discursivos emergem, buscando compreender o papel da semiose no enquadramento e na constituição acional de tais eventos em termos da estrutura e das práticas sociais, ou seja, do ‘empírico’ em face do ‘actual’.

É por essa razão que Fairclough (2010) chama atenção para a necessidade de uma abordagem transdisciplinar de tal realidade. Entretanto, essa abertura, às vezes, viabiliza uma compreensão muito ampla da área, que parece carecer de contornos epistemológicos precisos. O próprio autor reconhece que o termo ACD tornou-se relativamente vago e ressalta a necessidade de se estabelecerem alguns critérios mínimos. Entretanto, essas afirmações não devem ser entendidas como regras, mas sim como orientações gerais em termos de procedimentos metodológicos:

1. It is not just analysis of discourse (or more concretely texts), it is part of some form of systematic transdisciplinary analysis of relations between discourse and other elements of the social process.
2. It is not just general commentary on discourse, it includes some form of systematic analysis of texts.
3. It is not just descriptive, it is also normative. It addresses social wrongs in their discursive aspects and possible ways of righting and mitigating them. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 10-11; grifo nosso)⁷

É especialmente no que se refere a esse segundo parâmetro que a Linguística Sistêmico-Funcional pode ser aplicada de modo válido para a análise discursiva. Passar-se-á, então, às considerações acerca desse referencial teórico.

Linguística Sistêmico-Funcional: parâmetros para uma aplicação no âmbito da ACD

Na perspectiva sistêmico-funcional, a língua é concebida como um sistema semo-genético, ou seja, um sistema capaz de criar significado (HALLIDAY, 2009). Além disso,

7 “1. Ela não é apenas uma análise do discurso (ou, mais concretamente, de textos), mas, sim, parte de alguma forma sistemática de análise transdisciplinar de relações entre o discurso e outros elementos do processo social.

2. Ela não é apenas um comentário geral sobre o discurso; ela inclui alguma forma sistemática de análise de textos.

3. Ela não é apenas descritiva, é também normativa. Ela se volta às distorções sociais em seus aspectos discursivos e a possíveis encaminhamentos para mitigá-las e resolvê-las” (tradução nossa).

ela é vista como um potencial de significado de caráter aberto e dinâmico, atuando como recurso tanto para a reflexão quanto para a ação (MATTHIESSEN, 2009).

O caráter dinâmico justifica-se na medida em que a língua é capaz de processar a mudança de acordo com o contexto ecossocial no qual ela é utilizada, propriedade essa que embasa seu traço de abertura, uma vez que as características e opções emergentes das novas demandas são passíveis de serem incorporadas ao sistema. O *status* de recurso reflexivo deriva, por sua vez, do seu potencial para a construção da experiência humana, tanto em termos do mundo físico, biológico, social e semiótico, quanto da experiência psicológica interior. Por fim, seu caráter acional encontra-se associado à sua capacidade de viabilizar o estabelecimento de relações sociais, a negociação de papéis discursivos e a interação entre os atores para a continuidade da *práxis*.

Nesse sentido, a teoria busca entender a língua tanto na sua realidade externa – como um sistema que refrata as demandas da ação social humana, respondendo a elas pelos ajustes sistêmicos paulatinos necessários para a viabilização dos processos de significação pretendidos pelos atores sociais – quanto na sua realidade interna – buscando examinar a estruturação linguística em termos de seu caráter estratificado, de sua organização metafuncional, de sua estruturação paradigmática e sintagmática e da sua configuração em termos da escala de instanciação.

Por tais razões, a perspectiva pode ser vista como um modelo de Linguística Aplicável (*Applicable Linguistics*). Matthiessen (2012, p. 436) define Linguística Aplicável como:

A kind of linguistics where theory is designed to have the *potential* to be applied to solve problems that arise in communities around the world, involving both reflection and action [...] it represents a way of relating theory and application as complementary pursuits rather than a thesis-&-antithesis pair destined to be in constant opposition [...].⁸ (destaque do autor)

Em consequência disso, uma proposta de Linguística Aplicável perpassa uma atitude de responsabilidade social, uma postura crítica diante da realidade, que possibilite que o modelo seja aplicado em áreas que viabilizem o empoderamento semiótico dos atores sociais, como na educação. É por essa razão que o viés intervencionista da teoria acompanhou o desenvolvimento da descrição linguística desde suas formulações iniciais.

Segundo Halliday (2009), são cinco os princípios que guiam as dimensões de organização que definem o sistema – a realização, a organização metafuncional, a organização paradigmática dos sistemas, a organização sintagmática das estruturas e a instanciação.

1. Realização: o princípio de realização encontra-se na base de todo sistema semiótico, governando a relação entre significante e significado. Ele está diretamente relacionado à organização estratificada entre língua e contexto e entre os componentes semântico-discursivo, léxico-gramatical, fonológico e fonético da língua, conforme a figura a seguir permite compreender:

8 “Um tipo de Linguística em que a teoria é construída para ter o *potencial* de ser aplicada para resolver problemas que emergem em comunidades ao redor do mundo, envolvendo tanto reflexão quanto ação [...] ela representa uma maneira de relacionar teoria e aplicação como metas complementares, em vez de tratá-las como um par tese-&-antítese destinado a estar em constante oposição [...]” (tradução nossa)

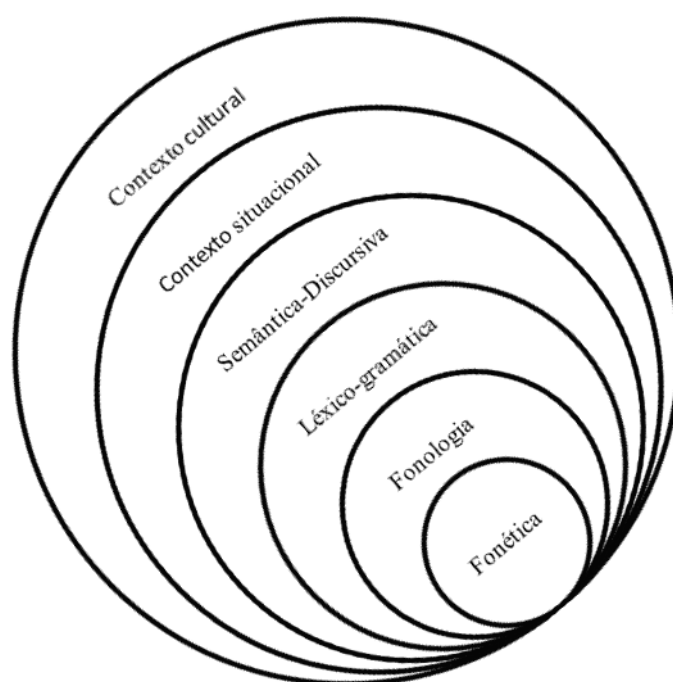


Figura 1. Níveis de estratificação da linguagem

Os dois níveis superiores do modelo são externos ao sistema linguístico, ao passo que os quatro níveis inferiores são internos. Dentre os estratos ou níveis internos, a Fonética e a Fonologia correspondem aos estratos do nível da expressão, enquanto a Léxico-gramática e a Semântica (ou Semântica-Discursiva) constituem os estratos do conteúdo.

Segundo Taverniers (2011), o contexto está ligado a ações (*doings*); a semântica, a significados (*meanings*); a léxico-gramática, a fraseados (*wordings; sayings*); e os níveis fonológico e fonético, a sons (*sounds*). O princípio de realização permite compreender um funcionamento dialético entre esses componentes, governado pela noção de metarredundância (LEMKE, 2005).

Segundo Lemke (2005), significados são construídos por dois tipos de padrões simultâneos: por um lado, padrões de relações entre um ato e outros atos que poderiam ter ocorrido no lugar daquele em dado contexto (*distinção paradigmática*) e, por outro, padrões de relações entre o ato presente e outros atos encadeados que ocorreram (e ocorrem), em sucessão, em dado contexto (*estruturação sintagmática*). Essas duas relações – que podem ser rotuladas, respectivamente, como *alternativas* e *combinações* – são construídas de modos diferentes em distintas comunidades e não são independentes uma da outra. Isso se deve ao fato de se tratar de padrões contextualizantes, responsáveis por orientar o ator social no que tange a quais combinações são mais prováveis ou viáveis em dado contexto diante das alternativas disponíveis.

A noção de redundância está ligada, portanto, à relação probabilística e previsível de conexão entre dois conjuntos de alternativas. Entretanto, a relação entre os níveis da expressão e conteúdo é distinta da relação entre os níveis do conteúdo e do contexto. Segundo Hasan (2009), a relação entre o contexto e o conteúdo é operada pela dialética entre ativação e construção (*construal*), de modo que a léxico-gramática constrói a semântica e esta constrói as opções contextuais, ao passo que o contexto ativa escolhas semânticas, que, por sua vez, acionam escolhas léxico-gramaticais, mediante o parâmetro de metarredundância.

No que tange ao campo da relação entre conteúdo e expressão, não se pode afirmar que a léxico-gramática ativa opções fonológicas nem que essas construam a léxico-gramática – as escolhas fonético-fonológicas apenas sinalizam (*signal*) as opções léxico-gramaticais.

Entretanto, é na relação entre conteúdo e contexto que a realização e a metarredundância operam de modo constitutivo, na medida em que o contexto enquadra as interpretações preferenciais de uma dada combinação de opções semióticas em face das alternativas vigentes, constituindo, assim, um ponto de articulação no que concerne à emergência de *formações semióticas*, responsáveis por definir expectativas psicossociais de ação. Assim, nota-se como a noção de realização e de metarredundância podem se articular para uma compreensão linguística e semiótica mais fina da formação das *ordens do discurso*, conceito central para a proposta crítico-discursiva.

2. Organização metafuncional da linguagem: são dois os principais fatores que estão associados à hipótese metafuncional da organização do sistema linguístico: de um lado, a própria noção de realização associada à de metarredundância, que prevê a dialética de construção e ativação entre os estratos do contexto e do conteúdo; e, de outro, a noção de que a língua se constitui em uma rede de recursos que viabiliza ação e reflexão.

Halliday e Matthiessen (2004) postulam que a evolução da língua, como um sistema dinâmico e aberto, está relacionada a seu papel intrínseco como recurso para a construção da experiência humana externa e interna e para a negociação de relações sociais e papéis discursivos. Esses dois modos complementares de construção de significado são denominados *metafunção ideacional* e *interpessoal* da linguagem. Além disso, um terceiro componente, a *metafunção textual*, é concebido como responsável por mapear esses significados entre si, relacionando-os ao contexto nos quais os significados são negociados. Tal função seria responsável por garantir a criação da tessitura (*texture*) – estrutura temática e informacional, além de coesão, coerência, foricidade, dentre outras possibilidades abaixo expostas.

Os significados construídos metafuncionalmente são organizados em redes de sistemas paradigmáticos e estão diretamente relacionados – via metarredundância – às características do contexto situacional, em primeiro lugar, e ao contexto cultural, em segundo lugar. Segundo Hasan (2009, p. 172), “the arguments for the recognition of the metafunctions rest on what is revealed by the analysis of language use in natural context”. Esse contexto, de caráter situacional, é definido por meio de três categorias – o *campo*, as *relações* e o *modo* –, considerados a matéria-prima para a organização metafuncional da linguagem. O quadro abaixo permite compreender as relações propostas:

Quadro 1. Organização metafuncional da linguagem: contexto, atividade e sistema

Metafunção	Ideacional	Interpessoal	Textual
Parâmetro contextual	Campo: refere-se à natureza da ação social, ao conjunto de atividades orientadas, em geral, a objetivos institucionais globais.	Relações: concerne à natureza da relação social entre os participantes da interação em termos de papéis assumidos e de diferença de poder.	Modo: diz respeito à canalização da comunicação, ao suporte comunicativo e à sua influência na construção semiótica.
Atividade	Oração como representação (língua como reflexão).	Oração como negociação (língua como ação).	Oração como mensagem (criação da tessitura).
Principais sistemas (Hasan, 2009)	TRANSITIVIDADE, REFERÊNCIA, EXPANSÃO, PROJEÇÃO, TEMPO SECUNDÁRIO.	MODO, MODALIDADE, TEMPO PRIMÁRIO, AVALIATIVIDADE, ENVOLVIMENTO.	TEMA, INFORMAÇÃO, FORCICIDADE, VOZ, CONJUNÇÃO.

Fairclough (2007), ao apresentar sua proposta de abordagem relacional do texto, propõe que a atividade discursiva acione três tipos de significado: o significado representacional, ligado à configuração de modos posicionados de se representar a realidade, ou seja, os *discursos*; o significado acional, relativo à formação dos *gêneros discursivos* – e, deve-se acrescentar, dos diversos componentes acionais, como os atos de fala –; e o significado identificacional, associado à construção semiótica de caracteres identitários, ou seja, à formação dos *estilos*.

Tais tipos de significado emergem da atividade semiótica humana nas práticas sociais e podem ser correlacionados às metafunções hallidayanas, embora tal associação deva ser realizada com ressalvas. Nas linhas de Fairclough (2007, p. 27),

Representation corresponds to Halliday's 'ideational' function; Action is closer to his 'interpersonal' function, though it puts more emphasis on text as a way of (inter)acting in social events, and it can be seen as incorporating Relation (enacting social relations); Halliday does not differentiate a separate function to do with identification – most of what I include in Identification is in his 'interpersonal' function. I do not distinguish a separate 'textual' function, rather I incorporate it within Action.⁹

A diferença principal entre as duas concepções reside no fato de que a proposta metafuncional sistêmico-funcional diz respeito à organização do sistema linguístico em si; em outros termos, consiste numa hipótese que postula tal organização como um princípio que governa a evolução, a mudança e o potencial de significado do sistema em resposta às demandas da ação prática humana em contextos localizados. Já a proposta de multissignificação de Fairclough abrange uma organização do texto enquanto prática sociosemiótica, orientada à compreensão dos mecanismos de coerção estrutural das ações sócio-discursivas e dos efeitos causais dos textos para a continuidade da *práxis*. Nesse sentido, embora possam dialogar – e, de fato, seja profícuo fazê-lo, uma vez que a multissignificação

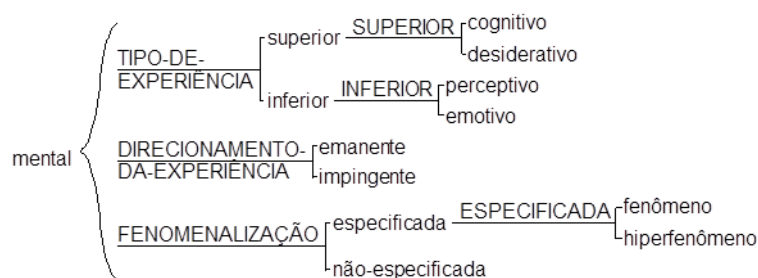
⁹ “A Representação corresponde à função ‘ideacional’ de Halliday. A Ação está mais próxima à sua função ‘interpessoal’, embora se enfatize o texto como um modo de (inter)agir em eventos sociais e se incorpore a Relação (instanciação de relações sociais). Halliday não diferencia uma função separada para a identificação – muito do que incluo no Identificação recai na sua função ‘interpessoal’. Eu não proponho uma função ‘textual’ separada; eu a incorporo à Ação.” (tradução nossa)

faircloughiana pode ser linguisticamente analisada por meio dos recursos oriundos das diferentes metafunções hallidayanas –, deve-se ter cautela ao se tentar justapô-las ou sobrepô-las – ou mesmo tratar de forma intercambiável os termos inerentes às duas propostas. De acordo com Matthiessen (2012, p. 451, tradução nossa), a abordagem crítico-discursiva parece estar “orientada em direção a uma funcionalidade extrínseca em vez de intrínseca”.¹⁰

De qualquer forma, os significados ativados na prática discursiva podem ser examinados mediante a rede de sistemas proposta pela LSF. O sistema de AVALIATIVIDADE – no âmbito do interpessoal – assim como o de TRANSITIVIDADE – concernente ao ideacional –, por exemplo, são recorrentemente utilizados para embasar análises sistemáticas da construção de representações sociais e do estabelecimento de poder.

3. Organização sistêmica e estrutural: a LSF preconiza que as relações linguísticas se efetuam em dois eixos: o paradigmático e o sintagmático. O primeiro é responsável pela configuração da língua em sistemas de opções, organizados pelo princípio da *delicadeza* ou *refinamento* (*delicacy*), ao passo que o segundo modela a língua em estruturas, organizadas a partir de níveis (*ranks*). Entretanto, é o caráter paradigmático, ou seja, sistêmico que permite a atribuição de valor – ou seja, de significado – à estrutura.

Tome-se como exemplo o esquema abaixo, que apresenta um recorte do subsistema de processos mentais, no âmbito da transitividade¹¹:



O sistema anterior apresenta, simplificada, a rede de opções associada aos processos mentais em língua inglesa, que também pode ser aplicada, com algumas ressalvas, à língua portuguesa.¹² O primeiro elemento à esquerda consiste na *condição de entrada* do sistema. Nesse sentido, sua seleção implica que o falante proceda a novas escolhas relativas ao processamento paradigmático dessa entrada, tal qual se pode depreender pelo arranjo sistêmico. Em outros termos, caso o ator social construa um processo mental, tal seleção deverá abarcar, simultaneamente, três domínios – o Tipo de Experiência, o Direcionamento da Experiência e a Fenomenalização –, dentre os quais uma nova opção é selecionada. Essa nova escolha, em cada um dos “ramos” do sistema, pode atuar como condição de entrada para um novo grau de explicitação de opções, ou seja, um novo grau de *refinamento* ou *delicadeza*. O *refinamento* diz respeito, portanto, a diferentes conjuntos de opções léxico-gramaticais que constroem diferenças de significado, relativas, no caso, à construção da experiência interna humana. Tal sistematização consiste no aspecto paradigmático da organização linguística.

10 No original: “[...] oriented towards extrinsic rather than intrinsic functionality”.

11 A presença do hífen na esquematização consiste em uma exigência do *software* UAM Corpus Tool, com o qual o sistema foi desenhado.

12 Para maiores detalhes acerca dos processos mentais em língua portuguesa, consultar Figueiredo (2011).

Entretanto, tais valores paradigmáticos são atualizados em estruturas organizadas por níveis, que atuam sintagmaticamente. Tomem-se, como exemplo, dois enunciados extraídos de duas cartas do leitor publicadas na *Folha de S. Paulo*, em janeiro de 2013, acerca da tragédia ocorrida em Santa Maria:

- (1) Só posso pensar que a razoabilidade dessas pessoas estava em férias e deixou a inconsequência em seu lugar. (*Folha de S. Paulo*, Painel do Leitor, 28.01.2013)
- (2) A tragédia de Santa Maria enlutou o Brasil. (*Folha de S. Paulo*, Painel do Leitor, 01.02.2013)

No primeiro exemplo, o grupo verbal *posso pensar* atualiza um processo mental que seleciona os traços *superior:cognitivo, emanente e especificada:hiperfenômeno*.¹³ Tal seleção é instanciada de forma sintagmática: (*Experienciador*) + *Processo Mental* + *Hiperfenômeno*.¹⁴ Entretanto, tal ordem não necessariamente precisa ser seguida, muito menos todos os elementos devem estar explícitos na estrutura, conforme o exemplo permite observar. Nesse caso, o *Experienciador* encontra-se omitido, uma vez que pode ser depreendido da morfologia verbal – primeira do singular “eu”.

No segundo exemplo, o grupo verbal *enlutou* instancia um processo mental com os traços *inferior:emotivo, impingente e especificada:fenômeno*. A estrutura sintagmática selecionada é: *Fenômeno* + *Processo Mental* + *Experienciador*.

Note-se que, no caso, o *Experienciador* é o sintagma nominal *o Brasil*, representativo da nação como um todo, sobre o qual a voz autoral impõe um sentimento negativo ligado à *infelicidade*, que atinge, de forma categórica, o conjunto de *experienciadores*, agrupamento no qual o leitor-ideal, provavelmente, se integra, numa possível tentativa autoral de criar identificação. Estas últimas considerações, entretanto, já fogem ao escopo da língua como recurso para a *construção da experiência*, ou seja, ao aspecto ideacional do significado e já passa a tratar da construção de relações sociais, no âmbito do poder e da solidariedade, e, portanto, já abrangem o domínio da metafunção interpessoal. Tal entrelaçamento é constitutivo da linguagem, de modo que cada enunciado pode se tornar objeto de uma análise multiestratificada e multifuncional ligada ao potencial sociosemiótico de reflexão e de ação viabilizado pela língua. Nesse sentido, a LSF apresenta um referencial teórico que permite apresentar categorias analíticas pertinentes para uma análise discursiva sistemática orientada para a construção de sentido.

4. Instanciação: segundo Martin e White (2005, p. 23),

Whereas realisation is a scale of abstraction, involving the recoding of one pattern of meanings as another [...], instantiation is a scale of generalization, involving our perspective on inertia and change – are we trying to stand back and get an overall picture of what is

13 Sinteticamente, o caráter *emanente* ou *impingente* diz respeito à experiência mental interna que, no primeiro caso, parte do *experienciador* em direção ao *fenômeno* e, no segundo caso, às experiências que atingem o *experienciador*, tendo como partida o *fenômeno*. A Linguística Cognitiva (LANGACKER, 2007) trata essa diferença a partir das noções de marco (*landmark*) e trajetora (*trajector*). Hiperfenômenos referem-se a atos, fatos e ideias projetadas pelos processos mentais.

14 O objetivo é apenas demonstrar o entrelaçamento das estruturas e dos sistemas na construção discursiva. Não se fará uma análise pormenorizada de todos os recursos atualizados no nexos oracional. Apenas serão apontados os elementos pertinentes à estrutura e ao sistema dos processos mentais.

going on or are we standing right up close, microscopically subsumed in the deconstruction of an instance, or are we somewhere in between?¹⁵

Nesse sentido, a escala de instanciação está relacionada ao caráter não dicotômico entre texto e sistema, entre instância e potencial. Trata-se apenas de perspectivas diferentes, uma vez que a língua é ativada por meio de textos, ou seja, por meio de seu uso real, instancial.

Tal domínio é central para a compreensão da atividade discursiva, na medida em que as *formações semióticas*, ao favorecerem determinados padrões de *discursos*, *gêneros* e *estilos*, associados a fatores contextuais sócio-históricos, estão, na verdade, limitando – e, simultaneamente, facilitando – a instanciação de modos significativos e socialmente ratificados de agir e refletir. A formação de regularidades semântico-discursivas está, portanto, diretamente relacionada à escala de instanciação.

Conforme já se expôs, práticas sociais consistem em fatores de contextualização centrais para que determinadas combinações de padrões semióticos tornem-se significativas diante de alternativas de construção de sentido, de modo a ratificar determinados padrões estruturalmente coercitivos de agir, representar e ser semioticamente, formando *ordens do discurso*. Tais *ordens do discurso*, por sua vez, agrupam um conjunto de *gêneros*, *discursos* e *estilos*, contraditórios e complementares, em contínua confrontação interna e também externa, no que tange a outras ordens do discurso, cada qual com padrões *preferenciais* e *permitidos* de configuração. Entretanto a ação prática humana está constitutivamente associada a um contexto não só sócio-histórico e cultural, de onde as restrições e facilitações anteriores advêm, mas também a um contexto situacional, uma coordenada espaço-temporal marcada por um determinado *campo*, certas configurações de *relações* e um dado *modo* de textualização. Tais coerções situacionais, contextualizadas pela *ordem do discurso*, impõem um novo filtro à prática semiótica, condicionando, em termos probabilísticos, a seleção de determinados padrões *preferenciais* no seio de cada gênero, estilo ou discurso.

Observando, entretanto, do polo da atividade individual, ou seja, da perspectiva do ator social, a produção textual envolve, primariamente, objetivos comunicativos, alcançados por meio da *performance* sociosemiótica em termos de um contexto situacional e de um contexto sócio-histórico. O ator social integra uma multiplicidade de instituições, conhece uma diversidade de gêneros, estilos e discursos e não necessariamente se comporta, passiva e complacientemente, em relação àquilo que é esperado em dada situação comunicativa. Em outros termos, o ator social pode sempre realizar novas articulações discursivas que coloquem em “risco” a parametrização *preferencial* de dada ordem do discurso. Nesse sentido, modos de ser, agir e representar estão sempre sob confrontação, o que instabiliza e torna fluido o condicionamento probabilístico dos padrões linguístico-discursivos – metafuncionalmente organizados e multissignificativamente engendrados – a eles associados, podendo acarretar mudanças na configuração das *formações semióticas* e, em última instância, na própria configuração das redes paradigmáticas de delicadeza sistêmica.

15 “Enquanto a realização é uma escala de abstração, envolvendo a recodificação de um padrão de significado em outros [...], a instanciação é uma escala de generalização, envolvendo nossa perspectiva em termos de inércia e mudança – estamos tentando nos colocar distantes para obter um quadro geral do que está ocorrendo ou estamos nos colocando próximos ao objeto, voltados a uma desconstrução microscópica da instância, ou ainda estamos em algum lugar intermediário?” (tradução nossa)

O que se deseja esclarecer, nessa exposição teórica sobre a noção de instanciação, é que, para que se possam descrever *gêneros, estilos e representações*, e, posteriormente, *ordens do discurso*, é necessário enfrentar a realidade da instanciação como faceta constitutiva da relação entre língua e texto. É pela apreensão de padrões ligados, primeiramente, ao polo instancial e, assim, sucessivamente, até o polo sistêmico/potencial, que se torna possível detectar os modos estruturais de coerção da formação de significados, considerando a metarredundância como princípio organizador de tais relações.

O quadro abaixo sintetiza, de modo simplificado, o exposto:

Quadro 2. Graus de instanciação inerentes à ordem social e à ordem semiótica

Ordem semiótica	Língua	Ordens do discurso	Registros ¹⁶	Tipos textuais ¹⁷	Texto
Ordem social	Estrutura Social	Prática Social			Evento social
Grau de instanciação	<i>Potencial (abstrato)</i>	<i>Subpotencial</i> ←————→ <i>Real generalizado</i>			<i>Real/Instancial (concreto)</i>

Considerações finais

Este artigo pretendeu, primariamente, examinar a possível convergência teórica entre a ACD e a LSF no que se refere à abordagem dos padrões interdiscursivos e semióticos que compõem as *ordens do discurso*. Para isso, procurou-se ressaltar o papel das escalas de realização e de instanciação, além da organização metafuncional da linguagem no que concerne à configuração multissignificacional do uso linguístico, tal qual propõe Fairclough (2007).

Nesse sentido, embora os estudos crítico-discursivos tenham nascido em sintonia com o desenvolvimento da abordagem sistêmico-funcional, desenvolvimentos e ramificações pertinentes a cada um desses métodos e teorias têm levado ao surgimento de aproximações e afastamentos, o que não impede o diálogo; pelo contrário, incentiva-o, especialmente pelas semelhanças no que tange ao enquadramento do uso linguístico. Contudo, tornam-se necessários cuidados especiais no estabelecimento de convergências, como no citado caso da associação direta e irrestrita da noção de multifuncionalidade inscrita na linguagem e de multissignificação viabilizada pela prática discursiva.

Além disso, deve-se ter em mente que a LSF propõe-se como uma teoria de Linguística Aplicável, ao passo que a ACD, especialmente na visão de Fairclough (2010),

16 Há, na teoria, uma certa divergência no que tange à concepção de registro. Para Hasan (2009), o registro é uma estrutura potencial, um subpotencial semântico-discursivo de realização de uma configuração contextual, ligado, portanto, à ordem de uma semiótica denotativa, posição de que se compartilha neste artigo. Para Martin e White (2005), o registro configura-se nos valores que as variáveis de campo, relações e modo assumem em dado evento social, ou seja, ligado a uma ordem semiótica conotativa. Em termos mais sintéticos, a noção de registro em Martin parece equivaler, grosso modo, à noção de configuração contextual de Hasan.

17 A noção de tipo textual em LSF difere da noção proposta por Adam (2011) e refere-se a padrões instanciais metafuncionalmente orientados, como as posturas (stances). Exemplos de tais padrões podem ser encontrados em Martin e White (2005) e Gonçalves Segundo (2011).

configura um campo inter/transdisciplinar de estudos voltados às relações sociais no que tange à aplicabilidade da semiótica. Nesse sentido, a ACD pode valer-se da LSF, dentre outras teorias, como ferramenta para a análise textual. A ACD não visa a desenvolver um aparato teórico para a descrição de sistemas linguísticos propriamente ditos.

Por fim, deseja-se ressaltar as palavras de Fairclough (2010), no que se refere à nova agenda da ACD para momentos de crise, e destacar o potencial papel da LSF para o seu cumprimento.

O autor assinala que os estudos em ACD poderiam contribuir para uma análise, de ênfase semiótica, no que concerne à “proliferação de estratégias, ao conflito estratégico, à dominação de certas estratégias e à sua implementação na transformação social”¹⁸ (FAIRCLOUGH, 2010, p. 19, tradução nossa), destacando quatro fontes de estudo:

1. A emergência de discursos: trata-se de pesquisas que buscam investigar os discursos que emergem em tempos de crise, as estratégias utilizadas para viabilizá-los, o seu alcance social e as maneiras pelas quais eles representam eventos e ações, justificando e legitimando determinadas práticas e visões de mundo, além do exame das articulações que dão origem a tais discursos. Nesse aspecto, a LSF pode atuar no sentido de viabilizar a análise das representações de ações e eventos, permitindo compreender seu valor estratégico, especialmente no que tange à sua associação com as variáveis de poder e solidariedade, enfocando o entrelaçamento entre Transitividade e Avaliatividade.

2. As relações entre diálogo, contestação e dominação interdiscursiva: abrangem pesquisas que buscam examinar o diálogo de resistência ou complacência entre discursos, mostrando como alguns ganham proeminência e como outros ficam marginalizados. Assume importância, nesse campo, o estudo das estratégias retóricas e das formas de mobilização da audiência, por meio de recursos que enfatizam a construção de autoridade, credibilidade, identificação, intimidade, passíveis de serem analisadas por meio da estruturação retórica dos textos e dos padrões da metafunção interpessoal, com destaque à Avaliatividade e ao Envolvimento.

3. A recontextualização de discursos: abarca pesquisas que buscam analisar como os discursos hegemônicos atravessam fronteiras entre práticas sociais, atingindo escalas locais, nacionais e globais. Nesse sentido, estudos orientados à apreensão de padrões gerais de organização multimodal e linguística podem contribuir para examinar as diferenciações e o modo de apropriação de determinadas avaliações e representações em outras instâncias e instituições. As variáveis da metafunção textual assim como da multimodalidade e, novamente, o reenquadramento ideacional e interpessoal podem constituir-se em categoriais importantes de análise.

4. A operacionalização de discursos: envolve pesquisas que mostram em que condições os discursos são engendrados em gêneros e inculcados em estilos, atentando para os modos pelos quais o discurso pode contribuir para a transformação social. A noção de instanciação, realização e metarredundância podem ser valiosas para estudos voltados a essa correlação.

¹⁸ No original: “[...] proliferation of strategies, strategic struggle, the dominance of certain strategies, and their implementation in social transformations”.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 373 p.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2007. 270 p.

_____. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. 2nd ed. Harlow: Longman Applied Linguistics, 2010. 591 p.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Critical realism and semiosis. In: FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. 2nd ed. Harlow: Longman Applied Linguistics, 2010. p. 202-222.

FIGUEREDO, G. P. *Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues*. 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GONÇALVES SEGUNDO, P. R. *Tradição, estabilidade e dinamicidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. 2011. 447 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HALLIDAY, M. Methods – techniques – problems. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (Org.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum International, 2009. p. 59-86.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. *Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Hodder Arnold, 2004. 689 p.

HASAN, R. The place of context in a systemic functional model. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (Org.) *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum International, 2009. p. 166-189.

HODGE, R.; KRESS, G. *Language as ideology*. 2nd ed. London/New York: Routledge, 1993.

LANGACKER, R. Cognitive Grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.

LEMKE, J. *Textual politics: Discourse and Social Dynamics*. London: Taylor & Francis, 2005.

MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MATTHIESSEN, C. Ideas and new directions. In: HALLIDAY, M.A.K.; WEBSTER, J. (Org.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum, 2009. p. 12-58.

_____. Systemic Functional Linguistics as applicable linguistics: social accountability and functional approaches. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 28, n. esp., p. 435-471, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502012000300002>> Acesso em: 27 set. 2013.

TAVERNIERS, M. The syntax–semantics interface in systemic functional grammar: Halliday’s interpretation of the Hjelmslevian model of stratification. *Journal of Pragmatics*, n. 43, p. 1100-1126, 2011.

WODAK, R. Do que se trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.

Publicidade e discurso: uma leitura sobre as relações de poder e a individua(liza)ção do sujeito

(Advertising and discourse: a reading on the power relations and individua(liza)tion of the subject)

Renata Corrêa Coutinho

Centro de Artes e Letras – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

renatacorreacoutinho@gmail.com

Abstract: This paper presents some reflections on the empirical object we take as a constituent of our doctoral studies in development at Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria: advertising discourse was shown on television in Brazil for sale car, since that is where we observed the interpellation of the subject as an individual and the individua(liza)tion of the subject as responsible for their choices and their path in life, such as proposes Haroche (1992) and Orlandi (2005) about the contemporary subject.

Keywords: discourse analysis; advertising discourse; interpellation of the subject.

Resumo: O presente trabalho apresenta algumas reflexões que estamos realizando em torno do objeto empírico que tomamos como constituinte do arquivo de nosso estudo de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria: o discurso publicitário audiovisual veiculado no Brasil para venda de automóveis, uma vez que nele observamos a interpelação do sujeito em indivíduo, ou seja, a individua(liza)ção do sujeito posto como responsável por suas escolhas e seu destino, tal qual propõe Haroche (1992) e Orlandi (2005) acerca do sujeito contemporâneo.

Palavras-chave: análise de discurso; discurso publicitário; interpelação do sujeito.

Algumas sinalizações iniciais

A reflexão que ora apresentamos se constrói a partir dos pressupostos teóricos da análise de discurso francesa iniciada por Michel Pêcheux na década de 1960 e ressignificada no Brasil pelos trabalhos de Eni Orlandi, entre outros pesquisadores. Assim, buscamos mobilizar algumas noções caras à Análise de Discurso (AD) para, em um gesto de interpretação, pensar alguns sentidos possíveis que se apresentam no discurso publicitário audiovisual veiculado no Brasil para venda de automóveis.¹

Para consecução deste estudo, elegemos a noção de arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 51), assim delimitamos um recorte temporal do ano de 2012 por ser esse o período em que iniciamos nossas pesquisas; desde então, nosso trabalho tem se dado em um *movimento*

¹ Segundo o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira (edição que compreende informações do período 1957-2011), se contrapusermos comparativamente o número de automóveis produzidos, veremos que inicialmente somavam 1.166, enquanto na atualidade totalizam 2.519.389 carros, o que para nós indica que, para além do crescimento da indústria automobilística, há “proporcionalmente” o crescimento da indústria da propaganda de automóveis, a qual constitui o objeto da tese que desenvolvemos junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). Informação consultada em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

pendular, como afirma Petri (2010, p. 123), um movimento de idas e vindas da teoria para o *corpus*, do *corpus* para o arquivo, do arquivo para a teoria, e assim sucessivamente, para a construção de um dispositivo teórico e analítico satisfatório. Diante disso, nosso arquivo deverá passar ainda por recomposições para que possamos constituir o *corpus* de análise sobre o qual realizaremos a leitura discursiva a que nos propomos em nossa tese. Todavia, para este estudo, realizamos um recorte de duas publicidades audiovisuais (o comercial,² intitulado “Respeitável”, feito para a divulgação do carro Fiat Linea, e o comercial “Procura-se”, realizado para Honda New Fit) a partir das quais mobilizamos as noções de sujeito, de formações imaginárias e as categorias de identificação, desidentificação e contraidentificação do sujeito que nos possibilitam compreender os efeitos de sentido possíveis produzidos, uma vez que interessamo-nos por pensar a publicidade como materialidade discursiva que produz efeitos de sentido entre locutores, tal como proposto pelos estudos pecheutianos.

Inicialmente, para a realização deste artigo, selecionamos como objeto empírico as duas publicidades audiovisuais³ mencionadas. Justificamos nossa escolha pelo fato desses dois filmes publicitários anunciarem automóveis que pertencem a um mesmo nicho de mercado⁴ se consideramos os valores médios praticados,⁵ ou seja, pelo fato de existir uma equivalência entre os valores de venda de ambos, entendemos que há, portanto, uma estratificação de público que potencialmente se interessaria pelo produto reunindo condições financeiras para adquiri-lo – o que em termos mercadológicos denomina-se demanda.⁶

Queremos ainda ressaltar que a escolha dessas materialidades audiovisuais atende a outros critérios previamente definidos, tais como a veiculação ter se dado no ano de 2012, no Brasil. Como parte integrante de nossa tese de doutorado em desenvolvimento no PPGL/UFSM, o *corpus* em análise deverá ainda se recompor a partir da somatória de outros filmes publicitários de automóveis que apresentem regularidades conforme as mencionadas.

E assim, buscamos neste trabalho, tecer algumas reflexões preliminares a partir dos objetos empíricos que mencionamos, a fim de lançarmos sobre eles nosso olhar a respeito das regularidades que se apresentam sob a forma de um discurso publicitário a partir do funcionamento da linguagem que põe em relação aos sujeitos e sentidos na língua, afetados pela história.

Apontamos os procedimentos teórico-analíticos da AD como aqueles que procuram “ver o sentido como o *possível* (não preenchido), sendo assim uma abordagem crítica da

2 Eventualmente utilizaremos também a denominação comercial, já que esta é amplamente utilizada pelo mercado publicitário para fazer referência à peça publicitária criada para rádio, cinema ou televisão (SAMPAIO, 2003, p. 331).

3 Veiculadas na televisão, atualmente as publicidades em questão encontram-se disponíveis no YouTube, um *site* para carregamento e compartilhamento de vídeos: <<http://www.youtube.com/>>.

4 Segundo Stringhini (2007, p. 330), nicho de mercado é entendido como um grupo definido de pessoas, menor que o segmento de mercado, cujos participantes podem estar à procura de uma especial combinação de benefícios.

5 Fiat Linea de R\$ 52.000,00 a R\$ 63.000,00 //Honda New Fit de R\$ 47.000,00 a R\$ 62.000,00.

6 O mesmo que procura; [Economia] Quantidade de um bem ou de um serviço que o mercado ou um **conjunto de consumidores quer comprar**, por oposição à oferta. = DEMANDA in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=demanda>>. Acesso em: 25 nov. 2012 (grifo nosso).

ideologia”, a qual se sustenta no imaginário e nas relações discursivas, ou seja, no político. Logo, temos a ideologia entendida não como dissimulação, mas como “*interpretação do sentido (em uma direção)*”, como o “preenchimento, a saturação, a completude que produz efeito da evidência, porque se assenta sobre o mesmo, o já-lá” (ORLANDI, 2012, p. 72).

Portanto, adotamos como princípio básico que todo o dizer é ideológico visto que não há discurso sem sujeito e que este está submetido à ideologia. Embora os sentidos do dizer pareçam evidentes, estes se constituem como resultantes de um processo em que o sujeito, inscrito em diferentes formações discursivas, se pensa origem de seu dizer tomando para si palavras que só fazem sentido porque se encontram inscritas na história, num já dito, pois “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas”, conforme afirma Orlandi (2005, p. 42).

Mas afinal o que é o discurso publicitário?

Antes de ponderarmos sobre a possibilidade e a tentativa de estabelecer qualquer conjectura a respeito do que entendemos ser o discurso publicitário, devemos dizer que, etimologicamente, a palavra discurso tem em si “a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”. Analisar o discurso, nessa acepção, é, portanto, observar o homem falando, a língua fazendo sentido em seu trabalho simbólico de significação (ORLANDI, 2005, p. 15).

É pela linguagem em funcionamento que se dá o processo de significação, pois segundo Guimarães (2005, p. 54) “a linguagem não remete às coisas do mundo mas a uma construção que a linguagem faz destas coisas”, daí a noção de simbólico. O discurso é ainda o “lugar de contato entre língua e ideologia”. Assim, a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência, pela sua historicidade (GUIMARÃES, 2005, p. 66).

Embora existam inúmeras outras áreas dos estudos da linguagem que buscam estudar os diversos discursos circulantes na sociedade, é a partir de Pêcheux (1993 [1969]) que o discurso passa a ser definido como “efeito de sentidos entre locutores” e nessa premissa passam a se assentar os estudos que buscam compreender e explicitar o processo de produção de sentidos das e nas diferentes materialidades discursivas, estudos aos quais nos filiamos.

Nossa leitura da publicidade – tomada como uma prática discursiva veiculada nos meios de comunicação no *sentido de divulgação* de um produto, marca, empresa ou serviço – a partir do que Debray (apud PÊCHEUX, 2012, p. 89) afirma ser a *língua de vento* a qual sustenta uma política imaginária do performativo,⁷ isto é, remetendo ao mesmo tempo “a cada um e a ninguém” numa “ordem do parecer em que os gestos e as declarações substituem as práticas”, é constituída por enunciados que se constroem a partir das formações imaginárias que o sujeito-locutor⁸ (empresa anunciante contratante de uma agência para a elaboração do anúncio) tem a respeito do sujeito-interlocutor⁹ (a audiência imaginada).

7 Quando *dizer* equivale a *fazer*.

8 (Quem sou eu para lhe falar assim?).

9 (Quem é ele para me falar assim?).

Ainda que toda tentativa de definição seja redutora porque busca categorizar, agrupar, nivelar um dado acontecimento, recorreremos à noção do que entendemos se configurar em discurso publicitário, não pelo fato de buscarmos uma homogeneidade, mas por nele encontrarmos regularidades que operam como um mecanismo de naturalização da ideologia capitalista a partir de evidências discursivas que se afirmam em poder-ter-ser mediante o consumo sugerido.

Consideramos a publicidade, um dos modos de discursivizar da sociedade que permite ao analista de discurso pensar os efeitos de sentidos ao atravessar o efeito de literalidade desses dizeres para investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito, no equívoco, na falha e na materialidade, trabalho da ideologia (ORLANDI, 2005). Pois como afirma Petri (2006, p. 9):

É pelo discurso que se luta para que a sintaxe – enquanto superfície – não seja tomada como “plana”, perfeita e bem delimitada, pois a cada aparição o discurso se revela como uma forma de sedução, na qual os efeitos de sentidos entre os interlocutores podem sempre ser outros.

Para pensarmos o discurso publicitário, consideramos que este se inscreve em determinadas formações discursivas definidas como parte de uma formação ideológica dada, ou seja, “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica que determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43). Desse modo, o sentido que se produz não existe em si, visto que está determinado pelas “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”.

Na publicidade, podemos pensar as posições ideológicas dicotomicamente postas entre aqueles que realizam o dizer (sujeito-locutor: empresa anunciante que contrata uma agência para a elaboração do anúncio) e aqueles para quem a mensagem é projetada (sujeito-interlocutor: audiência imaginada). Tal prática discursiva só se manifesta porque há uma antecipação das relações de força e de sentido que se constituem imaginariamente numa representação do outro.

De acordo com Orlandi (2005, p. 40), há aqui um “jogo imaginário que preside a troca de palavras” em que estão imbricadas as imagens da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim?) e do objeto do discurso (do que ele me fala?). Essas posições discursivas – produzidas pelas formações imaginárias – são as responsáveis pelo ajustamento dos dizeres segundo os objetivos pretendidos.

Podemos nos questionar a respeito da posição ocupada pelo(s) sujeito(s) que cria(m) a publicidade ao desempenharem a função de porta-vozes dos interesses da empresa. Submersos ao aparato político-institucional de uma agência de publicidade, esse grupo de profissionais realiza uma espécie de escrita coletiva a partir de um amontoado de informações provenientes daquele que paga a conta (o anunciante), mas também deles próprios que “interpretam” o mundo a “sua” maneira, mobilizando e organizando dizeres já ditos, pois há em todo dizer um já-lá (ORLANDI, 2005).

Desse modo, apresentamos nosso gesto de leitura a partir de um recorte do nosso *corpus* de análise constituído pelos comerciais dos automóveis Fiat Linea¹⁰ e Honda New

10 Comercial disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JrXmHHkncFI>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

Fit.¹¹ Salientamos ainda que, por se tratar de uma reflexão preliminar sobre um fragmento do arquivo que comporá nossa tese, destacaremos apenas dois recortes que correspondem ao áudio dos dois comerciais de automóveis já mencionados. Sendo assim, nossa análise não incidirá nesse momento sobre o conteúdo visual das publicidades, mesmo sabendo que, devido a essa escolha que fazemos neste momento, poderemos fragmentar os efeitos de sentidos advindos de nossa leitura inicial.

Respeitável¹²

O primeiro recorte refere-se a um comercial que, muito embora tenha sido realizado para “vender as qualidades” de um automóvel fabricado pela Fiat, descreve fundamentalmente os atributos estéticos e pessoais de um jovem “homem de negócios” que busca ser respeitado na atualidade. Vejamos:

Coisas que deixam você com uma cara mais respeitável: terno, gravata, barba feita, óculos, sentar na cabeceira, viajar, falar outra língua, estar em forma, ser pontual, caneta, um anel, ler, gola engomada, um gesto, perfume, um hobby, abotoadura, cinto, cabelo branco, um toque, um lenço, cartão de visita, uma rubrica, cultura, um prato francês, sapato...
Linea na garagem. Linea 2013, um sedan de respeito.

Já determinado pelas condições de produção, esse discurso se fundamenta como sendo esse o protótipo padrão almejado pela sociedade. Constituído pela ideia principal de que todos buscam respeito, o comercial enumera diversas qualificações de alguém que mereça desfrutar da qualidade de respeitável. Tomado como atualização de uma memória, o enunciado reforça a dicotômica separação social ao referendar os inúmeros qualificativos daquele que pretende ser importante.

Vemos aqui o sujeito interpelado em indivíduo posto como responsável pelo respeito que venha a adquirir – aliás, respeito aqui é tão só mais um atributo adquirível. O sujeito é ao mesmo tempo dono de si e dos rumos de sua vida, posicionado como responsável por seu futuro a partir de um mecanismo de individualização do sujeito pelo Estado (HAROCHE, 1992). Como afirma Petri (s.d., p. 71) a respeito do “sujeito moderno capitalista”: um sujeito “assujeitado à ideologia dominante, afetado inconscientemente pelos saberes próprios de uma determinada Formação Discursiva, na qual se inscreve prioritariamente”.

Produzindo outros sentidos, trazemos como exemplo de deslizamento metafórico a substituição de “respeitável” por “não respeitável”, o que implica na associação contrária a todos os elementos descritos, de modo que a ausência de “terno, gravata [...] e Linea” corresponde a pensá-lo como indivíduo fracassado (indivíduo porque individualizado pela publicidade em “você”). Contrapomos a presença de respeito, condicionada à posse de atributos estéticos/pessoais, à ausência desses que fazem funcionar sentidos corriqueiramente atrelados à formação discursiva mercadológica capitalista.

Žižek (2011, p. 42), ao descrever a era contemporânea como aquela que frequentemente se proclama pós-ideológica numa “prova suprema de que, mais do que nunca, estamos imbuídos na ideologia”, aponta como indicador dessa situação as apropriações

11 Comercial disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-_EC5qnsewg>. Acesso em: 20 nov. 2012.

12 “respeitável: 1. Digno de respeito. 2. [Figurado] Grande, formidável, importante” in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=respeitavel>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

liberais. É o que nos parece ocorrer com a ideia de respeito/respeitável, uma “operação ideológica exemplar” de apropriação liberal/capitalista que atribui sentidos outros ao que em condições de produção diversa poderia significar uma conduta comportamental específica ou um modo de se portar frente à sociedade ou alguém. Nessa apropriação temos *respeito* como característica adquirível, mais um dos inúmeros produtos disponíveis no mercado de consumo.

Tomando ainda a palavra *respeito*, apresentamos alguns sentidos dicionarizados¹³ que nos ajudam a pensar outras leituras possíveis: 1) apreço, consideração, deferência; 2) acatamento, obediência, submissão; 3) medo do que os outros podem pensar de nós = receio, temor.

Pensada a condição histórica atual como integrante de uma formação discursiva mercadológica capitalista, a palavra *respeito* aparece significada dentro dessa ótica aludindo a forte oposição existente entre respeitados e desrespeitados, autônomos e submissos, admirados e desprezados, adorados e odiados, enfim, dominantes e dominados, em um sentido de competição que está cristalizado em nossas atividades cotidianas e “sugere que a dimensão ideológica está intrinsecamente inserida na realidade, sendo destilada por ela como um traço necessário de sua própria estrutura” (JAMESON, 1996, p. 281).

A publicidade não é palco de conflitos. Para Vestergaard e Schorer (2000, p. 129) “muitos anúncios, tomados individualmente, funcionam ao nível do devaneio. Mostrando gente incrivelmente feliz e fascinante, cujo êxito em termos de carreira ou de sexo – ou ambos – é óbvio”. Desse modo, o conflito entre as Formações Discursivas (FD) não aparece, já que os dizeres inscrevem-se na FD mercadológica (ocupada pela posição sujeito locutor) enquanto a FD consumidora (posição sujeito interlocutor) está ausente do dizer, apenas projetada como representação imaginária.

A posição sujeito locutor¹⁴ se institui como autoridade que “toma posição com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade” – “lhe é atribuído o encargo pelos conteúdos colocados” (PÊCHEUX, 2009, p. 198); sua voz exerce o poder de sugerir práticas sociais que enlevam o sujeito submetido à condição utópica de sujeito livre numa relação de interpelação.

O fato de ocupar a posição sujeito interlocutor,¹⁵ entretanto, não subtrai a responsabilidade que lhe é imputada, pois,

[...] todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável”. (PÊCHEUX, 2009, p. 198. Grifo do autor)

13 “respeito” in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=respeito>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

14 Quem sou eu para lhe falar assim? Fabbrica Italiana Automobili Torino (FIAT), a marca italiana de automóveis, nascida no berço da arte renascentista, lugar ref(v)erenciado no mundo da moda e das artes plásticas.

15 Quem é ele para me falar assim? Há o embotamento ideológico de que se refere a Alguém a quem devo ouvir, visto que como colonizados pela Europa podemos ainda atribuir sentidos que remetem à indústria detentora da marca Ferrari, que desde 1899 desenvolve carros para o mercado europeu. “fiat” in *Wikipedia* [em linha], 2012. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/FIAT>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

Diante da interpelação, os sujeitos podem identificar-se, desidentificar-se ou contraidentificar-se. Há identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina quando há conformação, aceitação em relação à “realidade e seu sentido sob a forma da universalidade – o mundo das coisas”, ou seja, “o sujeito realiza seus efeitos em plena liberdade” (PÊCHEUX, 2009, p. 199).

Nesse sentido, a publicidade sempre se apresentará como algo a que se deve estar identificado sob pena de se colocar à margem dos sentidos e da sociedade aquele que (in)voluntariamente a ela se desidentificar. Se a desidentificação vista nessa ótica exclui, afasta do “socialmente desejável”, a contraidentificação vem representar a contestação ao posto, aos sentidos estabilizados. Contraidentificar-se é nessa acepção, refugiar-se na margem oposta, colocando-se a atravessar as águas turvas e agitadas da correnteza que desestabilizam os sentidos de ser respeitável como aquele que para sê-lo efetua a operação corriqueira de poder-ter-ser.

Procura-se¹⁶

Reatualizando a memória da reconhecida fórmula americana consagrada nos filmes de *western*¹⁷ e posteriormente incorporada aos primeiros anúncios publicitários publicados em formato de classificados nos jornais brasileiros, observemos o segundo recorte feito a partir do comercial desenvolvido para o Honda¹⁸ New Fit intitulado “Procura-se”.

Eu tô procurando alguém que seja: camarada, bem humorado, que goste de crianças e de animais. Que não seja egoísta. Seja carinhoso. Seja educado. Que ajude os outros. Apaixonado. Se você é do bem, gente boa, enfim, se você é uma pessoa legal... Quer ser meu dono? New Fit 2012: legal porque é a cara dos donos.

Narrado em primeira pessoa por uma voz infantil, o comercial em questão poderia facilmente ser tomado como um apelo emotivo de quem procura um amigo, uma família ou ainda um dono (se imaginássemos tais dizeres como oriundos de um animalzinho de estimação). A associação com o produto carro só é possível na frase final em que há a inserção do nome do anunciante e pelas imagens que ancoram o dizer durante os 30 segundos (tempo de duração do filme).

Mesmo (aqui) desvinculado da imagem que contribui para a leitura de sentidos outros, o enunciado nos intriga pelo fato de antropomorfizar um automóvel significando-o como o responsável pela escolha. Não é o dono quem escolhe o carro, mas é este quem define as características relevantes para aquele que pretende ser o seu proprietário. Em nossa análise, correspondemos tal ação ao que Žižek (2011, p. 55) denomina de “hedonismo espiritualizado”, já que, ao comprar e consumir, fazemos algo significativo, de tal modo que “a ideologia surge como seu oposto, como *não ideologia*, como âmago de

16 Verbo procurar na terceira pessoa do singular acompanhado do pronome **se**, que atua **como índice de indeterminação do sujeito**. “**Procurar**: 1. Fazer diligência por encontrar; buscar; investigar. 2. Desejar. 3. Pretender. 4. Indagar. 5. Tentar, diligenciar. 6. Escolher.” In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=procurar>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

17 Os filmes americanos de *western* frequentemente apresentam, no decorrer de sua narrativa, cartazes com a inscrição *wanted* sinalizando a existência de um sujeito “fora-da-lei” que deve ser capturado pelas autoridades locais, comumente representadas na figura do xerife.

18 Marca japonesa que inicia suas atividades em 1948 com a produção de motores e motonetas – o primeiro carro seria produzido somente em 1963. No Brasil inicia suas atividades em 1971 (REBOUÇAS, 2008).

nossa identidade humana para além de qualquer rótulo ideológico” (ŽIŽEK, 2011, p. 43. Grifo do autor).

O deslocamento da ideia de escolha – é o objeto que escolhe o sujeito – evidencia o assujeitamento do sujeito, individualizado e interpelado em “se você é do bem [...], se você é uma pessoa legal” logo deverá tomar a decisão de optar pela marca. Ou seja, não escolher o carro implica numa desidentificação a “ser do bem” e “ser legal”. O não dito ecoa de modo a sugerir novamente a operação poder-ter-ser, porém neste caso entendemos que há um deslocamento nessa proposição em ser-ter-poder. Em que a condição do ser “Eu tô procurando alguém que seja” implica necessariamente a condição de ter (o carro) que é provocada pela resposta afirmativa possível à questão “se você é uma pessoa legal... Quer ser meu dono?”.

A interpelação se dá também na identificação plena com a ideologia, reconvocada ao término do enunciado “New Fit 2012: legal porque é a cara dos donos” – numa relação simbiótica em que o carro se parece com o dono e o dono se parece com o carro. Nele, vemos sustentado a não possibilidade de desidentificação do sujeito, tal que, conforme dissemos anteriormente, desidentificar-se, nessa acepção, é colocar-se à margem dos sentidos propostos pelo expediente da sociedade de consumo.

Considerações pontuais

Nossas observações preliminares nos levam a alguns aspectos que queremos destacar: a interpelação do sujeito pela publicidade ocorre na medida em que as duas Formações Discursivas são postas em relação não de conflito, mas de controle/sujeição numa reprodução das condições de produção do modo capitalista: a FD mercadológica (ocupada pela posição sujeito locutor, a marca anunciante) se institui como autoridade que projeta seu dizer para uma representação imaginária da FD consumidora (posição sujeito interlocutor).

Interpelado em indivíduo, particularizado na publicidade em “você”, o sujeito é “convocado” a apresentar-se como identificado a FD dominante sob pena de se colocar à margem da sociedade. A essa injunção, a desidentificação e a contraidentificação são possibilidades que a publicidade sinaliza como inadequadas nos anúncios tomados como recorte. Embora silenciada, a pergunta que nos fazemos a partir de nossas reflexões é **quem não quer ser respeitável e legal?**

Entretanto, a injunção da identificação plena aos valores anunciados nas publicidades só pode ser concretizada mediante o consumo dos produtos Fiat Linea e Honda New Fit; a condição de ser respeitável é consequência da aquisição de uma série de atributos narrados no comercial, dentre os quais está o automóvel, o mesmo objeto mítico que é capaz de agir como o centro irradiador também da bondade, do bom humor e da condição de ser legal, ser “do bem”, conforme sugere também um dos filmes publicitários analisados.

Mais uma vez como nos ensina Pêcheux (2009, p. 198), diante da interpelação somos sujeitos colocados como autores, responsabilizados por nossos atos e palavras. Somos todos “sujeitos-responsáveis” determinados pelas formações ideológicas e discursivas em cada prática na qual nos inscrevemos. Ainda que nos pensemos livres, a AD nos oferece a possibilidade de realizar novas leituras que nos mostram que em todo o discurso as relações de poder e o político estão em funcionamento.

REFERÊNCIAS

COMERCIAL Respeitável: Fiat Linea. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JrXmHHkncFI>> Acesso em: 20 nov. 2012.

COMERCIAL Procura-se: Honda New Fit. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-_EC5qnsewg>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CONTEÚDO aberto. Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conteúdo_aberto&oldid=15696001>. Acesso em: 5 dez. 2012.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 25 nov 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. (Org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Foi 'propaganda' o que você disse?. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PETRI, Verli. *Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60*. Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da UFSM, Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

_____. Por um acesso fecundo ao arquivo. *Letras*, n. 21, Santa Maria, RS: UFSM, 2010.

_____. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 13/14, [s.d.].

REBOUÇAS, Fernando. História da Honda. *Infoescola*. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/multinacionais/historia-da-honda/>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STRINGHINI, João. *Dicionário Stringhini* – dicionário de termos e expressões em marketing. Porto Alegre: Sul Editores, 2007.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. Tradução de João Alves dos Santos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva

(Critical analysis of the presidential speech: social cognitive approach)

Renata Palumbo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)
Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)

rpalumbo_07@ig.com.br; renata.palumbo@fmu.br

Abstract: In this paper, we investigated the presidential discourse in order to observe the metaphors used to maintain a public image of credibility, from the concept of political morality. The speech of the ex-president Luiz Inácio Lula da Silva was analysed, which was given to Brazilian society and chiefs of state or government at the 4th Global Forum on Corruption, in Brasilia, June 2005. The theoretical discussion was based on studies of Charteris-Black (2011), van Dijk (2010), Fairclough (2009), Chilton (2004), Lakoff e Jonhson (1980, 1999, 2003).

Keywords: Critical Discourse Analysis; social cognitive interface; political speech; conceptual metaphor.

Resumo: Neste artigo, investigamos o discurso presidencial, a fim de observar as metáforas utilizadas para a manutenção de uma imagem pública de credibilidade, a partir do conceito de moralidade política. Foi examinado o discurso do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, direcionado à sociedade brasileira e a alguns chefes de Estado e de governo, no 4º Fórum Global de Corrupção, em Brasília, em junho de 2005. A discussão teórica fez-se a partir dos estudos de Charteris-Black (2011), van Dijk (2010), Fairclough (2009), Chilton (2004), Lakoff e Jonhson (1980, 1999, 2003).

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; interface sociocognitiva; discurso presidencial; metáfora conceptual.

Introdução

A legitimidade de representar um país, dada a um presidente da República, é monitorada e avaliada por várias instâncias em diversos momentos de seu mandato, fazendo com que haja especificidades em termos de estratégias discursivas, utilizadas por esse político. Esse monitoramento ocorre devido ao fato de haver diferentes interesses entre os que compõem seu público – sujeitos de seu país e do exterior – e pela razão de seus pronunciamentos estarem atrelados a um processo interacional amplo e complexo, no qual estão envolvidas relações de poder de ordem nacional e também global.

Nessas práticas interacionais, o político busca fazer que o outro crie ou mantenha certas representações cognitivas sobre aquilo que é evidenciado no discurso, uma vez que tais imagens mentais regulam o que as pessoas falam, pensam e como elas agem na sociedade. Assim é que ocorrências linguísticas, como as de sentido metafórico, evidenciam alguns aspectos de dada situação e atenuam outros, em um processo detrás do qual existem interesses múltiplos de assegurar modos de entender os comportamentos do grupo político dominante e de conduzir a julgamentos específicos. É nesse sentido que nos debruçamos sobre o entrelace entre discurso, prática social e sociocognição, entendendo que as construções

mentais de situações, de pessoas etc. fazem parte de uma relação de força feita pelo homem e para o homem, o qual, como agente político, a elas recorre para determinados fins.

Em especial, convém ainda destacarmos que, nesse processo de dar sentido ao mundo político, “a metáfora conceptual” (LAKOFF; JOHNSON, 1980), ao mesmo tempo, constitui e é constitutiva desse universo discursivo socialmente delineado. Metáfora e discurso político, logo, fundam-se, possibilitando a articulação de emoções, de crenças, de valores e a associação de saberes diversos, que operam como interface entre os sujeitos e a instância política.

A partir dos pressupostos apresentados, investigamos as seleções lexicais do pronunciamento do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, no 4º Fórum Global de Corrupção, ocorrido em Brasília, em 2005, de modo a examinar as estratégias utilizadas para a manutenção de sua imagem pública de credibilidade, a partir do conceito de moralidade política.

A discussão teórica constituiu-se por estudos sobre: metáfora conceptual e moral política (LAKOFF; JOHNSON, 1980, 1999, 2003), usos da metáfora conceptual no discurso político como forma de controle social (CHARTERIS-BLACK, 2011), discurso político e, em específico, presidencial (CHILTON, 2004; MONTERO, 2009), interface discursivo-cognitiva e relação entre discurso e poder (VAN DIJK, 2010, entre outros).

Discurso político e prática social

De acordo com Chilton (2004), a ação política varia conforme a situação específica em que os participantes estão engajados. Do ponto de vista micro, política pode ser considerada tanto cooperação – como ocorre nas práticas e nas instituições sociais que têm por objetivo resolver interesses de classes a respeito de dinheiro, de influência, de valores etc. – quanto disputa de dominação, conflitos de interesse entre grupos.

No conceito micro de política, que pode ser entendido como política diária, incluem-se os discursos dos cidadãos em protestos, em apresentações de propostas cívicas e em outros tipos de manifestações e de reuniões. Isso significa afirmar que grupos sociais – quando se manifestam em busca por direitos sociais, raciais etc. – elaboram discursos os quais também podem ser vistos como políticos, pois a situação social assim o determina.

Já em seu sentido macro, a política pode ser considerada uma disputa estabelecida entre indivíduos que almejam, por um lado, alcançar ou manter um poder e, por outro, resistir a ele. No extremo macro da política, em que se insere o *corpus* deste trabalho, existem instituições políticas do Estado, nas quais há normas concernentes à constituição, aos códigos civis e criminais, a partir das quais os políticos estão engajados com o propósito de alcançar o poder dominante e nele se manter. Os discursos dos indivíduos ou das instituições das quais eles vêm, nesses casos, têm caráter oficial e servem como interface, ou seja, tornam públicas, de certo modo, algumas informações do espaço político dominante, que é reservado à minoria.

Para Montero (2009), os discursos institucionais e os diários, dos cidadãos, constroem o tecido social e, por tal razão, não se pode separá-los, a não ser por conta dos objetivos de uma análise discursiva, em que se torna necessário constituir um *corpus* de pesquisa. Nessa direção, nossa atenção está voltada, especificamente, aos discursos da política em seu sentido macro. Discutimos a respeito do discurso político, entendendo-o não como

um gênero discursivo, mas como uma classe de gêneros pertencente a um domínio social, tal como já destacaram van Dijk (2010) e Aquino (2003).

Nesse viés, nas práticas políticas (macro), circulam discursos estabilizados relativamente. Existem debates, entrevistas, pronunciamentos, entre outros, nos quais normas e interesses compartilhados inscrevem-se e são evidenciados por meio de seleções linguísticas diversas organizadas nos discursos. Assim, a política envolve diversos gêneros discursivos elaborados para interesses específicos e, em todos eles, apresenta-se discussão, principalmente, pelo fato de haver a tentativa de um grupo controlar ações e/ou mentes de outros. Tal prática pode ser considerada um “poder social” (VAN DIJK, 2010), organizado e institucionalizado por um escopo social específico.

A respeito dos contextos situacionais da política (sentido macro), sabe-se, como mencionamos, que o fazer político implica o uso estratégico da linguagem, pelo qual grupos constroem realidades discursivas na tentativa de alcançar, de manter e de sustentar um poder, quer seja de um Estado, quer, por exemplo, de um órgão internacional. Para que esses propósitos sejam atingidos, de acordo com Charteris-Black (2011), o político necessita elaborar discursos, por meio dos quais ele possa orientar uma imagem de si, de seu grupo e de suas propostas de tal modo que seu público passe a confiar em seus projetos e em sua capacidade de executá-los. Por conta disso, é possível dizer que a construção do ser confiável, digno de crédito, pauta-se por condições específicas da prática política, em que há necessidade de negociação, de acordo e, principalmente, em sistemas ou contextos democráticos, do consentimento da maioria.

Tais práticas discursivas dos políticos podem ser compreendidas como um exercício legitimado, uma vez que, além de elas serem regidas por normas institucionais, são credenciadas por um escopo social que atribuiu poder e *status* a esses políticos para que eles possam falar e agir em nome dos interesses de um grupo. É, portanto, a partir do momento em que se adquire esse reconhecimento, que um indivíduo tem direito de participar de determinados espaços de discussão.

Nesse viés, visando ao lugar da governança, cada qual utiliza as possibilidades de comportamentos discursivos de que dispõe de modo estratégico. Em razão disso, os discursos políticos são dinâmicos e, geralmente, dizem mais do que aparentam, pois criam olhares diversos sobre situações do mundo, isto é, são práticas que moldam a realidade empírica e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela. Portanto, é a partir dessa malha de relações de poder – tecida por palavras e por comportamentos específicos – que os políticos propõem programas, justificam decisões, criticam posturas e ideias adversárias para autopromover a si e conseguir o apoio dos cidadãos ou de outros grupos sociais e políticos.

Estabelece-se, pois, um jogo em que há tentativas diversas de persuasão e de sedução, formuladas e reformuladas conforme a ação e a reação de determinados públicos e das situações interativas nas quais os discursos são produzidos. Uma arena da linguagem inserida nas redes complexas da vida política e social. A despeito dessa complexidade da vida social, Fairclough (2009, p. 503) propõe que a “prática social (por exemplo, a propaganda de mercadorias, a educação secundária) é uma articulação de elementos analiticamente diferentes, não discretos, mas interligados dialeticamente, de maneira que cada um deles internaliza os outros”.¹

¹ Tradução livre. No original: “práctica social (e.g. la propaganda de mercancías, la educación secundaria) es una articulación de elementos analíticamente diferentes los cuales, no obstante, no son discretos sino que están interconectados dialécticamente, de manera de cada uno de ellos internaliza a los otros”.

Assim, podemos dizer que a vida em sociedade consiste de uma rede interconectada de práticas diversas em campos de certo modo distintos, mas internalizados, como da economia, da educação, da mídia etc., e entendemos que a política (macro) envolve e é envolvida por todos eles. Nessa acepção, é, pois, um sistema aberto, de constante formação e transformação, cujas ações, ao mesmo tempo em que se estabilizam relativamente, diversificam-se por conta de estabelecerem constante diálogo com as mudanças sociais e por essas práticas serem produtos de uma rede de relações múltiplas entre indivíduos, a qual se (re)define no escopo social multifacetado.

Quanto a essa diversidade de situações instauradas no campo da política, pode-se afirmar que os políticos estabelecem relações diversas com o cidadão, seu parceiro principal, a partir da imagem que eles criaram a respeito deste e dos propósitos específicos que motivam comportamentos textual-discursivos. O discurso recebe ajustes, e as estratégias discursivas, portanto, são conduzidas a partir do que se presume estar acordado com as expectativas daqueles a quem o político dirige seu discurso.

Nesse viés, consideramos que, no campo político, a atividade discursiva consiste de tentativas de possibilitar aos interlocutores a compreensão do que se diz por meio de um recorte avaliativo, a partir do qual se torna viável atribuir verossimilhança àquilo que se propõe estar ou não correto em termos de propostas ou de comportamentos a respeito daqueles que compõem o grupo político sobre o qual se fala.

Além disso, parece-nos significativo salientar que, quando um discurso político é público, isto é, quando o cidadão tem possibilidade de entrar em contato com ele, os grupos políticos, consecutivamente, também têm acesso à instância cidadã e sobre ela tentam influir. Com isso, queremos dizer que se trata de um efeito (um parecer) de acesso à instância política, pois o que se apresenta é o produto de reuniões de planejamento restritas, de pouca circulação – como as de gabinete. Para van Dijk (2010), o alcance do acesso, bem como o que pode ser acessado, é uma tentativa de controle e implica um poder legitimado.

Assim sendo, podemos considerar o discurso e os eventos elaborados para sua divulgação como ações para fins políticos. A partir disso, embora outros falares legitimados sirvam de interface entre a instância política e a cidadã – como o midiático, o didático, os do cotidiano etc. – não se pode negar a influência do discurso (do) político na construção do conhecimento correspondente à instância política em si e àqueles que dela fazem parte. Além do mais, o que ocorre na política (macro), isto é, o evento em seu estado bruto, é selecionado, recortado e constituído em realidades discursivas, as quais podem encaminhar maneiras diversas de compreender tais eventos, conforme o olhar do locutor e o diálogo entre o discurso deste e seus interlocutores.

De fato, o que ocorre é mais do que isso. Acreditamos existir uma interface discursivo-sociocognitiva atrelada a esse processo de fazer que o outro compreenda, de modo específico, o que ocorre na política (macro) e se torne disposto a aceitar determinados posicionamentos. Para discutir tal pressuposto, recorreremos aos estudos sobre cognição política de van Dijk (2010), relacionando-o às questões discursivas já apresentadas.

Interface discursivo-sociocognitiva

Partimos do pressuposto de que conduzir o outro a ver determinada situação a partir de um viés específico corresponde ao produto do entrelace entre conhecimentos velhos e novos – que são ativados durante o delinear do discurso – e associados às representações mentais sobre eventos políticos, que são socialmente partilhadas entre grupos e instituições. Para entender esse processo, torna-se necessário discutir a respeito da cognição política (VAN DIJK, 2010).

Nessa direção, van Dijk (2010) afirma que os políticos constroem modelos mentais de eventos comunicativos – representações subjetivas e avaliativas – correspondentes ao domínio da política (macro) e organizam seus discursos a partir da imagem que criam a respeito de si, dos outros participantes e da situação de interação em que se encontram. Essas representações mentais de eventos (ou modelos de eventos), no campo político, constituem-se por meio de algumas categorias, como consta do seguinte exemplo dado pelo autor (VAN DIJK, 2010, p. 221):

- domínio como um todo (por exemplo, a política);
- ação societal como um todo (legislação);
- situação corrente (hora, localização);
- circunstâncias correntes (projeto de lei a ser discutido);
- interação corrente (debate político);
- gênero discursivo corrente (discurso);
- os vários tipos de papéis sociais dos participantes (falante, MP, membro do Partido Conservador, branco, masculino, idoso etc.);
- as cognições dos participantes (metas, conhecimentos, crenças etc.).

Em diversas situações, os participantes necessitam ativar vários conhecimentos – os mais gerais associados aos específicos do evento em questão – os quais, ao mesmo tempo, orientam a elaboração do discurso e restringe-a. Além do mais, tem-se sugerido, conforme van Dijk (2010), que os gêneros discursivos são delineados contextualmente (modelos mentais de eventos) antes mesmo que textualmente.

De todo modo, podemos dizer que o discurso político, como os outros, define-se em termos contextuais (situacionais e cognitivos) e, estes, ao mesmo tempo, estruturam o agir em sociedade, regulam-no. Há, pois, uma interface discursivo-sociocognitiva entre o político e o evento de que ele participa, pela qual mundos discursivo-cognitivos são construídos a respeito dos agentes políticos e de suas ações, os quais são, de certo modo, percebidos e avaliados por aqueles a quem os discursos são dirigidos, tal como é o caso da instância cidadã.

De maneira geral, elaboramos a figura a seguir, a fim de ilustrar esse processo de construção de sentido do que é evidenciado no discurso político:

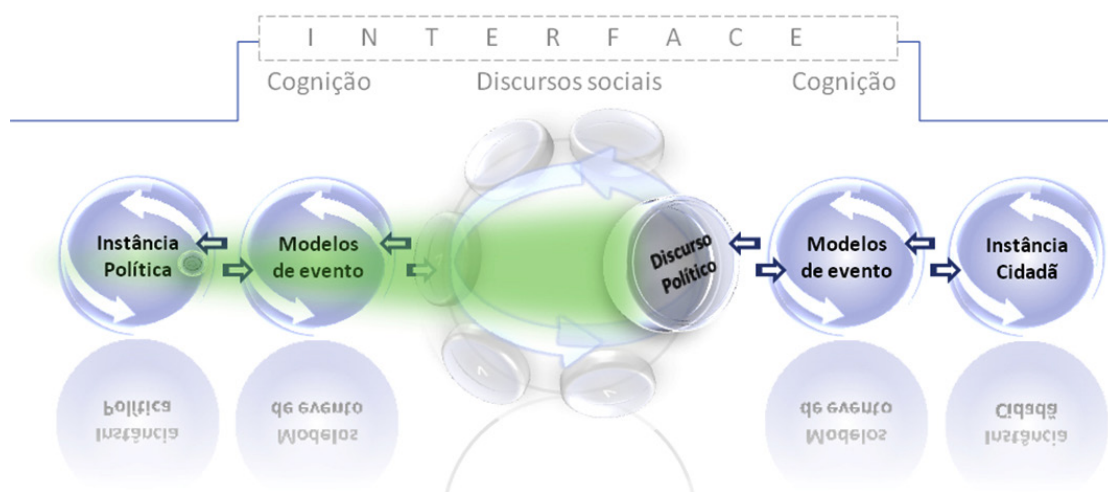


Figura 1. Interface discursivo-sociocognitiva do processo de construção de sentido

Na Figura 1, ilustramos a interface existente, em específico, entre a instância política e a cidadã, de modo a indicar que o modelo cognitivo de evento, constituído pelos políticos, regula a elaboração de seus discursos, bem como a construção de sentido dos discursos políticos por parte dos interlocutores também é regulada pelos modelos criados e compartilhados no momento da interação. Nesse processo de dar sentido ao que ocorre na instância política, representações mentais estão imbricadas na dimensão pragmática do campo político, em que determinados procedimentos discursivos são selecionados como forma de controle do que deve ser visto ou apagado a respeito do evento em seu estado bruto.

Ainda em relação à Figura 1, tendo em vista que o homem não possui acesso direto à realidade, uma vez que a relação que ele tem com esta sempre é mediada pelo discurso e por suas percepções constituídas cognitivamente, pode-se conceber que a prática discursiva do campo político se molda a essas imagens e, nessa inter-relação, atua como tentativas de modificar quer sejam contextos cognitivos, quer situações político-sociais. Nesse viés, na busca de apoio de um determinado público, o discurso de um político, e de seu grupo, concorre com as imagens pré-concebidas pelos interlocutores e, por tal razão, recorre-se a estratégias discursivas que, ao mesmo tempo, colaboram na constituição do discurso e no encaminhamento de olhares.

Ao assinalarmos o fato de que o discurso político está entrelaçado a um modelo de evento e é moldado a este e por este, tratamos também de conceber que um determinado recorte (como indicado na Figura 1), específico da instância política, corresponde a uma escolha do político e de seu grupo a respeito do que deve ganhar destaque publicamente e de que maneira isso deve ser visto. Trata-se de buscar que o outro crie ou mantenha certas representações cognitivas sobre aquilo que é evidenciado no discurso, uma vez que tais imagens mentais regulam o que as pessoas falam, pensam e como elas agem nas interações sociais.

Fairclough (2009) afirma que certas representações de práticas sociais estão internalizadas na maneira como as pessoas interagem uma com as outras pelo discurso, isto é, suas atitudes discursivas são reflexivas, apoiam-se em modelos sociais já existentes, tal como ocorre nas ações governamentais e, em específico, salientamos, nos discursos presidenciais. Nas práticas políticas, por exemplo, entendemos que a atitude de evidenciar

alguns aspectos julgados negativos, ou mesmo atenuar outros, consiste de um procedimento discursivo recorrente, detrás do qual existem interesses múltiplos de assegurar modos de ver e de entender o que se passa na instância política, de conduzir a julgamentos específicos e de criar representações sociais.

Na medida em que a leitura de certas práticas políticas for construída de acordo com a proposta enunciativa do político, delinear-se-á um caminho, no qual ele poderá alcançar ou manter determinados lugares em termos de poder político e, também, assegurar legitimidade. Assim, muito mais do que formular um discurso que atenda a um modelo de evento e à expectativa dos participantes, nesse processo, a negociação de sentido pode dar força à imagem pública do locutor e fazer que ele aja alicerçado pelos seus interlocutores.

É nessa direção que entendemos estarem as coisas por si só, para o homem, envoltas por palavras carregadas de intencionalidades diversas e, portanto, não estão soltas com sentidos fixos em dados espaços públicos de atuação humana. Elas fazem parte de uma relação de forças presente no discurso produzido pelo homem e para o homem, e este, como agente político, a elas recorre e as molda no discurso, para determinados fins.

A partir dessas considerações, assumimos o postulado de que o homem está atrelado ao discurso e à sua condição sociocognitiva. Assim é que se constitui a tessitura entre ação e reação sociocognitivo-discursivas, configuradas de modos diversos no jogo de relações de poder do homem político, em seu sentido amplo; e o discurso presidencial insere-se nesse processo, apresentando similaridades e singularidades.

Assim, quanto aos procedimentos dos discursos presidenciais, em específico, as considerações apresentadas fazem-nos crer que haja uma preocupação acentuada em termos de manutenção de um poder. Isso porque, se, por um lado, ele apresenta especificidades próprias do discurso político, assim como assinala Montero (2009, p. 351),

No discurso presidencial, destacam-se as condições próprias do discurso político, pois se pretende persuadir, mobilizar audiências e gerar emoções (tanto positivas quanto negativas). É possível também produzir alianças, adesões e lealdades em seus receptores em relação à figura emissora, e ainda ódios e desconfortos, já que pode comover, agitando as emoções e os sentimentos da audiência.

por outro, a condição – correspondente a qualquer prática discursiva – de ter de responder e de se ajustar a um contexto histórico-social faz que um presidente da República tenha de adquirir, de manter/reforçar, no mínimo, um duplo credenciamento: alicerçar sua legitimidade como chefe de Estado perante os cidadãos – haja vista que essa pode ser questionada pela sociedade – e garantir, como representante máximo de seu país, que este seja reconhecido no cenário internacional.

Salientamos, ainda, que os papéis sociais previstos nos modelos de evento e assumidos pelos políticos – candidatos, deputados, senadores, prefeitos, presidente da República etc. – bem como seus posicionamentos ideológico-partidários e suas coalizões consistem de fatores que trazem certas particularidades significativas na elaboração de seus discursos e no modo como os interlocutores dialogam com estes.

Pelo exposto, entendemos, mais uma vez, que o exame da atividade discursiva requer um olhar que vai além do discurso, que leva em conta as especificidades da conjuntura político-social da qual os políticos participam. Nessa acepção, nos vários encontros

ocorridos no campo da política, busca-se alcançar credenciamentos específicos que direcionam as formulações do discurso. Nesse processo, a metáfora está presente, como discutiremos a seguir.

Metáfora da moralidade: caminhos do discurso político

Pesquisas vêm demonstrando (CHARTERIS-BLACK, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011; MORENO, 2008; CHILTON; SCHÄFFNER, 2002, entre outros) diversas ocorrências de metáforas conceptuais em pronunciamentos feitos por políticos, entre eles, os chefes de Estado. Isso pode ser considerado um indício significativo de a seleção metafórica possuir força pragmática tanto por ativar modelos cognitivos compartilhados cultural e socialmente, quanto por despertar sensações e compreensões advindas da corporalidade, as quais utilizamos para entender aquilo que nos cerca, conforme os pressupostos da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC).

Nessa teoria, afirma-se que há um domínio-fonte, que consiste, geralmente, de um conhecimento oriundo de uma experiência empírica a partir do qual conceitualizamos metaforicamente algo pertencente a um domínio de outra natureza, e o domínio-alvo, aquele que construímos de maneira metafórica por meio do primeiro. Além disso, os estudos apontam para três tipos inter-relacionados de metáforas: *orientacionais*, em que existe orientação a partir de uma visão espacial (corpo/espço) e associação ao conceito de limite (espacialização); *ontológicas*, as quais ocorrem quando fenômenos de domínios abstratos são apresentados com limites, como é o caso da coisificação e da personificação; e *estruturais*, em que as correspondências entre domínios díspares caracterizam-se por serem complexas.

A fim de procedermos à discussão sobre os efeitos que a metáfora conceptual pode suscitar e como esses estão ligados às estratégias de controle societal do discurso político, observemos o seguinte segmento do pronunciamento do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no 4º Fórum Global de Corrupção, ocorrido em Brasília, em 7 de junho de 2005, atentando-nos às partes em destaque:

- (01) [...] *Tenho, ademais, uma biografia a preservar, um patrimônio moral, uma história de décadas em defesa da ética na política. Por isso, não iremos acobertar ninguém, seja quem seja que esteja envolvido. No dia de hoje, determinei aos ministros uma solução definitiva para os problemas envolvendo os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, resultando no afastamento dos diretores de ambas as instituições, sem prejuízo da continuidade das investigações. Digo que cortaremos na própria carne, se necessário. Sem prejulgar ninguém, e respeitando o direito a defender-se, que todo cidadão ou cidadã possui, não vamos vacilar um segundo na defesa do interesse da coisa pública.*

Consideramos que examinar a língua em uso é entendê-la como produto social, cujo papel de construção do conhecimento, de organização e de compreensão da sociedade é significativo. Ao mesmo tempo em que o falante toma para si o universo de uma língua e com ele constrói mundos discursivos, ele também é tomado por esse universo pré-constituído histórico e culturalmente. Isso quer dizer que o homem herda uma língua não neutra e, por meio dela, relaciona-se com a realidade empírica.

Na prática social, o discurso dialoga com outros e, nesse diálogo contínuo, é possível falar sobre objetos que já foram julgados e categorizados de um modo não rigidamente

estável, mas por algum motivo legitimado, reproduzido e propenso a ajustes, caso tais modificações sejam permitidas socialmente e estejam alinhadas aos propósitos enunciativos e aos lugares discursivos de um político que a elas recorre.

A metáfora também faz parte desse processo, a ele se funde, constitui e é constitutiva do universo dessa língua. Como herança das experiências de um ser social e histórico – que aprende consigo e com o outro – por meio dela, é possível atribuir sentidos ao mundo, na medida em que pensamento, emoção e sensação também mediam a relação estabelecida entre o homem e aquilo a que ele atribui sentido. E é por conta disso que boa parte dos brasileiros, a maioria provavelmente, compreenderia a formulação linguística “Digo que cortaremos na própria carne, se necessário”, enunciada no discurso proferido pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no 4º Fórum Global de Corrupção, em 2005.

A ideia de um só corpo, uma só carne, além de estar presente em discursos diversos, como no religioso, traz em si um conhecimento partilhado oriundo da experiência humana com seu próprio corpo, pelo qual a compreensão do sentido de unidade relacionado a Lula e ao PT é orientado. A tentativa de trazer para perto do público – cidadão brasileiro e políticos/empresários do exterior – uma imagem de um organismo, que pode não estar saudável, é um modo de dar sentido a uma determinada situação vista como um problema moral e apresentar uma solução possível: a mutilação de uma parte do corpo.

Nesse processo de construção de sentido, o conhecimento da dor é fundamental para a compreensão da afirmação da mutilação, do sacrifício. Essa, por sua vez, é uma maneira de promover o efeito de uma atitude dolorosa por parte de Lula: a de punir os petistas envolvidos, na época, nas denúncias de corrupção, se essas se comprovassem, como aconteceu sete anos depois, em 2012. Ao mesmo tempo, o conhecimento de outros discursos possibilita relacionar à ideia de sacrifício associada à história do Partido dos Trabalhadores (PT), crenças e valores pertencentes ao cristianismo, que é dominante no Brasil.

Seguindo nessa direção, temos que a formulação “a própria carne” dá a conhecer o encaminhamento de sentido privilegiado pelo viés da metáfora ontológica e da orientacional. Em relação à primeira, ela viabiliza, por meio da ativação de referência dupla – corpo humano, Partido dos Trabalhadores – a elaboração mental do Partido dos Trabalhadores associados pela noção de corpo. Assim é que uma experiência sensorial (primária), relacionada à dor é ativada e permite que o público entenda o que o político propõe como sentido a respeito da reação que Lula teria, se houvesse comprovação das denúncias de corrupção.

Já a metáfora orientacional pode ser examinada na seleção “própria”, de modo a permitir uma visualização espacial, em que Lula se apresenta como pertencente do partido PT, mesmo ao falar como chefe de Estado. Tal observação respalda-se no pressuposto de Lakoff e Johnson (1980), no qual se afirma que a visão de mundo (posicionamento) pode ser marcada no discurso por meio da ideia de orientação corpo e espaço.

Ainda a respeito do segmento (01), podemos afirmar que o político busca aproximar-se dos cidadãos brasileiros, permitindo que eles reconheçam os princípios morais do ex-presidente, que se mostra apto a agir de modo doloroso, caso as causas do acontecimento em evidência (corrupção) fossem relacionadas à atitudes inadequadas de algum membro do PT. Temos que o efeito de um dado acontecimento tem por base a ideia de

que todo ato conduz a uma sanção positiva ou negativa, que deve ser dada por alguém que possui o poder de agir e sancionar. Assim, no encaminhamento do discurso de Lula, ainda, pode-se afirmar que a maneira como ele sanciona atitudes de corrupção orienta o público a chegar a um juízo tanto ligado à recompensa do político quanto à punição dos culpados. Busca-se, a partir desse procedimento, por construir confiança e credibilidade, que são significativas para um político manter/alcançar legitimidade (CHARTERIS-BLACK, 2011).

Proceder a esse tipo de orientação consiste de pôr o público a par de situações e suas consequências, enviesadas axiologicamente, para que ele tome certas decisões, podendo, assim, ser utilizada para justificar comportamentos e, também, indicar posturas pelo viés da adequação ou da inadequação. Portanto, em razão de esse discurso ter sido elaborado em uma situação política de conflito, em que muitos relacionavam as denúncias de corrupção à figura do fundador do Partido dos Trabalhadores, construir o PT como um corpo e Lula como membro-cabeça, que detém o poder de decisão, é atitude que direciona à ideia de o ex-presidente agir de modo justo e estar ao lado do povo brasileiro, de seus direitos (“a coisa pública”). Temos, pois, o apelo à moralidade que fundamenta o posicionamento evidenciado.

Seguindo nessa direção, podemos dizer que metáforas postas em discurso possibilitam que se construam situações enviesadas de acordo com as normas de uma sociedade e com os interesses que estão em jogo. Isso porque o discurso político, em especial, o presidencial, tem também como finalidade construir relações de cooperação e de acordo com diversos grupos – governante/governo e cidadão, Estado e Estado etc. Instâncias sociocognitivas convencionais podem colaborar para esses propósitos, uma vez que encaminham maneiras de ver determinadas situações e certos agentes de tal modo que criam um efeito de a conclusão ter sido alcançada, especificamente, pelo público.

A seleção “patrimônio moral” (segmento 01), apresentada no discurso proferido por Lula, reforça tal pressuposto tanto pelo fato de o povo buscar um representante, cuja imagem construída deve estar alinhada a atitudes de cunho moral, quanto em razão de os políticos do exterior precisarem crer em seus aliados. É nessa direção que o pronunciamento segue, a fim de manter legitimidade, e a metáfora favorece esse encaminhamento por estruturar a noção de moralidade. Para Lakoff e Johnson (1999), o termo corresponde à ideia do bem viver humano, ou melhor, a sua preocupação com o que é melhor para viver bem. Muitos dos conceitos morais são fundamentados por metáforas oriundas da natureza de nossos corpos e das interações sociais. Isso quer dizer que nossas experiências, tanto com aquilo que nos provoca bem-estar, principalmente físico, quanto com a cultura historicamente constituída, orientam-nos a conceptualizar a moralidade, isto é, o viver bem.

Por conta disso, as pessoas preferem saúde à doença, liberdade à escravidão, força à fraqueza, ar puro em vez de contaminado, dominar do que ser dominado, entre outros. Os autores assinalam que (1999, p. 291), “uma vez que a maioria das pessoas acha melhor ter riqueza suficiente para viver confortavelmente do que ser pobre, nós não ficaríamos surpresos de encontrar que bem-estar é conceptualizado como riqueza”.² Um presidente da República, logo, deve promover a ideia de agir em prol daquilo que uma comunidade cultural privilegia como moralidade. Pelo menos, é isso que se espera de um chefe de Estado.

² Tradução livre. No original: “since most people find it better to have enough wealth to live comfortably than to be impoverished, we are not surprised to find that well-being is conceptualized as wealth”.

Desse modo, a moralidade está presente nos discursos políticos e seu emprego tem o papel de buscar identificação com o público, bem como sua aprovação. Lakoff (2002) observou a presença de metáforas pelas quais os políticos evocavam questões de ordem moral e detectou que, por exemplo, os políticos conservadores utilizam a ideia do Estado como pai de uma família tradicional, na qual ele cumpre o papel central de apoiar e de proteger os outros membros e, ao mesmo tempo, de definir regras, de oferecer compensações ou punições.

No caso do pronunciamento feito por Lula, a tentativa de fortalecer uma imagem de um representante que cuida dos interesses do povo, de seu bem viver, e que está disposto ao sacrifício também revela o uso da metáfora e do discurso como um meio de conseguir o controle de uma situação política, em uma tentativa de levar o público a identificar atributos morais, julgados essenciais à figura pública do ex-presidente. Essa afirmação coaduna-se com os pressupostos de Charteris-Black (2011), de que existe uma motivação social e política no uso da metáfora, tornando-se possível dizer que há propósitos específicos por detrás de sua utilização.

Assim, a metáfora posta no discurso possibilita a mobilização de saberes diversos – da experiência corpórea, de fatores culturais, sociais, históricos, éticos, morais – que se ajustam a cada situação de interação. Nesse viés, embora saibamos que a metáfora está presente em práticas da linguagem no campo político e sua ativação pode ser entendida como estratégica, como o discurso o é, parece-nos coerente afirmar que seu uso caracteriza-se por ser semelhante em termos de ativação e associação de alguns domínios-fonte, já que os políticos aprendem a proceder discursivo e linguisticamente por meio de suas experiências na prática política e recebem influência dos discursos do cotidiano. Ao mesmo tempo, entendemos que os efeitos promovidos por essas ativações são singulares, em razão de essas dialogarem com as condições específicas de produção, com as categorias do “modelo de evento” em questão (VAN DIJK, 2010).

A presença de formulações como as analisadas, em (01), leva-nos a conceptualizações inter-relacionadas como: GRUPO DE PETISTAS É UM CORPO, LULA É A CABEÇA DO CORPO, GOVERNO É UM CORPO, POLÍTICOS GOVERNISTAS SÃO PARTES DO CORPO, CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA. Dessa forma, entre as possibilidades de dizer, tal como ocorreu, o político pode fazer uso de nossas experiências corpóreas, para se referir e construir de maneira metafórica versões públicas de situações político-sociais e dos agentes que nelas estão envolvidos de modo a se aproximar do público; assim como também será possível observar nos próximos segmentos analisados.

Procedimentos de manutenção da imagem pública: a construção da corrupção como doença

Na sequência da análise do pronunciamento, debruçamo-nos sobre as etapas em que a corrupção é conceptualizada como doença. A partir da discussão teórica apresentada neste trabalho, examinamos a ordenação dos mecanismos discursivos do corpus e detectamos pistas de haver uma condução discursivo-cognitiva que está alinhada à promessa de “cortar na própria carne” (cf. subitem 02). Metáforas corpóreas entrelaçam-se, como podemos observar nos próximos segmentos.

Em (02), a corrupção é apresentada como um mal, uma chaga:

- (02) Meus amigos e minhas amigas, sei que vocês passarão alguns dias no Brasil, debatendo *esse assunto que é um mal, é uma chaga no mundo inteiro, mas que penaliza mais os países mais pobres do mundo*.

Conforme assinalamos anteriormente, o discurso político está entrelaçado a um modelo de evento (VAN DIJK, 2010) e é moldado a este e por este. Em situações diversas, a partir do que se constrói sobre elas, busca-se fazer com que um público crie ou mantenha certas representações cognitivas sobre aquilo que é evidenciado no discurso. Nessa acepção, em (02), ao proceder à associação de domínios díspares (política e corpo humano), evidenciam-se a noção de sofrimento e a do não cumprimento dos direitos humanos. Tal procedimento, portanto, conduz mais uma vez à ideia de um líder que preza pelo bem-estar de seu povo e que está disposto ao sacrifício.

Os próximos segmentos são indicativos do encaminhamento dado ao pronunciamento:

- (03) Eu não poderia concluir minhas palavras sem mencionar *fatos que já foram mencionados pelo representante do nosso querido Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que tem sido objeto de atenção pública nas duas últimas semanas, particularmente nos últimos dias*.
 Refiro-me à denúncia sobre corrupção que estaria afetando os poderes Executivo e Legislativo. Independentemente do uso político-eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, quero deixar claro que no meu governo, que o meu governo levará as investigações até as últimas consequências.
- (04) Por isso, jurei à Constituição do Brasil, por isso, *sou o principal guardião das instituições deste país. Estou plenamente confiante de minhas atribuições como primeiro mandatário e, como disse no meu discurso, como funcionário público número um do país*. Tenho, sobre meus ombros, responsabilidades que vão mais além da preservação das instituições. Sou o responsável maior pelos rumos de nossa economia e não esqueci, em momento algum, dos compromissos que assumi com mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras que me trouxeram à Presidência da República e, também, com todo o povo brasileiro.

Em (03), a formulação em itálico, “fatos que já foram mencionados pelo representante do nosso querido Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que tem sido objeto de atenção pública nas duas últimas semanas, particularmente nos últimos dias”, ativa conhecimentos, correspondentes às denúncias de corrupção no governo brasileiro. Pode-se examinar que tal situação poderia influenciar a imagem pública do governante e do governo, uma vez que teve repercussão internacional. Apresentar uma justificativa pública, portanto, era fundamental.

Mais adiante, em (04), o investimento recai sobre a manutenção da imagem do político. A maneira como ela é delineada no processo discursivo oferece-nos pistas de se tratar de uma estratégia de estabelecimento de controle sobre a situação em pauta (denúncia de corrupção relacionada ao governo brasileiro). Nessa acepção, as formulações “o principal guardião das instituições deste país”, “funcionário público número um do país”, “o responsável maior pelos rumos de nossa economia”, “o principal guardião” consistem de seleções lexicais as quais reforçam a ideia de um líder que vem cumprindo com suas responsabilidades. Podemos afirmar que é isso que se espera de um presidente da República: cumprimento de seus deveres e ação em prol dos interesses públicos. Por tal razão e pelo fato de o político ser o chefe do Estado brasileiro, há necessidade de optar por

aquilo que é viável assumir para si, a fim de criar condições para que o público reconheça atributos morais.

Conforme o postulado de Lakoff e Johnson (1999) já mencionado, os conceitos morais fundamentam-se por metáforas oriundas da natureza de nossos corpos e das experiências que as pessoas têm em várias interações sociais. Nessa direção, entende-se que a atitude de apresentar a corrupção como uma chaga corresponde a um procedimento por meio do qual se ativam experiências oriundas de sensações físicas. Assim, a ativação do domínio-fonte da corporeidade se repete, organiza informações e promove orientação a partir da qual o controle da situação pode ser alcançado.

Na sequência, observamos que o domínio-fonte do corpo humano continua sendo utilizado e associado à corrupção. Em (05), desloca-se a atenção para a situação mundial e mostra-se que existem posturas corruptas, cujas vítimas correspondem aos pobres. Já em (06), o político volta-se para o Brasil, dando a conhecer que a corrupção não consiste de um fato isolado. Observemos as seguintes formulações:

- (05) Meus amigos e minhas amigas, eu tenho viajado o meu país nesses últimos anos. Tenho viajado o mundo e, em todos os lugares que vou, a questão da corrupção é quase que uma doença incurável, parece incurável às vezes, uma doença que parece que ataca os mais pobres, porque a corrupção não prejudica os mais ricos. Ela prejudica sempre aqueles que mais precisam que o Estado possa lhes beneficiar com políticas públicas.
- (06) Estamos perto de acabar a corrupção? Certamente que não, porque ela é uma coisa crônica, ela está incrustada, muitas vezes, na alma; ela está incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto; ela está incrustada, muitas vezes, na impunidade que os corruptos sempre tiveram, na história deste país. São raros os casos, muitas denúncias, muitas manchetes, muitos discursos, e o resultado é pouco.

Em (05) e (06), observamos que a corrupção é construída da seguinte maneira: “quase que uma doença incurável”, “uma doença que parece que ataca os mais pobres”, “a corrupção”, “uma coisa crônica”, “incrustada, muitas vezes, na alma”, “incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto”, “incrustada, muitas vezes, na impunidade que os corruptos sempre tiveram”. Tais seleções lexicais metafóricas revelam o cenário discursivo criado para representar a situação de corrupção. O viés da doença mantém-se e permite que se criem sensações contrárias ao bem viver, em razão de se atribuir à questão características advindas de um organismo doente, de tal modo que se possa dizer que não há solução, uma vez que se categoriza a situação como crônica e quase incurável.

Levando-se em conta os pressupostos de Fairclough (2009) a respeito de o discurso ser uma atitude reflexiva apoiada em modelos sociais já existentes, entendemos que apresentar a corrupção como algo já existente e de difícil resolução – “ela é uma coisa crônica, ela está incrustada, muitas vezes, na alma; ela está incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto” – pode ser pista de um procedimento discursivo baseado em um modelo de política, em que se reconhece a pré-existência da corrupção.

Além do mais, a atitude de associar corrupção a uma doença que está na alma de algumas pessoas e que vitima “os mais pobres”, “aqueles que mais precisam que o Estado possa lhes beneficiar com políticas públicas” (segmento 05), corresponde a uma maneira de afirmar que a solução do problema não é fácil. Sugere-se, portanto, a dificuldade de se alcançar o que está na alma, o que é quase crônico ou mesmo incurável. Nessa direção, entendemos que se indica a possibilidade de agir com algo relacionado ao corpo e, dificilmente, com o que é da alma.

Conclusão

As análises permitiram-nos detectar, na ordenação do discurso, que houve associação entre o domínio da política e o do corpo humano. Tal procedimento pode ser entendido como um modo de aproximar algo que está distante de muitos e conceituar de maneira específica e avaliativa a corrupção, os políticos corruptos e os honestos.

As seleções metafóricas – GRUPO DO GOVERNO É UM CORPO, LULA É A CABEÇA DO CORPO, POLÍTICOS GOVERNISTAS SÃO PARTES DO CORPO, CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA – a partir das quais os políticos corruptos foram associados às partes doentes do corpo, e os honestos, à saudável, evidenciaram o sacrifício de Lula de ter de “cortar na própria carne”, de modo a possibilitar o estabelecimento de controle sobre a situação vista como problemática e imoral.

Além do mais, o procedimento de associar corrupção a uma doença que está na alma de algumas pessoas e que vitima “os mais pobres” corresponde a uma maneira de afirmar que a solução do problema não é fácil. Sugeriu-se, portanto, a dificuldade de se alcançar o que está na alma, o que é quase crônico ou mesmo incurável. Nessa direção, entendemos que se tratou de uma justificativa, na qual se indicou a possibilidade de um presidente da República agir com algo que é relacionado ao corpo e, dificilmente, com o que é da alma.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Z. G. O. de. O léxico no discurso político. In: PRETI, D. (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 195-210.

CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and rhetoric: the persuasive power of metaphor*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

_____. Gran Bretaña como contenedor: metáforas sobre inmigración en la campaña electoral de 2005. Tradução de María de las Mercedes Luciani y Ailén Heredia. *Discurso e Sociedad*, Surrey, v. 3, p. 467-494, 2009.

_____. *Metaphors as Models of Political Leadership*. University of Durham, 2008. Disponível em: <http://www.dur.ac.uk/resources/mlac/research/metaphors_as_models/Charteris2.pdf>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. *The communication of leadership: the design of leadership style*. New York: Routledge, 2007.

_____. Britain as a container: immigration metaphors in the 2005 election campaign. *Discourse & Society*, Londres, v. 17, n. 5, p. 563-581, 2006.

CHILTON, P. A. *Analysing political discourse*. United Kingdom: Routledge, 2004.

CHILTON, P.; SCHÄFFNER, C. *Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

FAIRCLOUGH, N. Políticamente correcto: la política de la lengua y la cultura. *Discurso e Sociedad*, v. 3, p. 495-512, 2009.

LAKOFF, G. *Moral Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metaphors we live by. In: POTTER, J. (Org.). *Representing reality: discourse, rhetoric and social construction*. London: Sage Publications Ltd., 2003. p. 124-132.

_____. *Philosophy in the flesh*. The embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Book, 1999.

_____. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

MONTERO, M. Poder y palabra: mentira implícita y accidentes en discursos presidenciales. *Discurso e Sociedad*, v. 3, p. 348-371, 2009.

MORENO, M. A. *Metaphors in Hugo Chávez's political discourse: conceptualizing nation, revolution and opposition*. 2008. Tese (Doutorado) – University of New York, New York, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

Enunciação aforizante *versus* textualizante: notas sobre tensões estruturais e extratextuais

(Aphorization versus textualizing enunciation:
notes on structural and extra-structural tensions)

Roberto Leiser Baronas

¹Departamento de Letras – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

baronas@ufscar.br

Abstract: In this work, firstly we aim to try to deepen the discussion on the issue of aphorization proposed by Maingueneau (2010; 2011 and 2012), in order to describe the tension between the “phrases without text” and the texts that support them. Also, this study aims to understand in details another kind of tension (the ideological) between aphorization enunciation and other texts in order to question its ambition to be an absolute word. Therefore, we use as *corpus* “monuments phrases”, in the documents of the action of the Federal Public Ministry (MPF), which aims to remove from the actual reais bills the phrase “God be praised”, and the text of the project of law (PL n. 2179/2003) from representative Chico Alencar (PSOL-RJ), which seeks to include the word “Love” in the phrase of the Brazilian flag, replacing the utterance “Order and Progress” with the phrase “Love, Order and Progress”.

Keywords: Discourse, speech genre, aphorizing enunciation and textualizing enunciation.

Resumo: Neste trabalho, temos como objetivo tentar aprofundar a discussão acerca da aforização, proposta por Maingueneau (2010a; 2011; 2012a), descrevendo a tensão entre as “frases sem texto” e os textos que lhe dão guarida, bem como compreendendo de forma mais acurada outro tipo de tensão (a ideológica) entre a enunciação aforizante e outros textos que buscam questionar a sua pretensão de palavra absoluta. Para tanto, tomamos como corpus “frases monumentos” presentes tanto no documento da ação do Ministério Público Federal (MPF) que objetiva retirar das cédulas de reais a pequena frase “Deus seja louvado” como no texto do PL n. 2179/2003, do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que busca incluir a palavra “Amor” na bandeira brasileira.

Palavras-chave: Discurso; gênero do discurso; enunciação aforizante e enunciação textualizante.

Palavras iniciais: um pouco de teoria

É na companhia de Maingueneau (2010a; 2012a) que refletimos sobre uma prática corriqueira na comunicação midiática contemporânea – a prática de destacar enunciados e fazê-los circular (transformados ou não) em novas arenas discursivas. Maingueneau afirma que “poucas pessoas hoje contestariam a ideia de que o texto constitui a única realidade empírica com a qual o linguista lida: unidades como a frase ou a palavra são necessariamente retiradas de textos” (2010a, p. 9). E os textos, por sua vez, remetem a gêneros de discurso, que funcionam como quadros de referência para toda a comunicação pensável numa dada formação sócio-histórica. Maingueneau mobiliza o termo “gênero do discurso” para atividades como a participação de nascimento, o debate televisivo, a conversação, entre outros.

Todavia, a assunção de que o texto é a unidade básica de estudo não é imune a questionamentos quando o que se investiga são as práticas discursivas da mídia, esfera de

comunicação em que abundam enunciados curtos, geralmente constituídos de uma única frase e que circulam fora do texto. Maingueneau (2010a) chama essas pequenas frases de “enunciados destacados”, incluindo *slogans*, máximas, provérbios, títulos de artigos da imprensa, intertítulos, citações célebres etc. O autor distingue duas classes de enunciados, segundo a natureza de seu “destacamento”: a) *o constitutivo*: trata-se do enunciado naturalmente independente de contexto e cotexto (fórmulas sentenciosas, provérbios, *slogans*, divisas etc.); e b) *o destacado* por extração de um fragmento de texto, segundo a lógica de citação.

Essa extração não se exerce de maneira indiferenciada sobre todos os constituintes de um texto, pois, frequentemente, o enunciador *sobresassevera* alguns de seus fragmentos e os apresenta como *destacáveis*. A sobresasseveração é uma modulação enunciativa que habilita formalmente um fragmento como candidato a uma *destextualização*, ou seja, é

[...] uma operação de destaque do trecho que é operada em relação ao restante dos enunciados, por meio de marcadores diversos: de ordem aspectual (genericidade), tipográfica (posição de destaque dentro uma unidade textual), prosódica (insistência), sintática (construção de uma forma pregnante), semântica (recurso aos tropos), lexical (utilização de conectores de reformulação) [...] (MAINGUENEAU, 2010a, p. 11)

Num trabalho diligente de afinação dos conceitos, Maingueneau (2010a) distingue a sobresasseveração da aforização, uma vez que cada uma delas funciona segundo uma lógica enunciativa própria. Enquanto a sobresasseveração se dá no texto pela acentuação de uma sequência contra um fundo textual, a aforização extrai os enunciados do texto pondo-os a circular fora dele, em outras cenas de enunciação. Assim, a aforização ressignifica a citação, uma vez que não se trata mais de representar a voz do Outro, mas sim de apresentar a *Verdade* ou a *Lei*, produzida alhures, a partir do contato com uma *Fonte Transcendente*, como se elas mesmas se apresentassem.

Segundo Maingueneau (2010a), o enunciado fonte e o enunciado destacado divergem quanto a seu estatuto pragmático. Os enunciados destacados estão sujeitos a um regime de enunciação denominado “enunciação aforizante”. Entre uma “aforização” e um texto, as diferenças não são apenas de tamanho, de forma, de organização sintática, mas sim de ordem enunciativa. O esquema a seguir representa as duas ordens enunciativas propostas pelo autor:

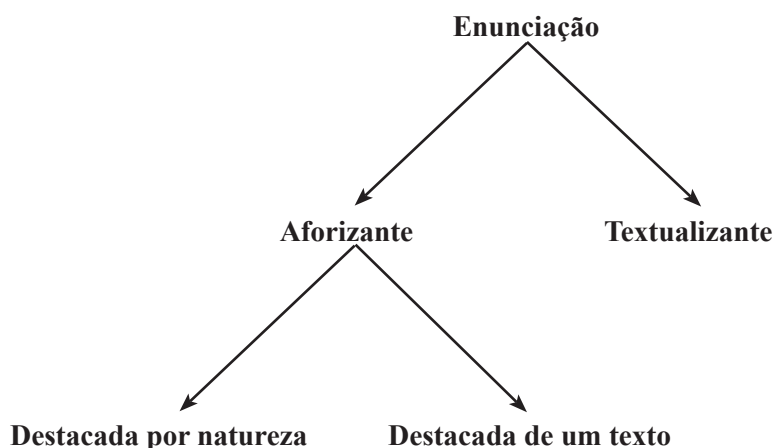


Figura 1. Esquema vetorial das ordens enunciativas (MAINGUENEAU, 2010a, p. 13)

Como podemos visualizar nesse esquema, Maingueneau (2010a, p. 13-15) propõe duas ordens de enunciação: a enunciação textualizante e a enunciação aforizante. A enunciação aforizante, por sua vez, organiza-se em enunciação aforizante destacada por natureza e enunciação aforizante destacada de um texto. Elas se diferenciam da enunciação textualizante em vários aspectos. Enquanto a enunciação textualizante define posições correlativas de produção e recepção e papéis específicos para o enunciador e o enunciatário negociados em conformidade com a cena genérica, a enunciação aforizante prescinde de posições correlativas, definindo uma cena onde o locutor, um Sujeito jurídico e moral, fala a uma espécie de auditório universal. Enquanto a enunciação textualizante envolve jogos de linguagem de diversas ordens, como argumentar, narrar, perguntar, responder etc., a aforizante pretende apresentar o pensamento do locutor como a verdade soberana, para além dos jogos da linguagem. Enquanto a enunciação textualizante estratifica os planos enunciativos, a aforizante tende à homogeneização. Se por um lado a enunciação textualizante varia segundo os gêneros, suportes e modos de circulação, a aforizante, por outro, não é afetada por tais condicionantes. Enquanto a enunciação textualizante ultrapassa a dimensão propriamente verbal, a aforizante pretende ser pura fala. Se a enunciação textualizante desfavorece a memorização, a aforizante “implica a utopia de uma fala viva sempre disponível” e repetível. Por meio da aforização, o locutor busca se colocar além e aquém dos limites, condicionantes e restrições específicos de um determinado gênero do discurso:

O “aforizador” assume o *ethos* do locutor que fala do alto, de um indivíduo em contato com uma Fonte transcendente. [...] Trata-se, fundamentalmente de fazer coincidir *sujeito da enunciação* e *Sujeito* no sentido *jurídico e moral*: alguém se coloca como responsável, afirma valores e princípios perante o mundo, dirige-se a uma comunidade que está além dos alocutários empíricos que são seus destinatários. (MAINGUENEAU, 2010a, p. 14-15)

Desse modo, quando se extrai um fragmento de texto para fazer uma aforização, um título de uma matéria na imprensa, por exemplo, converte-se *ipso facto* seu locutor original em aforizador. E o aforizador, como Sujeito, “diz o que é, não no instante, mas na duração atemporal do valor” (MAINGUENEAU, 2010a, p.14-15).

Para o teórico francês, a ideia central da problemática da aforização é a de que as “frases sem texto” prescindem de textos e de gêneros para circular, o que não significa dizer que aquelas sejam completamente independentes destas. No entendimento de Maingueneau (2010a), o essencial é que a enunciação aforizante tem um modo de funcionamento enunciativo próprio, que difere da ordem textualizante na qual estão inscritos os textos e os gêneros, e que essas diferentes ordens estão em constante tensão, que pode ser mais ou menos forte. O essencial é, então, a tensão mais ou menos forte que se estabelece entre a aforização e o todo textual que a acolhe.

Entendemos, no entanto, que, para além da tensão que se dá entre a aforização e o texto que lhe dá “pouso”, a tensão estrutural, descrita por Maingueneau, há outro tipo de tensão, mais forte do que a primeira e que se estabelece entre outros textos ou saberes que circulam no interdiscurso e a própria aforização, a tensão ideológica. Essa última busca questionar a própria aforização, tentando anular a sua pretensão de palavra absoluta ou de puro significante. A tensão ideológica que estamos postulando se dá não somente entre o título de uma matéria de imprensa que se transformou em aforização e outros textos que questionam essa aforização, por exemplo, mas mesmo em enunciados que se constituem

numa espécie de proposição logicamente estável, suscetível de resposta unívoca (“sim ou não”, “X ou Y” etc.). Referimos-nos especificamente a frases que adquiriram o estatuto de “lema”, destinadas a consagrar a memória de alguém ou de um fato. Essas frases aparecem em diversos contextos: bandeiras, brasões, insígnias, paredes ou fachadas de prédios, monumentos arquitetônicos, pedestais de estátuas, medalhas, vasos, cédulas monetárias etc. Trata-se de um conjunto de frases que, por falta de uma melhor denominação, chamamos de “frases monumentos”.

Sobre o *corpus*: um pouco de condições de produção e conjuntura histórica

Como objeto de análise, elegemos pequenas frases que possuem o estatuto de frases monumentos. Para tanto, tomamos como *corpus*, por um lado, o documento da ação do Ministério Público Federal (MPF) que objetiva retirar das cédulas de reais a pequena frase “Deus seja louvado”. A ação do MPF, um documento com 17 páginas, foi impetrada pelo procurador da república Jefferson Aparecido Dias em 12 de novembro de 2012, junto ao Excelentíssimo Juiz Federal da Vara Federal Judiciária de São Paulo. Abaixo apresentamos um excerto da ação do MPF.

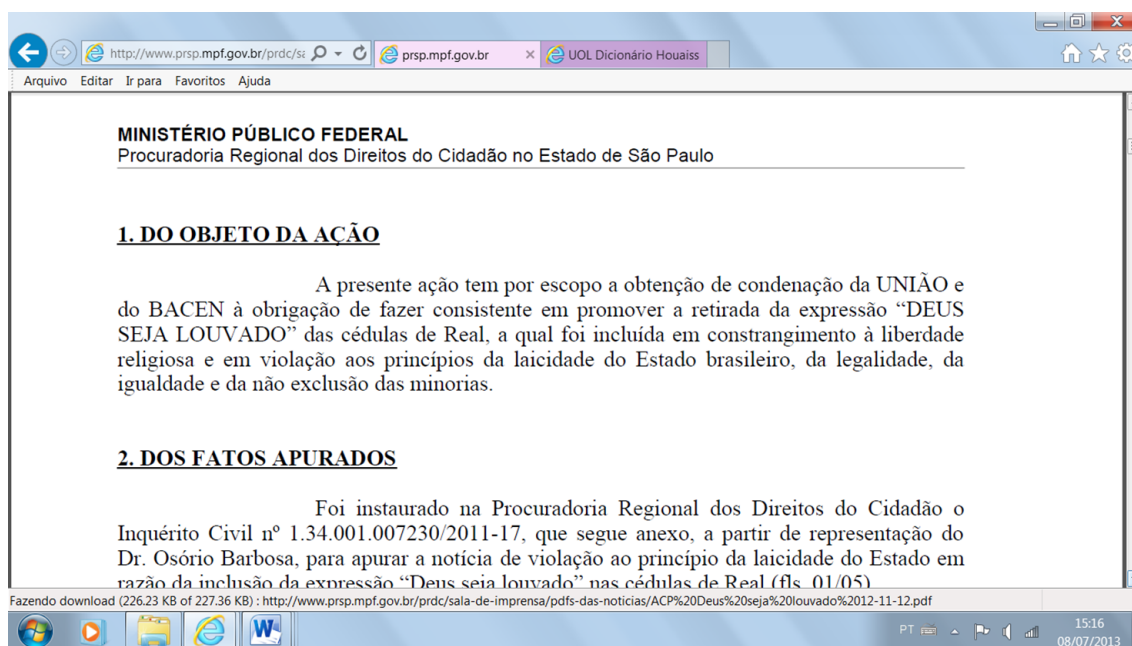


Figura 2

Por entender que a pequena frase “Deus seja louvado” constrange a liberdade religiosa e viola, portanto, os princípios da laicidade do Estado brasileiro, o MPF instou em sua ação a União e o Banco Central do Brasil (BACEN) a retirar esse enunciado das notas de real. A esse respeito, diz a ação:

[...] a laicidade estatal não promove, portanto, uma convicção entre outras, mas sim a condição primeira da coexistência entre todas as convicções no espaço público. Assim, não se pode conceber a proeminência da ideologia de uma religião em detrimento das demais. A manutenção da expressão “Deus seja louvado” na cédula monetária brasileira não se coaduna com mencionada condição de coexistência entre convicções religiosas,

característica da laicidade estatal, uma vez que configura uma predileção pelas religiões adoradoras de Deus como divindade suprema, fato que, sem dúvida, impede a coexistência em condições igualitárias de todas as religiões cultuadas em solo brasileiro. A manutenção da situação em discussão constrange a liberdade de religião de todos os cidadãos que não cultuam Deus, tais quais os ateus e os que professam a religião budista, muçulmana, hindu e as diversas religiões de origem africana. Para se compreender fielmente o constrangimento e tratamento desigual dispendidos em face dos cidadãos não tementes a Deus, basta empreender um raciocínio de substituição. Imaginemos a cédula de Real com as seguintes expressões: “Alá seja louvado”, “Buda seja louvado”, “Salve Oxossi”, “Salve Lord Ganesha”, “Deus não existe”. Com certeza cristalina haveria agitação na sociedade brasileira em razão do constrangimento sofrido pelos cidadãos crentes em Deus. Finalizando o raciocínio supra, constata-se que a única diferença entre a situação fática real e as hipotéticas destacadas acima é o fato de a população crente em Deus constituir maioria no Brasil, o que, conforme será aduzido nessa exordial, não possui o condão de justificar a continuidade das violações aos direitos fundamentais dos brasileiros não crentes em Deus face à permanência da expressão “Deus seja louvado” nas cédulas de Real. É importante observar que a própria Igreja Católica, a principal defensora da manutenção da expressão “Deus seja louvado” nas cédulas, defende a laicidade estatal.¹

A ação do MPF exigindo a retirada da pequena frase “Deus seja louvado” das cédulas de real coloca uma questão pertinente para a teoria das “frases sem texto”, proposta por Dominique Maingueneau, visto que mostra uma instituição que questiona argumentando constrangimento da liberdade de religião de todos que cultuam Deus a legalidade do uso de tal enunciado na cédula monetária brasileira. Não se trata apenas de um locutor vindo a público e discordando da aforização que lhe é atribuída em um título de uma matéria na imprensa, por exemplo, mas da contestação de um sujeito jurídico que historicamente se legitimou como o guardião do bom cumprimento dos princípios constitucionais. Trata-se no nosso entendimento de uma tensão forte entre uma aforização, que ao longo da história se apresentou como a *Verdade* ou a *Lei*, produzida alhures, a partir do contato com uma *Fonte Transcendente*, e uma instituição com o poder de determinar a retirada dessa aforização das cédulas monetárias brasileiras. A frase “Deus seja louvado”, que se apresentava enquanto um já significado como sendo da ordem do puro significante, passa, pela ação do MPF, a tornar-se novamente preche de sentidos com “pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Observemos também o texto do projeto de lei (PL) n. 2179/2003, do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que busca incluir a palavra Amor na frase da bandeira brasileira, substituindo o enunciado “Ordem e Progresso” por “Amor, Ordem e Progresso”. Trata-se de um problema diferente do anteriormente analisado, pois não se questiona a legalidade da aforização, mas o desvirtuamento de um princípio filosófico que orienta a república brasileira desde a sua instauração no final do século XIX. O PL 2179/2003, um documento de três páginas, foi apresentado inicialmente em 8 de outubro de 2003 pelo deputado Chico Alencar, à época no Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio de Janeiro. A seguir apresentamos um fragmento do projeto de lei:

1 A íntegra do documento pode ser acessada no endereço <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/ACP%20Deus%20seja%20louvado%2012-11-12.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

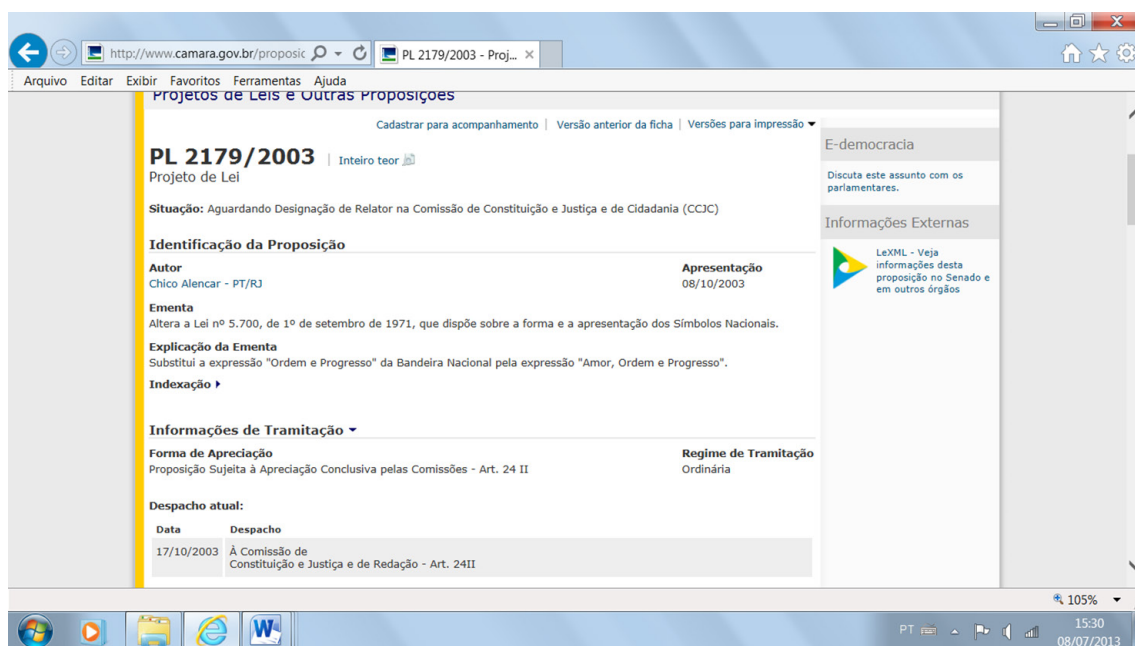


Figura 3

No item “Justificação” do referido projeto está escrito:

A forma original do Pavilhão Nacional foi idealizada por Teixeira Mendes, com a colaboração de Miguel Lemos. O professor Manuel Pereira Reis foi o responsável pela organização das estrelas em nossa bandeira, e o desenho foi executado por Décio Villares. Muitos talentos e uma só posição filosófica: o Positivismo. Essa corrente filosófica ganhou muita força no cenário intelectual e republicano brasileiro à época da Proclamação da República, o que acarretou a adoção do dístico que hoje vemos estampado na Bandeira Nacional, na forma aprovada pelo Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889.

Nesse momento histórico da Nação, o lema positivista – o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim – foi resumido na expressão “Ordem e Progresso”, conforme escreveu Teixeira Mendes em sua apreciação filosófica sobre a Bandeira. Tal redução fez perder a essência do lema original, que procura resumir o positivismo como a religião do amor, a religião da ordem ou a religião do progresso. Em outras palavras: o amor procura a ordem e leva ao progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e conduz ao amor. A presente proposição pretende resgatar a essência do lema original do Positivismo nos dizeres da Bandeira Nacional, pelo que peço o apoio dos nobres Pares².

Para o autor do projeto, a inclusão da palavra “Amor” no enunciado da bandeira do Brasil se justifica pelo fato de que a frase “Ordem e Progresso” foi retirada do lema positivista que defende “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” se constituindo numa redução desse princípio positivista. O deputado ancora-se na apreciação filosófica de Teixeira Mendes para defender a tese de que a redução em “Ordem e Progresso” fez perder a essência do lema original, uma vez que, “o amor procura a ordem e leva ao progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e conduz ao amor”. Nesse sentido, a inclusão do termo Amor procura resgatar a essência do lema original do Positivismo.

² O projeto de lei pode ser acessado no endereço <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=136692>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

Do ponto de vista da enunciação aforizante, temos mais um dado pertinente, pois a aforização “Ordem e Progresso”, inscrita na bandeira brasileira, apesar de se apresentar como a *Verdade* ou a *Lei*, gestada em outro contexto histórico e ideológico, a partir do contato com uma *Fonte Transcendente*, sofre um questionamento por não representar fielmente o princípio filosófico positivista que sustenta a república brasileira. Ou seja, “Ordem e Progresso” é vista como uma deturpação do verdadeiro sentido do positivismo, filosofia que rege a república brasileira desde a sua instauração no final do século XIX. Elementos lexicais como “redução”; “original”; “essência” e “resgatar” presentes na justificativa do Projeto de Lei atestam uma interpretação reducionista presente em “Ordem e Progresso”. É preciso considerar, no entanto, o fato de que a ação do MPF que exige a retirada da pequena frase “Deus seja louvado” das cédulas de real possui uma natureza distinta do projeto de lei do deputado Chico Alencar. Enquanto a primeira pode ser entendida como um discurso constituinte que se legitima no próprio ato de enunciação, a segunda necessita de legitimação tanto dos pares quanto de apoio popular.

Logo após a proposição de Chico Alencar, houve diversas manifestações dos mais diferentes atores sociais apoiando a inclusão da palavra “Amor” no lema da bandeira brasileira. Abaixo temos notícia publicada no *site* do UOL, em 19/12/2012, em que o senador Eduardo Suplicy, da tribuna do Congresso Nacional, corrobora a proposta de Alencar: “Suplicy quer frase ‘Amor, ordem e progresso’ na bandeira nacional”. Para além do resgate do verdadeiro sentido do lema positivista, Suplicy argumenta que “só agora no século 21 é que podemos ter uma ideia melhor da importância dessa palavra [Amor] como catalisadora de misericórdia, de caridade, de solidariedade entre as pessoas”. Suplicy chama atenção para o fato de que, no momento em que o lema positivista fora reescrito “Ordem e Progresso”, no final do século XIX, não tínhamos a verdadeira importância da palavra “Amor”, como elemento que catalisa misericórdia, caridade e solidariedade entre as pessoas.



Figura 4

Na sua exposição apoiando a proposição de Alencar, Suplicy cita um *site*³ em que as pessoas podiam apoiar a inclusão da palavra Amor no lema da bandeira nacional. Trata-se de um *site* em que as pessoas, por meio de um *e-mail*, podiam legitimar a proposição do deputado Chico Alencar. Diferentemente, do projeto de lei, que constrói a sua argumentação afirmando a deturpação do sentido original do positivismo em “Ordem e Progresso”, como pudemos ver, o *site* em questão projeta na inclusão de “Amor” uma possível solução para “superar os desafios que enfrentamos como indivíduos e sociedade”, extrapolando o que seria uma solução para a mera redução do sentido original do positivismo.



Figura 5

À guisa de conclusão

Os dados anteriormente descritos, apesar de pouco numerosos, autorizam-nos a postular que a tensão entre as “frases sem texto” e os textos se dá em diferentes planos: há uma tensão intratextual estrutural (a do enunciado aforizado com o texto que o acolhe), isto é, uma tensão em que a aforização que se pretende fora do texto que lhe dá guarida, apresenta-se como uma espécie de anúncio, que para além e aquém de qualquer texto e, outra mais forte, a extratextual ideológica (a do enunciado aforizado com outros textos que buscam questionar a sua pretensão de ser palavra de ordem, por exemplo), ou seja, uma tensão engendrada por saberes que circulam no interdiscurso em que há uma espécie de denúncia da ilegalidade ou do desvirtuamento de princípios filosóficos dessa aforização e que vão na contramão do processo civilizatório em marcha.

Os casos que analisamos, embora distintos, mostram-nos, por um lado, que mesmo as frases monumentos não estão imunes à contestação e, dependendo de determinadas condições e conjuntura históricas, podem ceder o seu posto de monumento a outras frases, ou mesmo deixar de existir, e, por outro, que o processo civilizatório, tal qual descrito por Norbert Elias (1994), atinge não só os costumes, mas também práticas discursivas bastante cristalizadas na nossa sociedade.

³ Disponível em: <www.incluaamornabandeira.org.br>. Acesso em: maio 2013.

REFERÊNCIAS

BARONAS, R. L. *Enunciação aforizante: um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana brasileira*. São Carlos: EdUFSCar/Fapesp, 2013.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. I.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. Les énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l'aphorisation. In: BONHOMME, M.; LUGRIN, G. (Éd.). *Interdiscours et intertextualité dans les médias*. Neuchâtel: Inst. de Linguistique, Universidade de Neuchâtel, 2006a. (Série Travaux Neuchâtelois de Linguistique, n. 44)

_____. De la surassertion à l'aphorisation. In: LOPEZ-MUNOZ, J. M.; MARNETTE, S.; ROSIER, L. (Dir.). *Dans la jungle des discours: genres de discours et discours rapporté*. Actes du colloque Ci-Dit 2004,. Cadix: Presses de l'Université de Cadix, 2006b.

_____. Citação e destacabilidade. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de (Org.). *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2007.

_____. Aforização: enunciados sem texto? In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. (Org.) *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010a.

_____. *Aphorisations politiques, médias et circulation des énoncés*. 2010b. (no prelo).

_____. A aforização proverbial e o feminino. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Les phrases sans texte*. Paris: Armand Colin, 2012a.

_____. Texto, gênero de discurso e aforização. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. Enunciação ligada, enunciação desatada. In: DI FANTI, M. G.; BARBISAN, L. B. *Enunciação e discurso: tramas de sentido*. São Paulo: Contexto, 2012c.

_____. Argumentação e cenografia. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. *Frases sem texto*. Tradução de Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

O conceito de analogia na obra de diferentes autores do Período Romano

(The concept of analogy in the work of different authors of the Roman Period)

Antonio Carlos Silva de Carvalho

Estudos Estilísticos – Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul)
GT Gramáticas: História, Descrição e Discurso

carlosca@usp.br

Abstract: This paper aims to discuss how certain authors of the Roman period helped to spread the use of the term analogy — the main point of the famous Greek controversy about the origin of language — in Latin: Cicero (106-43 BC), who was influenced by the ancient literary monuments and an exemplary orator for the Latin rhetoric, lived in a time of incipient Roman literary language in which the rules of good speaking and writing were taught and followed by writers from different areas; Suetonius (75-160 AD), a great Latin historian was a private secretary of the emperor Hadrian and devoted his last years to the preparation of an encyclopedic work on the history of language and literature; Aulus Gellius (born 130 AD), a rich source of information about the knowledge and studies of his days, wrote about literature, philosophy, dialectic, arithmetic, law, history and others.

Keywords: analogy; lexicon; meaning; Cicero; Aulus Gellius.

Resumo: Este artigo visa a discutir como certos autores do Período Romano ajudaram a propagar o uso do termo analogia — centro de famosa controvérsia grega sobre a origem da linguagem — no cenário latino: Cícero (106-43 a.C.), muito influenciado pelos antigos monumentos literários e orador modelo para toda a retórica latina, viveu num tempo, incipiente da língua literária romana, em que ensinar as normas do bem falar e do bem escrever coube a escritores de áreas distintas; Suetônio (75-160 d.C.), grande historiador latino, foi secretário particular do imperador Adriano e dedicou seus últimos anos à preparação de um trabalho enciclopédico sobre a história da linguagem e da literatura; Aulo Gélcio (nascido em 130 d.C.), rica fonte de informação acerca do conhecimento e dos estudos de sua época, escreveu sobre literatura, filosofia, dialética, aritmética, direito, história e outras.

Palavras-chave: analogia; léxico; sentido; Cícero; Aulo Gélcio.

Introdução

Após termos discorrido em outro artigo sobre o problema da analogia na obra de Varrão, autor da primeira gramática da língua latina, buscamos agora discutir problema semelhante focando autores de áreas afins.

Relativamente aos latinos,¹ o Período Romano abrange as doutrinas produzidas em Roma que datam de 169 a.C. a 530 d.C., ou seja, até o início do Período Bizantino (529 a 1000 d.C.).² Apresenta três fases, a saber: a primeira fase vai da chegada de Crates de Malos a Roma ao Século de Augusto; a segunda, vai do final do Século de Augusto a 300 d.C.; a terceira fase vai de 300 a 530 d.C.

1 Este artigo é parte de um trabalho maior sobre a *analogia* que ora buscamos divulgar.

2 As denominações dos períodos são as utilizadas por Sandys (1915, p. 51-72).

Segundo essa divisão, discorreremos neste artigo sobre um autor da primeira fase, Cícero, e sobre dois da segunda, Suetônio e Aulo Gélcio, os quais, embora não tenham trabalhado diretamente com Gramática, utilizaram-se da analogia e ajudaram em sua propagação nos estudos da linguagem.

Marco Túlio Cícero

Cícero (106-43 a.C.), muito influenciado pelos antigos monumentos literários e orador modelo para toda a retórica latina, viveu num tempo, incipiente da língua literária romana, em que ensinar as normas do bem falar e do bem escrever coube seja a retóricos seja a gramáticos. Assim, nitidamente preocupado com o uso consciente das formas linguísticas, por sua estatura, certamente somou à controvérsia suscitada pelo uso do termo analogia.

É de seu livro *Cartas a Ático* o trecho a seguir:

3. [...] Por outro lado, eu sabia que era necessário ser dito “*Phliasios*” [“*flíásios*”]; faz assim como conheces, da mesma maneira que conhecemos. Mas a ἀναλογία me havia enganado; Φλιοῦς ‘*Fliunte*’, Ὀποῦς “*Opunte*”, Σιποῦς “*Siponto*”, relativamente a Ὀπούντιοι “*orúncios*”, Σιπούντιοι “*sipontenses*”. Mas isso corrigimos imediatamente.³ (BAILLY, 1937, I, VI, II-3, p. 404-406)

Esse excerto é particularmente importante por demonstrar que, mesmo não tendo correspondido às expectativas em questão, Cícero se utilizou da analogia para estabelecer critérios gramaticais de escrita. Também, por ter sido a analogia, ou seja, a ideia de “regularidade das formas gramaticais” que lhe veio primeiro à mente, tem-se que o autor pende para o lado dos alexandrinos, adotando a analogia alexandrina.

Quanto ao fato em si, deu-se objetivamente que, partindo de Φλιοῦς (“*Fliunte*”), nominativo singular terminado em –οῦς (“-ous”), além de substantivo próprio designativo de lugar; diante de palavras com características idênticas, Ὀποῦς (“*Opunte*”) e Σιποῦς (“*Siponto*”), o autor, tendo em mente Φλιάσιοι (*Phliasios*, “*flíásios*”), adjetivo gentílico plural de Φλιοῦς, concluiu, por analogia, que, em iguais condições, os correspondentes adjetivos gentílicos daqueles seriam algo em torno de Ὀπάσιοι e Σιπάσιοι, o que, pelo exposto, não corresponde à realidade, visto que eles seguem outro paradigma, orientados por variações dialetais.

Possivelmente, Cícero entrou em contato com algum registro de um escritor – ou com comentários da Academia — que lhe servia de modelo e constatou o equívoco de sua conclusão; convém observar que essa prática ajudou na fixação de formas linguísticas de derivação. Quanto ao raciocínio que Cícero utilizou no excerto, trata-se daquele que, sobretudo a partir de Saussure, se costumou chamar de “quarta proporcional”.⁴

Neste outro excerto de Cícero, extraído de uma tradução que fez do livro de Platão, *Timeu*, há outra ocorrência do termo:

6. [...] Mas o mais apto e mais belo dos vínculos é aquele que produz, tanto quanto possível, um único ser de si e daqueles que estreita, o que perfeitamente em grego pode ser

3 No original: “3. [...] ‘*Phliasios*’ autem dici sciebam, et ita fac ut habeas; nos quidem sic habemus. Sed primo me ἀναλογία deceperat, Φλιοῦς, Ὀποῦς, Σιποῦς, quod Ὀπούντιοι, Σιπούντιοι. Sed hoc continuo correximus”.

4 Cf. Melo (1975, p. 268).

chamado ἀναλογία, e em latim — de fato, deve-se ousar, já que essas coisas primeiramente são inovadas por nós — pode ser chamado “*comparação por parte*”.⁵ (TEUBNER, 1965, 161^b, 13-18)

Note-se que Cícero, ao verter para o latim o texto de Platão, ciente de estar diante de uma palavra controversa, tem o cuidado de buscar uma definição, e não uma simples tradução para ela. Está claro que o sentido de ἀναλογία nesse excerto não é o mesmo do anterior; por *comparatio* “comparação” e *pro portione* “por parte” serem expressões frequentemente tidas como sinônimas de analogia, é conveniente fazer algumas observações, no primeiro caso, baseadas em Saraiva (2006, s. v.).

- (01) *Cōmpārāiō*, *-ōnīs*, s. ap. f. (de *comparare*). 1º Comparação, cotejo, confrontação; 4º Analogia, relação, conformidade, semelhança. [...] (p. 258)
- (02) *Cōmpārō*, *ās*, *āvī*, *ātūm*, *ārē* [*comparare*], v. trans. (de *compar*). 1º Reunir, ajuntar; 3º Comparar, confrontar, pôr em paralelo. [...] (p. 259)
- (03) *Cōmpār*, *āris*, adj. Igual, semelhante. [...] (p. 258)
- (04) *Cōm*, arc. Em vez de *Cum*. (p. 249)
- (05) *Cūm*, prep. De abl. 1º Com, em companhia de. [...] (p. 324)
- (06) *Pār*, *pāris*, adj. 1º Igual, parêlo; igual em força, em talento; rival; que é de condição igual; um igual. (p. 842)

Dos três formantes da palavra *comparatio* “comparação”, *cōm* (“com”) mantém quase nenhuma relação significativa com ἀνά; seu núcleo significativo, *pār* (“igual”), repousa na ideia de “igualdade”, que, por extensão, aponta gradativamente para as noções de “semelhança” e analogia, porém, bem distante do sentido de λόγος; quanto a *(t)īōnē* (“-ção”), trata-se de um sufixo que indica ação ou seu resultado, o que, absolutamente, não caracteriza o sufixo -ία.

Assim, pode-se dizer por esse levantamento que uma tradução da palavra analogia por “comparação” não é plenamente satisfatória, ou seja, se mostraria suficiente em certas situações, mas não em outras.

Quanto à outra expressão, *pro portione*, com o tempo, seus formantes se uniram, e o sentido que ficou foi o de “proporção”; por isso, convém uma análise etimológica.

De fato, *prōpōrtiō* (*-ōnīs*) (“proporção”), constitui-se, em latim, de três elementos: *prō* + *pōr* + *(t)īōnē*; porém, o próprio excerto de Cícero já aponta um estágio em que apenas dois elementos se mostram separáveis, *prō* “pro”) e *pōrtiōnē* (“porção”), em que o prefixo *prō* se junta ao vocábulo primitivo *-pōrtiōne*, caracterizado por ter sua base num núcleo nominal.

Conforme afirma Romanelli (1964, p. 97-101), *prō* é um prefixo de origem indo-europeia que, etimologicamente, significa “diante, adiante, à frente”. Quanto ao núcleo significativo, *pōrtiō*, *-ōnīs*, tem a seguinte origem, de acordo com Augé *et alii*:

5 No original: “6. [...] sed vinculorum id est aptissimum atque pulcherrimum, quod ex se atque de is quae stringit quam maxime unum efficit. id optime adsequitur quae Graece ἀναλογία, Latine — audendum est enim, quoniam haec primum a nobis novantur — comparatio pro portione dici potest.”

RE – I. (latim) contar. / *Rei* contar, pensar, julgar; *ratus* que é contado, aprovado; *irritus* que não conta, vão; *ratio* conta, razão, método; *ratiocinari* calcular. — *portio* (da locução *pro-ratione*) proporção, porção; *proportio* (do ablativo *pro portione*) proporção. [...] ⁶ (1949, p. 171)

Ainda, de acordo com Saraiva (2006), é da mesma raiz do latim *pārs* (*pārs*, *pārtis*) (“parte”, “quinhão”, “porção”). Unindo os dois elementos, “pro” e “porção”, pode-se chegar à seguinte ideia acerca da palavra “proporção”: “em face da parte”, “por parte”.

Pelo exposto, vê-se claramente que, seja quem tenha sido o autor a transladar do grego para o latim o termo analogia pelo termo “proporção”, o fez levando em conta a noção de “divisão” que ambos encerram, porém, como toda tradução, os termos não guardam a mesma significação; de saída, enquanto analogia tem o sentido de “algo que aponta para trás”, devido ao *ἀνά*, “proporção” tem o sentido de “algo que aponta para a frente”, ou de “algo estático”, devido ao *πρὸ*; de qualquer forma, pelo significado da palavra “proporção”, intimamente ligado à Matemática, é compreensível que tenha sido usada por alguns autores como sinônimo de analogia, sobretudo se se considerar que esta tem sua origem associada a geômetras. Mais que isso, pode-se dizer que, de todas as palavras que pelo sentido etimológico podem ser utilizadas para traduzir a palavra *ἀναλογία* para o latim, *proportio* é a mais adequada.

Portanto, é expressiva a afirmação de Cícero da necessidade de se ousar na tradução, pois demonstra a dificuldade de se encontrar um substituto para o termo grego. Pode-se dizer que sua proposta é mais abrangente que a opção por um ou por outro dos termos separadamente, no entanto, há situações em que seria inviável.

Ainda, a passagem “Mas o mais apto e mais belo dos vínculos é aquele que produz, tanto quanto possível, um único ser de si e daqueles que estreita” nos permite aplicar a ideia de analogia segundo esta descrição: “relação entre dois elementos a partir de um ponto, que implica um terceiro elemento”, que propomos e que utilizamos para explicar como se dão os processos analógicos.

De modo geral, são três os processos analógicos possíveis; no entanto, devido sobretudo às diferentes aplicações técnicas a que o termo foi submetido, uma série de especificações lhe foram atribuídas, acrescentando a essas três possibilidades básicas outras combinações — que serão abordadas em oportunidades futuras. Assim, os processos analógicos ocorrem da seguinte maneira — esta ordem não contempla qualquer juízo de valor, foi estabelecida apenas para efeito didático:

- No primeiro caso, tem-se um elemento A, que “inicia a relação”; um *λόγος* (“logos”) *L*, que se caracteriza como o “ponto de relação”; e, a partir disso, tem-se o terceiro elemento B, que “completa a relação”; a representação desse processo analógico pode ser: $A + L \Rightarrow B$.
- Às vezes, o segundo elemento B é dado; então, vai-se em busca do (*L*). No entanto, uma análise acurada revela que o caminho é praticamente o mesmo, pois vai-se em busca do “ponto de relação” *L*, para se estabelecer a “relação entre dois elementos” — evidentemente, pode ocorrer mudança de ponto de partida, ou seja, A passar para B e B passar para A, mas isso não é significativo —; representamos esse processo da seguinte maneira: $A + B \Rightarrow L$,

6 No original: “RE– I. (latin) computer. “Reri, ratus”, comptet, puis juger; “ratus”, qui est compté, d’où approuvé; “irritus”, qui ne compte pas, vain; “ratio”, compte; raison; méthode; “ratiocinari”, calculer. — “portio” (issu de la locut. “pro-ratione”), proportion, portion; “proportion” (de ablat. “pro portione”), proportio. [...]”

- Também ocorre de um dos elementos ser “aparentemente” o próprio *L*; igualmente, vê-se não haver mudança considerável no processo, pois o distanciamento em busca do *L*, que “inicia a relação”, acaba sempre se efetuando; de qualquer modo, para diferenciarmos esse tipo de *L*, convém seja utilizado *L*; a representação do processo pode ser: $A + B \Rightarrow L$.

Outro fato a ser mencionado é que o processo analógico não exige mais de “um ponto de relação” entre os elementos; isso possibilita o surgimento de uma cadeia de novos elementos. Exemplificando: após um processo analógico em que um (*L*) de (*A*), ou o próprio (*A*), leva a (“inicia a relação” com) (*B*), a partir de um (*L*) (“ponto de relação”) de (*B*), temos, evidentemente, (*B*); porém, continuando o processo, obtendo-se *verbi gratia* (*C*), (*C*) não precisará ter qualquer (*L*) relacionando-o diretamente a (*A*); o que afasta (*A*) do processo, mantendo a quantidade de elementos iniciais e reforçando a proposição de que a analogia se dá sempre entre três elementos — evidentemente, à parte o sujeito que a faz e entendendo-se o (*L*) como um elemento. Assim, acrescentando-se outros processos como esse, é possível chegar a uma cadeia ilimitada — observe-se que nada impede o retorno a um elemento já presente na cadeia, pois os cruzamentos são inúmeros.

Note-se que é perfeitamente possível a analogia entre dois elementos se dar por meio de mais de um (*L*); nessa eventual cadeia, esses λόγοι “*logos*” (*LL*) podem ser inéditos ou reiterantes, da mesma forma que a anterior, porém, fundamentalmente, qualquer nova situação se encaixa num dos processos analógicos indicados, ainda que haja necessidade de alguma combinação — o que, aliás, ocorre com frequência. Concluindo, pode-se apresentar o seguinte quadro resumido do processo analógico:

1° = ($A + L \Rightarrow B$);

2° = ($A + B \Rightarrow L$);

3° = ($A + B \Rightarrow L$).

Depois dessa longa digressão suscitada pelo excerto de Cícero, voltamos aos autores latinos.

Caio Suetônio Tranquilo

Suetônio (75-160 d.C.), historiador latino, foi secretário particular de Adriano (76-138 d.C.), e dedicou seus últimos anos à preparação de um trabalho enciclopédico sobre a história da linguagem e da literatura. Escreveu sobre a vida de poetas, filósofos, retóricos, historiadores etc.

A passagem a seguir, tirada do *Vida dos Césares* (I, LVI, 5-6), é um exemplo:

5. César deixou dois livros [intitulados] *De analogia* “Sobre a Analogia” e dois outros [intitulados] *Anticatones* “*Anti-Catão*”; além disso, [deixou] um poema que é intitulado *Iter* “*Itinerário*”. 6. Dentre esses livros, os primeiros [fez] durante a travessia dos Alpes, quando se juntava a seu exército que voltava reunido da Gália citerior; os segundos, durante a época da batalha de Munda; o último, durante os vinte e quatro dias que dura de sua cidade à Espanha ulterior.⁷ (AILLOUD, 1931, p. 40-41)

7 No original: “5. Reliquit et ‘De analogia’ duos libros et ‘Anticatones’ totidem ac praeterea poema quod inscribitur ‘Iter’. 6. Quorum librorum primos in transitu Alpium, cum ex citeriore Gallia conuentibus peractis ad exercitum rediret, sequentes sub tempus Mundensis proelii fecit; nouissimum, dum urbe in Hispaniam ulteriorem quarto et uicensimo die peruenit.”

Esse extrato se justifica por trazer à tona um famoso fato histórico ligado à questão, qual seja, que César (100-44 a.C.), estadista, historiador e escritor, escreveu dois livros sobre a analogia.

As circunstâncias que envolvem esses livros, como terem sido escritos enquanto se travava uma guerra, que levou à conquista da Gália Transalpina, e o fato de terem se extraviado, poderiam colocar em dúvida a veracidade de sua feitura, porém, as frequentes alusões ao episódio e os comentários de outros autores sobre trechos que teriam sido extraídos deles indicam que César realmente os escreveu.⁸

Informações quanto à abrangência, extensão, profundidade dos escritos, causas que o levaram a dividir o assunto em dois tomos, ou quaisquer outras relacionadas ao feito não podem ser elencadas com precisão, devido à natureza fragmentária e indireta do que restou, contudo, esse material existe e foi útil para o desenvolvimento da gramática.

Inclusive, no tocante a César, citado aqui por Suetônio, Pereira afirma ter sido ser sua intenção “abrir uma biblioteca pública, de cujo arranjo encarregou Varrão” (1989, p. 201). Assim, conquanto breves os comentários que fizemos acerca de Suetônio, julgamos úteis pelo conteúdo histórico-informativo que encerram quanto à analogia.

Aulo Gélío

Aulo Gélío (nascido em 130 d.C.), rica fonte de informação sobre o conhecimento e os estudos de sua época, escreveu sobre literatura, filosofia, dialética, aritmética, direito, história e outras. Suas pesquisas de lexicologia latina contêm várias citações de outros autores, contudo, sem maiores aprofundamentos. Ao abordar a analogia, o fez de maneira bem exemplificada, segundo era seu hábito; vejamos esta passagem, do *Noites Áticas*:

O que os gregos denominem *ἀναλογίαν analogia*, e o que, contrariamente, denominem *ἀνωμαλίαν anomalia*. 1. Em língua latina, assim como em grego, uns julgaram que deve ser seguida a *analogia*; outros, a *anomalia*. 2. *Ἀναλογία* é desvio semelhante dos similares, que, em latim, alguns denominam *proportionem*. 3. *Ἀνωμαλία* é desigualdade dos desvios, é o que segue o costume. 4. Dois ilustres gramáticos gregos, Aristarco e Crates; aquele defendeu com força máxima a *analogia* e, este, a *anomalia*. 5. O livro oito de M. Varrão dedicado a Cícero, *De Lingua Latina*, ensina ser nula a observação dos similares; ostenta que o costume domina quase todas as palavras.⁹ (MARACHE, 1978, I, II, XXV, 1-5, p. 129)

Como se vê, esse excerto se resume a duas definições, bastante claras e ilustrativas, que expressam a tendência dos escritores latinos de, com a atenção voltada para as transformações sofridas pelas palavras no discurso, considerarem a analogia como “regularidade”, e a anomalia como “irregularidade”. Também consoante às intenções de Aulo Gélío de informar sobre a contenda grega, o excerto aponta dois dos contendores, Aristarco, analogista, e Crates de Malos, anomalista; ademais, o autor nos fala da dedicatória

8 “[...] Na primeira orientação tinha alinhado Júlio César, que, no meio das suas campanhas, encontrara tempo para defender o princípio da analogia. [...]” (PEREIRA, 1989, p. 210).

9 No original: “Quid Graeci *ἀναλογίαν*, quid contra *ἀνωμαλίαν* uocent. / 1. In Latino sermone, sicut in Graeco, alii *ἀναλογίαν* sequendam putauerunt, alii *ἀνωμαλίαν*. 2. *Ἀναλογία* est similibus similis declinatio, quam quidam Latine ‘proportionem’ uocant. 3. *Ἀνωμαλία* est inaequalitas declinationum, consuetudinem sequens. 4. Duo autem Graeci grammatici illustres, Aristarchus et Crates, summa ope ille *ἀναλογίαν*, hic *ἀνωμαλίαν* defensit. 5. M. Varronis liber ad Ciceronem ‘de Lingua Latina’ octauus nullam esse obseruationem similibus docet inque omnibus paene uerbis consuetudinem dominari ostendit.”

de Varrão a Cícero, sugerindo que, mesmo não sendo gramático, este é parte ativa na controvérsia. Em outras palavras, testemunha o ambiente vivido pelos autores nesse tempo incipiente da língua latina.

Considerando outro aspecto, muito do caráter normativo das gramáticas ocidentais se deve à concepção da linguagem passando ora por um ora por outro desses termos assim compreendidos. Especificamente com relação à analogia, a definição *similium similis declinatio* (“desvio semelhante dos similares”) é mais uma interessante tentativa de expressar o sentido do termo, reforçando sua importância no desenvolvimento e nos estudos da linguagem; além do mais, por colocar no centro da definição o termo *similis* “semelhante”, nos leva a esta digressão:

SEM – I. (i.–e.) um, o que serve para exprimir a identidade. [...]. Gr. 1. [εἶς] (um, só) (por *sem–s*), feminino [*σμία, μία] (uma), n. [ἕν] (por *sem*) um, [ὁμός] (por *som–os*) [ὄμοιος] uniforme, semelhante, [...] [ἀνωμαλία] anomalia, dessemelhança. [...]. Lat. 2. *similis* (de *sem–ilis*) semelhante.¹⁰ (AUGÉ et al., 1949, s. v.)

Por esse verbete, nota-se que ὁμός, *similis* e “semelhante” têm origem na raiz indo-europeia *SEM–, e significam a mesma coisa em grego, em latim e em português, em outras palavras, as distâncias formais entre elas são devidas aos metaplasmos. Assim, é possível afirmar que, apesar de frequentemente o termo análogo ser tomado como sinônimo de homólogo, não são exatamente a mesma coisa; por outro lado, é compreensível o fato de serem aproximadas. De qualquer modo, quanto a este artigo, o fragmento de Aulo Gélcio apresenta o termo “semelhança”, que se soma a “comparação” e “proporção” como nucleares nas definições de analogia propostas pelos autores.

Gélcio, *Noites Áticas*:

6. Assim como dizemos, afirma, *lupus lupi* [“lobo, do lobo”], *probus probi* [“probo, do probo”], mas *lepus leporis* [“lebre, da lebre”]; do mesmo modo, *paro paravi* [“preparo, preparei”], mas *lauo laui* [“lavo, lavei”]; *pungo pupugi* [“pico, piquei”], *tundo tutudi* [“malho, malhei”], mas *pingo pinxi* [“bordo, bordei”]. 7. Em todos os casos, diz, de *ceno* [“janto”], *prandeo* [“almoço”], *poto* [“bebo”]; dizemos não só *cenatus sum* [“estou jantado, jantei”], como também *pransus sum* [“estou almoçado, almocei”] e *potus sum* [“estou bebido, bebi”]; todavia, de *destringor* [“sou preparado”], *extergeor* [“sou enxuto”] e *lauor* [“sou lavado”]; dizemos *distrinxi* [“separei”], *extersi* [“enxuguei”], e *laui* [“lavei”]. 8. Do mesmo modo, dizemos: *Oscos* [“oscanamente”], *Tuscos* [“tuscanamente”], *Graecos* [“gregamente”]; todavia, dizemos: *Gallos* [“gaulesmente”] e *Mauros* [“mauritanesmente”], e *Gallices* [“gaulesmente”], *Maurices* [“mauritanesmente”]. Do mesmo modo, de *probus* [“probo”], *probe* [“probiamente”]; de *doctus* [“douto”], *docte* [“doutamente”]; mas de *rarus* [“raro”] não se diz *rare*, mas uns dizem *raro* e outros dizem *rarenter* [“raramente”].¹¹ (MARACHE, 1978, I, II, XXV, 6-8, p. 129-130)

10 No original: “SEM– I. (i.–e.) un, servant à exprimer l’identité. [...]. Gr. 1. [εἶς] (pour *sem–s*), f. [* σμία, μία], n. [ἕν] (pour *sem*) un, [ὁμός] (pour *som–os*) [ὄμοιος] pareil, [...] [ἀνωμαλία] inégalité. [...]. Lat. 2. *similis* (de *sem–ilis*) semblable.”

11 No original: “6. Sicuti cum dicimus, inquit, ‘lupus lupi’, ‘probus probi’ et ‘lepus leporis’, item ‘paro paravi’ et ‘lauo laui’, ‘pungo pupugi’, ‘tundo tutudi’ et ‘pingo pinxi’. 7. Cumque, inquit, a ‘ceno’ et ‘prandeo’ et ‘poto’, et ‘cenatus sum’ et ‘pransus sum’ et ‘potus sum’ dicamus, a ‘destringor’ tamen et ‘extergeor’ et ‘lauor’, ‘distrinxi’ et ‘extersi’ et ‘laui’ dicimus. 8. Item cum dicamus ab ‘Oscos’, ‘Tuscos’, ‘Graecos’, ‘Osces’, ‘Tusces’, ‘Graeces’, a ‘Gallos’ tamen et ‘Mauros’, ‘Gallices’ et ‘Maurices’ dicimus; item a ‘probus’, ‘probe’, a ‘doctus’, ‘docte’, sed a ‘rarus’ non dicitur ‘rare’, sed alii ‘raro’ dicunt, alii ‘rarenter’.”

Basicamente, esse longo excerto que separamos apresenta uma lista de palavras que sugere a intenção do autor de seguir na linha de Varrão, no sentido de deixar de lado a contenda entre analogistas e anomalistas; com efeito, ao dispor lado a lado pares de palavras com determinadas características semelhantes, que comprovam a ocorrência da analogia, como *lupus lupi* e *probus probi* (nominativo e genitivo, masculino, singular da 2ª declinação),¹² cotejadas com *lepus leporis* (nominativo e genitivo, masculino, singular da 3ª declinação), que apontam para a ideia de anomalia, Aulo Gélío está defendendo que os dois princípios são válidos e produtivos. Essa defesa fica ainda mais evidente quando, por exemplo, partindo do adjetivo *rarus*, que, seguindo o paradigma da 2ª declinação, tem seu ablativo (advérbio de modo) em /o/ *raro* paralelo a *rarenter*.

É nítido que o autor tem o firme propósito de defender os dois lados, inclusive, desconsiderando princípios metodológicos já estabelecidos, pois para falar em analogia e anomalia é mister que, em se tratando de nomes, sejam cotejados aqueles pertencentes à mesma declinação; de verbos, aqueles da mesma conjugação; e assim por adiante.

9. Daí, M. Varrão no mesmo livro: *Sentior*, afirma, que ninguém diz, e isso por si só não é nada; *adsentior* [“dou assentimento, aprovo”], todavia, geralmente todos dizem. Um certo Sisena dizia *adsentio* [“dou assentimento”] no senado e, depois disso, muitos o seguiram; no entanto, não puderam vencer o costume. 10. Mas o próprio Varrão, em outros livros, escreveu muito em favor da *anomalia*. 11. Portanto, é como que um certo tipo de lugar comum falar contra a *analogia* e, do mesmo modo, pelo contrário, falar a favor da *analogia*.¹³ (MARACHE, 1978, I, II, XXV, 9-11, p. 130)

Quanto a esse último trecho do autor, é interessante o exemplo apresentado. O dicionário que utilizamos, Saraiva (2006, s. v.), atesta a confusão em torno da escolha das formas; de fato, esse morfema /r/ sugere voz passiva, contudo, é exatamente por isso que os analogistas propõem critério quando se discute a questão, e esse critério reza que os termos cotejados sigam os mesmos paradigmas.

Considerações finais

Outros excertos dos autores poderiam ter sido explorados neste trabalho, todavia, nosso propósito era, sobretudo, apontar a produtividade do tema no período inicial do latim.

Com efeito, na esteira de Varrão, que deixou de lado a querela entre estoicos e alexandrinos para dedicar-se ao trabalho epistemológico de sistematizar a língua de Roma, os autores aqui destacados tampouco se ocuparam com a contenda, antes apenas registraram-na, dando testemunho de sua existência sem maiores preocupações, ou, até, de maneira tendenciosa — inclusive, no caso de Aulo Gélío, seus escritos apontam certa intenção de levar o leitor a partilhar da ideia de sua irrelevância.

12 Convém observar que *lupus* é um substantivo e *probus* é um adjetivo, o que não vem a ser um problema.

13 No original: “9. Inde M. Varro in eodem libro: “Sentior, inquit, nemo dicit et id per se nihil est, ‘adsentior’ tamen fere omnes dicunt. Sisenna unus ‘adsentio’ in senatu dicebat et eum postea multi secuti, neque tamen uincere consuetudinem potuerunt”. / 10. Sed idem Varro in aliis libris multa pro ἀνωμαλίαν tuenda scripsit. 11. Sunt igitur ii tamquam loci quidam communes, contra ἀναλογία, dicere et item rursum pro ἀναλογία.”

Comparativamente ao todo, pouco vimos; todavia, pensamos ter sido o suficiente para auferirmos uma noção satisfatória da história do termo analogia no Período Romano, passando por autores de diferentes áreas, porém, áreas afins.

Como não poderia deixar de ser, a influência de Varrão sobre os autores que vimos é nítida, o que é natural, seja por ter sido ele o primeiro gramático da língua latina, seja pelo caráter epistemológico de sua obra, enfim, seu legado é inestimável.

Quanto à analogia, foi um conceito caro aos antigos; fundamental, por exemplo, para os neogramáticos do século XIX; e ainda produtivo nos estudos linguísticos atuais.

REFERÊNCIAS

AILLOUD, H. *Suétone – vies des douze Césars*. Paris: Les Belles Lettres, 1931. [tome I: “César – Auguste”].

AUGÉ et al. *Dictionnaire des racines des langues européennes*. Paris: Librairie Larousse, 1949.

BAILLY, É. *Cicéron – letters a Atticus*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1937. [tome I, livres I-VI].

CARVALHO, A. C. S. O conceito de analogia sob a ótica de Marco Terêncio Varrão. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 1244-1253, set./dez. 2013.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine – histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

MARACHE, R. *Aulu-Gelle – les nuits attiques*. Paris: Les Belles Lettres, 1978. [tome I, livres I-IV].

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

PAGLIARO, A. *Sommario di linguistica arioeuropea*. Roma: “L’Universale” Tipografia Poliglotta, 1930. [v. I: “Cenni Storici e Questioni Teoriche”].

PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de história da cultura clássica: cultura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. [v. II].

ROMANELLI, R. C. *Os prefixos latinos – da composição verbal e nominal, em seus aspectos fonético, morfológico e semântico*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1964.

SANDYS, J. E. *A short history of classical scholarship – from the sixth century B.C. to present day*. Cambridge: University Press, 1915.

SARAIVA, F. R. dos S. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico etc.* Rio de Janeiro; Paris: Livraria Garnier, 2006.

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale.* Paris: Payot, 1969.

TEUBNER, D. B. *De divinatione / De fato / Timaeus.* M. Tulli Ciceronis. Stutgardiae: B. G. Teubneria, 1965. [v. 19, Fasciculus 46 – Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana].

Miss simpatia: a edificação do objeto discursivo Marina Silva em textos multimodais

(Missympathie: la construction de l'objet de discours
Marina Silva dans des textes multimodaux)

Karina Menegaldo

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/CNPq
karina.menegaldo@gmail.com

Résumé: En partant de l'examen approfondi des couvertures et des articles publiés par le magazine *Veja*, durant la période électorale de 2010, cet article cherche à systématiser comment l'objet de discours Marina Silva a été construit dans des textes multimodaux ainsi que l'image rattachée à cette candidate à la présidence en tant que produit de cette construction. L'objectif poursuivi dans cette analyse était de démontrer, en appliquant le concept de la construction d'un objet de discours à des textes de caractère multimodal ainsi que par l'examen du corpus choisi, que l'image conçue à partir de l'objet Marina Silva provient de la jonction entre l'objet de discours visuel et l'objet du discours verbal pris ensemble, dans un processus qui se traduit par la création commune de ces objets dans les textes.

Mots-clés: Référence; objet de discours, multimodale, texte, médias.

Resumo: Partindo do exame minucioso das capas e das matérias veiculadas pela revista *Veja*, na ocasião do período eleitoral de 2010, o presente artigo buscou sistematizar de que maneira o objeto de discurso Marina Silva foi edificado em textos de natureza multimodal e qual a imagem que emergiu da então candidata à Presidência da República, como produto dessa construção. O objetivo perseguido na análise foi demonstrar, de maneira aplicada, o conceito de construção de um objeto discursivo em textos de natureza multimodal, demonstrando, através do exame do *corpus* escolhido, que a imagem concebida do objeto Marina Silva foi edificada na junção entre o objeto de discurso visual e o verbal, e não separadamente, em um processo que se traduz na criação conjunta desses objetos dentro dos textos.

Palavras-chave: referência; objeto de discurso; multimodalidade; texto; mídia.

Delimitando o estudo

A pesquisa apresentada neste artigo buscou demonstrar a possibilidade de tratar a construção de um objeto de discurso como sendo uma edificação conjunta e indissociável entre os elementos verbais e visuais em textos nos quais recursos verbais mesclam-se. Para isso, tomamos como base o recente estudo de Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 64), no qual versam a respeito do conceito de texto “como objeto complexo e multifacetado”, para abordar os textos jornalísticos analisados como multimodais, ou seja, compostos por múltiplas semioses.

Partindo da abordagem do texto explicitada, buscamos na análise demonstrar que a aplicação do arcabouço teórico e de algumas categorias de análise pertencente à Linguística Textual, tradicionalmente aplicados aos aspectos verbais, podem ser aplicados também aos aspectos não verbais ao considerarmos a natureza desses textos jornalísticos como multimodal.

No que tange à Linguística Textual, foi abordado o processo de referenciação, amparando-se, principalmente, nos dizeres de Koch (2004, 2009), Koch e Elias (2006, 2009), Koch, Morato e Bentes (2005), Mondada e Dubois (2003), Marcuschi (2008), Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003), Francis (2003) e Cavalcante (2011, 2012). Todavia, como a análise não se restringiu aos elementos verbais do texto, utilizamos também os estudos recentes sobre o texto que versam sobre multimodalidade, de Bentes, Ramos e Alves Filho (2010), Cavalcante e Custódio Filho (2010) e Ramos (2007, 2011, 2012), principalmente no tocante ao conceito de texto multimodal e construção de objetos discursivos dentro de textos dessa natureza. Estudos esses que forneceram elementos que nos permitiram chegar ao apontamento, feito neste artigo, de que a construção de um objeto discursivo pode ocorrer intrinsecamente a partir da conexão entre as diversas linguagens que compõem um texto.

Para observação e estudo de como a construção do objeto de discurso ocorre em textos jornalísticos com semioses verbais e não verbais, foi selecionado o objeto de discurso Marina Silva, compreendendo a cobertura dada pela revista *Veja* à sua candidatura, em ocasião da eleição presidencial de 2010. O recorte que compreende o período de abordagem do objeto Marina Silva, em um contexto de candidatura à presidência da república, abarcou o período do anúncio de sua candidatura, até o anúncio do resultado do primeiro turno da eleição, que se traduziu no término da criação textual de sua imagem como candidata.

O levantamento do material existente se traduz em duas matérias específicas a respeito do objeto de discurso selecionado, cinco matérias nas quais o objeto de discurso foi introduzido conjuntamente aos objetos dos demais candidatos e duas capas (sendo que apenas uma delas possui elementos verbais e visuais na construção do objeto). Dentre o *corpus* apresentado, a ênfase da cobertura jornalística sobre o objeto analisado recaiu nas matérias exclusivas e, em uma das capas, na qual o objeto é construído entre elementos verbais e visuais. Sendo assim, os elementos analisados, a propósito da pesquisa, circundam especialmente a alguns textos, incluindo ainda a construção conjunta dos candidatos, tomando como base os textos nos quais há a construção através da introdução de elementos a respeito do objeto recortado e não apenas a sua menção, através de uma introdução isolada.

A referenciação e o texto multimodal

Retomando um pouco o processo de referenciação, cabe explicitar que, assim como ocorre nos textos verbais, nos textos abordados, multimodais, os objetos são construídos dentro do texto em representação aos objetos de mundo e não caracterizam uma construção do real para dentro do texto, mas uma recriação. Ao empregarmos o termo recriação não dizemos que as informações são dissociadas do real, mas que os elementos utilizados na construção dos objetos discursivos são escolhidos e trazidos para o texto, pelo autor, com um propósito discursivo. Sendo assim, ainda que os recursos não verbais sejam incluídos através de fotografias dos objetos, a caracterização se trata de uma categorização, visto que a escolha da imagem, o ângulo escolhido e o momento da fotografia representam a adoção de uma forma de categorizar, que sempre ocorre em detrimento de outra e apresentam informações a respeito do objeto.

Ao propormos a utilização do arcabouço teórico pertencente à Linguística Textual concernente à referenciação, faz-se necessário explicar que a abordagem da construção

do objeto de discurso analisado abordou os aspectos verbais e não verbais dos textos; tomamos como base os estudos recentes de Custódio Filho (2010) a respeito do conceito de texto, no qual os autores discutem e abordam a questão do texto, propondo análises que partem da junção entre os elementos verbais e não verbais.

Partindo da explicação a respeito do conceito de construção dos objetos de discurso, pontua-se que a construção do objeto discursivo Marina Silva, selecionado pelo estudo, ocorreu através da seleção de elementos representativos (verbais e não verbais), selecionados pelos jornalistas conforme as intenções discursivas de como pretendiam a retratação desse objeto. Sendo assim, as categorizações do objeto foram realizadas através de fotografias, desenhos e recursos verbais, inseridos nos textos. E as categorizações, verbais e visuais, promoveram a edificação do objeto através da progressão referencial.

É preciso reafirmar que ao aludir à teoria de referenciação a abordagem restringe-se aos elementos verbais de um texto, conforme já colocado anteriormente, não considerando outros elementos utilizados. No entanto, por entender que os elementos visuais constituem conjuntamente aos elementos verbais a construção dos objetos de discurso, cujos elementos que compõem as matérias jornalísticas são indispensáveis para a construção do objeto nas matérias analisadas, adotar-se-á a aplicação ao texto verbal no texto multimodal. Baseando-se para isso, inclusive, no que dizem Bentes, Ramos e Alves Filho (2010):

A nosso ver, é possível afirmar que um determinante visual equivale ao que, na LT, se chama de “objeto de discurso”. Sendo assim, o determinante visual seria entendido como uma categoria referencial construída e reconstruída no processo de progressão do texto multimodal. (p. 402)

Em sua pesquisa voltada aos quadrinhos e às tiras cômicas, Ramos (2011), explica que há uma articulação entre elementos verbais e não verbais no processo natural de leitura de um texto multimodal, passível de modificação a depender de cada texto.

Apoiando-nos nas explicações e discussões que versam sobre os limites textuais, apresentadas pelos autores utilizados como referência neste artigo, adotaremos o conceito de texto multimodal para explicar as retomadas dos objetos nos textos. Desse modo, assim como a referenciação tradicionalmente considera a inserção de componentes lexicais no texto, como uma estratégia de categorização, consideramos, em nossa análise, os componentes visuais como uma categorização. E, retomando os estudos de Mondada e Dubois (2003), que consideram que a introdução do objeto funciona como uma primeira categorização, serão apresentados, neste artigo, casos nos quais um elemento visual constitui a introdução do objeto de discurso no texto.

Veremos adiante exemplos de como pode ocorrer a introdução, primeira categorização, de um objeto de discurso em textos multimodais, bem como as suas retomadas. Retomadas essas que constroem a progressão referencial do objeto, mantendo-o muitas vezes em foco e promovendo sua continuidade, através da formação da cadeia referencial, formada pelas categorizações do objeto de discurso. E, tal como nos textos verbais, formando uma cadeia referencial que mantém a coesão e coerência do texto, à medida que agregam informações ao objeto progressivamente.

Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 64) colocam que a comunicação pode ser estabelecida, não somente pelo uso da linguagem verbal, mas também através de “outros

recursos semióticos”. Muitas vezes, ressaltam os autores, os recursos verbais e não verbais constroem o objeto de maneira tão complementar que uma linguagem preenche um espaço deixado pela outra. Fundamentando-se nos pressupostos discutidos, expõem-se, então, as análises do objeto de discurso selecionado, no trecho que se segue.

A edificação da Miss Simpatia

A introdução do objeto de discurso Marina Silva, na primeira matéria da cobertura de sua candidatura à presidência da república, ocorreu em um texto multimodal, ou seja, composto por múltiplas semioses, que a coloca como objeto discursivo central. Nele, a fotografia e o título, posicionados na primeira página, são vistos antes do restante da matéria.

A diagramação do texto alocou a fotografia de Marina Silva e o título, elemento visual e verbal em articulação, na primeira página. Esse posicionamento físico dos elementos que compõem o texto faz com que a primeira coisa a ser vista no texto seja a junção da fotografia e texto do título, promovendo uma introdução do objeto de discurso multimodal.

A afirmação de que a junção dos elementos, explicitados acima, caracterizam a introdução referencial no texto se faz possível através da observação da matéria, exposta a seguir, na qual é possível notar que a fotografia ocupa toda a extensão da primeira página e quase metade da segunda, de maneira centralizada e bem destacada, ao passo que o título, que comumente aparece no alto da página, está posicionado em cima da imagem, do lado esquerdo, acompanhando a imagem, de maneira a introduzir o objeto de discurso, conjuntamente à imagem.

Os dados expostos, verificáveis através da observação de posicionamento dos elementos verbais e visuais da matéria, corroboram a afirmação de que a introdução do objeto Marina Silva, por ser o primeiro elemento visto ao nos depararmos com o texto, é ela, então, a primeira categorização do objeto. Ao assumirmos essa posição, fazemos alusão ao conceito amplamente compartilhado pela área: o de que a introdução referencial ocorre no primeiro registro do objeto no texto. Com isso, entendemos que os elementos visuais e verbais não seguem um critério hierárquico preestabelecido e que a construção da cadeia referencial em textos multimodais segue uma ordem de introdução e retomada própria a cada texto e aos elementos, visuais e verbais, que a compõem.

Sendo assim, o texto verbal, que constitui o título, alocado em cima da imagem, possibilita ao leitor interpretar a imagem que está sendo inevitavelmente lida por conta da posição e extensão que ocupa na página. Entendemos, então, que função de categorização inicial do objeto ocorre conjuntamente com a fotografia e as duas categorizações *jovem* e *moderno*, seguidas do referente Marina. Observe a seguir:

Sociedade

**É JOVEM?
É MODERNO?
É MARINA**

174 | 2 DE JUNHO, 2010 | veja

Figura 1. Texto publicado na edição 2167 da revista *Veja*



EDU. LOPES

Estar lá atrás nas pesquisas não diminui a empolgação por Marina Silva da juventude bem-nascida, bem conectada e bem-pensante que, sem ganhar nada, se mobiliza em favor da candidata do PV, a quem vê como “o nosso Obama”

JULIANA LINHARES

Marina Silva, 52 anos, pode não ter base partidária importante, fartos recursos de campanha nem espaço para crescer. Mas tem uma coisa que faz qualquer adversário morrer de inveja: bandos de jovens encantados com seu discurso e sua personalidade, dispostos a erguer as mangas dos moletons, de marca, e gastar as solas dos tênis, de grife, para nadar contra todas as evidências pré-eleitorais e elegê-la presidente. Ainda por cima, eles se dispõem a fazer tudo isso na moral, muitas vezes bancando pequenas despesas, e na maior animação — lembram-se de um partido que no passado distante era assim? São os “marineiros”, como se autodenominam os defensores da candidata do Partido Verde, em geral jovens das classes média e alta que estudaram em bons colégios, seguiram profissões conectadas à modernidade e têm na causa ambiental a maior, se não única, energia mobilizadora. Sem hesitação, declaram-se unanimemente a-pai-xo-na-dos por Marina. E provam. O carioca Eduardo Rombauer, hoje com 30 anos, é marineiro de primeira hora. Quando ainda estava no Ministério do Meio Ambiente, em 2007, Marina dava uma palestra em Brasília quando percebeu alguns estudantes, Rombauer à frente, que distribuíam broches com seu rosto pintado. Mandou pedir que parassem. Dois anos depois, em outra palestra, lá estava o grupinho de Rombauer, que pediu e obteve uma conversa com ela. “Lembra dos broches? Fui eu que fiz. Agora, vou retomar a campanha pela sua candidatura. Nem que a senhora não queira”, lembra o carioca insistente. “Ela disse: ‘Menino, faça isso, não. Vai me dar problema para mais de metro’.” Rombauer foi em frente e criou o Movimento Marina Silva. “Cinco meses depois, o PV a convidou para ser a candidata do partido à Presidência. Não tenho dúvida de que isso aconteceu por nossa causa.” O movimento atualmente tem 20000 seguidores virtuais.

Com seu jeito habilidoso de falar e a tranquilidade de quem só tem a ganhar numa eleição que a projetará como personalidade carismática, mesmo com os atuais 12% de preferência de votos, Marina afaga os fãs. “Os jovens são portadores naturais da antecipação do mundo. Enquanto a gente vai consolidando uma experiência, eles desequilibram tudo, e buscam outra coisa. É isso que faz com que o mundo não pare”, diz. Pesquisadores políticos acompanham com interesse a campanha espontânea em favor de Marina. “Esta disputa tem dois candidatos mais velhos, que remetem ao século XX. Quem traz uma conversa nova para esses meninos é a Marina”, diz Antonio Lavareda, profissional do marketing político. Um exemplo: referências à militância con-

AVATAR DOS MARINEIROS

Proselitismo na internet, nas festas, até no elevador: entusiasmo para divulgar e promover a candidatura de Marina

veja | 2 DE JUNHO, 2010 | 175

Figura 2. Texto publicado na edição 2167 da revista *Veja*

Após a explicação da primeira categorização do objeto de discurso em um dos textos, partimos para a sistematização dos elementos que compõem a cadeia referencial e de como o objeto é construído.

A categorização inicial, multimodal, fornece os primeiros elementos sobre o objeto Marina Silva, cuja construção ocorre através de elementos de semioses verbais e não verbais. Com a fotografia, texto visual da categorização inicial, são introduzidas as informações:

mulher, negra, magra, com mais de 40 anos, sorridente e com um semblante tranquilo, conjuntamente com primeira catáfora verbal, recategorizada na sequência, moderna.

Após a introdução, a construção da cadeia referencial do objeto progride através das recategorizações, cuja primeira retomada ocorre no título, agregando nova informação e promovendo a progressão referencial do objeto Marina Silva, como é possível ver na Figura 2, antecedente: *jovem, moderno e Marina*. Nessa sequência de frases, presente no título, há duas categorizações, a introdução e a recategorizaçãodo objeto de discurso, introduzindo nova informação.

Pouco mais adiante, no corpo da matéria, a construção da cadeia referencial progride, mas não mais isoladamente. Há a introdução de uma nova cadeia referencial, construída em associação com a cadeia referencial do objeto Marina Silva, que fornece informações ao objeto central de maneira associada. A cadeia referencial de seus eleitores, introduzida através da catáfora *juventude bem-nascida, bem-conectada e bem-pensante*, associa-se ao objeto central através da recategorização *marineiros*, em derivação direta ao nome da candidata. A recategorização apresenta o objeto de discurso eleitores como um subproduto do objeto Marina Silva, atrelando as informações pertencentes a sua cadeia referencial à cadeia do objeto Marina Silva.

Conjuntamente à construção, concomitantemente à construção da cadeia referencial dos eleitores de Marina Silva, há a progressão da cadeia do objeto que é recategorizado no transcorrer do texto. Veja a progressão das duas cadeias referenciais, de maneira sistematizada na tabela a seguir:

Tabela1. Progressão referencial

Objeto de discurso Marina Silva	Objeto de discurso Eleitores de Marina Silva
Jovem	Juventude bem-nascida, bem-conectada e bem-pensante
Moderno	Bando de jovens encantados
Candidata do PV	Marineiros
Nosso Obama	Jovens das classes média e alta
Candidata do Partido Verde	Apaixonados por Marina
Personalidade Carismática	Marineiros
Nosso Obama	Eleitores
Nossa esperança	Marineiros
Evangélica da Assembléia de Deus	
Candidata	
Elegante	

É possível observar, após a sistematização das categorizações do objeto de discurso analisado, que há elementos introduzidos na imagem (categorização inicial do objeto) que são retomados na parte verbal do texto, como ao exemplo do adjetivo *personalidade carismática*, retomando a informação introduzida na imagem através de seu sorriso e semblante tranquilo.

Além da retomada no texto verbal, introduzidas pelo texto visual, há também a progressão associada do objeto de discurso a outro introduzido no texto. Ao dizer que Marina Silva seria nosso Barack Obama, primeiro presidente negro eleito nos Estados Unidos, levando em consideração as diferenças das trajetórias política e de vida de cada

um deles, a comparação coloca em pauta a cor da pele de ambos e a possibilidade de termos, como nos Estados Unidos, um presidente negro. A informação introduzida com a imagem, a respeito da cor da candidata, é abordada no texto verbal ao relacioná-la ao atual presidente americano.

Considerando as categorizações elencadas na tabela anterior, podemos dizer que a imagem que emerge do texto é de uma candidata tranquila, simpática, carismática, que associada à cadeia referencial de seus eleitores, brasileiros jovens, e ao presidente americano Barack Obama, podendo vir a se tornar a primeira presidente negra do Brasil.

Na sequência, o texto mostrado a seguir, pertence ao gênero capa. Pela natureza do gênero, a linguagem visual possui um destaque maior, como ocorre em peças publicitárias impressas. Entende-se, com base na estrutura do gênero, que a primeira categorização ocorre com a introdução da fotografia de Marina Silva, conjuntamente a outros dois candidatos, José Serra e Dilma Rousseff.

Primeiramente, há a informação, através da feição serena, de que a candidata está tranquila em relação ao objeto de discurso *disputa presidencial*, sobre o qual o estudo apresentado neste artigo não tratou, mas que também foi construído no texto em questão através de elementos visuais, como podemos verificar a seguir, na estrutura das faixas presidenciais desenroladas por cada candidato, simulando uma corrida:



Figura 3. Texto publicado na edição 2169 da revista *Veja*

Entende-se a representação da imagem visual da candidata como a primeira categorização, por ser, inevitavelmente, a primeira coisa que se “lê” no texto, ou seja, no caso do texto em questão, os elementos visuais são vistos anteriormente aos elementos verbais, devido ao seu posicionamento central, em destaque, às cores mais chamativas e até mesmo ao espaço concedido.

Após a leitura inicial da imagem, através da qual obtemos informações a respeito do objeto introduzido, procedemos à leitura da parte verbal do texto, na qual há as demais categorizações do objeto Marina Silva, ela pode *não ser apenas a miss simpatia*, estabelecendo assim a progressão referencial do texto.

Dentre as cinco matérias levantadas nas quais o objeto Marina Silva é introduzido em conjunto aos demais candidatos, em apenas uma, há a progressão referencial do objeto. Nele, ao exemplo do primeiro texto analisado, a cadeia referencial do objeto de discurso Marina Silva é construída em associação à de seus eleitores, mas não apenas na parte verbal do texto, e sim, primordialmente, na parte visual, como pode ser visto a seguir:

Brasil

O ELEITOR DE MARINA
Sexo: feminino
Idade: entre 16 e 24 anos
Educacional: cursou o superior
Onde vive: no Sudeste, em capitais
Renda familiar: superior a cinco salários mínimos

“Ela é, sobretudo, coerente”
 A cantora **Ana Leticia de Oliveira**, de 21 anos, estagiária em uma agência de publicidade, acompanha a trajetória de Marina Silva desde que a candidata era ministra do Meio Ambiente. “Acho-a, sobretudo, coerente. Sua saída do PT foi uma demonstração disso. Afinal, o governo Lula não punha em prática as ideias dela”, afirma. Apesar da admiração pela candidata verde, a jovem não é uma militante da causa ambiental: “Procuro fazer à minha parte, como deixar de usar sacolas plásticas nos supermercados, mas não saio por aí levantando bandeiras”. Ana Leticia se descreve como alguém “100% on-line”. Segue Marina no Twitter, mas está reticente a usar a internet para fazer doações à campanha do PV, como vem solicitando a sigla: “Embora acredite na Marina, sou um pouco cética em relação a qualquer partido político”.

Dos eleitores que declaram voto em Marina no primeiro turno:

62% Dizem que votarão nela com certeza

38% Dizem que ainda podem mudar de opinião

MARINA PONTOS FORTES
 ■ Tem uma história de vida de forte apelo emocional
 ■ Apresenta-se como a candidata da ética
 ■ Tem boa aprovação entre os jovens

PONTOS FRACOS
 ■ Terá pouco tempo no horário político
 ■ Tem poucas propostas para além da área ambiental
 ■ Seu partido tem pouca expressão nacional

As iscas estão lançadas. Que vença o melhor nome por trás do anzol. **COM REPORTAGEM DE RONALDO SOARES, CAROL QUIBU, EMANUELLA SOMBRÁ E MONIQUE BECKER**

68 | 18 DE AGOSTO, 2010 | **Veja**

Figura 4. Texto publicado na edição 2178 da revista *Veja*

Novamente, pode-se notar que as imagens estão em destaque no texto, como o primeiro elemento que vemos. Entende-se, então, que a primeira categorização do objeto de discurso *eleitor de Marina Silva* ocorre através da fotografia de uma eleitora. Concomitantemente, de maneira associada, há a categorização do objeto de discurso *Marina Silva*

que, por sua vez, está sendo retomado, visto que foi introduzido na página antecedente como *Marina Silva*, conjuntamente aos demais candidatos.

A associação dos dois objetos de discurso ocorre através de elementos de natureza imagética: a fotografia de Marina Silva está sobreposta à de sua eleitora; ambas estão sorrindo e apresentam semblante tranquilo; possuem o ângulo do olhar centralizado. As fotografias estão posicionadas de uma maneira que permite ao leitor visualizá-las ao mesmo tempo. Outro elemento são as margens arredondadas, igualmente ao *botton* que a eleitora segura, como se sua imagem ampliada fosse um dos elementos da imagem da eleitora.

A construção dos objetos de discurso Marina Silva e eleitor de Marina Silva progridem no texto verbal, como será visto na tabela a seguir. Contudo, destacamos que a construção do objeto Marina Silva ocorreu, principalmente, através da associação com outra cadeia referencial, a de seus eleitores. E são as fotografias, as categorizações que associam as duas cadeias referencias, principal elemento argumentativo na construção do objeto. Visto que a associação, promovida pelo texto visual, à cadeia referencial eleitores de Marina Silva fornece informações com carga positiva, portanto, opinativa à construção do objeto de discurso Marina Silva.

Através da Tabela 2, exposta a seguir, é possível notar quais as informações que foram transferidas de maneira associada ao objeto Marina Silva. Delas, destacamos a informação sobre a instrução dos seus eleitores, que cursam ou cursaram o nível superior ainda jovens, em oposição à informação que Marina Silva foi alfabetizada aos 16 anos pelo Mobral. Nesse caso, a imagem de Marina Silva não constitui uma categorização com o propósito apenas de introdução de informações sobre o objeto de discurso, mas, sobretudo, de construção de uma cadeia referencial associada à outra, fundamental para a construção do objeto de discurso Marina Silva.

Tabela 2. Progressão referencial

Objeto de discurso Marina Silva	Objeto de discurso Eleitores de Marina Silva
Alfabetizada pelo Mobral	Sexo feminino
Ela	Idade entre 16 e 24 anos
Candidata da ética	Curso superior
Coerente	Vive no Sudeste, em capitais

O último texto analisado, que compreende o término da cobertura, é uma matéria na qual há um resumo do plano de governo de Marina Silva, antecedido por um breve histórico da candidata, no qual o objeto de discurso é retomado sucessivamente. O título e a imagem estão em destaque, no mesmo patamar de visão, no topo da página. Entende-se, aqui, que a primeira categorização ocorre na rotulação catafórica presente no título *Verde com coração vermelho*, que indica como a imagem de Marina Silva desenhada deve ser lida.

Ao fazer a leitura do título, é necessário buscar informações na imagem para interpretar qual é o objeto de discurso, pois ao lermos o título não é possível identificá-lo, sem a complementação da imagem de um avatar com as feições de Marina Silva, em menção direta às criaturas presentes na obra cinematográfica de ficção científica de autoria de James Cameron, lançada em 2009. Observe:

VERDE COM CORÇÃO VERMELHO

Impulsionada pelo discurso ambientalista e de defesa da ética, a ex-petista Marina Silva sai destas eleições maior do que entrou — e já pensa em 2014

MALU GASPAR E RONALDO SOARES

Qualquer que seja o resultado das eleições, Marina Silva, de 52 anos, sairá dela maior do que entrou. Quatro meses atrás, a candidata do PV exibiu uma plataforma limitada pelo discurso verde e não mais do que 9% das intenções de voto. Chega à reta final da campanha com 14 pontos nas pesquisas e uma imagem associada à defesa da ética na política, resultado tanto de uma arguta estratégia de campanha quanto dos escândalos que marcaram a última fase da campanha petista. “Diante deles, Marina Silva acabou sendo vista por muitos como uma opção mais palatável à esquerda”, diz o cientista político Antonio Lavareda. Além de ampliar suas bandeiras — de resto, uma meta traçada desde o início por sua assessoria —, Marina conseguiu formar um eleitorado composto, em grande parte, de brasileiros jovens, escolarizados e ricos das grandes cidades — os chamados “formadores de opinião”. Trata-se de um valioso capital político.

Até um ano atrás, quando deixou o PT, nada sugeria que ela pudesse se tornar opositora do partido. O PT foi o berço político de Marina e sua sigla durante três décadas. Nesse período, ela se elegeu vereadora, deputada estadual e senadora por duas vezes, além de ser nomeada ministra do Meio Ambiente do governo Lula, cargo que ocupou por cinco anos. A defesa da ética, sua atual principal bandeira, não impediu que permanecesse no partido quando eclodiu o escândalo do mensalão. Marina só veio a deixar Brasília, e o PT, à medida que se agravaram as discordâncias entre ela e sua colega de Esplanada Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil. A grande queda de braço entre as duas se deu em torno da construção de hidrelétricas às quais Marina, inflexível, negou licenças ambientais. No duelo com a sua hoje adversária de campanha, a ex-petista colecionou decepções e derrotas.

Como Lula, Marina é dona de uma biografia admirável, reveladora de uma extraordinária capacidade de superar adversida-



Figura 4. Texto publicado na edição 2185 da revista *Veja*

Ao contrário das demais representações imagéticas do objeto de discurso Marina Silva, o avatar de Marina Silva está com o semblante sério e não apresenta simpatia alguma. O título *Verde com coração vermelho*, além de ser a primeira introdução do objeto de discurso Marina Silva, constitui também uma rotulação, que sumariza informações que serão retomadas ao longo do texto: *Ambientalista*, adiantado pelo rótulo *verde*, e *ex-petista*, adiantado pelo rótulo *com coração vermelho*.

Dando prosseguimento a uma construção, diferente das demais analisadas até o momento, a cadeia referencial do objeto Marina Silva é constituída de elementos que compõem uma imagem menos simpática do que a construída nos demais textos da cobertura. Os elementos que constituem sua cadeia referencial: *candidata do PV*, *uma opção mais palpável à esquerda*, *vereadora*, *deputada estadual e senadora por duas vezes*, *nomeada ministra do Meio Ambiente do governo Lula*, *inflexível* e *dona de uma biografia admirável*, ligam Marina Silva não mais aos seus eleitores, mas à sua trajetória política. Sendo assim, podemos dizer que a imagem com semblante fechado do objeto Marina Silva, introduzido através da imagem, teve sua progressão continuada através dos elementos verbais, tendo um reforço no adjetivo *inflexível*.

Podemos apontar que, exceto pelo último texto, na maior parte da cobertura jornalística apresentada, a imagem de Marina Silva construída em cada um dos textos é de

simpatia, edificada inclusive através de recursos não verbais. E, incluindo o último texto exposto, observamos que os elementos visuais compõem a construção do objeto de discurso, conjuntamente aos elementos verbais, e, conseqüentemente, constroem com ele a imagem que emerge da construção do objeto discursivo, em cada um dos textos.

Considerações finais

Perseguimos neste artigo, como objetivo principal, apresentar duas possibilidades de aplicação para a construção dos objetos de discurso em textos multimodais. Visto que, diferentemente dos textos pertencentes ao gênero capa, nos quais não há a possibilidade de dissociação dos elementos verbais e visuais, similarmente ao que ocorre nos textos publicitários, nas matérias jornalísticas há a mistura entre os elementos visuais e verbais, em construção conjunta. Contudo, ponderamos que, embora a progressão possa ocorrer de maneiras distintas, há a possibilidade, dependendo do texto, da separação entre os elementos visuais e verbais, sendo possível a retirada de um deles, sem que o outro perca completamente o sentido.

Após a análise dos textos pertencentes à cobertura selecionada, podemos afirmar que a imagem edificada do objeto de discurso da candidata foi constituída através de elementos verbais e visuais em cada um dos textos. A retirada dos elementos visuais dos textos analisados alteraria a construção do objeto de discurso Marina Silva, dando origem a objetos de discurso diversos dos apresentados. Portanto, torna-se possível a afirmação de que os elementos visuais e verbais dos textos jornalísticos analisados são indissociáveis na consideração da construção do objeto de discurso Marina Silva, em cada um dos textos.

Propõe-se, com o estudo apresentado, a consideração da aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos à linguística textual, no que concerne ao processo de referenciação em textos jornalísticos constituídos de múltiplas semioses, para o estudo da construção dos objetos de discurso dos textos pertencentes a esse gênero textual.

REFERÊNCIAS

BENTES, Anna Christina; RAMOS, Paulo; ALVES FILHO, Francisco. Enfrentando os desafios no campo dos estudos do texto. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Org.). *Linguística de textos e análise da conversação*: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Referenciação*: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do Gelne*, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010. Disponível em: <<http://www.gelne.org.br/Site/RevistaGelne/revistas>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de. *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANCIS, Gill. Rotulação do Discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MENEGALDO, Karina. Um texto, duas linguagens: a edificação de objetos discursivos em um texto multimodal. *Revista Linha Mestra*, São Paulo, v. 6, p. 273-276, 2012.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Estratégias de referenciação em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas. *Linguagem em Discurso*, Santa Catarina, v. 12, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1221/1022>. Acesso em: 5 fev. 2013.

REVISTA VEJA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

SOUZA JÚNIOR, Rivaldo Capistrano de. *Referenciação e humor em tiras do Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva*. 2012. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAMOS, Paulo Eduardo. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. *Faces do humor*. São Paulo: Zarabatana, 2011.

_____. Estratégias de referenciação em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 12, p. 743-763, 2012.

Conto popular, estória oral e conto literário: uma análise intertextual

(Folktale, oral story and short story: an intertextual analysis)

Luana Ferraz

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

luferraz22@hotmail.com

Abstract: This paper proposes the analysis of intertextual relations present in the short story “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”, written by Chico Anysio (1931-2012). In order to do that, we use the concept of genre proposed by Bakhtin, the subdivision of intertextual phenomenon proposed by Koch, Bentes and Cavalcante (2008), and the notion of “intertextual gap”, by Bauman and Briggs (1995).

Keywords: intertextuality; folktale; oral story telling; short story; Chico Anysio.

Resumo: O presente artigo propõe a análise das relações intertextuais presentes no conto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”, de Chico Anysio (1931-2012). Para tanto, utilizamo-nos do conceito bakhtiniano de gênero; da subdivisão do fenômeno intertextual proposta por Koch, Bentes e Cavalcante (2008); e da noção de *gap intertextual*, de Bauman e Briggs (1995).

Palavras-chave: intertextualidade; conto popular; estória oral; conto literário; Chico Anysio.

Introdução

Desde que a linguística textual ultrapassou a análise de frases descontextualizadas, passando a privilegiar a relação entre autor, leitor e contexto na construção do sentido do texto, a intertextualidade passou a constituir um de seus principais temas. Nesse âmbito, compreendemos a intertextualidade não apenas como um fenômeno de remissão a textos (ou fragmentos de textos) efetivamente produzidos, mas também como uma propriedade constitutiva, que relaciona e distingue gêneros e tipos textuais, na medida em que estabelece modelos de produção e recepção de textos/discursos.

Neste trabalho, consideramos o papel da intertextualidade *stricto sensu* na produção/intelecção textual, mas, acima de tudo, procuramos atribuir relevância à noção de intertextualidade *lato sensu* como recurso para detectar propriedades comuns a determinados gêneros ou tipos textuais. Sendo assim, utilizamo-nos da subdivisão do fenômeno intertextual sugerida por Koch, Bentes e Cavalcante (2008), e da noção de *gap intertextual*, proposta por Bauman e Briggs (1995) para investigar as relações intertextuais *stricto sensu* e *lato sensu* estabelecidas pelo texto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”.

Organizamos, pois, o trabalho da seguinte maneira: em um primeiro momento tratamos das noções de intertextualidade *stricto sensu* e *lato sensu* propostas por Koch, Bentes e Cavalcante (2008) e da noção de *gap intertextual*, de Bauman e Briggs (1995); em seguida, fazemos uma breve caracterização dos três gêneros abordados no trabalho,

a saber: conto popular, estória oral e conto literário; e, finalmente, apresentamos uma análise intertextual do texto de Chico Anysio, procurando relacioná-lo com os “modelos” genéricos correspondentes aos gêneros conto popular, estória oral e conto literário.

Sobre a intertextualidade

O conceito de intertextualidade, conforme proposto na década de 1960 pela crítica literária francesa Julia Kristeva (1974), possui uma aplicação ampla, que ultrapassa o sentido mais óbvio, relacionado aos casos em que uma obra literária faz alusão à outra obra literária. Segundo Trask¹ (2004, apud KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 14), Kristeva “encara cada texto como constituindo um intertexto numa sucessão de textos já escritos ou que ainda serão escritos”.

De igual modo, a linguística textual concebe que um texto jamais pode ser avaliado e/ou compreendido isoladamente. Nesse sentido, Koch (2005, p. 59-60) destaca que

[...] todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

Ainda no âmbito da linguística textual, Beaugrande e Dressler apontam a intertextualidade como um dos critérios da textualidade, destacando sua poderosa influência para a concepção global desta noção (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005). De acordo com os autores, a intertextualidade refere-se à

[...] relação de dependência que se estabelece entre, por um lado, os processos de produção e de recepção de um texto determinado e, por outro, o conhecimento que os participantes da interação comunicativa tenham de outros textos anteriores relacionados com ele (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 249, tradução nossa)²

Como podemos perceber, a intertextualidade possui diferentes facetas, podendo ser considerada como um fenômeno de natureza mais estrita ou mais ampla. Diante disso, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) fornecem uma subdivisão do fenômeno, classificando-o em dois tipos: intertextualidade *stricto sensu*, atestada pela necessária presença do intertexto; e intertextualidade *lato sensu*, constitutiva de todo e qualquer discurso.

O que denominamos intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando um texto produzido anteriormente (intertexto) apresenta-se inserido em outro texto. Trata-se, portanto, de uma remissão de um texto a outros textos (ou fragmentos de textos) já existentes, ou, como destacam Koch, Bentes e Cavalcante (2008), de uma remissão a textos efetivamente produzidos, que fazem parte da memória social ou da memória discursiva dos interlocutores.

1 TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 147.

2 No original: “[...] relación de dependencia que se establece entre, por un lado, los procesos de producción y recepción de un texto determinado y, por otro, el conocimiento que tengan los participantes en la interacción comunicativa de otros textos anteriores relacionados con él”.

As autoras também subdividem as manifestações desse tipo de intertextualidade em intertextualidade *temática*, *estilística*, *explícita* e *implícita*, as quais podem coexistir em um mesmo texto. Fala-se em *intertextualidade temática* quando diferentes textos compartilham os mesmos temas,³ e em *intertextualidade estilística* quando o autor de um texto repete, imita ou parodia certos estilos ou variedades linguísticas, em busca de efeitos de sentido diversos (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008).⁴ A *intertextualidade explícita* ocorre quando há a exposição da fonte do intertexto pelo autor do texto “novo”, ao passo que, na *intertextualidade implícita*, há a introdução no texto de um intertexto alheio, sem citação expressa da fonte.

Ao recorrer à intertextualidade implícita, o autor de um texto pode fazê-lo no sentido de seguir a orientação argumentativa do texto de origem, ou, ao contrário, pode ter a intenção de ridicularizá-lo, de colocá-lo em questão ou de argumentar em sentido oposto (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008; KOCH, 2009). No primeiro caso, temos o que Grésillon e Maingueneau (1984) chamam de *captação*, e o que Sant’Anna (2003) chama de *intertextualidade das semelhanças*. Ao segundo caso, Grésillon e Maingueneau (1984) denominam *subversão* e Sant’Anna (2003), *intertextualidade das diferenças*.

A intertextualidade *lato sensu*, por sua vez, pode ser compreendida como uma condição de existência para qualquer texto, já que, a rigor, todo dizer remete a enunciados anteriores. Contudo, é necessário considerar que as relações estabelecidas entre os textos não se restringem aos enunciados isolados, mas incluem “modelos gerais e/ou abstratos de produção e recepção de textos/discursos” (BAUMAN; BRIGGS, 1995⁵, apud KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 85).

De acordo com Koch (2003, 2011) e Koch, Bentes e Cavalcante (2008), os falantes de uma determinada comunidade, a partir da vivência em sociedade, adquirem e armazenam na memória modelos cognitivos de contexto e esquemas textuais (ou superestruturas)⁶ que os auxiliam nos processos de produção e inteligência textual. Isso quer dizer que, ao lançar mão dos modelos armazenados em sua memória, o falante é capaz, entre outras coisas, de reconhecer e de utilizar adequadamente gêneros e tipos textuais.

Podemos dizer, portanto, que, ao relacionar os diferentes textos produzidos em sua cultura, os usuários de uma língua tornam-se capazes de distinguir as propriedades de gêneros e tipos textuais, o que torna a intertextualidade “um fator importante para o estabelecimento dos tipos e gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p. 130). Assim, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) julgam ser possível subdividir a intertextualidade *lato sensu* em dois tipos: *intertextualidade intergenérica* e *intertextualidade tipológica*.⁷

3 O conceito de intertextualidade temática é apresentado por Koch (2003) sob a designação *intertextualidade de conteúdo*.

4 A definição que se aplica à intertextualidade estilística é exposta por Koch (2003). Entretanto, nesse trabalho, a autora opta por denominá-la *intertextualidade de forma/conteúdo*.

5 BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Genre, intertextuality and social power. In: BLOUNT, B. G. (Ed.). *Language, culture and society: a book of readings*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1995. p. 567-608.

6 Para maiores esclarecimentos sobre este modelo de processamento do discurso, veja-se Van Dijk (2002).

7 É importante ressaltar que o texto constitui uma estrutura sequencial heterogênea, mesmo que um tipo de sequência prevaleça. Assim, apoiados em Adam (1991) e Koch e Elias (2006) concebemos que as sequências textuais de um mesmo tipo compartilham características que permitem diferenciá-las de outros tipos (intertextualidade tipológica), e que, em um mesmo texto, podem ser observados diferentes tipos de sequências (heterogeneidade tipológica).

A *intertextualidade intergenérica* (*intergenericidade*, para Marcuschi (2008)), corresponde à hibridização ou à mescla de gêneros na qual um gênero assume a função de outro (MARCUSCHI, 2002, 2008). Dessa forma, podemos assumi-la como um fenômeno bastante comum – particularmente, em textos de caráter irônico/parodístico, argumentativo ou publicitário –, que “evidencia a plasticidade e a dinamicidade dos gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p. 166). A *intertextualidade tipológica*, por sua vez, diz respeito às regularidades que podem ser apreendidas entre as sequências (ou tipos) textuais.

Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2008), cada uma das sequências textuais (narrativas, descritivas, expositivas, injuntivas e argumentativas *stricto sensu*) possui um conjunto de características comuns (estruturação, seleção lexical, uso de tempos verbais, advérbios e outros elementos dêiticos), que permitem reconhecê-las como pertencentes a uma determinada categoria. Tais “tendências dominantes” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 251) compõem modelos mentais tipológicos específicos – chamados por Van Dijk (2002), superestruturas –, que são socialmente adquiridos através do contato do falante com os diversos textos a que se encontra exposto.

Assim, uma sequência narrativa, por exemplo, guardaria algumas semelhanças com outras sequências narrativas, tais como: sucessão temporal/causal de eventos, predominância dos verbos de ação, tempo verbal do mundo narrado, abundância de advérbios temporais, causais e locativos e presença frequente do discurso relatado (KOCH; ELIAS, 2010; KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008); o que nos permitiria, a partir do estabelecimento de uma relação intertextual, reconhecê-la como uma sequência narrativa mais ou menos típica. Raciocínio semelhante poderia ser aplicado às demais sequências (ou tipos) textuais, levando-se em conta as especificidades de cada tipo.

Outro conceito relevante no tratamento da intertextualidade é proposto por Bauman e Briggs (1995). Para esses autores, os enunciados são produzidos tendo em vista modelos gerais (genéricos e/ou tipológicos). No entanto, há, no momento mesmo da construção do enunciado, a produção de um distanciamento dos modelos genéricos/tipológicos anteriores, que pode ser suprimido ou enfatizado, ao qual os autores denominam *gap intertextual*.

O produtor de um texto pode, portanto, *minimizar o gap intertextual*, manipulando sua produção textual-discursiva de modo a aproximá-la prioritariamente de um “modelo” genérico e/ou tipológico. Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 101) observam que esse tipo de estratégia “busca alcançar uma transparência genérica e/ou tipológica” e “sustenta modos altamente conservadores e tradicionais de se criar autoridade textual”. Ao contrário, quando dá relevo às “estratégias que enfatizam a inovação e a criatividade individual” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 101), o produtor do texto promove um movimento de afastamento do texto produzido em relação a determinado “modelo” genérico e/ou tipológico, ou seja, promove a *maximização do gap intertextual*.

Considerando as observações feitas até agora, percebemos que poderíamos elencar uma série de conhecimentos desejáveis para uma construção de sentido eficaz que, em maior ou menor grau, estariam relacionados ao fenômeno intertextual. Neste trabalho, procuramos focalizar os conhecimentos que dizem respeito à composição, ao conteúdo temático, ao estilo e ao meio de transmissão dos gêneros textuais envolvidos em diferentes situações comunicativas. Assim, no próximo item, buscamos caracterizar brevemente os gêneros conto popular, estória oral e conto literário, fundamentados, sobretudo, nas dimensões do gênero apontadas por Bakhtin (2010) – conteúdo temático, construção composicional

e estilo – e nas observações de Bentes da Silva (2000) a respeito das configurações narrativas do conto popular e da estória oral.

Conto popular, estória oral e conto literário: aproximações e afastamentos

Observar que os gêneros conto popular, estória oral e conto literário, ligados por uma origem comum que remete às antigas narrativas orais (crenças e mitos primitivos), são naturalmente próximos é, provavelmente, apenas reafirmar o óbvio. Todavia, em que pesem as possíveis semelhanças composicionais, estilísticas e, até mesmo, temáticas, esses três gêneros apresentam diferenças importantes, relacionadas, sobretudo, ao modo de difusão e à relevância da autoria na constituição do enunciado.

Segundo Simonsen (1987), os contos populares constituem relatos em prosa de acontecimentos reconhecidamente fictícios. Tais narrativas, transmitidas entre o povo há gerações, integram uma literatura originalmente oral, de caráter folclórico. Assim, conclui-se que os contos populares são relatos que apresentam as características inerentes a toda produção folclórica, a saber: antiguidade, persistência, anonimato e oralidade (CASCUDO, 1984, p. 24).

Na produção desse gênero, os discursos anônimos da tradição são selecionados e atualizados por intérpretes pontuais que, mesmo introduzindo algumas inovações às estruturas fixadas das narrativas, preservam a essência do enredo. Dessa forma, podemos considerar que o ritual de linguagem que se encontra na base de produção dessas histórias contribui decisivamente para sua divulgação e persistência (BENTES DA SILVA, 2000). São possíveis, assim, algumas reflexões a respeito do conteúdo temático, da construção composicional e do estilo dos contos populares.

De acordo com Bakhtin (2010), o conteúdo temático de um gênero diz respeito à sua finalidade discursiva (ou propósito comunicativo). Desse modo, podemos considerar que o conteúdo temático do gênero conto popular apresenta uma relativa plasticidade, promovida, sobretudo, pelas “preferências” da comunidade em que circulam os contos, tendo em vista suas crenças, seus costumes e seus preceitos éticos. Assim, a despeito da frequente repetição dos temas, os contos populares podem assumir propósitos morais diversos, ou, ainda, apresentar por finalidade apenas o divertimento.

A construção composicional (forma de estruturar ou organizar o texto) dos contos populares, por sua vez, pode ser considerada bastante estável, levando-se em conta uma transmissão originalmente oral, que acabou por determinar a forma da narrativa: uma estruturação breve e linear, que segue do início ao desfecho ocluso “sem pormenor que demore ou que não seja indispensável” (GUIMARÃES, 2003, p. 85), tornando-a mais adequada à memorização.

Dessa forma, no que tange à composição, vale considerar que a repetição de uma “fórmula” ou de uma “sequência de eventos” compartilhada entre narrador e audiência é requisito essencial para a caracterização do conto popular (cf. BENTES DA SILVA, 2000), e que há, nesse gênero, um predomínio no agenciamento das sequências narrativas e dialogais, as quais permitem a rápida evolução dos fatos ou acontecimentos, atendendo à sua curta extensão material.

Assim como a construção composicional, o estilo – terceiro elemento constituinte do gênero –, descrito por Bakhtin (2010, p. 261) como a “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua”, revela uma estabilidade considerável no gênero conto popular. Embora a “dimensão da tradicionalidade” comporte rupturas (BENTES DA SILVA, 2000, p. 213), e inúmeras inovações sejam frequente e inevitavelmente inseridas nas narrativas pelos diferentes narradores, verifica-se, em relação aos contos populares, uma manutenção estilística em grande parte relacionada à sua incorporação à corrente da tradição, isto é, à sua sobrevivência temporal.

Cascudo (1984) aponta, dentre as características dos contos populares, o caráter excepcional da individualização, da localização e da fixação no tempo, o que lhes denuncia a antiguidade. Tais características são facilmente identificadas a partir dos traços estilísticos comuns aos textos do gênero. Conforme destaca Bentes da Silva (2000, p. 202), “a presença maciça de expressões nominais indefinidas no início dos contos populares evidencia também um propósito de construir estórias que não possibilitem uma individualização dos referentes”.

Outro traço estilístico dos contos populares observado por Bentes da Silva (2000) em seu trabalho sobre as narrativas da Amazônia paraense é o predomínio da narração em terceira pessoa. Segundo a autora, o distanciamento do narrador, marcado pelo apagamento da instância da enunciação a partir da qual o discurso é produzido, permite que o conto popular constitua-se em uma “voz anônima” e “atemporal” (BENTES DA SILVA, 2000, p. 211).

O próximo gênero em questão, a estória oral, também se apresenta como um relato curto, de caráter ficcional, pertencente à tradição oral narrativa. É, portanto, muito próxima ao popular. No entanto, Bentes da Silva (2000, p. 234) destaca que as estórias orais caracterizam-se por não apresentarem enredo fixo, ao contrário do que acontece nos contos populares, constituindo-se, assim, como “reelaborações da tradição”.

Ao mostrarem descompromisso com as fórmulas da tradição, as estórias orais apresentam-se como configurações narrativas mais “livres”, nas quais é possível reconhecer com maior facilidade o discurso do narrador (BENTES DA SILVA, 2000). Temos, pois, em relação ao conteúdo temático do gênero, uma variação relacionada ao intuito discursivo do narrador, que retoma os elementos da tradição e os reelabora de forma radical e imprevisível.

A apropriação inovadora dos elementos da tradição apresentada pela estória oral também marca a construção composicional do gênero. Podemos dizer que a estória oral se caracteriza pela ausência do enredo “publicamente partilhado”, comum aos contos populares (BENTES DA SILVA, 2000). Isso faz com que os conflitos e as resoluções sejam apresentados nas narrativas de diferentes maneiras, o que mostra uma ausência de rigor na disposição das sequências de eventos. Contudo, convém dizer que, quanto ao agenciamento das sequências (ou tipos) textuais, a estória oral assemelha-se muito ao conto popular, o que significa que há uma clara predominância das sequências narrativas e dialogais.

No que tange ao estilo, verificamos que as estórias orais apresentam uma maior “liberdade estilística”, quando comparadas aos contos populares. A reelaboração dos elementos tradicionais feita pelos narradores na produção de estórias orais promove, por

exemplo, variações no início da narrativa. Ao contrário dos contos populares, nos quais há um predomínio das expressões nominais indefinidas, nas estórias orais vários recursos são utilizados para iniciar as narrativas. Bentes da Silva (2000) nos dá a conhecer alguns desses recursos, a saber: o recurso à pronominalização, às expressões nominais definidas, às expressões nominais indefinidas, a nomes próprios e à elipse.

A mesma autora destaca ainda outro aspecto a ser observado em relação ao estilo das estórias orais: a ocorrência, em número elevado, de estórias contadas em 1ª pessoa do singular ou do plural. De acordo com Bentes da Silva (2000), o caráter inovador que as estórias orais assumem em relação à tradição as exime da necessidade de construir o apagamento da instância discursiva na qual essas estórias são produzidas. Sendo assim, a narração em 1ª pessoa constituiria um dos recursos responsáveis pela minimização da distância do narrador em relação ao que é narrado.

Finalmente, o gênero conto, produzido no interior do campo literário, configura-se materialmente como uma narrativa artística pouco extensa “que tem como característica central condensar conflito, tempo, espaço e reduzir o número de personagens” (GANCHO, 1991, p. 8).

Desligando-se da tradição folclórica, o conto literário assumiu autor individualizado, ganhou novos temas e novas formas. Assim, no que diz respeito à observação das dimensões do gênero do discurso propostas por Bakhtin (2010), verificamos que esse gênero tornou-se consideravelmente plástico em relação ao conteúdo temático, à composição e, principalmente, ao estilo.

O conteúdo temático do gênero conto literário consiste em registrar artisticamente episódios singulares, representando a vida “na sua multiplicidade de situações, impressões e incidentes” (GOTLIB, 1985, p. 73). Sendo assim, nota-se que o gênero conto sofreu, ao longo de sua história, algumas metamorfoses em seu conteúdo, que o conduziram do caráter mais “tradicional” – mais próximo ao folclore e, por isso, fortemente ligado à ação e ao registro dos acontecimentos exteriores –, às “formas modernas”, de feição mais psicológica.

Tal como o conteúdo temático, a construção composicional do gênero conto sofreu historicamente algumas alterações, em especial, na passagem do “modo tradicional” ao “modo moderno” de narrar. Segundo Gotlib (1985) e Moisés (1994), no “modo tradicional” a estrutura do conto é linear, o início é delimitável, ação e o conflito passam pelo desenvolvimento até o desfecho ocluso, com clímax e resolução final. O “modo moderno”, por sua vez, rompe a linearidade. Sua estrutura fragmentária apresenta normalmente um início abrupto e um desfecho aberto. O clímax (quando existente) não está mais localizado no desfecho, mas em qualquer outro ponto da narrativa.

Em relação ao estilo, podemos dizer que o gênero conto, tal como outros gêneros da esfera literária, é marcado por uma multiplicidade estilística que deriva não apenas das escolhas linguísticas relacionadas a cada período ou escola literária, mas que é, principalmente, fruto da expressão do estilo individual dos autores. A esse respeito Rodrigues (2007, p. 168) afirma que:

Todo enunciado, por ser individual, pode absorver um estilo particular, mas nem todos os gêneros são capazes de absorvê-lo da mesma maneira. As condições mais produtivas

se encontram na esfera literária, onde um estilo individual faz parte dos propósitos, da finalidade do gênero, pois é uma das funções da comunicação artística.

Podemos assim concluir que, por estar associado a situações de comunicação que preveem um uso criativo da linguagem, o gênero conto tem sua caracterização, em grande parte, relacionada às escolhas temáticas e composicionais, e, sobretudo, às escolhas estilísticas efetuadas pelo autor na construção do enunciado.

Partindo dos conceitos apresentados até o momento, propomos, em seguida, uma análise do texto “O dia em que pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”, publicado no livro *É mentira, Terta?* (1973), de Chico Anysio.

“O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”: intertextualidades em um conto literário

Iniciemos nossa discussão com algumas palavras sobre o protagonista de nossa estória: o coronel Pantaleão Pereira Peixoto. Pantaleão é uma das muitas personagens criadas pelo humorista Chico Anysio. A personagem, criada especialmente para o humorístico *Chico City* (programa de TV exibido pela Rede Globo de 1973 a 1980), era um velho fazendeiro aposentado que vivia sentado em uma cadeira de balanço contando estórias fantasiosas aos seus visitantes. A única testemunha a confirmar seus “causos” era a mulher, Terta, a quem Pantaleão dirigia a pergunta “É mentira, Terta?” ao final de cada estória. A mulher, que jamais contradizia o marido, respondia humilde: “Verdade”. Além de Terta, a audiência de Pantaleão normalmente incluía Pedro Bó, homem tolo, que sempre acreditava nas mentiras do patrão.⁸

Com o êxito dos quadros de Pantaleão na TV, Chico Anysio foi convidado a escrever *É mentira, Terta?* (1973), livro que pretendia reunir as aventuras vividas e contadas pelo coronel. Para compor o livro, Chico Anysio aproveitou algumas das estórias do humorista e redator do programa *Chico City*, Arnaud Rodrigues, dando-lhes um “toque literário”, segundo afirmou o próprio autor em um texto escrito para seu *site* oficial.⁹ Dentre essas estórias encontramos “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”, “causo” contado por Pantaleão a Dr. Aristóbulo, no qual o contador expõe as façanhas realizadas por ele ao tentar se livrar de um tubarão que o perseguia durante uma pescaria. Segue abaixo um resumo da narrativa:

Incomodado com o dia quente, Dr. Aristóbulo não consegue ficar em casa. Por isso, vai à casa de Pantaleão para conversar um pouco. Embora o contador insista em dizer que “anda meio sem assunto” – o que todos sabem ser mentira –, D. Terta sugere que ele narre a Dr. Aristóbulo a estória do tubarão. Depois de um curto período de recusa, Pantaleão resolve contar o evento.

Em 1927, em uma tarde de rio em cheia, Pantaleão foi convidado por seu compadre Bernardino para uma pescaria. Aceito o convite, Pantaleão, Bernardino e Pedro Bó partiram para o rio a bordo da canoa *Atrevida*, remando contra a correnteza, sempre conduzidos pelos braços fortes de Pantaleão, remador experiente. Na canoa, levavam uma tarrafa de

8 Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/chico-city/galeria-de-personagens.htm>>. Acesso em: 4 out. 2012.

9 Disponível em: <<http://www.chicoanysio.com/geral.htm>>. Acesso em: 4 out. 2013.

malha fina, meia dúzia de anzóis, isca para meio dia, o embornal com rapadura e farinha e uma pequena mesa para jogar bisca.

Depois de três horas remando, o céu começou a escurecer, mostrando a possibilidade de uma chuva, o que, se não era bom para continuar remando, era ótimo para pescar peixe grande.

Encostaram a canoa em um barranco e começaram a preparar os engodos para os peixes, mas, de repente, a canoa começou a balançar e se desprende da corda que a mantinha amarrada a um jatobá, descendo o rio, levada pela correnteza.

Foi quando apareceu o tubarão. Rapidamente, Pantaleão derrubou uma árvore e, escavando o tronco, construiu uma canoa para que pudessem escapar do barranco. Os três homens começaram a descer o rio a bordo da nova canoa, remando com as folhas de bananeira que haviam sido providenciadas por Pantaleão. Mas o tubarão os seguia de perto. Por isso, Pantaleão teve a ideia de lançar na água um cacho de bananas, recolhido na margem do rio, para distrair o animal. O cacho de bananas foi arremessado na água por Bernardino, e o peixe devorou-o imediatamente, não deixando, no entanto, de persegui-los.

Aproximando-se da canoa Atrevida, que estava encalhada na margem do rio, Bernardino recolheu a mesa de bisca, e lançou-a sobre o tubarão. A mesa também foi engolida pelo animal, que, mesmo assim, não desistiu de apanhá-los.

Enfim, Pantaleão resolveu jogar Joaquim Bernardino na água. O velho compadre foi rapidamente engolido pelo tubarão e o rio voltou à calma. Assim, Pantaleão e Pedro Bó deixaram a canoa deslizar até a cidade e escaparam sãos e salvos.

A dupla narrava o acontecido, quando João Deodato apareceu, exibindo, na proa de sua barcaça, um tubarão recém-pescado. Pantaleão abriu o ventre do animal e todos se depararam com o velho Joaquim Bernardino comendo o cacho de bananas que estava em cima da mesa.

Podemos perceber, mesmo a partir do breve resumo apresentado, que “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa” é um conto que simula uma narrativa oral de caráter humorístico. Diante disso, torna-se quase inevitável que a leitura o conto de Chico Anysio imediatamente nos transporte para o universo dos contos faceciosos ou anedóticos.

Inicialmente, podemos identificar duas relações de *intertextualidade temática* entre o conto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa” e os textos da tradição: a primeira, assinalada pelo tema da deglutição, recorrente em textos folclóricos de diferentes épocas e culturas; e a segunda, pelo tema da superação de uma entidade superior através de sorte ou artifício, comum nos contos faceciosos.

Em seu estudo sobre os mitos e ritos de iniciação nos contos de fadas, Noemí Paz (1989) resgata o tema da deglutição por um monstro em diferentes culturas, afirmando sua importância como tema arquetípico relacionado à experiência religiosa. Segundo Paz (1989, p. 29-30),

[...] registram-se numerosas variantes desse tema, dos esquimós do estreito de Behring aos indígenas de Serra Leoa, passando pelo herói irlandês Finn MacCool, pelo herói grego

Héracles, pelos papuas de Nova Guiné, pelos Kutas, da sociedade secreta de Mungala, pelos mandjas e pelos bandas, da sociedade secreta de Ngakola.

Na interpretação simbólica dos mitos proposta pela autora, a deglutição corresponde a uma prova iniciática. O herói é engolido por um monstro, o que representa sua morte simbólica, e em seu ventre é provado, ressuscitando após o despertar espiritual, quando, frequentemente, emerge incólume do ventre do monstro.

Vimos que, no conto de Chico Anysio, uma das personagens é deglutida por um monstro, tal como acontece em outros textos da tradição. Convém, no entanto, destacar que a deglutição de Joaquim Bernardino no conto de Chico Anysio não representa uma punição, não há uma prova a cumprir: o monstro existe e é feroz. Trata-se de um tubarão, animal temível por sua agressividade, porém desprovido de qualquer caráter mítico. A deglutição do homem, nesse caso, é apenas uma fatalidade.

O recurso ao maravilhoso permanece, entretanto, garantido pela inusitada presença do tubarão no rio e pelo desfecho humorístico, no qual Bernardino escapa ileso ao infortúnio. Como nas facécias, a personagem rompe o temor e a proibição do senso comum, desembaraçando-se de uma situação difícil e de um inimigo poderoso. A satisfação da vingança é, então, externada pelo riso que comumente acompanha o conto popular facecioso, representando a “catarse do homem simples” (ALCOFORADO, 2008, p. 174).

Importa ainda destacar que as relações intertextuais descritas até o momento só podem ser estabelecidas se, por algum motivo, o interlocutor contar com o conhecimento do repertório de temas e textos da tradição, sendo assim, capaz de recuperá-los em sua memória discursiva, visto que no texto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa” não há qualquer referência explícita a um texto anteriormente produzido que mantenha, com ele, um vínculo intertextual. Temos, dessa forma, uma relação de *intertextualidade implícita*, na qual as fontes de vários possíveis intertextos não recebem menção, antes, perdem-se no anonimato e na antiguidade dos relatos folclóricos.

São possíveis, assim, casos de *captação* (ou de *intertextualidade das semelhanças*), em que a orientação argumentativa do texto-fonte é preservada, como no caso da relação intertextual que se estabelece entre o conto de Chico Anysio e alguns contos faceciosos; e casos de *subversão* (ou de *intertextualidade das diferenças*), em que o texto-fonte é contraditado, o que ocorre, por exemplo, na relação entre os textos “sérios” (mitos, lendas, contos de fadas, contos maravilhosos ou realistas) que tratam do tema da deglutição e os contos humorísticos que abordam a mesma temática, como é o caso do conto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”.

Observamos até agora que a relação com a oralidade e a temática abordada pelo conto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa” aproximam-no dos contos populares. No entanto, o texto em análise possui algumas particularidades.

Em primeiro lugar, ele não constitui uma narrativa de autoria anônima, recolhida da oralidade. Ao contrário, trata-se de uma história autoral, produzida na modalidade escrita e divulgada em livro. Ademais, o “causo” contado por Pantaleão ocupa apenas uma parte do texto, já que a narrativa organiza-se, na verdade, em dois planos: no primeiro, temos a cena na qual se representa o momento em que Pantaleão narra sua estória; no segundo,

a estória narrada – divisão que é evidenciada não apenas pelos aspectos linguísticos, mas também pela organização espacial do conto.

No que diz respeito aos aspectos linguísticos que fundamentam essa observação podemos destacar o uso diferenciado dos tempos verbais ao longo do conto. O primeiro plano da narrativa, bem representado na introdução, apresenta a predominância dos verbos no presente do indicativo, tempo verbal do “mundo comentado” (WEINRICH, 1968¹⁰, apud KOCH, 2000, p. 37). Por outro lado, o segundo plano, que corresponde ao “causo” propriamente dito, exibe uma prevalência do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo, tempos verbais do “mundo narrado” (WEINRICH, 1968, apud KOCH, 2000, p. 37).

De acordo com Koch (2000, p. 38), o mundo comentado abrange as situações comunicativas em que “o falante está em tensão constante e o discurso é dramático”. Assim, o uso dos tempos verbais relacionados ao mundo comentado revela uma atitude de engajamento e compromisso do locutor, que exige uma resposta (verbal ou não verbal) do interlocutor. O mundo narrado, por sua vez, compreende eventos relativamente distantes, organizados em relatos de todos os tipos, literários ou não (KOCH, 2000). Tais eventos teriam, segundo a autora, menos “força” do que aqueles relacionados ao mundo comentado, permitindo ao interlocutor “uma atitude mais relaxada”, de “simples ouvinte” (KOCH, 2000, p. 38).

Sendo assim, em um dos planos do conto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”, o autor se utiliza, preferencialmente, do tempo presente (tempo zero do mundo comentado) e do pretérito perfeito (perspectiva retrospectiva) para simular uma concomitância entre o tempo da narração e o dos acontecimentos narrados. Trata-se, portanto, da introdução de um tempo do mundo comentado (presente) no mundo narrado, ou seja, de uma “metáfora temporal” (WEINRICH, 1968, apud KOCH, 2000, p. 41). Assim, o narrador encena a enunciação de uma narrativa oral, solicitando a atenção do leitor, como em um texto de feição teatral.

No outro plano do conto, no entanto, Chico Anysio desenvolve o relato de Pantaleão, utilizando, prioritariamente, o subsistema do pretérito (pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito-mais-que-perfeito e futuro do pretérito), que constitui o conjunto de tempos verbais típico do mundo narrado.

Verificamos também que a organização espacial do conto corrobora sua divisão em dois planos, uma vez que encontramos, na diagramação do texto, um espaçamento diferenciado entre os trechos que correspondem ao relato de Pantaleão e os trechos que encenam a enunciação do relato no presente. Compreendemos, portanto, que estamos diante de um *conto literário* que comporta uma narrativa popular.

A manipulação criativa do material linguístico feita pelo autor garante o estabelecimento de mais três tipos de relação intertextual, segundo a classificação de Koch, Bentes e Cavalcante (2008), a saber: *intertextualidade estilística*, *intertextualidade intergenérica* e *intertextualidade tipológica*.

A *intertextualidade estilística* – tipo de intertextualidade *stricto sensu*, isto é, relação intertextual caracterizada pela remissão de um texto a outro efetivamente produzido

10 WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

(KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008) – manifesta-se, neste caso, pela imitação da linguagem coloquial popular (sobretudo, daquela utilizada em áreas rurais) e do estilo das narrativas orais (conto popular e estória oral).

Em relação ao primeiro ponto, verificamos que as reduções (*pra, tá, mode, d'água*); as formas de tratamento não cerimoniosas (*meu velho, Seu Pantaleão, vosmicê* – na qual também se destaca o uso de -i em vez de -e na sílaba que precede a tônica); o uso de palavras e expressões populares (*ô de casa, calor do cão, dar um pulinho, a gente, leseira, banhas* – referindo-se à gordura humana –, *se fazer de rogado, fazer uma necessidade, besta que só peru de noite, bucho do bicho, barriga do bruto, todo ancho*); a perda da flexão plural (*a do tubarão é das melhor que se conhece; Tubarão, são todos iguais*) e o uso de onomatopeias (*splac!*) expressam uma linguagem coloquial que busca, em parte, aproximar-se da modalidade oral da língua utilizada na zona rural.

Quanto ao segundo ponto, percebemos que o conto em análise apresenta uma *configuração híbrida*, que reúne elementos das configurações narrativas dos *contos populares* e das *estórias orais*.

A semelhança entre o conto de Chico Anysio e os contos populares diz respeito, principalmente, à presença de uma sequência de eventos publicamente partilhada e de um enredo estruturado em torno da “dupla conflito/resolução” (BENTES DA SILVA, 2000), que pode ser encontrado em vários outros contos cujo tema é a deglutição. Esses contos, frequentemente anedóticos, possuem um desfecho humorístico altamente conservado,¹¹ que encerra uma sequência de eventos marcada pela deglutição e pelo livramento do herói. Observamos, portanto, a partir desse aspecto, uma *minimização do gap intertextual* entre o texto de Chico Anysio e os contos populares.

Já as características típicas das estórias orais, que promovem a *maximização do gap intertextual* em relação ao modelo genérico do conto popular, correspondem, especialmente, à presença de nomes próprios (*Pantaleão, Pedro Bó, Joaquim Bernardino*) e de uma data fixadora do caso no tempo (1927), à presença de um acontecimento que se opera “entre o cotidiano e o maravilhoso, entre as experiências mais comuns e aquilo que nos é estranho” (BENTES DA SILVA, 2000, p. 174) e à narração em primeira pessoa que se oculta sob a voz do narrador em terceira pessoa – fenômeno apontado por Roland Barthes no ensaio *Introdução à análise estrutural da narrativa* (1973).

Leite (1989), em um comentário sobre o ensaio de Roland Barthes, destaca que o autor, ao colocar a questão das vozes reconhecíveis no interior da narrativa e das visões do narrador em termos de uma análise linguística, distingue três níveis de descrição: o *nível das funções*; o *nível das ações* e o *nível da narração*. O *nível das funções* abarca a caracterização das personagens e do ambiente, permitindo separá-los em diferentes funções. O *nível das ações* é aquele em que se situam os personagens como agentes que conduzem os diferentes núcleos da narrativa. Finalmente, o *nível da narração* reúne os outros dois níveis.

No nível da narração, “a simples pessoa verbal não é suficiente para esclarecer com quem está a palavra, podendo uma narrativa em terceira pessoa ser mero disfarce da primeira” (LEITE, 1989, p. 23). Assim, o relato pode tornar-se tributário de uma situação

¹¹ Veja-se, como exemplo, o conto popular “O homem amarelo”, postado por Maria Adalzira de Oliveira (2011), no blog *Do erudito ao popular*. Disponível em: <<http://doeruditoaopopularasinopsedaza.blogspot.com/2011/11/folclore.html>>. Acesso em: 4 out. 2013.

de comunicação instaurada em seu interior, a qual integra a comunicação narrativa articulada entre o escritor e o leitor, contribuindo para sua interpretação.

Essa observação se mostra útil para a análise do conto de Chico Anysio, pois, nele, o autor utiliza os protocolos de apresentação das narrativas orais para simular uma enunciação em curso. Desse modo, cria-se a ilusão de que o real emissor do relato é Pantaleão, narrador em primeira pessoa. O narrador do conto, por outro lado, transmite o relato ao leitor, recontando-o em terceira pessoa, o que confere impessoalidade à experiência pessoal narrada pela personagem. Assim, o *conto literário*, narrado em terceira pessoa, encerra uma narrativa que hibridiza as configurações do *conto popular* e da *estória oral*, narrada por um ‘eu’ oculto.

Temos, dessa forma, o estabelecimento de uma relação de *intertextualidade inter-gênérica*, na qual uma narrativa popular híbrida está a serviço do gênero conto. Isso quer dizer que o gênero conto literário constitui-se sob a forma de uma narrativa popular, mas não tem sua função alterada; continua a representar artisticamente um flagrante na vida das personagens. A diferença é que, nesse caso, o flagrante representado diz respeito à vida do “contador de causos” Pantaleão, o que inclui não somente a aventura por ele vivida, mas também a situação em que essa aventura é contada a seus ouvintes (Dr. Aristóbulo, D. Terta e Pedro Bó).

Enfim, em relação à *intertextualidade tipológica*, consideramos que existe uma identidade entre a configuração predominantemente narrativa do texto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa” e o ordenamento textual de outros textos que apresentam uma prevalência do tipo textual narrativo, sejam eles contos populares, estórias orais, ou quaisquer outros.

Assim, a despeito de suas peculiaridades, o texto de Chico Anysio segue as características gerais dos textos predominantemente narrativos: sucessão temporal/causal de eventos, presença frequente do discurso relatado, predominância dos verbos de ação e dos tempos verbais do mundo narrado (à exceção dos trechos em que ocorre a metáfora temporal), e o grande número de advérbios temporais e locativos; o que permite reconhecê-lo como um texto predominantemente narrativo, graças à relação intertextual que se estabelece entre ele e o “modelo” de texto narrativo presente na memória dos interlocutores.

Conclusão

Neste trabalho, dedicamo-nos a investigar a intertextualidade no conto “O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa”, de Chico Anysio, buscando, assim, identificar as aproximações e os distanciamentos desse texto em relação aos “modelos” genéricos do conto popular, da estória oral e do conto literário.

A partir de nossas análises pudemos constatar o estabelecimento de uma série de relações intertextuais *stricto sensu* e *lato sensu*, as quais colaboram em grau variável para a legibilidade do texto. Tendo por base as relações intertextuais identificadas e os movimentos de maximização ou minimização do *gap intertextual* em relação ao modelo genérico/tipológico associado ao conto popular, concluímos que a narrativa de Chico Anysio apresenta características de três gêneros distintos, configurando-se como um *conto literário*

que estrategicamente assume a forma de uma narrativa que hibridiza as configurações do *conto popular* e da *estória oral*.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.M. Cadre théorique d'une typologie séquentielle. *Études de Linguistique Appliquée: textes, discours types et genres*, n. 83, p. 6-18, 1991.
- ALCOFORADO, D. F. X. O conto facecioso. *Boitatá: Revista do GT de literatura oral e popular da ANPOLL*, Londrina, número especial, p. 166-175, 2008.
- ANYSIO, C. O dia em que Pantaleão pescou um tubarão que não foi pescado por ele, mas é a mesma coisa. In: _____. *É mentira, Terta?*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1973. p. 19-25.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 261-306.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 19-60.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Genre, intertextuality and social power. In: BLOUNT, B. G. (Ed.). *Language, culture and society: a book of readings*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1995. p. 567- 608.
- BEAUGRANDE, R.-A. de; DRESSLER, W. U. *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Editorial Ariel, 2005. 353 p.
- BENTES DA SILVA, A. C. *A arte de narrar: da constituição das estórias e dos saberes dos narradores da Amazônia paraense*. 2000. 313 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- CASCUDO, L. da C. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1984. 435 p.
- GANCHÓ, C. V. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991. 70 p.
- GOTLIB, N. B. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 1985. 95 p.
- GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, M. D. Polyphonie, proverbe et détournement, ou un proverbe peut en cacher un autre. *Langages*, n. 73, p. 112-125, 1984.
- GUIMARÃES, M. F. O conto popular. In: BRANDÃO, H. N. B. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 85-117.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2000. 240 p.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003. 168 p.

- _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005. 168 p.
- _____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 190 p.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006. 216 p.
- _____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2010. 220 p.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008. 166 p.
- KRISTEVA, J. *Introdução à semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 216 p.
- LEITE, L. C. M. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1989. 96 p.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-46.
- _____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 295 p.
- MOISÉS, M. *A criação literária: prosa I*. São Paulo: Cultrix, 1994. 258 p.
- PAZ, N. *Mitos e ritos de iniciação nos contos de fadas*. São Paulo: Cultrix, 1989. 123 p.
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 152-183.
- SANT'ANNA, A. R. de. *Paródia, paráfrase & cia*. São Paulo: Ática, 2003. 96 p.
- SIMONSEN, M. *O conto popular*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 179 p.
- VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2002. 208 p.

Junção em contexto de aquisição de escrita: uma abordagem das tradições discursivas

(Junction in the context of the acquisition of writing:
an approach of discursive traditions)

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Universidade Estadual Paulista (Unesp/FCL Assis)

luregiane@assis.unesp.br

Abstract: This paperwork aims mainly at describing and analyzing the behavioral course of the techniques of the junction, used in discursive traditions (DTs). Starting from the general hypothesis that the junction mechanisms may be taken as *symptomatic* elements to come to some classification of various DTs, we try to identify, in the behavioral course of such mechanisms, possible reflexes of *mixtures* of DTs. Therefore we aim at obtaining conclusions on the characteristics of the texts and the tradition in which they are inserted, focusing on the context of acquiring DTs from written texts.

Keywords: junction; discursive tradition; acquisition of writing.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo central descrever e analisar o comportamento das técnicas de junção, empregadas em tradições discursivas (TDs). Partindo da hipótese geral de que os mecanismos de junção podem ser tomados como elementos *sintomáticos* para se chegar a uma classificação das diferentes TDs, procura-se identificar, no comportamento desses mecanismos, possíveis reflexos de *mesclas* de TDs, visando, portanto, à obtenção de conclusões acerca das características dos textos e da tradição em que se inserem, a partir de um enfoque no contexto de aquisição de TDs da escrita.

Palavras-chave: junção; tradição discursiva; aquisição de escrita.

Introdução

Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa *Estudos sobre a linguagem* (GPEL), coordenado pelo Prof. Dr. Lourenço Chacon, parte do pressuposto de que os esquemas de junção de um texto, com suas possibilidades de realização variáveis, no que tange à arquitetura sintática e às relações lógico-semânticas e cognitivas, constituem um fenômeno sintomático para a apreensão da tradição discursiva (TD) em que o texto se insere (KABATEK, 2005a). Trata-se, de certo modo, de colocar, no centro de investigação, o comportamento dos elementos juntivos enquanto índices de *mesclas* de TDs, especificamente, no contexto de aquisição de TDs no modo escrito de enunciação, e, dessa forma, de procurar respostas para as questões: o emprego de mecanismos de junção pode refletir as *mesclas* de TDs durante o processo de aquisição de TDs da escrita? Se sim, de que modo é possível analisar estas *mesclas*?

A fim de lançar um olhar sobre essas perguntas, o objetivo do trabalho é descrever e analisar o comportamento das técnicas de junção, empregadas em TDs distintas, buscando identificar, nesse comportamento, possíveis reflexos de *mesclas de TDs*, a fim de comprovar a hipótese de que os juntores são elementos “sintomáticos” (KABATEK, 2008, 2005a, 2005c, 2004), capazes de realizar indicações desse tipo. Para tanto, após a

apresentação do método e do *corpus* da pesquisa e de sua fundamentação teórica, serão realizadas: (i) uma descrição analítica das técnicas de junção, em diferentes TDs, a partir das relações lógico-semânticas e da interdependência existente entre as porções componentes da oração complexa (HALLIDAY, 1985; RAIBLE, 2001; 1992, apud KABATEK, 2005a/c); e (ii) a partir dos resultados de (i), a identificação de indícios linguísticos da existência de *mesclas* de TDs, no âmbito da aquisição de TDs no modo escrito de enunciação. Em (i) e (ii), serão observados, no comportamento da junção, traços da relação oral/falado e letrado/escrito em consonância com as diferentes TDs e *mesclas* de TDs.

O universo da investigação é composto por 50 textos extraídos do Banco de dados sobre aquisição de escrita infantil, constituído para subsidiar os trabalhos do GPEL.¹ O material selecionado reúne produções textuais de alunos de uma escola pública (Romano Calil) localizada na periferia da cidade de São José do Rio Preto (SP).

Quanto ao método, são conjugadas as abordagens quantitativa e qualitativa, em duas etapas principais: (i) seleção, a partir da análise qualitativa, dos textos em que ocorre a *mescla* de TDs; e (ii) mapeamento analítico dos esquemas de junção, com a caracterização dos juntores, baseada no cruzamento dos parâmetros sintático e lógico-semântico-cognitivo, com o intuito de alcançar possíveis indícios da correlação entre esses mecanismos e as *mesclas* de TDs.

Para uma abordagem, três enfoques

Um enfoque nas tradições discursivas

O conceito de TD, introduzido por Koch e pesquisado, nas últimas décadas, especialmente no âmbito da linguística romântica alemã, recebeu contribuições teóricas de vários autores, como Coseriu (1979), Aschenberg (2003), e, em especial, Kabatek (2005a; 2005b; 2005c; 2006; 2008) dentre outros. Atualmente, tem sido aplicado também no âmbito dos estudos históricos do português brasileiro e do espanhol da América em pesquisas que tratam de mudança linguística, pragmática discursiva, gêneros textuais e também de questões relativas à aquisição de escrita.

Para a apresentação do conceito de TD, retomo a concepção coseriana de língua, historicista e oposta à doutrina saussuriana. Para Coseriu (1979), trata-se de assinalar os limites do aspecto estrutural, que não representa mais do que uma visão parcial da projeção sincrônica de um mais complexo edifício histórico. Assim, o conceito coseriano de língua não coincide com o de Saussure, uma vez que a “língua” se situa em um momento ulterior de análise da linguagem como fenômeno concreto e corresponde melhor à linguística histórica que à teórica” (COSERIU, 1952/1962, p. 15 apud KABATEK, 2008, p. 8).

Em sua teoria da linguagem, Coseriu (1979) propõe três níveis linguísticos. O *nível universal* corresponde à capacidade inata que nós, seres humanos, temos de falar. O segundo nível, o *histórico*, equivale à língua com suas especificidades, ou seja, aos idiomas particulares. Já no último nível, o *atual* ou *individual*, a língua se concretiza, através de

¹ As propostas de produção textual foram elaboradas e aplicadas por Cristiane C. Capristano, na época pós-graduanda do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). As coletas foram realizadas com periodicidade quinzenal, de 2001 a 2004, e os alunos acompanhados, portanto, durante as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

enunciados e textos, no “ato linguístico [...] de um indivíduo determinado numa situação determinada” (COSERIU, 1981, p. 272 apud KOCH, 2008, p. 53).

Koch (2008) introduz, nos níveis coserianos, o domínio das TDs, que pertence ao *histórico*, mas se distingue das línguas históricas particulares. Essa modificação exige, portanto, uma ampliação do conceito de historicidade que possibilite a distinção de uma historicidade particular da língua e das TDs. Dessa forma, as TDs podem estar ligadas a finalidades fundamentais — por exemplo, um “bom dia”, que se caracteriza como um ato de fala — e também a finalidades mais complexas e exclusivas de determinadas culturas, como as TDs mediadas pela escrita. Nessa perspectiva, em uma abordagem geral, a TD pode ser entendida como modos tradicionais de dizer/escrever, sendo que esses modos podem ir desde fórmulas simples até um gênero complexo.

É importante, portanto, entender o conceito de acordo com toda sua generalidade, referindo-se a todos os tipos de tradição de textos, não unicamente às complexas. É nesse sentido que, por exemplo, o emprego de uma forma de tratamento, como *vossa excelência*, no discurso parlamentar, mesmo em meio a palavras injuriosas para destratar um opositor, seria uma TD, por evocar um discurso que unifica os políticos como pertencentes a um mesmo grupo cultural (LOPES, 2012, p. 22).

No caso das TDs complexas, pode haver uma ou mais tradições de falar/escrever dentro delas — que, por sua vez, correspondem a um gênero particular —, o que mostra que *os gêneros são tradições de falar/escrever, mas que nem todas as tradições de falar/escrever são gêneros.*² Assim, o objetivo do ato comunicativo é filtrado pela organização linguística, onde os signos são escolhidos, seguindo regras sistemáticas e normais de uma língua particular, e, concomitantemente, a ordem textual, responsável pela atualização de determinada(s) TD(s).

Sob essa base conceitual, Oesterreicher (1997) define TD como moldes normativos, convencionalizados, que guiam a transmissão de um sentido mediante elementos linguísticos em sua produção e recepção. O termo, bastante generalizante por englobar todos os elementos históricos relacionáveis com um texto, abarca, segundo Kabatek, uma ampla gama de fenômenos. Por essa razão, o autor propõe uma definição mais geral de TD, insistindo no fato de que não se trata de um sinônimo de *gênero*, *tipo textual*, etc., mas de um conceito que inclui todo tipo de tradição do falar/escrever, e também subgêneros ou tradições dentro de um mesmo gênero, tipos textuais ou tradições dentro de um mesmo tipo:

Entendemos por tradição discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação com qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço entre atualização e tradição, isto é, qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (KABATEK, 2005a, p. 159)

A partir dessa definição, o princípio da existência das TDs é tomado como universal: falar/escrever não é só falar/escrever algo a alguém de acordo com as regras de uma língua

² Neste trabalho, considero fala e escrita como modos de enunciação heterogêneos.

(seu *sistema e norma*), mas é também falar/escrever algo segundo uma determinada tradição textual, que mostra como fazê-lo. Segundo Kabatek (2004, p. 252-253), esse princípio deriva da economia da atuação humana.

Dessa forma, Kabatek (2004, p. 253-254) afirma que uma TD pode se formar a partir de qualquer elemento significável, formal ou de conteúdo, que estabelece um laço entre *atualização e tradições textuais*. As TDs implicam, então, a ligação de um texto com outro em determinado momento histórico, via repetição, total, parcial, ou apenas formal. Essa ligação é chamada de evocação, ou seja, “a relação de tradição de uma TD tem então duas faces, a TD propriamente dita e a constelação discursiva que a *evoca*” (KABATEK, 2006, p. 511, grifo nosso).

Os traços fundamentais para o estabelecimento de uma TD são, portanto, a *repetição* e a *evocação*. Para exemplificar, Lopes (2008) destaca o emprego, no português brasileiro, da forma de tratamento “*senhor/senhora* para uma pessoa mais velha e desconhecida com quem não se tem nenhum tipo de intimidade” (p. 22). Acrescento que esse emprego ocorre também para pessoas conhecidas que, por serem mais velhas, são tratadas com respeito, mesmo por aqueles com quem há intimidade. Nesses casos, nossa tradição recomenda o uso dessas formas mesmo não havendo impedimento gramatical para a utilização de *você/tu*. De acordo com a perspectiva adotada, essas estratégias são *evocadas* por situações concretas que se *repetem*; a situação *evoca* outros encontros semelhantes em que se pronunciam as mesmas estratégias. Destaco, ainda, duas afirmações de Kabatek (2006): uma TD é mais do que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação; e uma TD não é um texto repetido sempre da mesma maneira, pode ser também uma forma textual ou uma combinação particular de elementos.

O enfoque nos estudos das TDs que interessa a este trabalho é referente à descrição de suas características particulares. Nessa direção, segundo Kabatek (2005b), ao invés de estabelecer largas listas de características de diferentes TDs, o que dificulta a comparação, é mais apropriado observar elementos *sintomáticos* para chegar, por essa via, a uma abordagem coerente das diferentes TDs. Em Kabatek (2005a/c), como proponho neste trabalho, os elementos *sintomáticos* eleitos para esse fim são os *juntores*. Na esteira desse autor, a partir da relação entre TD e mecanismos de junção, observarei, no processo de aquisição de TDs, no modo escrito de enunciação, o emprego de tais mecanismos e se esse emprego pode indiciar a *mescla* de TDs.

Um enfoque na aquisição de escrita

À luz de estudos de Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (2002), dados de escrita inicial caracterizam-se como um material importante para o estudo do processo geral por meio do qual se constitui e se modifica a complexa relação entre o sujeito e a linguagem, uma vez que contribuem para a discussão da natureza dessa relação no âmbito de uma teoria da linguagem perpassada pelas TDs. Em relação a isso, as autoras afirmam que “a aquisição da escrita é um momento particular de um processo mais geral de aquisição da linguagem. Nesse momento, em contato com a representação escrita da língua que fala, o sujeito reconstrói a história de sua relação com a linguagem” (p. 22). Refletindo sobre a própria linguagem, esse sujeito a manipula conscientemente quando está usando sua

forma escrita de uma maneira diferente de quando usa a própria fala. A escrita é, desse modo, um espaço em que surgem características que refletem uma imagem de escrita criada a partir da escola e traços da oralidade, uma vez que se desenvolve no sistema oral de pensamento. Essas características, por si só, garantem o caráter heterogêneo da escrita.

Esse espaço privilegia a observação de manifestações da singularidade dos sujeitos,³ tomadas aqui como hipóteses e operações desses sujeitos, e não como faltas/erros. Também nessa direção, Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson afirmam:

Durante algum tempo, muitos pesquisadores teimavam em ver os primeiros enunciados infantis como manifestações “imperfeitas” de uma gramática “adulta”, objeto sempre presente para a sua contemplação, do qual, como se por simples força das circunstâncias, as crianças iam aos poucos se apropriando. Tomada a gramática adulta como referência e necessário ponto de chegada, eram então descritas as gramáticas infantis em termos das suas “faltas” e “imperfeições”, avaliando-se o progresso na aquisição com base no que ainda deveria ser aprendido. Considerações idênticas podem ser feitas sobre os primeiros trabalhos voltados para a aprendizagem da escrita, em que a obsessão pelo modelo adulto transparece na análise das primeiras produções escritas infantis, análise que desconsidera as operações da criança sobre a linguagem escrita e as hipóteses que continuamente elabora na tentativa de compreender o funcionamento da escrita. (2002, p. 18-19)

As hipóteses e operações dos sujeitos, no processo de aquisição de escrita, associam-se não apenas à alfabetização, como é tradicionalmente entendida, mas também à observação das diferentes TDs, abrangendo as regras da língua, as regras das TDs e a forma como o sujeito se relaciona com elas. Assim, conforme Longhin-Thomazi (2011), dizem respeito à inserção dos sujeitos nas práticas formais de letramento, bem como permitem a observação de dois traços recorrentes: (i) o contar, que se identifica com a essência da atividade linguística desses sujeitos; e (ii) a repetição de juntores, que se identifica, por sua vez, com o contar e com a significação que une recortes ou fragmentos de outros textos, pertencentes a tradições orais e informais, como o diálogo familiar, cotidiano, e a tradições orais e formais, como a oralidade letrada da professora em ambiente escolar. Os textos analisados registram a convivência entre as práticas sociais orais e letradas, de modo a configurar o que chamo aqui de heterogeneidade constitutiva da escrita, nos moldes de Corrêa (1997).

Não estou com isso propondo um caminho natural e direto do oral para o escrito, mas destacando o papel das tradições da oralidade, que a criança já domina, no processo de aquisição de escrita. Ao papel da oralidade, soma-se, ainda, o papel das tradições que estarão ligadas à imagem da escrita passada pela escola. As tradições orais e formais e essa imagem de escrita ligam-se à presença do outro, interlocutor fisicamente presente ou representado e ponto de referência necessário para o sujeito em constituição. No caso deste estudo, a professora, muitas vezes, assume esse papel. Os dados mostram “marcas deixadas pelo sujeito e pelo outro que com ele interage, nos movimentos dessa interação” (ABAURRE; FIAD; MAYRINK-SABINSON, 2002, p. 42).

³ Sujeito entendido como “individuação”, referente à circulação dialógica do escrevente, que, portanto, só possui individualidade em relação ao conceito de dialogia.

Um enfoque nos esquemas de junção

Raible (2001, 1992, apud KABATEK, 2005a/c) chama *junktion* a dimensão universal da linguagem que permite a sistematização das diferentes técnicas linguísticas usadas para *juntar/combinar* elementos proposicionais. Nessa direção, os juntores são analisados, conforme a metodologia de Raible (2001), a partir da conjugação de dois eixos, com diferentes graus de complexidade, a saber; um sintático (vertical) e outro semântico (horizontal). No eixo sintático, parte-se dos elementos mais agregadores até os mais integradores, ou seja, da simples justaposição até os casos de hipotaxe.⁴ Ao eixo vertical, acrescenta-se o horizontal, em que se somam as relações semântico-cognitivas expressas pelos juntores, seguindo uma “escala cognitiva de complexidade crescente”, construída em Lopes-Damasio (2011), a partir de estudo tipológico de Kortmann (1997). Conferir Esquema 1 (em que P = parataxe e H = hipotaxe):

	Adição	Alternância	Modo	Comparação	Tempo simultâneo	Tempo contingente	Tempo anterior	Tempo posterior	Causa	Condição	Finalidade	Contraste	Concessão
P													
H													

Esquema 1. Critério bidimensional de análise dos mecanismos de junção

De acordo com esse esquema, em que está previsto o cruzamento dos eixos sintático e semântico-cognitivo, uma mesma relação semântica pode encontrar possibilidades variadas de expressão táctica. Essa forma de analisar os mecanismos de junção distancia-se, portanto, da tradição gramatical, em que são associadas “por exemplo, adversidade e coordenação, condição e subordinação” (LONGHIN-THOMAZI, 2011, p. 230-231). A análise se fundamenta, assim, num modelo funcionalista de linguagem em que a relação entre as orações está pautada na não discretude dos processos de junção e, ao mesmo tempo, no cruzamento entre as informações sintáticas e semânticas.

Em relação ao grau de interdependência, o sistema de taxa se desdobra em parataxe e hipotaxe. A distinção entre elas encontra-se nos aspectos gramaticais das unidades envolvidas: (i) se ambas as orações são livres e constituem, assim, cada uma, um todo funcional, a construção é paratática (ordem fixa); (ii) se, por outro lado, uma oração domina/modifica a outra, é dominante e, portanto, nuclear, enquanto a outra é dependente e, portanto, modificadora, a construção é hipotática (há dependência).

Em relação ao crescente de complexidade cognitiva das relações semânticas (eixo horizontal), destaco sua relação com a unidirecionalidade da mudança semântica, constatada em diversos trabalhos (KORTMANN, 1997; LONGHIN-THOMAZI, 2011;

⁴ A integração desse autor engloba as formas de interdependência de orações, propostas por Halliday (1985), incluindo também o encaixamento, isto é, vai desde a justaposição até formas extremas de interdependência, como a nominalização, passando por etapas de subordinação/encaixamento. Como destacado anteriormente, aqui, a análise se estenderá até a hipotaxe.

LOPES-DAMASIO, 2011), que aponta para uma relação de derivação entre as categorias espaciais e modais em direção a tempo e causa, condição, contraste e concessão (CCCC); e de derivação entre tempo e CCCC.

A análise das relações desempenhadas pelos juntores, de acordo com esse critério bidimensional, será usada como argumento indicativo da circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita e da dialogia com o já falado/escrito, em contextos determinados, sócio-historicamente, ou seja, contexto de sala de aula, em uma turma de 1º ano do ensino fundamental, intrinsecamente associado ao processo de aquisição de escrita. A peculiaridade desse tratamento encontra-se no fato de enxergar a prática de textualização não como *produto textual* — no sentido de que há um produtor de texto que se antecipa ao próprio texto, enquanto fonte/origem do dizer —, mas como um processo de textualização em que sujeito/escrevente e seu texto se constituem.

Sob esses enfoques, uma proposta de análise

As técnicas de junção em contextos de *mesclas* de tradições discursivas

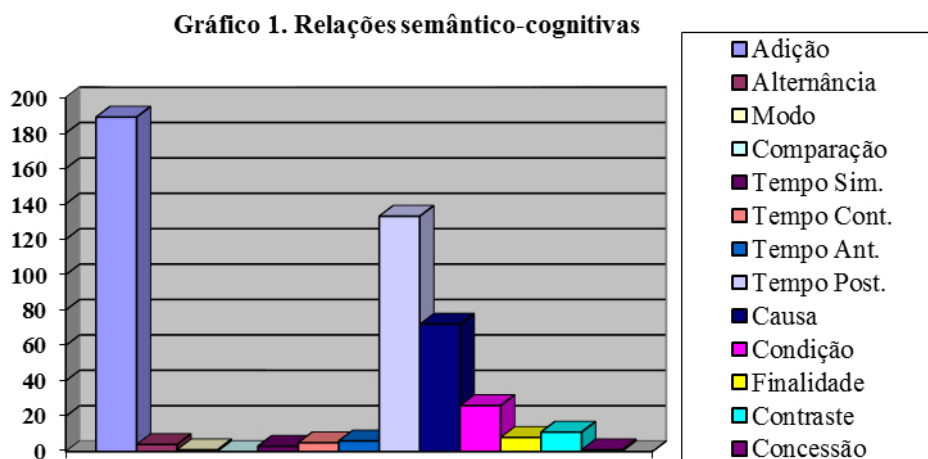
A Tabela 1 mostra as quantidades relativas a cada mecanismo de junção usado pelos escreventes de acordo com o critério bidimensional e revela a maior recorrência dos casos de parataxe (total de 405 ocorrências) em relação aos de hipotaxe (total de 54 ocorrências).

Tabela 1. Aplicação do critério bidimensional de análise dos mecanismos de junção

	Adição	Alter-nância	Modo	Compa-ração	Tempo simultâneo	Tempo contingente	Tempo anterior
P	Ø (90) e (78) e também (16) mas (2) também (1) que (1) então (1)	ou (4)				às vezes (1)	primeiro (3) e (1) agora (1)
H			gerúndio (1)		depois (1) enquanto (1) quando (1)	quando (3) sempre quando (1)	gerúndio (1)

	Tempo posterior	Causa	Condição	Finalidade	Contraste	Concessão
P	Ø (47) e (48) aí (13) aí depois (1) daí (4) e depois (14) depois (5) em seguida (1)	e (23) porque (14) Ø (15) que (1) aí (2) por isso (5) então (1) já que (1) agora (1)			e (3) mas(4) aí (1) então (1) só que (1)	
H		porque (6) por (1) gerúndio (1) que (1)	quando (18) se (8)	para (7) para que (1)	invés de (1)	mesmo que (1)

De forma genérica, no eixo horizontal, a relação de sentido mais presente nos textos é a de *adição* (189 ocorrências), aqui considerada como *neutra* — há a possibilidade de alteração da ordem das orações articuladas com o mínimo prejuízo de sentido. Em seguida, tem-se a relação de *tempo posterior*, constatada em 133 ocorrências. A relação de *causa* foi observada em 72 casos, seguida pela de *condição* (26 casos) e, por fim, pela relação de *contraste* (11 casos). O Gráfico 1 ilustra esses dados:



Os mecanismos de junção que apresentam frequência *token* mais significativa são: *e* (153), \emptyset (152), *quando* (22), *porque* (20), *aí* (16), *e depois* (14), *se* (8) e *para* (8). A multifuncionalidade desses itens está ligada às relações semântico-cognitivas de adição, tempo, causa e condição, como mostrado no Gráfico 1.

Partindo dessa breve quantificação, analiso, neste trabalho, alguns dos mecanismos de junção mais recorrentes, em relação às TDs e *mesclas* de TDs: casos de *justaposição*, *e*, *quando* e *porque*.

Os usos de *justaposição*

Os casos de *justaposição* estão relacionados à *parataxe* e codificam as relações semântico-cognitivas de *adição* (90 ocorrências), *tempo posterior* (47) e *causa* (15). Para exemplificar o funcionamento dessa estratégia, destaco o texto a seguir (01), produzido a partir da proposta “Conhecimentos prévios sobre a audição”, em que as crianças precisavam responder às seguintes questões: (a) Como as pessoas escutam os sons?; (b) Como podemos ajudar uma pessoa e/ou criança que está com dor de ouvido?

- (01) Aleo \emptyset óleo \emptyset agudam
 \emptyset pelo: ovido cabesa
 \emptyset poermedo ovido [0101-16]⁵

Na primeira linha do texto, identifica-se uma TD de listagem em que ocorrem *justaposições*, estabelecendo relações de *adição neutra*. Essa TD encaminha para as outras duas linhas em que se observa uma TD injutiva (*põe no ouvido, cabeça/põe remédio no ouvido*), na qual há relações temporais (*tempo posterior*), codificadas pelas outras duas

⁵ O código das ocorrências é composto por: ano de produção do texto (01, equivalente a 2001), número da proposta no banco de dados (01) e número de identificação do escrevente (16).

ocorrências de justaposição (*primeiro põe o óleo no algodão e depois coloca [o remédio] no ouvido, na cabeça*).

Há uma identificação desse texto com a TD de resposta, atendendo à solicitação feita na proposta, mais especificamente na pergunta (b). Para alcançar seu objetivo comunicativo de “responder”, o sujeito mescla tradições, em enunciado que apresenta as características de listagem e de injunção. O mecanismo utilizado para estabelecer a junção, a justaposição de termos e orações, pode ser destacado, portanto, como o mecanismo tático usado na estruturação do texto, com sentidos que podem ser inferidos a partir dos itens lexicais em face da proposta de texto que é conhecida.

O texto (02) foi produzido a partir da proposta “A verdadeira história dos três porquinhos”. O pesquisador perguntou se as crianças conheciam a história dos três porquinhos e, em decorrência das respostas afirmativas, pediu a uma delas que a contasse. Depois, disse que aquela não era a verdadeira história, e acrescentou que havia encontrado o diário do lobo, no qual, ele contava a verdade. Em seguida, leu-lhes a história e pediu que escrevessem uma das versões ou criassem uma nova.

(02) Éra uma vez um lobo bom Ø eutava	dai eu arepiei ratim Ø eu derrubei
fazéno um bolo para minha	querida dai foi na ota casa tu-tu-tu- ratim Ø
vóvo e dai eu foi boscar um poco de	quebo. Eu foi na casa de tijolo tu-tu-tu
açucar dai eu bati na porta tu-tu-tu	ratim dai poriso que eu fique mal. [0106-31]

O texto começa com a fórmula⁶ “*Éra uma vez...*”, de acordo com a TD esperada a partir da proposta (conto/história infantil). Em seguida, passa a ser desenvolvido com foco em primeira pessoa, ou seja, o lobo conta a sua própria história. Para “contar”, o sujeito apoia-se em tradições orais e informais, imprimindo, em seu texto, aspectos do diálogo familiar/cotidiano. Há, portanto, uma mescla de TDs na constituição deste texto narrativo, no que tange à aproximação de uma tradição escrita (fórmula “*Era uma vez...*”) e de uma tradição oral (*diálogo*), sem que seja constatada uma diferenciação no tipo de mecanismo de junção observado em relação à análise bidimensional. Registra-se, pois, a convivência entre as práticas sociais orais e letradas, caracterizando a heterogeneidade constitutiva da escrita (CORRÊA, 1997) e também a *mescla* de TDs.

Para isso, são usadas justaposições em que há uma marcação temporal icônica, na qual as ações que compõem a narrativa “imitam” a sequência de ações que se dão no mundo, conforme exemplificam (i) e (ii):

- (i) [...] *eu arepiei ratim Ø eu derrubei* [...]
- (ii) [...] *ratim Ø quebo*[...]
- (iii) *Éra uma vez um lobo bom Ø eutava fazéno um bolo para minha querida vóvo* [...]

Em (iii), a relação de tempo posterior, codificada pela justaposição, diferencia-se daquela observada em (i) e (ii). Nesse caso, o escrevente, num primeiro momento, marca a inserção de seu texto na tradição desejada, que é a narrativa (constitutiva da história infantil), para só em seguida começar de fato a narrar. Assim, a relação temporal não é icônica em relação à ordem de ações realizadas no mundo, mas à ordem de ações realizadas por esse escrevente na constituição de seu texto.

6 De acordo com Kabatek, essa fórmula em si mesma configura também uma TD.

Na proposta “Precisando de óculos?”, foi perguntado às crianças se elas gostavam de bichos e se tinham algum. Em seguida, foi apresentada a elas uma revista que continha uma reportagem, descrevendo um animal estranho: a anta. O texto foi lido duas vezes e posteriormente foi solicitado que escrevessem aquilo que haviam entendido.

- | | |
|---|--|
| (03) Usando óculos
Anta.
A femia é maior do que o macho Ø o
filhotes e quem a mãe Ø a anta não
enxerga direito Ø ela fica trombandando nas
árvores Ø ela gosta de coisa salgada Ø os | <i>cassadores põem sacolas de sal e quando
chóve molhaosal e as coisas que ela come
fição salgadas e também ela é muito grande
Ø ela é grande do tamanho de um elefante
Ø é ela é mamífera [0107-18]</i> |
|---|--|

Nesse texto, o escrevente apresenta, em forma de TD listagem, uma série de características da anta. Nessa listagem descritiva, é inserida uma TD narrativa (em itálico) em que conta o que acontece com a anta por ela gostar de coisas salgadas. Há, portanto, nesse texto, uma mescla entre as TDs descritiva e narrativa também marcada por justaposição com acepção aditiva neutra. Além das ocorrências de justaposição que marcam adição neutra, chamo a atenção para aquelas em que é codificada uma relação de causa paratática, em que há dependência da ordem das orações e em que a acepção está fortemente associada à noção de explicação, permitindo paráfrases por *por isso*:

- (i) [...] *a anta não enxerga direito Ø ela fica trombandando nas árvores*
- (ii) [...] *ela gostadecoisa salgada Ø os cassadores põem sacolas de sal [...]*

Os usos de e

Os usos de *e* relacionam-se à *parataxe* e codificam as relações semântico-cognitivas de *adição* ($e = 78$; *e também* = 16), *tempo anterior* (1) e *posterior* ($e = 48$; *e depois* = 14), *causa* (23) e *contraste* (3). A multifuncionalidade e a polissemia de *e*, tema de vários estudos de cunho funcionalista, aqui será tomada como índice do trânsito do escrevente por distintas relações semântico-cognitivas, menos e mais complexas, conjugadas à *parataxe*.

O texto a seguir foi produzido a partir da proposta “Palestra sobre voz”. Nesse dia, as crianças assistiram a uma palestra sobre audição e a um teatro de fantoches sobre os cuidados com a voz. Após a palestra, foi solicitado que escrevessem sobre o que elas haviam compreendido.

- | | |
|--|---|
| (04) eu escutei uma paléstra da Cristiane
e de quatro meninas e de Renata e o méis
pasado ela falou do ovido e oge
ela falo comé que agente souta son
pela boca Ø tem o motorzinho que é
labinrinto que sobe pelo pumãou
mais tem os labinrinto e machucar | <i>o caninho e machuca toda agarganta
é muito perigoso e pode atémorer
Ø tén um caraso na garganta.
Ø A xiquinha todo dia ela fala com
os animais éra a vaca o boi o pasarin e
burro. [0113-05]</i> |
|--|---|

Nesse texto, há uma mescla entre a TD relato e a TD narrativa (em itálico). A junção entre essas duas TDs também é feita por meio da justaposição com acepção aditiva. O texto mostra, ainda, ocorrências do *juntor e* com distintas acepções, tais como adição neutra (i), tempo anterior (ii), tempo posterior (iii) e causa paratática (iv):

- (i) [...] *mais tem os labirinto e machucaro caninho e machuca toda agarganta é muito perigoso [...]*
- (ii) *eu escutei uma paléstra da Cristiane e de quato meninas e de Renata e o méis pasado ela falou do ovido e oge ela falo comé que agente souta son pela boca [...]*
- (iii) *eu escutei uma paléstra da Cristiane e de quato meninas e de Renata e o méis pasado ela falou do ovido e oge ela falo comé que agente souta son pela boca [...]*
- (iv) [...] *mais tem os labirinto e machucar o caninho e machuca toda agarganta é muito perigoso e pode atémorer [...]*

O texto a seguir foi produzido a partir da mesma proposta:

- | | |
|--|---|
| <p>(05) Eu lembro que tem um cano que chama laringe e traquéia e dentro tem as cordas vocais, e um um caminho que vai pro nariz e para a boca que chama faringi Ø <i>vocês sabem que a gente tem um motor na garganta que da o ar só que para soltar o ar temos que encher o pumão de ar e depois do pumão vai para o motor e depois para a boca.</i></p> <p>Em um teatro de fantoches aprendi que não pode gritar porque machuca as cordas vocais e não pede pede falar enquanto corre, Ø não pode tomar muita água gelada. <u>No teatro de fantoche tem uma menina que chama Chiquinha e ela</u></p> | <p><u>tinha dois amigos o burro e uma vaca Ø o burro estava com a voz ruim Ø a vaca gostava de cantar opera e opera faz mau para as cordas vocais Ø o professor de Chiquinha falou isso e as irmãs de chiquinha falavam ao mesmo tempo e chiquinha falou que vai ajudar seus amigos e suas irmãs, Ø vocês sabem que a voz do papai e a voz da vovó tem diferença Ø a diferença é que a voz da vovó é mais fina do que a voz do papai, Ø no dia seguinte eles estavam felizes e com a voz bonita e saldavel.</u> Quando você quer falar com um amigo e ele está longe tem que fazer gestos ou dar açobios porque se não fais mau para a nossa voz. [0113-07]</p> |
|--|---|

Esse texto começa com uma TD relato, em que, no primeiro parágrafo, o escrevente apresenta o que aprendeu na palestra (*Eu lembro [...] que chama faringi*) e, no segundo, o que aprendeu no teatro de fantoches. Nesse contexto de relato, é acrescida, por meio do mecanismo de justaposição, a TD pergunta, em que o escrevente se dirige diretamente ao interlocutor (*[...] vocês sabem que a gente tem um motor na garganta que da o ar [...]*).

Na segunda ocorrência da TD pergunta, no segundo parágrafo, novamente inserida na TD relato por meio de justaposição, a resposta é imediatamente justaposta (*[...] vocês sabem que a voz do papai e a voz da vovó tem diferença Ø a diferença é que a voz da vovó é mais fina do que a voz do papai [...]*). Em determinado ponto do texto, o relato sobre o teatro de fantoches assume características de uma TD narrativa, em terceira pessoa (*[...] No teatro de fantoche [...] com a voz bonita e saldavel [...]*) e termina com uma TD injuntiva, em que é apresentado um conselho. (*[...] Quando você quer falar com um amigo e ele está longe tem que fazer gestos ou dar açobios porque se não fais mau para a nossa voz.*).

Nesse texto, repleto de *mesclas* de TDs, observam-se ocorrências em que *e* permite inferência de contraste, como em (i), e ocorrências de *e depois* com acepção de tempo posterior, como em (ii), conforme significado do advérbio que o acompanha:

- (i) [...] *Quando você quer falar com um amigo e ele está longe tem que fazer gestos ou dar açobios porque se não fais mau para a nossa voz.*
- (ii) [...] *só que para soltar o ar temos que encher o pumão de ar e depois do pumão vai para o motor e depois para a boca.*[...]

Os usos de *quando*

Os usos de *quando* associam-se à interdependência *tática*, em contextos que propiciam a leitura mais abstrata de *condição* (18 ocorrências), a partir de relações *temporais* marcadas pelo traço de indefinição — *tempo contingente* (4 ocorrências).

O texto (06), também produzido a partir da “Palestra sobre voz”, traz ocorrências de *quando* com acepção de *tempo contingente* e *condição*. Nesse texto, novamente, há a TD relato e a narrativa, em terceira pessoa, com inserções de discurso direto. Aqui, as duas TDs são apresentadas separadamente, constituindo textos distintos.

- | | |
|--|--|
| <p>(06) Eu lembro que a traqueia
tem um cano do motorzi
que sechama laringa Ø lembro
tanbem da faringi e
das cordas vocais quando
você grita as cordas vocais
comesão bater forte e pode fazer
você ficar roco e podi
ficar mudo mais a
garganta doi Ø doi e doi.</p> | <p>Era uma vez uma
Menininha que chamavava
chiguinha senpre quando ela
acordava senpre dava bom
dia primeiro ela foi falar
com o borrico Ø falou bom dia
borrico bom dia chiguinha nossa
borrico você esta com uma
vos estou roco Ø o borrico
foi enbora ai apareceu
a vaca bou tarde vaca
boua tarde chiguinha [0113-12]</p> |
|--|--|

A ocorrência de *quando* seguindo imediatamente o advérbio *sempre* torna explícita a acepção de *tempo contingente*, inferível nos dados relativos a esse item. Na primeira ocorrência de *quando*, entretanto, é possível a inferência de condicionalidade, a partir dessa leitura de tempo contingente, em que a eventualidade/habitualidade resulta em uma implicatura de condição, marcada, morfossintaticamente, pela presença do verbo no presente: “**quando/se** você grita as cordas vocais comesão bater forte”.

O texto (07), produzido a partir da mesma proposta, além de ocorrências que permitem leitura *condicional*, traz usos de *quando* associados a *tempo simultâneo*:

- | | |
|--|--|
| <p>(07) Eu lembro que tinha um que chamava –
larinja – Ø faringi – Ø traqueia –
quando gritamos as nossas cordas
vocais começa bater uma na outra bem
forte que pode até machucar – quando
respiramos o ar passa pela faringi Ø vai
para o pumão para falar e depois ele
sobe devolta Ø passa pela faringi e só.</p> | <p>um dia uma menina chamada chiquinha
foi visitar seus bichos quando deu oi para
o burro deu um bondia fino e ela perguntou
nossa mas que voz horrivel [...] [0113-10]</p> |
|--|--|

O que diferencia esse texto de outros produzidos a partir da mesma proposta, expostos anteriormente, é a presença da TD listagem (em itálico), além das TDs relato e narrativa. Na lista, o escrevente apresenta os dados sobre a palestra, usando traços para a indicação das justaposições entre termos e da interdependência de orações, iniciadas por *quando*. O uso desse sinal gráfico, observado também em outras produções, indica a associação entre a lista e a justaposição com acepção de adição neutra.

Nesse contexto, tem-se, em (i) e (ii), ilustrações de usos hipotáticos de *quando* que permitem inferência condicional e, em (iii), ocorrência de *tempo simultâneo*, em que o Estado de Coisas descrito na oração X ocorre no momento do tempo em que se dá o descrito na Y, respectivamente associados a contextos morfossintáticos com verbos no presente, em (i) e (ii), e no pretérito perfeito, em (iii), em ambas as orações (nuclear e modificadora) do complexo:

- (i) [...] *quando/se* gritamos as nossas cordas vocais começa bater uma na outra bem forte [...]
- (ii) [...] *quando/se* respiramos o ar passa pela faringi [...]
- (iii) [...] *quando* deu oi para o burro deu um bondia fino [...]

Os usos de *porque*

Os usos de *porque* encontram-se no interior do macro sistema de *causa* (KORTMANN, 1997) e desempenham função sintática em contextos paratáticos (14 ocorrências) e hipotáticos (6).

O texto (08) foi produzido a partir da proposta “Carta para a Renata 02”. Nesse dia, o pesquisador levou uma carta da aluna do curso de Fonoaudiologia que havia ministrado a palestra sobre audição. Esta carta foi enviada como resposta às cartas escritas pelas crianças em uma proposta anterior, que também compõe o *corpus*.

- | | |
|--|--|
| (08) Rénata por favor colóque o seu
filho aqui nessa escola por favor
porque esa escola é boua sabeporque
não tem escola mais boua que ésa | escola sabe porque seipri eu venho
eos dias eu não veinho porque eu chego
atrasado epor muintas coisas
que eu fasso na escola [0104-12] |
|--|--|

O texto se aproxima de um pedido, com trechos argumentativos, fortemente marcados por aspectos do diálogo, ou seja, pela oralidade, tais como repetições de termos e expressões (*por favor; sabe porque?*). Os usos de *porque* estão diretamente associados às características dessas TDs. Em contexto de argumentação, o aluno justifica seu pedido, tentando garantir, assim, o convencimento da destinatária:

- (i) [...] *colóque o seu filho aqui nessa escola por favor* (X) **porque** esa escola é boua (Y) [...]

No plano discursivo, esse uso paratático de *porque* marca um adendo em que o escrevente justifica sua colocação anterior. No plano informacional, tanto em X, quanto em Y, são apresentadas informações novas, em duas unidades entoacionais que caracterizam o plano prosódico (PAIVA, 1997). Esses aspectos ajudam a identificar a independência das orações articuladas de forma paratática.

Em (09), apresento um texto produzido com base na proposta “Cartão de natal”. Há, nesse texto, uma mescla entre as TDs cartão de Natal e carta, que, por sua vez, apresenta uma TD argumentativa, no interior da qual destaco o uso de *porque*:

- (09) Este cartão é para a renata a renata e um abraço para todas
 que éla é muito legal e carinosa as meninas e uu felis natal para
 e sóto fando esta carta todas meninas e bom ano novo
 porque a Cristiane veio sínão que todas família sejara um felis
 eu não ia fazer Ø é com muito natal e que seja bom. [0114-05]
 carinho e muito amo e para

No plano discursivo, pode ser notada uma relação lógica de efeito-causa, ao invés de uma explicação/justificativa. No plano informacional, em X, tem-se uma informação velha e, em Y, uma informação nova, constituindo uma única unidade entoacional no plano prosódico. São características de uma causa hipotática, associada, entretanto, a um domínio cognitivo mais concreto.

Considerações finais

A descrição e análise dos comportamentos das técnicas de junção, empregadas em TDs distintas, em contexto de aquisição do modo escrito de enunciação, mostraram que, ao fazer escolhas sobre “como juntar”, nos eixos sintagmáticos e paradigmáticos, as crianças deixam pistas, nos textos, que indicam a heterogeneidade constitutiva da escrita e, intrinsecamente associada a ela, a heterogeneidade constitutiva das próprias tradições em que os textos estão inseridos.

O enfoque nos mecanismos de junção mostrou que os casos de parataxe são mais recorrentes, embora não exclusivos, e que se apresentam associados a uma grande gama de relações de sentido, sendo as de *adição neutra*, *tempo posterior*, *causa*, *condição* e *contraste* as mais recorrentes. Esse resultado torna necessário ressaltar a relevância desse tipo de construção e, em consequência, a necessidade de um refinamento da análise dos indícios linguísticos que sustentam as inferências das relações de sentido inerentes a ela. Da mesma forma, confirma a complexidade dos contextos paratáticos, em que o modo escrito da enunciação revela-se por meio de tradições de textos que se misturam e que se constituem em um diálogo constante, que ora têm como base semiótica o *som*, ora o *gráfico*, que ora é concebido a partir de um modelo de escrita institucionalizada, ora a partir da experiência “oralizante”, em um contexto de aquisição em que o sujeito imprime no papel sua imagem do modo escrito de enunciação.

A comparação dos resultados analíticos possibilitou a apreensão das *mesclas* de TDs, juntamente com os mecanismos de junção que se encontram nos contextos sintáticos em que ocorrem. Como mostram os dados analisados, as escolhas que as crianças fazem em relação ao paradigma dos jutores podem ser consideradas sintomáticas de contextos sintagmáticos de mesclas de TDs. Nessa direção, as justaposições, em contextos que permitem inferências de relações semântico-cognitivas distintas, aparecem recorrentemente nos dados também nos limites entre uma TD e outra, ou seja, como sintoma de *mesclas* de TDs. Entretanto, os mecanismos que ocupam essas posições variam e apresentam, de modo genérico, aspectos táticos e semântico-pragmáticos da TD inserida, tal como podem exemplificar os usos de *porque* em contextos de mescla da TD pedido em cartas, com forte teor argumentativo.

É evidente que este trabalho não termina aqui. Seu papel é mais o de sinalizar um longo caminho a ser percorrido. Apesar disso, seus resultados, além de mostrarem que os

mecanismos de junção podem refletir a *mescla de TDs* no processo de aquisição de TDs no modo escrito de enunciação, mostram também que uma forma possível de analisar essa *mescla* é a partir de um olhar para os mecanismos de junção que os enxergue como marcas linguísticas da relação entre o oral/letrado e o falado/escrito.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. *Cenas de Aquisição de escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

ASCHENBERG, H. Diskurstraditionen – Orientierungen und Fragestellungen. In: ASCHENBERG, H.; WILHELM, R. (Org.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr, 2003. p. 1-18.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. 1997. 435f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Funcional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

KABATEK, J. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. In: CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. (Ed.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana, 2006. p. 151-172.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis XXI*, Lima, v. 39, n. 2, p. 151-177, 2005a.

_____. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'água*, São Paulo, v. 17, p. 157-170, 2005b.

_____. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. *Iberoamericana*, [s.l.], v. 62, p. 28-43, 2005c.

_____. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, [s.l.], v. 27, p. 249-261, 2004.

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. In: KABATEK, J. (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 53-87.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin-New York : Mouton de Gruyter, 1997.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 225-248, 2011.

LOPES, C. R. S. Tradição textual e mudança linguística: aplicação metodológica em cartas de sincronias passadas. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (Org.). *História do Português brasileiro no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2012. p. 17-54.

LOPES-DAMASIO, L. R. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

OESTERREICHER, W. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Org.). *Gattungen mittelalterlicher schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p.19-41.

PAIVA, M. C. Cláusulas causais adendo: uma variante de ordenação? *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, ano 2, v. 2, p. 5-21, jan./jun. 1997.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M. et al. (Ed.) *Language typology and language universals: an international handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2001. p. 590-617.

A mulher em escritos ficcionais e jornalísticos de Teixeira e Sousa

(The woman in the fictional and journalistic writings of Teixeira e Sousa)

Hebe Cristina da Silva

Pesquisadora independente

hebe_minas@yahoo.com.br, hebeminas@hotmail.com

Abstract: This article addresses the woman's images present in the fictional and journalistic papers produced by Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1816). On his novels, narrators and characters discuss the situation of feminine gender in the Brazilian society, denouncing the losses and dangers that women were exposed due to male abuses. The elements of this discussion were also present in two articles published by the author at *Marmota Fluminense*, a fashion and varieties journal with wide circulation in the mid-19th century.

Keywords: Brazilian Romanticism; Teixeira e Sousa; Woman.

Resumo: Este artigo aborda as imagens de mulher presentes em textos ficcionais e jornalísticos produzidos por Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861). Em seus romances, narradores e personagens discutiram a situação do sexo feminino na sociedade brasileira, denunciando os prejuízos e perigos a que estavam expostas as mulheres em virtudes dos desmandos masculinos. Os elementos dessa discussão também estiveram presentes em dois artigos que o autor publicou na *Marmota Fluminense*, um jornal de modas e variedades que teve ampla circulação em meados do século XIX.

Palavras-chave: Romantismo brasileiro; Teixeira e Sousa; Mulher.

Teixeira e Sousa e o romance brasileiro

Autor de escritos de natureza diversificada como romances, poemas, peças teatrais, traduções, textos jornalísticos e letras de música, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa ocupou um lugar de destaque entre os homens de letras brasileiros do século XIX. Apesar de haver produzido textos literários pertencentes a gêneros variados, o autor dedicou-se com mais afinco à produção de narrativas ficcionais, desempenhando um papel significativo no contexto de formação do romance nacional (SILVA, 2009). Ao longo do século XX, muitas histórias literárias atribuíram a ele a alcunha de primeiro romancista brasileiro graças à publicação, em 1843, de *O Filho do Pescador*. Entretanto, tais estudos costumam considerá-lo um escritor secundário que produziu obras carentes de qualidades estéticas e formais, como exemplificam as seguintes palavras de Antonio Candido:

No entanto, embora a qualidade literária seja realmente de terceira plana, é considerável a sua importância histórica, menos por lhe caber até nova ordem a prioridade na cronologia do nosso romance (não da nossa ficção), do que por representar no Brasil, maciçamente, o aspecto que se convencionou chamar folhetinesco do Romantismo. Ele o representa, com efeito, em todos os traços de forma e conteúdo, em todos os processos e convicções, nos cacoeetes, ridículos, virtudes. (CANDIDO, 2000, p. 112)

O tom pouco elogioso utilizado pelo autor da *Formação da Literatura Brasileira* para tratar das produções desse romancista esteve presente em muitas histórias literárias publicadas ao longo do século XX no Brasil. Alfredo Bosi, por exemplo, não incluiu Teixeira e Sousa no capítulo dedicado aos prosadores de vulto do período, como Joaquim Manuel de Macedo, José Alencar e Bernardo Guimarães, apontando como um dos motivos a “inegável distância, em termos de valor, que o separa[va] de todos” (BOSI, 1981, p. 111-112).

Apesar de ele ter sido relegado ao segundo plano por alguns estudiosos da literatura nacional, o estudo de suas narrativas e das estratégias de que se valeu para elaborá-las é de grande valia para a compreensão das condições em que se deu a formação do romance brasileiro. Afinal, esse escritor foi bem recebido pelos seus contemporâneos, como indicam o número de edições de suas obras em prosa e as apreciações que elas receberam por parte de homens de letras oitocentistas que divulgaram suas impressões em periódicos e livros de crítica literária.

Comprovadamente, todos os romances de Teixeira e Sousa obtiveram, no mínimo, duas edições no século XIX, sendo impressos tanto em rodapés de periódicos de renome quanto na forma de livro: *O Filho do Pescador* foi publicado duas vezes em folhetim e em volume;¹ *As Fatalidades de Dois Jovens* ganharam quatro edições em volume e uma em folhetim;² *Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta* foi impresso duas vezes em folhetim e duas em volume;³ *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes* foi divulgado na forma de livro e de folhetins;⁴ *Maria ou A Menina Roubada* ganhou duas edições em folhetim e uma no formato livro⁵ e *A Providência*, seu último romance, foi publicado em folhetim e em volume.⁶

Os comentários que os críticos literários oitocentistas dedicaram às produções romanescas desse escritor atestam o valor que seus contemporâneos atribuíram às suas narrativas ficcionais. Em maio de 1861, por exemplo, o autor foi incluído em “Literatura Pátria – Romances Brasileiros”, um artigo divulgado n’*A Marmota*. Em suas reflexões, F. T. Leitão observou que a reduzida publicação de narrativas brasileiras derivava, em grande

1 As edições em folhetim foram divulgadas nos periódicos *O Brasil* (1843) e *A Marmota* (1857) e ambas as edições em volume foram impressas na Tipografia de Paula Brito em 1843 e 1857.

2 Não há informações sobre o responsável pela impressão da edição de 1846, mas as demais edições em volume foram confeccionadas na cidade do Rio de Janeiro: a de 1857 foi impressa na Tipografia de Paula Brito, a de 1874 foi impressa pela Editora Popular e fez parte da coleção “Biblioteca Romântica” e o volume publicado em 1895 foi editado pela Livraria J. S. Coutinho. A edição em folhetim foi impressa na *Marmota Fluminense* em 1856.

3 A primeira edição em folhetim foi divulgada no jornal *Arquivo Romântico Brasileiro*, em 1847, e serviu de base para a elaboração da primeira edição em volume, a qual foi impressa na Tipografia de Teixeira e Sousa. O romance voltou a ser republicado em forma de folhetins nas páginas de *A Marmota* entre os anos de 1857 e 1859, com algumas interrupções, e, no ano de 1868, ganhou uma nova edição em volume impressa pela tipografia carioca Cruz e Coutinho.

4 O primeiro volume da edição em formato livro foi impresso na tipografia de Teixeira e Sousa em 1848, mas o segundo volume veio a lume em 1851 e foi confeccionado pelos prelos da Tipografia Fluminense de C. M. Lopes, em Niterói. Em 1860, o romance foi divulgado em folhetim nas páginas de *A Marmota*.

5 Quando foi publicada pela primeira vez entre os anos de 1852 e 1853 como folhetim da *Marmota Fluminense*, a narrativa não foi editada no formato livro. Em 1859, voltou a figurar nas páginas desse periódico e, finda a publicação dos folhetins, foi impressa em volume pela Tipografia de Paula Brito.

6 Ambas as edições se deram em 1854, na cidade do Rio de Janeiro: primeiramente, o romance foi divulgado como folhetim do *Correio Mercantil* e, em seguida, impresso em volume pela tipografia de M. Barreto.

parte, da falta de incentivo por parte do governo e dos cidadãos comuns, mostrando-se incomodado com o fato de que o romance era uma “especialidade literária” que não vinha sendo devidamente explorada no país:

Podemos dizer que não possuímos romances nacionais! À exceção das limitadas produções que nesse gênero devemos aos senhores Dr. Macedo, Teixeira e Sousa e Alencar, não é desarrazoado declarar-se que nada mais temos, e conquanto a *Moreninha*, o *Moço Loiro*, a *Vicentina*, as *Fatalidades*, a *Providência*, o *Guarani* [...] sejam as provas indestrutíveis de que nesse terreno muito lucro poder-se-ia colher em honra das letras pátrias: não se deve contudo deixar de lamentar o atraso em que elas se acham?! (LEITÃO, 1861, p. 3)

No intuito de impulsionar a produção do gênero em terras nacionais, o crítico mencionou obras que atestavam o êxito que os escritores brasileiros poderiam obter caso se dedicassem à produção de narrativas. O texto indica que Teixeira e Sousa possuía um bom lugar como romancista naquele momento, visto que foi referido como um dos prosadores mais representativos, sem o estabelecimento de hierarquia entre ele e José de Alencar.

Nessa mesma década, o escritor em questão foi abordado em dois livros que tiveram grande poder consagrador no século XIX, pois foram utilizados no colégio Pedro II, instituição cujos programas serviam de modelo para o ensino de todo o país: o *Curso de Literatura Nacional* e *O Brasil Literário*.⁷

Publicado em 1862, o *Curso de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, foi uma das primeiras publicações dedicadas inteiramente à produção literária brasileira. O crítico caracterizou Teixeira e Sousa como um “romancista fecundo e imaginativo” que vinha adquirindo “merecida reputação como fiel e desapaixonado pintor dos nossos usos e costumes”, observando que, em sua produção romanesca, percebia-se “uma escala cromática de aperfeiçoamento, tanto na substância, como ainda na forma” (PINHEIRO, 1978, p. 510).

O Brasil Literário, de Ferdinand Wolf, obra escrita em 1863 e publicada em 1864 sob o patrocínio do imperador Pedro II, também concedeu lugar de destaque ao autor. Apesar de reconhecer a “qualidade de poeta lírico e dramático” de Teixeira e Sousa, o crítico observou que ele, assim como Joaquim Manuel de Macedo, “encontr[ara] no romance um gênero que melhor conv[inha] ao seu gênio”. A abordagem de seus atributos como prosador foi feita mediante a comparação com o autor de *A Moreninha*:

A força de Teixeira e Sousa reside principalmente na invenção de intrigas complicadas, de imbróglis interessantes, de soluções surpreendentes, assim como na verdade de suas descrições, suas tendências morais e suas vistas sérias. Ultrapassa ainda Macedo por seu amor ao misterioso e cremos que ele seja mais original e nacional do que ele. Mas é-lhe inferior na descrição dos caracteres, na vivacidade do diálogo e do espírito. Ele não sabe, como Macedo faz, alternar agradavelmente o cômico e o humorístico com o sentimental e sério; a ironia e os bons ditos deste romancista lhe são desconhecidos. [...] O caminho seguido por Teixeira e Sousa parece ser o que convém melhor ao gosto nacional porque os outros romances brasileiros que nos chegaram trazem todos mais ou menos o mesmo sinal. Mas os lados fracos do autor que vimos de citar chocam mais ainda; o interesse aqui

7 Cf. Relação dos “Livros Adotados” no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, entre 1850 e 1890 (SOUZA, 2007, p. 23-25).

é produzido por meios mais grosseiros e reside unicamente no assunto, as intrigas são tão complicadas quanto possível; todos enfim se distinguem por uma tendência pronunciada para o misterioso e mesmo o melodramático. Nenhum deles tem o valor literário dos romances de Macedo e mesmo de Teixeira e Sousa. (WOLF, 1955, p. 348-349)

O crítico demonstrou apreço pelas narrativas de Teixeira e Sousa, acreditando que superavam em mistério, originalidade e nacionalismo os romances de Macedo, que se destacava em outros quesitos. Segundo ele, as características que lhe pareciam reprováveis nas obras do escritor fluminense foram encontradas em vários romances brasileiros com os quais entrara em contato, entretanto, as produções dos demais prosadores não possuíam o mesmo “valor literário” das narrativas do autor de *O Filho do Pescador*. Ao postular que a trilha aberta por esse romancista foi seguida por muitos outros escritores, o crítico valida a ideia de que a trajetória do autor foi exemplificativa das saídas e soluções encontradas pelos primeiros prosadores nacionais.

A boa acolhida que suas narrativas obtiveram ao longo do Oitocentos deveu-se, principalmente, ao fato de que ele explorou, nessas produções, os elementos que eram mais apreciados pela crítica da época: a moral e a chamada “cor local”.

Nas reflexões empreendidas pelos homens de letras oitocentistas a respeito do romance, a presença de lições edificantes era um elemento decisivo para que uma narrativa fosse apreciada. Para entendermos a motivação dessa preocupação comum aos críticos oitocentistas, é necessário aproximarmo-nos um pouco do debate que emergiu por ocasião da ascensão do romance moderno na Europa setecentista. Afinal, muitos elementos dessa discussão estavam disseminados nos paratextos e discursos dos narradores das narrativas estrangeiras que circulavam no Brasil e ecoaram nas críticas de romances divulgadas na imprensa ao longo do século XIX.

Quando os escritores brasileiros iniciaram a produção de narrativas ficcionais, o romance moderno ainda era uma novidade na Europa, onde surgira no século XVIII. De acordo com Ian Watt, o gênero se diferenciou das obras ficcionais em prosa que o precederam porque, trazendo uma “visão circunstancial da vida”, pretendia ser um “relato autêntico das verdadeiras experiências individuais”. Segundo o teórico inglês, esse efeito foi obtido através do “realismo formal”, um conjunto de técnicas narrativas através das quais os prosadores modernos inovaram o trabalho com as personagens (particularizando-as, nomeando-as e situando-as em espaços e tempos específicos), com o tempo (os fatos se desenrolam num esquema temporal cheio de detalhes em que a experiência passada é causa da ação presente) e com o espaço (elaborado de uma forma que possibilite a impressão de que a narrativa está se desenrolando num ambiente físico real) (WATT, 1996, p. 27-31).

Quando vieram à luz as obras dos primeiros romancistas modernos, a elaboração e a análise das produções literárias era pautada pelas regras presentes nos livros de Arte Poética e Retórica. Para ser considerado excelente, o texto deveria seguir esses preceitos e dialogar, em termos de forma e conteúdo, com as obras eleitas como modelos pelas pessoas eruditas. Como as narrativas ficcionais não eram previstas pela tradição clássica, o romance foi considerado um “novo gênero” e enfrentou muitas dificuldades para ser aceito como uma “leitura séria”. Na Europa dos séculos XVIII e XIX, segundo Márcia Abreu, proliferaram textos teóricos e críticos que discutiram o gênero e dividiram-se em duas posições extremas: “identificar os defeitos estruturais dos romances e condenar os

perigos que sua leitura representaria ou exaltar a ‘nova’ forma e glorificar as virtudes que dela adviriam” (ABREU, 2003, p. 267).

Apesar de abordarem questões diversas, muitas das objeções à leitura de romances estiveram associadas à questão moral. Isso se deu porque, como observa Sandra Vasconcelos, o princípio horaciano do *utile et dulci* (instruir e deleitar) e a justiça aristotélica (que previa a punição do vício e a recompensa da virtude) foram os elementos que balizaram a atividade crítica durante o século XVIII, que muitas vezes observava mais os valores éticos que estéticos das obras (Vasconcelos, 2000, p. 40-41). Na passagem abaixo, temos as palavras divulgadas pelo francês Bruzen de La Martinière⁸ (1731 apud ABREU, 2003, p. 271), o qual era avesso à leitura de romances modernos:

Eu os vejo como um divertimento inocente, desde que se lhes dedique apenas algumas horas quando se deseja relaxar. Mas serão horas verdadeiramente perdidas aquelas que lhes forem dedicadas em detrimento dos estudos mais sólidos. A perda de tempo nem sempre é o maior perigo oriundo dos maus Romances. Neles, estragamos o gosto, criamos falsas idéias de virtude, encontramos imagens obscenas, sujeitamo-nos sem perceber; e nos deixamos amolecer pela linguagem sedutora das paixões, sobretudo quando o autor soube emprestar-lhes as cores as mais graciosas.

O excerto explora vários dos argumentos utilizados com vistas a vetar a leitura dessas obras: a utilidade (ler esses textos seria uma “perda de tempo”), a estética (o contato com essas narrativas “estraga[ria] o gosto”) e a ética (os romances criariam “falsas idéias de virtude”, pervertendo a moral e os bons costumes). Os argumentos utilizados por aqueles que eram contrários à leitura das narrativas ficcionais foram rebatidos por pessoas que eram favoráveis ao contato com o gênero e, em termos gerais, alegavam que a leitura de romances colaborava para que as pessoas fortalecessem suas noções morais:

Como resposta aos críticos que acreditavam que a leitura dos romances conduzia ao pecado, os defensores do gênero tomaram o problema tal como formulado por eles – as narrativas promovem a identificação do leitor com a vida dos personagens – mas inverteram o modo de avaliar tal situação. Enquanto os detratores atinham-se ao pecado que consistia em imaginar-se no lugar de alguém que saía dos trilhos da virtude, os entusiastas dos romances viram aí um fato positivo, pois, em vez de conduzir ao erro, essa experiência ensinaria como evitá-lo, fazendo com que os leitores não tivessem que se equivocar em suas próprias vidas. (ABREU, 2003, p. 309)

Nesse sentido, podemos dizer que os argumentos destinados a defender o romance no que se refere à questão moral também ofereceram uma resposta às acusações daqueles que o consideravam uma leitura sem finalidade, que levava as pessoas a perderem tempo. Afinal, essas narrativas realizariam a tarefa de instruir os leitores, ajudando-os a fortalecer seus princípios morais e, assim, cumpririam o preceito horaciano do *utile et dulci*. As saídas encontradas como respostas às queixas quanto ao gênero passaram a ser elementos constitutivos do romance moderno do século XVIII e dos primeiros decênios do século XIX (Vasconcelos, 2000, p. 103) e, por isso, a moralização ocupava um lugar central nessas obras. Lendo várias narrativas escritas sob esse molde, os escritores brasileiros, mesmo aqueles que não tiveram acesso aos textos que compuseram o debate europeu

⁸ BRUZEN DE LA MARTINIÈRE, M. *Introduction generale à l'étude des sciences et des belles lettres, en faveur des personnes qui ne savent que le François*. La Haye, chez Isaac Beaugerard, 1731.

sobre o “novo gênero”, foram levados a crer que o romance deveria *deleitar e instruir* o leitor, como indicam as críticas divulgadas pela imprensa da época.

Outro elemento cuja presença nos romances oitocentistas era decisiva para que uma narrativa fosse bem recebida era a inclusão de elementos tipicamente nacionais nas narrativas, ou, em outros termos, a presença da chamada “cor local”. De acordo com esses textos, cabia aos prosadores brasileiros elaborar narrativas que contribuíssem para o conhecimento e a valorização da história, da paisagem e dos costumes nacionais. Afinal, o período em que se publicaram os textos que participaram da formação do romance brasileiro foi marcado por mudanças significativas no modo de os escritores conceberem o fazer literário, muitas das quais estiveram estreitamente relacionadas à propagação das ideias românticas e à independência política brasileira, ocorrida em 1822. Esse evento possibilitou que aflorasse o sentimento patriótico e nacionalista e, por isso, o desejo de contribuir para a efetiva configuração de uma nação independente e de fazê-la caminhar para o progresso povoou o pensamento dos homens de letras da época. Concebeu-se a literatura como elemento a ser utilizado a serviço do progresso do país, colaborando para a consolidação da independência ideológica e para a divulgação de uma imagem civilizada e progressista do Brasil nos âmbitos nacional e internacional. De acordo com Antonio Candido,

[...] a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma “literatura nacional” é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha. [...] tratava-se de construir uma vida intelectual na sua totalidade, para progresso das Luzes e conseqüente grandeza da pátria. (CANDIDO, 2000, p. 12)

Muitos elementos do Romantismo europeu vinham ao encontro das aspirações dos homens de letras brasileiros, como a valorização dos elementos nacionais, o modo de conceber a natureza e incluí-la nos textos e a possibilidade de afirmar-se a identidade brasileira em relação a Portugal. Como observou Antonio Candido, foi notável a “felicidade com que as sugestões externas se prestaram à estilização das tendências locais” (CANDIDO, 2000, p. 15).

Nesse contexto, configurado pelos autores do período como momento inicial da literatura brasileira, o romance moderno parecia um gênero bastante promissor para concretizar as ideias acerca da literatura nacional, já que, entre as suas características na matriz europeia, estavam o olhar atento do escritor para a realidade que o cercava e a abordagem do cotidiano. As páginas romanescas se apresentavam como *telas* prontas para receber a chamada “cor local” brasileira e, assim, compor o *painel* da literatura nacional. Segundo Antonio Candido, “o ideal romântico-nacionalista de criar a expressão nova de um país novo encontra no romance a linguagem mais eficiente” (CANDIDO, 2000, p. 100).

Ao longo de grande parte do século XIX, os homens de letras brasileiros que se dedicaram à análise de romances modernos buscaram encontrar elementos moralizantes e nacionalistas nos textos. É o que podemos perceber, por exemplo, na apreciação que Dutra e Mello fez de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, divulgada em um exemplar da *Minerva Brasiliense* de 1844:

Entre nós começa o romance apenas a despontar: temos tido esboços, tênues ensaios ligeiros que já muito prometem; mas ainda ninguém manejou, que o saibamos, o romance histórico, nem tão pouco o filosófico; quanto a este, porém, leve é a perda, a serem tomados por modelo os delírios da escola francesa: um Louis Lambert, por exemplo. Contudo, o romance histórico pode achar voga entre nós; tem uma atualidade que não se deve desprezar. As investigações históricas a que deve proceder quiçá trarão luz sobre alguns pontos obscuros que homens devotados à história do país buscam hoje elucidar; pode tornar-se de envolta moralizador e poético se bem cair no preceito – *Omne tulit punctum qui miscuit utile dulci*. (DUTRA E MELLO, 1844, p. 42)

Dutra e Mello apontou dois caminhos para os prosadores brasileiros, o romance histórico e o romance filosófico, mas ressaltou que a falta de narrativas de teor filosófico era uma “perda leve” para o país. A seu ver, os escritores deveriam colaborar para o maior conhecimento do passado nacional e, se pautassem a escrita dos textos no preceito horaciano, poderiam fazer com que suas narrativas históricas fossem moralizadoras e poéticas.

A partir da análise do projeto literário e das narrativas ficcionais de Teixeira e Sousa, percebe-se que ele estava a par das expectativas de seus contemporâneos em relação ao romance. No prefácio divulgado no primeiro volume de *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes* (1848), intitulado “Introdução”, Teixeira e Sousa expôs aos leitores a noção de romance que fundamentava suas produções em prosa e discorreu sobre as diferenças entre romance e história. Segundo ele, a tarefa do romancista “não [era] por sem dúvida a do historiador, a este a verdade; àquele a verdade e a ficção, ou ainda só esta” (SOUSA, 1848, p. 4). Para esclarecer o sentido dessa afirmação, o autor passou a estabelecer diferenças entre história e romance, alegando que o historiador cumpria a missão de “instruir” e não precisava construir textos cuja leitura fosse deleitante. A seu ver, a história deveria fornecer “a representação dos fatos tais e quais ocorreram” para que os leitores aprendessem com o passado e evitassem cometer os mesmos erros. Ao romancista, porém, cabia outro papel:

O fim porém do romancista é (se o fundo de sua obra é fabuloso) apresentar quase sempre o belo da natureza, deleitar e moralizar. Se nesse fundo há alguma coisa, ou muito de histórico, então melhorar as cenas desagradáveis da natureza, corrigir em parte os defeitos da espécie humana; adoçar os mais terríveis traços de horrorosos quadros, tendo sempre por fim deleitar e moralizar, ainda que instrua pouco ou nada. Assim a história é, para o romancista, como a poesia para o músico; a história oferece o assunto sobre o qual pode o romancista discorrer a seu livre arbítrio, sem que lhe imponha o menor freio; da mesma sorte a poesia oferece ao músico os versos sobre os quais compõe ele sua música a seu bel-prazer, conservando apenas nela o timbre ou gosto da poesia, segundo for mais alegre ou mais melancólico. (SOUSA, 1848, p. 5)

Para cumprir a missão de “deleitar e moralizar”, caberia ao romancista utilizar o “livre arbítrio” para elaborar produções que exaltassem as belezas naturais, colaborassem para expurgar os vícios humanos e apresentassem quadros mais amenos. Para tanto, deveria recorrer aos livros de história apenas para obter o assunto de suas produções.

Além dos prefácios, o projeto literário de Teixeira e Sousa esteve presente em algumas didascálias que ele antepôs aos capítulos de três de seus romances. Esses pequenos textos tinham conteúdo diversificado, podendo consistir em comentários sobre episódios do enredo, discussões motivadas pelas atitudes das personagens ou reflexões sobre elementos temáticos e formais das narrativas. Muitos desses textos eram utilizados para concretizar

os propósitos moralizantes do autor e, por isso, forneciam parâmetros para que o leitor percebesse a lição edificante presente no trecho a ser lido. Além da moralidade, as didascálias defendiam o valor da presença da natureza e das descrições de paisagem. Em *A Providência*, por exemplo, ele indicou que a descrição da natureza era tão importante quanto a descrição dos costumes. A seu ver, trabalhar com esses dois elementos era uma forma de alcançar o equilíbrio entre deleite e instrução, pois, segundo ele, “a descrição das cenas da natureza deleita, as dos costumes instrui. Aquela que só deleita torna-se superficial, a que só instrui, aborrecível; casemos pois estas duas qualidades” (SOUSA, 1854, tomo II, p. 9).

Para cumprir os propósitos moralizantes previstos em seu projeto literário, Teixeira e Sousa incluiu discursos edificantes nas falas do narrador e das personagens, como também elaborou romances cujos enredos exemplificavam a punição do vício e a premiação da virtude. Nessas produções, os acontecimentos narrados conduziram a um final edificante e o leitor foi levado a refletir sobre a justiça subjacente aos castigos sofridos pelas personagens que se deixaram levar pelo vício e aos prêmios com que foram contempladas as personagens virtuosas ou aquelas que se regeneraram.

O autor também recorreu a estratégias diversificadas para incluir a “cor local” brasileira em seus romances. Para tanto, explorou, basicamente, quatro elementos: a paisagem, que envolvia a descrição da natureza exuberante e de cenários urbanos; a história, que poderia vir como pano de fundo ou como elemento central da narrativa; as manifestações culturais populares, que figuraram como elemento central nas cenas em que se caracterizavam os costumes das personagens e, finalmente, a abordagem do caráter escravista da sociedade brasileira.

A mulher nos romances e nos artigos jornalísticos de Teixeira e Sousa

Assim como nas obras dos demais escritores que participaram dos momentos iniciais da formação do romance brasileiro, é possível perceber, nos textos em prosa de sua autoria, o intuito de fornecer lições edificantes aos leitores e conferir a chamada “cor local” às narrativas, dando ênfase, por exemplo, à beleza e grandiosidade da natureza tropical e dos costumes nacionais. Vale notar, porém, que a produção de Teixeira e Sousa desperta interesse não só pelo seu caráter exemplificativo, mas também por algumas peculiaridades dentre as quais se destaca a discussão sobre o sexo feminino.

Na leitura de sua produção romanesca, chama atenção o modo como o autor abordou o lugar ocupado pela mulher na sociedade brasileira de seu tempo, seja através da voz de personagens ou narradores que denunciaram os prejuízos e perigos a que estavam expostas as mulheres em virtude da imposição masculina ou por meio da atuação de personagens femininas que possuíam uma postura ativa, questionavam as ordens que lhes eram impostas e lutavam para abrir e trilhar os próprios caminhos.

As questões relativas ao “belo sexo” contempladas nos romances do autor, assim como o modo como ele as formula, seja na voz das personagens ou dos narradores, coincidem plenamente com as reflexões a respeito do tema divulgadas por ele em dois artigos publicados na *Marmota Fluminense*, um jornal de modas e variedades que teve ampla circulação no Rio de Janeiro de meados do século XIX. Tanto em “A Mulher” (1852) quanto em “O Coração da Mulher” (1853), Teixeira e Sousa defendeu uma postura bastante arrojada

para o seu tempo, mostrando-se explicitamente contrário ao casamento forçado e à sujeição feminina imposta por uma sociedade organizada por homens.

O primeiro artigo foi divulgado entre os dias 18 de junho e 23 de julho de 1852. Inicialmente, após dirigir-se às mulheres demonstrando o desejo de que suas palavras estivessem à altura delas, o autor abordou o mito da criação do mundo de acordo com a perspectiva cristã. A seu ver, Deus atribuiu diferentes papéis ao homem e à mulher, por isso, apesar de caminharem juntos, as diferenças de seus caracteres determina que ele domine através da força e das armas, ostentando “a fortaleza de uma alma varonil”, e que ela domine pela brandura e pelas súplicas, ostentando a “fraqueza de uma alma apaixonada” (SOUSA, 1852a). A partir desse momento, o autor muda o rumo de suas reflexões e, segundo ele, deixa de abordar a mulher a partir do viés poético e passa a discorrer acerca das relações sociais em que ela se envolve. Para tanto, tece considerações acerca da mulher em seus diferentes estados: a criança, a donzela, a esposa, a mãe e a viúva.

Na fase infantil, segundo ele, é como se um instinto já anunciasse à menina o lugar que ocupará na sociedade, pois, ao brincar com suas bonecas, ela finge ser mãe, dona de casa, amiga e comadre. Ao entrar na puberdade, a menina abandona as bonecas e torna-se donzela, passando a demonstrar, nas relações com os pais, os amigos, os parentes e as criadas, seja dentro ou fora de casa, os efeitos da educação que recebera. Nesse momento, o autor tece reflexões mais aprofundadas a respeito da importância da educação feminina, ressaltando a importância de os pais preservarem suas filhas de ouvirem conversas cujo conteúdo é impróprio para sua idade, preservando a pureza de seu coração:

Esta pureza, esta inocência e esta dignidade constituem em seu favor um culto, cujo respeitável mistério é a pureza da alma da mulher e a virgindade de seu coração. Para isto é preciso na família os mais rígidos costumes e a mais cuidadosa circunspeção, e de tal sorte que jamais uma palavra indiscreta fira os ouvidos da virgem para que ela não peça a sua explicação, por não a entender; porque se a entende, ai dela; se não a entende e pede a explicação, ou é mister uma indecência ou uma mentira. No caso da mentira, há uma quebra da dignidade paternal e um coro de delito contra tal imprudência; no caso da explicação, é prematurar no íntimo de uma virgem as ideias que a natureza mesma, por suas próprias leis, se incumbe de amadurecer e tais antecipações são perigosas; além de que, fora ferir, e talvez de morte, as leis do pudor. Os ouvidos os mais castos podem se habituar a palavras indecentes e impudicas, o que é horrível, como a sensitiva, que não obstante a sua delicada irritabilidade, continuamente abalada, acostuma-se ao movimento e afinal distende as suas mimosas palmas, no meio de uma agitação indecente. (SOUSA, 1852b, p. 3)

Segundo o autor, a jovem que se acostumasse a ouvir palavras impróprias em sua casa estaria mais propícia ao vício e, caso viesse a errar, a culpa caberia a seus progenitores, que deveriam zelar plenamente pela sua educação. Teixeira e Sousa observa, também, que os pais devem interferir de maneira incisiva nos casos em que as virgens se apaixonem por pessoas indignas delas, pois têm o dever de guiá-las para o bem, entretanto, nem por isso “têm o direito de lhes dar maridos com os quais seus corações não simpatizam e aos quais mostram suas almas alguma repugnância” (SOUSA, 1852c). Nesse momento, o autor passa a discorrer a respeito do casamento forçado, expondo de forma detalhada sua opinião:

Algumas vezes tem alguns pais apresentado a suas filhas um marido e, como o coração da moça é ainda livre, ela não tem repugnância ao pretendente, sem todavia ter-lhe amor, mas, como não tem amor a outrem e nem repugnância a este, ela o aceita. Um tal casamento é natural, é feito segundo as vistas da Divindade, que criou a Mulher com um coração livre para amar, porque sendo essa moça livre, pode, sem dificuldade, amar a esse homem que lhe foi apresentado. Não é porém assim quando um pai constringe uma filha a ter um marido que seu coração repugna porque então excede os limites de seus direitos até o absolutismo do senhor e estende os deveres de sua filha até a humilhação do escravo! Um tal contrato não é um casamento, é rebaixar a mulher às cegueiras da escrava, passá-la de um senhor absoluto a um senhor despótico; é o aviltamento do pudor da virgem, a degradação do coração da esposa e a profanação da Mulher, a mais bela obra do Criador! Um tal contrato perante os homens é uma violência e perante Deus uma perfídia e um perjúrio [...]. (SOUSA, 1852c, p. 4)

Note-se que o autor não se mostra contrário à ideia de a mulher ser orientada pelo pai e dever-lhe obediência, mas aos abusos paternos quando se trata de obrigar a filha a casar-se com um pretendente a quem ela repugna ou a unir-se a uma determinada pessoa estando apaixonada por outra. Para defender a validade de suas reflexões, ele faz alusão ao conteúdo dos artigos iniciais, retomando a ideia de que a mulher é a mais bela obra de Deus e indicando que, ao desrespeitá-la de forma tão intensa, o pai estaria também ofendendo a divindade que a criou.

Quando passa a analisar o “belo sexo” em sua condição de esposa e mãe, Teixeira e Sousa observa que se trata do período em que a mulher é mais interessante para a sociedade. Segundo ele, é no estado conjugal que ela alcança toda a nobreza do seu sexo, completando o plano de Deus, que a criara para ser companheira do homem e mãe. Depois de discorrer sobre a pureza e a incondicionalidade do amor que a mulher dedica ao esposo e aos filhos, o autor passa a abordar o estado de viuvez, no qual a mulher passa a viver “amando o passado e chorando o presente”. Segundo ele, tal estado é santo em virtude da sua dedicação, pois “nele há um culto, cujo altar é tumulto, cuja divindade uma recordação, cujo sacrifício o amor e cujo mistério a saudade” (SOUSA, 1852d, p. 3). Por fim, o artigo é finalizado com um poema dedicado a louvar as qualidades femininas.

No ano seguinte, mais especificamente entre os dias 11 de outubro a 01 de novembro de 1853, Teixeira e Sousa voltou a pronunciar-se a respeito do “belo sexo”, mais precisamente sobre “O coração da mulher”, título do artigo que divulgou nos exemplares da *Marmota Fluminense*. Nesse texto, o autor teceu observações mais detidas a respeito do coração feminino ao longo das diferentes idades e vivências femininas: fase infantil, fase juvenil, fase do amor, fase conjugal, fase maternal e fase da viuvez. Apesar de ter retomado grande parte das ideias divulgadas no artigo anterior, ele acrescentou a elas novas nuances, como podemos perceber na passagem em que refletiu a respeito do casamento forçado:

O homem organizando a sociedade não contou com a mulher e nessa organização nem um afeto foi calculado, nem paixão, se não excetuássemos a ambição. Porque o mesmo amor da glória é ainda uma ambição modificada desta ou daquela maneira e a sociedade, para se mostrar a obra prima de meia dúzia de cabeças e de nem um só coração, queima seus incensos à ambição e despreza, e condena os afetos e paixões. Não caluniamos a sociedade. Vede: um pai dispõe do coração de uma filha como se dispõe de um móvel, sem saber se nesse coração há para o seu pretendente amor, ou inclinação, ou aborrecimento.

Um juiz nega à sua pupila a permissão de casar com um pretendente pobre, se ela é rica; e nem o juiz quer saber se os dois se amam; mas a dá imediatamente a um pretendente rico, como ela! Vede: não está aí a ambição apadrinhada pelo executor da lei e o amor condenado?! Mas que mal haverá nisto? Não tem o mundo assim vivido ha tantos séculos? Mas se a pupila for pobre e o pretendido rico, o juiz a dá logo!!! Então o que vem a ser o coração da mulher em todos esses jogos? Um traste de que um pai ou um juiz pode dispor, segundo os seus interesses ou caprichos [...]. (SOUSA, 1853a, p. 12)

O autor parte do princípio de que o homem organizou a sociedade sem abrir espaço para a participação feminina e aponta, nessa circunstância, a razão de as relações pessoais serem pautadas, em grande parte, na ambição. Dessa forma, discute o fato de que, muitas vezes, os casamentos forçados ocorriam em função dos interesses pecuniários que fundamentavam a escolha dos pretendentes das jovens por parte de seus pais ou responsáveis legais. A ideia de que os homens organizaram a sociedade em função de seus interesses serve de base para que Teixeira e Sousa faça uma denúncia mais grave:

Sejam quais forem as desgraças da mulher, elas são sempre a obra do homem, porque a mulher é sempre a sua vítima. Nessas desgraças contam-se: a má educação, maus exemplos, caprichos paternos e injustiças, perfídias de um amante, desregramentos de um esposo, seduções, enganos, etc. E a sociedade? Oh! Essa não levanta a mulher que cai, faz maior sua queda e, caída, cobre-a de opróbrios e de afrontas, para que não mais se levante! (SOUSA, 1853b, p. 4)

De acordo com a perspectiva do autor, o fato de viver numa sociedade organizada por homens fazia com que a mulher tivesse sempre que se submeter aos desmandos e caprichos masculinos, seja na condição de filha, de esposa, de amante ou como viúva. Nesse sentido, como ela não tinha autonomia alguma, qualquer episódio ou circunstância infeliz que a assolasse emanava do homem.

As reflexões empreendidas por Teixeira e Sousa nos artigos “A mulher” e “O coração da mulher” estão diluídas em seus romances, os quais contém narradores e personagens que, muitas vezes, discutem a situação do sexo feminino na sociedade através de formulações e frases deveras semelhantes às apresentadas nos textos jornalísticos em questão.

As reflexões do autor acerca da necessidade de os pais zelarem pela educação das filhas e nunca travarem conversas indecorosas na presença delas estão presentes em suas narrativas, principalmente no romance *A Providência*. Nesse texto, uma das personagens principais é Narcisa, uma bela moça que sempre vivera em uma fazenda em companhia dos pais, mas desenvolveu uma malícia pouco condizente com sua história de vida e sua condição financeira. Seu pai fora um homem de má índole que alcançara a riqueza através de meios condenáveis, mas acabou perdendo tudo em um naufrágio e, adotando uma identidade falsa, passou a viver em um pequeno pedaço de terra no interior do estado do Rio de Janeiro. Segundo o narrador, ele constantemente tinha conversas inapropriadas com sua esposa em presença da filha e suas palavras, aliadas à inabilidade que ele e a mulher demonstraram na educação da garota, foram responsáveis pela falta de caráter da personagem:

Era pois na idade em que Narcisa, ocupada toda de suas bonecas, nem a menor atenção dava a todas essas riquezas de que por ventura ouvia falar. Tocou aos trezes anos, ouviu falar do ouro e das suntuosidades gozadas pelos grandes da terra, então diria ela consigo: –

Como é bom possuir riquezas! Depois ouviu falar de criados vestidos de bordadas librés, de escravos de todas as cores, de cavalos árabes, de ricas berlindas, de dourados coches, de palanquins, de cadeirinhas, etc... Então diria ela: – *Se eu fosse rica!*... Depois ouviu falar do poder das mulheres formosas, dos milagres que operavam, dos cultos que gozavam e da fortuna a que algumas chegavam pelo único fato de serem belas, ainda nascidas no fundo da pobreza. Então Narcisa diria talvez consigo: – *Oh! eu sou formosa!* De então por diante a ideia fixa desta linda camponesa era: – *Eu sou formosa! Hei de ser rica!*

[...] Não obstante o que deixamos dito, Narcisa tem bom coração e até impulsos generosos! Um preceptor hábil e interessado na sua educação talvez tirasse proveito até de seu ânimo ambicioso e de sua vaidade. (SOUSA, 1854, vol. I, p. 11-12)

Ao longo da narrativa, há vários momentos em que o narrador discorre a respeito da inadequada formação que a personagem recebera. Movida pela vaidade e pela ambição desmedidas, Narcisa se casa com um fazendeiro rico e bem mais velho que ela, mas continua se relacionando com um moço com quem se envolvera enquanto era solteira e que possui os mesmos defeitos de caráter. Juntos, eles planejam a morte do marido da adúltera, mas o plano não se concretiza em virtude da intervenção de outras personagens e do fato de ela ter se arrependido de seus atos e posto fim na relação com o amante.

Nos romances de Teixeira e Sousa, também se encontram vários episódios que dialogam com as ideias que ele apresentou a respeito do casamento forçado. É o que se verifica, por exemplo, no diálogo abaixo, que foi travado por Carlota e Emília, duas personagens de *As Fatalidades de Dois Jovens*:

– É sempre mau casarem-se os filhos contra a vontade dos pais.

– Somos suas filhas e não suas escravas. Enquanto nossos pais trabalham por nosso bem, devemos amá-los e obedecer-lhes, mas esta obediência pode e deve até cessar quando nossos pais, em vez de trabalharem por nosso bem, trabalham por seus caprichos, a ponto de nos sacrificarem a eles. (SOUSA, 1895, p. 264.)

Chama atenção, nas palavras da personagem Emília, a protagonista virtuosa, o fato de ela utilizar a mesma formulação presente no artigo “A mulher”: pais que obrigam suas filhas a se casarem com homens aos quais abominam tratam-nas como se fossem suas escravas.

O casamento forçado também foi discutido em *Tardes de um pintor ou intrigas de um jesuíta*, no qual podemos apontar alguns ecos das reflexões presentes em “O coração da mulher” acerca dos interesses pecuniários que fundamentavam as escolhas dos pretendentes por parte dos pais ou responsáveis pelas donzelas. Na narrativa em questão, Clara, a protagonista que teria uma morte trágica que a santificaria aos olhos do mundo, foi coagida pelo pai a casar-se com um pretendente que ele escolheu de acordo com seus interesses. Mesmo sendo uma donzela com conduta exemplar, ela inicialmente não aderiu a todos os caprichos paternos:

– Mas não te ofereço eu em troca de Juliano um jovem digno de ti, e mais formoso, e mais belo que Juliano?

– Em troca, meu pai? O objeto que se ama fica acima de tudo quanto há no mundo; não sofre comparação com coisa alguma; como pois falais em troca? [...] Trocar Juliano, por Deus! Perco um esposo mortal, ganho um esposo divino! Esta é a única troca que pode ser em meu favor: nem vós, meu pai, vos podereis com razão vos opor a ela.

– Pois eu me oponho a que cases com Juliano e a que entre para um convento.

– A que case com Juliano, sim, meu pai; mas a que entre para o convento, não. Para isso não preciso mais que alguns centos de mil-réis para minha dotação, e para isso me sobra a legítima de minha mãe. Quanto mais que esta sempre foi minha vontade. O amor de Juliano me fez mudar de voto; mas uma vez que sou forçada a abandoná-lo, volto à minha primeira vocação. Quero pois o convento. (SOUSA, 1974, p. 162-3)

A personagem estava determinada a defender seus interesses, pois, além de alegar que o pai não tinha motivos para impedir sua clausura, mostrou-se disposta a contrariá-lo e, conhecedora de seus direitos, declarou que usaria o dinheiro que herdara da mãe como dote para ingressar no convento. Apesar disso, sua condição de mulher virtuosa fez com que concordasse em desposar outro homem caso Juliano morresse. A falsa notícia da morte de seu amado espalhou-se pelo Rio de Janeiro e Clara, em nome de seus princípios morais e religiosos sólidos, aceitou casar-se com Leôncio, o pretendente indicado pelo pai. A sujeição da personagem, porém, não foi completa, pois ela pretendia suicidar-se depois do matrimônio, o que não se deu porque, graças à volta de Juliano, a cerimônia do casamento foi interrompida. As palavras da protagonista, aliadas à decisão de morrer para não se submeter à convivência com um marido a quem não amava, colaboram para que as passagens relativas ao seu casamento discutam, indiretamente, o lugar da mulher na sociedade. Nesse sentido, denunciam-se as injustiças cometidas contra o “belo sexo” por parte de uma sociedade conivente com os desmandos masculinos, num diálogo explícito com as ideias divulgadas por Teixeira e Sousa em seus artigos.

Nos romances do autor, também é possível encontrar situações que dialogam com a ideia de que a sociedade fora organizada por homens e que, por isso, as mulheres estavam fadadas a serem suas “vítimas”. Tal discussão está presente de forma bastante explícita em *O Filho do Pescador*, narrativa que, diferentemente das demais, possui como protagonista uma mulher de caráter altamente repreensível. Depois de ter fugido de casa com um homem que a abandonou e levou consigo o filho de ambos, ela permaneceu casada por mais de uma década, mas perdeu o marido num naufrágio que a levou às costas da cidade do Rio de Janeiro, onde conheceu Augusto, que a desposou. Auxiliada por um amante, Laura tentou matar o marido duas vezes: como não obteve êxito da primeira empreitada, efetuou uma segunda tentativa que, a seu ver, fora bem-sucedida. Depois de algumas desventuras amorosas, ela se apaixonou platonicamente por um jovem com quem pretendia se casar, mas acabou reencontrando o suposto marido morto, o qual revelou que o novo pretendente era o filho que fora tirado dela. Depois de descobrir que Laura era sua mãe, Emiliano passou a defendê-la e, lembrando que a sociedade fora organizada pelos homens e que estes “dirigiam” as mulheres, denunciou a desigualdade com que eram julgadas as faltas masculinas e femininas:

Seja pela influência da natureza, seja efeito da civilização, o universal consenso tem ligado a ideia de prêmio à ideia de virtude e a ideia de castigo à ideia de crime; mas nos vícios contra a castidade, nos vícios contra a fidelidade conjugal, nós nos esquecemos dos castigos que os seguem contra os homens e só os aplicamos contra as mulheres! Demais, como é que exigimos nós delas uma constância inabalável, uma virtude de ferro, se nós somos os mesmo que as corrompemos e as arrastamos a toda a sorte de crimes? A pregação não é bastante, cumpre o exemplo: os exemplos ferem mais os corações, do que as palavras os ouvidos! Enfim onde os homens são demasiadamente corrompidos, as mulheres são

sempre falsas! Confesso que elas por mais estão mais expostas aos crimes, que nascem de sua fraqueza; mas não de conceder-me que numa sociedade bem morigerada esses crimes são menos frequentes. (SOUSA, 1977, p. 150-151)

Emiliano disse que a mãe não tinha total responsabilidade pelos seus crimes, visto que, mesmo que tivesse má índole, sua conduta poderia ter sido corrigida por uma educação adequada. A seu ver, o germe dos crimes de Laura fora a relação com o primeiro amante, que fugiu levando consigo o filho e obrigou-a a encontrar outro companheiro, o qual faleceu num naufrágio sem que ela tivesse culpa. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro e casar-se com Augusto, ela cometeu crimes porque fora enganada, já que, naquela cidade, “a sedução t[inha] uma linguagem mais eloquente” (SOUSA, 1977, p. 152). Os argumentos da personagem dialogaram com as ideias defendidas por Teixeira e Sousa em um dos artigos que compuseram a série “O Coração da Mulher”, segundo o qual as mulheres estavam sujeitas às seguintes “desgraças”: má educação, maus exemplos, caprichos e injustiças paternais, perfídias de um amante, desregramentos de um esposo e seduções. Se compararmos as palavras do autor ao percurso da personagem Laura, podemos dizer que ela havia sido “vítima” de quase todos os atos masculinos considerados causadores das mazelas femininas. Afinal, a protagonista criminosa não recebera uma educação adequada, fora seduzida por um amante perverso que, além de abandoná-la, levou seu filho e, depois de casada com Augusto, foi influenciada pelas seduções da corte.

As questões contempladas permitem notar que, tanto na produção ficcional quanto na jornalística, Teixeira e Sousa mostrou-se empenhado em discutir a situação da mulher na sociedade brasileira de seu tempo. Averso às arbitrariedades e injúrias a que o “belo sexo” estava sujeito, ele advogou em favor do respeito aos sentimentos femininos, sugerindo que era preciso que a sociedade fosse menos conivente com as injustiças cometidas contra as mulheres.

O fato de o autor ter abordado, de forma tão enfática, um assunto delicado para sua época e ter defendido uma postura relativamente inovadora não foi um empecilho para que seus romances fossem apreciados pelo público. Nesse sentido, não seria impróprio pensar que os elementos que compuseram a discussão sobre a mulher fizeram parte das lições moralizantes veiculadas por esse prosador no intuito de sugerir modificações sociais que tornariam mais bela a “cor local” de sua pátria.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. 382 p.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1981. 582 p.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 383 p.

DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. 678 p.

DUTRA E MELLO, Antonio Francisco. “A Moreninha”. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, 01 out. 1844.

LEITÃO, F. T. Literatura Pátria – Romances Brasileiros. *A Marmota*, Rio de Janeiro, 7 maio 1861.

PINHEIRO, Cônego Fernandes. *Curso de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978. 521 p.

SILVA, Hebe Cristina da. *Prelúdio do romance brasileiro: Teixeira e Sousa e as primeiras narrativas ficcionais*. Tese. 269 f. (Doutorado em Teoria e História Literária. Área de Concentração: Historiografia Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes*. Rio de Janeiro: Tipografia de Teixeira e C., 1848. 247 p.

_____. A mulher. *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1852a.

_____. A mulher – juventude. *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1852b.

_____. A mulher – juventude. *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1852c.

_____. A mulher – casamento e viuvez. *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1852d.

_____. O coração da mulher – fase do amor. *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 18 out. 1853a.

_____. O coração da mulher – fase do amor. *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 21 out. 1853b.

_____. *A providência*. Rio de Janeiro: Tip. de M. Barreto, 1854. 4 v.

_____. *As fatalidades de dois jovens*. Rio de Janeiro: R. J. Santos, 1895. 424 p.

_____. *Tardes de um pintor ou intrigas de um jesuíta*. São Paulo: Três, 1974. 394 p.

_____. *O Filho do Pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. 153 p.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 166 p.

VASCONCELOS, Sandra. *A Formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. 452 f. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WOLF, Ferdinand. Introdução do Romance na Literatura Brasileira. In: _____. *O Brasil Literário: história da literatura brasileira*. Tradução, prefácio e notas de Jamil Almansur Hadad. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. 511 p.

A suíte carioca de Marques Rebelo: entre o afeto e o desencanto

(Marques Rebelo's carioca suite: between the affection and the disenchantment)

Regina Célia dos Santos Alves

Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

reginacsalves@hotmail.com

Abstract: This paper aims to analyse four chronicles written by Marques Rebelo in the years of 1960, “Lapa”, “São Cristovão”, “Jacarepaguá” and “Cosme Velho”. In these chronicles the author contemplates Rio de Janeiro city when it lost the condition of federal capital and got through several reforms that changed the urban landscape. In this context of transformation, Marques Rebelo's chronicles indicate either a feeling of affection by the city, especially in relation to a pleasant, supportive and natural place, and also a feeling of disenchantment before “urbanistic fury” severe attempts definitely transform other landscapes.

Keywords: Marques Rebelo; chronicle; Rio de Janeiro city.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a análise de quatro crônicas de Marques Rebelo, “Lapa”, “São Cristovão”, “Jacarepaguá” e “Cosme Velho”, escritas na década de 1960. Nessas crônicas, o autor debruça-se sobre o Rio de Janeiro no momento em que a cidade deixa de ser a capital federal e passa por novas reformas que alteram de forma marcante a paisagem urbana. Diante do cenário de transformação, as crônicas de Marques Rebelo apontam para um modo de ver a cidade e sua dinâmica que transita pelo afeto pelo espaço que é caro ao eu que observa e reflete, sobretudo no que se refere a um lugar acolhedor, mais solidário e próximo da natureza, e também pelo desencanto frente às severas investidas da “fúria urbanística” a alterar definitivamente paisagens outras.

Palavras-chave: Marques Rebelo; crônica; Rio de Janeiro.

Na década de 1940, Marques Rebelo, juntamente com outros escritores, como Graciliano Ramos, por exemplo, colabora com a revista *Cultura Política* (1941-1945), vinculada ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), “órgão censor e polo ativo de elaboração e difusão do discurso oficial” (LUCA, 2011, p. 272), que tinha por intenção a divulgação cultural do país, ainda que sob o controle do Estado. A atuação de escritores junto a órgãos do governo, como mostra Sérgio Miceli, torna-se, até certo ponto, comum nesse momento da história nacional e revela, com muita frequência, não apenas a atuação literária de muitos escritores, mas, sobretudo, um exercício político e intelectual no tocante à preocupação com a cultura e a educação no país:¹

¹ Na primeira metade do século XX, antes e durante o governo Vargas, escritores de destaque como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e outros estiveram envolvidos em projetos governamentais ligados à educação e à cultura no país. Conforme aponta Sérgio Miceli, “Os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de confiança no estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, acoplando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados” (2011, p. 208).

Por fim, um contingente apreciável de intelectuais e artistas prestaram diversos tipos de colaboração à política cultural do regime Vargas, aceitando encomendas oficiais de prédios, livros, concertos, manuais escolares, guias turísticos e obras de arte, participando em comissões, assumindo o papel de representantes do governo em conferências, congressos e reuniões internacionais, em suma, prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse. (MICELI, 2001, p. 215)

Dentro desse contexto, enquanto colaborador da revista *Cultura Política*, cabe a Marques Rebelo, nos anos de 1940, dar a conhecer, por meio da crônica, o Brasil através de suas cidades, grandes ou pequenas, situadas nas regiões Norte, Centro e Sul do país. Desse trabalho, que se estendeu por praticamente três anos, resultaram diversas crônicas que o autor chamou de “suíte”, termo que aparece tanto durante a publicação dos textos na revista do DIP como mais tarde, em 1944, com a publicação das crônicas na coletânea *Cenas da vida brasileira*.

A ideia de “suíte”, que aí já está colocada por Marques Rebelo com o sentido que possui na música, ou seja, como conjunto de peças variadas, interessa-nos não propriamente em relação aos escritos que compõem *Cenas da vida brasileira*, cujo tema central é a cidade, nos seus mais variados aspectos e em diversas regiões do Brasil, mas sim em relação a textos posteriores do autor em que o tema é a cidade do Rio de Janeiro, recriada a partir de diferentes ângulos.²

Nesse sentido, parece-nos bastante pertinente a expressão “suíte carioca”, coluna da revista *Manchete* na qual publicava Rebelo e que Renato Cordeiro Gomes (2004) aproveita para dar nome à seção de crônicas sobre o Rio, presente na antologia *Marques Rebelo*, organizada pelo crítico.

Embora, como mostram os textos de Rebelo, seu interesse pela cidade não o tenha limitado a olhar para apenas uma cidade – e *Cenas da vida brasileira* é uma prova disso –, sem dúvida o Rio de Janeiro foi sua grande paixão e o espaço que com mais frequência aparece em sua literatura, seja como tema principal ou como palco de extrema relevância para as histórias por ele narradas.

No espaço da crônica, talvez pelo próprio aspecto do gênero, ligado aos fatos corriqueiros do cotidiano, sobretudo àqueles comuns ligados à vida urbana, a cidade toma a cena, tornando-se indiscutivelmente seu tema central.

Em algumas crônicas publicadas em jornais e revistas na década de 1960 e também em outras que não chegaram a ser publicadas em livro pelo autor – algumas delas selecionadas e publicadas por Renato Cordeiro Gomes na obra já mencionada, como “Lapa”,

2 Gilda de Melo e Sousa, em *O tupi e o alaúde*, a propósito de *Macunaíma*, de Mário de Andrade, mostra como a *suíte*, um dos processos mais antigos de composição musical, constitui-se como “uma união de várias peças de estrutura e caráter distintos, todas de tipo coreográfico, para formar obras complexas e maiores” (1997, p. 258). Essa concepção parece-nos importante para justificar e explicar o título das seções que Marques Rebelo dá a *Cenas da vida brasileira*, bem como para caracterizar o olhar sobre a capital carioca nas crônicas das quais nos ocuparemos aqui. A correspondência dos escritos de Rebelo com o sentido do termo *suíte* na música parece residir no fato de que a representação de cenas da vida urbana brasileira, tanto do interior como das capitais, só seria possível por meio da junção das várias e distintas peças (as cidades e seus traços particulares) que comporiam o cenário brasileiro de norte a sul do país. Quanto ao uso do termo para a expressão do Rio das décadas de 1960 e 1970, também nos parece bastante apropriado, pois o autor constrói uma imagem da capital carioca (um grande complexo) a partir de variadas e distintas partes (os bairros e suas particularidades físicas, culturais e sociais)

“São Cristovão”, “Jacarepaguá” e “Cosme Velho”, que serão aqui abordadas –, Marques Rebelo desenha o Rio de Janeiro a partir de fragmentos, ou melhor, de seus bairros, espécie de cacos da cidade que o autor junta e organiza na tentativa de compor uma “cartografia simbólica da cidade” (GOMES, 2004, p. 271).

Nas crônicas elencadas, o passeio do escritor por diversos bairros da capital carioca revela um movimento pendular, a oscilar entre a manifestação de afeto³ por certos traços da cidade e da vida urbana e o desencanto pela vida moderna e furiosa,⁴ destruidora não apenas de uma paisagem valorizada, mas também de sentimentos, crenças e valores considerados autênticos e positivos. Esse movimento observado na recriação da cidade do Rio de Janeiro, longe de revelar uma simples oposição entre o afeto e o desencanto, aponta para o modo complexo por meio do qual o autor dá forma e recria, pelo imaginário, a cidade:

Mas como representa a cidade em suas crônicas? Rebelo apreende a vida urbana nos cacos de seu “espelho partido”, título que ele dá ao seu romance, em forma de diário, que registra as memórias do personagem Eduardo, alterego do escritor, conjugadas à vida da cidade, do País e do mundo, entre 1936 e 1945 (foram publicados três dos sete volumes planejados). O Rio em processo de modernização é então apresentado pelos fragmentos de “mil cores” (como registra em *O Trapicheiro*, o primeiro volume da série). Busca construir uma legibilidade para o Rio, recortando-lhes os fragmentos (os bairros, os tipos humanos, os costumes, o cotidiano, os dramas miúdos). (GOMES, 2004, p. 10)

Como mostra Renato Cordeiro Gomes, uma espécie de essência de construção e de leitura da cidade percorre a criação literária de Marques Rebelo tanto em textos mais longos, como nos volumes do grandioso romance inacabado *Espelho partido*, quanto em textos bastante breves, como o das crônicas. Em todos os trabalhos, como aponta o crítico, há a busca de construção de “uma legibilidade para o Rio”, por meio de uma expressão própria, que faz valer a lição modernista: a necessidade de uma linguagem particular para a representação de uma realidade também singular.

Diante de um mundo partido, de uma cidade fragmentada, impossível de ser apreendida enquanto totalidade, resta ao escritor construir sua legibilidade não por meio da unicidade, que já não tem, e sim por meio da leitura de seus “cacos”. Nos textos que aqui serão abordados, esses “cacos” são pedaços (bairros) do Rio para os quais o autor lança um olhar afetivo, e também crítico, na tentativa de recomposição simbólica da cidade partida.

Para esse processo de construção, três elementos fundamentais concorrem para a recriação do imaginário do Rio de Janeiro nas crônicas de Rebelo: o afeto, o desencanto e a busca nostálgica de uma paisagem mais solidária e harmoniosa.

3 O termo “afeto”, aqui, será usado como sinônimo de carinho, de afeição.

4 De acordo com Ângela Moulin S. Penalva Santos (1990), a reforma urbana por que passou o Rio de Janeiro nos anos de 1960, quando perdeu a condição de Capital Federal e se transformou em Cidade – Estado da Guanabara, tinha por objetivo dinamizar a cidade e romper com a estagnação econômica que vinha experimentando já há algum tempo. Nesse contexto, a mudança na organização espacial – fortemente presente nas crônicas de Marques Rebelo que retratam o Rio desse período, como as aqui abordadas, e de algum modo semelhante às transformações levadas a cabo por Pereira Passos no início do século XX –, representa apenas uma das faces do projeto expansionista, mas que alteram sobremaneira a fisionomia da cidade, como o aumento significativo da malha viária, no sentido da valorização do automóvel, e o investimento imobiliário e industrial em áreas antes pouco habitadas, como Jacarepaguá, de que fala a crônica homônima de Rebelo.

Para o propósito e limite desse trabalho, serão analisadas as crônicas “Lapa”, “São Cristovão”, “Jacarepaguá” e “Cosme Velho”, que revelam o exercício de leitura e reconstrução imaginária do Rio de Janeiro feito por Marques Rebelo a partir de uma espécie de “passeio” pelos bairros/fragmentos da cidade que busca apreender.

Nas crônicas escolhidas, aquilo que a nosso ver parece fundamentar a imagem da cidade criada por Rebelo, ou seja, a presença do afeto, da nostalgia e do desencanto na representação do universo urbano carioca, apresenta-se de forma bastante expressiva, como pretendemos mostrar. “Lapa”, “São Cristovão” e “Jacarepaguá” são crônicas pela primeira vez publicadas na antologia *Marques Rebelo* (2004), organizada por Renato Cordeiro Gomes. “Cosme Velho”, por sua vez, foi publicada na revista *Manchete*, em 04 de julho de 1964, e também é encontrada na coletânea mencionada.

“São Cristovão”, primeira crônica que iremos abordar, revela, de maneira contundente, um olhar afetuosamente para o bairro, em especial no destaque dado à grande importância obtida pelo local no passado, sobretudo durante a permanência de D. João VI na cidade e durante o reinado de D. Pedro I, o qual teria apresentado

[...] um surto de tão intenso progresso que logo o transformaria no recanto mais populoso e nobre da cidade – crescendo desordenadamente por todos os lados e incorporando ao seu perímetro sítios, chácaras e grandes aterrados, que iriam propiciar o aparecimento de novas moradias que a Corte em expansão exigia. (REBELO, 2004, p. 42)

Na construção de Rebelo, São Cristovão, enquanto parte da cidade que deseja apreender, ganha posição de destaque por guardar não apenas a memória de um momento decisivo na história do Rio, mas também de todo o país: a vinda da família real para o Brasil (e todo o movimento de transformação e crescimento que isso representou para a vida nacional) e a Proclamação da Independência.

A grandeza do bairro centrar-se-ia, em primeira instância, no fato de ter sido uma espécie de berço desse momento decisivo para a vida nacional, tornando-se “centro político, social e cultural da metrópole” (REBELO, 2004, p. 42). No entanto, ao deslocar o olhar do passado para o presente do bairro, mesmo nele ainda observando “certa majestade e um ar de aristocrática grandeza” (p. 42), marcas de um tempo remoto, é com preocupação que o eu vê o hoje:

[...] algumas de suas vias souberam guardar certa majestade e um ar de aristocrática grandeza, ainda que ameaçados (*sic*) pela progressística invasão de pequenas e grandes indústrias, sedes empresariais, bancos, supermercados e restaurantes. Particularmente churrascarias, que lá são muitas e amplas e onde, entre um chope e uma costela assada, executivos e gerentes discutem os bons ou maus negócios que acabam de fechar. (REBELO, 2004, p. 42)

O olhar é de desencanto frente às investidas do progresso a transformar a paisagem do passado, afetuosamente guardada pelo eu, sobretudo no tocante à representatividade histórica, social e cultural do bairro. No hoje mostrado, para a fúria capitalista e urbanística a dominar a cidade, o passado e a memória nada representam, ou melhor, são obstáculos a serem vencidos e destruídos, como igualmente lembra Drummond em “A cidade sem meninos”, crônica de Cadeira de balanço, em que se vê processo semelhante de transformação do cenário da cidade: “A cidade multiplica-se, a casa cede lugar ao edifício,

o edifício vira constelação de escritórios, o menino fica sendo excedente incômodo” (ANDRADE, 1967, p. 982). A “ameaça progressística”, desse modo, aponta para a perda da força expressiva de São Cristovão em dias atuais, sendo que o pouco restante encontra-se em vias de desaparecimento.

Nesse sentido, parece caber ao cronista o papel de guardião dessa memória do passado. Sua escrita representaria, desse modo, uma espécie de documento/monumento do ontem, assim como o “gigantesco tamarineiro” secular, marca de um tempo a resistir bravamente aos ataques da fúria urbanística:

Não sei por quanto tempo a formosa e frondosa árvore resistirá ao ataque de ônibus e automóveis que, como bólidos envenenados, despencam do Largo da Cancela em sucessivos escalões, a grossa maioria de orgulhosa fabricação nacional. É verdade que, para protegê-la, o diligente diretor de parques e jardins fez incrustar em seu tronco dois rubis luminosos que, pisca-piscando dia e noite, pedem aos motoristas que tratem com respeito e cuidado aquela silenciosa e verde testemunha do nosso passado. (REBELO, 2004, p. 423)

O tom irônico do trecho citado indica desesperança. O orgulho nacional, estampado no crescimento da produção automobilística,⁵ é, aos olhos do cronista, um elemento devorador da paisagem de São Cristovão, que guarda com afeto, e que parece se transformar com grande velocidade – a mesma dos automóveis –, mantendo frágeis rastros do ontem, como o tamarineiro, bombardeado por todos os lados e que efetivamente, como um estranho no ninho, não crê que sobreviverá por muito tempo. Certo da força destruidora do mundo urbano, ao eu não resta qualquer esperança na atuação do homem para proteger esse “monumento vegetal” a não ser guardar a história dele próprio e da cidade, daí o modo irônico com que se refere ao “diligente diretor de parques e jardins”, que coloca sinalização luminosa na árvore a fim de que seja vista pelos motoristas. O apelo a Deus para a proteção da árvore confirma o desencanto em relação à dinâmica do progresso contemporâneo e ao homem na preservação da paisagem e da memória do passado, pois parece restar apenas a fé no divino como última esperança.

Em “Lapa”, a semelhança de construção com “São Cristovão” é evidente. Em ambas as crônicas é o movimento entre o ontem e o hoje que fundamenta a construção imaginária do bairro. Marques Rebelo inicia seu texto com desencanto em relação ao presente do bairro e com forte sentimento nostálgico, ao afirmar que “o ilustre sambista que me desculpe, mas a Lapa não estava voltando a ser a Lapa – puro erro sentimental. Pelo menos voltando a ser o que era, ponto maior do mapa da cidade...” (REBELO, 2004, p. 36). A referência é ao samba “Lapa” (1949), de Herivelto Martins, no qual a Lapa surge como espaço que recupera o lugar de destaque antes ocupado: “A Lapa/Está voltando a ser/A Lapa/A Lapa/Confirmando a tradição/A Lapa/É o ponto maior do mapa/Do Distrito Federal/Salve a Lapa”.

Contrariamente à letra do samba, o eu não acredita nesse retorno, “puro erro sentimental”, como afirma. Todavia, e talvez por isso mesmo, passa a reconstrução do bairro, que vai sendo desvelado como espaço da cultura, compondo, assim, o âmbito humano e criativo da paisagem do Rio.

5 Embora a primeira fábrica automobilística chegue ao Brasil em 1956, é somente na década de 1960, com a chegada das montadoras Volkswagen, Ford e Chevrolet, que a indústria do automóvel começa a desenvolver-se no país, momento retratado nas crônicas de Marques Rebelo

No movimento de apreensão da Lapa, brotam da memória sentimental do eu que observa e relembra grandes nomes da arte nacional na literatura, na música, na pintura, na escultura:

[...] ponto maior do mapa da cidade, nos tempos em que o grande poeta, atormentado por suas angústias, punha a cabeça para fora do quarto/sala em que morava e, sem horizontes, só via o beco. Sentado à mesa do café, de monóculo, Jaime Ovale falava com seus anjos e fantasmas e Di Cavalcanti passeava pelas ruas, o passo sempre apressado, com o olho clínico à caça de mulatas para sessões de pose remuneradas com outras pagas que não dinheiro, de resto escasso na bolsa do artista ainda não consagrado pelas galerias de arte. Outro às do pincel, Candinho Portinari, lançava do modesto apartamento da Rua Teotônio Regadas o seu grito plástico que sacudiu o Brasil. Lélío Landucci, seu vizinho, batia palmas e com sua sabedoria florentina idealizava esculturas. Vila-Lobos preludiava, estudava e chorava ao violão, o grosso charuto preso nos dentes e a inspiração voando por alturas inacessíveis ao mortal comum, enquanto nos altos da Rua Taylor Valdemar Henrique tirava acordes e arpejos do seu piano... (REBELO, 2004, p. 36)

Ao trazer à cena Bandeira, Jaime Ovale, Di Cavalcanti, Portinari, Landucci, Villa-Lobos e outros, Rebelo não se limita a mencioná-los como artistas que falaram ou viveram no bairro. Ao contrário, de maneira poética, apresenta-os nas suas particularidades – as angústias e o beco (local e condição) de Manuel Bandeira; os anjos e fantasmas de Jaime Ovale; a busca por modelos e o pagamento nem sempre “convencional” de Di Cavalcanti; o grito plástico (belíssima sinestesia) de Portinari; a sabedoria florentina de Landucci; o movimento de composição de Vila-Lobos, misto de angústia e genialidade, que as conotações a ambiguidade das palavras “preludiava”, “estudava” e “chorava” deixam entrever. Esse modo de apresentação desenha o espaço enquanto vida dinâmica, de intensa produtividade criativa e sensível, que se estendia para outros sítios do bairro, como a Pensão Imperial, os cabarés e o Café Bahia, reduto boêmio frequentado por grandes compositores, como “Noel Rosa, Francisco Alves, Kid Pepe, Germano Augusto, Nássara, Assis Valente e outros tantos maiores” (REBELO, 2004, p. 37)

Nessa primeira imagem do bairro, é à vida boêmia e artística, responsável em grande parte pela fama do local, que Marques Rebelo reclama enquanto memória da Lapa. Ela não é, no entanto, apenas berço artístico, mas também é local denso e verdadeiramente humano, que congrega artistas, religiosos, gente comum e pecadora, autoridades policiais, criminosos e jornalistas:

A Lapa era tudo isso e muito mais ainda: entrincheiradas nas fraldas de Santa Teresa e protegidas pelas grossas muralhas que defendiam sua clausura do contato pegajoso e contagioso do pecado, as Carmelitas Descalças lançavam olhares de repreensão à fauna que, lá embaixo, se deixava dominar pelos atrativos do gozo patético – os joelhos em calo ou carne viva eram o testemunho das muitas horas de preces gastas na vã tentativa de salvar pobres almas desgraçadas. E entre a prisão em flagrante de um bicheiro e a autuação “em nome da Lei” de um rufião que anavalhara a amante, o delegado Cândido Gouveia consumia o tempo, no 5º Distrito da Rua das Marrecas, tentando no tabuleiro de xadrez jogadas intrincadas para o clímax de um xeque-mate jamais alcançado. O comissário Henriquinho de Melo Moraes tinha, a contragosto, de deixar o violão – quantas vezes! – para cumprir o dever de enquadrar nas Contravenções Penais o não-autorizado portador de armas. (REBELO, 2004, p. 37)

Como visto, não é apenas o tom nostálgico e de exaltação que compõe a construção da Lapa. Na apresentação de um quadro plural do bairro, um certo viés crítico e irônico também se revela na apresentação da vida comum do local. Assim, é com olhar crítico que Rebelo aponta a distinção entre o sagrado e o profano. De maneira interessante, mostra o convento das Carmelitas Descalças (Convento de Santa Teresa), situado no alto, protegido por suas muralhas como a isolar da mundanidade esses seres especiais e sagrados que seriam as Carmelitas, colocadas num lugar superior, de modo a poder ver (estão no alto) e a julgar (representam o divino, a Verdade) o mundo de vícios e pecados que se descortina abaixo (tanto no sentido físico como no de comportamento). Parece proposital o uso do termo “fauna” para nomear as pessoas comuns e diferenciá-las das Carmelitas, supostamente superiores, não dadas aos instintos e ao pecado que acometeria as “pobres almas desgraçadas”.

Na apresentação desse aspecto do bairro, a crônica de Marques Rebelo, mais que descrever determinada paisagem do bairro ou simplesmente registrar um de seus atrativos, o convento, traz à cena a distância entre a religião e a vida comum, extrapolando, assim, questões que se limitam ao bairro, mas que, de qualquer forma, dele também fazem parte.

Mais que a religião, é o cotidiano e suas perturbações que colorem a vida da Lapa do ontem, com a presença do trabalho, do jogo, dos sonhos, do crime, da violência. O presente, por sua vez, assinala o apagamento dessa Lapa guardada na memória afetiva do eu. De pessoas a lugares – foram-se do local figuras marcantes como o jornalista Osório Borba e o grande paisagista Pancetti, bem como lá foi fundado o Restaurante São Francisco –, a paisagem do passado vai desaparecendo. Na contramão desse processo de mudança coloca-se o eu, cujo desejo é o de que a urbanização modernizadora, certa e irrevogável, não apague a paisagem querida da Lapa de forma definitiva: “Nunes da Lapa, velai por ela! Não para que volte a ser a Lapa, simplesmente para que não desapareça sob a picareta da urbanização” (REBELO, 2004, p. 38).

Assim como na crônica “São Cristovão”, na qual o cronista pede proteção a Deus diante da descrença em relação à atitude do homem para proteger um dos últimos monumentos da memória ainda heroicamente resistente à fúria urbanística, o tamarineiro, em “Lapa” a postura de Rebelo é semelhante. Querendo preservar a memória do bairro, mas quase certo de que ela será apagada, recorre aos nomes da Lapa – Crispim da Costa, Gomes Freire de Andrade e Luís de Vasconcelos – para protegê-la. Ironicamente, no entanto, todosemora pessoas poderosas e importantes, nada podem fazer, pois já estão mortas há muito “para impedir que a larga avenida projetada e que já sacrificou tantas ruas, becos e vielas desrespeite a pedra e a dignidade da Lapa, onde o Rio de Janeiro cresceu e viveu tão intensamente” (REBELO, 2004, p. 38).

Em “Cosme Velho”, a busca pelo local de aconchego e tranquilidade é a tônica de Marques Rebelo. Na observação do antigo bairro, já nos seus limites mais estreitos com a natureza, quando termina a rua e o “edifício de agressivos pilotis” (2004, p. 52) fica para trás, o cronista registra com euforia a existência de uma espécie de oásis em meio à cidade destruidora, feita de cimento e concreto:

As edificações são poucas nesse trecho, poucas e boas, ricas até, com cuidados jardins e invejáveis parques que se somam à floresta espessa de lianas, fetos, trepadeiras, sarmentos e corimbo. Nos terrenos sem muro a mata é um prolongamento da floresta – ipês, quaresmeiras, paineiras, umburanas, embaúbas... (REBELO, 2004, p. 52)

Nesse espaço idílico, recuperado com grande afeto, pontilhado de vida, cor e beleza natural, seja no traçado de ruas e morros, na exuberância encantadora da flora e da fauna tropicais, na variedade e singularidade de suas espécies, soma-se, no entanto, a imagem de alteração/destruição desse espaço acolhedor que faz bem aos olhos e aos sentimentos do eu. Na retratação desse pedaço aconchegante da cidade, incrustado no Cosme Velho, despontam, todavia, sinais de um novo tempo, de uma outra face da cidade: a da miséria que avança sobre os morros, na visão da “dolorosa favela que cresce cada dia” (p. 52), e que ameaça, como uma doença, tomar conta do corpo da cidade, destruindo seus órgãos saudáveis e nele deixando a dor e a destruição. Por isso, afirma-se que as edificações ainda são poucas no trecho observado, prevalecendo o ambiente agradável de ver e sentir, o cronista não deixa de notar, ao final da crônica, a fatal transformação, a julgar pelo ritmo acelerado, em breve a alterar a fisionomia do local: “A cem metros do edifício havia, em janeiro, um barraco escondido na clareira. Agora são três” (p. 53). Não é propriamente a favela o alvo da crítica, mas a condição de miséria que ela encerra. Desse modo, afeto, desencanto e busca de um mundo mais harmônico cruzam-se nessa crônica.

Analogamente a “Cosme Velho”, em “Jacarepaguá” está em pauta a busca pelo espaço natural, concebido como local harmonioso e propício a uma existência tranquila. Nele há amplidão, vida, beleza e aconchego. Espécie de Pasárgada, a chácara em Jacarepaguá expressa um local de vida plena e livre da conspiração contra o homem que parece ser a vida urbana contemporânea, atrelada ao trabalho, aos bens materiais e às inquietudes acumuladas no decorrer do tempo, das quais o eu afirma não hesitar em se desfazer para obter o tão almejado local dos sonhos, “para viver os últimos instantes de tranquilidade, de ar puro e boa convivência” (p. 50).

No entanto, mais uma vez a fúria urbanística se apresenta como uma ameaça iminente à natureza e ao paraíso sonhado a ofuscar a vida com seu mundo de cimento e concreto:

Em breve, a extensa zona da minha querida terra carioca, que se espalha entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca para formar a planície de Jacarepaguá, será mais um prolongamento da densa floresta de cimento e concreto protendido, túneis, viadutos, elevados, passarelas, conjuntos habitacionais, torres altas e cilíndricas – gigantescos pombais nos quais terão que viver e trabalhar [...] (REBELO, 2004, p. 50)

É com grande força irônica que esse novo estado das coisas é antevisto, essa nova condição da cidade, cuja reestruturação está amparada por um discurso de convencimento das autoridades administrativas, obviamente a proteger interesses particulares ou de certos grupos. A certeza do irremediável, que faz sua chácara dos sonhos, harmoniosa e livre, transformar-se em uma verdadeira utopia – pois, a julgar-se pelo ritmo da destruição e das novas construções, Jacarepaguá “será mais um prolongamento da densa floresta de cimento e concreto protendido” (2004, p. 50), perdendo seu traço identitário –, leva esse sensível habitante da cidade a um último rogo, no sentido de amenizar o irremediável, a dura e certa transformação e destruição de seu amado espaço:

Compreendo e aceito as intenções e os projetos do competente urbanista que, com tremenda persistência, tanto tem feito para dar ao Rio de Janeiro as dimensões da verdadeira metrópole. E como ninguém pode deter a marcha do progresso, embora às vezes seja ele angustiante, chego a vez de Jacarepaguá – novo laboratório para as experiências do feliz

alquimista. Só lhe peço, porém, que subordine os avanços do cimento à preservação dos verdes que, nesses tempos que correm, de ares e espíritos tão poluídos, são a trincheira última do homem em luta desesperada para resistir aos terríveis impactos do cotidiano. Venham as torres residenciais ou hoteleiras e que sejam belas e altas e coloridas, levantadas com os mais sensacionais e variados materiais que a indústria inventa no seu incansável evoluir. Mas que não lembrem, nem de longe, aquela outra tão citada, a de Babel... (REBELO, 2004, p. 50-51)

Mais uma vez o tom é irônico, pois sob a pele do elogio esconde-se a crítica, uma acidez de desencanto e descontentamento diante da destruição daquilo que é apresentado como valor positivo e verdadeiro: a natureza, a liberdade e a solidariedade. Essa tríade, a compor o que Rebelo chama de “uma vida comunitária ideal” (p. 51), o eu constata estar em vias de desaparecimento no Rio. Sensível a essas mudanças drásticas impostas pela realidade metropolitana e no sentido de registrar os incômodos que o tomam frente ao mundo urbano carioca, o eu “passeia” de modo fragmentado pela cidade, por alguns bairros do Rio de Janeiro, num movimento pendular, ora de afetividade em relação aos locais focados e às pessoas, ora de profundo desencanto e tristeza, beirando o desespero da crônica de Drummond diante do desaparecimento dos locais afetivos, familiares e do próprio homem:

Vão tirar o terminal do meu ônibus do centro da cidade, vão tirar do centro da cidade o meu ônibus, vão me tirar do centro da cidade?

Vão tirar da cidade o centro da cidade, vão tirar da cidade toda a cidade, vão fazer o quê da cidade?

.....
Vão acabar com a cidade, todas as cidades, vão acabar com o homem e a mulher também, vão fazer o quê, depois que eles mesmos acabarem? (ANDRADE, 1967, p. 29-30)

Se o tom não é tão apocalíptico quanto o da crônica de Drummond, a certeza da transformação da paisagem da capital carioca é evidente, seja no tocante aos aspectos naturais que nela ainda resistem, seja na forma de vida de aspecto mais solidário e gregário, já praticamente inexistente para o eu nostálgico de uma outra forma de vida, de todo modo chocante com a fúria urbanística a impor-se de modo certo e devastador, mostrada a partir da enumeração de traços típicos de um ambiente marcadamente urbano: “concreto protendido, túneis, viadutos, elevados, passarelas, conjuntos habitacionais, torres altas e cilíndricas” (REBELO, 2004, p. 50).

Desse modo, o olhar lançado pelas crônicas de Rebelo vai na contramão do discurso reformista e expansionista da época, de modo semelhante ao que se encontra em diversas crônicas de Carlos Drummond de Andrade que retratam o mesmo período. Longe de ver as transformações empreendidas apenas como crédito e benefício para a cidade e para a vida do homem urbano, os textos de Rebelo, a partir de um posicionamento bastante crítico, desvelam os fundamentos e riscos do projeto de expansão, ao mesmo tempo em que põem em cena perdas irreparáveis, presenças e vivências soterradas pela dinâmica reformista, como a igreja secular, argamassada a óleo de baleia, memória de um passado distante destruída pela fúria do progresso (REBELO, 2004, p. 23).

No olhar para a cidade, para esse complexo físico e humano, plural e distintamente composto – daí a ideia de “suíte” –, a certeza da mobilidade da paisagem, sempre em transformação – em especial porque nela está a presença do homem –, parece provocar,

no eu que observa, um profundo estado de inquietação e desalento, na medida em que os traços do ambiente familiar e que valoriza são substituídos por outros, estranhos e ameaçadores, com rapidez inominável. Desse modo, embora o presente, a cidade em transformação, seja o centro de atenção das crônicas, não é a ele que se almeja ou, pelo menos, que se valoriza, uma vez que a ideia de tranquilidade e harmonia buscadas pelo eu aí estão inviabilizadas: existem apenas na memória de um outro tempo ou na utopia de um refúgio acolhedor, com o qual sonha em “Jacarepaguá”. No texto de Rebelo, portanto, reflete-se o texto da cidade, complexo e plural, em movimento constante de mudança e substituição, nem sempre correspondente aos sentimentos e anseios daquele que vê e reflete.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. A cidade sem meninos. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.

_____. Solilóquio. In: *De notícias & não notícias faz-se a crônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

GOMES, Renato Cordeiro. Marques Rebelo: cronista de uma cidade. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *Marques Rebelo*. São Paulo: Global, 2004.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: um estudo de caso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REBELO, Marques. Cosme Velho. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *Marques Rebelo*. São Paulo: Global, 2004.

_____. Fúria urbanística. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *Marques Rebelo*. São Paulo: Global, 2004.

_____. Jacarepaguá. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *Marques Rebelo*. São Paulo: Global, 2004.

_____. Lapa. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *Marques Rebelo*. São Paulo: Global, 2004.

_____. São Cristovão. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *Marques Rebelo*. São Paulo: Global, 2004.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. *Planejamento e desenvolvimento: O Estado da Guanabara*. 1990. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SOUSA, Gilda de Melo e. O tupi e o alaúde. In: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. Edição Crítica. Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, São José de Costa Rica, Santiago do Chile: ALLCA XX; Scipione Cultural, 1997.

Algumas imagens espectrais da modernidade: dimensões do diálogo epistolar de Gilberto Freyre com Oliveira Lima, Manuel Bandeira e José Lins do Rego

(Some spectral images of modernity: dimensions of the epistolary dialogue of Gilberto Freyre with Oliveira Lima, Manuel Bandeira and José Lins do Rego)

Silvana Moreli Vicente Dias

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP)

silmoreli@usp.br

Abstract: Gilberto Freyre was a prolific writer of letters. In this context, it would be fundamental, besides the publication of the essayist's epistolary dialogue with his companions, a study of some aspects of the correspondence that can offer a dimension of the problems raised by the writing of his letters. I will discuss some reading hypothesis concerning the Freyre's epistolography, observing how he structures multifaceted discourses in front of his main correspondents, such as the diplomat and historian Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), and the writers Manuel Bandeira (1886-1968) and José Lins do Rego (1901-1957). Furthermore, it would be essential to reflect on some performatic aspects of these texts in progress, with a peculiar *mise-en-scène* that challenges not only the researcher, who seeks to organize those materials; but also the interpreter, who needs to observe the necessary mediations or, additionally, a multidisciplinary analysis of those letters.

Keywords: Gilberto Freyre (1900-1987); Manuel de Oliveira Lima (1867-1928); Manuel Bandeira (1886-1968); José Lins do Rego (1901-1957); Epistolography; Brazilian modernism.

Resumo: Gilberto Freyre foi um prolífico escritor de cartas. Nesse contexto, seria indispensável, ao lado da publicação do vasto diálogo epistolar entre o ensaísta e seus correspondentes, um estudo de aspectos que dimensionem o alcance dos problemas que a escrita de cartas pelo autor propõe. Lançarei algumas hipóteses de leitura sobre a epistolografia de Freyre, observando como ele estrutura discursos multifacetados diante de seus principais correspondentes, sobretudo o diplomata e historiador Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) e os escritores Manuel Bandeira (1886-1968) e José Lins do Rego (1901-1957). Portanto, seria importante considerar aspectos performáticos dessa escrita em processo, com uma peculiar *mise-en-scène* que desafia não só o pesquisador o qual se lança no trabalho de organização desses conjuntos; mas também o intérprete da correspondência, o qual deve notar que qualquer aproximação demanda inúmeras mediações ou, ainda, uma análise em perspectiva multidisciplinar desse material.

Palavras-chave: Gilberto Freyre (1900-1987); Manuel de Oliveira Lima (1867-1928); Manuel Bandeira (1886-1968); José Lins do Rego (1901-1957); Epistolografia; Modernismo brasileiro.

Aproximações

Gilberto Freyre foi um prolífico escritor de cartas. Os discursos multifacetados que o ensaísta elaborou diante de seus principais correspondentes ressaltam a qualidade performática de uma escrita em processo, revelando aspectos de uma peculiar *mise-en-scène* do autor. Ler o rico conjunto epistolar de Gilberto Freyre permite não só dialogar com a sua obra de ensaísta – em que *Casa-grande & senzala* (1933) se destaca como uma das mais importantes do cânone do ensaísmo brasileiro –, com os bastidores da criação e com

obras fundamentais do modernismo brasileiro, mas também nos conduz pelos meandros das cada vez mais complexas redes de sociabilidade do período. Este ensaio pretende apresentar uma leitura panorâmica da epistolografia de Freyre, enfocando peças da correspondência inédita do escritor, especificamente algumas missivas trocadas com Manuel Bandeira (1886-1968) e com José Lins do Rego (1901-1957).¹ A esses conjuntos, acrescentaremos cartas da correspondência de Freyre com Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), editadas por Ângela de Castro Gomes (FREYRE; LIMA, 2005).

A característica movente da linguagem epistolar de Freyre, permeada por arestas discursivas e por um humor peculiar, desafia não só o pesquisador que se lança no trabalho de organização desses conjuntos. Na tarefa de preparo de edições críticas, uma materialização dos dilemas editoriais interpostos se coloca, por exemplo, na escolha que se deve fazer diante da possibilidade de se construir uma mais ampla ou, por outro lado, uma mais tênue rede de ambientação por meio de notas explicativas ou exegeticas.² Mas também o intérprete da correspondência deve notar que qualquer aproximação deve ser realizada por inúmeras mediações, e uma rede multidisciplinar – que já pode estar assinalada desde a anotação – deve ser buscada de modo a se construir criticamente uma imagem complexa (e espectral) do autor.

Para pincelar apenas alguns desses movimentos vários, por um lado, o diálogo de Freyre, um ensaísta, com Bandeira, um poeta, e com José Lins, um romancista – e todos notáveis cronistas do nosso modernismo –, tende a ser abalizado por questões eminentemente modernas, em que aspectos vanguardistas e tradicionais se estabilizam em problemáticas configurações estéticas, como podemos notar em sua produção literária da década de 1930. Por outro lado, ao trazer a esse rol de correspondentes Manuel de Oliveira Lima, memorialista e historiador central na virada do século XIX para o século XX, nova luz pode ser colocada sobre formas e temas que são trabalhados por Freyre nos anos cruciais de modernização do país. Nesse sentido, a questão da miscigenação se insinua nas missivas trocadas com Oliveira Lima, ainda carregada pelas tintas pessimistas do período oitocentista. Reforça-se, portanto, o sentido das inúmeras contradições – os “nós” – que se manifestam em sua trajetória, de que as cartas oferecem testemunhos pungentes.

Cicatrizes do passado, o futuro em questão: o diálogo entre *Gilberto Freyre & Oliveira Lima*

Adentrando um pouco mais o universo da escrita epistolar de Freyre, gostaria de focar, neste momento, a correspondência do autor com Manuel de Oliveira Lima, em que o movimento de interpenetração entre o público e o privado é patente. A despeito da grande diferença de idade, Oliveira Lima, então célebre diplomata e historiador, interage com o estudante Freyre com abertura, liberdade, ousadia, quiçá sinceridade incomuns.

1 Propus a edição da *Correspondência de Gilberto Freyre & Manuel Bandeira* como parte de tese de doutorado. Já a edição da *Correspondência de Gilberto Freyre & José Lins do Rego* foi realizada como pós-doutorado, em distintos momentos, com Bolsa Pesquisa Nível I da Biblioteca Nacional-RJ e com bolsa da Fapesp, junto ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Cópias dos documentos inéditos foram fornecidas pela Fundação Gilberto Freyre (Recife-PE), instituição para a qual vão meus especiais agradecimentos.

2 Sobre os problemas da anotação, cf. sobretudo Colette Becker, em “Les discours d’escort: l’annotation et ses problèmes (à propos de la correspondance de Zola)” (BECKER, 1984).

Assim, o passeio por temas eminentemente públicos aos poucos permite a criação de espaços cada vez mais íntimos, domésticos, mais reservados, em que os interlocutores realizam exercícios intelectuais com maior franqueza e liberalidade.

A meio caminho entre a vida pública e a vida privada, é possível flagrarem-se opiniões emitidas nesses espaços familiares acerca de temas bastante delicados, como a miscigenação no Brasil. Laivos fortemente pessimistas oriundos do século XIX, e respaldados pelo cientificismo da época, estão presentes em suas palavras sobre o processo da formação do povo brasileiro. Suas visões da época, de algum modo, refletem os conceitos correntes no período, e não podemos nos esquecer do fato de que, em parte substancial da troca de cartas, o local de escrita eram os Estados Unidos, reticentes na ampliação dos direitos civis aos negros americanos. Apesar disso, os interlocutores inquietam-se, procuram visões mais integradoras sobre o tema, apontando, de algum modo, para as transformações posteriores que o tratamento sobre o assunto, tanto do ponto de vista estético quanto científico, suscitaria em território brasileiro. Leia-se trecho de carta de Gilberto Freyre a Oliveira Lima, com datação “Nova York, 18/02/1921”:

Já leu *The rise of the color tide* e *The passing of a great race*? Li o último há meses e estou no meio da leitura do primeiro. São interessantes estudos do problema de raças, mistura, etc. do qual nosso Brasil sofre. Precisamos opor ao “salto atroz” o imigrante branco. Quanto mais estudo o problema do ponto de vista brasileiro, mais alarmado fico.

Estive a notar outro dia a tripulação do “Minas”: a gente de cor deve ser mais de 75%.

Como sempre, sou afetuoso admirador
Gilberto Freyre

(FREYRE; LIMA, 2005, p. 68)

A resposta de Oliveira Lima, em 20 de fevereiro de 1921, não tardaria:

A questão da raça no Brasil é uma questão muito delicada, em que dificilmente se pode mexer. Eu mesmo não sei – e só o futuro o poderá dizer – se a solução que estamos inconscientemente ou antes instintivamente dando ao problema não é mais acertada do que a que deliberadamente lhe têm dado os Americanos. É claro que que o imigrante branco é o que nos convém. Mas não será preferível dar-lhe o espetáculo da fusão a dar-lhe o da exclusão? A inferioridade da raça será real e será ela causada pelo elemento africano, já bastante diluído n’alguns pontos, ou antes pela educação. Eu reputo à educação francesa, a dos princípios de 1789 ou de 1793, a de *grande* Revolução, a desgraça da América Latina. Teríamos tido outro progresso se não fosse essa miragem rubra. No meu livro sobre os Estados Unidos, escrito quando eu tinha 29 anos, tenho um capítulo sobre o “Problema negro”, mas não sei se hoje penso exatamente do mesmo modo. Pelo menos penso com mais largueza e com mais detalhe.

Creia-me sempre seu muito attº. e admirador amigo
M. O. Lima

(FREYRE; LIMA, 2005, p. 70)

Note-se que Gilberto Freyre poderia se espelhar nas ponderações de Oliveira Lima, que apontavam para uma perspectiva sobre o tema a progredir para além das estreitas explicações biológicas, buscando uma percepção mais aguda sobre o processo histórico

e, em particular, sobre a educação do negro. Vemos, também, uma cautela significativa do diplomata com relação ao avanço liberal, pondo entre aspas soluções exclusivas e indagando sobre a validade da fusão – ou seja, não haveria aqui uma espécie de protoforma do elogio da miscigenação por parte de Oliveira Lima, distante das opiniões mais simplificadas do jovem Freyre?

De qualquer modo, para Freyre, o privilégio de contato com Oliveira Lima, desde quando era estudante de graduação em Waco, Texas, demonstra como o escritor se inseria na vanguarda do pensamento histórico, sociológico e antropológico americano e brasileiro. Os debates certamente se aprofundariam nos anos posteriores, sobretudo quando Freyre seguia – com muitas recomendações do próprio Oliveira Lima – para a Universidade de Columbia, Nova York, em janeiro de 1921. Freyre seria, portanto, um estudioso em franca transformação, um pensador em formação dialogando com reconhecidos intelectuais de seu tempo, como dá a ver sua atividade epistolar, desde os tempos de juventude.

Anacronismo e modernidade: o jogo paradoxal das máscaras em cartas de Freyre & Manuel Bandeira

A época moderna parece representar o momento peculiar em que se estabelece uma rede de relações sustentada sobremaneira pela mediação por correspondência, o que contribui para compor uma representação singular da cultura, da arte e da literatura brasileiras. Em outras palavras, a tradição moderna do país é caracterizada, ela mesma, pela multiplicidade de projetos em gestação, circulando também por meio de missivas. A ideia de “máscara”, nesse sentido, vem para dinamizar as múltiplas possibilidades de como o sujeito da carta pode desenhar-se, os inumeráveis gestos e desvios que pode conter, uma espécie de duplo do caráter performático e escorregadio inerente ao próprio discurso da correspondência – lacunar, fragmentário, apesar de, incontestavelmente, constituir-se como documento histórico testemunhal arraigado num tempo e num espaço determinados.

Com Manuel Bandeira, Freyre aproxima-se de um escritor mais experiente, com quem procura equilibrar-se entre a reverência humilde e a fina ironia, sobretudo quando estão em pauta considerações descontraídas sobre a atmosfera mundana dos amigos comuns, principalmente nordestinos e cariocas. Antes de se tornar o lírico da simplicidade e da poesia da infância, do constante retorno ao passado e aos temas da formação da sociedade brasileira, Bandeira estabeleceu um diálogo informal com o ensaísta por meio de cartas. O conceito freyriano de “cordialidade”, como expansividade agregadora característica da formação mestiça, nas linhas em que ele aparece em *Sobrados e mucambos*, de 1936, parece animar-se por meio de missivas simpáticas, expansivas, bem-humoradas.³ Certo tom cronístico permeia esse conjunto, na medida em que pequenas histórias da vida comezinha são encadeadas, aproximando o cotidiano na capital federal e na província, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

3 No capítulo “Ascensão do bacharel e do mulato”, de *Sobrados e mucambos*, Freyre utiliza o termo “cordialidade” (FREYRE, 2003, p. 791). Em outra ocasião, sobre “o mais doce exemplo europeu [...] de cordialidade democrática”, afirma Freyre: “O abraço, a palmada nas costas, o aperto de mão, não os trocam em Portugal apenas indivíduos socialmente iguais [...], mas até pessoas de situações sociais diferentes ou homens até há pouco puramente estranhos um ao outro, depois de curta conversa que os aproxime como homens animados pelas mesmas ideias ou pelos mesmos sentimentos, quer como portugueses da mesma região, quer, simplesmente, como criaturas do mesmo Deus”. (FREYRE, 1953, p. 22).

Ainda é interessante observar que, a despeito dos repertórios distintos entre Freyre, bem mais jovem, e Bandeira, mais experimentado como escritor, há uma espécie de equilíbrio de tons, fazendo predominar uma atmosfera de leveza, de comunicabilidade performática em voz alta, de troca descomprometida, de riso – o que nos faz recordar a própria dinâmica descontraída, informal e cronística que caracteriza vertente significativa do movimento modernista no país, da qual a obra desses escritores seria uma espécie de agente catalisador. Haveria, também, um aspecto de exceção ligado aos eventos únicos, conectados às percepções corporais, um modo peculiar de estar-no-mundo, em sentido espacial e físico, um saber que transcende o conhecimento objetivo para ter-se acesso às atmosferas tendentes ao mágico e ao epifânico,⁴ um sentido de uma dramatização que agrega uma espécie de entendimento destacado das apreensões racionais. Leia-se, a seguir, trecho de carta a Bandeira, escrita em 1934:

Era bem bom que você viesse para o Carnaval, seu Flag. Eu, Cícero e Zé Tasso temos, como você sabe, um atelier, um 1º andar na sua Estrada do Rosário. Seria sua estação de repouso. Um bocado de frevo, e estação, descanso, você podendo levar suas mulatas para lhe darem cafuné. Tem feito calor aqui. Parece o Rio. Vocês aí devem estar torrando. Tenho às vezes saudades enormes de você, dos amigos daí, nosso grupo, e de outros amigos perdidos por esse mundo. É o diabo, haver distância, ser tão caro e complicado, ainda, viajar. É o diabo não ser tudo uma cidade – o Recife – uma só cidade. Aliás, a concepção de vez de alguns místicos tem sido essa – da grande e única cidade.⁵

Desse modo, em comparação com a correspondência de *Freyre & Oliveira Lima*, é evidente que a atividade epistolar com Bandeira permitia o registro mais livre das convenções, próximo da crônica da vida cotidiana, da informalidade que se tornaria uma indelével marca da escrita modernista. Nessa atmosfera, a face provinciana, de incontestável e proposital perfil anacrônico, comportava, pois, uma concepção de vida ligada ao coloquial e à experiência histórica palpável, um modo alternativo e incomum de combinar-se com o contemporâneo.⁶ Essa atmosfera por vezes também emergia da escrita memorialística de Freyre, como notamos pelo trecho a seguir:

RECIFE, 1927.

Disse-me ontem o J. que ouvira dizer-se numa roda de intelectuais que não era possível que eu fosse “o assombro que dizem que sou, de saber”, sendo “tão boêmio”. Isto porque às vezes sou visto em pensões de mulheres, em clubes populares de carnaval como o das Pás, dançando com as morenas em pastoris como o do Poço, em ceias de sarapatel no Bacurau ou no Dudu (nestas quase sempre na companhia do velho Manuel Caetano). É uma verdade esse meu jeito de impregnar-me de vida brasileira como ela é mais intensamente vivida, que é pela gente do povo, pela pequena gente média, pela negralhada: essa negralhada de que os “requintados” (como eu estou sempre a chamar os intelectuais distantes do cotidiano da plebe) falam como se pertencessem a outro mundo. (FREYRE, 1975, p. 207-208)

4 Recordo aqui o conceito de “culturas de presença”, contraposto ao de “culturas de sentido”, desenvolvido pelo teórico da literatura alemão Hans Ulrich Gumbrecht. (Cf. GUMBRECHT, 2010).

5 Carta de Gilberto Freyre a Manuel Bandeira, com datação “Recife, 29 de janeiro de 1935”. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

6 Sobre uma relação entre implicações literárias e culturais, de um lado, e históricas e políticas, de outro, cf. Oliveira (abr. 2011).

Freyre procurava construir “mundos misturados” ao empregar uma escrita de teor mais cronístico, ligada à vida comezinha – o que não impedia que outra face, mais trágica, sobreviesse, em determinados momentos, com força persuasiva.

A face trágica da província: a correspondência de *Freyre & José Lins do Rego*

Em direção diversa, a correspondência de Gilberto Freyre com o escritor José Lins do Rego tende ao fechamento, ao aspecto dramático internalizado. Encontramos, nesse contexto, posturas distintas daquelas do mundo invertido, carnavalesco, mais presentes nas cartas trocadas entre Freyre e Bandeira.

Em vez do envolvimento com temas que permitam conectar-se com as urgências do novo tempo modernista brasileiro, mais colado à realidade e ao cotidiano, sobrevém, em passagens da correspondência *Freyre & Lins*, a ideia de indivíduos em crise, partilhando, de algum modo, a dinâmica social do mundo decadente. Em muitos momentos, o homem desnuda-se na confissão de suas fraquezas demonstrando a instabilidade da máscara relacional, flagrando um desencantamento incurável que teima em contaminar a confiança supostamente mais firme nos destinos do homem e da nação. Leia-se:

Meu querido Lins,

Recebi sua carta com a notícia de que você vai mesmo embora para o Rio. Deu-me uma grande tristeza – aliás, sem razão, porque você em Alagoas é o mesmo que você no Rio – em certo sentido, ainda mais distante e separado. Infelizmente não se pode realizar o desejo, mais meu do que seu de, chegarmos a morar no mesmo Recife, como naqueles dois ou três anos que passaram tão depressa, deixando tanta saudade. A vida é assim, como diz a cantiga carioca. Viu como este ano a cantiga carioca abafou tudo, vindo vencer os pernambucanos no seu próprio reduto (por pernambucanos, entenda-se também a zona colonial que fica em redor do Recife)? Foi uma vitória bonita para os cariocas. Continuo doente, sem poder trabalhar e num mau humor horrível, mas que sempre comigo reprimi um pouco. Quando parece que vou ficando bom – doença. E é quando se vê quanto a medicina sabe pouco. Tenho feito uma variedade de experiências sem resultado. Hoje vou tentar outra com Arthur de Sá. Escreva ao Zé Olympio que só passada esta fase de doença e mal-estar, terei alguma paz para pensar na proposta dele. [...]⁷

É indiscutível que, se há um narrador-missivista, esse está constantemente a confessar, na correspondência *Freyre & José Lins*, o drama de sua existência, sujeita a inúmeras vicissitudes e cujo sentido nunca se manifesta de modo integral. Essa condição está muitas vezes presente na própria escrita, que oscila, principalmente no caso de Freyre, entre o colorido e a embriaguez da experiência, de um lado, e a tristeza a que se assiste com certa postura consternada, de outro, uma espécie de expiação que teima em percorrer, dramaticamente, os eventos mais representativos da vida. Se não estamos diante do trágico em sua inteireza, haveria – e isso é o máximo que poderíamos dizer – uma certa ambiguidade entre o ser dramático que pode não ter levado às últimas consequências o aspecto trágico, sem completa consciência acerca das motivações, ou sem uma visão global sobre como se estabelece sua condição trágica (Cf. LOURENÇO, 1999, p. 193-201). Observe-se trecho de carta enviada a José Lins por Freyre em 12 de dezembro de 1937, de Lisboa, fala sobre as vicissitudes do dia-a-dia:

⁷ Carta de José Lins do Rego a Gilberto Freyre, provável ano de 1935. Acervo do Museu José Lins do Rego.

Recebi sua aérea na qual me dá notícias da chegada da minha mãe. Pode imaginar como estou apreensivo e sem mais nenhuma paz de espírito para trabalhar. Apreensivo também sobre o que você me diz a respeito da situação financeira. Creio que o nosso amigo e seu grupo mais eficiente e capaz de ação devem estar prontos e atentos. Aqui conversei com o Severino Pinheiro, que vai agora para Pernambuco e está pronto a entrar da maneira mais franca na campanha. Está lendo os nossos livros – seus, de Tarquínio, meus – e gostando muito. Com todas essas preocupações e inquietações, bateu-me a velha insônia, de modo que estou um caco. É terrível não dormir. E nem durmo nem trabalho, estou sem coragem para as conferências, o diabo.⁸

Se, para Freyre, o sentimento de solidão aumenta sobretudo em suas viagens, este fica bastante atenuado, por exemplo, quando o escritor está no Recife, próximo à família – para ele sempre uma sólida referência. Já para José Lins, ele parece constitutivo, tendendo ora à melancolia – quando algo falta sem o saber nomear –, ora à nostalgia – quando a falta é nomeada e, por vezes, segue-se uma proposição restitutiva. Em João Pessoa, Manhauçu, Maceió, Rio de Janeiro, muitos parecem ser os momentos em que enfrenta o sentimento de perda, uma tristeza sem causa aparente, como testemunha a seguir o romancista em carta escrita quando já fixado havia anos na capital federal. Como exemplo de encontro entre cosmovisão pessoal e interpretação do processo social, leia-se trecho de missiva escrita por José Lins provavelmente em 1943 – período em que o autor publicou seu romance *Fogo Morto*, considerado pela crítica sua obra-prima:

Meu querido Gilberto,

Um grande abraço para você e para Mag. Muito triste natal de 1943. Sinto-me muito só. Apesar de cercado de tanta gente. Posso-lhe dizer que nunca me senti tão só, tão sem coragem para coisa nenhuma. Estou agora atacado daquele nervoso que você conhece, com medo de não chegar ao fim, agora que mais do que nunca eu preciso estar firme, com três moças dentro de casa. Acredito que seja esgotamento. Leu você o meu último romance? Imaginei criar um tipo que fosse imagem de nossa terra, um Papa-Rabo que fosse muito de histrião e homem de bem. Aqui vai o livro agradando muito aos nossos amigos. Sobre a *Manhã*, há o seguinte: o Costa Neto não queria manter os colaboradores de 200# mil da *Manhã*, e para isto fez o diabo. O Cassiano reagiu e conseguiu que ficassem poucos a este preço. Por isto você vem sendo pago por artigo. No mês de novembro só saíram dois artigos seus, e por isto vou-lhe remeter os meses de novembro e dezembro em conjunto. É isto o que há.

Estive em São Paulo, onde fiz uma conferência sobre o [Tristão]. Mas a conferência foi quase toda sobre você. Não pode imaginar as grandes simpatias dos rapazes de lá por você. Penso que se fosse lá teria coisa mais importante que a homenagem da Bahia. Você é hoje em São Paulo uma bandeira. Não se joga a vida como você faz aí, sem que existam homens que saibam compreender o seu formidável sacrifício. Como nunca eu precisava de estar ao seu lado, como nunca estou precisando de amigo que é mais que irmão. Do seu

Lins.⁹

Várias são as expressões de Lins que falam dessa sensação agônica, “sem saída”. No Rio de Janeiro, na metrópole cheia de novidades, junto aos vários amigos, à vida movimentada

8 Carta de Gilberto Freyre e José Lins do Rego, com datação “12 de setembro de 1937”. Acervo do Museu José Lins do Rego.

9 Carta de José Lins do Rego a Gilberto Freyre, provável ano de 1943. Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

e intelectualmente produtiva, o sentimento de solidão permanece. Talvez até por isso tenda a se apegar em demasia à lembrança de 1923, o ano em que sua amizade com Gilberto Freyre – o qual certamente lhe apresentara um mundo novo, de provincianismo com toques de cosmopolitismo e vanguardismo – se solidificara.

Mais ainda, o sentimento de catástrofe parece preponderar na visão de mundo do homem José Lins em diálogo com Freyre, o que acaba se revelando de modo peremptório por meio do texto paraliterário da carta, o qual guarda, por sua vez, uma relação mais imediata com a realidade circundante. José Lins observa o mundo com pessimismo, o enxerga como fundamentalmente aporético. A situação que funciona como pano de fundo, no exemplo a seguir, são os momentos posteriores à instalação da República Nova, o que obrigou Freyre a fugir para o exílio em Portugal juntamente com o governador Estácio Coimbra logo após a Revolução de outubro de 1930. Diante do presente sombrio, o conselho de Lins a Freyre é também categórico: “Não venha ao Brasil tão cedo”, “Azar”, “tudo por água abaixo”, “desencanto”, “desgraça”, “intrigas”, “uma verdadeira vida de cachorro”: palavras que remetem a uma conjuntura sem saída, a uma impossibilidade de redenção, à ausência de um horizonte utópico palpável. Sua forma de pensar e sentir a modernidade em plena década de 1930 não é dialética, pois é como se tragicamente lhe faltassem os instrumentos para se lançar a uma aventura conciliatória possível. Falta ordem, falta dinheiro, falta esperança, falta alegria. O destino obscuro, sem solução, interrompe, ao final, a própria vontade de exercer uma reflexão consistente sobre os destinos do país. Nesse caminho, os anos vindouros verão nascer, no caso de José Lins e de Freyre, o desenho trágico de homens e espaços encolhidos na modernidade, por meio do romance e do ensaísmo histórico-sociológico, que caminham na esteira de um drama de linhas épicas, em contraste com a busca de uma imagem integradora da formação nacional patrocinada pelo governo de Getúlio Vargas.

Apesar de menos numerosos com relação a José Lins, que sempre se confessara um homem desajustado, despreparado para a vida, não são raras as missivas em que Freyre se deixa tomar pelo drama, pelo sofrimento, como neste desabafo no dia em que completara 38 anos:

É certo – estou doente. O tal nervoso terrível de que você fala. Chegou a minha vez. Tinha esse direito. Doente e eu meu próprio médico porque não tenho confiança em nenhum a não ser, é claro, o nosso velho Deus. Você não se preocupe, não me escreva, pois não estou com ânimo para correspondência. Mas creia na amizade de sempre do seu / Gilberto.¹⁰

A essa ocasião de desabafo desesperançado, responde José Lins:

Espero que você saia desta crise de nervos. Eu conheço o quanto elas são dolorosas. Mas sem você como poderei resistir aos meus desesperos? Você ainda é em meus momentos de agonia a imagem que me chega. Eu digo quando me vem chegando a coisa: Gilto acha que tudo isto é besteira, que eu não tenho nada. E o equilíbrio volta.

Sem o grande amigo a minha vida vira um nada.¹¹

10 Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego, com datação “Recife, 15 de março de 1938”. Acervo do Museu José Lins do Rego.

11 Carta de José Lins do Rego a Gilberto Freyre, com datação estimada em 1938. Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

Mas se, para Freyre, os momentos de fragilidade são mais passageiros, eles também teimam em retornar: “É o diabo meu Lins, esse meio da vida, – aos 40 anos. Nem as esperanças dos 20 nem a resignação da velhice. As dores maiores do que na mocidade ou na velhice”.¹² E José Lins, sempre a tatear formas esvaziadas, jamais se apossa da alegria utópica – embora seja um homem de largas gargalhadas, como afirmavam seus amigos –, sobretudo quando fala sobre a matéria decadente tratada em seus romances. Assim, matéria literária e testemunho privado podem iluminar-se reciprocamente, alimentando sendas abertas nos interstícios da vida pública e da intimidade.

A carta e os espaços múltiplos da modernidade brasileira

Por meio deste ensaio, o objetivo foi discutir como, de modo geral, Gilberto Freyre constrói diferentes relações a depender de seu interlocutor, apresentando cartas inéditas do ensaísta e de alguns de seus correspondentes. É como se houvesse uma orquestração diversa de autoria, relacionada à dinâmica estabelecida com os distintos interlocutores epistolares de Freyre. O efeito resultante é espectral, com diferentes clivagens coexistindo ao mesmo tempo.

Interessaria, neste preciso momento, isolar a imagem paradoxal da forma epistolar praticada pelo escritor como objeto no qual se desenha um sujeito em crise e que, a despeito de seu sentimento de conflito, deslocamento e consciência do progressivo “desprovimento de nós”,¹³ dissemina uma dimensão pública empenhada – uma das características mais patentes do modernismo brasileiro –, muitas vezes de feição propositalmente anacrônica no caso do *leader* de província em defesa das tradições regionais, como a culinária, a vegetação nativa e os azulejos portugueses. Essa atuação de Freyre teria marcado a trajetória de Bandeira, como afirma o poeta em sua autobiografia *Itinerário de Pasárgada*:

Para completar (e de certo modo contrabalançar) essa influência havia os amigos do Rio, amigos que, a partir de Ribeiro Couto, fui fazendo em cadeia: Jaime Ovalle, Rodrigo M. F. de Andrade, Dante Milano, Osvaldo Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto. Lista a que devo juntar, depois de 1925, o nome de Gilberto Freyre, cuja sensibilidade tão pernambucana muito concorreu para me reconduzir ao amor da província, e a quem devo ter podido escrever naquele mesmo ano a minha “Evocação do Recife”. (BANDEIRA, 1998, p. 496-497)

Porém, se é certo que Bandeira se definiria como um provinciano, em seu poema “Auto-retrato” fica claro que a palavra ganha complexidade. O esforço de mediação posiciona o autor “provinciano” distante de qualquer espontaneidade e simples conciliação, reafirmando aguda consciência estética, mesmo quando ela parece esmaecida pelo otimismo: “Provinciano que nunca soube / Escolher bem uma gravata; / [...] Poeta ruim que na arte da prosa / Envelheceu na infância da arte, / E até mesmo escrevendo crônicas / Ficou cronista de província; [...]” (BANDEIRA, 1936, p. 13).

Ao final, vemos que, nessas escritas “de província”, as dimensões privada e pública não podem ser vistas separadamente. Na correspondência de *Freyre & Oliveira Lima*, foi

12 Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego, com datação “Apipucos-Recife, 14 de novembro de 1942”. Acervo do Museu José Lins do Rego.

13 Sobre a construção dos espaços de convivência e a relação identidade-eu e identidade-nós na modernidade, cf. Elias (1994).

possível notar como a dilatação da esfera íntima caminha ao lado do aprofundamento de discussões caras para a esfera pública, como o tema da miscigenação. Em um cenário de inequívoco aprofundamento da consciência estética e da reflexão social, devem ser valorizados textos normalmente tidos como de natureza íntima, como cartas, biografias, autobiografias, diários etc., dissolvendo-se os limites rígidos entre documentos de interesse histórico e escritas literárias multidimensionais, o que abre possibilidades para se traçar um caminho não usual de leitura do texto de uma carta.¹⁴

A ironia e o *humour*, tão patentes no diálogo entre *Freyre & Bandeira*, revelam-se antídotos produtivos à percepção trágica da existência, mais presente no diálogo entre *Freyre & Lins*. Nesse sentido, enquanto a máscara do provinciano permite retomar questões fundamentais para a escrita modernista e moderna (tais como: “De que modo articular a(s) província(s) num projeto nacional?”; “Na dialética com a metrópole, com quais elementos a província e o provinciano podem contribuir?”), com Lins se destaca o embate dos homens para manter a máscara que viabilize a comunicabilidade, para não destruir a forma que possibilita verticalizar discussões, aprofundar sensações, em outras palavras, que comporta explorar recursos da escrita que unam memória e história, subjetividade e objetividade, dimensão pessoal e experiência coletiva, o público e o privado, o “eu” e o “nós”, o indivíduo e a sociedade. Assim, o diálogo mais ensimesmado e subjetivamente encrespado com José Lins não dispensa o distanciamento irônico, mais comum em Bandeira, em prol do aprofundamento da comunicabilidade, associando, inclusive, o cômico e o trágico.

Percebe-se, pois, que um epistológrafo pode revelar inúmeras facetas a depender do seu correspondente. O pacto que estabelece com seu interlocutor determina o tom de leitura que é demandado por cada conjunto de missiva. No caso de Freyre, o escritor explorou, na década de 1920 e início dos anos 1930, a imagem do intelectual cosmopolita *outsider*, do deslocado que procura compor uma persona autoral integral, ainda que a partir de diversas facetas, que revelasse a singularidade de sua “alma provinciana” paradoxal, ora carnavalizada, ora ensimesmada – como, ademais, seria o próprio Brasil eivado de contradições, das metrópoles ou dos rincões provincianos.

Nas franjas do centro do poder político e econômico – situado entre Rio de Janeiro e São Paulo –, Gilberto Freyre e demais provincianos teriam elaborado, por meio de missivas empenhadas e de sua obra, um discurso multidimensional e alternativo de modernidade e de tempo, de valorização da infância, do passado, do campo, da dinâmica ainda marcada pelo mundo rural e pelas relações afetivas de convivência diária, desafiando proposições racionalistas e sistemáticas como direcionadoras exclusivas do processo de modernização do país. Desse modo, na utopia de uma comunicação possível, caracterizada pela presença de particularidades irreduzíveis a fórmulas abstratas e generalizantes, situa-se veio significativo do debate que tem a província, os provincianos e seus espectros como *loci* preferenciais.

14 João César de Castro Rocha, em capítulo de livro “A epistolografia como desafio à história e à teoria da literatura”, aponta para o lugar precário dessa tipologia textual nos estudos literários (Cf. ROCHA, 2008). Observar as formulações de Gilberto Freyre pode oferecer um caminho para justamente se assumir – ao invés de se negar – a singularidade da correspondência como objeto de estudo de aspectos múltiplos, que ressaltam a diferença, a relação, a pluralidade.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. Auto-retrato. In: _____. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. *Libertinagem* – Estrela da manhã. Edição crítica de Giulia Lanciani. Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José, Santiago de Chile: ALLCA XX, 1998. [Colección Archivos: 1. ed.; 33].

_____. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974.

BECKER, C. Les discours d'escort: l'annotation et ses problèmes (à propos de la correspondance de Zola). In: FRANÇON, A.; GOYARD, C. (Org.). *Les correspondances inédites*. Paris: Economica, 1984. [Colloque sur les correspondances inédites, Paris, 9-10 juin 1983].

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Organização de Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FREYRE, G. *Aventura e rotina*. Sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Casa-grande & senzala*. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999.

_____. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Tempo morto e outros tempos*. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade: 1915-1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FREYRE, G.; LIMA, O. *Em família*: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Organização de Ângela de Castro Gomes. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença* – o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010.

LOURENÇO, E. Da literatura brasileira como rasura do trágico. In: _____. *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 193-201.

OLIVEIRA, L. L. Gilberto Freyre e a valorização da província. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 117-149, jan./abr. 2011.

ROCHA, J. C. de C. *Exercícios críticos: leituras do contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2008.

VICENTE, S. M. *Cartas provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Motivos para (não) ler a *MAD*: estratégias argumentativas no texto de humor

(Reasons for (not) reading *MAD*: argumentative strategies in the text of humor)

Ana Cristina Carmelino

Departamento de Línguas e Letras – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

anacriscarmelino@gmail.com

Abstract: The aim of this article is to address depreciation, the argumentative resource widely used by *MAD* Magazine to produce humour and attract readers. In order to do that we analyzed the illustrated comic text entitled “50 reasons to read *MAD*”, which is present in the August 2012 issue, number 50, p. 10-13, of this magazine. Founded in the U.S. in 1952, the magazine had its first release in Brazil in 1974 and is distinguished by acidic and merciless satire of aspects of popular culture. The theoretical assumptions adopted to support the study are the Aristotelian rhetoric and the neo-rhetoric, which claims that the production of persuasive discourse depends on the effective operation of reason and affectivity.

Keywords: rhetoric; argument; humour; *MAD* magazine.

Resumo: O objetivo deste artigo é tratar de um recurso argumentativo bastante utilizado pela revista *MAD* para produzir humor e atrair seus leitores: a depreciação. Para isso, analisamos um texto humorístico ilustrado que consta da *MAD* n. 50, cujo título é “50 motivos para ler a *MAD*” (ago. 2012, p. 10-13). Criada nos EUA em 1952, essa revista teve sua primeira versão no Brasil em 1974 e se destaca pela sátira ácida e impiedosa a aspectos da cultura popular. Os pressupostos teóricos adotados para fundamentar o estudo são da retórica aristotélica e das neo-retóricas, para as quais a produção de discursos persuasivos eficazes depende da exploração da razão e da afetividade.

Palavras-chave: retórica; argumentação; humor; revista *MAD*.

Considerações iniciais

(01)



Figura 1. Motivo para ler a *MAD* n. 49

A tira acima compõe o texto multimodal intitulado “50 motivos para ler a *MAD*”, objeto de análise deste artigo. Escrito por Marcelo Saravá e Raphael Salimena, o texto consta da edição comemorativa da revista humorística *MAD* (n. 50, ago.2012, p. 10-13).

Trata-se da comemoração de cinquenta números publicados pela editora Panini, no Brasil, e sessenta anos de sua existência.

Para fins de contextualização, a *MAD* foi lançada nos EUA em 1952 e ficou conhecida por satirizar aspectos da cultura popular. Seu sucesso, no decorrer do tempo, fez com que ganhasse versões em diversos países (FICARRA, 2012). No Brasil, ela começou a ser publicada em 1974 e passou por quatro editoras, a saber, Vecchi (de 1974 a 1983), Record (de 1984 a 2000), Mythos (de 2000 a 2006) e Panini (a partir de 2008).

Algumas dessas informações podem ser conferidas no enunciado que introduz o texto do qual a tira mencionada faz parte, qual seja:

No universo editorial, chegar à **quinquagésima edição** é um marco importante. Mostra que até uma revista sem nada a acrescentar tem potencial para seguir firme e forte por muitos anos. Mas como as vendas tão meio capengas esse ano, a Panini mandou a gente se virar nos **50** pra não perder mais leitores. O quê? Você também está quase desistindo de comprar nossa revista? Espera! Volta aqui! Deixa a gente mostrar... 50 motivos para ler a MAD. (SARAVÁ; SALIMENA, ago. 2012, p. 10)

Considerando-se tanto o enunciado introdutório do texto quanto a tira (que corresponde ao motivo de número 49 para se “ler a MAD”), observa-se que a *MAD* é caracterizada de forma negativa: “uma revista sem nada a acrescentar”.

No caso da tira, especificamente, vê-se que a *MAD* é posta como a justificativa de o garoto não ter tido êxito no exame vestibular e ingressado em uma universidade qualquer (“UNIMBECIL”). É, portanto, pelo argumento do antimodelo, ou seja, aquilo que não se deve imitar, que Saravá e Salimena buscam persuadir o leitor de que *MAD* não agrega conhecimento.

Esse procedimento (desvalorizar da revista) chama a atenção porque vai de encontro à proposta do texto, que pretende, ao menos pelo título e pela introdução, fornecer “motivos” para os leitores lerem (continuarem lendo) a *MAD*. Diante disso, pergunta-se: o que explica essa atitude contraditória?

Como todo texto de humor mobiliza em sua construção determinados recursos para angariar atenção e provocar o riso, verifica-se que uma das técnicas utilizadas com recorrência para a deflagração do humor na revista *MAD* é a depreciação. No caso do texto em análise, a autodepreciação, já que o objeto do ridículo é a própria revista.

Partindo dessas considerações, este artigo pretende refletir sobre as estratégias argumentativas mobilizadas para desconstruir a *MAD* e, conseqüentemente, provocar riso. Para isso, fundamenta suas análises, teoricamente, nos pressupostos da retórica aristotélica e de estudiosos das neoretóricas.

Conforme essas teorias, um princípio básico do ato retórico é não atacar as pessoas (e as coisas, acrescenta-se) que nos são caras. Nesse sentido, a estratégia da *MAD* na produção do humor está em subverter a regra básica: provoca-se o riso pelo aviltamento do outro e de si mesmo.

Em foco as estratégias argumentativas

Não há como tratar de estratégias argumentativas sem levar em conta os pressupostos da retórica aristotélica e os das neoretóricas. Teorias que se preocupam com a arte de produzir discursos persuasivos.

Nas palavras de Aristóteles (1944, p. 2), a retórica, ciência de grande prestígio na antiguidade, consiste na “faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”. Mas o que significa exatamente isso?

Ao considerar a relação do homem com a linguagem, Aristóteles distingue a retórica da lógica, reconhecendo que argumentar não consistia apenas em uma atividade racional, porque pressupunha debate, opinião, paixão. Nesse sentido, a retórica passa a ser entendida como uma teoria que se estabelece no mundo das verdades contingentes e busca, por meio da exploração da razão e da emoção, conduzir o auditório numa determinada direção e projetar um ponto de vista, em busca de adesão.

No entanto, por priorizar durante um longo tempo a arte de falar bem e da eloquência (especificamente em produções verbais orais), buscando, nas figuras de estilo, os recursos necessários tanto para construir um bom e belo discurso, quanto para seduzir o auditório, a retórica antiga acabou perdendo seu prestígio.

Na segunda metade do século XX, entretanto, modernos estudiosos ressignificam os pressupostos da retórica conforme seus interesses investigativos, inaugurando a Nova Retórica (neoretórica). Tal reformulação deve-se, especialmente, às contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que focalizam o objeto da retórica para o estudo das “técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento*” (p. 4 – grifo dos autores).

Segundo esses estudiosos, a “teoria da argumentação”, rótulo atribuído à nova proposta, busca estudar o emprego das estratégias de convencimento e de persuasão, com vistas a mudar, manter ou incrementar um determinado ponto de vista ou atitude.

A Nova Retórica apresenta um novo espírito. Além de admitir a linguagem como um instrumento de interação, que leva os falantes a partilharem seus juízos – Meyer (2007, p. 27) diz que a (neo)retórica trata da “negociação entre os homens a propósito de uma questão, de um problema” –, passa a considerar todas as formas modernas de discurso persuasivo, isto é, as produções verbais, sejam elas orais ou escritas, e as não verbais (REBOUL, 2004; FERREIRA, 2010).

Após essas considerações preliminares, convém tratar do que se convencionou chamar de estratégias argumentativas ou recursos pelos quais é possível persuadir. Embora, em retórica, razão e emoção estejam imbricados, alguns meios de persuadir são de ordem afetiva, como é o caso do *ethos* e do *pathos*, enquanto outros são de competência racional, como os argumentos, isto é, o *logos* do discurso.

O *ethos* diz respeito ao caráter que o orador deve assumir para chamar atenção e angariar a confiança do auditório. Na concepção aristotélica, depreendem-se dois sentidos para o termo. Um moral, que engloba atitudes e virtudes que o orador demonstra no momento da argumentação, independentemente de elas serem ou não reais; condições mínimas para a credibilidade. O outro, mais neutro ou mais psicológico, como diria Reoul (2004, p. 48), está ligado ao fato de o orador adaptar seu discurso aos hábitos, aos modos, aos costumes,

à idade, à situação social do auditório. Nas palavras de Ferreira (2010, p. 90), atualmente o *ethos* é “a imagem que o orador constrói de si e dos outros o interior do discurso”.

O *pathos* refere-se às paixões e crenças que suscitam a emotividade do auditório, ao qual o orador apela no momento da elaboração discursiva. Não se trata de virtudes ou vícios permanentes, apenas de sentimentos que, relacionados a situações transitórias, refletem as representações que o orador faz do auditório, no domínio de sua imaginação. Na *Retórica das paixões* (2000), Aristóteles destaca que, em um discurso retórico, o esforço para despertar paixões (eufóricas ou disfóricas) é carga emotiva que subjaz ao argumento para atrair o interesse, prolongar a atenção, provocar ação, mobilizar o auditório em favor de uma tese, compelir o auditório a aceitar uma conclusão.

O *logos* concerne à argumentação racional propriamente dita. Trata-se, para Aristóteles, da capacidade argumentativa de convencimento que se dá sempre pela lógica, pelo raciocínio, tendo, portanto, caráter apodítico. É no *logos* que se movimentam argumentos, figuras e até mesmo escolhas lexicais para provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses que são apresentadas à sua aceitação. Esses elementos constituem, na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), técnicas eficientes no processo de argumentação.

Os argumentos, entendidos como proposições destinadas a levar à admissão de outras (REBOUL, 2004), podem ser, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), de quatro tipos:

- a) quase lógicos: dependem da natureza das coisas e das interpretações humanas (e não da demonstração), permitindo a refutação. Exemplos: argumento do ridículo, identidade, definição, regra de justiça, argumentos de reciprocidade, argumentos de transitividade, inclusão da parte no todo, divisão do todo em partes, argumentos de comparação e argumentação pelo sacrifício.
- b) Baseados na estrutura do real: apoiam-se na experiência, nos elos entre as coisas e os fatos. Exemplos: argumento pragmático, argumento do desperdício, argumento da direção, argumento da superação, argumento de autoridade, argumento de hierarquia dupla, argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem.
- c) Os que fundam da estrutura do real: buscam criar o real, estabelecendo entre as coisas nexos que não existiam. Exemplos: ilustração, exemplo, modelo ou anti-modelo e raciocínio pela analogia, como é o caso da metáfora.
- d) Por dissociação: procuram solucionar uma incompatibilidade do discurso a fim de restabelecer uma visão coerente. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a dissociação resulta da depreciação do que era então um valor aceito.

Além dos argumentos, as figuras retóricas também constituem uma técnica argumentativa essencial no processo de persuasão, tendo em vista que buscam “impressionar pela emoção e condensar valores necessários para estabelecer a argumentação” (FERREIRA, 2010, p. 105). Embora tenham sido tratadas, durante um bom tempo, como meras fórmulas de bem falar e escrever (simples ornamentos), nos enfoques contemporâneos as figuras tornam-se recursos, ideias para a construção do discurso sedutor.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), levando em conta o efeito produzido por certas figuras, propõem uma reclassificação das figuras clássicas em três grupos: figuras

da escolha (que se referem à forma como os fatos são apresentados ou caracterizados, como é caso da definição oratória, perífrase, antonomásia e retificação), figuras da presença (que buscam despertar o sentimento da presença do objeto do discurso, como no caso da onomatopeia, repetição, anáfora e amplificação) e figuras da comunhão (aquelas em que o orador se empenha em criar ou conformar a união com o auditório, como acontece com a alusão, a citação, as máximas, os provérbios e a apóstrofe).

Outro recurso que merece destaque no processo argumentativo é a escolha lexical. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 168) explicam que a “escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo”, tendo em vista que “não existe escolha neutra”. Ao optar por um termo dentre outros sinônimos, o orador revela uma intenção, busca determinados fins.

Partindo do exposto, verifica-se que o discurso retórico tem caráter social, mostra uma intenção e objetiva um fim persuasivo. Logo, para persuadir, o orador vale-se do poder das palavras – palavras estas que estão na composição dos diversos tipos de argumentos e figuras retóricas elencados – para estabelecer relações, causar efeitos, desencadear comportamentos, provocar paixões.

É, portanto, também por meio das palavras (como objetiva mostrar este artigo) que o orador deprecia, diminui, debocha, moteja, desdenha, desestima, humilha, desqualifica, desacredita, espezinha, escarnece, menospreza, avilta, ridiculariza... para provocar o riso. Nesse sentido, a depreciação (com todas as suas conotações negativas) consiste numa estratégia argumentativa para produzir humor e, conseqüentemente, atrair atenção.

Na ótica da retórica, essa consideração pode ser evidenciada nas palavras de Aristóteles, que constata ser a zombaria “a degradação do outro por diversão” (ARISTÓTELES, 1980¹ apud SKINNER, 2002, p. 16-17), um ato de ironia e sarcasmo. Uma das razões para a zombaria é a captação de afeto dos ouvintes em busca do sucesso na argumentação.

Inspirado em textos de Aristóteles, Quintiliano (1920² apud SKINNER, 2002, p. 21) destaca que “os ditos engraçados são muitas vezes falsos (sempre torpes), muitas vezes engenhosamente distorcidos” e por isso “a maneira mais ambiciosa de se gabar é falar zombando”. Da fala do retórico, ainda convém salientar:

Todo o sal de uma palavra está na apresentação das coisas de uma maneira contrária à lógica e à verdade: conseguimos isso unicamente seja fingindo sobre nossas próprias opiniões ou a dos outros, seja enunciando uma impossibilidade. (QUINTILIANO, 1920 apud ALBERTI, 1999, p. 66)

Os estudiosos das neoretóricas, como se nota pelas explicações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), recuperam as propostas de Aristóteles e Quintiliano ao tratarem do riso no plano retórico. O cômico, segundo eles, é um “elemento importantíssimo para conquistar o auditório ou, mais comumente, para firmar uma comunhão entre o orador e o auditório, para efetuar desvalorizações, notadamente para ridicularizar o adversário, para operar diversões oportunas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 213).

Na análise do texto “50 motivos para ler a *MAD*” (SALIMENA; SARAVÁ, ago. 2012, p. 10-13), verifica-se que o riso é a principal finalidade da *MAD*. Em busca dele,

1 ARISTÓTELES. *La poétique*. Paris: Seuil, 1980.

2 QUINTILIANO. *Institutio oratória*. 4. v. London: Paul Shorey, 1920.

recorre-se à depreciação. Desse modo, a seguir, busca-se mostrar por meio de quais estratégias argumentativas (além da arte de depreciar) a *MAD* é construída, mesmo que de forma dissimulada.

Como a *MAD* mobiliza a depreciação para atrair o auditório e provocar o riso?

A fim de persuadir, busca-se, pela prática da depreciação, fazer rir. Mais do que isso, angaria-se a atenção do auditório. Nesse sentido, Saravá e Salimena, oradores do texto em análise, valem-se, de forma bastante habilidosa, não só da seleção lexical, mas também de certos argumentos e determinadas figuras retóricas para construir imagens negativas da revista *MAD*, tornando-a objeto do riso e de atenção.

Essas imagens constituem provas para convencer o auditório, dissimuladamente, de que a *MAD* não tem valor. Dado que só pode ser compreendido levando-se em conta o contexto retórico em que são produzidas: um texto de humor que consta de uma revista também humorística e que, portanto, dirige-se a um auditório particular.

Vejam-se, abaixo, as imagens depreendidas:

a) **insignificante**

(02) Se o sonho de seu pai é ter um filho porteiro, ler a *MAD* não vai atrapalhar. (motivo 33)

O exemplo acima edifica a imagem de medíocre da *MAD*. Se pelo conhecimento compartilhado sabe-se que determinadas profissões não exigem estudo ou especialização para serem executadas, como é caso do porteiro, é pelo argumento pragmático e ironia que os oradores buscam provar que a revista não agrega qualquer tipo de conhecimento ao seu leitor. O argumento pragmático permite apreciar um ato pelas suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. No caso, ler a *MAD* não leva a uma profissão de prestígio. A ironia ácida pode ser depreendida no enunciado “se o sonho de seu pai é ter um filho porteiro”, uma vez que nenhum pai tem o sonho de que seu filho seja porteiro.

b) **desvalorizada**

(03)



Figura 2. Motivo para ler a *MAD* n. 48

Nesse microtexto é possível depreender a imagem de que a *MAD* não tem valor, já que a coleção completa, desde os anos 70, vale apenas um “cafezinho”, ou seja, quase nada. Para construir tal imagem, os oradores lançam mão da ironia, figura pela qual se zomba “dizendo o contrário do que se quer dar a entender” (REBOUL, 2004, p. 132). A ironia pode ser vista na legenda (enunciado acima do quadrinho): “**Leia e guarde**. Daqui a alguns anos, sua coleção vai valer uma **fortuna!**” O recurso à ênfase (uso do negrito em “leia e guarde” e “fortuna”) e o apelo emocional que emana do *logos* pela exclamação (“uma fortuna!”) sugerem o oposto, o qual se confirma nas falas dos personagens comprador (“Troco por um cafezinho”) e vendedor (“Uau, se dei bem!”).

c) **descartável**

(04) Pra guerra de **aviãozinho**, não se desperdiça revista boa como a **Mérriclé**. (motivo 42)

A imagem de que a *MAD* é algo ruim (inútil, descartável), vista no exemplo acima, é construída especialmente a partir do argumento pela comparação, no qual se “cotejam objetos para analisá-los um em relação ao outro” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 274). Nesse caso, são colocadas em oposição (por meio do conectivo “como”) realidades do mesmo gênero, a saber, o periódico e sua caracterização. Esses podem ser, respectivamente, observados no confronto entre “Marie Claire” x “*MAD*”, “boa” x “ruim” e “não pode ser desperdiçada” x “pode ser desperdiçada”.

O rebaixamento da *MAD* também pode ser observado considerando-se a função que lhe é atribuída: servir de papel de aviãozinho pra guerra. Pelo conhecimento prévio, sabe-se que, para fazer aviãozinho com algum papel, este não deve ter utilidade.

d) **sem graça**

(05) Dá pra ler na **biblioteca**, no **hospital** ou na **igreja**. Como as piadas são **ruins**, não tem perigo de você **gargalhar**. (motivo 36)

A ideia de sem graça, explicitada no motivo 36, não só reforça a construção de uma imagem negativa como também contradiz o propósito da *MAD*: uma revista humorística. Ao se utilizarem do recurso à ênfase (negrito), ilustrando os lugares que, pelo nosso conhecimento prévio, não são adequados para se gargalhar (“biblioteca”, “hospital” e igreja”), os oradores provam, pela contradição (já que se trata de uma revista de humor), que *MAD* não é engraçada, porque tem piadas ruins.

e) **desinteressante**

(06) (Ler revistas em **papel** na era dos **blogs** e **ipads** mostra que você é **roots**.) Ou sua **conexão** é uma **merda**. (motivos 25, 26, 27 e 28)

A construção da imagem de uma revista desinteressante (detestável) pode ser depreendida quando os oradores explicitam que um dos motivos para se ler a *MAD* é o fato de a “conexão” da internet do leitor ser uma “merda”. Logo, lê-se a *MAD* pela falta de opção de se ter algo mais interessante a fazer (como navegar na internet). A depreciação da revista deve-se também, nesse caso, ao uso de uma linguagem impolida, que pode ser vista pelas escolhas lexicais “roots” (careta) e “merda”. O humor nasce da ultracoloquialidade, de um jargão peculiar que compreende o baixo calão, formas toscas, gírias.

f) **mentecapta**

(07) Nenhuma outra publicação no mundo fala de igual para igual com os **mentecaptos**. (motivo 2)

O motivo acima identifica, por meio de uma comparação satírica, a *MAD*, o auditório particular e até mesmo os oradores como insanos, loucos, alienados. A insanidade vem ressaltada pelo recurso à ênfase, uma vez que “mentecapto” apresenta-se negrito, e pela figura retórica hipérbole, visto que os oradores afirmam “nenhuma publicação no mundo”. Além disso, é preciso salientar a escolha lexical, nada polida, para rotular a revista: “mentecapta”.

Além dos mecanismos mobilizados para a construção de imagens negativas da *MAD* – como é o caso da seleção lexical, do recurso à ênfase, dos argumentos pragmático, antimodelo e comparação e das figuras retóricas ironia e hipérbole – há outras estratégias argumentativas que buscam levar o auditório a (não) ler a revista. Dentre elas, destacam-se como mais recorrentes os seguintes argumentos: ridículo, sacrifício e autoridade. É o que pode ser conferido nos exemplos abaixo:

(08) Em **60 anos** de publicação, nenhum leitor morreu de **peste bubônica**. (motivo 3)

(09) **NÃO CONTÉM GORDURA TRANS!** (motivo 5)

Considerando-se que o argumento do ridículo, nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), desempenha na argumentação um papel análogo ao do absurdo na demonstração, os motivos 3 e 5 (exemplos 08 e 09) para se ler a *MAD* refletem exatamente isso, uma vez que “não transmitir peste bubônica” (08) e “não conter gordura trans” (09) não condizem com “ações” produzidas por uma revista. O raciocínio pelo ridículo, como se verifica, começa supondo-se verdadeira uma proposição que, na verdade, se opõe à lógica.

(10) **Because yes** (aaah, em **inglês** o argumento fica **irrefutável**, não?). (motivo 38)

Sabemos, pelo conhecimento prévio, que o uso do inglês e não de outra língua é um indicador de prestígio em função de abrangência mundial desse idioma. Nesse sentido, o argumento baseado na estrutura do real mobilizado na construção do motivo de número 38 (“because yes”) para persuadir os leitores a lerem a *MAD* é de autoridade, o qual se condiciona, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), pelo prestígio.

(11) **Caridade**. Se ninguém ler essa droga, os redatores vão **morrer de fome**. Eles não seriam contratados em **nenhum** outro lugar. (motivo 50)

(12) Você **valoriza o quadrinho brasileiro** (tá, sabemos que esse argumento não convence ninguém, mas a gente tá **desesperado!**) (motivo 47)

Tanto o motivo 50 quanto o 47 consistem em apelos à piedade ou compaixão, já que os oradores atacam mais os aspectos afetivos da questão (“ler por caridade”, “ler para valorizar o quadrinho brasileiro”) e não a questão em si. Além disso, esses exemplos valem-se da argumentação pelo sacrifício, que consiste em “estabelecer o valor de uma coisa – ou de uma causa – pelos sacrifícios que são feitos por ela” (REBOUL, 2004 p. 184). Nos dois casos, ler a *MAD* é posto como um sacrifício para o leitor.

Com base na análise do *logos*, fica claro que os oradores mobilizam determinadas estratégias linguísticas (argumentos, figuras e escolhas lexicais) e recursos não linguísticos

(imagens, destaques) para provocar efeito de saliência e mover o auditório. Sabe-se, entretanto, que, para obter sucesso no processo de argumentação, os oradores também evocam o *ethos* e incitam o *pathos*.

No que tange ao *ethos*, considera-se, juntamente com Amossy (2005), que o orador não precisa fazer seu autorretrato, detalhar suas qualidades nem falar explicitamente de si para desvelar seu *ethos* (imagens de si), basta que ele tome a palavra. Nesse sentido, a forma como Saravá e Salimena se referem à *MAD*, construindo para ela imagens negativas, bem como o estilo peculiar que apresentam (escrachado e incisivo), são suficientes para construir uma representação de si. Das características apreendidas a partir da linguagem verbal escrita e da linguagem não verbal que compõem o texto humorístico analisado, emanam modos de ser dos oradores (*ethé*). Estes se constroem como articulados, sarcásticos (em alguns momentos até perversos) e extremamente irônicos e inteligentes.

Considerando-se, ainda, que o orador adapta seu discurso ao *habitus* de seu auditório, isto é, adapta a apresentação de si aos “esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo” (AMOSSY, 2005, p. 126), Saravá e Salimena buscam criar uma identidade com seu auditório particular (os leitores da *MAD*, de quem demonstram ter profundo conhecimento), angariando sua cumplicidade. Assim, ao construírem-se, pelo veio do humor, como articulados, sarcásticos e irônicos, os autores oradores solicitam um leitor também articulado, irônico e inteligente.

Como, no entanto, trata-se de um texto humorístico, cuja técnica principal usada em sua produção é a depreciação, Saravá e Salimena fazem questão de retratar explicitamente seu auditório, desvelando para ele diferentes *ethé*, que, na maioria, são negativos. Em síntese, observa-se que o leitor da *MAD* é construído como:

a) **infantil**

(13) Você vai parecer muito **adulto** pra sua idade. A não ser que já tenha **7 anos**. (motivo 7)

b) **insociável**

(14) Se você acha que manter relações sociais gasta muito tempo, leia a **MAD** em um espaço público. (motivo 6)

d) **analfabeto**

(15) Você pode fingir que sabe **ler** (menos para quem te pegar com a revista). (motivo 15)

e) **sem ambição profissional**

(16) Se o sonho de seu pai é ter um filho porteiro, ler a **MAD** não vai atrapalhar. (motivo 33)

f) insano

(17)



Figura 3. Motivo para ler a *MAD* n. 39

e) com baixo QI

(18)

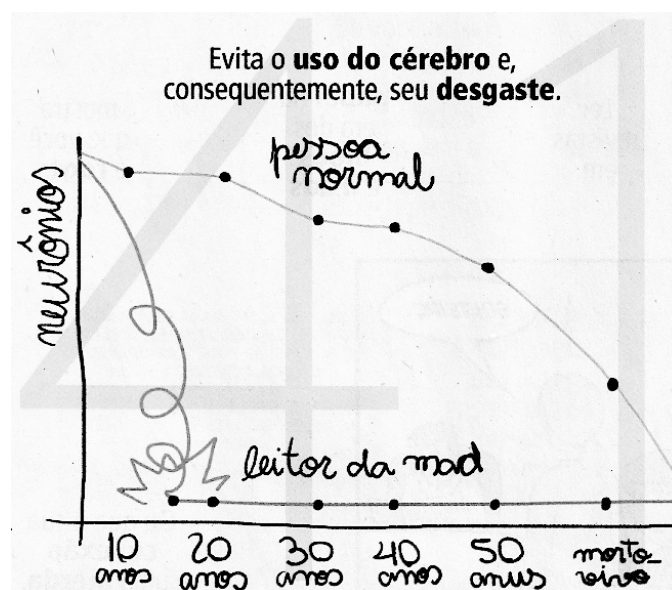


Figura 4. Motivo para ler a *MAD* n. 41

f) sem coordenação motora

(19)



Figura 5. Motivo para ler a *MAD* n. 41

Os diversos *ethé* dos oradores e do auditório desnudados nos vários “motivos para se ler a *MAD*” estão imbricados, como se pode conferir, com o *logos*. É por meio do *logos* que os oradores encontram os recursos necessários (argumentos, figuras, seleção lexical) para determinar a depreciação. É no *logos* também que se desvendam os efeitos patêmicos.

O *pathos*, como já foi dito, é aspecto retórico centrado nas paixões e nas crenças que suscitam a emotividade do auditório, ao qual o orador apela no momento da elaboração discursiva. No texto em análise, as paixões cultivadas pelos oradores – ousadia, dissimulação e acidez – funcionam como carga emotiva que subjaz ao argumento para atrair o interesse do auditório e provocar riso.

Diante do exposto, a análise do texto “50 motivos para ler a *MAD*” permite que se pondere o seguinte: sendo a depreciação um artifício retórico de produção de discurso humorístico, ela nada mais é do que uma depreciação irônica, ou seja, realiza (pura e simplesmente) a inversão de sentidos. Ao aludir à revista e a seu auditório, rebaixando-os, os oradores buscam, na verdade, ressaltar suas qualidades. A ironia, portanto, denuncia a falsa depreciação em nome de uma valoração.

Nesse sentido, o ato de promover a revista é feito com seriedade bem-humorada – trata-se de cinquenta edições da revista publicada pela Panini no Brasil –, no entanto o modo discursivo é inspirado em Quintiliano: “Todo o sal de uma palavra está na apresentação das coisas de uma maneira contrária à lógica e à verdade” (1920 apud ALBERTI, 1999, p. 66).

Assim, entre a irreverência, o jocosos e o cínico, Saravá e Salimena provocam um misto de incredulidade pela conquista das cinquenta edições da revista, revelando mordacidade ao diminuírem a revista e a condição intelectual do auditório.

Considerações finais

A partir do exposto, verifica-se que os autores oradores do texto “50 motivos para ler a *MAD*” (ago. 2012, p. 10-13) utilizam-se de vários recursos linguístico-discursivos para depreciar da *MAD* a fim de obter persuasão: angariar a atenção e despertar o riso do auditório. Desse modo, à primeira vista, tem-se a impressão de que os 50 motivos são mais para não se ler a *MAD*.

No entanto, como tudo se constrói numa simulação, a depreciação da *MAD* funciona como uma estratégia argumentativa de produção do discurso humorístico, o aviltamento na caracterização da *MAD* e as imagens negativas edificadas explicitamente – seja da revista, seja do leitor – consistem em ornamento, dissimulando, pelo parecer ser, o que de fato a *MAD* é (quer ser) e qual a condição intelectual de seu leitor.

Desse modo, a figura retórica que ganha destaque em todas as formas de depreciação mobilizadas é a ironia: desqualifica-se para sugerir o contrário. A tentativa de gerar o riso, que também está no implícito, revela imagens opostas a insignificante, desvalorizada, descartável, sem graça, desinteressante e mentecapta.

Tal procedimento só pode ser compreendido quando se leva em conta o fato de que se está diante de um discurso humorístico, a partir do qual é possível dizer certas coisas e proceder de certa forma que fora dele seria impraticável.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.
- ALBERTI, V. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/FGV, 1999.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de J. Voilquin e J. Capelle. Paris: Garnier, 1944.
- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.
- FICARRA, J. *Totally MAD: 60 years of humor, satire, stupidity and stupidity*. New York: Time Home Entertainment, 2012.
- MEYER, M. *A retórica*. Revisão de Lineide Salvador Mosca e Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-YTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- QUINTILIANO. *Institutio oratória*. 4. v. London: Paul Shorey, 1920.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARAVÁ, M.; SALIMENA, R. 50 motivos para ler a MAD. *MAD*, São Paulo, n. 50, p. 10-13, ago. 2012.

SKINNER, Q. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

Controvérsias científicas: um estudo de caso envolvendo Hauser, Chomsky e Fitch

(Scientific controversies: a case involving Hauser, Chomsky and Fitch)

Fabio Mesquita

Programa de Pós-graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

fabio_mesq@yahoo.com.br

Abstract: Scientific controversy, which appears as frequently as ideas themselves, are not always welcome by everybody, but they can contribute significantly to the advance of human knowledge. Philosopher Marcelo Dascal proposes an interesting generalization for controversies, claiming that they bring cognitive profit and make science advance. Although I believe in this, I attempt to show that a specific controversy about evolution of language between two groups of influential scientists does not actually satisfy some conditions which Dascal describes as epistemic gain, because the authors neither make a great effort to clarify their divergent opinions, nor move toward conciliation.

Keywords: Controversy; epistemology; origin of language; evolution of language.

Resumo: As controvérsias científicas, frequentes como as próprias ideias, nem sempre são bem vistas pelos estudiosos, mas podem contribuir significativamente para o avanço do conhecimento humano. O filósofo Marcelo Dascal propõe uma generalização interessante para as controvérsias, alegando que elas trazem possíveis lucros cognitivos e fazem a ciência avançar. Embora eu acredite nesta visão, procuro mostrar que uma controvérsia específica envolvendo a evolução da linguagem entre dois grupos influentes de estudiosos acaba não satisfazendo totalmente as condições de ganhos epistêmicos da maneira descrita por Dascal, pois os autores não se esforçam no sentido de clarificar as divergências, nem tendem a conciliar suas posições.

Palavras-chave: Controvérsia; epistemologia; origem da linguagem; evolução da linguagem.

Introdução

O surgimento de *polêmicas* é parte intrínseca do fazer científico. Elas estão presentes nos textos, nos debates, nas aulas das universidades, e refletem o caráter dialético da ciência. Alguns cientistas e filósofos acreditam que as polêmicas sejam benéficas – Karl Popper defendia que a crítica é essencial para o progresso científico.¹ Outros consideram as polêmicas inadequadas, e chegam mesmo a censurá-las, como fez Immanuel Kant em relação às disputas em torno da metafísica.² Como se pode notar, até mesmo a importância das polêmicas pode ser alvo de polêmica entre os autores.

O filósofo Marcelo Dascal argumenta que o valor das polêmicas científicas como ferramenta indispensável para a construção do saber é frequentemente ignorado:

1 “Without contradictions, without criticism, there would be no rational motive for changing our theories: there would be no intellectual progress.” (POPPER, 1962, p. 316)

2 “... a controvérsia, para Kant, não tem nem pode ter uma função constitutiva no progresso do conhecimento” (DASCAL, 1994, p. 90).

Enquanto alguns, inspirados por uma visão normativa do que deve ser a ciência, franzem o cenho diante dessa proliferação das polêmicas, que, segundo eles, para nada serve e só prejudica a atividade científica e a reputação dos cientistas, eu acredito que se trata de um fenômeno não só característico da ciência como fato social, mas também essencial para compreender o progresso do saber. (DASCAL, 2005, p. 18)

O autor resgata uma análise classificatória popularmente adotada em estudos epistemológicos, que divide as polêmicas entre *disputas* e *discussões*. As disputas teriam como objetivo a superação do adversário, e os argumentos usados poderiam se estender a um nível pessoal. Dessa forma, elas convergiriam a um impasse entre posições irreconciliáveis. Já as discussões seriam baseadas na busca de uma “verdade” alheia aos contendores, versariam sobre conteúdo, e poderiam ser resolvidas com alguma mudança de posição das partes envolvidas (DASCAL, 2005, p. 20).

Essa polarização, alega o autor, é claramente idealista, no sentido de que ela pode ser útil para visualizarmos os extremos de uma escala entre os quais as polêmicas reais estariam inseridas. No mundo da atividade científica cotidiana, nenhuma contenda poderia realmente ser descrita em termos tão absolutos de forma que se encaixasse perfeitamente nos moldes de uma disputa ou uma discussão. Frequentemente, as polêmicas oscilam entre esses polos, ora versando sobre conteúdo epistêmico, de forma que se obtenha um ganho real de conhecimento sobre o problema, ora apresentando tentativas retóricas de desqualificação do adversário e até ataques pessoais.

Diante dessa dicotomia absolutista, portanto, Dascal propõe uma tipologia que prevê um terceiro tipo de polêmica, a *controvérsia*, que teria características também idealizadas, porém menos extremadas:

Características das Controvérsias

Objetivo: persuasão

Extensão: começa com uma questão bem definida e rapidamente se expande horizontal e verticalmente

Procedimento: cada suposição e procedimento podem ser questionados

Lance preferido: argumento

Encerramento ideal: resolução

Possíveis lucros cognitivos: **clarificação da divergência, conciliação dos opostos, emergência de ideias inovadoras.** (DASCAL, 2005, p. 22; grifo nosso)

No presente trabalho, pretendemos avaliar apenas a última característica proposta por Dascal para as controvérsias, ou seja, aquilo que ele chama de *possíveis lucros cognitivos* (*clarificação da divergência, conciliação dos opostos, emergência de ideias inovadoras*). É esse aspecto que está diretamente relacionado aos possíveis benefícios que a controvérsia traria ao conhecimento humano. A divergência, por exemplo, pode ter origem em algum mal-entendido, e, ao ser clarificada, poderia levar ao esclarecimento dos motivos que geraram a diferença de entendimento do problema por parte dos antagonistas. Em alguns casos, esse esclarecimento pode até resultar em uma resolução conciliatória da polêmica.

O objetivo principal do presente trabalho é verificar se as três formas de lucros cognitivos apontadas por Dascal são satisfeitas quando analisamos uma controvérsia específica envolvendo o assunto da origem e evolução da linguagem. Mas, antes, faremos uma

distinção importante: aquela entre *autores* e *expectadores* da controvérsia. Os primeiros seriam os participantes ativos, aqueles que apresentam os argumentos e os contra-argumentos do debate. Os segundos seriam os ouvintes, leitores e comentadores do debate (o equivalente aos auditórios descritos pelos estudos de retórica da antiguidade clássica).

A estratégia escolhida aqui será de adotar o recorte mais fácil: vamos avaliar uma controvérsia específica entre dois grupos de cientistas avaliando principalmente o posicionamento dos *autores*. Essa escolha, em oposição ao ponto de vista dos expectadores, é baseada principalmente na maior facilidade em coletar as opiniões: elas estão expressas, em grau mais ou menos explícito, nos textos escritos por eles.

Esperamos mostrar com esta análise que os ganhos experimentados pelos autores são poucos em comparação com a expectativa gerada pela definição de controvérsia de Dascal. Portanto, a distinção proposta por nós poderia auxiliar na delimitação do conceito de controvérsia proposta pelo autor, ou pelo menos mostrar que ela é apenas uma idealização.

Basicamente, precisamos avaliar se uma controvérsia específica traz benefícios para os autores tentando responder às seguintes perguntas associadas à caracterização já citada:

- i) As divergências são clarificadas?
- ii) Há a conciliação dos opostos?
- iii) Ideias inovadoras emergem do debate?

De acordo com nossa hipótese inicial, as respostas devem tender a ser menos positivas do que o esperado.

Uma controvérsia iniciada por Hauser, Chomsky e Fitch

O tema de origem e evolução da linguagem ganhou corpo nas últimas duas décadas, depois de um longo período de “estiagem” que se seguiu ao banimento de artigos sobre o assunto pela Sociedade de Linguística de Paris, em 1866. Esta escassez de estudos contribuiu para associar o tema a uma espécie de tabu que perdurou por quase todo o século XX na comunidade científica ocidental.

A controvérsia que será aqui tratada faz parte deste renascimento moderno do tema, e envolve os seguintes contendores:

- de um lado, o linguista Noam Chomsky e os biólogos evolucionistas Marc Hauser e W. Tecumseh Fitch
- de outro, o psicólogo evolucionista Steven Pinker e o linguista Ray Jackendoff.

Serão analisados quatro textos publicados entre 2002 e 2005, sendo que o primeiro gerou uma série de três réplicas que acabaram por construir um “diálogo escrito” entre os dois grupos, caracterizando assim um típico exemplo de controvérsia nos moldes daqueles descritos por Dascal. Os textos são:

- (01) *The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve* (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002);
- (02) *The faculty of language: what's special about it?* (PINKER; JACKENDOFF, 2004);
- (03) *The evolution of the language faculty: clarifications and implications* (FITCH; HAUSER; CHOMSKY, 2005);
- (04) *The nature of the language faculty and its implications for evolution of language (Reply to Fitch, Hauser, and Chomsky)* (JACKENDOFF; PINKER, 2005).

Para facilitar, esses textos serão aqui apelidados de texto 1, 2, 3 e 4. Quando nos referirmos aos autores em cada um dos textos usaremos as iniciais HCF, PJ, FHC e JP, respectivamente.

A extensão dos tópicos abordados ao longo desses textos é vasta: a evolução da faculdade de linguagem é um campo interdisciplinar que avançou consideravelmente nos últimos anos e atrai linguistas, biólogos evolucionistas, psicólogos, cientistas cognitivos, entre muitos outros tipos de pesquisadores. Devido à pouca idade do debate moderno e quase ausência de evidência empírica paleontológica (os fósseis são pouco conclusivos), a discussão ainda se baseia em forte especulação teórica, assim como em comparações com estudos de outras áreas, como a etologia e a biologia evolutiva comparada.

Para nosso propósito imediato, devemos nos focar em apenas um ponto do debate, que parece ser o mais relevante por ter sido mais discutido ao longo dos textos, e por ter implicações mais fortes sobre os outros pontos: a distinção proposta no texto 1 entre Faculdade Ampla de Linguagem (*Faculty of language in the broad sense*, ou *FLB*) e Faculdade Específica de Linguagem (*Faculty of Language in the narrow sense*, ou *FLN*), e a consequente escolha de uma hipótese de trabalho adequada à realização de experimentos de biologia evolutiva comparada, modelos computacionais de evolução, estudos de ciência cognitiva, etc.

Essa questão, como veremos, está intimamente ligada à visão evolutiva dos autores, e deve auxiliar em nosso propósito de identificar a *posição* dos contendores, assim como avaliar se a controvérsia trouxe realmente *ganhos epistêmicos*, como prevê a definição de Dascal.

A grande controvérsia: evolução da linguagem

A questão evolutiva exposta nesses textos já preocupava cientistas cognitivos desde a década de 1970, quando, durante o famoso debate entre Noam Chomsky e Jean Piaget, o linguista americano já mostrava seu ceticismo quanto à viabilidade de uma teoria verdadeiramente científica sobre a origem e a evolução da linguagem humana no estágio atual do conhecimento humano, já que não havia nem mesmo uma boa explicação sobre a evolução de órgãos bem delimitados, quanto mais a faculdade cognitiva associada a eles:

Although it is quite true that we have no idea how or why random mutations have endowed humans with the specific capacity to learn a human language, it is also true that we have no better idea how or why random mutations have led to the development of the particular structures of the mammalian eye or the cerebral cortex. We do not therefore conclude that the basic nature of these structures in the mature individual is determined through interaction with the environment ... (CHOMSKY, 1980, p. 36)

Chomsky defende há tempos que a capacidade humana para desenvolver linguagem deve ser estudada da mesma maneira que outros domínios cognitivos, ou seja, através do estudo da estrutura dos órgãos associados a elas, como o olho humano e o aparato cerebral responsável pela visão, por exemplo. No entanto, o autor não concede que essa estrutura possa ser definida em termos de sua história evolutiva, mas sim através de um modelo formal dessa capacidade sob a forma de regras e representações mentais. É importante notar que esse modelo pode variar em vários aspectos, mas sempre mantém seu caráter determinístico e sincrônico.

O ceticismo chomskyano quanto ao poder explicativo de qualquer teoria sobre a evolução da faculdade de linguagem pode ser associado, a meu ver, à sua visão normativa de ciência. Ele é adepto de uma abordagem científica “galileica”, ou seja, a natureza deve ser explicada em forma de princípios simples e poderosos, como as leis dos movimentos dos corpos, por exemplo. Paradoxalmente, a seleção natural é um desses princípios, mas, sendo apenas um dos muitos mecanismos responsáveis pela evolução não determinística e repleta de acidentes das estruturas biológicas, a seleção natural por si só se mostraria insuficiente para caracterizar o problema satisfatoriamente.

Em contrapartida, alguns autores se opõem a esse ceticismo quanto aos mecanismos evolutivos envolvidos na emergência da faculdade de linguagem:

Noam Chomsky, the world’s best-known linguist, and Stephen Jay Gould, the world’s best-known evolutionary theorist, have repeatedly suggested that language may not be the product of natural selection, but a side effect of other evolutionary forces such as an increase in overall brain size and constraints of as-yet unknown laws of structure and growth [...] In this paper we will examine this position in detail, and will come to a very different conclusion. We will argue that there is every reason to believe that language has been shaped by natural selection as it is understood within the orthodox “synthetic” or “neo-Darwinian” theory of evolution. (PINKER; BLOOM, 1990, p. 709)

De um lado, portanto, há aqueles, como Chomsky e o paleontólogo e biólogo evolucionista Stephen Jay Gould, que defendem a emergência de uma faculdade de linguagem de maneira súbita, ou seja, como um salto na evolução da espécie humana causada por algum “acidente evolutivo”, como o subproduto do aumento do tamanho do cérebro e sua capacidade computacional, por exemplo. Dessa maneira, a faculdade de linguagem em si não seria um produto completamente explicável em termos de seleção natural segundo a concepção ortodoxa sintética, ou neodarwinista.

Do outro lado estão aqueles, como os próprios Pinker e Bloom, e ainda Jackendoff, que alegam que uma capacidade complexa como a faculdade de linguagem e seus componentes não poderiam evoluir de outra forma senão através dos mecanismos tradicionais de seleção natural, de forma gradual, dado o grau de especialização que essa capacidade visivelmente atingiu. Segundo eles, sistemas biológicos com alto grau de complexidade e especialização não surgem na natureza de uma hora para outra.

Podemos chamar os primeiros de saltacionistas, e os últimos, gradualistas, para usar termos em voga nos estudos de evolução. É importante notar que os defensores da emergência súbita, nos poucos momentos em que atestam firmemente suas opiniões sobre as possíveis causas da emergência da faculdade de linguagem, geralmente não negam que muito provavelmente os sistemas adjacentes à linguagem (os sistemas conceitual-intencional

e sensorio-motor, nos termos da teoria gerativa) devem ser produto de uma longa história evolutiva.

No entanto, no que diz respeito ao componente computacional responsável pelo caráter gerativo da linguagem, os defensores da evolução por saltos sugerem que o processo deve ter ocorrido nos moldes da *exaptação* descritos por Gould: uma mutação aleatória pode acabar sendo responsável por alguma mudança de estrutura em um indivíduo (como um aparato neuronal capaz de gerar estruturas cognitivas recursivamente, por exemplo). Essa nova configuração genética seria rapidamente transmitida aos descendentes, talvez devido ao ganho adaptativo ou a algum outro motivo acidental, e então essa capacidade recursiva seria cooptada para outras funções cognitivas, como a linguagem.

A polêmica contrapondo essas duas concepções evolutivas antagônicas é significativa pelos seguintes motivos:

Em primeiro lugar, a origem da linguagem constitui um problema científico peculiarmente difícil: há pouquíssimos dados paleontológicos decisivos sobre o aparelho fonador, responsável pela fala, ou do cérebro, responsável pelas capacidades cognitivas associadas à linguagem. Fósseis de homínídeos são raros, resumem-se apenas a estruturas ósseas quase sempre fragmentadas e deixam margem a muitas interpretações.

Além disso, o método preferido dos pesquisadores da área ainda é o método comparativo, que analisa traços homólogos ou análogos entre espécies atuais para identificar possíveis evidências desses traços nos seus ancestrais evolutivos, ou em outras espécies concorrentes.³ A verificabilidade de qualquer teoria evolucionária sobre a linguagem humana, portanto, é dificultada sobremaneira pela escassez empírica.

Um exemplo: toda espécie animal possui algum sistema de comunicação, seja sob a forma de alertas contra predadores próximos, instruções para a localização de comida aos seus coespecíficos, sinais de acasalamento, etc. O problema é que nenhum desses sistemas se equivale nem de perto à linguagem humana tal qual a vemos hoje, com seu poder de expressividade, organização estrutural e grau de especialização.

From the standpoint of communication systems in the natural world, one of the most striking facts about human language is that its users can create and understand an unlimited number of utterances on an unlimited number of topics. This productivity is possible thanks to an important design feature of language: utterances are built by combining elements of a large but finite vocabulary into larger meaningful expressions. (JACKENDOFF, 2002, p. 38)

Ou seja, não há qualquer traço minimamente análogo ou homólogo à linguagem humana na natureza. Muitos experimentos são baseados em sistemas de comunicação animal tanto de parentes próximos dos humanos, como os gorilas, quanto de outros animais que parecem apresentar alguma característica análoga à linguagem.

Fitch (2006) mostra como o canto de pássaros e de outros animais pode ter paralelos evolutivos com a música humana, e talvez com a linguagem, mas esses estudos ainda se baseiam em aspectos muito genéricos da linguagem, como uma possível estrutura sintática

³ Traços homólogos ocorrem em espécies com ancestrais em comum, enquanto que traços análogos estão associados a uma função comum entre espécies de diferentes linhagens evolutivas, como é o caso dos morcegos e insetos, que apresentam asas, mas os históricos evolutivos dessa estrutura diferem radicalmente.

recursiva comum à música e à linguagem, por exemplo. Mas esse tipo de comparação dificilmente explicaria a existência de fenômenos peculiares na sintaxe da linguagem humana, como estruturas encaixadas, movimentos de constituintes, ilhas sintáticas, anáfora, etc.

Em segundo lugar, os estudos comparados envolvendo comunicação de humanos e animais carecem de delimitação adequada, segundo os próprios autores do primeiro texto de nossa controvérsia científica. A doutora Susan Savage-Rumbaugh, especialista em experimentos com bonobos, por exemplo, frequentemente declara que esses primatas possuem uma vasta compreensão da linguagem humana, inclusive em termos sintáticos (SAVAGE-RUMBAUGH et al., 1993, p. 41). Ela não hesita em afirmar que eles “possuem linguagem”.

Steven Pinker, por outro lado, refuta as afirmativas de estudiosos como ela, alegando que a linguagem humana “difere radicalmente da comunicação natural e artificial dos animais” (PINKER, 1994, p. 342). Para ele (e neste ponto, Chomsky o apoiaria), a linguagem dos humanos possui qualidades intrínsecas que não possuem paralelos nos sistemas de comunicação animal. Ela seria potencialmente infinita (permite combinações recursivas de meios finitos), digital (utiliza símbolos discretos) e composicional (o significado semântico de uma sentença, por exemplo, é função tanto da semântica das partes constitutivas quanto de sua sintaxe).

Com essas sérias divergências teóricas, o estudo de traços evolutivos relativos à linguagem ficaria seriamente comprometido, afirmam os críticos. Essas divergências foram uma das principais motivações da publicação do texto de Hauser, Chomsky e Fitch, segundo os próprios autores.

Um terceiro fator que justifica o tamanho da controvérsia é o compromisso que as partes quase sempre mantêm com sua própria teoria a respeito da linguagem. De maneira geral, linguistas envolvidos na disputa adotam posições evolutivas que não comprometam assunções básicas das teorias associadas a eles. Chomsky é um caso emblemático. Ele tem sistematicamente negado que se possa dizer de maneira razoavelmente plausível como o processo de seleção natural tenha moldado a linguagem, e associa o surgimento de uma faculdade de linguagem diferenciada dos sistemas de comunicações animais a uma acidental reorganização dos circuitos cerebrais que supostamente fez com que a capacidade de manipular símbolos pudesse ser feita recursivamente, ou seja, combinando símbolos em arranjos sintáticos de forma complexa e estruturada hierarquicamente.

Essa assunção teórica é, segundo Jackendoff, incompatível com uma explicação evolutiva gradualista:

The common view of Universal Grammar treats it as an undecomposable “grammar box”, no part of it would be of any use to any hominids without all the rest. The syntactocentric perspective in particular presents serious conceptual difficulties to an evolutionary story. Syntax is useless without phonology and semantics, since it generates structures that alone can play no role in communication or thought; so syntax could not have evolved first. But phonology and semantics could not have evolved first, because (in this architecture) they are simply passive handmaidens of syntax [nota omitida]. (JACKENDOFF, 2002, p. 233)

Chomsky, portanto, teria bons motivos para negar a origem da linguagem como adaptação evolutiva nos termos neodarwinianos. Sua visão de linguagem centralizada em sintaxe não encontra modelos possíveis de evolução via seleção natural, pois, como afirma Jackendoff, a sintaxe, como sistema primário, não poderia ter evoluído antes da

fonologia e da semântica, já que seria inútil a um primata hominídeo, e, ao mesmo tempo, a fonologia e semântica não poderiam ter evoluído primeiro, pois são vistos apenas como sistemas subservientes da sintaxe. Essa visão está em concordância com o argumento neodarwinista que assume que “nada surge evolutivamente sem um precedente” (JACKENDOFF; PINKER, 2005, p. 214).

Análise dos argumentos

Veremos agora como essas posições anteriores entremeiam a controvérsia dos quatro textos em questão, através do tópico escolhido, a distinção entre:

- Faculdade Ampla de Linguagem (Faculty of language in the broad sense, ou FLB)
- Faculdade Específica de Linguagem (Faculty of language in the narrow sense, ou FLN)

No primeiro texto, Hauser, Chomsky e Fitch propõem uma distinção que resolva um antigo conflito sobre o que chamamos de linguagem. Para eles, muito do que alguns estudiosos tratam como linguagem, na verdade, faria parte de um sistema maior, que envolve comunicação, sistemas conceituais e capacidades de fala, enquanto que, por outro lado, deve existir algo único em relação à linguagem humana. Essa seria a faculdade específica de linguagem, ou FLN.

The word “language” has highly divergent meanings in different contexts and disciplines. In informal usage, a language is understood as a culturally specific communication system (English, Navajo, etc.). In the varieties of modern linguistics that concern us here, the term “language” is used quite differently to refer to an internal component of the mind/brain (sometimes called “internal language” or “I-language”). (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1570)

FLN is the abstract linguistic computational system alone, independent of the other systems with which it interacts and interfaces. FLN is a component of FLB, and the mechanisms underlying it are some subset of those underlying FLB. (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1571)

A ideia principal do artigo é de propor um *framework* dotado de uma terminologia apropriada aos pesquisadores dessa área interdisciplinar, de maneira que as múltiplas interpretações em torno do termo linguagem sejam refinadas, e, assim, hipóteses fortes e testáveis possam ser formuladas sobre o tema.

Nesse subconjunto chamado FLN, então, os autores apresentam a proposta de que ele contenha uma única característica associada à linguagem humana, a *recursividade*, que, em termos gerais, é a capacidade computacional que permite a formação de estruturas complexas a partir de elementos simples e finitos, através de um processo que usa como *input* parte do *output* gerado por ele mesmo.⁴ Os autores têm o cuidado de definir que a

4 Essas definições de recursividade são suficientemente abstratas do ponto de vista computacional para que elas possam caracterizar o aspecto criativo da linguagem de forma generalizada. No entanto, ninguém ainda parece poder fornecer uma definição precisa de recursividade como propriedade intrínseca da linguagem: definir os tipos de procedimentos recursivos responsáveis por tornarem a linguagem infinitamente discreta é o objetivo principal das empreitadas gerativistas recentes, como o minimalismo.

assunção de que FLN se constitui unicamente de recursividade é apenas uma hipótese, e que o conteúdo de FLN ainda está por ser definido empiricamente, podendo inclusive ser nulo. Ou seja, pode ser que a recursividade não faça parte das propriedades exclusivas da linguagem, ou talvez nem das propriedades exclusivas humanas.

A intenção de HCF, portanto, é de apresentar um quadro teórico propício à formulação de hipóteses empiricamente testáveis, direcionadas a questionamentos do tipo: outros animais possuem capacidade recursiva? E quanto aos humanos, ela se apresenta em outros sistemas além da linguagem? Se ambas as respostas forem falsas, a FLN se caracterizaria como um conjunto vazio.

Em resposta a essa proposta, Pinker e Jackendoff (PJ), no texto 2, alegam que também são favoráveis a uma classificação entre o que seria especial e o que seria compartilhado com outros sistemas em relação à linguagem. Também concordam que recursividade é um componente distintivo da linguagem humana, o que permitiria a própria capacidade de geração de estruturas complexas apontadas acima por Jackendoff (2002). Porém argumentam que a escolha de se estabelecer FLN contendo apenas recursividade é inadequada por desconsiderar outros aspectos da linguagem que certamente seriam também específicos dela.

In this paper we analyze HCF's recursion-only hypothesis, and conclude that it is hard to sustain. We will show that there is considerably more of language that is special, though still, we think, a plausible product of the processes of evolution. (PINKER; JACKENDOFF, 2004, p. 204)

Os autores procedem então com a argumentação de que essa noção descrita como *considerably more of language* poderia incluir também percepção da fala, produção de fala, fonologia, léxico, morfologia, sintaxe das línguas naturais, etc. Todos esses aspectos são discutidos pontualmente ao longo do texto, sendo apontados como também exclusivos da linguagem humana, o que consequentemente desqualificaria a *recursion-only hypothesis* de HCF.

PJ mostram que, por exemplo, a produção de fala dos humanos é visivelmente mais complexa que a de outros primatas, o que se daria devido a uma especialização do trato vocal humano.

Eles criticam dois argumentos que tentariam descaracterizar os aspectos de articulação da fala como adaptação evolutiva: em primeiro lugar, HCF alegam que algumas espécies de pássaros e primatas também são capazes de produzir formantes (características particulares de sons que permitem a sua compreensibilidade) graças à manipulação do trato vocal supralaríngeo, e o segundo, que a laringe rebaixada humana, tradicionalmente associada à fala e a linguagem, também seria encontrada em outras espécies de mamíferos. Assim, HCF colocam a capacidade de imitação vocal (*capacity for vocal imitation*) como característica compartilhada entre espécies, afirmação que é contestada frontalmente por PJ:

To reconcile the recursion-only hypothesis with the fact that vocal learning and imitation are distinctively human (among primates), HCF refer to a “capacity for vocal imitation” and assign it to the “broad language faculty” which subsumes non-language-specific abilities. But this is questionable. Humans are not notably talented at vocal imitation in general, only at imitating speech sounds (and perhaps melodies). (PINKER; JACKENDOFF, 2004, p. 209)

O argumento principal de PJ é que humanos são talentosos para imitar apenas sons da fala, principalmente associados à sua língua nativa. Essa seria uma evidência de que a produção de fala humana se dá especificamente para fins de linguagem, o que não a caracterizaria como parte de FLB, mas sim de FLN.

No terceiro texto – a tréplica – os autores (FHC) refutam os argumentos de PJ, alegando que eles “confundiram” a distinção proposta entre FLB e FLN:

One main thrust of PJ’s critique results from their blurring the distinction we drew between broad and narrow interpretations of the term “faculty of language”. Although PJ endorse this distinction, many of their arguments appear to result directly from a failure to make it themselves, or to perceive where we were making it. We thus start by clarifying this distinction, and its importance. (FITCH; HAUSER; CHOMSKY, 2005, p. 180)

FHC então procedem para reiterar que a produção da fala deveria pertencer a FLB, tentando desqualificar o argumento de PJ de duas maneiras:

1. Mostrando que a capacidade de imitação vocal está presente em outros animais como os pássaros, o que pode ser uma evidência de que ela é um traço que se desenvolveu por convergência evolutiva em diferentes espécies, ou seja, de maneira independente de suas linhagens. Isso manteria o *status* dessa capacidade de não ser exclusivamente humana.
2. Afirmando que a imitação vocal em humanos não seria exclusivamente associada à linguagem, já que ela estaria presente na capacidade de imitar sons da música, e que, provavelmente, os mecanismos cognitivos envolvidos em música e linguagem sejam distintos. Além disso, crianças são capazes de imitar sons de animais com facilidade.

Além disso, FHC ainda refutam a hipótese de que a laringe rebaixada dos humanos seja uma característica intrinsecamente ligada à linguagem, e o fazem novamente usando dois argumentos principais:

1. Estudos recentes mostram que outros animais desprovidos de fala também possuem laringe rebaixada.
2. O rebaixamento da laringe durante a puberdade em humanos pode ter funções similares à de veados e leões, que é de fazer com que o animal pareça ter uma voz mais grave, e, conseqüentemente, um tamanho maior perante os outros.

Com esses argumentos, FHC rebatem as críticas do segundo texto, sempre defendendo a hipótese de que seria apenas a recursividade a propriedade exclusivamente humana e própria da linguagem.

Vejamos outro exemplo: o argumento de PJ de que a capacidade humana de *adquirir palavras* é essencialmente atrelada à linguagem. Eles expõem uma série de propriedades da aquisição do léxico que se caracterizariam unicamente humanas; entre elas, o vasto número de itens lexicais adquiridos por humanos em comparação com qualquer primata altamente treinado (cerca de 100 vezes mais), a facilidade com que esses itens são adquiridos, manipulados e associados a conceitos por crianças, e a semelhança que essa habilidade apresenta com a capacidade sintática humana, decorrente do próprio mecanismo computacional recursivo postulado por HCF.

Além disso, PJ mencionam a observação de que a taxa de aquisição de palavras por crianças é tão expressiva que sugere que essa capacidade seja fruto de um mecanismo evoluído de maneira independente. Essas afirmações seriam justamente outra evidência de que o armazenamento de um léxico na mente é uma propriedade exclusivamente humana.

Sobre esse item, no terceiro texto, FHC novamente acusam PJ de não observarem adequadamente a fronteira entre faculdades ampla e específica de linguagem. Eles afirmam que atribuíram inicialmente a capacidade de aquisição de palavras à FLB, alegando que muitas outras características exclusivas humanas também evoluíram como um mecanismo independente, como o bipedalismo e a pele desprovida de pelos, por exemplo, que estariam desconectados da linguagem. Apesar de reconhecerem que o mecanismo de aprendizado de palavras tem características intrínsecas à linguagem, ele deve ser baseado no compar-tilhamento de outros mecanismos associados a outros sistemas.

There is no contradiction between our hypothesis that the mechanisms underlying word learning, although based on some shared mechanisms and thus part of FLB, have been hypertrophied, streamlined or otherwise specialized to this task in our recent evolutionary history. Nor does this contradict our hypothesis that FLN is limited to the core computational capacities of recursion and mappings to the interfaces. (FITCH; HAUSER; CHOMSKY, 2005, p. 202)

Novamente, FHC não retrocedem na delimitação de FLN, defendendo que as características de alguns elementos tradicionalmente associados à linguagem como a aquisição de palavras não são incompatíveis com a hipótese de que somente o componente recursivo seja a única característica exclusivamente humana.

Os conceitos apresentados (produção da fala e aquisição de palavras), no entanto, mostram que há um sério problema de interpretação das propriedades exclusivamente humano e exclusivo da linguagem ocorrendo por parte dos grupos adversários. Eles inexoravelmente atribuem essas propriedades aos mesmos conceitos de maneiras opostas: enquanto FHC, mantendo a posição mostrada no primeiro texto, afirmam que a produção de fala, o léxico e todos os outros itens apontados por PJ, exceto o componente recursivo, devem ser parte apenas de FLB, estes últimos alegam que eles devem ser considerados parte de FLN.

No último texto (4), Jackendoff e Pinker (JP) apresentam uma tentativa de desfazer o mal-entendido, mostrando que as interpretações de tais propriedades podem ser ambíguas: de um lado, há uma interpretação em termos absolutos, ou seja, do tipo tudo ou nada, e outra em termos relativos. Por exemplo, de maneira absoluta, a noção de *ritmo* poderia pertencer exclusivamente ao domínio da música, e assim não haveria nenhum outro traço de ritmo em sistemas como a linguagem, ou, de maneira relativa, ritmo pode pertencer à música e também pode ter propriedades específicas associadas a outros sistemas como a dança e a linguagem. JP alegam que FHC se atêm recorrentemente à interpretação em termos absolutos, enquanto que eles mesmos adotam a posição relativizada.

[...] the claim that a trait is “unique to language” or “unique to humans” can be interpreted in two ways. It can be interpreted in absolute, categorical, all-or-none terms: a “unique” trait is *sui generis*, with nothing remotely similar in the rest of the mind or the rest of the animal kingdom, and appearing out of the blue in the course of evolution. Or the claim can be interpreted in graded terms: that the trait has been modified in the course of human evolution

to such a degree that it is different in significant aspects from its evolutionary precursors (presumably as a result of adaptation to a new function that the trait was selected to serve), though not necessarily different in every respect. (JACKENDOFF; PINKER, 2005, p. 214)

JP argumentam que essa posição relativizada permite um melhor entendimento das questões de evolução da linguagem, pois assim pode-se assumir que as características exclusivamente humanas da linguagem evoluíram a partir de sistemas precursores, através de modificações, expansões e interconexões com outros sistemas.

Apesar dessa tentativa de conciliação do tipo “você entenderam dessa forma e nós daquela”, JP mantêm basicamente todas as assunções sobre a distinção FLN/FLB presentes no texto 2, ainda que evitem discutir pontualmente todos os tópicos levantados. Alguns pontos rebatidos no texto 3 foram rediscutidos, mas em nenhum momento eles concedem a respeito da ideia de que a *recursion-only hypothesis* seja produtiva para o propósito que seus autores conceberam, ou que características como produção da fala ou léxico não sejam exclusivos da linguagem humana.

Com os dados apresentados até aqui, chegamos ao momento de tentar responder às questões propostas inicialmente sobre os possíveis ganhos cognitivos da controvérsia mostrada nos quatro textos analisados.

Ganhos epistêmicos?

Retomando o propósito inicial, que era de avaliar a definição de ganhos cognitivos a partir das controvérsias segundo Dascal, vimos que muitas divergências permearam os quatro textos, mas podemos nos ater a elas como exemplos que representam a postura geral dos autores. Respondendo, portanto, às perguntas:

- i) As divergências foram clarificadas?

Como vimos, os argumentos sobre questões como “o que é linguagem”, “o que é exclusivamente humano”, etc. sempre foram embasados por macroperspectivas antagônicas que, em última análise, refletem um compromisso com as teorias linguísticas defendidas pelos autores, e, quanto a essa posição, houve apenas uma repetição das posições adotadas nos primeiros textos.

Talvez a questão acima faça mais sentido se pensarmos em termos dos pontos que foram acusados de serem obscuros ou mal interpretados. Há dois momentos marcantes em que isso é apontado: no texto 3, FHC acusam PJ de “borrarem” a distinção FLN/FLB; e, no texto 4, JP alegam que a hipótese inicial formulada no texto 1 é ambígua (JACKENDOFF; PINKER, 2005, p. 217).

Esses dois pontos foram abordados no texto 4, quando PJ relacionam o desen-tendimento em relação à distinção FLN/FLB à ambiguidade da hipótese inicial. Nesse momento, há uma tentativa de explicar o mal-entendido argumentando que as distinções poderiam tanto ser interpretadas de modo absoluto quanto de modo relativo, e que cada grupo adversário teria escolhido uma dessas alternativas.

Podemos concluir, portanto, que houve *alguma* clarificação das divergências graças ao andamento do debate, não no sentido de que os autores tenham justificado suas

posições ou concedido à crítica recebida, mas sim de que mal-entendidos foram mais bem explicados.

ii) Houve a conciliação dos opostos?

A posição dos autores de ambos os grupos não apresenta nenhum sinal de mudança ou retrocesso ao longo dos quatro textos analisados, tanto a respeito das questões imediatas (como aquelas envolvendo a hipótese inicial) quanto às perspectivas evolutivas associadas às teorias de linguagem precedentes ao debate.

O único momento em que se aparenta haver uma concessão é quando, no texto 3, FHC assumem que eles escolheram uma interpretação inadequada de uma hipótese sobre o aprendizado de palavras:

Regarding word learning, PJ are correct that we misrepresented the results of Markson & Bloom (1997) in saying that children “may use domain-general mechanisms” for learning both words and facts. (FITCH; HAUSER; CHOMSKY, 2005, p. 201)

A concessão, no entanto, é ilusória. HCF teriam afirmado que crianças humanas devem usar mecanismos de *domínio geral* para adquirir e se lembrar de palavras. PJ tentam esclarecer que, embora Markson e Bloom não defendam que palavras sejam adquiridas por um mecanismo específico, eles não necessariamente concluem que se trata de um mecanismo geral.

FHC, no texto 3, então, partem para a explicação de que a interpretação de que o mecanismo não seja específico favorece a ideia de situá-lo em FLB.

Ou seja, os pontos de discordância nos textos 1 e 2, assim como os pontos de concordância, mantiveram-se intactos nos textos 3 e 4. Os autores praticamente também não admitem que tivessem sido obscuros ou teriam omitido informações relevantes durante o debate.

iii) Ideias inovadoras surgiram do debate?

Com certeza, a proposta estabelecida no texto 1 contribuiu para que a comunidade científica se beneficiasse em termos de conhecimento sobre a questão da evolução da linguagem.

Mas a questão premente aqui é se ideias novas surgiram a partir do debate através da perspectiva dos autores, ou seja, nos textos subsequentes ao primeiro. A resposta, derivada da constatação de que as partes não apresentaram mudança de postura nem mesmo em relação a questões pontuais, é negativa.

Nada do que foi exposto nos dois últimos textos reflete alguma posição epistêmica que já não estivesse presente nos dois primeiros, a não ser quando consideramos a questão argumentativa, que é trabalhada com mais refinamento. O possível ganho que poderíamos extrair dessa controvérsia nesse sentido, então, é de como é possível extrair múltiplas interpretações de afirmações teóricas, e porque elas podem divergir, o que é discutido no texto 4.

Conclusão

A controvérsia analisada revelou que, considerando as afirmações explicitadas nos textos, os lucros apontados por Dascal foram, do ponto de vista (projetado) dos autores, poucos: das três questões propostas (clarificação das divergências, conciliação dos opostos e surgimento de ideias inovadoras), somente a primeira apresentou algum ganho perceptível.

Os ganhos epistêmicos medidos da forma proposta por mim, no entanto, devem representar uma parcela mínima do lucro que um debate dessa magnitude deve ter sobre a atividade da comunidade científica, ou seja, a audiência do debate. O recorte adotado aqui se justifica pela escolha metodológica: tomar como dados somente as afirmações explícitas nos próprios textos, comparando a posição dos autores nos dois textos iniciais com os dois finais, foi a maneira possível de se avaliar a sugestão exposta pela tipologia de Dascal de uma forma mais objetiva. É necessário reconhecer, portanto, que a idealização do autor é válida quando interpretada do ponto de vista dos expectadores do debate.

Embora este trabalho não tenha abordado a controvérsia da forma que possivelmente seria a mais interessante, arrisco afirmar que os leitores dos textos em questão puderam comparar posições epistemológicas e ideias sobre evolução da linguagem de forma muito mais rica graças ao debate. Lendo-se apenas o primeiro texto, sem estar familiarizado com o debate evolutivo subjacente, não se pode ter a visão geral do quanto a questão da evolução da linguagem é ainda uma área do conhecimento absolutamente carente de teorias sólidas (e dados), e o quanto ela ainda está aberta à discussão. Toda a natureza especulativa dos estudos pode ser demonstrada pelas posições altamente divergentes e pela retórica oportunista dos autores.

Numa empreitada científica como esta, as propostas individuais se mostram inevitavelmente enviesadas. Ao ignorar o valor das controvérsias sobre o tema, portanto, o pesquisador corre o risco de se tornar alheio à visão global que o debate proporciona.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N. On cognitive structures and their development: a reply to Piaget. In: PIATELLI-PALMARINI, M. (Ed.) *Language and learning: the debate between Jean Piaget and Noam Chomsky*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980. p. 35-54.

DASCAL, M. Epistemologia, controvérsias e pragmática. *Revista da SHBC*, n. 12, p. 73-98, 1994.

DASCAL, M. A dialética na construção coletiva do saber científico. In REGNER, A. C.; ROHDEN, L. (Ed.). *A filosofia e a ciência redesenham horizontes*. São Leopoldo: Usininos, 2005. p. 15-31.

FITCH, W. T. The biology and evolution of music: a comparative perspective. *Cognition*, n. 100, p. 173-215, 2006.

FITCH, W. T.; HAUSER, M.; CHOMSKY, N. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. *Cognition*, n. 97, p. 179-210, 2005.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who as it and how did it evolve? *Science*, n. 298, p. 1569-1579, 2002.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford University Press, 2002.

JACKENDOFF, R.; PINKER, S. The nature of the language faculty and its implications for evolution of language (A reply to Fitch, Hauser and Chomsky). *Cognition*, n. 97, p. 211-225, 2005.

MARKSON, L.; BLOOM, P. Evidence against a dedicated system for word learning in children. *Nature*, 385, p. 813-815, 1997.

PINKER, S. *The language instinct*. New York: Harper Perennial Modern Classics, 1994.

PINKER, S.; BLOOM, P. Natural language and natural selection. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 13, p. 707-726, 1990.

PINKER, S.; JACKENDOFF, R. The faculty of language: what's special about it? *Cognition*, n. 95, p. 201-236, 2004.

POPPER, K. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. New York: Basic Books, 1962.

SAVAGE-RUMBAUGH, S.; MURPHY, J.; SEVCIK, R. A.; BRAKKE, K. E.; WILLIAMS, S. L.; RUMBAUGH, D. M. *Language, comprehension in ape and child* (Monographs of the Society for Research in Child Development). Chicago: University Of Chicago Press, July 1993.

“Deixo em tuas mãos o meu povo”: retórica e intertextualidade na campanha de Dilma em 2010

(“I leave my people in your hands”: rhetoric and intertextuality in Dilma’s 2010 campaign)

Maria Flávia Figueiredo¹, Fernando Aparecido Ferreira²

^{1,2}Departamento de Letras e Linguística – Universidade de Franca (Unifran)

mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br, fferreiradg@uol.com.br

Abstract: This article aims to study the video of the jingle used to open 2010 presidential campaign of the candidate Dilma Rousseff, during the free electoral airtime on Brazilian television. Since it is an “audiovisual” object, in which the verbal and the pictorial aspects have an interdependent relationship in the process of production of meaning, this kind of propaganda is a fertile ground for the study of syncretic texts. The purpose of this analysis is to reveal the rhetorical structure of the selected corpus and the intertextuality that permeates it. The theoretical framework includes studies of intertextuality via Textual Linguistics, rhetorics, as well as the assumptions of the semiology of the image combined with the psychology of perception.

Keywords: political propagandas; syncretic texts; rhetoric; intertextuality.

Resumo: O objeto de estudo do presente trabalho é o vídeo do *jingle* utilizado para abrir a campanha da candidata Dilma Rousseff à presidência em 2010 no horário eleitoral gratuito na TV. Por se tratar de um objeto classificado como “audiovisual”, no qual o verbal e o imagético têm uma relação de interdependência no processo de produção de sentido, esse tipo de propaganda política constitui um terreno fértil para o estudo de textos sincréticos. O objetivo da pesquisa reside em fazer revelar, por meio da análise, a estrutura retórica do *corpus* selecionado, bem como a intertextualidade que o permeia. O arcabouço teórico abarca os estudos da intertextualidade, via Linguística Textual; os estudos Retóricos; bem como os pressupostos da semiologia da imagem aliados à psicologia da percepção.

Palavras-chave: propagandas políticas; textos sincréticos; retórica; intertextualidade.

Introdução

No dia 17 de agosto de 2010, iniciou-se o horário eleitoral gratuito no rádio e na TV para os então candidatos à presidência do Brasil. A candidata Dilma Rousseff encerrou seu programa com um *jingle* de um minuto e meio, cujo refrão foi “deixo em tuas mãos o meu povo”. Sendo o objeto de estudo deste trabalho esse vídeo, destinado apenas à **abertura** da campanha presidencial, já tematiza, de forma antecipada, a passagem do cargo de presidente de Lula para Dilma. Essa temática encontra-se expressa tanto em termos visuais, como em termos verbais, por meio da letra da canção que acompanha todo o vídeo.

Em função das várias opções de análise possibilitadas pelo *corpus*, optou-se por evidenciar, neste estudo, principalmente aqueles aspectos que se destinam a revelar as estratégias retóricas nele presentes, bem como suas relações com outros textos (verbais e visuais) anteriormente produzidos, entendendo essa intertextualidade também como um recurso retórico, intencionalmente estabelecido. Tratando-se de um texto sincrético, o vídeo foi analisado a partir da leitura da imagem proposta de Roland Barthes no ensaio “A retórica da imagem”, texto que estabelece um ponto inicial para a investigação da relação entre o verbal e o visual.

No sentido de ampliar as descobertas de Barthes, buscou-se uma associação dessas à conjectura da psicologia da percepção, no que se refere à produção criativa visual, formulada por Donis A. Dondis (2007) em *Sintaxe da linguagem visual*. Os pressupostos aristotélicos, bem como as formulações de Olivier Reboul (2004) e Michel Meyer (2007), foram evocados para a identificação dos aspectos éticos e patéticos presentes no objeto de estudo. A intertextualidade presente no *corpus* foi contemplada a partir do arcabouço da linguística textual, sobretudo a partir das proposições de Koch (2007), Koch *et al.* (2007) e Cavalcante (2013).

Dada a riqueza do *corpus*, acredita-se que esta pesquisa possa ampliar o alcance e a aplicação dos estudos linguísticos, uma vez que contribui para a compreensão do texto verbal na sua relação com o imagético.

O vídeo do *jingle* de lançamento da campanha da candidata Dilma Rousseff: uma “descrição estrutural”

Com a análise do anúncio publicitário (impresso) das massas Panzani, publicado originalmente na revista *Communications*, em 1964, Roland Barthes abriu caminho para o estudo retórico da imagem. Numa justificativa da escolha do seu objeto de análise, que também se aplica a este trabalho, Barthes afirma que “em publicidade, a significação da imagem é seguramente intencional” (1990, p. 27). Sendo assim, pode-se afirmar que cada plano contido no vídeo do *jingle* de lançamento da campanha da candidata Dilma foi escolhido e planejado para, intencionalmente, provocar sensações e criar significados para o auditório, no caso, o eleitorado brasileiro. Uma vez que o presidente Lula já havia passado por dois mandatos e não poderia reeleger-se, ele e seu partido (PT) encontraram na ministra-chefe da Casa Civil de seu governo, Dilma Rousseff, a sucessora ideal. Lidando com o fato de a candidata ter “pontos fracos” – entre os quais se destacavam, principalmente, a falta de experiência no executivo, o fato de nunca ter concorrido a cargos públicos executivos e também ser pouco conhecida pela grande massa –, pode-se afirmar que a intenção do vídeo em análise foi a de convencer o eleitor a acreditar e confiar em Dilma Rousseff, uma pessoa sem carreira política, para o maior cargo da nação.

No procedimento que propõe para a análise, Barthes reconhece três mensagens no anúncio publicitário: uma mensagem linguística (contida no texto verbal), uma mensagem icônica codificada (denotada), e uma mensagem icônica não codificada (conotada). No caso do vídeo em análise, a mensagem linguística é a letra do *jingle*, que o auditório apreende tanto pela voz do cantor, como pela transcrição (destinada aos deficientes auditivos) que aparece na tela, como legenda. A mensagem icônica codificada é o conteúdo visual literal, facilmente identificável pelo auditório, captado pela percepção imediata. No vídeo analisado, pode-se dizer, rapidamente, que o mesmo traz Lula despedindo-se do povo brasileiro e apresentando Dilma à nação como sua sucessora. Já a mensagem icônica não codificada é aquela que surge das associações que o auditório faz a partir do que é sugerido pelas imagens, influenciado pelos sentidos que as mesmas contêm no contexto cultural em que vive. A análise do vídeo do *jingle* revela que o mesmo é mais que uma simples propaganda, na qual um presidente (Lula) apresenta sua sucessora (Dilma). E é justamente nas ideias associadas às imagens (e também à letra do *jingle*) – no aspecto conotativo, portanto – que o *ethos* e o *pathos* são notavelmente ampliados nesse discurso.¹

¹ Faz-se aqui, de certa forma, uma paráfrase do comentário de Reboul acerca das descobertas de Barthes: “O que se pode dizer é que, se é imprópria para produzir argumentação, a imagem é porém notável para amplificar o *ethos* e o *pathos*” (REBOUL, 2014, p. 83).

Sendo um *corpus* muito mais complexo que o anúncio da Panzani, o vídeo em análise não contém somente uma imagem, mas dezenas de imagens, cada qual com sua carga semântica, que se encadeiam e se associam para a produção de sentido. E não são somente as imagens que se associam e carregam significados – os movimentos contidos nas cenas também são empregados nesse sentido. Da mesma forma que a letra do *jingle* (mensagem linguística) também deve ser considerada.

Para dar conta de todas as intrincadas relações estabelecidas no vídeo, apresenta-se a seguir um quadro com a letra do *jingle* e a descrição das cenas. Propõe-se aqui uma descrição estrutural, conforme a proposta de Barthes. Para o semiólogo francês, a descrição estrutural se faz para “compreender a estrutura da imagem no seu conjunto, isto é, a relação das três mensagens em si” (BARTHES, 1990, p. 30-31). Diferenciando-a da análise “ingênuas”, o autor completa:

A análise “ingênuas” é uma enumeração de elementos, a descrição estrutural quer apreender a relação destes elementos em virtude do princípio de solidariedade dos termos de uma estrutura: se um termo muda, os outros mudam também. (BARTHES, 1990, p. 31)

Para uma verdadeira análise estrutural da imagem, cabe, por meio da sintaxe da linguagem visual, entender a configuração visual dos planos contidos no vídeo, bem como dos movimentos nele inscritos. Para isso, devem-se considerar os elementos básicos que Dondis (2007, p. 23) apresenta como “a caixa de ferramentas de todas as comunicações visuais [...] a fonte compositiva de todo tipo de materiais e mensagens visuais, além de objetos e experiências”, a saber: o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a escala ou proporção, a dimensão e o movimento.

A checagem da configuração visual dos planos contribui para uma investigação mais atenta (ainda que nunca precisa) da mensagem conotada. Essa estrutura visual, ainda que “mascarada” pela representação realista, exerce grande poder sobre a percepção do auditório. Conforme explica Dondis (2007):

[...] mesmo quando estamos diante de um relato visual extremamente representacional e detalhado do meio ambiente, este relato coexiste com outra mensagem visual que expõe as forças visuais elementares e é de natureza abstrata, mas que está impregnada de significado e exerce uma enorme influência sobre a resposta. A subestrutura abstrata é a composição, o *design*. (p. 21)

Ao responder se pode haver um significado complexo na subestrutura abstrata, Dondis cita como exemplo a música, que mesmo sendo totalmente abstrata, pode ser definida como alegre, triste, romântica, etc. E chegamos a essa identificação atribuindo à música significados associados à realidade, bem como a própria estrutura psicofísica do homem. O mesmo pode ser dito com relação à imagem. Ainda segundo a autora, o estímulo visual ocorre em três níveis – representacional, abstrato e simbólico – que se “sobrepõem, interagem e reforçam mutuamente suas respectivas qualidades” (DONDIS, 2007, p. 103).

A associação dos pressupostos de Dondis aos de Barthes (o representacional e o abstrato associados à mensagem denotada, e o simbólico associado à mensagem conotada) se fazem presentes no quadro abaixo.

Quadro 1. Relação entre a letra do *jingle* e as imagens no vídeo

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
(Acordes do violão)	<p>Lula caminha no interior do Palácio do Planalto (1), olha pela vidraça (2) e depois vira o olhar para o interior e para o alto (3).</p> <p>(1) Plano geral do presidente no interior do Palácio do Planalto. Lula caminha da direita para a esquerda e para diante da janela do palácio, olhando para fora.</p> <p>(2) Plano geral com vista externa da janela do Palácio com Lula olhando para fora.</p> <p>(3) Plano em close de Lula virando seu olhar para o interior do Palácio do Planalto. Lula olha para o alto.</p>	<p>Na cultura ocidental, condicionada pela escrita e leitura da esquerda para a direita, entende-se a primeira como um antes e a segunda como um depois. Sendo assim, ao caminhar da direita para a esquerda, Lula está indo “para trás”, o que pode sugerir uma reflexão sobre o passado. O girar da cabeça para o alto e para dentro do Palácio conota introspecção, sugerida pela oposição exterior-interior (olhar para fora do Palácio e para dentro do mesmo). O fato de o presidente estar só também reforça esse aspecto.</p>
<p>Sons (vindos de aparelhos eletrônicos – repórteres de TV):</p> <p>Voz 1 (feminina): <i>A maior eleição da história do Brasil.</i></p> <p>Voz 2 (masculina): <i>Presidente eleito do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva.</i></p> <p>Voz 3 (masculina, com sotaque estrangeiro): <i>Senhor Luiz Inácio da Silva.</i></p> <p>Saudação da população</p>	<p>Chuva de papel picado.</p> <p>Lula e a primeira dama em carro aberto no dia da sua posse (1).</p> <p>Lula e o vice-presidente em carro aberto no dia da sua posse (2).</p> <p>(1) Fusão com imagens do dia da posse. (2) As imagens são sobrepostas pelos papéis picados que “varrem” a tela da esquerda para a direita.</p>	<p>O padrão visual aleatório criado pelo movimento dos papéis picados sobrepostos torna a imagem mais difusa, como se fosse uma lembrança do passado, algo reiterado pelas vozes que se sobrepõem. É a lembrança de um momento glorioso (único, de acordo com a locução), conquistado pelo povo. Não é o Lula recebendo a faixa presidencial que é mostrado, mas sim o presidente eleito aclamado pela população.</p>
<p>Voz do violão:</p> <p><i>Deixo em tuas mãos o meu povo</i></p>	<p>Lula acena para o povo de uma comunidade (1).</p> <p>Em frente a uma casa da zona rural, uma mulher grávida acena para a câmera (2).</p> <p>(1) Movimento da direita para a esquerda. (2) Câmera recua das pessoas que acenam para a câmera.</p>	<p>O ir da direita para a esquerda reforça a sensação de retrospecto. O movimento de recuo evidencia um despedir-se. O povo é o povo carente, das camadas mais pobres. A gravidez da mulher sugere “futuro”.</p>

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
<i>E tudo o que mais amei</i>	<p>Um homem acena para a câmera, tocando um gado (1).</p> <p>Um homem acena para a câmera, diante de um edifício em construção (2).</p> <p>(1) Movimento da direita para a esquerda.</p> <p>(2) Câmera recua.</p>	<p>O direcionamento da direita para a esquerda reitera os movimentos dos planos anteriores. O recuo de câmera mais uma vez sugere despedida. A edificação incompleta ao fundo, sugere algo que está por se realizar, tal como a vida que está no ventre da mulher. Presente (um povo feliz) e futuro (novas gerações e novos projetos).</p>
<i>Mas só deixo porque sei</i>	<p>Garotos na traseira de uma picape. Um deles acena para a câmera (1).</p> <p>Vista de uma estrada (2).</p> <p>Vista aproximada de uma embarcação com a bandeira brasileira na proa (3).</p> <p>Vista geral da mesma embarcação, aparentemente na região do Pantanal, fotografada num fim de tarde.</p> <p>(1) Movimento da direita para a esquerda. (2) Linhas em perspectiva, para um horizonte. (3) Movimento da direita para a esquerda.</p>	<p>Mais uma vez, a reiteração da direita para a esquerda, porém há a inserção de um plano para o centro com linhas indo para o infinito, sugerindo um <i>continuum</i>, um além, um porvir. Os garotos sugerem juventude. A imagem da embarcação na região pantaneira, da forma que foi fotografada, aparece romantizada, valorizando a beleza da região. Associada à bandeira do Brasil, a imagem é apresentada como um “valor” do país.</p>
<i>Que vais continuar o que fiz</i>	<p>Vista de uma estrada pelo interior da cabine de um caminhão (1).</p> <p>Vista do motorista no interior da cabine de um caminhão (2).</p> <p>Um homem num cavalo toca um rebanho de ovelhas (3).</p> <p>(1) Linhas em perspectiva, para um horizonte. Um crucifixo balança no centro, dependurado no espelho retrovisor do caminhão. (2) Caminhão vai da esquerda para a direita. (3) Cavaleiro vai da direita para a esquerda.</p>	<p>O crucifixo sugere religiosidade e fé. Por outro lado, a cruz também remete à paixão de Cristo, que deu a vida pela humanidade, criando uma possível analogia com a relação que Lula estabeleceu com o povo brasileiro. A imagem do homem que arrebanha as ovelhas pode ser considerada uma alusão à parábola do bom pastor. O movimento da esquerda para a direita surge em sincronia com a palavra “continuar” e o da direita para a esquerda com a expressão “o que fiz”, reforçando a sugestão que o primeiro está associado ao futuro (seguir em frente) e o segundo ao retrospecto.</p>

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
<i>E meu país será melhor</i>	<p>Vista panorâmica de uma cidade grande, do dia até o anoitecer (1).</p> <p>Vista superior (do alto) do Cristo Redentor (2).</p> <p>Um pescador mostra vários peixes para a câmera, dentro de uma jangada, diante do mar (3).</p> <p>(1) Movimento de tempo acelerado, com nuvens passando pelo céu. (2) Câmera recua do Cristo Redentor, visto por trás, com a cidade do Rio de Janeiro ao fundo. (3) Câmera recua do jangadeiro, revelando em seguida sua rede cheia de peixes.</p>	<p>A passagem de tempo funciona como um efeito de transição, uma pontuação visual que prepara para uma mudança de tom. A imagem do Cristo Redentor, no ângulo apresentado (de costas para a câmera e de frente para o povo), representa mais do que uma referência ao Rio de Janeiro. Com os braços abertos sobre a cidade, a imagem remete à proteção, à religiosidade e ao cristianismo. Esse aspecto é reforçado pela imagem dos peixes, que remete a um dos milagres de Cristo (multiplicação dos peixes).</p>
<i>E o meu povo mais feliz</i>	<p>Um padeiro mostra para a câmera uma fôrma cheia de pães (1).</p> <p>Dois crianças (meninos) se abraçam, brincando, numa praia (2).</p> <p>Dois homens tocam um atabaque e um berimbau, respectivamente, numa praia (3).</p> <p>Uma mulher em trajes utilizados em terreiros de candomblé sorri para a câmera, num <i>close</i> (4).</p> <p>Homens em um andaime, trabalhando numa edificação (5).</p> <p>(1) Fileira de pães criam várias linhas em perspectiva, indo para o fundo da cena. (2) Um raio de luz vem da esquerda para a direita. (3) Câmera recua e um sol surge no lado direito. (4) Sorriso do lado esquerdo. (5) Raio de luz do lado direito.</p>	<p>Após os peixes, os pães – mais uma referência a um milagre de Cristo: a multiplicação dos pães. Os pães em perspectiva ecoam a estrutura do plano da estrada, apresentado anteriormente. O brilho do sol, que “avança” – indo do lado esquerdo para o direito, sugere “iluminação” e otimismo, estando associado à expressão “mais feliz”. Esse “avanço” da luz é reiterado nos dois planos seguintes, no sorriso da mulher que “ilumina” a tela e no raio de luz que surge entre os andaimes.</p>

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
Do jeito que sonhei e sempre quis	<p>Pessoas numa manifestação folclórica (maracatu de Pernambuco) (1).</p> <p>Uma jovem contempla a rua, sentada na janela de uma casa, vista do interior (2).</p> <p>Uma mulher em trajes de segurança, aparentemente uma funcionária de uma refinaria de petróleo, contempla o seu redor, olhando para o alto (3).</p> <p>Um homem em trajes de segurança, no interior de um galpão, contempla o seu redor, olhando para o alto (4).</p> <p>Funcionários da construção civil trabalham em uma obra de grandes proporções (5).</p> <p>Pessoas trabalhando e um trator em uma plantação (6).</p> <p>Dois homens em trajes de trabalho, diante do navio petroleiro “João Cândido”. Um deles aponta para o navio e depois aponta para si próprio (7).</p> <p>Um pescador lança uma rede a um rio (8).</p> <p>Diante de várias casas populares, os membros de uma jovem família (pai, mãe e uma criança) sorriem (9).</p> <p>Um grupo de funcionários festeja diante da câmera, num galpão de uma indústria (10).</p> <p>(1) Movimento de avanço da câmera. (2) Movimento de avanço da câmera. (3) Plano de baixo para cima. (4) Plano de baixo para cima, com giro da câmera pelo ambiente. (5) Linhas em perspectiva, em direção ao horizonte. (6) Linhas em perspectiva, em direção ao horizonte. (7) Raio de sol da direita para a esquerda. (8) Sol brilha no lado esquerdo da tela. (9) Muitas casas ao fundo. (10) Movimento de câmera do alto para baixo.</p>	<p>Há, nessa sucessão de planos, uma mudança de tom, evidenciada pela entoação do cantor e pelo ritmo da música. O tom da voz muda e outros instrumentos dão mais intensidade à melodia. A estrutura se faz a partir de analogias e contrastes com a primeira parte do vídeo. Os movimentos de câmera avançam e não mais recuam. O pescador lança a rede para o lado direito, opondo-se ao plano da embarcação que antes ia para o lado esquerdo. As linhas do horizonte agora têm veículos e pessoas seguindo adiante, complementando as estradas que antes estavam vazias. A jovem que contempla a rua remete ao próprio Lula no início do vídeo, olhando para o exterior do Palácio do Planalto; assim como o giro da câmera sobre os trabalhadores remete ao movimento de câmera que acompanha Lula olhando para o alto, também no início do vídeo. Os planos de baixo para cima enaltecem os trabalhadores, colocando-os numa posição de superioridade.</p>

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
<i>Agora as mãos de uma mulher</i>	<p>Dilma aparece erguendo a mão para o alto (1).</p> <p>(1) <i>Close</i> de Dilma girando o olhar para o lado direito da tela.</p>	<p>O movimento de Dilma com a cabeça ecoa e, de certa forma, completa o movimento de Lula no início do vídeo, olhando para o interior do Palácio do Planalto. A associação entre ambos é feita não só pela proximidade (um estar do lado do outro), mas também pela construção da imagem.</p>
<i>Vão nos conduzir</i>	<p>Lula lança o braço de Dilma para o alto (1).</p> <p>Um grupo de jovens de branco comemora e abraça a candidata Dilma, que está no centro (2).</p> <p>Um grupo de homens com trajes de segurança comemora e abraça a candidata Dilma, que está no centro (3).</p> <p>(1) Movimento para o alto e da direita para a esquerda. (2) Movimentos para o alto. (3) Movimentos para o alto.</p>	<p>Além de estarem de mãos dadas, Lula e Dilma estão vestidos da mesma cor (vermelha). Sendo assim, a associação entre ambos se estabelece em vários níveis. O movimento para o alto é reiterado nos planos seguintes, reforçando o tom exaltado tomado pela música.</p>
<i>Eu sigo com saudade</i>	<p>Uma multidão é vista de braços erguidos (1).</p> <p>Lula é visto erguido por uma multidão, no tempo da sua atuação como líder sindical (2).</p> <p>(1) Movimentos para o alto. (2) Movimentos para o alto.</p>	<p>A reiteração do movimento para o alto (exaltação) continua. A imagem remete à cena, mostrada no início, de Lula sendo aclamado no dia da posse. Dentro do contexto do vídeo, as cenas remetem mais uma vez a uma imagem do cristianismo: a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém.</p>
<i>Mas feliz a sorrir</i>	<p>Dilma é vista sorrindo e cumprimentando pessoas (1).</p> <p>(1) Dilma, à esquerda, cumprimenta as pessoas que estão à direita.</p>	<p>O povo, que no início do vídeo, ia para a esquerda, reforçando a ideia de partida, agora vai ao encontro de Dilma (e vice-versa).</p>

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
<i>Pois sei o meu povo ganhou uma mãe</i>	<p>Dilma cumprimenta um jovem, com beijos no rosto (1).</p> <p>Duas jovens sorriem fazem sinal de positivo para a câmera (2).</p> <p>Dilma faz sinal de positivo com as duas mãos (3).</p> <p>Com trajes de segurança, Dilma acena para trabalhadores de uma refinaria de petróleo (4).</p> <p>Dilma cumprimenta e coloca a mão no ombro de um homem mais velho, que está diante de uma casa da zona rural (5).</p> <p>Dilma ouve atentamente um homem com jaleco branco (6).</p> <p>(1) Dilma à direita, povo à esquerda. (2) Movimento da direita para a esquerda. (3) Dilma acena para a direita. (4) Movimento em direção à câmera. (5) Dilma à direita, homem à esquerda. (6) Dilma à direita, movimento em direção à câmera.</p>	<p>Reiteração do plano anterior. O sinal de positivo remete ao sinal do trabalhador no início do vídeo. Se antes era um agradecimento, agora o sinal de positivo se apresenta como um “de acordo”. Na sequência, Dilma preenche todos os espaços da tela – centro, esquerda, direita – envolvendo-se com o povo. A imagem do velho diante da casa simples da zona rural ecoa também a imagem da grávida na frente de sua casa (também modesta) no início do vídeo.</p>
<i>Que tem um coração</i>	<p>Dilma ouve atentamente uma mulher, ambas olhando para uma cidade (1).</p> <p>Numa zona rural, Dilma ouve uma mulher acompanhada de jovens (2).</p> <p>(1) Dilma à esquerda, mulher à direita. (2) Dilma à direita, família à esquerda.</p>	<p>A referência à “maternidade” da candidata, explicitada na letra do jingle, é evidenciada nesses dois planos, mais explicitamente no segundo. Mais uma vez, Dilma preenche os dois espaços da tela, o que torna sua aparição mais dinâmica e envolvente.</p>

SONS/ LETRA DO JINGLE	MENSAGEM ICÔNICA CODIFICADA (denotada)	MENSAGEM ICÔNICA NÃO-CODIFICADA (conotada)
<i>Que vai do Oiapoque ao Chuí</i>	<p>Diante de um rio, Dilma contempla o horizonte (1).</p> <p>Uma sucessão de planos aéreos passa por diversas regiões (rios, florestas, grandes centros, campinas, litoral) (2) (3).</p> <p>(1) Dilma diante de um horizonte, olha para esquerda. (2) Linhas em perspectiva, criadas pelas ruas da cidade e rastros dos cavalos. (3) Onda quebra na areia, criando um padrão visual aleatório.</p>	<p>A imagem espelha o plano inicial do vídeo, com Lula contemplando o exterior do Palácio do Planalto. Os sucessivos movimentos ecoam os planos em perspectiva apresentados anteriormente, levando o olhar para o horizonte, para frente. A varredura criada pela onda ecoa o efeito visual criado pelos papéis picados, quando Lula lembra o passado e suas conquistas. A apresentação dos planos que abarcam todo o Brasil (do Oiapoque ao Chuí) após o plano de Dilma contemplando o horizonte imenso do rio, sugere a preocupação da candidata com todo o Brasil.</p>
<i>Deixo em tuas mãos o meu povo</i>	<p>Dilma e Lula se abraçam (1).</p> <p>Plano geral de Dilma e Lula se abraçando num palanque (2).</p> <p>Dilma e Lula abraçados (2).</p> <p>Numa multidão, uma mulher se manifesta sorrindo.</p> <p>Dilma beija a ponta dos dedos e acena com os dedos em V, sendo sobreposta pelo texto “Presidente, Dilma 13” (3).</p> <p>(1) Dilma à direita e Lula à esquerda. (2) Ambos se unem no centro. (3) Movimento para a direita. (4) Movimento em direção à câmera, posicionamento para o centro.</p>	<p>Se no início do vídeo Lula foi para a esquerda (resgate do passado), agora vai ao encontro de Dilma (o futuro). O abraço de ambos pontua o centro da tela, cessando a oposição esquerda-direita, promovendo, assim, um equilíbrio visual. O abraço de ambos também ecoa o abraço fraternal das crianças, apresentado no meio do vídeo. O vídeo se encerra com Dilma sozinha no plano, criando outro paralelo com o início, com Lula sozinho. Um começa e o outro termina o vídeo, reforçando a ideia da sucessão.</p>

Em função da natureza sincrética do *corpus*, o quadro acima objetivou descrever seus elementos constitutivos com base na associação dos pressupostos de Dondis e Barthes. A partir dessa descrição, analisaremos alguns aspectos que evidenciam a natureza retórica e intertextual do *corpus* em análise.

Na letra da canção que compõe o *jingle* encontramos uma narração em primeira pessoa. A temática é a de uma despedida, isto é, alguém que parte (ou que, forçosamente, precisa partir) e deixa uma responsabilidade para quem vai lhe suceder (ou para quem escolheu para lhe suceder) – a de cuidar do povo brasileiro. Ao se referir a esse povo como *seu povo*, esse alguém se coloca numa posição paternal, como responsável por um grupo, pelo qual fez muito e tem muito apreço. Entretanto, esse alguém se diz tranquilo por ter

a certeza de que aquele que vai ocupar o seu lugar dará continuidade ao que fez. Por fim, revela que será nas mãos de uma mulher que deixará o seu povo, apresentando-a como uma mãe. Ao dizer isso, reforça e explicita sua posição como “pai”. E, por saber que está deixando o povo nas mãos de uma “mãe”, acolhedora e protetora (com “coração que vai do Oiapoque ao Chuí”), parte em paz.

A canção é entoada por uma voz masculina (o que, aliás, faz o auditório identificar o discurso como sendo proferido por um homem), numa interpretação “de violeiro” – uma referência imediata à música regional do Brasil. É interessante observar que, no momento da “revelação” do novo responsável pelo povo, os acordes da viola são substituídos por sons de violinos e bateria, o que faz a canção sair de um tom mais intimista para outro mais vibrante e eufórico.

Essa estrutura narrativa, como vimos, é também construída no vídeo por meio das imagens que mostram Lula se despedindo do povo e apresentando Dilma à nação brasileira como sua sucessora. Entretanto, a candidata só aparece após um minuto de vídeo (portanto no terceiro terço do mesmo, que tem duração de 1’30”).

Para descrever alguns aspectos da construção retórica do vídeo, faremos uma breve explanação dos conceitos de *logos*, *ethos* e *pathos*.

Aristóteles (2005), na obra *Retórica*, propõe três dimensões para o entendimento do processo argumentativo, quais sejam: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. O *logos* é o discurso, ou seja, a argumentação usada pelo orador, os sentidos explícitos ou implícitos, figurativos ou literais da linguagem utilizada. O *pathos* é entendido como o poder do orador de despertar o auditório para as emoções decorrentes do seu discurso. O *ethos* refere-se à imagem que o orador expressa para o auditório acerca de si mesmo. Reboul (2004, p. 48) o descreve como “o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório”. Nesse sentido, o *ethos* retórico caracteriza-se como a imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si no intuito de persuadir seu auditório. Sendo assim, está relacionado ao caráter do orador e, por isso, não é possível atingir o objetivo de persuadir sem ser, ou pelo menos sem se mostrar ser, um homem de bem.

Se considerarmos, ainda, os conceitos de *ethos* projetivo e o *ethos* efetivo, propostos por Meyer (2007),² concluímos também que o vídeo analisado constitui-se numa tentativa clara de fazer com que o *ethos* construído previamente por Lula (ao longo de dois mandatos) se mesclasse com o *ethos* ainda incipiente de Dilma. Dessa maneira, um expectador “desatento” do vídeo tenderia a tomar a imagem de ambos como uma única. Em outras palavras, o vídeo nos transmite a ideia de que o que Lula foi capaz de ser e de fazer terá continuidade no governo de Dilma. Em função disso, podemos afirmar que há, no *corpus* analisado, um amálgama entre o *ethos* efetivo de Lula e o *ethos* preponderantemente projetivo de Dilma.³

2 O *ethos* projetivo é um imanente, ou seja, é a primeira imagem que o auditório forma do orador e a primeira imagem que o orador forma do auditório. Em outras palavras, é aquele que o outro da relação retórica projeta como imagem. Tanto o orador quanto o auditório projetam no outro uma imagem a priori, que representa o *ethos* projetivo. No entanto, a imagem realmente construída pelo orador, visando persuadir o auditório, é a imagem efetiva, ou seja, o *ethos* efetivo.

3 Vale lembrar que, após a campanha em questão, Dilma acabou por conseguir a vitória no segundo turno das eleições presidenciais. A esse respeito, Figueiredo e Verzola (2011, p. 1028), em trabalho que analisa o discurso de posse da presidente recém-eleita, afirmam: “chegamos à conclusão de que o *ethos* projetivo de Lula, com o qual o auditório demonstrou se identificar, foi o fator preponderante para a chegada de Dilma à presidência da República”.

É evidente que, no vídeo, o *ethos* de Dilma constrói-se numa associação direta ao *ethos* do Lula, num discurso audiovisual rigorosamente estruturado para criar um espelhamento dessas duas pessoas. Mas, além disso, percebe-se que essa projeção do *ethos* de Lula para Dilma também foi feita através de uma intertextualidade com textos bíblicos e com a iconografia cristã, o que permite levantar a hipótese de traços messiânicos na constituição desse discurso político, empregados para incitar o *pathos* no auditório.

Para fundamentar a análise subsequente, façamos algumas considerações acerca do conceito de intertextualidade.

A intertextualidade, que teve sua origem na Teoria Literária durante a década de 1960, é hoje entendida pela Linguística Textual como a relação que um texto estabelece com outros textos anteriormente produzidos. É por meio desse conceito que passamos a compreender que, além das relações com referentes extratextuais, um texto só existe em relação a outros textos produzidos anteriormente.

A esse respeito, Roland Barthes (1974) declara:

O texto redistribui a língua. Uma das vias desta desconstrução é permutar textos, farrapos de textos que existiram ou existem em volta do texto considerado e finalmente dentro dele; todo o texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis. (p. 59)

A esse respeito, Julia Kristeva (1970) cunha a expressão “diálogo textual”; conceito que vem mostrar que cada texto só existe em função de outro(s). Por essa razão, a intertextualidade consiste em um horizonte de expectativa sobre o qual o novo texto se inscreve e adquire sentido.

Nas palavras de Koch (2007), a intertextualidade pode ser entendida da seguinte maneira:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe. (p. 59)

Na visão de Cavalcante (2013), a relação que um texto estabelece com outros é constitutiva, por essa razão

Em muitos textos, percebem-se indícios tangíveis de uma relação com outros, desde evidências tipográficas, que demarcam fronteiras bem específicas entre um dado texto e algum outro que esteja sendo evocado, até pistas mais sutis que conduzem o leitor à ligação intertextual por meio de inferências. (p. 146)

Para Vigner (1988, p. 33), a intertextualidade “pode dizer respeito a um gênero inteiro [...] ou aplicar-se apenas a uma simples passagem, sob a forma de uma breve alusão, ou de uma simples reminiscência”. E é sobre essa noção de intertextualidade como reminiscência de outro texto que nossa análise se debruça, como evidenciado no plano imagético, em que encontramos várias alusões ao universo religioso.

No plano textual (na letra da canção) encontramos também reminiscências do discurso religioso, mais precisamente, da passagem que narra os minutos que precederam

a morte de Cristo. Essa narração se encontra, na Bíblia, no livro de João, capítulo 19, versículos de 25 a 27, tal como transcrito abaixo:

Junto à cruz de Jesus estavam de pé sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria, mulher de Cléofas, e Maria Madalena.

Quando Jesus viu sua mãe e perto dela o discípulo que amava, disse à sua mãe: “mulher, eis aí teu filho”.

Depois disse ao discípulo: “eis aí tua mãe”. E dessa hora em diante o discípulo a levou para a sua casa. (João 19, 25-27)

Vejam os de que maneira a letra da canção exposta na introdução deste trabalho dialoga com o trecho bíblico acima.

Primeiramente, transportemo-nos para o cenário descrito no texto bíblico: Jesus, como líder religioso, após concluir sua vida missionária, no momento de sua despedida, confia a João a missão de continuar o que ele havia feito, ou seja, cuidar de sua mãe, de sua igreja, dando assim continuidade ao trabalho que havia iniciado. Essa passagem recebe, na tradição judaico-cristã, a seguinte interpretação: a maternidade de Maria é transferida a João que, naquele momento, representava os fiéis da causa iniciada por Jesus. Por essa razão, na tradição católica, Maria é considerada a mãe da Igreja e, portanto, mãe de todos os cristãos. Já, a letra da canção, também narra a despedida de um líder, não religioso, mas político; mas que, mesmo assim, apresenta-se como redentor de um povo sofrido e necessitado de “salvação”. Esse líder político é Lula que, no momento de sua despedida, confia a Dilma a continuidade de sua “missão”, na verdade, de seu governo.

Em termos linguísticos, para ratificar o que foi narrado, destacamos os seguintes paralelos:

Quadro 2. Paralelo entre a letra da canção e o texto bíblico

Letra da canção	Texto bíblico
Deixo em tuas mãos o meu povo E tudo o que mais amei	Quando Jesus viu sua mãe e perto dela o discípulo que amava, disse à sua mãe: “mulher, eis aí teu filho”. Depois disse ao discípulo: “eis aí tua mãe”.
Mas só deixo porque sei Que vais continuar o que fiz	E dessa hora em diante o discípulo a levou para a sua casa.
E meu país será melhor E o meu povo mais feliz Do jeito que sonhei e sempre quis	(Subentende-se que Maria será bem cuidada por João, o discípulo amado de Jesus.)
Agora as mãos de uma mulher Vão nos conduzir [...] sei o meu povo ganhou uma mãe	disse à sua mãe: “mulher, eis aí teu filho”.

Considerações finais

Acreditamos que os resultados aqui apresentados evidenciaram o cumprimento do objetivo proposto, qual seja, o de fazer revelar, por meio da análise, a descrição estrutural e retórica do *corpus* selecionado, bem como a intertextualidade que o permeia.

Buscou-se, por meio da investigação realizada, desvelar as relações que o discurso verbo-visual do vídeo estabelece com outros textos (intertextualidade). E, como vimos, os resultados da análise apontaram a presença de marcas de religiosidade que evidenciam a intertextualidade do *corpus* com textos bíblicos, o que permitiu rastrear a presença de traços messiânicos na constituição desse discurso político.

Verificou-se, ainda, que, em termos persuasivos, o vídeo intencionou agrupar estratégias retóricas que pudessem conferir a Lula e, conseqüentemente, a Dilma, a imagem de pessoa(s) do bem. A criação adequada dessa imagem (*ethos*) inspiraria a confiança no auditério e garantiria, por parte deste, o convencimento almejado, ou seja, a votação maciça.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Retórica*. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BARTHES, R. Verbetes “Texte”. *Encyclopaedia Universalis*, 1974.

_____. A retórica da imagem. In: _____. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-41.

BÍBLIA CATÓLICA. Versão eletrônica 1.0, 2005.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

DONDIS, D. A. *Sintaxe da linguagem visual*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FIGUEIREDO, M. F.; VERZOLA, M. G. O *ethos* feminino no primeiro discurso de Dilma Rousseff como presidente eleita do Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA (ALFAL), XVI, 2011, Alcalá de Henares. *Actas...* Alcalá de Henares: Editora da Universidad de Alcalá, 2011. p. 1023-1032.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JINGLE de abertura da campanha da candidata Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gqu2HjbFEGo&hd=1>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

KRISTEVA, J. *Le texte du roman*. La Haye: Mouton, 1970.

MEYER, M. *A retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988. p. 31-37.

O discurso do prazer: uma análise semiótica dos memoriais acadêmicos

(The pleasure discourse: a semiotics analysis of academic autobiographies)

Mariana Luz Pessoa de Barros¹

¹Universidade de São Paulo (USP)

maluzpessoa@hotmail.com

Abstract: We propose a semiotics discursive study of the enunciator's ethos in the academic autobiographies produced at the Letters School and the Bioscience Institute of the University of São Paulo from the 70s until now. This study allows us to observe some genre changes and their effects on the ethos projection. Among the many changes, the singularity effect and the pleasure dimension are emphasized and both are incorporated as a requirement of most recent works.

Keywords: ethos; enunciation; semiotics; academic autobiography.

Resumo: Propomos um estudo semiótico discursivo do *éthos* do enunciador dos memoriais acadêmicos produzidos na Faculdade de Letras e no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, dos anos 70 aos dias atuais. Tal estudo permite observar algumas mudanças pelas quais o gênero passou e seus efeitos sobre a projeção do *éthos*. Destacam-se entre as diversas mudanças, o efeito de singularidade e a dimensão do prazer, ambos incorporados como exigência de grande parte dos memoriais mais recentes.

Palavras-chave: *éthos*; enunciação; semiótica; memorial acadêmico.

Introdução

O “drama do desmemoriado” começa quando o professor-pesquisador, por meio da escritura de sua vida, deve assumir um novo papel: o de narrador e, ainda, o de narrador de suas memórias. É o que faz o professor Rodolfo Ilari em seu memorial acadêmico, produzido por ocasião do concurso para o cargo de Professor Titular, em 1996, junto à Universidade de Campinas.

Com um prego enferrujado ou um graveto de castanheira, traçávamos um círculo no chão da praça, que já havia sido estrebaria do castelo e garagem de blindados dos dois exércitos de ocupação. Colocávamos no centro nossas figurinhas, representando animais, soldados em uniforme, futebolistas ou ciclistas famosos.

O jogo consistia em tirar as figurinhas do círculo, e cada um tinha a sua ferramenta própria: uma pedra chata, uma chapa de metal ou um caco de telha alisado interminavelmente nos dias de chuva.

Alguns meninos eram admiravelmente hábeis em acertar o monte de figurinhas, carregando-o inteiro para fora da risca no primeiro arremesso da malha: mas o vento que soprava dos “brik” era mais hábil que todos nós, e às vezes carregava as figurinhas para os quatro cantos do terreno baldio. Íamos encontrá-las depois, sem saber a quem pertenciam, desbotadas e empastadas de terra.

Por alguma razão misteriosa, lembro-me daquela praça e daquele vento toda vez que penso na precariedade de minha memória. Minhas figurinhas estão perdidas por todos os cantos, e misturaram-se para sempre com as de tantos companheiros que vieram traçar círculos no mesmo terreno baldio: sofreram com o vento, o sol e a chuva e todo o cuidado em espanar a terra que as cobre não lhes devolve o antigo colorido.

O fato é que lutei sempre com uma dificuldade enorme para lembrar o que quer que seja, e tenho convivido desde criança com a sensação de que tudo aquilo que sei precisa sempre ser retomado *da capo*. Para quem começa a escrever um “memorial”, é uma sensação trágica, que não chega a ser compensada por outra – a de que apenas as emoções ficaram: se isso é verdade, contar é reviver: nada de *res gestae*, apenas o *rem gerere* dos ruminantes. (ILARI, 1996, p. 1-2)

O memorial acadêmico possui como temática a recriação do percurso intelectual e profissional daquele que escreve, assemelhando-se a uma autobiografia intelectual. Raramente publicado, é redigido numa situação de concurso, o que lhe impõe uma finalidade singular: fazer com que esse percurso seja aprovado pela banca de examinadores. A arguição a respeito do que se narra é um momento de avaliação importante do concurso de ingresso como professor em uma universidade, bem como de outros concursos que fazem parte da vida acadêmica: o de efetivação docente, o de livre-docência e o de titularidade. Há, então, um enunciador que, ao relatar sua vida, busca comprovar que foi adquirindo competências suficientes para ser sancionado de forma positiva pelo enunciatário. A princípio, esse gênero, pertencente à esfera das atividades científicas e acadêmicas, parece cumprir uma função bastante utilitária e nada estética.

Tendo isso em vista, propomos neste artigo um estudo semiótico discursivo do *éthos* do enunciador dos memoriais acadêmicos produzidos na Faculdade de Letras e no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, dos anos 70 aos dias atuais. Foram selecionados para a análise 10 exemplares de cada área, em função da representatividade que possuem em relação ao todo.¹

O recorte temporal proposto possibilita a categorização dos exemplares em, ao menos, dois modelos distintos, ligados a décadas específicas. Assim, o *modelo 1* está atrelado à década de 70 na Faculdade de Letras e às décadas de 70 e 80 no Instituto de Biociências; o *modelo 2*, às décadas de 80, 90 e 2000 na Faculdade de Letras e às décadas de 90 e 2000 no Instituto de Biociências. Como será mostrado, enquanto os textos do *modelo 1* apresentam-se, predominantemente, quase como currículos expandidos ou relatórios de atividades acadêmicas e científicas, os do *modelo 2* abarcam também a vida privada, falam da infância e das relações familiares e de amizade, abrindo-se inclusive à incorporação de fotos pessoais e de outras recordações.

De cada modelo, depreende-se, enquanto tendência, um modo próprio de organizar discursivamente a memória do passado, ou seja, um modo de dizer e de estar no mundo, um sujeito, um *éthos*. Nesse sentido, a noção de *éthos* e a de estilo são convergentes:

Pensamos no estilo como o modo próprio de dizer de uma enunciação, única, depreensível de uma totalidade enunciada. Essa perspectiva faz com que as relações de sentido converjam recorrentemente para um centro que, longe de mostrar um sujeito empírico, cria o próprio sujeito. (DISCINI, 2003, p. 17)

¹ Este artigo recupera algumas das conclusões a que chegamos em nossa pesquisa de doutorado (BARROS, 2011), realizada com bolsa do CNPq.

O *éthos* será, portanto, entendido, tal como vem sendo trabalhado pela semiótica de linha francesa, como um simulacro produzido no e pelo discurso. Sua apreensão constitui parte importante do exame da relação entre os parceiros da comunicação – o enunciador e o enunciatário –, pois, ao projetar um simulacro, o enunciador leva em conta a imagem que acredita que o enunciatário possui dele (DISCINI, 2003, p. 29). Como afirma Maingueneau sobre o *éthos*: “Não se trata de uma representação estática e bem delimitada, mas, antes, de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário através da própria fala do locutor” (2008, p. 14).

Os gêneros mais flexíveis, como os literários, permitem recortar, com grande facilidade, *éthe* bastante diversificados nas obras que os realizam, o que não ocorre com aqueles pouco flexíveis, como receitas e bulas de remédio, pois apresentam um *éthos* mais estereotipado. Um discurso de um determinado gênero que manifeste um *éthos* do enunciador não esperado pelo enunciatário pode comprometer a relação de crença existente entre eles ou, então, renová-la.

A bula, conforme mostra Discini (2009), é um gênero bastante rígido e que, assim, não permite muita variabilidade na construção do simulacro do enunciador; pressupõe um estilo tendente aos efeitos de objetividade, com “ares” de discurso científico e um corpo construído como asséptico e isento. Imaginemos agora uma bula de remédio que, ao contrário do previsto, possua um *éthos* passional, descomedido, ao qual falta a objetividade. A presença desse *éthos*, como fiador do discurso que é, em princípio, tornaria não confiável tudo o que é dito ali. Além disso, ela poderia criar uma sensação de desconforto, de estranhamento para o enunciatário, que pode ser indesejável, a não ser no caso de tratar-se de uma paródia do gênero. Não se deve esquecer que as coerções de gênero podem prestar-se a subversões.

Duas memórias, dois memorialistas

No gênero memorial acadêmico, o enunciador, em busca da sanção positiva da banca e, assim, da comunidade acadêmica, apresenta sua trajetória intelectual e profissional orientado pelo objetivo de vê-la aprovada por seus pares. Afinal, isso significa o reconhecimento do candidato como um professor-pesquisador competente e apto a passar em determinado concurso. Essa cena genérica parece, em grande parte dos casos, ser determinante do modo como o *éthos* dos memorialistas irá se construir, uma vez que a projeção de uma imagem de eficiência, de neutralidade, de dedicação e de coerência, entre outros elementos, parece fundamental para que o candidato seja bem avaliado.

De fato, é o que observamos nos memoriais do *modelo 1* (aquele que aparece mais nas décadas de 70 na Faculdade de Letras e nas décadas de 70 e 80 no Instituto de Biociências). Eles são escritos, predominantemente, na norma culta, segundo um registro formal, indicando o domínio da variante de prestígio. Com relação ao léxico, é importante ressaltar a reiterada presença de termos técnicos. Essas características conferem ao enunciador uma imagem de competência compatível com as expectativas relativas à situação de comunicação, tanto em relação aos conhecimentos exigidos por sua área de atuação, como à própria escritura do memorial. Não bastaria que o narrador afirmasse conhecer bem a área ou saber fazer um memorial. É preciso que seu dizer “comprove” isso, por meio de, entre outros recursos, o emprego da metalinguagem própria à sua área de estudo, como neste caso:

- (01) Durante esse estágio, dedicou-se ao estudo de Sistemática de *Drosophila*, tendo sido co-autor da descrição de duas espécies novas dessa mosca: *Drosophila neoelliptica* species nova C. Pavan e L. E. de Magalhães – publicados nas páginas 16 e 19 de: 1. PAVAN, C., 1959 “Espécies Brasileiras de *Drosophila* II”, Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo CXI. Biologia Geral n.º. 8, 1959, 37 págs. (MAGALHÃES, 1978, p. 3)

Algo próprio também do *modelo* em questão é o uso abundante de topônimos e de cronônimos, elementos que possuem a função de ancoragem e que visam, portanto, a “construir o simulacro de um referente externo e a produzir o efeito de sentido ‘realidade’” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 30). É o que observamos no memorial de Antonio Candido (“na Universidade de São Paulo”; “em dezembro de 1960”; etc.), no qual também há um largo emprego de antropônimos (“Roberto Schwarz”). Tais elementos, responsáveis pela ilusão do real, produzem ainda o efeito de um fazer metódico, pressuposto à elaboração do texto. Tudo o que se narra é datado, documentado, comprovado, como deve ser em um texto que faz parte do universo acadêmico. Geralmente o relato é ainda todo permeado pela indicação da documentação que acompanha o memorial e serve de prova “incontestante” do que é narrado.

- (02) Contratado em dezembro de 1960 para inaugurar na Universidade de São Paulo o ensino de Teoria da Literatura, o candidato se preocupou desde logo em formar uma equipe, que pudesse continuar e desenvolver as atividades da disciplina recém-criada.

O primeiro elemento recrutado, Roberto Schwarz, foi encaminhado com este intuito para os Estados Unidos no fim de 1961. Lá estudou sob a orientação de René Welleck no Departamento de Literatura Comprada (que engloba Teoria da Literatura) da Universidade de Yale, obtendo grau de mestre. De volta, foi nomeado Assistente no fim de 1963. (CANDIDO, 1974, p. 21)

Esse detalhamento, que confere alto índice de iconização às figuras, fortalecendo o efeito de objetividade, conecta-se a outros aspectos discursivos. Nota-se, com relação à discursivização da pessoa, que é utilizada a embreagem enunciativa da enunciação e do enunciado (o narrador é construído de maneira implícita e o ator do narrado é chamado de “candidato” ou por um “ele”), produzindo um distanciamento entre a instância da enunciação e o próprio enunciado (FIORIN, 1996). Tal recurso cria a ilusão de que a trajetória do candidato “narra” a si mesma: é como se não houvesse um sujeito discursivo por trás dos fatos. O efeito é de objetividade, mas não de qualquer objetividade. Temos uma objetividade afim com aquela conferida pelo discurso acadêmico.

A linguagem possui pouquíssimas marcas de subjetividade, conforme mostra a escassa utilização de adjetivos com semantização mais emocional, como “horrendo”, “maravilhoso” ou “amedrontador”, e a quase ausência de advérbios modalizadores, como “lamentavelmente”. Essa escolha lexical, de um modo geral, reforça, nos textos do *modelo 1*, a distância estabelecida entre o enunciado e a enunciação, como se nota na expressão utilizada em Candido para se referir a Roberto Schwarz: “elemento recrutado”. O uso dominante da pontuação com baixo impacto emocional – marcado pela rarefação de exclamações e reticências, entre outros recursos – corrobora o tom de uma subjetividade contida. Revela-se, assim, uma imagem de enunciador construída segundo o efeito de distanciamento. O simulacro criado é o de alguém que não se deixa levar pelos afetos na tomada de decisões profissionais. É o *dever* que modaliza o sujeito em sua relação com o trabalho, sempre preocupado com os rumos da Universidade, do departamento, da área.

Até aqui apontamos algumas características de estilo próprias aos memoriais do *modelo 1*. Entretanto, é preciso lembrar que estamos trabalhando com dois modelos de memorial e que diferenças significativas podem ser verificadas no modo de construir o *éthos* em cada um. Uma das principais inovações do *modelo 2* é que, nele, o *éthos* incorpora uma série de características sensíveis. Podemos tomar o termo “sensível” na sua dupla acepção: a que aponta para as paixões, os afetos e a que aponta para o universo perceptivo. Passemos, então, à análise dos textos mais recentes.

Chama a atenção o uso dominante da debreagem enunciativa de pessoa em um texto que circula no meio acadêmico; debreagem enunciativa tanto da enunciação – narrador diz *eu* – quanto do enunciado – ator do narrado é também designado como um *eu* (FIORIN, 1996). O efeito é de subjetividade. O sujeito por trás da narrativa evidencia-se e ainda mostra, em parte, o seu comprometimento e a sua parcialidade em relação ao narrado; afinal, fala de si. Aproxima-se o enunciado da enunciação, assim como o enunciatário do enunciator.

A debreagem enunciativa está em sintonia com outras mudanças linguísticas e discursivas, verificadas nos memoriais mais recentes, que contribuem também para uma sensibilização maior do *éthos*. É o caso do emprego de um léxico mais afetivo e sensorial. Revela-se, assim, a presença de um sujeito que está imerso no mundo e o *sente*, como já se observa no fragmento do texto de Discini, que fala da dor da recordação:

- (03) Dói construir a memória. Dói crer que é possível fazê-lo. Estouram borbotões de toda espécie de água das barrancas mais ensombreadas pela vegetação trançada do tempo. Há ameaça de inundação pela escuridão aquosa. Se se foge, entretanto, para terreno batido e claro, com olhos pingando apenas o agora do agora, há, entre outros, o perigo de ter o olhar bebido pela tristeza das sombras renegadas. Avancemos, então; ou melhor, recuemos. É bom lembrar, aliás, que falar de escuros é também falar de clarões, já que em ambos habita a luz, quer como ausência, quer como presença. (DISCINI, 2002, p. 8)

Nos diversos trechos citados a seguir, notamos especialmente o uso de um número maior de adjetivos que expressam qualidades subjetivas (“querido”) e avaliações passionais (“incrível”); algumas vezes são intensificados pelos advérbios (“tão querido”, “muito feliz”). Também se tornam mais numerosos os advérbios que revelam como a vida é percebida pelo sujeito que a narra (“freneticamente”, “fervorosamente”), os possessivos, que mostram o vínculo do narrador com seu passado (“nosso”, “minha”), os verbos e substantivos que remetem ao universo sensorial ou passional (“desejava”). Além disso, as interjeições (“ufa”) se fazem mais frequentes e a pontuação é usada de maneira expressiva: a exclamação se torna recorrente no *modelo 2*.

- (04) Todo esse aprendizado não seria possível, sem a presença do nosso querido técnico Antonio Carlos Barbosa [...] (ANGYALOSSY, 2006, p. 5)
- (05) E foi assim que conheci a Professora Nanuza Luiza de Menezes!!! (ANGYALOSSY, 2006, p. 1)
- (06) Existiam pessoas cuja profissão era estudar, ensinar e fazer pesquisa! Incrível! Era isso que eu queria ser! (URSI, 2007, p. 2)
- (07) Foram eles que escolheram o tão querido Colégio de Santa Inês (bairro do Bom Retiro, São Paulo) para minha formação inicial. (URSI, 2007, p. 2)
- (08) Fiquei muito feliz ao ver a receptividade dos visitantes. (URSI, 2007, p. 9)
- (09) Ufa! 1979. (MATIOLI, 2001, p. 4)

- (10) Com o fim do Mestrado e início do Doutorado, comecei a me preocupar freneticamente em conseguir uma ocupação mais segura que aquela proporcionada por bolsas, desejava fervorosamente um emprego. (MATIOLI, 2001, p. 5)

Enfim, existem muitas diferenças entre os textos pertencentes a cada *modelo*, mas há dois aspectos que se destacam no que diz respeito às mudanças na configuração do *éthos* do memorialista: a ênfase que ganhou a construção do efeito de singularidade e o fortalecimento da dimensão do prazer.

Iniciemos pelo primeiro aspecto. O *éthos* depreendido dos memoriais revela um sujeito único, singular, uma vez que cada memorialista passa a diferenciar-se dos demais conforme o tom asséptico, predominantemente voltado aos efeitos de objetividade e de neutralidade, vai sendo enfraquecido, o que ocorre sobretudo nas páginas iniciais ou finais dos textos.

Ao compararmos os *éthe* que podemos depreender dos memoriais do *modelo 1*, encontramos uma grande semelhança em sua configuração, o que indica que as coerções genéricas se avolumam em relação ao estilo autoral. Não é o que ocorre quando confrontamos os diversos textos do *modelo 2* e descobrimos uma diferenciação maior entre os *éthe*. Há no *modelo 2* uma flexibilização do gênero, que favorece o estilo de autor.

Existem, porém, limites para essa flexibilização. Não foi abandonada a imagem de eficiência, de competência institucional, mas agrega-se a ela a marca da individualidade, própria a gêneros mais flexíveis que possibilitam, como foi dito, a emergência de um estilo autoral. A leitura dos memoriais produzidos nos últimos anos parece revelar que o efeito de singularidade, de mostrar-se diferente dos demais, é algo desejável para que o enunciador seja sancionado de forma positiva. Se o sujeito é único, ele pode tornar-se também imprescindível.

A diversificação dos textos é que nos permite fazer tais constatações, algo já presente em sua organização. Se tomarmos o sumário dos memoriais do *modelo 1*, encontraremos tópicos bem parecidos de um texto para o outro (Formação, Docência, Títulos, Prêmios, Publicações, Orientações, etc.), enquanto nos memoriais do *modelo 2* isso varia mais. Embora a ordem cronológica quase sempre prevaleça, os exemplares desse segundo modelo são divididos e subdivididos de maneiras diversas.

É preciso enfatizar que, em ambos os *modelos* de memorial, geralmente, a vida é analisada e dividida em fases, que recebem depois uma classificação, o que contribui para a criação do *éthos* do memorialista como o de um professor-pesquisador apto para o trabalho numa universidade, já que essa forma de organização retoma uma característica central dos discursos pertencentes a gêneros que circulam na esfera científica e também na didática. O narrador, identificado ao enunciador, mostra-se assim como alguém capaz não apenas de narrar seu percurso profissional, mas também de analisá-lo. O memorial do professor Antonio Candido é exemplar quanto a tais características. Ele encontra-se dividido segundo os itens: A. Atividades básicas, B. Atividades docentes, C. Principais cursos breves, conferências, etc., D. Formação de quadros docentes e de pessoal qualificado, E. Atividades complementares. Cada item, por sua vez, subdivide-se em novos itens.

O que muda, portanto, do primeiro para o segundo modelo é que as formas de dividir o texto se tornam mais variadas. Passa a ser possível nomear os tópicos levando em conta os lugares, as cidades ou as instituições por onde o candidato passou: “I. Montes

Claros. Família. Primário. Ginásio”; “2. Belo Horizonte. Científico. Clássico”, etc. (LAFETÁ, 1999). Outra solução é organizar o memorial de acordo com os diferentes papéis assumidos pelo candidato ao longo da vida: estudante (“Formação”), professor (“Cursos ministrados”), pesquisador (“Publicações”), entre outros. Há aqueles que preferem ainda outras formas de divisão, estabelecidas a partir de mudanças importantes: “Antes de Abidjan”, “Em Abidjan”, “Depois de Abidjan”, para a professora Margarida Petter, que viveu 6 anos na Costa do Marfim, tornando-se uma linguista especializada em línguas africanas: “A experiência africana foi definitiva e exemplar” (PETTER, 2008, p. 13). A liberdade maior na organização dos textos faz emergir sujeitos singularizados, ou seja, projeta um estilo autoral, a ser confirmado em outras obras dos mesmos autores.

Os nomes escolhidos para cada uma das partes já revelam posições diferentes com relação ao passado e com a vida em geral. A parte dedicada propriamente à narrativa da trajetória intelectual pode ser chamada de Histórico, Diário, Memória, Percurso, Introdução, Relato(s), Perfil profissional, Trajetória de vida, Apresentação, Parte 1, entre outros. Geralmente, o “Diário” possui um tom mais confessional e íntimo; já o tom do “Perfil intelectual” é o da ciência; o do “Relato” pode ser mais jornalístico; etc. Assim, há memorialistas saudosos, grandiloquentes, assépticos, debochados, contidos, derramados, irônicos. Em Angyalossy, reconhecemos certo saudosismo, o passado é reconstruído como período repleto de aromas e cores, enquanto em Neves as ironias e as críticas recorrentes ajudam a compor um tom mais ácido:

- (11) Nasci em uma fazenda de café e desde cedo convivi com o cheiro dos grãos de café secando no terreiro – trago este aroma em minha mente até hoje [...] (ANGYALOSSY, 2006, p. 1)
- (12) A Antropologia Biológica pré-histórica praticada, à época, no Brasil, remetia-se ainda às velhas escolas raciológicas e tipológicas européias do século XIX. Media-se primeiro para pensar depois (na melhor das hipóteses). (NEVES, 2007, p. 7)

Embora não seja intenção deste trabalho analisar a parte gráfica, é inegável que ela confirma nossas afirmações. É possível, no *modelo 2*, variar a escolha de fontes, o espaçamento, a configuração da página, o tamanho dos títulos e subtítulos, entre outros recursos. Com relação às capas, notamos que as de cor preta, vinho ou azul, com letras douradas ou prateadas, remetendo a um *éthos* mais impassível, a um tom de voz mais solene e a um corpo rígido, deu lugar a algumas outras possibilidades.

Encontramos variados tipos de papel compondo tanto a capa quanto a contracapa, o que produz diferentes impressões táteis para o leitor. Além disso, é possível inserir cores, letras em fontes pouco usuais, imagens, formas geométricas, como vemos em Leite (2006):

MARLI QUADROS LEITE

MEMORIAL

*Concurso para provimento de cargo de Professor Livre-Docente
na Área de Língua Portuguesa, junto ao Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

São Paulo, 2006

Figura 1. Contracapa de memorial

Houve uma flexibilização do gênero, mas é necessário ressaltar que essa flexibilização é bem menor do que a que encontramos, por exemplo, em obras literárias. Se o ator da enunciação deve mostrar que é único, constituindo-se como efeito de *singularidade*, não pode deixar de enfatizar que corresponde ao que se espera de um professor-pesquisador, adequando-se a certos padrões. Inclusive, o próprio efeito de *singularidade* deve ser entendido no trato com as coerções do gênero.

O segundo aspecto que abordaremos com relação às mudanças ocorridas na configuração do *éthos* dos memorialistas diz respeito à incorporação da dimensão do *prazer*, que aparece como exigência do *modelo 2* de memorial acadêmico. A imagem do enunciador passa a remeter a um sujeito que *sente* o mundo representado, ou seja, o passado emergente na linguagem. Constrói-se como alguém cuja relação com o trabalho, com a vida profissional, é fonte de *prazer*. E aqui podemos recuperar o prazer em dois sentidos diferentes, ligados às duas acepções de “sensível”, já comentadas.

Parret (2006) mostra que há uma classe de prazeres associada à satisfação de uma necessidade. A outra classe diz respeito aos prazeres que, livrando-se da necessidade, conquistaram a autonomia: prazeres lúdicos, prazeres gratuitos. A experiência estética faz parte deste grupo. Assim, haveria duas maneiras de sermos afetados: pelos desejos e pelas sensações. Cada uma dessas classes insere-se em uma tradição filosófica diferente.

Entretanto, o que o autor busca é estabelecer um fundo comum a essas duas formas de prazer. Assim, encontra o corpo como substrato necessário nas duas perspectivas: corpo-desejo e corpo-sensação, duas figuras do que chama de corpo-em-vida. O corpo aproveita tanto os desejos em profundidade (vertical) quanto as sensações de superfície (horizontal), sendo o prazer tributário de ambos. Parret afirma ser o prazer a “interface das necessidades e das sensações. E o corpo-em-vida é o nó do corpo-desejo e do corpo-sensação” (2006, p. 142; tradução nossa).²

Além disso, nas duas formas, o prazer é sempre vivido por nosso *corpo* como não-dor. Parret busca descrever o que chama de “momento essencial do prazer”, que seria a vivência de um alargamento do tempo da presença, de maneira que nenhum suplemento de duração possa ultrapassá-lo, somado a uma difusão corporal, já que é o corpo em sua unidade (e assim totalidade) que vive o prazer: “O prazer em sua plenitude *implode* e *explode*, tensividade constitutiva do prazer do corpo-em-vida. Esta é a verdade do prazer” (PARRET, 2006, p. 133; tradução nossa).³

Essas duas formas de prazer são colocadas em cena nos memoriais mais recentes. Em alguns, como no de Leite, o trabalho universitário aparece como realização de um *desejo*: “uma tendência forte”, “uma convocação”. O sujeito, em sua relação com o trabalho, é modalizado pelo *querer*, além do *dever*.

A intensidade do *querer* faz com que o sujeito praticamente perca o domínio de si, como se, cindido em dois, fizesse desse estado passional um destinador que vem tomar, de certa forma, o controle da situação. O “prazer de ter feito algumas pessoas reconhecerem o alfabeto” é a recompensa por buscar o objeto desse *querer* intenso. O prazer liga-se nesses casos à noção de *vocação*. Neves também fala do *desejo* que se impõe ao sujeito,

2 No original: “[...] interface des besoins et des sensations. Et le corps-en-vie est le noeud du corps-désir et du corps-sensation”.

3 No original: “Le plaisir dans sa plénitude *implose* et *explose*, tensivité constitutive du plaisir d’un corps-en-vie. Telle est la vérité du plaisir”.

figurativizando-o como “necessidade quase visceral”, ou seja, algo inevitável por perpassar o corpo em toda a sua profundidade.

- (13) Ainda consigo sentir o prazer de ter feito algumas pessoas reconhecerem o alfabeto, assinar o próprio nome e ler algumas palavras. Essa era uma tendência forte em minha vida, uma convocação da qual não poderia passar ao largo. (LEITE, 2006, p. 10)
- (14) O fato é que eu, ao final dos anos 1980, estava me tornando a passos largos um amazonista, e eu nunca quis me transformar em qualquer tipo de “ista”. Além disso, eu já estava sentindo uma necessidade quase visceral de voltar a dedicar uma boa parte de meu tempo a materiais esqueléticos humanos de origem arqueológica. (NEVES, 2007, p. 12)

O período da infância, quase ausente nos memoriais do *modelo 1*, torna-se assim de grande relevância. É possível localizar no passado mais remoto a vontade de pesquisar, de ser professor, de conhecer, de experimentar. Essa vontade estabelece a direção para o percurso do sujeito.

Encontramos também nos memoriais a outra forma de prazer. A relação do sujeito com o mundo aparece, então, como pautada por aspectos sensoriais, o que resulta em fruição. Como um bom vinho, o conhecimento do professor acaba por “inebriar” Neves. A satisfação de entrar em contato com um vasto saber é vivida como entorpecimento do corpo.

- (15) Seu conhecimento quase ilimitado sobre a diversidade social e cultural das populações primitivas, maiormente sobre as populações indígenas brasileiras, me inebriava e foi o trampolim a partir do qual enveredei para os estudos sobre sociedades de caçadores-coletores e sobre sociodiversidade humana em geral, seja via arqueologia, seja via antropologia de populações a nós contemporâneas. (NEVES, 2007, p. 7)

Angyalossy recorda o “cheiro dos grãos de café”; a intensidade do aroma é responsável por fazer com que o sujeito no presente possa ainda senti-lo como impressão fixada na memória (ver exemplo 11).

Essa classe de prazeres pode ainda se revelar no emprego de uma linguagem mais literária, que traz para o memorial o fenômeno estético, tão bem explorado por Greimas (2002) em *Da imperfeição*. O semiótico mostra, nessa obra, como a experiência estética rompe a vida representada, operando uma mudança de isotopias, e estabelece uma relação sensorial entre sujeito e objeto.

É o que encontramos em Arrigucci, que apresenta as “imagens” que se alternavam em sua vida de menino: as cidades e a roça.

- (16) O Rio era então o mar e a cidade grande, o maravilhamento da luz, em contraste com uma São Paulo cinzenta e meio ameaçadora, mal percebida de passagem pelos quartos de hotel – sobretudo do City Hotel daquele tempo – ou no rebuliço assustador das ruas. Essas imagens se alternavam, em minha vida de menino, com as da roça, do mato e dos rios, do Campo Triste, das caçadas e pescarias, das fazendas de colonos que eu visitava muitas vezes com meu pai, no atendimento aos chamados dos doentes (ARRIGUCCI JR., 1990, p. 1)

Para recriar discursivamente as lembranças dos dois espaços e, assim, promover sua alternância no texto, o narrador investe numa forte densidade semântica, dada pela figurativização. Um universo sensorial, e principalmente visual – de claros e escuros –, apresenta-se para o leitor. São Paulo, cidade “cinza”, contrasta com o Rio, repleto de “luz”. O cromatismo encontra correspondência nos estados de alma do menino: se a ausência

de luz pode ser ameaçadora, sua presença provoca o “maravilhamento”. O impacto do encontro com as grandes cidades sobre a criança é forte, assim como sobre o enunciador e o enunciatário, o que se revela principalmente pela descrição muito breve feita das duas metrópoles: privilegiam-se os aspectos sensoriais que parecem concentrar o sentido dado a elas. A metonímia que descreve o Rio (“Rio era então o mar”), por exemplo, intensifica o choque, por meio do uso não-corrriqueiro da linguagem e também por apresentar a cidade de maneira tão condensada. Cabe ao enunciatário desdobrar os sentidos aí investidos, desacelerando o impacto sensível causado pela figura de linguagem para chegar à compreensão.⁴ Ao encontro com as duas metrópoles opõe-se a vida cotidiana de cidade pequena, a que gera conforto, mas não “alumbramentos”. A rotina, no caso das “imagens na roça”, é nesse trecho construída pela enumeração, com sua forma redundante. Diversos elementos próprios à linguagem literária podem, então, ser reconhecidos em Arrigucci; a experiência da estesia deixa de pertencer apenas ao ator biografado ou ainda ao narrador recordador para ser compartilhada pelo enunciador e pelo enunciatário.

Considerações finais

A possibilidade de estabelecer dois modelos de memorial é flagrante da *relativa* estabilidade do gênero de que fala Bakhtin (2006). De natureza socioletal, o gênero discursivo remonta às práticas pouco a pouco sedimentadas pelo hábito das comunidades linguísticas e culturais no curso da história. Pode ser entendido, então, como um produto do uso, que se estabelece entre o sistema (*langue*) e a fala (*parole*). Sua análise parece-nos fundamental para os estudos da enunciação, pois, conforme Bertrand (2003), não se pode compreender a enunciação individual sem levar em conta as enunciações coletivas que a antecederam e que a tornam possível, uma vez que a sedimentação das estruturas significantes, resultantes da história, determina todo ato de linguagem:

A primazia da práxis enunciativa sobre o engajamento particular na fala em ato é um primeiro dado: a enunciação, a seu modo, convoca os produtos do uso que ela atualiza no discurso. Quando os revoga, ela pode transformá-lo, dando lugar a práticas inovadoras, que criam relações semânticas novas e significações inéditas. E esses enunciados, por sua vez, se forem assumidos pela práxis coletiva, poderão cair no uso, nele se sedimentando e assim se tornando convocáveis, antes de se desgastarem e serem revogados. [...] Essa dialética da práxis (sedimentação/inovação) questiona pois, prioritariamente, a espessura cultural do sentido. (BERTRAND, 2003, p. 88)

Os gêneros vivem, então, nesse ir e vir entre a sedimentação e a inovação. Assim, o exame desse objeto requer um olhar atento tanto para estabilidades (as invariantes) quanto para instabilidades (as variantes), como esperamos ter mostrado.

O uso das debreagens enunciativas de pessoa, de tempo e de espaço em grande parte dos memoriais produzidos na Faculdade de Letras a partir dos anos 80 e no Instituto de Biociências a partir dos anos 90, em oposição à enunciativa, própria dos textos anteriores, aponta para uma transformação bastante relevante, corroborada por outros recursos: o fortalecimento do efeito de subjetividade – que convive com o de objetividade – e do efeito de singularidade.

4 O impacto sensível é compreendido aqui a partir da noção de *acontecimento*, proposta por Zilberberg (2007).

Entre esses outros recursos, estão os elementos que revelam um *étos* mais passionalizado e sensibilizado, como o recorrente uso das interjeições, do léxico de caráter mais afetivo e sensorial, apenas para citar alguns. A incorporação da linguagem mais sensorial e afetiva contribui para criar uma imagem de enunciador menos distante de seu passado e ainda para estabelecer uma relação de prazer entre o memorialista e seu ofício.

É preciso dizer que a entrada do prazer nos memoriais é realizada de maneira tímida, já que sua recriação discursiva é localizada, pode ser depreendida de algumas passagens espaçadas. Ainda assim sua presença é relevante: indica que os memoriais atuais pedem um sujeito que se mostre afetado sensivelmente por seu trabalho para que seja bem avaliado. Isso é também bastante revelador da esfera de circulação da qual faz parte o memorial, o meio acadêmico brasileiro. Seria uma exigência atual desse meio construir o simulacro do cientista, professor e intelectual como o de alguém que sente prazer em realizar seu trabalho?

Essa análise parece, portanto, sugerir que houve mudanças na vida acadêmica em nosso país, no que se espera como imagem do professor-pesquisador, que precisa mostrar sua singularidade e também encontrar espaço para os prazeres individuais (*querer*) em meio aos projetos coletivos (*dever*).

REFERÊNCIAS

ANGYALOSSY, V. *Memorial*. 2006. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Botânica) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARRIGUCCI Jr., D. *Memorial*. 1990. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Teoria Literária) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, M. L. P. *O discurso da memória*. Entre o sensível e o inteligível. 2011. 307 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução do Grupo Casa. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

CANDIDO, A. *Memorial*. 1974. Memorial acadêmico (Memorial apresentado ao concurso para provimento de um cargo de Professor Titular no Departamento de Linguística e Línguas Orientais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DISCINI, N. *Memorial*. 2002. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Semiótica: da imanência à transcendência (questões sobre estilo). *Revista Alfa*, São Paulo, Unesp, v. 53, n. 2, p. 595-617, 2009.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. Tradução de Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 2008.

ILARI, R. *Memorial*. 1996. Memorial acadêmico (Memorial apresentado ao concurso para provimento de um cargo de Professor Titular no Departamento de Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LAFETÁ, J. L. Memorial acadêmico. In: *Homenagem a João Luiz Lafetá*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. p. 13-40.

LEITE, M. Q. *Memorial*. 2006. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, L. E. *Memorial*. 1978. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso de Professor Adjunto no Departamento de Biologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MATIOLI, S. R. *Memorial*. 2001. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Biologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NEVES, W. *Memorial*. 2007. Memorial acadêmico (Memorial apresentado ao concurso para provimento de um cargo de Professor Titular no Departamento de Genética e Biologia Evolutiva) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARRET, H. *Sutures sémiotiques*. Limoges: Editions Lambert-Lucas, 2006.

PETTER, M. M. T. *Memorial*. 2008. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

URSI, S. *Memorial*. 2007. Memorial acadêmico (Memorial apresentado no concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de Botânica) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZILBERBERG, C. Louvando o acontecimento. Tradução de Maria Lucia Vissotto Paiva Diniz. *Revista Galáxia*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 13-28, jun. 2007.

Tensão e narração em *Tropa de Elite 2*

(Tension et narration dans *Troupe d'élite 2*)

Mônica Baltazar Diniz Signori

Departamento de Letras – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

emesignori@gmail.com

Résumé: Ce travail se fonde sur la sémiotique greimassienne et décrit la construction de la signification dans le film *Troupe d'élite 2*, endémontrant le rapprochement entre les personnages Nascimento et Fraga, initialement caractérisés comme des antagonistes. Grâce à des superpositions produites par le syncrétisme cinématographique, notamment l'association entre les langages visuel et verbal, la narration de Nascimento donne voix peu à peu à Fraga et crée des effets d'un discours indirect libre qui intègre les horizons énonciatifs des deux personnages au coeur de la tension qui les constitue. Ils sont caractérisés à partir d'un seul axe de signification, situé dans une toile idéologique, et ils font converger vers eux-mêmes toute la narrativité pour la condenser et la lancer vers un point de fuite qui se trouve à Brasília, choix qui explicite bien le contrat réel passé entre l'État et les citoyens brésiliens.

Mots Clés: sémiotique greimassienne; syncrétisme; langage cinématographique.

Resumo: Sustentado pela semiótica greimasiana, este trabalho descreve a construção da significação em *Tropa de Elite 2*, demonstrando a aproximação dos personagens Nascimento e Fraga, caracterizados, inicialmente, como antagonistas. Por meio de sobreposições produzidas pelo sincretismo cinematográfico, em especial pela associação das linguagens visual e verbal, a narração de Nascimento gradativamente dá voz a Fraga, criando efeitos de um discurso indireto livre que integra os horizontes enunciativos dos dois personagens em meio à tensão que os constitui. Configurados, em essência, a partir de um mesmo eixo significativo, posicionado no emaranhado de uma teia ideológica, fazem convergir para eles toda a narratividade para, depois de condensá-la, lançá-la em direção a um ponto de fuga localizado em Brasília, assim explicitando o real contrato mantido pelos cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: semiótica greimasiana; sincretismo; linguagem cinematográfica.

Operações de triagem no cenário nacional

Com o objetivo de representar o Brasil entre os trabalhos selecionados para concorrerem ao prêmio de melhor filme estrangeiro no Oscar 2012, *Tropa de Elite 2*, com direção de José Padilha, foi escolhido por consenso pela Comissão Especial de Seleção designada pela Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura.

Ancorado pelo subtítulo *O inimigo agora é outro*, o filme remete ao primeiro *Tropa de Elite*,¹ em que, pelo ponto de vista de um policial em ação no BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia do Rio de Janeiro), aborda-se o problema da criminalidade, em especial do tráfico de drogas nos morros cariocas. Orientado pela máxima “missão dada é missão cumprida”, o primeiro *Tropa de Elite* descreve o mergulho de um policial – capitão Nascimento – na crença sintetizada pela concepção de que “bandido bom é bandido morto”, que imerge em uma disputa bélica aqueles que são julgados contraventores

1 Direção: José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções Audiovisuais, 2007. 1 DVD (115 min.).

e os designados para combatê-los. Nesse contexto ideológico, a sociedade é marcada por relações de contradição que legitimam a luta entre cidadãos e não cidadãos e, consequentemente, o assassinato dos que são caracterizados pelo viés do não pertencimento ao espaço social, devendo, por isso mesmo, ser eliminados.

Vida e morte em tempos de guerra

Passam-se os anos e o estado permanece o mesmo: sons de armas sendo carregadas associam-se à legenda “Rio de Janeiro, dias de hoje”, instaurando um presente que eterniza o conflito na Cidade Maravilhosa. Assim tem início *Tropa de Elite 2*: de um lado, mãos habilidosas preparam poderosas armas de fogo; de outro, a engenharia hospitalar coloca em ritmo de espera impotente aquele que deseja a manutenção da vida – frágil, exposta, cercada pelas estratégias de uma inteligência a serviço da morte. Abatido, com profundas olheiras, 15 anos mais velho, apresenta-se o capitão Nascimento, agora coronel, no fogo cruzado da vida que teima em resistir em meio ao arsenal da batalha que a circunscreve: ao sair do hospital onde vela por seu filho gravemente ferido, é atacado por milicianos.

A câmera aproxima-se em close do carro de Nascimento totalmente alvejado, focando a destruição e a morte, em aparente cenário de passividade e derrota, que é imediatamente reconfigurado: o som do tiroteio se esvai, dando lugar à conhecida voz do capitão do primeiro *Tropa de Elite*. Para alívio de quem acompanha o herói, rompe-se a passividade, equivalente à morte, e evidencia-se a atividade, sem a qual a vida não se mantém.

Instaura-se a figura do narrador que, em retrospectiva, analisa sua própria existência: “eu dei muita porrada em viciado, esculachei muito policial corrupto, mandei um monte de vagabundo pra vala, mas não foi nada pessoal: a sociedade me preparou pra isso. E missão dada, parceiro, é missão cumprida” (1).² Entender a vida para Nascimento – “é na hora da morte que a gente entende a vida” (1) – significa refletir sobre sua ação como policial, marcada pela violência e pela morte, mas “nada pessoal”, tudo resultado do cumprimento de um compromisso social de trabalho: “a sociedade me preparou pra isso”, e espera, portanto, que a “missão dada” seja executada profissionalmente, mesmo que para isso seja necessária uma *performance* de guerra.

Enunciativamente, o foco sobre o carro baleado cria um efeito de sentido de “acerto de contas”, confrontando destinador e destinatário³ por meio de um diálogo muito próximo em que toda avaliação deixa de objetivamente recair sobre fatos, voltando-se para os responsáveis pelo acordo definidor dos acontecimentos, como se a câmera levasse o destinador a

2 Os números colocados entre parênteses após a transcrição de falas do filme referem-se ao capítulo em que elas se expressam.

3 “A sintaxe narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo. Para entender a organização narrativa de um texto, é preciso, portanto, descrever o espetáculo, determinar seus participantes e o papel que representam na historiazinha simulada.

A semiótica parte dessa visão espetacular da sintaxe e propõe duas concepções complementares de narrativa: narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca dos valores investidos nos objetos; narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos. As estruturas narrativas simulam, por conseguinte, tanto a história do homem em busca de valores ou à procura de sentido quanto a dos contratos e dos conflitos que marcam os relacionamentos humanos.” (BARROS, 2005, p. 20)

olhar detalhadamente para o resultado do contrato estabelecido. Esse efeito é explorado ao máximo quando, após o foco, a tela apresenta-se totalmente escura, permanecendo apenas a voz de Nascimento – “mas não foi nada pessoal: a sociedade me preparou pra isso. E missão dada, parceiro, é missão cumprida” (1): não há imagem, não há fatos em destaque, há a chamada de responsabilidade para as consequências de um pacto social mantido por diferentes atores, representados pelo *eu* que se projeta no enunciado, possível apenas pela relação que mantém com o *tu*, expresso como “parceiro”.

O dever acima de tudo

Ao contrário do que faz parecer inicialmente, *Tropa de Elite 2* não se resume à abordagem da história do capitão Nascimento por ele mesmo, mas evidencia uma espécie de confronto entre aqueles que determinam o contrato social no âmbito do qual se movimenta o policial: estabelecido o contexto de guerra decorrente desse compromisso, *flashes* com cenas do primeiro *Tropa de Elite* retomam o percurso de ação do profissional, destacando-se a violência com que se busca resolver o problema da criminalidade, o que resulta em igual violência na preparação do próprio policial, que precisa acostumar-se com situações de pressão extrema, como, efetivamente, em uma batalha. Os últimos instantes dessa sequência mostram o capitão envolto com o nascimento de seu filho, questão de ordem pessoal que é finalizada por uma briga com a esposa, retornando imagens relacionadas ao BOPE, especificamente de André Matias –policial formado por Nascimento para assumir o posto de capitão – e da caveira, símbolo da corporação.

Configuram, assim, esses *flashes*, a figurativização de Nascimento como aquele que colocou o trabalho acima de tudo. Por isso, com a tela novamente escurecida, reafirma seu “acerto de contas” com o *tu*: “eu tentei salvar minha família e botei um cara confiável no meu lugar; não deu certo e eu voltei” (1). É a caracterização de um sujeito manipulado pelo dever, sendo seu manipulador a sociedade: “a sociedade me preparou pra isso”. Sua obediência é tão irrestrita – “missão dada é missão cumprida” – que ele chega ao ponto de romper com a família – negação do pessoal – para cumprir seu acordo com a sociedade – afirmação do profissional –, ficando “no BOPE por muitos anos” (1), até que comanda uma ação na “Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino, mais conhecida como Bangu Um” (1), quatro anos antes da cena inicial do filme (informação transmitida por legenda), em que foi atacado por milicianos.

Sanções extremas

Enquanto Nascimento controla uma brutal rebelião em Bangu Um, Fraga, professor de história, ministra uma aula. O professor é apresentado pelo policial como “intelectualzinho de esquerda” (2), informando que, em contrapartida, é considerado um “fascista” (2) pelo professor. Nessa aula, Fraga expõe sua interpretação sobre o sistema penitenciário – teoriza – no mesmo instante em que Nascimento opera – na prática – no presídio de segurança máxima do Rio de Janeiro. Verbalmente, pela narração de Nascimento, instala-se a oposição entre a ideologia de esquerda, figurativizada pelo “intelectualzinho” Fraga e a de extrema direita, figurativizada pelo “fascista” Nascimento. Visualmente, interpõe-se outra oposição – teoria e prática – de tal maneira que a ideologia de esquerda é associada

à teoria – que reflete –, enquanto a ideologia de extrema direita é associada à prática – que age. Ainda que claramente tematizado a partir dos percursos figurativos dos personagens Nascimento e Fraga, o jogo entre contrários é por vezes camuflado, pois ambos os personagens fingem respeito um diante do outro, informação explicitada pela narração: “quando a gente batia de frente, ele fingia que me respeitava; e a merda é que eu tinha que fazer a mesma coisa” (2).

Ao apresentar Fraga, a voz de Nascimento invade sua sala de aula, dimensão enunciativa em que o professor, a seu turno, teoriza sobre o espaço de ação do policial – Bangu Um –, que figurativiza, na explanação do intelectual, todo o sistema penal brasileiro. No espaço da teoria, Bangu Um é presentificada por meio de uma maquete, que é enquadrada em *close*, levando visualmente a narrativa para a Bangu Um de verdade, onde atua Nascimento. Verbalmente, entretanto, é a voz de Fraga que adentra o presídio, indefinindo os espaços enunciativos que caracterizam os dois atores.⁴

Posicionados ideologicamente em lados opostos, Fraga e Nascimento concordam em uma coisa: “Bangu Um lembra, e muito, a realidade atual da nossa cidade. O Rio de Janeiro hoje, ele está, vamos dizer assim, loteado em três facções criminosas que estão em constante conflito. E Bangu Um é exatamente a mesma coisa” (2). A partir desse ponto, os dois atores voltam com suas diferenças, pois, para Nascimento, “o certo era fechar a porta, jogar a chave fora e deixar os caras se trucidarem lá dentro” (2); o policial acredita que o sistema prisional pode ser um aliado na luta contra a criminalidade, devendo ser utilizado como instrumento de eliminação dos contraventores por eles mesmos. O professor, ao contrário, assinala o absurdo de uma organização que alimenta “ainda mais o ódio e a rivalidade entre” as facções criminosas (2). Para Nascimento, o problema não está na estrutura penitenciária, como o considera Fraga, mas nos próprios “vagabundos”, os traficantes, definidos pelo professor como “um bando de miseráveis, que não tiveram chance de educação, que não tiveram chance nenhuma na vida, trancados e esquecidos nas piores condições imagináveis e sendo controlados por uma polícia com forte tendência à corrupção” (2). O intelectual é interrompido em sua teorização e chamado à prática em Bangu Um para uma negociação com presos rebelados, controlados pelo BOPE, que permite que invadam as alas em que estão os inimigos de facções opostas, com o claro intuito de “deixar os caras se trucidarem”.

Julgamentos ferozes

Chega “o cara dos direitos humanos” (3) – Fraga – e tenta negociar com o objetivo de evitar mais assassinatos. O professor defende a vida negando a morte, opondo-se, mais uma vez, ao policial, que afirma a morte como condição de vida: é matar para não morrer – o que implica viver. E Bangu Um não é sala de aula, não é espaço de teoria, é campo de batalha, e é o lugar ocupado por Nascimento, que domina a situação e mata “o cara mais cascudo da história do Comando Vermelho”, depois que este executa “as principais cabeças do ADA”⁵ (3). Tanta euforia para o policial é inconcebível disforia para o professor:

4 Na semiótica greimasiana, o conceito de ator remete à representação discursiva dos actantes narrativos, sujeitos e objetos que compõem “o espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo” (BARROS, 2005, p. 20).

5 *Amigos dos Amigos*, uma das maiores organizações criminosas do Rio de Janeiro, rival do *Comando Vermelho*, igualmente criada nos presídios fluminenses.

“carnificina”, “massacre”, “execução” (4). Ostentando uma camiseta com “direitos humanos escrito em inglês e manchado de sangue” (4), e com a imprensa do seu lado – “aquela merda [a camiseta] virou manchete no mundo inteiro” (4) – Fraga faz ecoar sua voz, que se propaga rapidamente, dominando diversos espaços:

O BOPE entrou única e exclusivamente pra matar e matou. Aliás, fez o que está acostumado a fazer nas favelas do Rio de Janeiro: uma limpeza étnica, uma limpeza social. É isto o que eles fazem, é pra isto que eles são pagos: pra serem covardes. O BOPE hoje foi covarde no presídio assim como é covarde nas comunidades. (4)

O protesto de Fraga adentra a casa de Nascimento, marcando a intrincada e desafiadora relação entre os dois sem que o professor, entretanto, cobre diretamente do policial a responsabilidade pela ação que furiosamente recrimina:

Eu gostaria, uma vezinha só que fosse, é de ver o BOPE invadir e prender um traficante do condomínio de luxo, mas isso eles não fazem, não é, seu secretário de segurança pública? Lá, o caveirão não entra, não é comandante geral da polícia? (...) O que não podemos admitir é que um representante do Estado seja mais violento do que aqueles que a gente acha que precisam estar presos por serem violentos. É um absurdo, isso tá virando cotidiano, isso tá virando habitual, e ninguém acha estranho ter uma polícia cujo símbolo é uma caveira? Ter uma polícia cujo símbolo é a morte? Eu acho inexplicável, seu Governador. (4)

Fraga questiona abertamente o governo estadual com suas palavras, enquanto visualmente a cena mostra Nascimento cansado e abatido, sob o peso da contradição entre cumprir seu dever e ver sua missão sancionada tão negativa e duramente. Por meio do efeito sincrético de superposição de elementos da linguagem verbal e da linguagem visual, figurativiza-se a oposição representada por Nascimento e Fraga. Narrativamente, observa-se a reiteração do efeito de julgamento do acordo social: em sala de aula, em Bangu Um e, principalmente, na imprensa – para o grande público – Fraga constrói uma crítica ao contrato assumido e cumprido por Nascimento. Ao lado de destinador-manipulador (a sociedade) e destinatário (o sujeito manipulado, representado por Nascimento) já configurados no capítulo 1, instaura-se, por meio da figura de Fraga, o terceiro elemento indispensável nessa trama: o destinador-julgador. A partir de considerações a propósito da estrutura penitenciária, Fraga aborda as causas de uma organização que considera inadmissível, ampliando, com isso, seu julgamento, que não se circunscreve ao espaço prisional, atingindo o sistema que o sustenta.

Nascimento desliga a televisão, mas não cala a voz do professor, que continua a ecoar e chega aos ouvidos de Rafael, filho do policial:

Eu me sinto perplexo! O senhor vai ter que dar uma explicação, sim, e não adianta dizer, que o coronel Nascimento ignorou suas ordens. O coronel Nascimento foi covarde, sim, comandou todo o massacre, sim, mas quem manda na polícia é o governador. É dele toda a responsabilidade. (4)

Mais específico que Nascimento, Fraga não cobra da coletividade o compromisso pelos efeitos da ação policial, mas mantém enunciado o jogo entre manipulador e julgador, configurando Nascimento como o responsável pela *performance*, situação que destaca o coronel – já que é ele quem comanda as operações policiais – e isenta de sanção o manipulador.

E é assim que Nascimento – entre vítima e algoz – toma para si, pessoalmente, as críticas do professor – “eu fiz tudo pra salvar o Fraga e o cara me esculachou” (4) –, e responde pela *performance* realizada: “a responsabilidade é minha; o comando é meu” (4).

Tragédia anunciada

Diante de problema tão grave como é o tráfico de drogas e armas no Rio de Janeiro, variados setores da organização social apresentam-se como juízes, ampliando o papel já desempenhado por Fraga: diversas vozes ecoam e sancionam de maneira complexa a atuação de Nascimento em Bangu Um, à qual lançam diferentes pontos de vista.

Pela sociedade em geral, a operação é aplaudida, confirmando o cumprimento do acordo profissional inicialmente verbalizado: “a sociedade me preparou pra isso”, vale dizer, ‘me conferiu o dever-matar’, e agora, como julgadora, avalia positivamente a *performance* de seu sujeito.

Pela família do policial, sua postura é questionada, gerando conflituosas questões de ordem pessoal, agravadas pelo fato de que sua ex-mulher, Rosane, agora está casada com Fraga, que influencia Rafael – filho de Nascimento –, colocando o garoto no centro da oposição figurativizada por Fraga e Nascimento.

Finalmente, os políticos se valem do confronto de opiniões formadas em torno da ação, amplamente divulgada pela mídia, para, de qualquer maneira, utilizar as diferentes sanções em favorecimento próprio: afastam Nascimento do BOPE – sanção negativa necessária diante das irrefutáveis críticas à truculência utilizada – para designá-lo Sub-secretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro – sanção positiva necessária diante do reconhecimento da sociedade do cumprimento do acordo estabelecido com Nascimento: “se o eleitor estava dizendo que eu era um herói, não ia ser o governador que ia dizer o contrário” (5).

O policial é envolto pelos contrários que se lançam sobre ele: devendo cumprir um acordo, é, por um lado aplaudido, por outro massacrado, “esculachado” (4). A mídia veicula as palavras de Fraga, mas também o programa do deputado Fortunato, que defende a prática de Nascimento e marca “quase trinta pontos” de audiência: “agora eu sou fã do coronel Nascimento, minha mulher é fã, até a cadelinha, a Diana, lá em casa, é fã do coronel Nascimento” (4).

Absorvendo essa complexidade – como responsável pela *performance* –, mas também em função de sua saída do BOPE, Bangu Um condensa para Nascimento toda a sua trajetória profissional, sentindo por isso intimamente o peso das oposições – aceitação ao lado de rejeição. Por um lado, experimenta o desequilíbrio de uma rotina construída ao longo de anos: com dificuldade e desconforto, dá o nó em uma gravata, veste um terno, e admite sua queda – “foi assim que o Fraga me derrubou do comando do BOPE” (5). Por outro lado, adentra a Secretaria de Segurança, buscando ali compreender o deslocamento que sofria: “eu não caí pra baixo, parceiro, eu caí pra cima” (5). Instaure-se, então, ao lado das oposições, a tensão que problematiza qualquer positividade em relação a Nascimento que, de toda maneira, está caindo: “o Nascimento é um herói trágico; Nascimento é um personagem que nos dois filmes caminha inexoravelmente pra um destino trágico” (Wagner Moura, ator, *making of* do filme).

Em direção à verdade

Ao entrar para a Secretaria de Segurança Pública, Nascimento transforma “o BOPE numa arma de guerra” (7): combate o tráfico e, com isso, acredita que vai “foder o sistema” (7), pois sem tráfico não tinha como ter corrupção: essa era a teoria do subsecretário. “Só que na prática deu tudo errado. O que aconteceu de verdade foi bem diferente do que eu planejei” (7): a prática não confirma a teoria porque esta está embasada em uma mentira, favorecendo, assim, justamente o que se esperava combater: “eu ajudei a criar o monstro que ia me engolir” (7).

Enquanto Nascimento figurativiza um sujeito modalizado pela crença em uma mentira, Fraga, ao contrário, figurativiza o conhecimento da verdade, e teoriza com base nessa verdade. Essa marca opositiva entre os dois personagens evidencia-se quando, no jogo enunciativo de *Tropa de Elite 2*, repete-se a cena inicial do capítulo 7, que descreve a subida de policiais corruptos ao morro para receberem sua comissão do tráfico; como o tráfico está com dificuldades em função da operação planejada por Nascimento, os policiais se desentendem com os traficantes, que acabam sendo executados. De acordo com o sistema de crenças do policial, é o fim do tráfico e da corrupção no Rio de Janeiro: os traficantes não têm como traficar porque o BOPE não deixa; sem tráfico, não há dinheiro; sem dinheiro, não há como sustentar a corrupção, que se volta contra os traficantes, em um movimento perfeito de autodegeneração. Tudo isso na interpretação elaborada por Nascimento, que é negada pela perspectiva de Fraga, cuja teoria é expressa pelo próprio Nascimento que, ao reconhecer seu erro de planejamento, reconsidera seu posicionamento. Exatamente a mesma cena é novamente exibida, mas agora descrita pela ótica do professor: os traficantes são assassinados, de fato, mas para que os policiais assumam seu lugar, construindo o esquema de milícias.

Por meio da estratégia acima descrita, configura-se no capítulo 7, e reitera-se no seguinte, dois momentos distintos marcados pela mesma visualidade: o primeiro é associado à crença de Nascimento, substituída, no segundo, pelo saber do professor assimilado pelo policial. Estabelece-se, então, um decisivo entrelaçamento dos pontos de vista desses atores e das coordenadas espaço-temporais em que se constituem, marcando as diferentes condições que os conduzem no processo subjetivo de apreensão da verdade. Tempo e espaço são objetivamente os mesmos, o que se configura visualmente; os atores, entretanto, são únicos, e enxergam os fatos de seu mundo por ângulos conflitantes, o que se expressa verbalmente, como uma espécie de discurso indireto livre, em que Nascimento permanece como narrador, sem dar diretamente voz a Fraga, mas expõe a reflexão do deputado, que conhecia a verdade ainda oculta do subsecretário. Esses dois momentos representam a evolução do policial, que deixa seu estado de conjunção com a ignorância para, inevitavelmente, aproximar-se do “intelectualzinho”, que cada vez mais intensamente imprime sua marca à narração. Antes, a voz de Fraga invadia os espaços de Nascimento; agora, o próprio Nascimento revisita esses espaços, configurando-os com o ponto de vista de Fraga:

Em quatro anos, o sistema tomou conta de quase toda a zona oeste do Rio de Janeiro. Antes, a gente invadia e os traficantes voltavam. Só que quando os corruptos começaram a ocupar as favelas, os traficantes não voltavam mais. Por um tempo eu pensei que o sistema estava ajudando o BOPE. Só que na verdade era o BOPE que estava ajudando o sistema. É, eu ajudei a criar o monstro que ia me engolir. E o pior é que só uma pessoa percebeu isso: o deputado Diogo Fraga. (7)

Ação e reflexão: dimensões que se complementam

Com a percepção de seus equívocos, Nascimento é visualmente representado de maneira muito mais próxima de Fraga: inicialmente, quando um – professor –, em sala de aula, teorizava sobre os problemas do sistema penitenciário, enquanto o outro – policial –, agia em uma rebelião em Bangu Um, o antagonismo era evidenciado; agora, quando ambos vestidos formalmente, sentados a uma escrivaninha, analisam papéis, desfaz-se o embate entre os dois, que passam a se ocupar de problemas muito maiores que suas diferenças pessoais. Para Nascimento, Fraga já não é nomeado “intelectualzinho de esquerda” (2) ou “Che Guevara de escritório” (6): agora ele é o “deputado Diogo Fraga” (7). Essa nova forma de nomeação evidencia a modificação no gráfico de tensão que sustenta os dois atores, cuja curva começa a assinalar o cultivo de um respeito autêntico. Narrativamente, essa modulação discursiva na postura de Nascimento indica a transformação nas modalizações de um sujeito a caminho da verdade, cujo ponto de encontro é figurativizado por Fraga. Policial e professor começam a compreender o papel que devem efetivamente representar, que não é o de antagonistas, mas de contrários que se complementam e que devem reconhecer a responsabilidade que têm no contexto de que fazem parte: demorando-se em disputas particulares, são enfraquecidos e alimentam “o monstro” (7); somente juntos podem ensaiar alguma reação para “foder o sistema” (7).

A operação em Bangu Um derrubou Nascimento “para cima”, colocando-o na Secretaria de Segurança Pública, chegando “aonde caveira nenhum chegou” (5), afastando-o da guerra corporal contra o tráfico e colocando-o em condições de propor estratégias em função de objetivos concebidos por ele mesmo, podendo, com isso, não só aplicar, mas principalmente avaliar seus procedimentos. Como policial, ele apenas cumpria ordens, e sofria as sanções como sujeito de ações concebidas tendo em vista um planejamento idealizado por outros. Como subsecretário da Segurança Pública, é ele próprio o autor dos projetos, podendo – e devendo – verificar seus resultados. Em outras palavras, deixa de ser um sujeito projetado em uma dimensão pragmática e passa a se organizar em uma dimensão cognitiva. E o mesmo fato, como era de se esperar, também modificou a situação de Fraga, que “aproveitou seus quinze minutos de fama e saiu candidato a deputado estadual” (5). Nessa nova condição, começa a investigar as milícias e a partir para a ação, brigando pela instituição de uma CPI com o objetivo de apurar crimes cuja existência era evidente, mas que precisava ser comprovada objetivamente. Um único acontecimento, portanto, desloca Nascimento da prática para a teoria, e Fraga, ao contrário, da teoria para a prática; essa inversão acaba aproximando ainda mais os dois atores discursivos pois, narrativamente, um coloca-se na dimensão antes ocupada pelo outro: Nascimento, agora que teoriza, pode refletir e experimentar a dimensão cognitiva; Fraga, buscando na prática confirmar sua teoria, experimenta a dimensão pragmática.

A força contrária do personalismo

Essa aproximação, no entanto, longe de estabelecer-se de maneira retilínea e harmoniosa, se ressentida das tensões que a atingem, pois o percurso temático estabelecido pela relação entre a prática e a teoria, afetado pelas modalizações veridictórias (verdade/mentira)

e epistêmicas (sistema de crenças),⁶ é atravessado pela oposição entre o profissional e o pessoal: a ilusão de Nascimento, que o fez trabalhar em favor das milícias, intensificou a oposição de Fraga que, casado com a ex-mulher do policial, acaba influenciando com suas ideias o filho do coronel; Nascimento atribui ao intelectual a responsabilidade pelas dificuldades pessoais que passa a ter com o filho, o que compromete diretamente o vínculo profissional entre o subsecretário e o deputado. Com esse arranjo distorcido pelos atritos pessoais, “é claro que” Nascimento

[...] não queria ouvir o que o Fraga estava dizendo sobre as milícias. Era difícil separar as coisas. Por isso eu não consegui perceber o que estava acontecendo no Rio de Janeiro. O sistema estava mudando, evoluindo: antes os políticos usavam o sistema pra ganhar dinheiro; agora eles dependiam do sistema pra se eleger. (8)

A clareza dessa observação, ainda que expressa pela voz de Nascimento, é devida a Fraga, e o policial é preenchido pela força dos embates íntimos que o perturbam, sendo tensionado pela difícil necessidade de distinguir o pessoal do profissional, ambos cada vez mais confundidos e marcantes. Aproximados pela experimentação de dimensões até então não vivenciadas, as hostilidades pessoais geram dificuldades intransponíveis, como se fosse necessária a eliminação de um pelo outro: enquanto, anteriormente, era possível fingir um respeito que, de fato, não existia, o caminho em direção à verdade impossibilita a manutenção das aparências, forjando-se uma contraditoriedade entre sujeitos que, efetivamente, sustentam-se pelo mesmo eixo opositivo. Esse conflito se expressa significativamente no capítulo 8, quando Nascimento e Fraga encontram-se em uma delegacia, ambos buscando resolver, cada um a seu modo, uma pendência na qual se envolveu o filho de Nascimento: este discute com Fraga, levanta a voz e se sobrepõe fisicamente, enquanto a câmera focaliza o deputado de costas, emudecido: é a segunda representação de vitória de Nascimento sobre Fraga, seguida da polêmica de Bangu Um que, afinal, se resolveu à maneira do policial.

Quanto mais próximos, mais intensa se manifesta a força de repulsão entre os dois atores: “era difícil separar as coisas” (8). Era difícil conciliar o profissional e o pessoal, concordar com Fraga, trabalhar em coesão com aquele que se colocou desde o início como antagonista: “por isso eu não consegui perceber o que estava acontecendo no Rio de Janeiro” (8). Deixando-se obscurecer por questões de ordem pessoal, Nascimento não se permite enxergar o que já era claro para Fraga, já que aceitar essa visão, evidentemente, significava admitir que o deputado estava certo. A verdade, porém, sobrepõe-se ao atrito e, gradativamente, imprime movimento à narrativa, que é revisitada pelo policial e reinterpretada pelo olhar do professor.

6 As modalidades veridictórias constituem-se pela oposição entre o ser e o parecer, de tal maneira que a verdade é o efeito da relação entre o ser e o parecer; a falsidade, entre o não-ser e o não-parecer; a mentira, entre o não-ser e o parecer; o segredo, entre o ser e o não-parecer. As modalidades epistêmicas caracterizam-se como uma atividade cognitiva que se exerce no interior da veridicção, de tal maneira que a certeza se define como um crer-ser; a incerteza como um não-crer-ser; a improbabilidade como um crer-não-ser; a probabilidade como um não-crer-não-ser.

O problema, afinal, é todo nosso

O BOPE continua trabalhando de maneira eficiente dentro da ideologia que o comanda, mas Nascimento já não idealiza suas ações: entra em cena os políticos, que atuam em conjunto com a milícia. E o subsecretário é obrigado a aceitar uma operação de fachada, absolutamente forjada, mas que se mostra “um sucesso” (12) na mídia. André Matias, o então capitão do BOPE, formado por Nascimento, é assassinado nessa manobra não pelos que aparecem como os criminosos, mas por aqueles que fingem ser os defensores da lei. Profundamente abatido com a morte do amigo e sem saber explicá-la, desloca-se Nascimento de seu sistema de certezas, construído em dois momentos distintos: inicialmente, quando, na prática, manteve-se como o sujeito impulsionado pelo dever-fazer, pelo dever-cumprir o compromisso assumido com a sociedade, certo de que agia corretamente; depois, quando, na teoria, pôde vislumbrar o alcance de objetivos maiores, voltados à eliminação do tráfico e da corrupção. Agora, em condições de refletir sobre os acontecimentos, adentra o âmbito das dúvidas: é o momento do mergulho em sensações até então não experimentadas, modalizadas pela desconfiança, cada vez mais convertida em convicção, de desconhecimento da verdade.

Depois de deixar a dimensão pragmática e experimentar a cognitiva, o movimento em direção a um equilíbrio entre as dimensões cognitiva e passional reconfigura a relação de Nascimento com o eixo pessoal/profissional. Por um lado, busca aproximar-se do filho, esclarecer os conflitos que se construíram entre os dois: “chama o Rafa pra conversar” (12) e luta com ele, deixando extravasar as tensões em vez de proferir palavras. O desperdício das sensações, por sua vez, desfaz a armadura com a qual Nascimento mantinha seu universo de certezas e assim, desarmado, pronto para poder enxergar o mundo com outros olhos, é, finalmente, golpeado pela descoberta, violenta como um “soco”:

Foi como se eu tivesse levado um soco. De uma tacada só eu tinha descoberto que não era só a milícia que estava por trás do roubo das armas, do sumiço da Clara e do assassinato do André: a milícia não ia fazer campanha para o governador e para o Guaraci de graça; o buraco era muito mais embaixo. Eu estava cercado de inimigos, os inimigos verdadeiros. A Secretaria de Segurança era o coração do sistema; a segurança pública do estado do Rio de Janeiro estava nas mãos de bandidos, e eu não podia confiar em ninguém. O roubo das armas e a morte do Matias não significavam muita coisa para o sistema: o sistema é pautado pela política e a política só respeita a mídia. Só que dessa vez a milícia tinha matado um jornalista: o sistema ia ter que correr atrás. As provas tinham sido queimadas no micro-ondas, faltava testemunha, estava na cara: o sistema ia matar o Fraga e não ia demorar muito. O Fraga era a bola da vez. (14)

É a verdade irrompendo, tirando o policial de seu eixo, da rotina à qual havia se acostumado, ao descobrir o funcionamento da milícia e seu envolvimento com o sistema político: “eu vivi a minha vida inteira acreditando que a polícia podia fazer a coisa certa, e de uma hora pra outra toda aquela certeza tinha ido embora” (14). Configura-se, então, um novo sujeito, redimensionado pelo conhecimento: “eu não tinha mais alternativa: eu tinha de bater de frente com o sistema” (15). Se, por um lado, o “soco” da descoberta irrompe desestabilizando, por outro desperta a consciência, que constrói, então, uma nova estabilidade, e Nascimento se prepara para o ataque dos milicianos: é a revelação da verdade, do verdadeiro inimigo, da verdadeira guerra. E de guerra Nascimento entende, está preparado: é a sua rotina.

Enquanto isso, Fraga, despreocupadamente, volta com a família para casa, onde o estão esperando os milicianos para o assassinarem. Mas também Nascimento que, recobrado, antecipa-se. Acostumado com a teorização – que gerou o deslocamento de Nascimento –, o professor é pego de surpresa pelo ataque que, para o policial, é rotina. E os opostos, finalmente, se encontram, no ponto exato em que, definitivamente, nega-se para Nascimento o profissional, a dimensão cognitiva, o contrato assumido com a sociedade – agora que a verdade foi revelada –, para afirmar-se o passional: “mesmo sem querer, o sistema acaba machucando a gente onde mais dói” (14) – a bala atirada contra Fraga atinge o filho de Nascimento.

Movido pelo pessoal, o policial passa a colaborar com a ação profissional de Fraga – a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – e, ao cabo de tantos desencontros, ambos podem ser visualizados de maneira harmoniosa, sem que um se sobressaia ao outro, ainda que ocupando lugares distintos: Fraga senta-se à mesa diretora da Assembleia Legislativa, como presidente da CPI destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro, cujo principal depoente, à tribuna, é Nascimento. O movimento de câmara cria, então, uma nova oposição, ao enquadrar Fraga e Nascimento ao fundo, exatamente de frente para a plateia, que ocupa o plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj): é o papel do institucional perante os cidadãos, que são, então, colocados diante do sistema, quando a câmara desloca-se do Rio de Janeiro e chega a Brasília, ao Congresso Nacional, de onde a voz de Nascimento questiona: “quem você acha que sustenta tudo isso?” (17). O fim retoma o começo: se no início de sua narração Nascimento colocava-se como o fiel cumpridor do acordo firmado com a sociedade, agora ele cobra da sociedade a existência e a manutenção desse contrato, “que custa caro, muito caro” (17).

Tensão e narração em *Tropa de Elite 2*

As trajetórias de Nascimento e de Fraga convergem para a sustentação da enunciação, do jogo persuasivo que se estabelece por meio da tessitura subjacente às figurativizações dos dois atores. Nessa composição, evidenciamos três percursos temáticos: o primeiro, correspondente ao posicionamento ideológico frente à existência e o estabelecimento de papéis sociais; o segundo, correspondente à alteração de papéis; o último, correspondente à revelação da verdade.

Posicionamento ideológico e papel social

O primeiro percurso temático aqui destacado instaura os atores Nascimento e Fraga por meio de seus respectivos posicionamentos ideológicos e os consequentes papéis sociais que assumem. Para tanto, são entrelaçadas três oposições, que orientam o desenvolvimento do tema “existência”, marcado pela relação entre vida e morte, que é ajustada pelos contrários matar/morrer e atividade/passividade.

O eixo vida/morte é sustentado na narrativa por uma lógica concessiva, adequada à tensão que se estabelece entre os dois termos, já que no cenário de *Tropa de Elite 2* a vida se afirma apesar da morte. Fraga se opõe a esse estado de coisas, e defende uma lógica implicativa: para ele, é preciso negar a morte e afirmar a vida. Nascimento, ao contrário,

define-se de maneira favorável, afirmando a morte como condição de vida, o que demanda a sobreposição de uma outra relação – entre matar e morrer –, que configura o posicionamento dos sujeitos diante da temática em questão. Coerentemente com a sustentação concessiva da existência, a oposição entre matar e morrer é mantida por uma lógica implicativa: em um contexto em que a vida se afirma apesar da morte, não-matar implica morrer, ou seja, para não-morrer é preciso matar. Fraga é declaradamente contra essa lógica: ao pensar de maneira implicativa o eixo vida/morte, afronta a prática caracterizada pela drástica opção entre matar e morrer. Para Nascimento, a lógica é mesmo implicativa, sem tensão na relação que se estabelece, para ele, de maneira objetivamente simples: é matar para não morrer, como em uma guerra. Finalmente, essa tessitura é arrematada pelo jogo entre atividade e passividade. Fraga sequer cogita esse alinhamento em sua formação: regido pelo modo implicativo no que concerne aos contrários vida/morte, não aceita a oposição matar/morrer, não havendo para ele, nesse contexto, a relação atividade/passividade. Também previsível é a perspectiva de Nascimento, para quem é preciso negar a passividade e afirmar a atividade, o que equivale a matar para não morrer. Configura-se, assim, o tema “existência”, que representa, na teia enunciativa de *Tropa de Elite 2*, o posicionamento ideológico de Nascimento e de Fraga, marcado pela contrariedade: enquanto este é regido pela lógica implicativa, aquele é regido pela lógica concessiva.

Opostos ideologicamente, assim se mantêm no âmbito dos papéis sociais que assumem, ainda que, nesse caso, sustentados pela mesma lógica – a implicativa –, que aciona os contrários teoria e prática: Fraga afirma a teoria e nega a prática, enquanto Nascimento afirma a prática e nega a teoria. A essa relação associa-se, de maneira altamente significativa, o eixo ação/reflexão, também configurado sobre uma lógica implicativa, que delimita a diferença entre os dois atores, já que a teoria sintoniza a reflexão, enquanto a prática se acomoda à ação.

Nessa primeira formação temática, o papel social de Fraga se estabelece em descompasso com o cenário discursivo, enquanto o papel social de Nascimento se conforma ao estado de coisas estabelecido. Por isso o policial sai vitorioso, de alguma maneira. Importante observar que, já nesse momento, a vitória de Nascimento é questionada e a controvérsia se instaura graças ao que o professor representa, já se anunciando não propriamente como antissujeito, mas, mais especificamente, como destinador-julgador frente às ações de Nascimento. A aparência de um antagonista é criada pelas projeções do coronel que, obscurecido pelas questões de ordem pessoal, por um lado, e, por outro, pelo contrato profissional assumido perante a sociedade, age sem pensar e não aceita as reflexões de Fraga, cujos questionamentos sobre o sistema são interpretados por Nascimento pelo viés de uma crítica pessoal, ressaltando a forte associação entre a configuração do sujeito e o sistema para o qual trabalha. Observamos, portanto, o ajuste discursivo dos papéis sociais pela relação entre o pessoal e o profissional. Para Nascimento, o exercício de sua função coloca-se na gênese de sua prática; para Fraga, as preocupações são de ordem ideológica, caracterizando-se seu ponto de vista pessoal: enquanto Nascimento age movido por um contrato profissional, Fraga reflete impulsionado por suas próprias convicções.

Alterando papéis

O momento discursivo seguinte é o da alteração dos papéis sociais, o da oportunidade de Fraga ocupar o lugar de Nascimento e vice-versa. Se, no início, o posicionamento

ideológico convergiu para a caracterização dos papéis sociais do policial e do professor, nessa sequência são os papéis sociais assumidos pelos atores que influenciarão seus posicionamentos ideológicos, já que um vivencia o espaço discursivo do outro: Nascimento vai para a teoria, e conseqüentemente para a reflexão; Fraga assume a prática, partindo para a ação. São os mesmos percursos temáticos, figurativizados diferentemente, com o propósito de inverter a representação dos dois atores. Essa reconfiguração discursiva vincula-se diretamente às modalidades veridictórias e epistêmicas que caracterizam os sujeitos e que, mais uma vez, definem um relação ao outro: Fraga conhece a verdade desde o início, constituindo-se, sob essa perspectiva, como um sujeito retilíneo, que não modifica seu ponto de vista, precisando tão somente agir em direção à comprovação de um saber que esteve sempre lá; Nascimento, continuamente ao contrário, acredita conhecer a verdade, figurativizando um sujeito ideologicamente em formação, que altera o curso de sua trajetória à medida que vê abalado seu sistema de crenças, deslocando-se de uma posição sustentada pela certeza para outra, indeterminada pela dúvida. Esse desequilíbrio, marcado pelo saber-não-saber leva aos conflitos com Fraga, o sujeito eternamente determinado que, por saber, julga e, por julgar, atinge Nascimento, que se modifica, trazendo para a narratividade seus deslocamentos cognitivos e passionais. É uma transformação causada pela sanção duramente negativa, pela verificação de que todo o trabalho executado pelo policial é desqualificado, inclusive por ele mesmo: o auge desse movimento se expressa no depoimento de Nascimento na CPI do Fraga, quando o coronel diz que seu “trabalho era matar” (17) e que ele não sabe por que fez isso: “eu tenho vinte e um anos de polícia e eu não sei dizer por que eu matei nem por quem eu matei” (17).

Antes desse momento, no entanto, ainda a influência do eixo pessoal/profissional obscurece Nascimento, sustentando uma zona de conforto ilusória que lhe dificulta assimilar adequadamente o julgamento de Fraga que, afinal, o conduzirá à verdade.

Conhecimento da verdade: o abalo da rotina

É o momento do encontro entre a essência e a aparência, do acontecimento que estourará como uma bomba, um tiro, “um soco” na rotina dos dois atores, surpreendidos por fatos ainda não experimentados, que se impõem aos sujeitos, direcionando-os para a resolução de seus conflitos. Isso significa para Nascimento a negação de suas certezas, rumo à revelação da verdade: “foi como se eu tivesse levado um soco: de uma tacada só eu tinha descoberto...” (14). A conjunção com o conhecimento desloca o policial de sua acomodação a um sistema de crenças ilusório e redireciona sua reflexão, fazendo-o compreender a realidade que o circunda, e que envolve diretamente o deputado: “o Fraga era a bola da vez” (14). A compreensão leva o sujeito ao controle da situação, e Nascimento vai ao socorro de Fraga, despreparado para a guerra, com a qual não está acostumado: é a quebra da rotina também para o professor. Salvo por Nascimento, é a vez de Fraga assumir o comando: instaura uma CPI, da qual o coronel é o principal depoente.

A questão profissional para Fraga torna-se pessoal para Nascimento, que assiste ao rompimento do compromisso social em que profissionalmente acreditava e reconhece o real contrato que move não apenas o Rio de Janeiro, mas o Brasil. Resolvidos os conflitos particulares, a expressão em *Tropa de Elite 2* assiste à abertura da câmera, que deixa a subjetividade concentrada em Nascimento e Fraga e desloca-se para a plateia, seguindo em *travelling* para Brasília, enquanto o coronel conclui sua narração, reconfigurando a

relação entre destinador-manipulador e destinatário, que passa a ser representada pelo vínculo entre o sistema político brasileiro e a população que o mantém.

O problema, afinal, é político

A imagem de Brasília, como um ícone da tematização política em *Tropa de Elite 2*, convida, evidentemente, à releitura dos percursos de Nascimento e de Fraga, e aqui destacamos a relação que estabelecem com o estado de coisas.

Inicialmente, o policial expressa-se como um sujeito que age em consonância com a lógica estabelecida, ao lado do professor, que se mantém contrário a ela e aos efeitos que produz. Lendo a caracterização dos dois personagens pelo viés político, não é difícil depreender a representação dos papéis da situação e da oposição no cenário multipartidário brasileiro: nesse momento, enquanto Nascimento atua como situação, Fraga apresenta-se como oposição. O policial é a figurativização do poder executivo, que assumiu o compromisso do fazer perante a sociedade; o professor, ao contrário, desempenha a função característica do partido que não é responsável pela ação, pela execução de tarefas, já que não firmou nenhum contrato social a não ser o de acompanhar, questionar, julgar o que é realizado por quem está no comando.

No momento discursivo seguinte ocorre a alteração dos papéis, em que aquele que praticava passa a teorizar e o que teorizava passa a praticar: pelo movimento figurativo de aproximação entre Nascimento e Fraga, obscurece-se a especificidade das obrigações relacionadas ao fazer e ao seu julgamento.

Até que, finalmente, os dois estão juntos, deslocando o eixo dos contrários, que não se sustenta mais sobre a relação entre situação e oposição, já desgastada por dificuldades terríveis como o tráfico, a corrupção, as milícias, crimes fartamente explorados pela discursividade de *Tropa de Elite 2*. Sem qualquer possibilidade de crença em uma regeneração da política brasileira, o foco se desloca das figuras que o representam – direita ao lado de esquerda – para buscar o cidadão e colocá-lo frente ao sistema:

Agora me responde uma coisa: quem você acha que sustenta tudo isso? É. E custa caro. Muito caro. O sistema é muito maior do que eu pensava. Não é à toa que os traficantes, os policiais, os milicianos matam tanta gente nas favelas. Não é à toa que existem as favelas. Não é à toa que acontece tanto escândalo em Brasília, que entra governo e sai governo e a corrupção continua. Pra mudar as coisas vai demorar muito tempo. O sistema é foda. Ainda vai morrer muito inocente. (17)

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005. 92 p.

FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007. 287 p.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 331 p.

GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*: recherche de méthode. Paris: Librairie Larousse, 1966. 262 p.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, [s. d.] 493 p.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*: dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993. 294 p.

TROPA de Elite 2: o inimigo agora é outro. Direção: José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções Audiovisuais, 2010. 1 DVD (115 min.).

Do limbo ao Olimpo, do Olimpo ao limbo: forma de vida do ator mulher executiva contemporânea na revista *VOCÊ S/A*

(From limbo to Olympus, from Olympus to limbo: form of life of the actor contemporary executive woman in *VOCÊ S/A* magazine)

Raíssa Medici de Oliveira¹, Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento²

^{1,2}Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr/Unesp)

raissamedici@yahoo.com.br; edna.fernandes@uol.com.br

Abstract: This article consists of the study of the actor contemporary executive woman represented in the texts of the magazine *VOCÊ S/A* for more than a decade. Based on the concept of form of life, which is introduced, in Semiotics, by Algirdas Julien Greimas, and in the regimes of social interaction, developed by Eric Landowski, we aim at inferring the form of life of the contemporary executive woman who is described as “*VOCÊ S/A* model” and the other forms of life which, by means of the explicit and/or implicit textual marks, reveal other models, even the ones that are not countersigned by the enunciator of the magazine.

Keywords: form of life; semiotics; executive woman; *VOCÊ S/A* magazine.

Resumo: O presente artigo consiste no estudo do ator mulher executiva contemporânea figurativizado nos textos da revista *VOCÊ S/A* ao longo de mais de uma década. Amparados no conceito de forma de vida, introduzido, em semiótica, por Algirdas Julien Greimas, e nos regimes de interação social, desenvolvidos por Eric Landowski, procuramos depreender a forma de vida da mulher executiva contemporânea que constitui o “modelo *VOCÊ S/A*” e as demais formas de vida que, por meio de marcas textuais explícitas e/ou implícitas, revelam outros modelos, ainda que não referendados pelo enunciador do periódico.

Palavras-chave: forma de vida; semiótica; mulher executiva; revista *VOCÊ S/A*.

O conceito de forma de vida em semiótica: reflexões

“Les formes de vie” é o título do dossiê veiculado no volume 13 da revista canadense *Recherches Sémiotiques. Semiotic Inquiry*, organizado por Jacques Fontanille e lançado no final do ano de 1993, como resultado dos trabalhos do último Seminário de Algirdas Julien Greimas na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Até aquele momento, de acordo com Jacques Fontanille (1993, p. 15), a noção de “estilos de vida” parecia ser uma das abordagens possíveis para o estudo da estetização da vida cotidiana, apropriada para caracterizar os modos pelos quais os indivíduos e os grupos sentem o mundo e exprimem sua concepção de existência por meio das maneiras de fazer e ser, de consumir e organizar o seu espaço. O organizador do dossiê explica que Algirdas Julien Greimas, que empregara vez ou outra a expressão “estilos de vida”, propõe então substituí-la por “formas de vida”, marcando simbolicamente a linha divisória entre preocupações psicossociológicas e o domínio próprio da semiótica, e ancorando a nascente problemática na filosofia da linguagem.

Desse modo, a questão das “formas de vida” origina-se da intersecção de dois tipos de preocupações: a primeira, de ordem estética, revela-se como uma das formas

de participação da semiótica nas atuais pesquisas sobre a percepção; a segunda, relativa à práxis enunciativa, revela-se como a integração, na teoria semiótica, de discussões referentes à enunciação, ao uso, à variação das estruturas e sua tipificação. O autor então esclarece que as formas de vida se relacionam à noção de práxis enunciativa pelo fato de serem construídas e desconstruídas pelo uso, inventadas, praticadas ou denunciadas por “instâncias enunciativas” coletivas e individuais. E sua relação com a “estetização da ética” ocorre porque as formas de vida apenas conseguem dar um sentido à vida na medida em que obedecem a certos critérios do tipo sensível e estético.

Estabelecendo relações entre a ética e a estética, Jacques Fontanille argumenta que aquela pode ser considerada como a última etapa da normalização do discurso, etapa na qual “as leis de funcionamento das estruturas narrativas são convertidas em normas de uso” (1993, p. 14). Esta, por outro lado, aparece como reação a essa normalização, como “um abalo do sentido, um questionamento das axiologias a partir das formas sensíveis, uma criação, invenção, denúncia de formas semióticas fixadas e estereotipadas” (FONTANILLE, 1993, p. 14). Refletindo também sobre os elos que unem a dimensão ética e a dimensão estética, Algirdas Julien Greimas apresenta o “belo gesto”, um operador de transformação ética que participa de diferentes formas de vida:

O belo gesto é uma invenção por negação: negação de uma moral social fundada sobre a troca, negação de um sistema de valores cuja valência é função das necessidades da coletividade, e negação de programas narrativos cujo desdobramento, em processo, é dessemantizado e dessensibilizado. O belo gesto, então, é a invenção de uma ética individual não reprodutível, de um universo de valores aberto sobre múltiplas possibilidades ainda indeterminadas; invenção de formas de vida [...] que se instalam, pouco depois da negação fundadora, graças a uma nova afirmação capaz de impor suas próprias determinações [...]. (1993, p. 34)

Conforme afirma Pierluigi Basso-Fossali no texto preparatório do dossiê “Les formes de vie à l'épreuve d'une sémiotique des cultures”, “a forma de vida é o objeto de uma teoria da narratividade concebida como ‘síntese da heterogeneidade’ e como ‘movimento constante de dissociação’ em relação aos destinos fixos, às trajetórias existenciais estereotipadas, às normas morais” (2012a, p. 2). A esse respeito, ele explica que a noção de forma de vida está ligada à convivência entre uma perspectiva “localista” e uma “globalizante”, isto é, entre o “belo gesto” e o “projeto de vida” ou, pode-se também acrescentar, entre o “singular” e o “plural”, o que nos leva a compreender que a forma de vida é a representação individual de uma coletividade ou, ainda, nas palavras do autor, “o equilíbrio produtivo entre ‘autonomização’ (pretensão de autonomia) e ‘participação’ (afirmação de dependência)” (BASSO-FOSSALI, 2012b, p. 6).

Sintetizando, retomamos o pensamento de Algirdas Julien Greimas (1993, p. 32-33) e compreendemos que a forma de vida está aliada a um comportamento esquematizável mais profundo que representa não o estilo individual, mas uma filosofia de vida de um determinado grupo cuja ruptura provoca uma mudança radical de forma de vida, e apresentamos sua proposta de uma nova concepção de sociedade, concepção segundo a qual a sociedade poderia ser analisada a partir da complexidade moral dos seres semióticos que a constituem e não ser somente classificada em estratos sociais, composições institucionais ou distribuições topológicas. Considerando essa nova concepção de sociedade, que estaria dividida em grupos que agem, pensam e sentem do mesmo modo, as “formas de vida”

e as “pessoas morais” seriam moralizadas, como o são também os papéis patêmicos e temáticos. Nesse sentido, Algirdas Julien Greimas conclui que “o estudo das ‘formas de vida’ poderia contribuir, por um lado, à tipologia dos discursos, por outro, à semiótica das culturas” (1993, p. 33).

O ator mulher executiva contemporânea na revista *VOCÊ S/A*: uma forma de vida condensada em quatro modelos

Tomando a matéria “Ela é um furacão” (edição n.º 79, abril de 2004), empreendemos nossa análise partindo do título-enunciado que a identifica: ao observá-lo, verificamos que a relação entre os lexemas /Ela/ e /furacão/ deve ser estabelecida de modo que o componente abstrato da figura lexemática /furacão/ homologue as características que constituem os modos de *fazer* e *ser* do sujeito do enunciado. Recorremos a Houaiss e Villar (2001) e, dentre as acepções apresentadas para o termo furacão, encontramos “o que se manifesta com violência ou ímpetos extremados”. Em seguida, tomamos o lexema /ímpeto/ e passamos novamente às definições, de modo que nos chama a atenção a expansão: “dinamismo, vitalidade, energia”. Procurando definir cada um dos termos dessa expansão, ainda com base em Houaiss e Villar (2001), elegemos, dentre as possibilidades oferecidas, as seguintes: /dinamismo/: espírito empreendedor; /vitalidade/: vigor físico ou mental; e /energia/: arrojo ou firmeza nos atos, na concepção ou realização de algo. Concluimos, portanto, que a figura lexemática /furacão/ recebe um tratamento eufórico que cabe então verificar na narrativa que o título-enunciado identifica. Analisamos a seguir o texto visual apresentado nas páginas de abertura da matéria:



Figura 1. Páginas de abertura da matéria “Ela é um furacão”

À esquerda, acima do título-enunciado, há uma imagem fotográfica de um ator mulher em um espaço fechado. Em segundo plano, através das persianas horizontais entreabertas e dos vidros sobre os quais essas persianas estão colocadas, um espaço externo desfocado, onde é possível entrever vários arranha-céus ao entardecer. Em plano próximo, o ator, cuja imagem nos remete ao simulacro “mulher executiva contemporânea”, apresenta-se em posição vertical, braços cruzados, rosto e olhar inclinados para o alto. Composto o

vestuário do ator, uma camisa branca, à qual se sobrepõe um *blazer* na cor preta; brincos pendentes; um relógio; anéis nos dedos anelar e mínimo da mão esquerda. Da leitura de todo o conjunto, depreendemos um efeito de sentido particular: as cores sóbrias do vestuário do ator, somadas às cores também sóbrias (frias) da cena englobante, a sua postura fechada marcada pelos braços cruzados, somada a sua disposição em um espaço cujo volume é da ordem do incomensurável, criam o efeito de sentido de *austeridade/rigidez*. O “abrandamento” do efeito só ocorre pela expressão facial do ator que, instaurando uma pequena ruptura na isotopia visual, favorece um efeito de sentido que vem coabitar com aquele: o efeito de sentido de *leveza/descontração*.

Em relação ao texto verbal da matéria, compreendemos uma narrativa que é iniciada com uma embreagem enunciativa temporal, por meio da qual o enunciador presentifica um acontecimento anterior para mostrar que ele tem ressonância no presente: “Oito de junho de 2001. A paulistana Regina Nunes, de 38 anos, presidente da agência de classificação de risco Standard & Poor’s no Brasil, está de malas prontas para seguir para o hospital.” (MENDES, 2004, p. 35). Desse modo, o presente no qual o ator Regina Nunes se inscreve está marcadamente ligado ao seu passado, compreendendo ambos uma narrativa em que predomina a isotopia do trabalho, da dedicação e comprometimento com a empresa:

Antes de sair de casa, às 8h39, Regina fez questão de disparar um e-mail para o escritório, no qual avisava que só estaria disponível à tarde, após a cesariana. Pode acreditar. Regina foi para a mesa de cirurgia com a cabeça no trabalho. Mal se recuperou do parto e 25 dias depois – em vez dos 120 concedidos por lei – já estava de volta ao escritório. (MENDES, 2004, p. 35)

Relacionada à isotopia do trabalho, a figura lexemática “furacão” condensa, no nível discursivo, a competência e a *performance* do sujeito do enunciado: “Na liderança da Standard & Poor’s, Regina é um furacão. Enfrenta a pressão do mercado, lidera uma equipe de 19 profissionais e transita num universo tipicamente masculino com toda desenvoltura. Ela mesma diz que ali se sente em casa.” (MENDES, 2004, p. 35). Assim, depreende-se um sujeito que não só *faz*, mas *faz* de modo que seu *ser* acaba sendo modificado: “Quem conhece Regina de perto não se surpreende com seu sucesso profissional. É uma mulher que gosta de desafios, mesmo que eles possam parecer uma verdadeira gelada.” (MENDES, 2004, p. 35). Nesse sentido, o enunciador constrói a narrativa do ator Regina Nunes destacando-o como um sujeito não apenas obstinado, mas *ambicioso*, um sujeito que apesar das adversidades, da aparente impossibilidade do fazer, crê em seu “poder-fazer” e, portanto, *crê poder ser aquele que faz*. No entanto, de maneira semelhante à construção do texto visual, o enunciador instaura uma pequena ruptura na isotopia verbal, favorecendo a construção do efeito de sentido de equilíbrio, o qual contribui para a reiteração de um modo de *ser, fazer e sentir* que se depreende como o modelo referendado pelo enunciador:

Regina reconhece que, às vezes, chega a ser mesmo autoritária. [...] “Se eu pedir um negócio, é melhor fazer ou então explicar muito bem porque não fez.” Por trás dessa postura rígida está, no entanto, uma pessoa que sabe valorizar o trabalho em equipe. [...] “No ano passado, quando recebeu o prêmio de destaque do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef), ela não só nos convidou para a cerimônia como dedicou o prêmio à equipe”, diz Viesi. (MENDES, 2004, p. 35-36)

Ao final do texto, o enunciador acrescenta, aos papéis temáticos de /mãe/ e de /executiva de alto escalão/ o papel temático de /esposa/. Desse modo, conseguimos deprender mais um modo de *fazer* e *ser* que é moralizado (sancionado) pelo enunciador do periódico:

Realmente, Regina é uma mulher que sabe o que quer e corre atrás dos sonhos. Aos 13 anos, por exemplo, conheceu Celso, um rapaz cinco anos mais velho, que morava em seu prédio. Decidiu – isso mesmo, decidi – que ele seria seu marido. Encontraram-se uma vez no hall de entrada, e ele sequer lhe deu bom-dia. Dois anos depois, começaram a namorar e estão casados até hoje. Alguém ainda tem alguma dúvida sobre sua determinação? (MENDES, 2004, p. 37)

Tomando o título da segunda matéria, “Um dilema feminino” (edição n.º 152, fevereiro de 2011), depreendemos o efeito de sentido de /tensão/ que lhe é inerente: /dilema/ é um substantivo cujo conceito provém da filosofia e, por extensão de sentido, equivale à necessidade de escolher entre duas saídas contraditórias e/ou proposições contrárias (HOUAISS; VILLAR, 2001). O dilema construído na narrativa em pauta é o da executiva que, com a chegada dos filhos, precisa escolher: dar um tempo na carreira/trabalhar menos ou continuar no mesmo ritmo? Na construção dessa narrativa, o simulacro da vida de dois atores. Um deles é o da executiva do primeiro escalão da multinacional anglo-holandesa Unilever, Claudia Neufeld, 35 anos, que abdicou da carreira para ter mais tempo para o filho e, portanto, *segregou-se* por um tempo do cenário corporativo, voltando somente depois, em um cargo inferior:

No retorno ao trabalho, depois da licença-maternidade, ela recebeu uma proposta para subir ainda mais na hierarquia da empresa, da qual era diretora de marketing. Com a promoção, porém, ela sabia que as responsabilidades aumentariam e que teria de se afastar dos filhos por longos períodos. Não aceitou. Hoje, Claudia é diretora da Digipix, empresa nacional de soluções em serviços em fotografias digitais, em São Paulo. A renda caiu cerca de 20%, mas isso não é o que importa nesta fase de sua vida. (RAMIRO, 2011, p. 77)

Apesar de aceita pelo enunciador, essa forma de vida não é a mais recomendada ao enunciatário:

A decisão de interromper o trabalho tem um forte aspecto emocional. Por isso mesmo, a análise dos prós e contras não é uma conta exata. Se assim fosse, bastaria um cálculo simples: salário da mãe menos os gastos com a criança. Se a operação resultasse em um saldo negativo, seria fácil deduzir que a volta ao trabalho não compensaria. ‘Às vezes, pode valer a pena gastar 100% do salário durante dois ou três anos pagando escolas e babás para o filho e ser recompensado financeiramente mais tarde com o avanço na carreira’, diz Luis Jurandir Simões, consultor de investimentos pessoais [...]. (RAMIRO, 2011, p. 76)

Seguindo esse raciocínio, o enunciador aponta que mesmo assim “algumas mulheres decidem colocar a carreira em banho-maria para cuidar de suas **crias**” (RAMIRO, 2011, p. 76, grifos nossos). O interessante nessa afirmação é o emprego do lexema /cria/, definido por Houaiss e Villar (2001) como “animal recém-nascido e/ou que ainda mama”: o efeito de sentido disfórico depreendido dessa escolha lexical é patente e segue na contramão do que é sedimentado no nosso imaginário cultural, pois grande parte dos animais

deixa suas “crias” enfrentarem os desafios do mundo desde cedo e, em alguns casos, esses desafios implicam a própria luta pela sobrevivência. “Colocar a carreira em banho-maria para cuidar das crias” configura algo desnecessário, conforme o enunciador da *VOCÊ S/A faz-crer*, mas ainda assim algumas mulheres decidem fazê-lo.

A solução para essas mulheres é o planejamento, de modo que o afastamento temporário do trabalho não prejudique “a carreira, a estabilidade financeira da família e o futuro profissional da mulher” (RAMIRO, 2011, p. 78). Novamente entra em cena o consultor de investimentos pessoais Luiz Jurandir Simões que “recomenda que a mulher tenha uma conversa franca com o seu parceiro para definir algumas questões” e deixar claro “que haverá uma nova realidade financeira para a família, definir qual vai ser o tempo de afastamento do trabalho e até a implantação de uma mesada para a mulher para que ela não se sinta tão dependente do marido” (RAMIRO, 2011, p. 78). Fica claro para o enunciatário, pois, que esse processo de afastamento deve ser *temporário* e a carreira deve continuar sendo a prioridade do ator em foco: “Entre uma mamadeira e outra, é possível se dedicar um pouco à carreira. [...] Manter o networking [...] é uma forma de mostrar que você continua interessada nos assuntos que dizem respeito à sua profissão” (RAMIRO, 2011, p. 79).

Destacamos também o modo como os textos visuais são construídos: em vez de configurado no espaço fechado de um escritório, sozinho ou acompanhado de outros atores que exercem o mesmo papel temático de executiva, tem-se a construção da figura do ator no espaço da casa, junto com atores que lhe asseguram o papel temático de mãe. É o que procuramos observar por meio da reprodução das imagens que acompanham a matéria em pauta:



Figura 2. Textos visuais da matéria “Um dilema feminino”

Nelas, os atores são configurados no espaço da casa. No entanto, há uma figura colocada em primeiro plano que recupera um outro espaço, o espaço do trabalho formal: o computador. Nessa figurativização, insere-se, além da figura da executiva, a figura da criança, mas não a do pai (marido). A figura do marido aparece apenas no texto verbal, em um trecho em que é possível apreender, por trás do simulacro de /independência feminina/ que o enunciador almeja produzir, a real *dependência* desse sujeito mulher. A forma de vida do ator mulher executiva contemporânea marcada por esse regime é, portanto, a nosso ver, uma variação da forma de vida da mulher executiva *assimilada*, mostrada anteriormente. Enquanto uma consegue equilibrar os diversos papéis e valores aparentemente incompatíveis e/ou contraditórios que definem sua forma de vida, a outra sente necessidade de alguns rearranjos, a começar pela alteração de um dos papéis temáticos

que exerce: dá um passo atrás, recua na carreira corporativa, mas nem por isso deixa de entrar em contato com o seu objeto-valor /carreira de sucesso no mundo corporativo/. Se o objeto-valor é o que medeia a relação do sujeito consigo mesmo, ela se sente realizada e tem seu percurso sancionado por ela mesma.

A terceira matéria tem por título “A sina de Amalia” (2006). A observação de que o lexema /Amalia/ constitui um nome próprio conduz-nos a investigar sua definição em um *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*,¹ onde encontramos que Amalia, variação de Amelia, conota “trabalho, incômodo (na guerra). Outros: ativa, laboriosa” (1973, p. 53). Deixamos claro, no entanto, que nosso objetivo não é definir o sujeito empírico “Amalia”, mas os efeitos de sentido criados a partir do emprego conjunto dos lexemas “Amalia” e “sina” no título da matéria. Desse modo, associando as acepções encontradas para /Amalia/ ao conteúdo do lexema /sina/ que, de acordo com Houaiss e Villar (2001), define-se como “fatalidade a que supostamente tudo no mundo está sujeito; destino, sorte, fado”, depreendemos o efeito de sentido de que a “ativa, laboriosa” tem um destino, um *fado* que lhe é próprio. Tal efeito de sentido, produzido pela composição do título que encabeça a matéria, é reiterado quando analisamos o texto-enunciado que funciona como chamada da reportagem: “Ao deixar a presidência da Philip Morris, *Amalia Sina dá mais um passo polêmico na já turbulenta carreira*” (grifos nossos). Compreende-se, pois, um efeito de sentido particular criado pela troca da posição do nome e sobrenome do ator: Amalia Sina tem sua narrativa contada no texto “A sina de Amalia”, o que nos faz remeter a figura /Amalia/ às figuras lexemáticas /passo polêmico/ e /turbulenta carreira/, e antever uma forma de vida marcada pela reiteração de desacertos.

O texto mesmo da narrativa é iniciado com uma debreagem enunciativa e é assim que ele é quase totalmente construído, uma vez que a “voz” do ator Amalia não aparece:

Vinte anos de carreira e dez empresas depois, Amalia Sina está de volta ao mercado. A contenda com a Philip Morris, última companhia no obeso currículo da executiva, chegou a público no mês passado e culminou com a separação oficial no último dia 1º, quando ela deixou a presidência da casa depois de apenas 12 meses no cargo. (DIAS; DINIS, 2006, p. 61)

Ao longo de toda a narrativa, o enunciador constrói a trajetória profissional e pessoal do ator fazendo uso de figuras carregadas de valor disfórico, tais quais as que foram empregadas no enunciado-chamada e logo no início da narrativa: “passo polêmico”, “turbulenta carreira”, “contenda”, “obeso”, “separação oficial”. Uma vez que a executiva não se manifestou a respeito do acontecido, o enunciador levanta suas hipóteses, baseando-as, a princípio, na própria trajetória profissional do ator: “Uma das hipóteses para o novo divórcio profissional seria a incompatibilidade de gênios. Acostumada a impor seu ritmo de trabalho, a executiva não conseguiu emplacar seu estilo na Philip Morris. [...] Em junho, Amalia decidiu que era hora de trocar de empresa. De novo” (DIAS; DINIS, 2006, p. 61). A sanção negativa contribui para que se perceba que a atitude de Amalia colocou-a em um regime de *segregação*:

Para os especialistas em carreira ouvidos por VOCÊ S/A, esse movimento complicou ainda mais uma carreira já turbulenta. ‘As pessoas vão ficar mais cautelosas ao pensar no nome Amalia para posições estratégicas’, diz o headhunter de uma das mais conceituadas

1 GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria, 1973.

empresas de recrutamento de executivos em São Paulo. ‘Passagens tão curtas por tantas empresas indicam que algo não está certo’ [...]. (DIAS; DINIS, 2006, p. 61-62)

O enunciador então apresenta outra hipótese, a qual nos conduz à compreensão de que o ator configurado nessa narrativa é um sujeito que vive o “desequilíbrio”, que não harmoniza os valores aparentemente “contraditórios” que definem a forma de vida da mulher executiva contemporânea: Amalia adota apenas os valores *austeridade/rigidez*, não os harmoniza com os valores *leveza/descontração* ou *generosidade/bondade* que são o requisito colocado pelo enunciador da revista para que o ator mulher executiva contemporânea possa se assimilar: “Outra explicação para o desgaste da relação entre a executiva e as empresas em que atuou seria a arrogância de Amalia. No início da carreira, já apontada com uma jovem de alto potencial, ela ficou apenas dez dias numa fabricante de fogões [...]” (DIAS; DINIS, 2006, p. 62).

O interessante é que a relação do sujeito com a empresa é colocada como um casamento que se desfaz: fala-se em *contenda*, *separação oficial*, *divórcio profissional*, *incompatibilidades de gênios* e *desgaste da relação*. Aspectos negativos do modo de ser do ator Amalia são destacados em vários enunciados em debreagem interna, enunciados que reiteram o efeito de sentido de uma *personalidade forte* que não sabe flexibilizar, não sabe ser suave (delicada) e/ou generosa nas relações: “Um profissional que fez parte da equipe de Amalia na Gradiente conta que ela [...] incomodava os pares e superiores. ‘Eu a considerava uma ótima chefe, mas seu *ego* acabava esbarrando na autoridade dos superiores” (DIAS; DINIS, 2006, p.62, grifo nosso).

Caminhando para o final da narrativa, percebemos que a forma de vida do ator Amalia não é referendada pelo enunciador e, mais do que isso, confirmamos, ainda uma vez, que o ator vive sua relação com o grupo de referência por meio do regime de *segregação*. Sob o título “Aprenda com ela”, o enunciador dá dicas para o enunciatário sobre como agir de modo diferente do de Amalia. Ao final das dicas, têm-se a confirmação de o ator Amalia Sina exemplificar uma forma de vida *segregada*, que não deve ser adotada, portanto, pelo enunciatário: “O troca-troca de empresas pode levantar dúvidas sobre o seu comportamento e comprometimento com a empresa. Tem mais. Errar todo mundo erra. O que diferencia os profissionais bem-sucedidos é o fato de aprender com os erros” (DIAS; DINIS, 2006, p. 63).

Passamos agora à imagem fotográfica colocada na primeira página da matéria, a qual figurativiza o ator Amalia Sina. Ocupando todo o espaço da primeira página e uma pequena faixa da segunda, o ator aparece em primeiro plano, posicionando-se em um espaço fechado (interior), espaço marcado pela presença de móveis e objetos de madeira, pedra, metal e vidro. Toda a imagem é construída em tons quentes, destacando-se tonalidades de amarelo:



Figura 3. “A sina de Amalia”

O amarelo (mais marcadamente presente no *blazer* do ator e nas flores que podemos entrever no fundo do cenário) é encontrado, em várias culturas, como relacionado à loucura, à mentira e à traição. É também a cor dos excluídos e dos reprovados: a cor imposta aos judeus (a estrela de Davi, amarela, que eram obrigados a aplicar nas roupas) e aos condenados pela Inquisição (o hábito amarelo que eram obrigados a usar publicamente), conforme explica Luciano Guimarães (2004, p. 89). Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2007, p. 40-42) também explicam o caráter negativo da cor pontuando, além do que já colocamos por meio da perspectiva de Guimarães, que os sindicalistas chamam de “amarelo” o operário que se dessolidariza da sua classe.² Associado à cor, o rosto limpo praticamente sem maquiagem, uma expressão facial grave, posição corporal levemente lateral e rosto em posição frontal, olhar voltado para o lugar ocupado pelo enunciário: todo um conjunto de elementos que provocam o efeito de sentido de *austeridade/rigidez* e mesmo de *rispidéz*³ que já havíamos apreendido quando da leitura do texto verbal. O ator dessa narrativa se configura, portanto, como um modelo que não deve ser seguido pelo enunciário do periódico *VOCÊ S/A*.

A quarta matéria configura o único texto publicado em *VOCÊ S/A* durante o período considerado em nosso estudo em que a trajetória de um ator mulher é sancionada negativamente e de forma individualizada. Contrariamente à segregação marcada na narrativa

2 Ressaltamos que, ao longo de todas as matérias publicadas na revista *VOCÊ S/A* entre 1998 e 2011, as cores que prevalecem no vestuário e na composição dos textos são cores sóbrias – preto, sépia, bege, branco. A ocorrência do amarelo, da forma como a cor é empregada na matéria em questão, é um caso excepcional, não recorrente, pois, nas publicações compreendidas no período considerado. O único caso que podemos destacar, e que talvez confirme o efeito de sentido verificado em nossa análise, é o da matéria “Fracassou? Bem-vindo ao time”, veiculada na edição n.º 68, fevereiro de 2004, na qual as narrativas de vários atores – homens e mulheres – exemplificam o insucesso de determinadas atitudes tomadas no âmbito profissional. Em uma foto que abre a reportagem, a imagem de uma mulher que veste uma blusa amarela, sobposta a um *blazer* preto.

3 É preciso esclarecer que a imagem fotográfica que compõe a matéria foi selecionada de arquivos da revista *Exame*, e que o simples processo de seleção dessa imagem fotográfica, em meio a outras que certamente estavam disponíveis nos arquivos referidos, revela intenções e posicionamentos de um enunciatário que visa a produzir no enunciário determinados efeitos de sentido, os quais comungam com os efeitos produzidos ao longo do texto verbal da matéria.

anterior, “Onde ela errou” (edição n.º 81, março de 2005) apresenta ao enunciatório a forma de vida do ator mulher executiva contemporânea marcada por um regime de *exclusão*:



Figura 4. “Onde ela errou”

A própria composição do título já deixa clara essa exclusão: o negrito empregado no lexema “errou”, disposto em tamanho maior que todo o restante do enunciado, evidencia a sanção negativa aplicada ao sujeito da narrativa. Além disso, o lexema “onde”, advérbio interrogativo, empregado em forma de pergunta, mas sem o uso do ponto de interrogação, reitera a certeza do percurso disfórico do ator e, ainda, deixa margem para outras interpretações. “Onde”, advérbio interrogativo, indica localização – diferentemente do pronome relativo “onde”, que equivale a “em que”: desse modo, além do sentido implícito “em que (ponto/medida/atitude) ela errou”, é também possível a apreensão do efeito de sentido “em que lugar/posição ela errou” – no topo do topo do mundo corporativo? No topo do topo do mundo corporativo em um país que também está sempre no topo do mundo?

A indagação é interessante se pensarmos que o ator configurado na reportagem é, além da única figura retratada de maneira totalmente disfórica ao longo do período considerado, a única figura estrangeira entre todas as matérias que poderíamos ter selecionado para este estudo. Assim sendo, o enunciado em debreagem enunciativa colocado ao lado do título também reitera o sentido de /reprimenda/, de /fracasso/, de /derrota/: “O que você pode aprender com a demissão de Carly Fiorina, a ex-executiva mais poderosa do mundo”.

No texto visual, uma imagem fotográfica que figurativiza o ator Carly Fiorina, observamos um fundo desfocado que não nos permite definir se se trata de um espaço aberto ou fechado, apenas tonalidades de marrom, bege e verde e algumas linhas horizontais e verticais, provocando o efeito de sentido de /indefinição/. Em primeiro plano, o ator em postura vertical, focalizado em angulação levemente lateral, cabelos lisos curtos estilo “Joãozinho”, apresenta-se vestindo um *tailleur* na cor azul-petróleo; acessórios discretos de tonalidade dourada: brincos, colar, relógio e anéis com brilhantes nos dedos anulares das duas mãos. Em letras bem pequenas, sobreposto à imagem, o seguinte enunciado: “Carly Fiorina, ex-CEO da HP: ações despencaram 55% em sua gestão”. Desses enunciados depreende-se, imediatamente, um percurso narrativo sancionado negativamente e uma forma de vida que não é referendada pelo sujeito da enunciação.

O enunciador inicia a narrativa propriamente dita afirmando que “podemos aprender com as pessoas de três maneiras diferentes: pelo que elas dizem, pelo que elas fazem e pelo que acontece com elas” (MUSSAK, 2005, p. 68). E então assevera que o enunciário pode aprender com Carly Fiorina das três maneiras. Inicialmente, atualiza, por meio do procedimento de debreagem interna, um texto enunciado pelo ator Carly Fiorina no qual ela aconselha o interlocutor sobre as competências necessárias para se obter sucesso na carreira. Ressalta-se que a fala é somente transcrita, sem qualquer ancoragem espaço-temporal. Em seguida, o enunciador reconstrói o programa narrativo acadêmico do ator Carly Fiorina, destacando tudo o que poderia definir a competência do sujeito do enunciado: “formou em história medieval e filosofia [...], é mestre em administração pela Universidade de Maryland e em ciências pelo MIT [...] tem um assento na Bolsa de Valores de Nova York, é membro da London Business School e da World Economic Foundation” (MUSSAK, 2005, p. 68). E, por último, passa ao recente acontecimento do qual o ator é protagonista.

Desse modo, a fala do ator, com exceção do enunciado que transcrevemos, e que está desvinculado do acontecimento central narrado, não aparece em nenhum momento do texto assim como também acontece na narrativa da matéria sobre Amalia Sina, que vimos anteriormente. É apenas o enunciador construindo uma narrativa em debreagem enunciativa e ressaltando que o ator está fora – excluído – do mundo executivo: “Por que Carly Fiorina caiu do olimpo empresarial para um limbo do qual, segundo dizem, ela só sairá caso se encaminhe para a política, o que já parecia ser seu desejo?”; “o quanto pesou, em sua demissão, o fato de ela ser mulher?” (MUSSAK, 2005, p. 68).

Importante é retomar as duas figuras lexemáticas empregadas pelo enunciador e analisá-las mais de perto: segundo Houaiss e Villar (2001), a figura “olimpo” é definida, em uma derivação por metáfora, como “lugar onde reina a felicidade; céu, paraíso”; já a figura “limbo” pode ser compreendida, também em sentido figurado, como “estado de indecisão, incerteza, indefinição”. No catolicismo, ainda segundo Houaiss e Villar (2001), limbo é “a morada das almas que, não tendo cometido pecado mortal, estão afastadas da presença de Deus, por não haverem sido remissas do pecado original pelo batismo”. Dessa forma, se retomamos o título-enunciado, “Onde ela errou”, e o associarmos à definição dada por Houaiss e Villar à figura “limbo” segundo o catolicismo, temos o efeito de sentido de “pecado original”, como se o ator Carly Fiorina fosse a representação da “Eva pecadora”, e tivesse sido excluída do mundo corporativo simplesmente pelo fato de ser mulher.

Entretanto, o enunciador do texto dá às suas próprias perguntas as respostas que acabam por identificar uma sanção negativa não somente em relação à competência do sujeito, mas também em relação à sua *performance*. Para tanto, enunciados em debreagem interna dão voz a grandes especialistas brasileiros e estrangeiros: “A professora Sheila Wellington, da Universidade de Nova York, disse ao *New York Times*: ‘Ela era uma líder muito rígida, severa em suas críticas e inflexível em seus julgamentos, e as mulheres ainda não estão autorizadas a apresentar tais características’” (MUSSAK, 2005, p. 68); “Robert Wong, sócio da consultoria Korn/Ferry, [...] diz ter observado que, **quando atingem altos postos em um mundo predominantemente masculino, as mulheres tendem a exagerar nos traços de autoridade, o que dificulta suas relações e embota suas decisões**” (p. 68, grifos do autor).

Depreende-se uma sanção negativa sobre o modo de *ser* do ator: “muito rígida”, “severa”, “inflexível”, “exagerar nos traços de autoridade”, mas também sobre seu modo de fazer:

Entretanto, o fato mais relevante desdenha questões de gênero: o resultado prometido por Carly e esperado para os acionistas simplesmente não foi atingido. As ações da HP despencaram 55% durante sua gestão e a ousada estratégia de incorporar a Compaq, gastando mais de 20 bilhões de dólares, não resultou em recuperação, como era sua aposta. (MUSSAK, 2005, p. 69)

Compreende-se, portanto, que o ator Carly Fiorina é sujeito de uma narrativa marcada pelo regime de *exclusão*. Adotando uma postura extremamente *austera/rígida* (sem harmonizar esses valores com a *leveza/descontração* ou com a *generosidade/bondade* que devem estar presentes na forma de vida da mulher executiva contemporânea), o enunciador aponta que o ator tomou uma decisão precipitada e, por esse motivo, caiu do “Olimpo” corporativo. O enunciador finaliza sua matéria citando Simone de Beauvoir e dizendo que a autora terminou sua obra *O Segundo Sexo* afirmando que “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Ainda segundo o enunciador, a autora reconheceu que o mesmo pensamento vale para os homens. E para o que fazemos. “Ninguém nasce presidente de empresa, como ninguém vem ao mundo pronto para o sucesso e para o fracasso. Os caminhos são construídos ao caminhar, e eles dão o direito ao tropeço e à retomada [...]” (MUSSAK, 2005, p. 69).

A depreensão de uma tipologia das executivas contemporâneas a partir dos regimes de interação social landowskinianos: projeções

Ao buscar (re)construir a figura do ator mulher executiva contemporânea na revista *VOCÊ S/A* – e a forma de vida que a ele se atribui –, é preciso considerar o papel actancial de *sujeito* desempenhado por esse ator a partir do momento em que entra em relação dinâmica com o objeto-valor “carreira de sucesso no mundo corporativo”. Nesse sentido, concebemos que esse *sujeito* (S1) também ocupa sintaticamente o lugar de um *actante objeto* suscetível de ser considerado, por sua vez, como mais ou menos apreciável por *outro sujeito* (S2), *sujeito coletivo* que no nível mais superficial do discurso é figurativizado como “mundo corporativo”. Tomado como objeto por esse S2, o sujeito S1 será observado e, conseqüentemente, julgado, de maneira que seu modo de relação com o objeto-valor visado passa a depender do *olhar* probatório do outro. No entanto, o *sujeito coletivo* (S2), justamente pelo julgamento que impinge ao primeiro (S1), não forma senão uma única totalidade com o objeto do qual S1 busca tirar seu prazer. Em outras palavras, para que S1 possa entrar em relação dinâmica com seu objeto-valor – possa desfrutá-lo, saboreá-lo, gozá-lo – é necessário que ele (S1) se torne o *objeto do gosto do outro* (S2), que ele *agrada* ao sujeito “mundo corporativo” e seja, por fim, admirado, estimado, amado por ele. Aparentemente “dupla”, a narrativa formada a partir da interação entre os dois pontos de vista – o ponto de vista do “Um” (sujeito mulher) e o ponto de vista do “Outro” (sujeito “mundo corporativo”) – nos conduz à constatação de um único e mesmo percurso: o percurso narrativo de empoderamento do ator mulher executiva contemporânea.

Organizado a partir de uma categoria semântica de base geral, o percurso considerado compreende um momento inicial disfórico e um momento final eufórico: partindo

de um estado no qual o sujeito mulher mantém relação com seu objeto-valor por meio da “adoção” de um estereótipo masculino – conservação/manutenção dos valores tradicionais do “mundo corporativo” –, passa-se pela transformação desse estado (operação de negação) e chega-se à afirmação de um novo estado (operação de asserção), marcado pela mudança/transformação daqueles valores iniciais. O estado inicial marcado pelo elemento “conservação/manutenção” compreende, em linhas gerais, a negação, empreendida pelo sujeito mulher, da maternidade e do “jeito feminino” – concebidos então como os verdadeiros oponentes (*não-poder-fazer*) no seu percurso de ascensão profissional. A negação do elemento “conservação/manutenção” implica a negação da negação da maternidade e do “jeito feminino” (que devem deixar de ser vistos como “opponentes”) no percurso de ascensão profissional do sujeito mulher e, por meio da operação de asserção, a afirmação da “mudança/transformação”, revelando, finalmente, o *contágio* sofrido pelo sujeito “mundo corporativo”, que passa a reconhecer, a admirar, a estimar, a amar os sujeitos mulheres *não marcados pelo estereótipo masculino*: a maternidade e o “jeito feminino” são concebidos, a partir daí, como o *poder-fazer* (*poder-fazer-ser*) do percurso de empoderamento desse ator.

Desse modo, considerando os quatro modelos apreendidos a partir das análises, chegamos a algumas conclusões. Primeiramente, destacamos que a forma de vida da mulher executiva de outros tempos constitui, hoje, um modelo marcado pelo regime de exclusão, ao qual pertencem as executivas ineptas, aquelas que não levam em conta as qualidades reconhecidas como tipicamente femininas e as quais a mídia destaca como a chave de acesso das mulheres à carreira de sucesso no mundo corporativo. As executivas ineptas são, na tipologia que aqui propomos, aquelas que se pautam pelos valores e modos de fazer, ser e sentir do universo masculino, revelando-se (conforme o enunciador da matéria “Onde ela errou” evidencia) líderes rígidas, severas em suas críticas e inflexíveis em seus julgamentos. De uma maneira que não nos permite afastar a ideia de modelos comportamentais inscritos em um tempo que é sempre cíclico, apreendemos, em contraposição às executivas ineptas, as executivas perspicazes, o legítimo modelo a ser seguido pela enunciatária de *VOCE S/A*. As perspicazes constituem, desse modo, um grupo que não muito tempo atrás esteve marcado pelo regime de exclusão, e que agora se encontra sob o regime de assimilação: elas sabem que é preciso conciliar, de alguma forma (apoiadas em uma boa estrutura doméstica e em uma logística bem montada: família, empregados domésticos, creches e pré-escolas em tempo integral e/ou *home office*, etc.) os papéis de executiva, mãe, esposa e mulher.

Entre um polo e outro, as executivas presumidas e as executivas advertidas. Aquelas estão marcadas pelo desequilíbrio na conciliação dos seus diversos papéis e/ou valores: são sujeitos marcados por vários “divórcios profissionais”, por uma “carreira turbulenta”, por “passos polêmicos”, e que, apesar de tantos tropeços, não abrem mão da alta posição executiva, o que os coloca em uma posição delicada, possível de conduzi-los à exclusão caso insistam em manter o mesmo comportamento e não revisem suas estratégias (conforme aponta o enunciador na matéria “A sina de Amália”). Em oposição a esse grupo, o grupo das moderadas, aquelas que tendo optado por uma autoexclusão momentânea, retornam ao cenário executivo em uma nova posição: buscam um cargo inferior ao ocupado anteriormente ou entregam-se a atividades mais flexíveis como o empreendedorismo. Abaixo, a tipologia das executivas contemporâneas, tal como a concebemos, baseada nos regimes de interação social de Eric Landowski (2002):

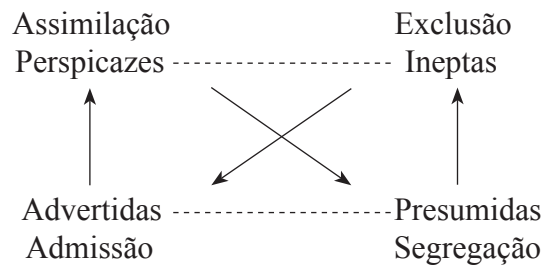


Figura 5. Tipologia das executivas contemporâneas

O modelo dos regimes de interação social, proposto por Eric Landowski em *Presenças do outro* (2002), equivale, a nosso ver, ao percurso do destinador-julgador, especificamente no que tange à sanção cognitiva e às modalidades epistêmicas tal com apresenta Diana Luz Pessoa de Barros (2002), apoiada em Algirdas Julien Greimas (1983). No programa de sanção cognitiva, consoante a autora citada (2002, p. 40), o destinador interpreta os estados resultantes do fazer do sujeito, definindo-os como *verdadeiros* (que parecem e são), *falsos* (que não parecem e não são), *mentirosos* (que parecem e não são) ou *secretos* (que não parecem e são). Explica a autora que, veridictoriamente modalizado, o sujeito é determinado pelas modalidades epistêmicas da certeza ou da dúvida: afirmado ou recusado, admitido ou posto em dúvida.

Assim sendo, os estados resultantes do fazer das executivas perspicazes são concebidos como *verdadeiros* (as perspicazes não só parecem, mas também são executivas bem-sucedidas), de modo que elas têm seu comportamento referendado pelo enunciador do periódico: elas encaram a maternidade “numa boa”, enfrentam todo e qualquer desafio profissional, sabem o que querem e correm atrás dos seus objetivos. São autoritárias, objetivas, mas também sensíveis e preocupadas com o próximo. As perspicazes definem a forma de vida da mulher executiva contemporânea por excelência e, dessa forma, a face feminina da identidade da revista *VOCE S/A*.

Em contraposição, as ineptas têm seu fazer (e também seu pensar, seu ser e seu sentir) definidos como *falsos* (as ineptas não parecem e nem são executivas bem-sucedidas), de modo que elas têm seu comportamento recusado pelo enunciador do periódico. Tal grupo nada mais representa senão a persistência de uma filosofia de vida já superada (ultrapassada) e que não condiz mais com a forma de vida da executiva contemporânea. É o modelo “deslocado” da mulher executiva de outros tempos que não soube se adaptar aos “novos tempos”.

Longes das perspicazes e ainda não completamente próximas das ineptas, as presumidas têm os estados resultantes do seu fazer definidos como mentirosos (elas parecem, mas não são executivas bem-sucedidas). A esses sujeitos, marcados pela modalidade epistêmica da dúvida, o enunciador deixa um alerta: se não calcularem seus próximos passos de maneira ponderada, modificando seu comportamento, podem vir a ser excluídas do cenário ao qual pertencem, o que em nossa tipologia significa “migrar” para o grupo das ineptas, as excluídas.

Por último, as advertidas têm seu fazer (seu fazer, seu ser e seu sentir) definidos como secretos (elas não parecem, mas são executivas bem-sucedidas). Admitidas no cenário corporativo, elas são sujeitos de uma nova narrativa, narrativa que, apesar de comprovada (o enunciador aponta, em várias passagens das matérias analisadas, que as

escolhas das executivas pelo empreendedorismo ou por setores que permitem maior flexibilidade e, conseqüentemente, maior dedicação aos outros papéis sociais assumidos por elas, são escolhas “igualmente legítimas”), não se configura como a narrativa do grupo de referência e, conseqüentemente, não define a forma de vida da mulher executiva contemporânea – pelo menos não a do “modelo *VOCÊ S/A*”.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BASSO-FOSSALI, P. Texte préparatoire au dossier: “Les formes de vie à l’épreuve d’une sémiotique des cultures”. *Nouveaux Actes Sémiotiques* [en ligne]. *NAS*: Limoges, n. 115, 2012a. Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=4171>>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. Possibilisation, disproportion, interpénétration: trois perspectives pour enquêter sur la productivité de la notion de forme de vie en sémiotique. *Nouveaux Actes Sémiotiques* [en ligne]. *NAS*: Limoges, n. 15; 2012b. Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/docannexe.php?id=4219>>. Acesso em: 18 maio 2013.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Edição revista e aumentada. Coordenação de Carlos Sussekind. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim e Lúcia Melim. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

DIAS, A.; DINIZ, D. A sina de Amalia. Você bem informado. *VOCÊ S/A*, edição n. 98, p. 60-63, ago. 2006.

FONTANILLE, J. Introduction. *Recherches Sémiotiques. Semiotic Inquiry*, Montreal, n. 13, p. 13-20, 1993.

GREIMAS, A. J. *Du sens II*. Paris: Seuil, 1983.

_____. Le beau geste. *Recherches Sémiotiques. Semiotic Inquiry*, Montreal, n. 13, p. 21-35, 1993.

GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* [em CD-ROM]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica II*. Tradução de Mary A. L. de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MENDES, R. Ela é um furacão. Você em ação. *VOCÊ S/A*, edição nº. 70, p. 34-36, abr. 2004.

MUSSAK, E. Onde ela errou. Você em evolução. *VOCÊ S/A*, edição nº. 81, p. 68-69, mar. 2005.

RAMIRO, D. Um dilema feminino. Dinheiro: Família. *VOCÊ S/A*, edição nº. 152, p. 76-79, fev. 2011.